ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
República Federativa do Brasil - Imprensa Nacional
Em circulação desde 1º de outubro de 1862

SEÇÃO 1

Ano CLIII Nº 180

Brasília - DF, segunda-feira, 19 de setembro de 2016

Sumário

PÁGINA

Presidência da República 1
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 1
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações 3
Ministério da Cultura 7
Ministério da Defesa 9
Ministério da Educação 9
Ministério da Fazenda 13
Ministério da Integração Nacional 19
Ministério da Justiça e Cidadania 19
Ministério da Saúde 22
Ministério das Cidades 38
Ministério das Relações Exteriores 38
Ministério de Minas e Energia 39
Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário 44
Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços 45
Ministério do Esporte 45
Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão 45
Ministério do Trabalho 46
Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil 49
Ministério Público da União 49
Tribunal de Contas da União 53
Poder Judiciário 127
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais . 127

Presidência da República

CASA CIVIL
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO RIO GRANDE DO SUL
COMITÊ DE DECISÃO REGIONAL

RESOLUÇÃO Nº 3, DE 12 DE SETEMBRO DE 2016

O COMITÊ DE DECISÃO REGIONAL DA SUPERINTENDÊNCIA DO INCRA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, Órgão Colegiado criado pelo artigo 9º, inciso I, da Estrutura Regimental, aprovada pelo Decreto Nº 6.812 de 03 de abril de 2009, por seu Presidente no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 132, inciso XII do Regimento Interno do INCRA, aprovado pela Portaria Nº 20, de 08 de abril de 2009, publicada no Diário Oficial da União - Seção I, do dia 09 do mesmo mês e ano, e tendo em vista a decisão adotada em sua 5ª reunião, realizada em 09 de setembro de 2016, e

Considerando a proposição apresentada pela Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária constante nos autos dos Processos Administrativos/INCRA/SR-11/RS/NSº: 54220.000869/2014-0195 e 54220.001060/2016-50, que resultou, respectivamente nos VOTOS/INCRA/CDR/NSº 13 e 14, resolve:

Art. 1º - AUTORIZAR, o Senhor Superintendente Regional, para no uso das atribuições que lhe confere o Inciso I, do Artigo 13, do Regimento Interno, aprovado pela PORTARIA Nº 20/2009, com respaldo no Artigo 4º, da Lei nº 6.431, de 11 de julho de 1977, combinado com a Lei nº 6.925, de 29 de junho de 1981, Decreto n.º 59.428, de 27 outubro de 1966 e Lei n.º 9.636, de 15 de maio de 1988, a celebrar com as entidades a seguir relacionadas, os seguintes contratos em áreas remanescentes de Projetos de Assentamentos da Reforma Agrária:

I - Cessão de uso com o município de NOVA SANTA RITA, pelo prazo de 20 (vinte) anos de área remanescente do Projeto de Assentamento Santa Rita de Cássia II, localizados no município de Nova Santa Rita, Estado do Rio Grande do Sul, com extensão de 0,7992 hectares, de propriedade do INCRA, que tem por objetivo a construção e implantação de uma Unidade Básica de Saúde - UBS, para atendimento à saúde da comunidade assentada e de todos os moradores daquele município;

II - Concessão de uso com a ASSOCIAÇÃO FILHOS DA TERRA, pelo prazo de 20 (vinte) anos de área remanescente do Projeto de Assentamento Santa Rita de Cássia II, localizado no município de Nova Santa Rita, Estado do Rio Grande do Sul, com extensão de 2,3248 hectares, de propriedade do INCRA, que tem por objetivo a implantação de sua sede, fundo de feira, área de lazer e preservação ambiental, em benefício da comunidade assentada e seu entorno;

Art. 2º - Estabelecer que as áreas objeto da presente cessão e concessão de uso sejam revertidas de pleno direito, para posse, domínio e administração do INCRA, independente de notificação ou indenização, se, no todo ou em parte, lhes forem dadas aplicações diversas das destinações estabelecidas nos incisos anteriores.

Art. 3º - Determinar que a Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária desta Superintendência Regional adote às providências decorrentes da presente autorização.

ROBERTO RAMOS
Superintendente Regional INCRA/RS

CLODOIR OLIVEIRA DA SILVA
Chefe da Divisão de Desenvolvimento INCRA/RS

ANDRÉ BOCORNY GUIDOTTI
Chefe Substituto da Divisão de Obtenção de Terras INCRA/RS

LUIS RENATO JASNIEWICZ
Chefe da Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária INCRA/RS

GUSTAVO DIEFENTHAELER FILHO
Chefe da Divisão de Administração INCRA/RS

TABELA DE PREÇOS DE JORNAIS AVULSOS

Páginas	Distrito Federal	Demais Estados
de 02 a 28	R$ 0,30	R$ 1,80
de 32 a 76	R$ 0,50	R$ 2,00
de 80 a 156	R$ 1,10	R$ 2,60
de 160 a 250	R$ 1,50	R$ 3,00
de 254 a 500	R$ 3,00	R$ 4,50

- Acima de 500 páginas = preço de tabela mais excedente de páginas multiplicado por R$ 0,0107

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SECRETARIA DE MOBILIDADE SOCIAL, DO PRODUTOR RURAL E DO COOPERATIVISMO
SERVIÇO NACIONAL DE PROTEÇÃO DE CULTIVARES

DECISÃO Nº 88, DE 16 DE SETEMBRO DE 2016

O Coordenador do Serviço Nacional de Proteção de Cultivares, em cumprimento ao disposto no § 7° do art. 18 da Lei n° 9.456, de 25 de abril de 1997 e pelo Decreto n° 2.366, de 5 de novembro de 1997, defere os pedidos de proteção de cultivar das espécies relacionadas:

Espécie	Denominação da Cultivar	Número do Protocolo
Glycine max (L.) Merr.	BRSGO 9160RR	21806.000069/2011-07
Glycine max (L.) Merr.	TEC 7548IPRO	21806.000131/2014-03
Glycine max (L.) Merr.	SYN1257 RR	21806.000270/2014-29
Glycine max (L.) Merr.	NS7447IPRO	21806.000049/2015-51
Codiaeum variegatum (L.)	Samba	21806.000078/2015-13
Phalaenopsis Blume	PHALDIQYK	21806.000348/2015-96
Phalaenopsis Blume	PHALFLACAN	21806.000350/2015-65
Anthurium Schott	ANTHDOMAQ	21806.000351/2015-18
Phalaenopsis Blume	PHALZIFY	21806.000353/2015-07

Fica aberto o prazo de 60 (sessenta) dias para recurso, contados da publicação desta.

RICARDO ZANATTA MACHADO

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL NO ESTADO DE PERNAMBUCO

PORTARIA Nº 380, DE DE 15 DE SETEMBRO DE 2016

O Superintendente da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Pernambuco, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 1.676, de 11 de julho de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 12 de julho de 2016 e item XXII, do art. 44, da Portaria Ministerial nº 428, de 09 de junho de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 14 de junho de 2010 e o que consta no Processo SEI nº 21036.001846/2016-03, resolve:

Art.1º- HABILITAR o Médico Veterinário JOSÉ LÍDIO SOUZA CINTRA, CRMV-PE nº 2883, para a emissão de Guia de Trânsito Animal - GTA para o trânsito intraestadual e interestadual de aves, ovos férteis com finalidade de produção de carne, ovos e material genético para os municípios de Correntes e Lajedo, estado de Pernambuco, observando normas e dispositivos em vigor.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor a partir data de sua publicação.

CARLOS ANTÔNIO RIBEIRO RAMALHO JÚNIOR

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PORTARIA N° 301, DE 16 DE SETEMBRO DE 2016

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo artigo 39, do Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, aprovado pela Portaria Ministerial nº 300, de 16/06/2005, publicada no DOU de 20/06/2005, tendo em vista o disposto na Instrução normativa SDA nº 66, de 27 de novembro de 2006, na Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, no Decreto 4.074, de janeiro de 2002 e o que consta do Processo nº 21042.010199/2016-33, resolve:

Art. 1º Renovar o credenciamento, sob número BR RS 0548, a empresa Roberto Rodrigues Nunes, CNPJ nº 93.238.681/0001-01, localizada na Av. Pres. Vargas, nº 2515, Sala 03, Bairro Centro, Uruguaiana - RS para na qualidade de empresa prestadora de serviço de tratamentos quarentenários e fitossanitários no trânsito internacional de vegetais e suas partes, executar os seguintes tratamentos: a) Fumigação em Contêineres (FEC) com Brometo de Metila e Fosfina; b) Fumigação em Silos Herméticos com Brometo de Metila e Fosfina; d) Fumigação em câmaras de lona com Brometo de Metila e Fosfina (FCL);

Art. 2º O Credenciamento de que trata esta Portaria terá validade por 05 (cinco) anos, CONFORME § 4º Do Art. 1º - Anexo I - da Instrução Normativa SDA nº 66/2006, podendo ser renovado mediante requerimento encaminhado à Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROBERTO SCHOEDER

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
IMPRENSA NACIONAL

MICHEL MIGUEL ELIAS TEMER LULIA
Presidente da República

ELISEU LEMOS PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil

PEDRO ANTONIO BERTONE ATAÍDE
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

SEÇÃO 1
Publicação de atos normativos

SEÇÃO 2
Publicação de atos relativos a pessoal da Administração Pública Federal

SEÇÃO 3
Publicação de contratos, editais, avisos e ineditoriais

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

HELDER KLEIST OLIVEIRA
Coordenador de Editoração e Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

EIMAR BAZILIO VAZ FILHO
Coordenador de Produção

A Imprensa Nacional não possui representantes autorizados para a comercialização de assinaturas impressas e eletrônicas

http://www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00
Fone: (61) 3441-9450

IMPRENSA NACIONAL 1808
http://www.in.gov.br
e-mail: ouvidoria@in.gov.br

COMERCIALIZAÇ

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
CONSELHO DIRETOR

ACÓRDÃO Nº 321, DE 14 DE SETEMBRO DE 2016

Processo nº 53500.011450/2013-86

Recorrente/Interessado: TELEFÔNICA BRASIL S.A., TIM CELULAR S.A., TELEMAR NORTE LESTE S.A., OI S.A., OI MÓVEL S.A. Conselheiro Relator: Igor Vilas Boas de Freitas. Fórum Deliberativo: Reunião nº 808, de 1º de setembro de 2016

EMENTA: ANÁLISE COMPLEMENTAR. SUPERINTENDÊNCIA DE COMPETIÇÃO. PEDIDOS DE RECONSIDERAÇÃO. REAVALIAÇÃO DA CONDIÇÃO DE GRUPO COM PODER DE MERCADO SIGNIFICATIVO. MERCADO DE OFERTA ATACADISTA DE INFRAESTRUTURA DE REDE FIXA DE TRANSPORTE LOCAL E DE LONGA DISTÂNCIA PARA TRANSMISSÃO DE DADOS EM TAXAS DE TRANSMISSÃO IGUAIS OU INFERIORES A 34 MBPS. AJUSTE NA CONCLUSÃO DA ANÁLISE. CONHECIMENTO E NÃO PROVIMENTO. VOTO VISTA. MANUTENÇÃO DO ACÓRDÃO Nº 288/2014-CD. DETERMINAÇÃO PELA REAVALIAÇÃO DO CONDICIONAMENTO SUBSCRITO À ALÍNEA "C" DO ACÓRDÃO Nº 288/2014-CD. 1. Alteração da conclusão da Análise nº 17/2016-GCIF. 2. Determinação pela revisão do condicionamento constante da alínea "c" do Acórdão nº 288/2014-CD, quando da reavaliação dos mercados relevantes e das medidas regulatórias assimétricas do PGMC.

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos das Análises nº 17/2016-GCIF e nº 81/2016/SEI/IF (SEI nº 0782495), com as considerações apresentadas pelo Conselheiro Rodrigo Zerbone Loureiro por meio do Voto nº 14/2016/SEI/RZ (SEI nº 0777010), integrantes deste acórdão: a) conhecer do Pedido de Reconsideração da TIM CELULAR S.A. para, no mérito, negar-lhe provimento; b) receber o Pedido de Anulação apresentado pela TELEMAR NORTE LESTE S.A. e OI MÓVEL S.A. como Pedido de Reconsideração para conhecer e, no mérito, negar-lhe provimento; e, c) estabelecer que o condicionamento constante da alínea "c" do Acórdão nº 288/2014-CD deverá ser revisto pelo Conselho Diretor quando da reavaliação dos mercados relevantes e das medidas regulatórias assimétricas do PGMC, prevista no § 2º do art. 13 do Anexo à Resolução nº 600, de 8 de novembro de 2012.

Participaram da deliberação o Presidente Substituto Rodrigo Zerbone Loureiro e os Conselheiros Igor Vilas Boas de Freitas, Anibal Diniz e Otavio Luiz Rodrigues Junior.

IGOR VILAS BOAS DE FREITAS
Presidente do Conselho
Substituto

ATO Nº 3.702, DE 15 DE SETEMBRO DE 2016

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 22 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, e pelo art. 35 do Regulamento da Agência Nacional de Telecomunicações, aprovado pelo Decreto nº 2.338, de 7 de outubro de 1997,

CONSIDERANDO o disposto na Lei Geral de Telecomunicações, Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, no Regulamento para Apuração de Controle e de Transferência de Controle em Empresas Prestadoras de Serviços de Telecomunicações, aprovado pela Resolução nº 101, de 4 de fevereiro de 1999, no Plano Geral de Autorizações do Serviço Móvel Pessoal (PGA-SMP), aprovado pela Resolução nº 321, de 27 de setembro de 2002, no Regulamento sobre Exploração de Serviço Móvel Pessoal - SMP por meio de Rede Virtual (RRV-SMP), aprovado pela Resolução nº 550, de 22 de novembro de 2010, e no Plano Geral de Metas de Competição - PGMC, aprovado pela Resolução nº 600, de 8 de novembro de 2012;

CONSIDERANDO que a DATORA MOBILE TELECOMUNICAÇÕES S.A., CNPJ/MF nº 18.384.930/0001-51, é autorizada a prestar o Serviço Móvel Pessoal por meio de Rede Virtual, deferido por meio do Ato nº 5.700, de 17 de setembro de 2015;

CONSIDERANDO o teor do Acórdão nº 246/2016-CD, de 7 de julho de 2016 (SEI nº 0635548), que concedeu anuência prévia para o ingresso da CODEMIG PARTICIPAÇÕES S.A. no capital social da DATORA MOBILE TELECOMUNICAÇÕES S.A. condicionada à comprovação de sua regularidade fiscal apenas da Prestadora cujo controle será transferido, qual seja, a DATORA MOBILE TELECOMUNICAÇÕES S.A., inclusive perante as Fazendas Estadual e Municipal;

CONSIDERANDO o disposto no Ato nº 3549/2016-SCP, de 8 de setembro de 2016 (SEI nº 0797472), que atestou o atendimento das condições atinentes, especificamente, à regularidade fiscal da DATORA MOBILE TELECOMUNICAÇÕES S.A., comprovando o cumprimento das determinações relativas à regularidade fiscal, constantes do Acórdão nº 246/2016-CD, de 7 de julho de 2016;

CONSIDERANDO o constante dos autos do Processo nº 53500.008301/2015-00,

RESOLVE:

Art. 1º Anuir previamente com o ingresso da CODEMIG PARTICIPAÇÕES S.A. no capital social da DATORA MOBILE TELECOMUNICAÇÕES S.A., na forma em que foi requerido pela Empresa, nos termos da Análise nº 55/2016/SEI/IF (SEI nº 0574898).

Art. 2º A presente anuência valerá pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, o qual será contado a partir da publicação do presente Ato no Diário Oficial da União (DOU), prorrogável, a pedido, uma única vez por igual período, se mantidas as mesmas condições societárias.

Art. 3º Determinar que sejam encaminhadas à Anatel cópias autenticadas dos atos praticados para a realização da operação no prazo de 60 (sessenta) dias, contado do registro no órgão competente.

Art. 4º A aprovação de que trata o art. 1º não exime a DATORA MOBILE TELECOMUNICAÇÕES S.A. do cumprimento das demais obrigações legais e regulamentares a que se encontre submetida perante outros órgãos.

Art. 5º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

IGOR VILAS BOAS DE FREITAS
Presidente do Conselho
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA DE COMPETIÇÃO

ATO Nº 3.566, DE 9 DE SETEMBRO DE 2016

Processo nº 53528.001336/2016-82. Art. 1º Aprovar a posteriori a alteração contratual constante do SEI nº 0373969, da Tcheturbo Provedor de Internet EIRELI, CNPJ/MF nº 06.089.278/0001-63, prestadora do Serviço de Comunicação Multimídia (SCM) e do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC).

CARLOS MANUEL BAIGORRI
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE CONTROLE DE OBRIGAÇÕES

DESPACHO DA SUPERINTENDENTE
Em 15 de setembro de 2016

Ref.: Processo nº 53500.010609/2009-69

Nº 14 - A SUPERINTENDENTE DE CONTROLE DE OBRIGAÇÕES DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, em especial as dispostas no art. 158 do Regimento Interno desta Agência, aprovado pela Resolução nº 612, de 29 de abril de 2013, considerando o que dispõem os itens 4.12, 10.5, 10.6 e o Anexo V, do Edital n.º 002/2007/SPV - Anatel, decide:

1. ATESTAR, para fins de resgate das garantias de execução, o cumprimento dos Compromissos de Abrangência referentes aos municípios listados na tabela abaixo, que fazem parte do rol de obrigações constantes do Edital de Licitação nº 002/2007/SPV - Anatel e dos Termos de Autorização decorrentes da referida licitação, pela Autorizada do Serviço Móvel Pessoal - SMP, Tim Celular S/A, CNPJ n.º 04.206.050/0001-80, conforme exposição técnica contida no Informe nº 38/2016/SEI/COUN2/COUN/SCO (SEI nº 0753664). O valor de garantia a ser resgatado está indicado na tabela abaixo:

Lote	Compromisso	Quantidade de municípios	Municípios atendidos	Valor a resgatar
I - G	4.12.2 (7º ano)	16	Abaíra, Andorinha, Ibicoara, Igaporã, Itaeté, Mascote, Piatã, Pindobaçu, Rio do Pires (BA); Ibiraçu, João Neiva, Montanha, Santa Teresa (ES); Comendador Levy Gasparian, Duas Barras, Sapucaia (RJ).	R$ 1.003.520,00
II - I	4.12.2 (7º ano)	53	Alto Paraíso de Goiás, Caçu, Campinorte, Corumbá de Goiás, Firminópolis, Jandaia, Joviânia, Montividiu, Vianópolis (GO); Bandeirantes (MS); Arenápolis (MT); Cafelândia, Cerro Azul, Figueira, Japurá, Joaquim Távora, Jussara, Mallet, Nova Aurora, Nova Fátima, Pérola, Planalto, Quatiguá, Ribeirão Claro, Rondon, São Carlos do Ivaí, São Pedro do Ivaí, Teixeira Soares, Tomazina, Tupãssi (PR); Aratiba, Campina das Missões, Encantado, Marcelino Ramos, Nova Prata, Três Coroas (RS); Alfredo Wagner, Armazém, Balneário Piçarras, Benedito Novo, Campo Belo do Sul, Irani, Lontras, Rio do Oeste, Trombudo Central (SC); Araguaçu, Augustinópolis, Figueirópolis, Formoso do Araguaia, Natividade, Pedro Afonso, Peixe, Xambioá (TO).	R$ 3.060.736,00
III/IV - F	4.12.2 (7º ano)	13	Centro Novo do Maranhão, Duque Bacelar, Godofredo Viana, Gonçalves Dias, Governador Archer, Governador Eugênio Barros, Lima Campos, Luís Domingues, São Luís Gonzaga do Maranhão, São Pedro da Água Branca, Timbiras, Vila Nova dos Martírios (MA); Mucajaí (RR).	R$ 815.360,00
V/VI - G	4.12.2 (7º ano)	33	Guaramiranga, Independência, Ipaporanga, Iracema, Jaguaribara, Poranga (CE); Belém, Bonito de Santa Fé, Coremas, São João do Rio do Peixe, Serra Branca, Tavares, Uiraúna (PB); Carnaíba, Flores, Inajá, Mirandiba, Tupanatinga, Vertentes (PE); Itaueira, Jaicós, Paulistana, São João do Piauí, São Raimundo Nonato, Simões, Simplício Mendes (PI); Florânia, Luís Gomes, Marcelino Vieira, Patu, Santana do Matos, Tenente Ananias, Upanema (RN).	R$ 2.069.760,00
V/VI - G	4.12.2 (8º ano)	1	Anadia (AL)	R$ 62.720,00
Total				R$ 7.275.520,00

2. Caso a Anatel constate, a qualquer tempo, irregularidades ou alteração das condições descritas nos documentos enviados para a Agência pela AUTORIZADA, ou detecte, supervenientemente, pela fiscalização ou por outros meios, eventual descumprimento dos atendimentos descritos na documentação, inclusive no que se refere à escolha de municípios, forma e prazos: 2.1. DETERMINAR a apresentação de nova garantia pela Tim Celular S.A, sem prejuízo das sanções administrativas cabíveis, previstas na legislação pertinente, no Edital nº 002/2007/SPV-Anatel e Termos de Autorização correlatos. 2.2. EMITIR declaração de que a prestadora responsável pela irregularidade encontra-se inadimplente com a regulamentação editada pela Anatel.

KARLA CROSARA IKUMA REZENDE

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO
GERÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

ATO Nº 3.203, DE 18 DE AGOSTO DE 2016

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à(ao) MAXHELP - EMPRESA DE VIGILANCIA LTDA - EPP, CNPJ nº 07.419.734/0001-59 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

RAFAEL ANDRÉ BALDO DE LIMA
Gerente

ATO Nº 3.476, DE 2 DE SETEMBRO DE 2016

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à(ao) SCPB - SISTEMA DE COMUNICACAO LTDA, CNPJ nº 04.950.437/0001-47 associada à autorização para exploração do Serviço Auxiliar de Radiodifusão e Correlatos.

RAFAEL ANDRÉ BALDO DE LIMA
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO CEARÁ, RIO GRANDE DO NORTE E PIAUÍ

ATO Nº 3.652, DE 14 DE SETEMBRO DE 2016

Decreta a extinção da autorização de uso de radiofrequências, declarando extinta a autorização do Serviço Limitado Privado, de caráter restrito e para uso próprio, da(s) entidade(s) relacionada(s): COBERTA CONSTRUÇÕES LTDA, Processo nº 53560.002471/2016-49, CNPJ nº 02719295000186, Fistel nº 50002340062.

JOÃO GUILHERME ARRAIS HERMANS
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO

ATO Nº 3.637, DE 13 DE SETEMBRO DE 2016

Autorizar Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos Rio 2016, CNPJ Nº 11.866.015/0001-53 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Rio de Janeiro/RJ, no período de 13/09/2016 a 20/09/2016.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ATOS DE 14 DE SETEMBRO DE 2016

Nº 3.671 Autorizar CLARO S.A, CNPJ Nº 40.432.544/0001-47 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de São Paulo/SP, no período de 22/09/2016 a 20/11/2016.

Nº 3.677 Autorizar a(o) Embaixada da República da Turquia a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Rio de Janeiro/RJ, no período de 14/09/2016 a 22/09/2016.

Nº 3.679 Autorizar Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos Rio 2016, CNPJ Nº 11.866.015/0001-53 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Rio de Janeiro/RJ, no período de 15/09/2016 a 25/09/2016.

Nº 3.680 Autorizar Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos Rio 2016, CNPJ Nº 11.866.015/0001-53 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Rio de Janeiro/RJ, no período de 14/09/2016 a 25/09/2016.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATO Nº 3.687, DE 15 DE SETEMBRO DE 2016

Processo nº 53500.022333/2016-91. Expede autorização à FIBER VOX TELECOMUNICACOES DO BRASIL EIRELI - ME, CNPJ/MF nº 24.492.300/0001-01, para prestar o Serviço Telefônico Fixo Comutado destinado ao uso do público em geral - STFC, nas modalidades de serviço Local, Longa Distância Nacional - LDN e Longa Distância Internacional - LDI, nas Áreas de Prestação equivalente às Regiões I, II e III do Plano Geral de Outorgas - PGO.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

DESPACHO DO PRESIDENTE

Processo nº 53500.206411/2015-27.
Interessado: GEEKNET PROVEDOR DE INTERNET LTDA - EPP
Nº 1 - A COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES criada por meio da Portaria nº 939, de 12 de novembro de 2015, para conduzir as atividades da licitação instituída pelo Edital nº 002/2015-SOR/SPR/CD-Anatel, no uso de suas atribuições, conforme deliberado em sua 15ª Reunião, realizada em 31 de agosto de 2016, decidiu não conhecer do recurso interposto por GEEKNET PROVEDOR DE INTERNET LTDA. - EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 09.576.373/0001-80 (SEI nº 442444), por ter sido apresentado de forma intempestiva.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES

COMISSÃO TÉCNICA NACIONAL DE BIOSSEGURANÇA

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 5.208/2016

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 195ª Reunião Ordinária da CTNBio, realizada em 01 de setembro de 2016, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº: 01200.004960/2009-00
Requerente: Instituto Carlos Chagas (ICC) - Fiocruz Paraná
Endereço: Rua Prof. Algacyr Munhoz Mader, 3775; Curitiba - PR
CQB: 313/10
Próton: 38967/16
Assunto: Solicitação de parecer técnico para execução de projeto de pesquisa com organismo geneticamente modificado da classe de risco 2 em instalações com nível de biossegurança NB-2.
Extrato Prévio nº 5236/16 publicado em 20/07/16;
Decisão: Deferido

A CTNBio, após apreciação do pedido de parecer para atividades de pesquisa em regime de contenção com organismos geneticamente modificados da classe II de risco biológico em instalações credenciadas com nível de biossegurança NB-2, conclui pelo deferimento, nos termos deste Parecer Técnico. O presidente da Comissão Interna de Biossegurança do Instituto Carlos Chagas (ICC) - Fiocruz Paraná, Dr. Augusto Sávio Peixoto Ramos, solicita a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança, parecer técnico para execução de projeto de pesquisa com organismo geneticamente modificado da classe de risco 2 em instalações com nível de biossegurança NB-2. Os experimentos serão realizados no Laboratório de Cultivo de Bactérias, Laboratório de Cultivo de Células e Laboratório de Cultivo de Vírus do Instituto Carlos Chagas - FIOCRUZ/PR, credenciadas com o Nível de Biossegurança NB-2. O título do projeto a ser executado é: "Desenvolvimento de insumos para o diagnóstico sorológico e molecular de flaviviroses e arboviroses de importância para saúde pública no Brasil, utilizando plataformas de biologia molecular" e a responsável técnica será a Dra. Claudia Nunes Duarte dos Santos e esta declara que as instalações possuem equipamentos e pessoal técnico qualificado para gerir com segurança as atividades propostas no projeto. No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a Comissão concluiu que o presente pedido atende plenamente às normas da CTNBio e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 5.209/2016

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 195ª Reunião Ordinária da CTNBio, realizada em 01 de setembro de 2016, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº: 01200.004960/2009-00
Requerente: Instituto Carlos Chagas (ICC) - Fiocruz Paraná
Endereço: Rua Prof. Algacyr Munhoz Mader, 3775; Curitiba - PR
CQB: 313/10
Próton: 38966/16
Assunto: Solicitação de parecer técnico para execução de projeto de pesquisa com organismo geneticamente modificado da classe de risco 2 em instalações com nível de biossegurança NB-2.
Extrato Prévio nº 5236/16 publicado em 20/07/16;
Decisão: Deferido

A CTNBio, após apreciação do pedido de parecer para atividades de pesquisa em regime de contenção com organismos geneticamente modificados da classe II de risco biológico em instalações credenciadas com nível de biossegurança NB-2, conclui pelo deferimento, nos termos deste Parecer Técnico. O presidente da Comissão Interna de Biossegurança do Instituto Carlos Chagas (ICC) - Fiocruz Paraná, Dr. Augusto S P Ramos, solicita a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança, parecer técnico para execução de projeto de pesquisa com organismo geneticamente modificado da classe de risco 2 em instalações com nível de biossegurança NB-2. Os organismos a serem manipulados serão Trypanosoma cruzi e Trypanosoma brucei. As instalações a serem utilizadas nesse projeto são as do Laboratório de Cultivo de Protozoários (LCP) e Laboratório de Cultivo de Bactérias (LCB) credenciadas com o Nível de Biossegurança NB-2. O título do projeto a ser executado é: "Caracterização de proteínas de função desconhecida de T. cruzi" e a responsável técnica será a Dra. Daniela Parada Pavoni e esta declara que as instalações possuem equipamentos e pessoal técnico qualificado para gerir com segurança as atividades propostas no projeto. No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a Comissão concluiu que o presente pedido atende plenamente às normas da CTNBio e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 5.210/2016

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 195ª Reunião Ordinária da CTNBio, realizada em 01 de setembro de 2016, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº: 01200.004960/2009-00
Requerente: Instituto Carlos Chagas (ICC) - Fiocruz Paraná
Endereço: Rua Prof. Algacyr Munhoz Mader, 3775; Curitiba - PR
CQB: 313/10
Próton: 38968/16
Assunto: Solicitação de parecer técnico para execução de projeto de pesquisa com organismo geneticamente modificado da classe de risco 2 em instalações com nível de biossegurança NB-2.
Extrato Prévio nº 5236/16 publicado em 20/07/16;
Decisão: Deferido

A CTNBio, após apreciação do pedido de parecer para atividades de pesquisa em regime de contenção com organismos geneticamente modificados da classe II de risco biológico em instalações credenciadas com nível de biossegurança NB-2, conclui pelo deferimento, nos termos deste Parecer Técnico. O presidente da Comissão Interna de Biossegurança do Instituto Carlos Chagas (ICC) - Fiocruz Paraná, Dr. Augusto Sávio Peixoto Ramos, solicita a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança, parecer técnico para execução de projeto de pesquisa com organismo geneticamente modificado da classe de risco 2 em instalações com nível de biossegurança NB-2. O organismo a ser manipulado será o Toxoplasma gondii. Os experimentos serão realizados no Laboratório de Cultivo de Parasitas e no Laboratório de Cultivo de Bactérias do Instituto Carlos Chagas - FIOCRUZ/PR, credenciadas com o Nível de Biossegurança NB-2. O título do projeto a ser executado é: "Fatores epigenéticos em Toxoplasma gondii" e a responsável técnica será a Dra. Sheila Cristina Nardelli e esta declara que as instalações possuem equipamentos e pessoal técnico qualificado para gerir com segurança as atividades propostas no projeto. No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a Comissão concluiu que o presente pedido atende plenamente às normas da CTNBio e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 5.211/2016

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 195ª Reunião Ordinária da CTNBio, realizada em 01 de setembro de 2016, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº: 01200.004960/2009-00
Requerente: Instituto Carlos Chagas (ICC) - Fiocruz Paraná
Endereço: Rua Prof. Algacyr Munhoz Mader, 3775; Curitiba - PR
CQB: 313/10
Próton: 38971/16
Assunto: Solicitação de parecer técnico para execução de projeto de pesquisa com organismo geneticamente modificado da classe de risco 2 em instalações com nível de biossegurança NB-2.
Extrato Prévio nº 5236/16 publicado em 20/07/16;
Decisão: Deferido

A CTNBio, após apreciação do pedido de parecer para atividades de pesquisa em regime de contenção com organismos geneticamente modificados da classe II de risco biológico em instalações credenciadas com nível de biossegurança NB-2, conclui pelo deferimento, nos termos deste Parecer Técnico. O presidente da Comissão Interna de Biossegurança do Instituto Carlos Chagas (ICC) - Fiocruz Paraná, Dr. Augusto Sávio Peixoto Ramos, solicita a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança, parecer técnico para execução de projeto de pesquisa com organismo geneticamente modificado da classe de risco 2 em instalações com nível de biossegurança NB-2. Os organismos a serem manipulados serão o Trypanosoma cruzi e o Trypanosoma brucei brucei. Os experimentos serão realizados no Laboratório de Cultivo de Protozoários (LCP) e Laboratório de Cultivo de Bactérias (LCB) do Instituto Carlos Chagas - FIOCRUZ/PR, credenciadas com o Nível de Biossegurança NB-2. O título do projeto a ser executado é: "Caracterização de miosinas de Trypanosoma cruzi" e a responsável técnica será a Dra. Daniela Parada Pavoni e esta declara que as instalações possuem equipamentos e pessoal técnico qualificado para gerir com segurança as atividades propostas no projeto. No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a Comissão concluiu que o presente pedido atende plenamente às normas da CTNBio e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 5.212/2016

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 195ª Reunião Ordinária da CTNBio, realizada em 01 de setembro de 2016, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº: 01200.004960/2009-00
Requerente: Instituto Carlos Chagas (ICC) - Fiocruz Paraná
Endereço: Rua Prof. Algacyr Munhoz Mader, 3775; Curitiba - PR
CQB: 313/10
Próton: 38974/16
Assunto: Solicitação de parecer técnico para execução de projeto de pesquisa com organismo geneticamente modificado da classe de risco 2 em instalações com nível de biossegurança NB-2.
Extrato Prévio nº 5236/16 publicado em 20/07/16;
Decisão: Deferido

A CTNBio, após apreciação do pedido de parecer para atividades de pesquisa em regime de contenção com organismos geneticamente modificados da classe II de risco biológico em instalações credenciadas com nível de biossegurança NB-2, conclui pelo deferimento, nos termos deste Parecer Técnico. O presidente da Comissão Interna de Biossegurança do Instituto Carlos Chagas (ICC) - Fiocruz Paraná, Dr. Augusto Sávio Peixoto Ramos, solicita a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança, parecer técnico para execução de projeto de pesquisa com organismo geneticamente mo-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

dificado da classe de risco 2 em instalações com nível de biossegurança NB-2. O organismo a ser manipulado será o Trypanosoma cruzi. Os experimentos serão realizados no Laboratório de Cultivo de Protozoários (LCP) e Laboratório de cultivo de Bactérias (LCB) do Instituto Carlos Chagas - FIOCRUZ/PR, credenciadas com o Nível de Biossegurança NB-2. O título do projeto a ser executado é: "Atualização da plataforma de vetores plasmidiais pTcGW para caracterização de genes em Trypanosoma cruzi" e o responsável técnico será o Dr. Michel Batista e este declara que as instalações possuem equipamentos e pessoal técnico qualificado para gerir com segurança as atividades propostas no projeto. No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a Comissão concluiu que o presente pedido atende plenamente às normas da CTNBio e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 5.213/2016

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 195ª Reunião Ordinária da CTNBio, realizada em 01 de setembro de 2016, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº: 01200.004960/2009-00

Requerente: Instituto Carlos Chagas (ICC) - Fiocruz Paraná

Endereço: Rua Prof. Algacyr Munhoz Mader, 3775; Curitiba - PR

CQB: 313/10

Próton: 38984/16

Assunto: Solicitação de parecer técnico para execução de projeto de pesquisa com organismo geneticamente modificado da classe de risco 2 em instalações com nível de biossegurança NB-2.

Extrato Prévio nº 5236/16 publicado em 20/07/16;

Decisão: Deferido

A CTNBio, após apreciação do pedido de parecer para atividades de pesquisa em regime de contenção com organismos geneticamente modificados da classe II de risco biológico em instalações credenciadas com nível de biossegurança NB-2, conclui pelo deferimento, nos termos deste Parecer Técnico. O presidente da Comissão Interna de Biossegurança do Instituto Carlos Chagas (ICC) - Fiocruz Paraná, Dr. Augusto Sávio Peixoto Ramos, solicita a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança, parecer técnico para execução de projeto de pesquisa com organismo geneticamente modificado da classe de risco 2 em instalações com nível de biossegurança NB-2. Os organismos a serem manipulados serão o Trypanosoma cruzi, T. brucei, T. rangeli, C. fasciculata, Leishmania spp. Os experimentos serão realizados no Laboratório de Cultivo de Parasitas e no Laboratório de Cultivo de Bactérias credenciadas com o Nível de Biossegurança NB-2. O título do projeto a ser executado é: "Estudo de genes derivados de retrotransposons em tripanossomatídeos" e a responsável técnica será a Dra. Adriana Ludwig e esta declara que as instalações possuem equipamentos e pessoal técnico qualificado para gerir com segurança as atividades propostas no projeto. No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a Comissão concluiu que o presente pedido atende plenamente às normas da CTNBio e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

CONSELHO NACIONAL DE CONTROLE DE EXPERIMENTAÇÃO ANIMAL

EXTRATO DE PARECER Nº 24/2016

A Coordenadora do Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal - CONCEA, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 5º, inc. II, da Lei nº 11.794, de 8 de outubro de 2008; arts. 34 e 35 do Decreto nº 6.899, de 15 de julho de 2009; e Resolução Normativa nº 21, de 20 de março de 2015, torna público que o CONCEA apreciou e emitiu Parecer Técnico para o seguinte pedido de credenciamento:

Processo nº.: 01200.002431/2016-92 (493)

CNPJ: 10.918.674/0001-23 - MATRIZ

Razão Social: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ACRE

Nome da Instituição: INSTITUTO FEDERAL DE EDUC.CIÊNCIA E TECN. DO ACRE

Endereço da Instituição: Rua Coronel José Galdino, nº 495, Bosque, CEP: 69.900-640, Rio Branco/AC

Modalidade de solicitação: requerimento de credenciamento da instituição.

Decisão: DEFERIDO

CIAEP: 01.0438.2016

CNPJ(s) contemplados(s) neste CIAEP:

a) 10.918.674/0001-23 - MATRIZ - INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ACRE - Rua Coronel José Galdino, nº 495, Bosque, CEP: 69.900-640, Rio Branco/AC;

b) 10.918.674/0003-95 - FILIAL - INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ACRE - IFAC - CAMPUS RIO BRANCO - Av. Brasil. 920, Conjunto Xavier Maia, CEP: 69.903-068, Rio Branco/AC;

c) 10.918.674/0005-57 - FILIAL - INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ACRE - IFAC - CAMPUS CRUZEIRO DO SUL - Av, Coronel Mancio Lima, 83, Centro, CEP: 69.980-000, Cruzeiro do Sul/AC;

d) 10.918.674/0002-04 - FILIAL - INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ACRE - IFAC - CAMPUS TARAUACA - R. João de Paiva, 1135, Senador Pompeu, CEP: 69.970-000, Tarauaca/AC;

e) 10.918.674/0004-76 - FILIAL - INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ACRE - IFAC - CAMPUS SENA MADUREIRA - R. Antonio Nicacio Teixeira, 821, Pista, CEP: 69.940-000, Sena Madureira/AC; e,

f) 10.918.674/0006-38 - FILIAL - INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ACRE - IFAC - CAMPUS XAPURI - R. Coronel Brandão, 1622, Centro, CEP: 69.930-000, Xapuri/AC

O CONCEA, após análise do pedido de credenciamento da instituição, concluiu pelo DEFERIMENTO, conforme o Parecer nº 32/2016/CONCEA.

A instituição apresentou todos os documentos, conforme disposto na Resolução Normativa nº 21, de 20 de março de 2015.

O CONCEA esclarece que este parecer não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no País e das normas estabelecidas pelo CONCEA, aplicáveis ao objeto do requerimento.

MONICA L. ANDERSEN

EXTRATO DE PARECER Nº 25/2016

A Coordenadora do Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal - CONCEA, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 5º, inc. II, da Lei nº 11.794, de 8 de outubro de 2008; arts. 34 e 35 do Decreto nº 6.899, de 15 de julho de 2009; e Resolução Normativa nº 21, de 20 de março de 2015, torna público que o CONCEA apreciou e emitiu Parecer Técnico para o seguinte pedido de credenciamento:

Processo nº: 01200.002434/2016-26 (494)

CNPJ: 44.392.215/0001-70 - MATRIZ

Razão Social: UNIVERSIDADE MUNICIPAL DE SAO CAETANO DO SUL

Nome da Instituição: USCS

Endereço da Instituição: Rua Santo Antônio, nº 50, Centro, CEP: 09.521-160, São Paulo/SP

Modalidade de solicitação: requerimento de credenciamento da instituição.

Decisão: DEFERIDO

CIAEP: 01.0439.2016

O CONCEA, após análise do pedido de credenciamento da instituição, concluiu pelo DEFERIMENTO, conforme o Parecer nº 33/2016/CONCEA.

A instituição apresentou todos os documentos, conforme disposto na Resolução Normativa nº 21, de 20 de março de 2015.

O CONCEA esclarece que este parecer não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no País e das normas estabelecidas pelo CONCEA, aplicáveis ao objeto do requerimento.

MONICA L. ANDERSEN

INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

DESPACHOS DO DIRETOR-PRESIDENTE
Em 16 de setembro de 2016

Entidade: AR ALIANÇA PRIME, vinculada à AC CERTISIGN MÚLTIPLA E AC CERTISIGN RFB

Processo nº: 00100.000162/2016-95 / 00100.000168/2016-62

No termo do Parecer CGAF/DAFN/ITI- 117/2016, DEFIRO o pedido de credenciamento da AR ALIANÇA PRIME vinculada à AC CERTISIGN MÚLTIPLA e AC CERTISIGN RFB, na cadeia da AC MULTIPLA e AC RFB, com instalação técnica situada na Avenida Braz Olaia Acosta, n° 1900, sala 206, Jardim Nova Aliança, Ribeirão Preto/SP, CEP: 14026-610, para as Políticas de Certificados já credenciadas.

Entidade: AR ACA, vinculada à AC CERTISIGN MÚLTIPLA e AC CERTISIGN RFB

Processo nº: 00100.000200/2016-18 / 00100.000206/2016-87

No termo do Parecer CGAF/DAFN/ITI- 123/2016, DEFIRO o pedido de credenciamento da AR ACA vinculada à AC CERTISIGN MÚLTIPLA e AC CERTISIGN RFB, na cadeia da AC CERTISIGN e AC RFB, com instalação técnica situada na Rua Guilherme Moreira, n° 281, Centro, Manaus/AM, CEP: 69.005-300, para as Políticas de Certificados já credenciadas.

Entidade: AC VALID

Processo nº: 00100.000285/2013-83

Acolhe-se o Parecer CGAF/ITI nº 28/2016, que aprova a versão 2.0 da DPC da AC VALID, vinculada a AC RAIZ. Os arquivos contendo os documentos aprovados possuem os hashes SHA1 informados no Parecer e devem ser publicados pela AC em seu repositório no prazo máximo de 30 dias, a contar da data desta publicação.

Entidade: AC JUS

Processo nº: 00100.000319/2005-20

Acolhe-se o Parecer CGAF/ITI nº 29/2016, que aprova a versão 5.0 da DPC da AC JUS, vinculada a AC RAIZ. Os arquivos contendo os documentos aprovados possuem os hashes SHA1 informados no Parecer e devem ser publicados pela AC em seu repositório no prazo máximo de 30 dias, a contar da data desta publicação.

RENATO DA SILVEIRA MARTINI

SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

DESPACHOS DA SECRETÁRIA
Em 2 de agosto de 2016

A SECRETÁRIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere, resolve:
Dar publicidade aos recursos das entidades abaixo relacionadas:

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Reconsideração/Recurso	Despacho nº
53566.001274/2012	Fundação Dom Edilberto Dinkelborg - FUNDED	FM	Oeiras	PI	Conhecido e não provido	1008
53528.006850/2012	Associação Cultural Rádio Comunitária da Ajuricaba	RADCOM	Ajuricaba	RS	Conhecido e não provido	1005
53000.027333/2012	EBC - Empresa Brasil de Comunicação S/A	TV	Brasília	DF	Conhecido e não provido	1003

Em 4 de agosto de 2016

A SECRETÁRIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere, resolve:
Dar publicidade ao recurso das entidades abaixo relacionadas:

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Reconsideração/Recurso	Despacho nº
53508.011324/2012	Rádio o Dia FM Ltda	FM	Rio de Janeiro	RJ	Conhecido e não provido	995
53504.005378/2012	Rádio SP-1 Ltda	FM	São Paulo	SP	Conhecido e não provido	998

Em 8 de agosto de 2016

A SECRETÁRIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere, resolve:
Dar publicidade ao recurso das entidade abaixo relacionada:

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Reconsideração/Recurso	Despacho nº
53500.008067/2012	Associação Geral dos Trabalhadores de Cocalzinho de Goiás - AGETACO	RADCOM	Cocalzinho de Goiás	GO	Conhecido e não provido	868

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Em 14 de setembro de 2016

Nº 1.795 - A SECRETÁRIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo IV, art. 71, inciso XVI, da Portaria n.° 143, de 9 de março de 2012, e o que consta do processo n.º 53500.008324/2014-25, resolve acolher o disposto na Nota Técnica n.º 22948/2016/SEI-MCTIC, invocando seus fundamentos como razão desta decisão, para conhecer e prover o recurso administrativo interposto pela RÁDIO MAMPITUBA LTDA, permissionária de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Cachoeira do Sul, estado do Rio Grande do Sul, contra decisão de indeferimento de seu requerimento de aumento de potência.

VANDA JUGURTHA BONNA NOGUEIRA

DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

PORTARIAS DE 25 DE JULHO DE 2016

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 26 da Portaria nº 112, de 22 de abril de 2013, e tendo em vista o que consta no processo abaixo, resolve:

Nº 2.142 - Art. 1º Conhecer e dar provimento ao recurso administrativo interposto pela Entidade abaixo relacionada, em função de processo administrativo instaurado pela Anatel, nos termos do Convênio celebrado entre o Ministério das Comunicações e Anatel em 08/08/2011.
Art. 2º Revogar a Portaria nº. 3.683, de 26 de dezembro de 2014, publicada no D.O.U. em 13/01/2015.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Enquadramento Legal	Portaria	Embasamento da Portaria de Multa
53569.000783/2012	Rádio Guajará Ltda	TV	Belém	PA	Revogar a Portaria nº 3683, de 26/12/2014, publicada no DOU em 13/01/2015.	Portaria DEAA n° 2142, de 25/07/2016	Portaria MC n° 112/2013

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 9º da Portaria nº 112, de 22 de abril de 2013, e tendo em vista o que consta no processo abaixo, resolve:
Art. 1º Julgar prejudicado o Recurso interposto pela entidade abaixo relacionada e revogar a Portaria nº. 2898 DE 29/12/2014, publicada no DOU em 16/01/2015, em função de processo administrativo instaurado pela Anatel, nos termos do Convênio celebrado entre o Ministério das Comunicações e Anatel em 08/08/2011.
Art. 2º Aplicar a Entidade abaixo relacionada a penalidade de multa.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Sanção	Valor (R$)	Enquadramento Legal	Portaria	Embasamento da Portaria de Multa
53504.005391/2012	Alpha FM Ltda	FM	Osasco	SP	Multa	12.090,94	Art. 38, alínea "e" do Código Brasileiro de Telecomunicações, instituído pela Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962.	Portaria DEAA n° 2807, de 25/07/2016	Portaria MC n° 858/2008 Portaria MC n° 112/2013

Art. 1º Julgar prejudicado o Recurso interposto pela entidade abaixo relacionada e revogar a Portaria nº. 2784 de 29/12/2014, publicada no DOU em 15/01/2015, em função de processo administrativo instaurado pela Anatel, nos termos do Convênio celebrado entre o Ministério das Comunicações e Anatel em 08/08/2011.
Art. 2º Aplicar a Entidade abaixo relacionada a penalidade de multa.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Sanção	Valor (R$)	Enquadramento Legal	Portaria	Embasamento da Portaria de Multa
53504.005371/2012	Rádio Sociedade Marconi Ltda	FM	São Paulo	SP	Multa	11.941,67	Art. 38, alínea "e" do Código Brasileiro de Telecomunicações, instituído pela Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962.	Portaria DEAA n° 2796, de 25/07/2016	Portaria MC n° 858/2008 Portaria MC nº 112/2013

Art. 1º Aplicar as Entidades abaixo relacionadas a penalidade de multa, em função de processo administrativo instaurado pela Anatel, nos termos do Convênio celebrado entre o Ministério das Comunicações e Anatel em 08/08/2011.
Art. 2º Estas Portarias entram em vigor na data de suas publicações.

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Sanção	Valor (R$)	Enquadramento Legal	Portaria	Embasamento da Portaria de Multa
53504.007284/2013	TV Ômega Ltda	RTV	Presidente Prudente	SP	Multa	1.427,91	Art. 27, do Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005.	Portaria DEAA n° 1886, de 25/07/2016	Portaria MC n° 562/2011 Portaria MC n° 112/2013
53504.007225/2013	Fundação Ernesto Benedito de Camargo	TVE	Guarulhos	SP	Multa	4.569,31	Alínea "h", item 12 do artigo 28, do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963.	Portaria DEAA n° 1921, de 25/07/2016	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 562/2011
53504.004033/2013	TV Bauru S.A	RTV	Bauru	SP	Multa	1.427,91	Art. 27, do Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005.	Portaria DEAA n° 1896, de 25/07/2016	Portaria MC n° 562/2011 Portaria MC n° 112/2013

ITAMAR MARQUES TEIXEIRA

PORTARIA Nº 3.098, DE 29 DE JULHO DE 2016

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 9º da Portaria nº 112, de 22 de abril de 2013, e tendo em vista o que consta no processo abaixo, resolve:
Art. 1º Aplicar a Entidade abaixo relacionada a penalidade de multa.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Sanção	Valor (R$)	Enquadramento Legal	Portaria	Embasamento da Portaria de Multa
53000.022303/2013	ACAC - Associação Comunitária de Apoio à Cidadania	RADCOM	Guarará	MG	Multa	456,93	Art. 40, inciso XXIX, do Decreto nº 2.615, de 03 de junho de 1998.	Portaria DEAA n° 3098, de 29/07/2016	Portaria MC n° 562/2011 Portaria MC nº 112/2013

ITAMAR MARQUES TEIXEIRA

PORTARIAS DE 5 DE AGOSTO DE 2016

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 9º da Portaria nº 112, de 22 de abril de 2013, e tendo em vista o que consta no processo abaixo, resolve:
Art. 1º Aplicar a Entidade abaixo relacionada a penalidade de multa.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Sanção	Valor (R$)	Enquadramento Legal	Portaria	Embasamento da Portaria de Multa
53000.034717/2012	Sociedade Civil Boca Maldita	RADCOM	Curitiba	PR	Multa	913,86	Art. 40, inciso XXIX, do Decreto n° 2.615, de 3 de junho de 1998.	Portaria DEAA n° 3183, de 05/08/2016	Portaria MC n° 562/2011 Portaria MC n° 112/2013

Art. 1º Anular a Portaria nº 6755, de 12 de fevereiro de 2016, publicada em 24 de março de 2016 aplicada a Entidade abaixo relacionada em decorrência de cadastramento com duplicidade do Processo de Apuração de Infração nº 53000.020035/2011.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Enquadramento Legal	Portaria	Embasamento da Portaria de Multa
53000.020034/2011	Associação e Rádio FM Comunitária Tropical	RADCOM	Votorantim	SP	Anular a Portaria nº 6755, de 12/02/2016, publicada no DOU em 24/03/2016.	Portaria DEAA n° 3176, de 05/08/2016	Portaria MC n° 112/2013

ITAMAR MARQUES TEIXEIRA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

DESPACHOS DO DIRETOR
Em 30 de agosto de 2016

Nº 1.705 - O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo IV, Art. 72, § 1º, inciso V, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e considerando o que consta no processo n.º 53900.016076/2014-83, resolve aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, da PREFEITURA MUNICIPAL DE IBICARÉ, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, no município de IBICARÉ, estado de Santa Catarina, utilizando o canal 11 (onze), nos termos da Nota Técnica nº 22127/2016/SEI-MCTIC.

Em 9 de setembro de 2016

Nº 1.806 -O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo IV, art. 72, § 1º, inciso V, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e considerando o que consta no processo n.º 53000.041874/2013-14, resolve aprovar o local de instalação da estação digital e a utilização dos equipamentos da FUNDACAO CULTURAL AGENOR ZANON, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, no município de Linhares, estado do Espirito Santo, utilizando o canal digital nº 32 (trinta e dois), classe B, nos termos da Nota Técnica nº 23099/2016/SEI-MCTIC.

Nº 1.824 - O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo IV, Art. 72, § 1º, inciso V, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e considerando o que consta no processo n.º 53690.000118/2002-43, resolve aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, da GAZETA PUBLICIDADE E NEGÓCIOS LTDA,autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, no município de ARAPUTANGA, estado do Mato Grosso, utilizando o canal 10- (dez decalado para menos), nos termos da Nota Técnica nº 23375/2016/SEI-MCTIC.

AUGUSTO CESAR DA COSTA BARROS

Ministério da Cultura

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL
DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO MATERIAL E FISCALIZAÇÃO
CENTRO NACIONAL DE ARQUEOLOGIA

PORTARIA Nº 51, DE 16 DE SETEMBRO DE 2016

A DIRETORA DO CENTRO NACIONAL DE ARQUEOLOGIA DO DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO MATERIAL E FISCALIZAÇÃO DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Portaria n.º 308, de 11/05/2012, e de acordo com o disposto no inciso VIII, art. 17, Anexo I, do Decreto n.º 6.844, de 07/05/2009, e com a Lei n.º 3.924, de 26/07/1961, e com a Portaria SPHAN n.º 07, de 1º/12/1988, e ainda do que consta dos processos administrativos relacionados nos anexos a esta Portaria, resolve:

I - Expedir PERMISSÃO, sem prejuízo das demais autorizações exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, aos arqueólogos coordenadores dos projetos das pesquisas arqueológicas relacionadas no anexo I desta Portaria, regidos pela Portaria Iphan nº 230/02;

II - Expedir RENOVAÇÃO, sem prejuízo das demais autorizações exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, aos arqueólogos coordenadores dos projetos das pesquisas arqueológicas relacionadas no anexo II desta Portaria, regidos pela Portaria Iphan nº 230/02;

III - Expedir AUTORIZAÇÃO, sem prejuízo das demais autorizações exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, aos arqueólogos coordenadores dos projetos e programas de pesquisas arqueológicas relacionadas no anexo III desta Portaria, regidos pela Instrução Normativa 001/2015, de 25 de março de 2015;

IV - As autorizações para a execução dos projetos e programas relacionados nesta Portaria não correspondem à manifestação conclusiva do Iphan para fins de obtenção de licença ambiental, exceto as autorizações referentes ao Nível II, que correspondem à anuência do Iphan à Licença de Instalação dos empreendimentos;

V - As Superintendências Estaduais são as unidades responsáveis pela fiscalização e monitoramento das ações oriundas dos projetos e programas autorizados na presente portaria, com base nas vistorias realizadas a partir do cronograma do empreendimento.

VI - Determinar às Superintendências do IPHAN das áreas de abrangência dos projetos, o acompanhamento e a fiscalização da execução dos trabalhos, inclusive no que diz respeito à destinação e à guarda do material coletado, assim como das ações de preservação e valorização dos remanescentes.

VII - Condicionar a eficácia das presentes permissões e renovações à apresentação, por parte dos arqueólogos coordenadores, de relatórios parciais e finais, em meio físico e digital, ao término dos prazos fixados nos projetos de pesquisa anexos a esta Portaria, contendo todas as informações previstas nos artigos 11 e 12 da Portaria SPHAN n.º 07, de 1º/12/88.

VIII - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROSANA PINHEL MENDES NAJJAR

ANEXO I

01-Processo n.º 01514.001679/2013-50
Projeto: Diagnóstico e Prospecção da Fazenda Córrego da Ponte
Arqueólogo Coordenador: Sérgio Bruno dos Reis Almeida
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia e Estudo da Paisagem - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM
Área de Abrangência: Município de Buritis, Estado de Minas Gerais
Prazo de Validade: 12 (doze) meses
02-Processo n.º 01508.000945/2016-59
Projeto: Prospecção Arqueológica e Educação Patrimonial da UHE Santa Branca- Rio Tibagi - Paraná
Arqueólogo Coordenador: Antônio Carlos Mathias Cavalheiro
Apoio Institucional: Museu de Arqueologia e Etnologia - Universidade Federal do Paraná - UFPR
Área de Abrangência: Municípios de Tibagi e Carambeí, Estado do Paraná
Prazo de Validade: 06 (seis) meses
03-Processo n.º 01510.001015/2015-92
Projeto: Prospecção Arqueológica Sistemática Interventiva e Educação Patrimonial em Área do PRAD na Faixa da Marinha na Praia do Ouvidor
Arqueólogo Coordenador: Luciana Sentana Ribeiro
Apoio Institucional: Instituto de Pesquisas Ambientais e Tecnológicas - Universidade do Extremo Sul Catarinense - IPAT/UNESC
Área de Abrangência: Município de Garopaba, Estado de Santa Catarina
Prazo de Validade: 06 (seis) meses
04-Processo n.º 01492.000270/2016-64
Projeto: Arqueologia Preventiva em Novas Áreas de Intervenção da Mina Juriti
Arqueólogo Coordenador: Daniel Gabriel da Cruz
Apoio Institucional: Fundação Casa da Cultura de Marabá
Área de Abrangência: Munícipio de Juriti, Estado do Pará
Prazo de Validade: 09 (nove) meses
05-Processo n.º 01492.000235/2016-45
Projeto: Salvamento Arqueológico e Educação Patrimonial da Área de Influência da Linha de Transmissão 138 KV SE Novo Progresso - Projeto Tocantinzinho
Arqueólogo Coordenador: Wagner Fernando da Veiga e Silva
Apoio Institucional: Fundação Casa da Cultura de Marabá
Área de Abrangência: Novo Progresso e Itaituba, Estado do Pará
Prazo de Validade: 12 (doze) meses
06-Processo n.º 01506.004119/2015-18
Projeto: Prospecções Complementares, Monitoramento Arqueológico e Educação Patrimonial para Duplicação da Rodovia dos Tamoios (SP- 099) - Trecho Serra - do km 60,4 ao km 82
Arqueólogo Coordenador: Elaine Cristina Carvalho da Silva
Apoio Institucional: Fundação Museu de História, Pesquisa e Arqueologia do Mar
Área de Abrangência: Municípios de Caraguatatuba e Paraibuna, Estado de São Paulo
Prazo de Validade: 12 (doze) meses
07-Processo n.º 01514.004388/2016-66
Projeto: Diagnóstico, Prospecção e Educação Patrimonial nas Fazendas Saco do São Francisco, Fazenda Saco do São Francisco Vereda e Poções. Fazenda Flexas e Fazenda Flexas local denominado Vargem do Urucuia
Arqueóloga Coordenadora: Aline Gonçalves dos Santos
Apoio Institucional: Museu de Ciências Naturais - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC/MG
Área de Abrangência: Município de São Romão, Estado de Minas Gerais
Prazo de Validade: 07 (sete) meses

ANEXO II

01-Processo n.º 01500.002394/2009-17
Projeto: Resgate e Monitoramento das Obras da Estrada BR 493/RJ109 - Arco Metropolitano do Rio de Janeiro
Arqueólogo Coordenador: Ondemar Ferreira Dias Júnior
Apoio Institucional: Instituto de Arqueologia Brasileira - IABÁrea de Abrangência: Municípios de Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Japeri, Seropédica e Itaguaí, Estado do Rio de Janeiro
Prazo de Validade: 10 (dez) meses
02-Processo n.º 01500.001089/2014-67
Projeto: Salvamento e Monitoramento Arqueológico Novo-Rio
Arqueólogo Coordenador: Jeanne Cordeiro de Oliveira
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia Brasileira - LAB
Área de Abrangência: Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro
Prazo de Validade: 11(onze) meses
03-Processo n.º 01514.003300/2014-27
Projeto: Diagnóstico e Prospecção Arqueológico para ADA e AID da Fazenda Querença
Arqueóloga Coordenadora: Gilmar Pinheiro Henriques Júnior
Apoio Institucional: Museu Arqueológico do Carste do Alto São Francisco - MAC
Área de Abrangência: Municípios de Inhaúma, Sete Lagoas, Paraopeba e Caetanópolis, Estado de Minas Gerais
Prazo de Validade: 07 (sete) meses
04-Processo n.º 01512.002300/2014-20
Projeto: Diagnóstico Arqueológico Interventivo na área de implantação do Complexo Eólico Bacupari
Arqueólogo Coordenador: André Garcia Loureiro
Apoio Institucional: Museu de Ciências e Tecnologia - PUC/RS
Área de Abrangência: Municípios de Palmares do Sul e Mostardas, Estado do Rio Grande do Sul
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses
05-Processo n.º 01502.000728/2015-38
Projeto: Resgate, Monitoramento e Educação Patrimonial dos Complexos Eólicos de Capoeiras & Assuruá - Parques Eólicos Assuruá I e VI, Capoeiras I e II e Curral das Pedras III e IV
Arqueólogo Coordenador: Paulo Eduardo Zanettini e Lucas de Paula Souza Troncoso
Apoio Institucional: Núcleo de Estudos e Pesquisas Arqueológicas da Bahia - Universidade Estadual de Santa Cruz - NEPAB/UESC
Área de Abrangência: Município de Gentio do Ouro, Estado da Bahia
Prazo de validade: 12 (doze) meses

ANEXO III

01-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Rizzo Participações Imobiliárias Ltda.
Empreendimento: Condomínio Estância do Bosque
Processo n.º 01516.002267/2015-89
Projeto: Avaliação de Potencial de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área de Influência do Projeto Condomínio Estância do Bosque
Arqueólogo coordenador: Elaine Alencastro Chaves
Arqueólogo de campo: Elaine Alencastro Chaves
Apoio Institucional: Museu Histórico de Jataí Francisco Honório de Campos
Área de Abrangência: Município de Santo Antônio de Goiás, Estado de Goiás
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses
02-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Engeplan Engenharia Ltda.
Empreendimento: Condomínio Residencial Tracoá
Processo n.º 01494.000060/2016-56
Projeto: Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico na Área de Implantação do Condomínio Residencial Tracoá
Arqueólogo Coordenador: Adilson Pereira Nascimento Júnior
Apoio Institucional: Instituto do Ecomuseu Sítio do Físico - IESF
Área de Abrangência: Município de São José de Ribamar, Estado do Maranhão
Prazo de Validade: 02 (dois) meses
03-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Heidrich Geração de Energia Ltda.
Empreendimento: PCH Passo Manso
Processo n.º 01510.000628/2016-93
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico PCH Passo Manso
Arqueólogo Coordenador: Silvano Silveira da Costa
Arqueólogo de Campo: Silvano Silveira da Costa
Apoio Institucional: Universidade Comunitária Regional de Chapecó - Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina - Núcleo de Estudos Etnológicos e Arqueológicos
Área de Abrangência: Município Taió, Estado Santa Catarina
Prazo de Validade: 03 (três meses
04-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Matheus Grossi Ventura
Empreendimento: Fazenda São Matheus
Processo n.º 01514.001021/2016-91
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico Fazenda São Matheus
Arqueólogo Coordenador: Sérgio Bruno dos Reis Almeida
Arqueólogo de Campo: Carla Janayna de Sousa Costa
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia e Estudo da Paisagem - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM
Área de Abrangência: Município de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais
Prazo de Validade: 06 (seis) meses
05-Enquadramento IN: Nível IV
Empreendedor: Copel Geração e Transmissão S.A.
Empreendimento: Linha de Transmissão 230 kV Andirá Leste Secc 1 e 2 (Assis - Salto Grande)
Processo n.º 01508.000751/2016-53
Projeto: Avaliação de Potencial de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área da Linha de Transmissão 230 kV Andirá Leste Secc 1 e 2 (Assis - Salto Grande)

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Arqueólogo Coordenador: Valdir Luiz Schwengber
Arqueólogo de Campo: Raul Viana Novasco
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia e Etnologia e Etno-História - Universidade Estadual de Maringá
Área de Abrangência: Municípios de Andirá, Cambará e Barra do Jacaré, Estado do Paraná
Prazo de Validade: 03 (três) meses
06-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Pacífico Empreendimentos e Participações SPE Ltda.
Empreendimento: Loteamento Residencial Alto da Bacutia
Processo n.º 01409.000441/2016-57
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área de Implantação do Loteamento Residencial Alto da Bacutia
Arqueóloga Coordenadora: Letícia Moura Simões de Souza
Apoio Institucional: Museu Histórico da Serra - Secretaria de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer - Prefeitura Municipal da Serra
Área de Abrangência: Município de Guarapari, Estado do Espírito Santo
Prazo de Validade: 03 (três) meses
07-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Construtora Rio Doce Ltda.
Empreendimento: Terraplanagem da Construtora Rio Doce
Processo n.º 01409.000238/2016-81
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área Diretamente Afetada pelo empreendimento Terraplanagem da Construtora Rio Doce.
Arqueóloga Coordenadora: Letícia Moura Simões de Souza
Arqueólogo de Campo: Fernando Walter da Silva Costa
Apoio Institucional: Museu de História de São Mateus - Prefeitura Municipal de São Mateus
Área de Abrangência: Município de Serra, Estado do Espírito Santo
Prazo de Validade: 03 (três) meses
08-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Branco Supremo Mineração Ltda.
Empreendimento: Mineração Branco Supremo
Processo n.º 01514.001676/2016-69
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área de Implantação do Empreendimento Branco Supremo Mineração
Arqueólogo Coordenador: Déborah Lima Duarte Talim
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia e Estudo da Paisagem - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM
Área de Abrangência: Município de Diamantina, Estado de Minas Gerais
Prazo de Validade: 02 (dois) meses
09-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Mineração Usiminas S.A.
Empreendimento: Ampliação Pilha de Disposição de Estéril Oeste - PDE Oeste
Processo n.º 01514.002530/2016-31
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área de Implantação da Ampliação Pilha de Disposição de Estéril Oeste - PDE Oeste
Arqueóloga Coordenadora: Patrícia Carolina Letro de Brito
Arqueólogo de Campo: Diogo de Cerqueira Pinto
Apoio Institucional: Museu de Ciências Naturais - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC/MG
Área de Abrangência: Município de Itatiaiuçu, Estado de Minas Gerais
Prazo de Validade: 03 (três) meses
10-Enquadramento IN: Nível IV
Empreendedor: Martifer Renováveis Ltda.
Empreendimento: Usina Solar Fotovoltaica Assú I
Processo n.º 01421.001339/2015-20
Projeto: Avaliação de Potencial de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área de Implantação da Usina Solar Fotovoltaica Assú I
Arqueólogo Coordenador: Daniel Luna Machado
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia O Homem Potiguar - Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
Área de Abrangência: Município de Assú, Estado do Rio Grande do Norte
Prazo de Validade: 06 (seis) meses
11-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Jowa Participações Ltda.
Empreendimento: Cidade Alpha Goiás
Processo n.º 01516.001785/2015-85
Projeto: Avaliação de Potencial de Impacto ao Patrimônio Arqueológico da Cidade Alpha Goiás
Arqueólogo coordenador: Jessica Rafaella de Oliveira
Apoio Institucional: Museu Antropológico - Universidade Federal de Goiás
Área de Abrangência: Municípios de Senador Canedo e Caldazinha, Estado de Goiás
Prazo de Validade: 06 (seis) meses
12-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Parque Eólico Cristalândia
Empreendimento: Linha de Transmissão do Parque Eólico Cristalândia
Processo n.º 01502.002359/2016-07
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico para a Linha de Transmissão do Empreendimento Parque Eólico Cristalândia
Arqueóloga Coordenadora: Cristiana de Cerqueira Silva Santana
Apoio Institucional: Universidade do Estado da Bahia, Campus VII, Senhor do Bonfim - Laboratório de Arqueologia e Paleontologia
Área de Abrangência: Município de Brumado, Estado da Bahia
Prazo de Validade: 02 (dois) meses
13-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Jacuhy Urbanismo LTDA
Empreendimento: Jacuhy Urbanismo
Processo n.º 01409.000283/2016-35
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área Diretamente Afetada pelo empreendimento Jacuhy Urbanismo
Arqueólogo Coordenador: Gerson Luiz Sant'Anna Cavalcanti
Apoio Institucional: Museu Histórico da Serra - Secretaria de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer - Prefeitura Municipal da Serra
Área de Abrangência: Município de Serra, Estado do Espírito Santo
Prazo de Validade: 02 (dois) meses
14-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Mediterrâneo Empreendimentos e Participações SPE Ltda.
Empreendimento: Loteamento Paradise Hills
Processo n.º 01409.000329/2016-16
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área Diretamente Afetada pelo Loteamento Paradise Hills
Arqueólogo Coordenador: Letícia Moura Simões de Souza
Apoio Institucional: Museu de História de São Mateus - Prefeitura Municipal de São Mateus
Área de Abrangência: Município de Cachoeiro de Itapemirim, Estado do Espirito Santo
Prazo de Validade: 03(três) meses

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº50/2016, Seção 1, Página 14, Revogação nº 08 de 13/09/2016, onde se lê: "01502.001380/2014-15", leia-se: "01502.001390/2014-51".

ROSANA PINHEL MENDES NAJJAR

SECRETARIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

PORTARIA Nº 571, DE 16 DE SETEMBRO DE 2016

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Aprovar o(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

ANEXO

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
161896 - 3º Festin - Festival de Teatro Infantil de São João del-Rei
ADRIANO RESENDE MARGOTTI01318240662
CNPJ/CPF: 12.815.416/0001-47
Processo: 01400203559201615
Cidade: São João del Rei - MG;
Valor Aprovado: R$ 122.275,00
Prazo de Captação: 19/09/2016 à 31/12/2016
Resumo do Projeto: O FESTIN é um Festival de teatro destinado ao publico infantil e acontece em São João del-Rei no teatro Municipal. Em sua terceira edição o evento acontecerá durante uma semana(sete dias) no mês de Outubro de 2016 com 25 apresentações teatrais, sendo 20 destinadas às escolas públicas e particulares e as demais sessões abertas a população. O Festival desenvolvido pela empresa Inovitá faz parte das ações de popularização das artes cênicas, formação de público, reconhecimento e valorização do patrimônio histórico, além de promover muita diversão e brincadeira. Toda a programação é gratuita. Lugar de criança também é no Teatro!
161839 - A JÓIA DO PALÁCIO, O MUSICAL
TRK FILMES PRODUÇÕES CINEMATOGRÁFICAS E TEATRAIS LTDA.
CNPJ/CPF: 18.468.960/0001-46
Processo: 01400203124201671
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 77.788,20
Prazo de Captação: 19/09/2016 à 31/12/2016
Resumo do Projeto: Montagem de musical infantil em teatro com capacidade até 400 espectadores no Rio de Janeiro. Sete atores, embalados por oito músicas originais cantadas ao vivo, contam uma estória de amor com um toque de conto de fadas : "A Jóia do Palácio" - texto original de Kevin Couto. A peça busca mostrar que um mundo perfeito não é um mundo sem defeitos e, trata de temas como amizade, amor, solidariedade e consequencias para comportamentos inadequados. O texto penetra o universo infantil com sutileza e humor buscando ajudar na formação do pensamento crítico de crianças até 12 anos de idade. O musical tem impacto suficiente para ser lembrado e imitado pelos os jovens espectadores pois deixa o cotidiano de cada espectador mesclar-se com a estória trazendo uma maior permanência na vivência teatral.
161425 - A TUEGAS
BEIJO PRODUCOES ARTISTICAS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 59.087.221/0001-91
Processo: 01400021529201692
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 505.230,00
Prazo de Captação: 19/09/2016 à 31/12/2016
Resumo do Projeto: Este projeto visa a montagem e temporada do espetáculo infantil A Tuegas, com músicas de Dora Stroeter e Guga Stroeter. A temporada a preços populares terá a duração de 3 meses e será realizada na cidade da São Paulo. Durante a temporada, ainda serão realizadas mais 04 apresentações gratuitas para alunos de escolas públicas do ensino fundamental. Ao todo, a temporada terá 28 apresentações e pretende atingir a aproximadamente 8.400 pessoas.
162115 - Dança Cidadã - Plano Anual
Royale Escola de Dança e Integração Social
CNPJ/CPF: 02.636.047/0001-71
Processo: 01400206713201619
Cidade: Santa Maria - RS;
Valor Aprovado: R$ 219.260,00
Prazo de Captação: 19/09/2016 à 31/12/2016
Resumo do Projeto: Dança Cidadã é a proposta para o trabalho desenvolvido pela Royale Escola de Dança e Integração Social, que visa atender 200 crianças, adolescentes e jovens entre 6 a 29 anos, provenientes das regiões periféricas de Santa Maria/RS. O Projeto utiliza a dança como agente motivador no desenvolvimento das potencialidades e na inclusão social, cultural e educacional de crianças, adolescentes e jovens expostos a situações de vulnerabilidade pessoal e social. As atividades envolvem oficinas de Ballet Clássico, Artes Visuais e Língua Francesa, além de Apoio Pedagógico e Psicológico para todos os beneficiados e acontecem no turno inverso ao das escolas, de março a dezembro; nos demais meses são realizadas as inscrições e planejamento das atividades.
162183 - DSÍ
Iroco Produções Artísticas Ltda
CNPJ/CPF: 08.296.082/0001-75
Processo: 01400207127201683
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 551.530,00
Prazo de Captação: 19/09/2016 à 31/12/2016
Resumo do Projeto: Este projeto propõe a pesquisa, criação e temporada de estreia do espetáculo performático DSÍ, livremente inspirado nas proposições estéticas suscitadas pelos objetos relacionais e Estruturação do Self, da artista mineira Lygia Clark. Com direção e proposição dramatúrgica de Ana Vitória e interpretação de Carolyna Aguiar, o espetáculo performático fará temporada de um mês na cidade do Rio de Janeiro, totalizando 16 apresentações.
161912 - INVERNADA ARTÍSTICA DO CTG OS PRAIANOS
CTG Os Praianos
CNPJ/CPF: 83.720.722/0001-48
Processo: 01400203622201613
Cidade: São José - SC;
Valor Aprovado: R$ 360.000,00
Prazo de Captação: 19/09/2016 à 31/12/2016
Resumo do Projeto: Assim como o chimarrão para o gaúcho, a invernada artística representa a tradição para o CTG. Este projeto prevê a realização das atividades culturais da invernada artística do Centro de Tradições Gaúchas ? CTG Os Praianos, com sede em São José (SC). As atividades propostas valorizam o patrimônio imaterial relacionado à cultura tradicionalista, contemplando aulas de danças folclóricas para idosos, adultos, jovens e crianças a partir de 6 anos, assim como a participação dos grupos de danças em concursos e festivais. O projeto também prevê a realização de 3 apresentações culturais itinerantes nas cidades de Tubarão, Campos Novos e Joinville, em Santa Catarina.
160832 - Natal Magico de Bento Gonçalves
D W R SOM E LUZ PRODUCOES CULTURAIS LTDA ME
CNPJ/CPF: 08.469.718/0001-33
Processo: 01400007179201651
Cidade: Bento Gonçalves - RS;
Valor Aprovado: R$ 491.315,00
Prazo de Captação: 19/09/2016 à 31/12/2016
Resumo do Projeto: O projeto "NATAL MAGICO DE BENTO GONÇALVES" consiste na realização de espetáculos de teatro, dança circo, orquestras e desfile temático, durante o período de comemorações natalinas na cidade de Bento Gonçalves , sendo em locais diversos da cidade.
1511220 - NIKI ? Uma Artista Atormentada e Alegre
DESTAQUE PRODUÇÕES ARTISTICAS LTDA
CNPJ/CPF: 03.864.792/0002-11
Processo: 01400080003201563
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 1.094.500,00
Prazo de Captação: 19/09/2016 à 31/12/2016
Resumo do Projeto: Propomos montagem inédita do espetáculo biográfico, ?NIKI ? UMA ARTISTA ATORMENTADA E ALEGRE?, sobre a vida da artista plástica Catherine Marie-Agnès de Saint Phalle, mais conhecida como Niki de Saint Phalle. Com texto de Daniela Pereira de Carvalho, encomendado pela atriz Juliana Didone, a peça vai abordar a vida da artista plástica com sua vasta obra que é admirada em todo o mundo, assim como sua história de vida

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

que a tornou um ícone: da infância de abusos, adolescência como modelo, internações psiquiátricas, os casamentos, filhos, luta pelas mulheres e pela cura da AIDS. Convidaremos a atriz e diretora Vera Holtz, para estar à frente da direção do espetáculo, por admirar e circular, tão à vontade nos campos das artes cênicas e plásticas. No elenco, além da atriz Juliana Didone, idealizadora desse projeto, teremos um ator (a ser escolhido) para ser uma personagem coringa.

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)
162345 - 1° Turnê do Quarteto de Sopros Fascínio
Núcleo Cultural De Estrela
CNPJ/CPF: 92.893.841/0001-93
Processo: 01400208255201644
Cidade: Estrela - RS;
Valor Aprovado: R$ 58.100,48
Prazo de Captação: 19/09/2016 à 31/12/2016
Resumo do Projeto: Realização da Temporada 2016 do Quarteto de Saxofones "Fascínio" - apoiado pelo Núcleo Cultural de Estrela. O Grupo executa um repertório eclético, com destaque para temas de filmes, jazz, MPB, música latina e peças eruditas de compositores consagrados. Os seus concertos são sempre ao vivo e acústico nas praças e instituições menos favorecidas. A utilização de sonorização ocorre em todos locais.

161049 - 1º Música para Todos
Banco da Esperança - Ação Social
CNPJ/CPF: 17.962.281/0001-66
Processo: 01400007644201654
Cidade: Santa Maria - RS;
Valor Aprovado: R$ 596.250,00
Prazo de Captação: 19/09/2016 à 31/12/2016
Resumo do Projeto: O projeto prevê a realização de oficinas culturais de música instrumental(violão, violino, violoncelo, percurssão) e dança para crianças, jovens e adolescentes em vulnerabilidade social das escolas públicas na sede do Banco da Esperança ? Ação Social localizada no município de Santa Maria-RS, com o objetivo de aumentar o potencial criativo por meio da música, destacando os benefícios no desenvolvimento dos participantes na formação da cidadania. Ao todo atingiremos 150 educandos, durante 6 meses.

162370 - A Canção Brasileira - Canto, Piano e Percussão
Fabiano Bonella Cunha
CNPJ/CPF: 09.117.895/0001-13
Processo: 01400208295201696
Cidade: Porto Alegre - RS;
Valor Aprovado: R$ 171.880,00
Prazo de Captação: 19/09/2016 à 31/12/2016
Resumo do Projeto: Circuito musical contemplando 16 cidades do RS, com recitais gratuitos da cantora lírica Angela Diel interpretando canções brasileiras originárias de diferentes regiões do país. Em cada cidade serão realizadas duas apresentações: 1) recital didático voltado a estudantes do ensino fundamental; 2) recital para a comunidade, aberto ao público em geral.

161466 - BANDONEON FEST
DIONISO TRAPP
CNPJ/CPF: 381.453.599-53
Processo: 01400027170201667
Cidade: Joinville - SC;
Valor Aprovado: R$ 125.110,00
Prazo de Captação: 19/09/2016 à 31/12/2016
Resumo do Projeto: Será realizada mais uma edição da BANDONEON FEST. A Bandoneon Fest é um evento cultural musical, a qual apresenta instrumentistas e conjuntos de bandoneon. É a maior e mais antiga festa sobre Bandoneon do Brasil, e uma das festas mais tradicionais da cidade de Joinville (maior cidade de Santa Catarina), fazendo parte do calendário oficial de eventos do Estado.

161207 - Circuito de Encontro de Bandas de Música Minas-Rio-Espírito Santo
Niza Delácio Drumond Albuquerque
CNPJ/CPF: 02.953.160/0002-61
Processo: 01400021096201675
Cidade: Carangola - MG;
Valor Aprovado: R$ 302.580,00
Prazo de Captação: 19/09/2016 à 31/12/2016
Resumo do Projeto: O projeto intitulado Circuito de Encontro de Bandas de Música Minas-Rio-Espírito Santo oferecendo oportunidade de acesso a todos, visa promover gratuitamente em praça pública a "Apresentação Musical" registrada em DVD com a participação de bandas dos três estados, no período de julho/2016 a novembro2017, em 8 cidades brasileiras: Carangola/MG; Leopoldina/MG; Mariana/MG - Circuito Estrada Real, primeira Capital de Minas Gerais, Ouro Preto/MG -Tombada pela UNESCO; Ponte Nova/MG; Sarzedo/MG; Irupi/ES; Lage do Muriaé/RJ. O projeto proposto, a 21 anos tem sido uma referência para a nossa cultura brasileira principalmente para a cultura das bandas de música.

160533 - EMERSON GOTTARDO, MISSIONEIRO POR HERANÇA - INSTRUMENTAL I
EMERSON JOSE GOTTARDO - ME (Emerson Gottardo Produções)
CNPJ/CPF: 11.416.660/0001-74
Processo: 01400006772201681
Cidade: Cândido Godói - RS;
Valor Aprovado: R$ 231.170,00
Prazo de Captação: 19/09/2016 à 31/12/2016
Resumo do Projeto: O presente projeto busca promover apresentações de música instrumental em 07 cidades da Região Sul do Brasil, com o cantor, compositor e multi instrumentista Emerson Gottardo. Os eventos terão aceso gratuito, sendo realizados nas cidades de Porto Xavier, Roque Gonzales, Giruá, Pejuçara e mais três a serem definidas posteriormente. Antes dos espetáculos, em cada cidade, a comunidade apreciará a realização de Tertulia Livre com musicistas locais, bem como, show acústico instrumental em Lares/Casas de Idosos e APAEs.

ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18 , § 1º)
161526 - 16 Conte Outra Vez
Capucine Picicaroli de Araújo Antunes da Fonseca
CNPJ/CPF: 699.617.351-53
Processo: 01400200339201630
Cidade: Cuiabá - MT;
Valor Aprovado: R$ 147.040,00
Prazo de Captação: 19/09/2016 à 31/12/2016
Resumo do Projeto: Esta proposta tem como objetivo a itinerância de uma exposição inaugurada no fim de 2014 em Cuiabá MT. "16 Conte Outra vez" é criação da artista plástica Capucine Picicaroli. O projeto prevê a produção de 5 novas obras, e pretende caminhar por capitais brasileiras. Buscando resgatar o universo fantástico dos contos de fada, com rica cenografia e elementos audiovisuais, a mostra é livre para todos os públicos. Em seus conceitos podemos destacar o estímulo de imersão das pessoas no universo de grandes clássicos da literatura infantil dos livros de J. M. Barrie, L. Frank Baum, Lewis Caroll entre outros. Produtos culturais: 23 obras,1 videoart,1 instalação, musicalização com sound design em 3 exposições.

ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º)
161924 - Brasil e Portugal: do descobrimento até os dias atuais
Produtora Canarinho de Arte e Cultura Ltda
CNPJ/CPF: 23.322.064/0001-04
Processo: 01400204329201673
Cidade: Petrolina - PE;
Valor Aprovado: R$ 337.650,00
Prazo de Captação: 19/09/2016 à 31/12/2016
Resumo do Projeto: Registrar aspectos das relações entre Brasil e Portugal ao longo de mais de 400 anos de história. A obra é inédita e será composta por imagens e textos especializados. Abordará temas sobre diplomacia, economia, cultura e sociedade.

162278 - Brasil em Festa
José Israel Abrantes
CNPJ/CPF: 260.346.036-68
Processo: 01400208111201698
Cidade: Brumadinho - MG;
Valor Aprovado: R$ 328.251,00
Prazo de Captação: 19/09/2016 à 31/12/2016
Resumo do Projeto: O projeto trata da produção e publicação de um livro com imagens do fotógrafo José Israel Abrantes e texto do escritor Olavo Romano. O livro será bilíngüe (Português e Inglês). O livro "Brasil em festa" propõe uma viagem visual e poética a uma das matrizes da identidade cultural brasileira: as festas populares. Sagradas ou profanas, redutos de fé e arte, as manifestações festivas que se espalham por todas as regiões do país são expressões legítimas do caldeirão cultural brasileiro, no qual figura uma singular miscigenação, origem de tantas crenças e tradições.

162566 - Dicionário Mario e Oswald de Andrade - O texto e contexto da modernidade brasileira
Mecenas Editora e Projetos Culturais Ltda.
CNPJ/CPF: 04.017.371/0001-37
Processo: 01400211937201634
Cidade: Porto Alegre - RS;
Valor Aprovado: R$ 405.446,12
Prazo de Captação: 19/09/2016 à 31/12/2016
Resumo do Projeto: Edição do Dicionário Mario e Oswald de Andrade - O texto e contexto da modernidade brasileira. Essa edição trata-se do primeiro dicionário envolvendo dois autores, posto que integrados pelo motivo central da obra, cultua a Semana de Arte Moderna de 1922, o modernismo e seus personagens centrais.

PORTARIA N° 572, DE 16 DE SETEMBRO DE 2016

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria n° 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art.1° - Prorrogar o prazo de captação de recursos do(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do Artigo 18 e no Artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei n.º 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art.2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSE PAULO SOARES MARTINS

ANEXO

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS - (ART.18)
15 2526 - O Matador
JARBAS JOSE ALBUQUERQUE CESAR NETO 02437845461
CNPJ/CPF: 18.285.954/0001-53
RJ - Rio de Janeiro
Período de captação: 26/06/2016 a 31/12/2016
15 3364 - Os Ancestrais - Grupo Teatro Invertido - BH/MG
Grupo Teatro Invertido
CNPJ/CPF: 06.935.697/0001-79
MG - Belo Horizonte
Período de captação: 01/01/2016 a 31/12/2016
14 0206 - Circulação de Espetáculo de Dança
Associação Ária Social Espaço de Dança e Arte
CNPJ/CPF: 07.041.925/0001-20
PE - Jaboatão dos Guararapes
Período de captação: 31/08/2016 a 31/12/2016
14 10717 - Manutenção Projeto Plantão Sorriso - Ano 19
Projeto Plantão Sorriso
CNPJ/CPF: 01.716.439/0001-88
PR - Londrina
Período de captação: 01/07/2016 a 31/12/2016

Ministério da Defesa

GABINETE DO MINISTRO

DESPACHO DO MINISTRO
Em 15 de setembro de 2016

Processo nº 09200.000681/2016-08
Assunto: Recurso em 2ª Instância.
Nº 208/GM-MD -Processo no 09200.000681/2016-08. Assunto: Lei de Acesso à Informação - Recurso em 2ª Instância - Denegação de Pedido de Acesso à Informação. Recorrente: Artigo 19 - CNPJ: 10435847/0001-52. Autoridade recorrida: Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas. Amparo legal: art. 15 da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011; inciso III do art. 12, § único do art. 21 do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012. Decisão da autoridade ministerial: muito embora o requerente tenha delimitado no tempo o seu pedido de acesso a dados públicos, não foi especificada, de forma clara e precisa, a informação requerida. Assim, observado o disposto no parágrafo único do art. 21 do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012, conheço do recurso e, no mérito, nego-lhe provimento, com fundamento nas informações e razões apresentadas pela autoridade recorrida em 1ª Instância, aplicando ao presente recurso o disposto no inciso III do art. 12 do Decreto nº 7.724, de 2012. Nos termos do art. 23 do Decreto nº 7.724, de 2012, eventual recurso sobre esta decisão deve ser dirigido ao Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle, no prazo de 10 dias, a contar desta data. Comunique-se ao recorrente.

RAUL JUNGAMANN

Ministério da Educação

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
SECRETARIA EXECUTIVA
CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

RESOLUÇÃO N° 4, DE 16 DE SETEMBRO DE 2016

Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Teologia e dá outras providências

O Presidente da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, no uso de suas atribuições legais, conferidas no art. 9º, § 2º, alínea "c", da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, com a redação dada pela Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, tendo em vista as diretrizes e princípios fixados pelos Pareceres CNE/CES nºs 583/2001 e 67/2003, e com fundamento no Parecer CNE/CES nº 60/2014, homologado por Despacho do Senhor Ministro de Estado da Educação, publicado no DOU de 8 de setembro de 2016, resolve:

Art. 1º A presente Resolução institui as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para o curso de graduação em Teologia, bacharelado, que deverão ser observadas pelas Instituições de Educação Superior (IES) em sua organização curricular.

Art. 2º A organização de cursos de graduação em Teologia, resguardadas as Diretrizes Curriculares Nacionais e os Pareceres desta Câmara, deverá ser elaborada com claro estabelecimento de componentes curriculares, os quais abrangerão: projeto pedagógico e matriz curricular, linhas de formação, articulação teórico-prática, processos de atualização, carga horária total, trabalhos de conclusão de curso, descrição de competências gerais e específicas, habilidades e perfil desejado para o futuro profissional, conteúdos curriculares, estágio curricular supervisionado, acompanhamento e avaliação, e atividades complementares, sem prejuízo de outros aspectos que tornem consistente o projeto pedagógico.

Art. 3º O projeto pedagógico do curso de graduação em Teologia, além da clara concepção do curso, com suas peculiaridades, seu currículo pleno e sua operacionalização, deverá incluir, sem prejuízos de outros, os seguintes aspectos:

I - objetivos gerais do curso, contextualizado à sua inserção institucional, política, geográfica e social;

II - condições objetivas de oferta e a vocação do curso;

III - formas de realização da interdisciplinaridade;

IV - adequação às disposições das diretrizes gerais nacionais de direitos humanos, educação ambiental, educação étnico-racial e indígena;

V - modos de integração entre teoria e prática;

VI - formas de avaliação do ensino e da aprendizagem;

VII - modos da integração entre graduação e pós-graduação, quando houver;

VIII - incentivo à pesquisa, como necessário prolongamento da atividade de ensino e como instrumento para a iniciação científica;

IX - regulamentação das atividades relacionadas com o Trabalho de Conclusão de Curso, em diferentes modalidades, atendendo às normas da Instituição de Educação Superior;

X - concepção e composição das atividades de estágio curricular supervisionado em diferentes formas e condições de realização, observados seus respectivos regulamentos;

XI - concepção e composição das atividades complementares.

VEDADA A REPRODUÇÃO DA IMPRENSA NACIONAL

§ 1º A proposta pedagógica para os cursos de graduação em Teologia deverá buscar a formação integral e adequada do estudante por meio de articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

§ 2º A estrutura do curso de graduação em Teologia assegurará:

I - a articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão, garantindo ensino crítico, reflexivo e criativo que leve em consideração o perfil almejado, estimulando o aluno a participar ativamente de todas as atividades acadêmicas e práticas do curso;

II - a visão de educar para a cidadania, a participação plena na sociedade e o respeito à diversidade;

III - a implementação de metodologia no processo ensinar-aprender que estimule o aluno a refletir sobre a realidade cotidiana e a aprender a aprender;

IV - a definição de metodologias pedagógico-didáticas que articulem o saber, o saber refletir, o saber fazer, o saber sentir, o saber conviver e o saber ser visando a conhecer o campo teológico, a refletir construindo suas articulações e ponderações da Tradição que estuda, a elaborar a sua efetiva articulação entre o conhecimento teórico e a sua ação concreta no mundo, a construir sua afetividade de modo a poder cumprir o seu papel como egresso, a viver junto em comunidade e a buscar atributos indispensáveis à formação de sua personalidade de modo a participar ativamente na construção da realidade em que vive;

V - o estímulo às dinâmicas de trabalho em grupos, por favorecer a discussão coletiva e as relações interpessoais;

VI - a valorização das dimensões éticas e humanísticas, desenvolvendo no aluno atitudes e valores voltados para o exercício de seu papel na sua comunidade, na sociedade em geral e também orientados para a cidadania e para a solidariedade.

VII - a garantia de oferta de disciplinas e atividades didáticas optativas, de livre escolha do aluno.

§ 3º O curso deverá estabelecer ações pedagógicas visando ao desenvolvimento de condutas e atitudes com responsabilidade social e terá por princípios:

I - consideração para os aspectos sociais, culturais na interação com diferentes públicos e no planejamento e nas ações sociais;

II - reflexão e crítica junto com os processos sociais, produzindo conhecimentos e práticas adequadas às mudanças e demandas, sem perder a ênfase nos interesses da sociedade;

III - preocupação com a formação humanística, crítica e ética e com a formação multidisciplinar.

§ 4º Em seus projetos pedagógicos, as Instituições de Educação Superior ofertantes poderão definir linhas de formação específicas, apresentando uma identidade mais precisa e marcada para o egresso de curso de graduação em Teologia.

§ 5º As Instituições de Educação Superior podem adotar linhas de formação condizentes com suas demandas sociais, sua fundamentação religiosa e inserção regional e local, observando-se estas Diretrizes.

§ 6º A pesquisa será considerada elemento constitutivo e fundamental do currículo, uma vez que possibilita aos cursos buscar o equilíbrio entre teoria e prática e estabelece uma conexão com as disciplinas que tratam da operacionalidade das funções do estudo da Teologia, voltadas ao conhecimento e à análise da atividade religiosa.

§ 7º A pesquisa poderá lançar mão de mecanismos ativos no processo ensino-aprendizagem (estudos bibliográficos e literários, trabalhos de campo, formação de equipes, atividades de extensão, maior exposição a situações reais) e de resoluções de situações-problema, aliando o conhecimento adquirido à capacidade do egresso de propor alternativas, isto é, de ser proativo na busca de formas inovadoras de ação social.

§ 8º Os cursos deverão oferecer condições para que os alunos desenvolvam conhecimentos e práticas utilizando recursos sempre atualizados, além da constante renovação de conhecimentos teórico-práticos na área, mediante a capacitação permanente dos docentes e possibilidades de participação destes e dos discentes em fóruns acadêmicos e profissionais, considerando que a atualização dos recursos estimula atividades de iniciação científica e de extensão no âmbito da graduação.

§ 9º Os cursos deverão proporcionar a garantia de autonomia do aluno, em face do seu próprio processo de aprendizagem e produção de conhecimento e de integração entre as diversas áreas das ciências humanas e com outros campos do saber.

§ 10. A integração entre egressos e estudantes para a troca de experiências deverá ser encorajada, assim como formas de acompanhamento e avaliação da inserção na ação social.

§ 11. Com base no princípio de educação continuada, as Instituições de Educação Superior poderão incluir, no projeto pedagógico do curso, previsão e oferta de cursos de pós-graduação (nos níveis de lato sensu e stricto sensu), de acordo com as efetivas demandas do desempenho profissional e social, com o objetivo de aprimorar a qualificação para o ensino da área em nível superior, em programas nacionais, e de ampliar o campo das pesquisas na área da Teologia.

Art. 4º O egresso de curso de graduação em Teologia deverá ter como base formativa os fundamentos constitutivos da construção do fenômeno humano e religioso sob a ótica da contribuição teológica considerando o ser humano em todas as suas dimensões.

Art. 5º Considerando o disposto no art. 205 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em que se prevê como objetivo da Educação o pleno desenvolvimento da pessoa, a formação para a convivência cidadã e a qualificação adequada para o trabalho, e o espírito que subjaz ao art. 43 da LDB, no que diz respeito à Educação Superior, um curso de graduação em Teologia visa formar pessoas que tenham a capacidade de:

I - compreender os conceitos pertinentes ao campo específico do saber teológico, segundo sua Tradição, e estabelecer as devidas correlações entre estes e as situações práticas da vida;

II - integrar várias áreas do conhecimento teológico, para elaborar modelos, analisar questões e interpretar dados em harmonia com o objeto teológico de seu estudo;

III - compreender a construção do fenômeno humano e religioso sob a ótica da contribuição teológica, considerando o ser humano em todas as suas dimensões, e refletir criticamente sobre a questão do sentido da vida;

IV - analisar, refletir, compreender e descrever criticamente os fenômenos religiosos, articulando a religião e outras manifestações culturais, apontando a diversidade dos fenômenos religiosos em relação ao processo histórico-social;

V - promover a reflexão, a pesquisa, o ensino e a divulgação do saber teológico;

VI - compreender a dimensão da transcendência como capacidade humana de ir além dos limites que se experimentam na existência;

VII - exercer presença pública, interferindo construtivamente na sociedade na perspectiva da transformação da realidade e na valorização e promoção do ser humano;

VIII - assessorar e participar de instituições confessionais, interconfessionais, educacionais, assistenciais e promocionais, tanto na perspectiva teórica, quanto na prática;

IX - elaborar e desenvolver projetos de pesquisa dentro das exigências acadêmicas;

X - prosseguir em sua formação teológica na perspectiva da educação continuada;

XI - participar de comitês e conselhos interdisciplinares, como os comitês Ambientais e de Bioética, Ética em Pesquisa, Juntas de Conciliação, entre outros, promovendo a defesa dos direitos inalienáveis do ser humano e contribuindo para a construção permanente de uma sociedade mais justa e harmônica;

XII - perceber as dinâmicas socioculturais, tendo em vista a interpretação das demandas dos diversos tipos de organizações sociais e religiosas e dos diferentes públicos;

XIII - compreender as problemáticas contemporâneas decorrentes da globalização, das tecnologias do desenvolvimento sustentável, necessárias ao planejamento das ações sociais.

Art. 6º O curso de graduação em Teologia deverá possibilitar formação profissional que revele, pelo menos, as seguintes competências e habilidades:

I - Gerais:

a) articular de forma interdisciplinar as interfaces existentes nas diferentes áreas das ciências humanas, da Teologia e de outros campos do saber, promovendo a integração teórico-prática;

b) atuar em consonância com os princípios éticos de ação para a cidadania, considerando as questões contemporâneas sobre temas ligados aos direitos humanos, meio ambiente, educação étnico-racial, educação indígena e sustentabilidade; e

c) produzir conhecimento científico no campo da Teologia e na área das ciências humanas.

II - Específicas:

a) alcançar relevante conhecimento da respectiva Tradição religiosa, seja dos textos e narrativas fundantes, seja do desenvolvimento histórico da respectiva Tradição e das diferentes interpretações e correntes teológicas que se dão no interior de seu campo;

b) interpretar narrativas, textos históricos e tradições em seu contexto, assim como sua hermenêutica, pelo domínio de instrumentos analíticos;

c) desenvolver espírito científico e pensamento reflexivo;

d) adquirir senso de reflexão crítica e de cooperação que permita o desenvolvimento do saber teológico e das práticas religiosas dentro de sua própria Tradição;

e) empregar adequadamente os conceitos teológicos aliados às situações do cotidiano, revelando-se profissional participativo e criativo;

f) articular o saber especificamente teológico com os saberes das outras ciências, de forma interdisciplinar;

g) agir proativamente na promoção do diálogo, do respeito e da colaboração em relação às outras tradições religiosas e aos que não creem;

h) tomar consciência das implicações éticas do seu exercício profissional e da sua responsabilidade social;

i) atuar de modo participativo e criativo junto a diferentes grupos culturais e sociais, promovendo a inclusão social, a reflexão ética, o respeito à pessoa e aos direitos humanos;

j) integrar grupos de reflexão e ação multidisciplinares e inter-religiosos; e

k) desenvolver trabalhos em equipe e implementar projetos em organizações da sociedade.

Parágrafo único. O projeto pedagógico do curso deverá demonstrar claramente como o conjunto das atividades acadêmicas previstas garantirá o desenvolvimento das competências e habilidades esperadas, tendo em vista o perfil desejado, assegurando-se a coexistência de relações entre teoria e prática, como forma de fortalecer o conjunto dos elementos fundamentais para a capacidade do egresso de propor formas criativas de atuação junto à sociedade.

Art. 7º Os conteúdos curriculares do curso de graduação em Teologia deverão ser organizados em quatro grandes eixos temáticos complementares entre si:

I - Eixo de formação fundamental;

II - Eixo de formação interdisciplinar;

III - Eixo de formação teórico-prática; e

IV - Eixo de formação complementar.

§ 1º Será indicado para cada eixo um conjunto de conteúdos básicos que podem ser contemplados em diversas atividades didáticas, tais como disciplinas, oficinas, atividades, discussões temáticas e seminários.

§ 2º O eixo de formação fundamental deverá contemplar conteúdos de formação básica que caracterizam o curso de graduação em Teologia, no qual deverão ser ministradas disciplinas relacionadas ao estudo:

I - das narrativas e textos sagrados ou oficiais que podem ser tidos como fontes da Teologia, segundo a Tradição própria;

II - das línguas das fontes da Teologia;

III - das normas ou regras de interpretação das referidas fontes;

IV - do desenvolvimento da Tradição;

V - do método, dos temas e das correntes teológicas construídas ao longo da história e contemporaneamente;

VI - da natureza da Tradição religiosa e de sua história, inclusive códigos legais ou assemelhados.

§ 3º O eixo de formação interdisciplinar deverá contemplar conteúdos de cultura geral e de formação ética e humanística e prever disciplinas baseadas essencialmente em conhecimentos das humanidades, filosofia e ciências sociais, com foco na ética e nas questões da sociedade contemporânea, em especial nas questões ligadas aos temas dos direitos humanos, educação étnico-racial, educação indígena, educação ambiental e sustentabilidade.

§ 4º Podem ser agregados, ao eixo de formação interdisciplinar, conteúdos gerais de formação em história, direito, antropologia, psicologia e de outras áreas do conhecimento ou campos do saber, conforme o projeto de formação definido pela Instituição de Educação Superior.

§ 5º O eixo de formação teórico-prática deverá contemplar conteúdos de domínios conexos que são importantes para a construção do perfil e das competências pretendidas de acordo com o projeto de formação definido pela Instituição.

§ 6º O eixo de formação teórico-prática deverá contemplar conteúdos formativos que têm a função de ampliar a formação do egresso concedendo-lhe condições para a aquisição de atitudes pretendidas com o curso e dentro da natureza própria de sua formação considerada na respectiva Tradição, de forma que o egresso seja preparado para desenvolver seu papel diante da sociedade em busca de uma cidadania participativa e responsável.

§ 7º O eixo de formação complementar terá como objetivo possibilitar ao aluno reconhecer e testar habilidades, conhecimentos e competências, inclusive fora do ambiente acadêmico, incluindo a prática de estudos e atividades independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, especialmente nas ações de extensão junto à comunidade.

§ 8º As atividades a que se refere o eixo de formação complementar, como a participação em seminários extracurriculares, estágios, palestras, conferências, grupos de pesquisa e eventos de caráter inter-religioso de promoção da cidadania e de respeito aos direitos humanos, devem prever acompanhamento, orientação e avaliação de docentes do curso segundo critérios regulamentados no âmbito de cada Instituição de Educação Superior.

Art. 8º A Instituição de Educação Superior deverá criar e manter espaços catalisadores e organizadores das atividades práticas do curso, que deverão servir como elemento de integração entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão e com as práticas da ação social do profissional.

Parágrafo único. É fundamental que a Instituição conte também com espaços, equipamentos e softwares indispensáveis para a execução de diversas atividades voltadas à realização de pesquisas bibliográficas, pesquisas quantitativas e qualitativas, garantida, obviamente, a constante atualização desses recursos tecnológicos.

Art. 9º O estágio supervisionado deverá ser componente curricular obrigatório do curso, previsto em seu projeto pedagógico.

§ 1º O curso poderá desenvolver o estágio supervisionado como atividade de experiência social, executada interna ou externamente à IES, junto às comunidades religiosas, organizações não-governamentais, escolas, atendimento religioso e aconselhamento, comitês de ética e bioética, instituições de mediação, órgãos governamentais e outros.

§ 2º O estágio supervisionado será de, no mínimo, 200 (duzentas) horas de atividades regulamentadas pelos colegiados acadêmicos da Instituição, em consonância com a Lei nº 11.788/2008, e deverá:

I - reunir um conjunto de atividades de formação, programado e diretamente supervisionado por membros do corpo docente da Instituição, com formação em Teologia, e procurará assegurar a consolidação e a articulação das competências estabelecidas;

II - assegurar o contato do formando com situações, contextos e instituições, permitindo que conhecimentos, habilidades e atitudes se concretizem em ações profissionais, sendo recomendável que suas atividades sejam distribuídas ao longo do curso; e

III - contar com medidas efetivas de orientação e avaliação tanto por parte das Instituições de Educação Superior quanto por parte das instituições concedentes.

§ 3º A Instituição de Educação Superior poderá reconhecer e aproveitar, como atividade de estágio supervisionado, atividades realizadas pelo aluno em instituições, desde que contribuam para o desenvolvimento das habilidades e competências previstas no projeto de curso.

Art. 10. Os cursos deverão considerar, para efeito de complementação de carga horária, atividades complementares, realizadas dentro ou fora da Instituição de Educação Superior, no mínimo de 200 (duzentas) horas.

§ 1º As atividades complementares terão como objetivo possibilitar ao aluno reconhecer e testar habilidades, conhecimentos e competências, inclusive fora do ambiente acadêmico, incluindo a prática de estudos e atividades independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, especialmente nas relações com a sociedade e nas ações de extensão junto à comunidade.

§ 2º As atividades complementares poderão incluir projetos de iniciação científica e de extensão, publicações, participação em cursos, oficinas, seminários extracurriculares, palestras, conferências, grupos de pesquisa e eventos de caráter inter-religioso de promoção da cidadania e de respeito aos direitos humanos.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

§ 3º As atividades complementares deverão prever acompanhamento, orientação e avaliação de docentes do curso segundo critérios regulamentados no âmbito de cada Instituição.

Art. 11. O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) será componente curricular obrigatório e será realizado a partir do penúltimo ano de integralização do curso, centrado em determinada área teórico-prática ou de formação profissional, como atividade de síntese e integração de conhecimento e consolidação das técnicas de pesquisa, observados os seguintes preceitos:

I - deverá ter carga horária mínima de 100 (cem) horas em duas modalidades:

a) trabalho monográfico, individual, podendo versar sobre tema específico de Teologia ou estudos do campo teológico, de modo mais amplo; ou

b) trabalho específico de Teologia aplicado a organizações religiosas, organizações do terceiro setor e afins, elaborado individualmente ou em grupo, acompanhado de fundamentação, reflexão teórica e intervenção documentada;

II - o TCC deverá ser orientado por docente do curso e avaliado por docentes e/ou profissionais, conforme resolução específica da Instituição de Educação Superior.

Parágrafo único. A Instituição deverá constituir regulamentação própria para o Trabalho de Conclusão de Curso, aprovada pelo colegiado acadêmico competente, contendo, obrigatoriamente, critérios, procedimentos e mecanismo de avaliação, além das diretrizes e técnicas relacionadas com sua elaboração.

Art. 12. A carga horária total do curso de graduação em Teologia será de, no mínimo, 2.900 (duas mil e novecentas) horas, assim distribuídas:

I - 2.500 (duas mil e quinhentas) horas, no mínimo, para as atividades didáticas - de cunho teórico e prático, tanto as obrigatórias como as optativas, excluídas as atividades complementares - dos eixos de formação fundamental, de formação interdisciplinar e de formação teórico-prática, sendo, pelo menos, 1.900 (mil e novecentas) horas nos eixos de formação fundamental e de formação teórico-prática - que inclui a carga de 100 (cem) horas destinadas ao Trabalho de Conclusão de Curso -, e, no mínimo, 600 (seiscentas) horas no eixo de formação interdisciplinar;

II - 200 (duzentas) horas, no mínimo, para atividades complementares; e

III - 200 (duzentas) horas, no mínimo, para estágio supervisionado.

Parágrafo único. As durações mínima e máxima do curso ficarão a critério da Instituição de Educação Superior, que levará em conta, na integralização, as diferentes possibilidades de formação específica.

Art. 13. Além do atendimento às normas vigentes de avaliação de cursos previstas na Lei nº 10.861/2004 - Lei do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) -, o curso deve contemplar os seguintes parâmetros de qualidade:

I - perfil do corpo docente que agrega experiência prático-profissional à experiência acadêmica;

II - incentivo à produção científica e de publicações, contribuindo para o incremento dos indicadores de desenvolvimento da educação e das ciências;

III - divulgação e socialização da produção científica de professores e de alunos, bem como a promoção de grupos de pesquisa em Teologia ou áreas afins, inclusive em redes nacionais e internacionais;

IV - investimento institucional para a qualificação dos professores, por meio de programas de capacitação em cursos de aperfeiçoamento e em programas de pós-graduação lato e stricto sensu;

V - estabelecimento de políticas de capacitação docente e de planos de carreira;

VI - infraestrutura adequada para operação do curso em sua plenitude, compatível com a supervisão docente nas atividades didáticas;

VII - contribuição do curso para o desenvolvimento local e social e de cidadania no contexto da Instituição, bem como avaliações periódicas da absorção do egresso pelas organizações sociais;

VIII - manutenção e atualização permanente dos espaços de aprendizagem e pesquisa, com apoio de funcionários técnicos devidamente capacitados;

IX - atividades de pesquisa e extensão que promovam o aprofundamento do conhecimento na área de Teologia, bem como do relacionamento da Instituição de Educação Superior com os vários setores da sociedade;

X - condições adequadas ao acompanhamento de estágios; e

XI - suprimento permanente de títulos atualizados (livros, periódicos e mídias digitais) nas bibliotecas e acesso a bases de dados científicas.

Art. 14. As Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Teologia deverão ser implantadas pelas Instituições de Educação Superior, obrigatoriamente, no prazo máximo de 2 (dois) anos, aos alunos ingressantes, a partir da publicação desta Resolução.

Parágrafo único. As Instituições de Educação Superior poderão optar pela aplicação das Diretrizes Curriculares Nacionais aos demais alunos do período ou ano subsequente à publicação desta Resolução.

Art. 15. Após 1 (um) ano da publicação desta Resolução ficam revogados os efeitos do Parecer CNE/CES nº 63/2004, que dispõe sobre a regulamentação e o reconhecimento civil de cursos teológicos livres realizados antes do Parecer CNE/CES nº 241/1999, não sendo mais permitidos o aproveitamento de estudos e a convalidação de títulos de cursos livres de Teologia, após esse período.

Art. 16. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições contrárias.

LUIZ ROBERTO LIZA CURI

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

PORTARIA Nº 1.871, DE 30 DE AGOSTO DE 2016(*)

O Reitor da Universidade Federal de São Carlos, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, considerando a Resolução ConsUni nº 850, de 26 de agosto de 2016, resolve:

Criar a Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemática, com a sigla PPGEdCM-Ar, vinculado ao Centro de Ciências Agrárias, atribuindo ao Coordenador a Função Comissionada de Coordenação de Curso (FCC).

TARGINO DE ARAÚJO FILHO

(*) Republicada por ter saído no DOU de 9/9/2016, Seção 1, página 16, com incorreções no original.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

PORTARIA Nº 1.302, DE 15 DE SETEMBRO DE 2016

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, no uso de suas atribuições legais e considerando o que consta do Processo de nº. 23113.010365/2015-65/Departamento de Computação/Campus Universitário Prof. José Aloísio de Campos; resolve:

Art. 1º - Prorrogar, por 01 (um) ano, contado a partir de 08/10/2016, o prazo de validade do Concurso Público de Provas e Títulos para Professor Assistente-A - Nível I, em regime de trabalho de Dedicação Exclusiva, objeto do Edital nº. 013/2015, realizado pela Universidade Federal de Sergipe para o Departamento de Computação/Campus Universitário Prof. José Aloísio de Campos, para a Matéria de Ensino "Sistemas de Informação", homologado através da Portaria nº 1.484, de 06/10/2015, publicada no D.O.U. de 08/10/2015, seção 1, página 07.

Art. 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ANGELO ROBERTO ANTONIOLLI

PORTARIA Nº 1.303, DE 15 DE SETEMBRO DE 2016

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, no uso de suas atribuições legais e considerando o que consta do Processo de nº. 23113.09466/2015-93/Departamento de Matemática/Campus Universitário Prof. José Aloísio de Campos; resolve:

Art. 1º - Prorrogar, por 01 (um) ano, contado a partir de 08/10/2016, o prazo de validade do Concurso Público de Provas e Títulos para Professor Adjunto-A - Nível I, em regime de trabalho de Dedicação Exclusiva, objeto do Edital nº. 013/2015, realizado pela Universidade Federal de Sergipe para o Departamento de Matemática/Campus Universitário Prof. José Aloísio de Campos, para a Matéria de Ensino "Cálculo", homologado através da Portaria nº 1.488, de 06/10/2015, publicada no D.O.U. de 08/10/2015, seção 1, página 08, retificada através da Portaria nº 1824, de 07/12/2015, publicada no D.O.U. de 09/12/2015, seção 1, páginas 42 e 43.

Art. 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ANGELO ROBERTO ANTONIOLLI

SECRETARIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

PORTARIA Nº 498, DE 16 DE SETEMBRO DE 2016

O SECRETÁRIO DE regulação e supervisão da Educação superior, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto n° 8.066, de 7 de agosto de 2013, resolve:

Art. 1º Ficam DEFERIDOS os pedidos de Concessão/Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social das entidades elencadas no Anexo I, conforme análise contida nas respectivas Notas Técnicas.

Art. 2º A fim de assegurar a tempestividade do próximo processo de renovação do certificado, as entidades elencadas no Anexo II deverão protocolar novo requerimento no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de publicação desta decisão.

Art. 3º Serão arquivados os processos relacionados no Anexo III, nas hipóteses previstas no art. 59 do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, e/ou no art. 24, § 3º, da Lei nº 12.101/2009.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAURÍCIO COSTA ROMÃO

ANEXO I

	CNPJ	Nome da Entidade	Local	Nº do Processo	Nota Técnica	Tipo (Concessão/Renovação)	Período de certificação
1	22.070.643/0001-44	INSTITUTO PRESBITERIANO GAMMON	Lavras/MG	23123.002192/2011-69	354/2016	Renovação	17/09/2011 a 16/09/2016
2	21.508.312/0001-80	CRECHE COMUNITÁRIA PINGO DE GENTE	Belo Horizonte/MG	23123.000990/2011-56	424/2016	Renovação	15/06/2011 a 14/06/2016
3	19.139.047/0001-69	CRECHE ABRIGO CORAÇÃO DE JESUS	Belo Horizonte/MG	23123.001785/2011-16	461/2016	Concessão	3 anos
4	59.648.824/0001-15	CENTRO SOCIAL "BRASIL VIVO"	Guarulhos/SP	71000.020385/2011-31	493/2016	Renovação	29/07/2011 a 28/07/2016
5	76.195.684/0001-96	CRECHE SÃO JUDAS TADEU	Curitiba/PR	23123.001557/2011-38	520/2016	Renovação	01/07/2011 a 30/06/2016
6	06.122.131/001-28	MISSÃO FILADÉLFIA	Sertanópolis/PR	23123.001801/2011-62	550/2016	Concessão	3 anos
7	19.871.136/0001-03	ESCOLA NORMAL NOSSA SENHORA DO CARMO E GINÁSIO ANGÉLICA	Coronel Fabriciano/MG	23123.001803/2010-71	251/2016	Renovação	01/01/2010 a 31/12/2014
8	65.172.777/0001-89	CRECHE COMUNITÁRIA EUNICE LANZA	Belo Horizonte/MG	71000.115193/2009-97	478/2016	Concessão	3 anos
9	57.513.582/0001-27	INSTITUIÇÃO ASSISTENCIAL L. POLLONE	Santo André/SP	23123.000987/2011-32	560/2016	Renovação	03/05/2011 a 02/05/2016
10	25.002.155/0001-98	FUNDAÇÃO EDUCACIONAL MONSENHOR MESSIAS	Sete Lagoas/MG	23000.010430/2012-87	510/2016	Renovação	01/01/2013 a 31/12/2015.

ANEXO II

	CNPJ	Nome da Entidade	Local	Nº do Processo	Nota Técnica
1	21.508.312/0001-80	CRECHE COMUNITÁRIA PINGO DE GENTE	Belo Horizonte/MG	23123.000990/2011-56	424/2016
2	59.648.824/0001-15	CENTRO SOCIAL "BRASIL VIVO"	Guarulhos/SP	71000.020385/2011-31	493/2016

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

3	76.195.684/0001-96	CRECHE SÃO JUDAS TADEU	Curitiba/PR	23123.001557/2011-38	520/2016
4	19.871.136/0001-03	ESCOLA NORMAL NOSSA SENHORA DO CARMO E GINASIO ANGELICA	Coronel Fabriciano/MG	23123.001803/2010-71	251/2016
5	57.513.582/0001-27	INSTITUIÇÃO ASSISTENCIAL L. POLLONE	Santo André/SP	23123.000987/2011-32	560/2016
6	25.002.155/0001-98	FUNDAÇÃO EDUCACIONAL MONSENHOR MESSIAS	Sete Lagoas/MG	23000.010430/2012-87	510/2016

ANEXO III

	CNPJ	Nome da Entidade	Local	Nº do(s) Processo(s) arquivado(s)	Nota Técnica
1	22.070.643/0001-44	INSTITUTO PRESBITERIANO GAMMON	Lavras/MG	00000163231232012, 00000164231232012, 00000165231232012, 00000166231232012	354/2016
2	21.508.312/0001-80	CRECHE COMUNITÁRIA PINGO DE GENTE	Belo Horizonte/MG	00000459231232013 23000.031601/2016-35	424/2016
3	06.122.131/001-28	MISSÃO FILADÉLFIA	Sertanópolis/PR	00001398231232013, 00001397231232013, 00001394231232013, 00001490231232013, 23000.010381/2015-25,	550/2016
4	19.871.136/0001-03	ESCOLA NORMAL NOSSA SENHORA DO CARMO E GINASIO ANGELICA	Coronel Fabriciano/MG	23000.010923/2012-17	251/2016
5	65.172.777/0001-89	CRECHE COMUNITÁRIA EUNICE LANZA	Belo Horizonte/MG	23000.013757/2012-19, 23000.004983/2013-81, 00001356231232013, 00001355231232013, 00001373231232013	478/2016
6	57.513.582/0001-27	INSTITUIÇÃO ASSISTENCIAL L. POLLONE	Santo André/SP	02000446231232012, 00001729231232013, 00001728231232013, 00001754231232013, 00001759231232013, 00001758231232013, 00001757231232013, 00001777231232013, 23000.014025/2014-08	560/2016

PORTARIA Nº 499, DE 16 DE SETEMBRO DE 2016

O SECRETÁRIO DE regulação e supervisão da Educação superior, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto n° 8.066, de 7 de agosto de 2013, resolve:

Art. 1º Ficam INDEFERIDOS os pedidos de Concessão/Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social das entidades elencadas no Anexo, por contrariarem requisitos legais constantes da Lei nº 12.101/2009, considerando os fundamentos contidos nas respectivas Notas Técnicas.

Art. 2º Caso discorde da decisão de indeferimento, a entidade terá o prazo de 30 dias, a contar da data de publicação da decisão, para apresentar recurso, tendo em vista assegurar as garantias constitucionais do contraditório e da ampla defesa, nos termos estabelecidos no art. 26 da lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAURÍCIO COSTA ROMÃO

ANEXO

	CNPJ	Nome da Entidade	Local	Nº do Processo	Nota Técnica
1	45.929.031/0001-60	EDUCANDARIO INFANTIL SAO MIGUEL ARCANJO	São Miguel Arcanjo/SP	23123.000664/2011-49	429/2016
2	83.782.177/0001-14	ASSOCIAÇÃO JARDINS DE INFÂNCIA VOVÓ BELI-NHA	Rio do Sul/SC	71000.069589/2011-70	476/2016
3	03.948.857/0001-26	INSTITUIÇÃO EDUCACIONAL CASA DA CRIANÇA SÃO CHARBEL	São José do Rio Preto/SP	23123.002361/2011-61	481/2016
4	46.135.372/0001-26	INSTITUIÇÃO DE PROMOÇÃO SOCIAL ALVORADA	São Paulo/SP	71010.003020/2011-22	500/2016
5	10.572.412/0001-50	ASSOCIAÇÃO PARNASIANA DE EDUCAÇÃO DE BENEMERÊNCIA	São Paulo/SP	23123.001309/2011-97	521/2016
6	10.436.872/0001-50	ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL ARGUMENTO	São Paulo/SP	23123.001307/2011-06	439/2016
7	61.602.280/0001-00	LAR MARIA ALBERTINA	São Paulo/SP	23123.002264/2011-78	450/2016
8	17.857.798/0001-95	CORAL VOZES DE EUTERPE	Brasópolis/MG	23123.001403/2011-46	515/2016
9	02.782.621/0001-08	INSTITUICAO ESPIRITA LAR DE JESUS	Inhumas/GO	71000.127434/2010-84	527/2016
10	00.000.633/0001-08	IQE-INSTITUTO QUALIDADE NO ENSINO	São Paulo/SP	71000.089245/2011-87	536/2016
11	48.404.172/0001-57	ASSOCIAÇÃO AUXÍLIO FRATERNO CRISTÃO CÔNE-GO JOSÉ BENTO	Jacareí/SP	71010.003028/2011-99	540/2016
12	73.563.637/0001-60	CRECHE NOSSO LAR	Rio de Janeiro/RJ	23123.002574/2011-92	542/2016
13	45.932.043/0001-43	CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL CRECHE SANTA TEREZINHA DE AVARÉ	Avaré/SP	71000.072987/2011-73	442/2016
14	03.591.907/0001-60	FUNDAÇÃO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL DO NOROESTE DO PARANÁ	Loanda/PR	23123.000039/2011-05	547/2016
15	18.579.938/0001-73	CASA INFANTO JUVENIL SÃO VICENTE DE PAULO DE SACRAMENTO	Sacramento/MG	71000.049118/2011-45	557/2016
16	11.007.253/0001-03	ASSOCIACAO PRO-EDUCACAO DE GARIBALDI -APEG	Garibaldi/RS	23000.018643/2011-76	549/2016
17	19.138.916/0001-30	CONSELHO COMUNITARIO ASSIS CHATEAUBRIAND DO VALE DO JATOBÁ	Belo Horizonte/MG.	23123.001823/2011-22	559/2016
18	21.127.840/0001-90	ASSOCIAÇÃO 1° DE MAIO DA VILA VISTA ALEGRE	Belo Horizonte/MG	71000.080032/2011-90	530/2016
19	51.524.387/0001-16	CASA DA CRIANÇA MADRE MARIA TEODORA VOIRON	Bauru/SP	71000.058759/2010-18	586/2016
20	91.692.269/0001-31	ASSOCIAÇÃO PRÓ-CULTURA E EDUCAÇÃO COMU-NITÁRIA DE MONTENEGRO	Montenegro/RS	23123.000717/2011-21	524/2016

PORTARIA Nº 500, DE 16 DE SETEMBRO DE 2016

O SECRETÁRIO DE regulação e supervisão da Educação superior, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto n° 8.066, de 7 de agosto de 2013, resolve:

Art. 1º Fica INDEFERIDO o pedido de Concessão/Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social da entidade elencada no Anexo, por contrariar requisitos legais constantes da Lei nº 12.101/2009, considerando os fundamentos contidos na respectiva Nota Técnica.

Art. 2º A instituição poderá apresentar proposta de celebração de Termo de Ajuste de Gratuidade - TAG, no prazo improrrogável de 30 dias a contar da data da presente publicação, conforme disposto no art. 17 da Lei nº 12.101, de 2009, e Instrução Normativa MEC nº 02, publicada no DOU de 25 de outubro de 2013.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAURÍCIO COSTA ROMÃO

ANEXO

	CNPJ	Nome da Entidade	Local	Nº do Processo	Nota Técnica
1	75.091.017/0001-09	ASSOCIAÇÃO METODISTA DE AÇÃO SOCIAL- AMAS	Curitiba/PR	23123.001783/2011-19	463/2016

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 501, DE 16 DE SETEMBRO DE 2016

O SECRETÁRIO DE regulação e supervisão da Educação superior, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto n° 8.066, de 7 de agosto de 2013, resolve:

Art. 1º Fica INDEFERIDO o pedido de Concessão/Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) da UNIÃO CULTURAL BRASIL ESTADOS UNIDOS, inscrita no CNPJ Nº 60.692.225/0001-88, com sede na cidade de São Paulo/SP, considerando os fundamentos constantes na Nota Técnica nº 545/2016/DIAN/CGCEBAS/DPR/SERES/MEC, exarada nos autos do Processo nº 71010.004294/2009-14.

Art. 2º Caso discorde da decisão de indeferimento, a entidade terá o prazo de 30 dias, a contar da data da presente publicação, para apresentar recurso, tendo em vista assegurar as garantias constitucionais do contraditório e da ampla defesa, nos termos estabelecidos no art. 26 da lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Torna-se sem efeito o item nº 9 do anexo da Portaria nº 332, de 22 de julho de 2016, publicada no DOU do dia 25 de julho de 2016, Seção I, pág. 396.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAURÍCIO COSTA ROMÃO

PORTARIA Nº 502, DE 16 DE SETEMBRO DE 2016

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso de suas atribuições e considerando as disposições da Lei nº 12.881, de 12 de novembro de 2013, e da Portaria nº 863, de 3 de outubro de 2014, do Ministério da Educação, e com fundamento na Nota Técnica nº 235/2016-CGLNRS/DPR/SERES/MEC, resolve:

Art. 1º Fica qualificada como Instituição Comunitária de Educação Superior (ICES) a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ituverava - FFCL (código e-MEC 438), mantida pela Fundação Educacional de Ituverava - Feit (código e-MEC 306), CNPJ nº 45.332.194/0001-60.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAURÍCIO COSTA ROMÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

PORTARIA Nº 1.437, DE 15 DE SETEMBRO DE 2016

A Pró-Reitora de Desenvolvimento de Pessoas, no uso das atribuições previstas na Portaria de Delegação de Competência n° 448, de 17/05/2011, resolve:

Homologar o resultado do Concurso Público de Provas e Títulos para a classe de Professor da Carreira do Magistério Superior desta Universidade, para exercício na cidade de Salvador e de Vitória da Conquista, conforme Edital n° 01/2016, publicado no DOU de 25/02/2016.

Unidade: ESCOLA POLITÉCNICA
Departamento: ENGENHARIA MECÂNICA
Área de Conhecimento: Dinâmica das Máquinas
Classe: ADJUNTO A
Regime de Trabalho: DE
Processo: 23066.048667/16-08
Vagas Ampla Concorrência: 1
Não houve candidato aprovado.

LORENE LOUISE SILVA PINTO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 230, DE 31 DE MAIO DE 2016

O PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ, no uso das atribuições, que lhe são conferidas por delegação de competência do Magnífico Reitor, Processo 23075.130933/2016-28, que aponta irregularidades decorrentes do Pregão Eletrônico nº 003/2016. Resolve:

Aplicar à empresa A M ROBERTO COMÉRCIO E SERVIÇOS - ME, CNPJ nº 06.135.690/0001-72, com sede à Rua Grinaldina Moreira, nº 407 - Loja, Bairro Edem, CEP 25535-014, São João de Meriti/RJ, a seguinte penalidade: Impedimento de licitar e contratar com a União, pelo prazo de 01 (um) ano, além de multa no valor de R$ 6.446,60 (seis mil, quatrocentos e quarenta e seis reais e sessenta centavos) em relação ao valor total da proposta descumprida, que no caso foi de R$ 32.233,00 (trinta e dois mil, duzentos e trinta e três reais) com fudamento no art. 7º da Lei nº 10.520/2002 e item 17 - subitem 17.1.2 - letra "a" e "b" do Edital de Pregão Eletrônico nº 003/2016, a contar da publicação desta portaria no DOU e registro das sanções no SICAF, com fulcro na Lei nº 8666/1993 e IN-MARE nº 05/1995.

EDELVINO RAZZOLINI FILHO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE TECNOLOGIA
ESCOLA POLITÉCNICA

PORTARIA Nº 8.548, DE 16 DE SETEMBRO DE 2016

A Vice-Diretora da Escola Politécnica, Professora Elaine Garrido Vazquez, do Centro de Tecnologia da UFRJ, nomeada pela Portaria nº 1.401 de 14/02/14, publicada no DOU nº 33, Seção 2, de 17/02/14, resolve tornar público o resultado do processo seletivo aberto para contratação de professor substituto referente ao edital nº 296 de 25/08/16 publicado no DOU nº 163, Seção 3 de 24/08/16, divulgando o nome do candidato aprovado:

Departamento de Engenharia Eletrônica e de Computação
Setorização: Telecomunicações
1° - Natanael Nunes de Moura Junior

ELAINE GARRIDO VAZQUEZ

Ministério da Fazenda

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 373, DE 16 DE SETEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição e tendo em vista o disposto no § 2º do art. 25 da Portaria nº 6.209/MPS, de 16 de dezembro de 1999, resolve:

Art. 1º Estabelecer que, para o mês de agosto de 2016, o valor médio da renda mensal do total de benefícios pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS é de R$ 1.118,34 (um mil cento e dezoito reais e trinta e quatro centavos)

Art. 2º O INSS e a Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência - DATAPREV adotarão as providências necessárias ao cumprimento do disposto nesta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE DE CAMPOS MEIRELLES

BANCO CENTRAL DO BRASIL

RESOLUÇÃO Nº 4.520, DE 16 DE SETEMBRO DE 2016

Estabelece diretrizes para a aquisição de papel moeda e moeda metálica destinados ao serviço do meio circulante.

O Banco Central do Brasil, na forma do art. 9º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, torna público que o Conselho Monetário Nacional, em sessão extraordinária realizada em 16 de setembro de 2016, com base no art. 4º, inciso II, da referida Lei e no art. 1º, parágrafo único, da Medida Provisória nº 745, de 15 de setembro de 2016, resolveu:

Art. 1º Nas aquisições de papel moeda e moeda metálica da Casa da Moeda do Brasil ou de fornecedores estrangeiros, o Banco Central do Brasil deverá observar as seguintes diretrizes:

I - adequação entre o volume de cédulas e moedas metálicas em circulação, em todas as denominações do padrão monetário "Real", e a demanda da economia nacional por meio circulante;

II - tempestividade no atendimento das necessidades da economia nacional quanto à disponibilidade de meio circulante;

III - eficiência na execução dos recursos disponíveis no Orçamento de Receitas e Despesas de Operações de Autoridade Monetária (OAM) para o custeio dos serviços do meio circulante; e

IV - atendimento aos padrões de segurança aplicáveis às cédulas e moedas metálicas do padrão monetário "Real".

Art. 2º Nas situações em que identificar inviabilidade ou fundada incerteza quanto ao atendimento, pela Casa da Moeda do Brasil, da demanda por meio circulante ou do cronograma para seu abastecimento, deverá o Banco Central do Brasil adotar as providências necessárias para assegurar o suprimento emergencial de cédulas e moedas na economia nacional, observando-se as diretrizes fixadas no art. 1º.

Art. 3º Fica o Banco Central do Brasil autorizado a adotar as medidas complementares necessárias à execução do disposto na presente Resolução.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ILAN GOLDFAJN
Presidente do Banco Central do Brasil

ÁREA DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO E CONTROLE DE OPERAÇÕES DO CRÉDITO RURAL

ATO Nº 608, DE 16 DE SETEMBRO DE 2016

Prorroga o prazo para conclusão dos trabalhos.

O Diretor de Organização do Sistema Financeiro e Controle de Operações do Crédito Rural do BANCO CENTRAL DO BRASIL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 17, inciso IV, do Regimento Interno, com base no art. 41, parágrafo 2º, da Lei nº 6.024, de 13 de março de 1974, e nos arts. 4º e 7º do Regulamento Anexo à Portaria nº 82.265, de 9 de setembro de 2014, resolve:

Fica prorrogado por 30 (trinta) dias, a contar de 20 de setembro de 2016, o prazo para conclusão do inquérito instaurado na Moeda Sociedade Corretora de Câmbio Ltda. - Em liquidação extrajudicial (CNPJ 43.653.450/0001-96), com sede em São Paulo (SP).

SIDNEI CORRÊA MARQUES

ATO Nº 609, DE 16 DE SETEMBRO DE 2016

Prorroga o prazo para conclusão dos trabalhos.

O Diretor de Organização do Sistema Financeiro e Controle de Operações do Crédito Rural do BANCO CENTRAL DO BRASIL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 17, inciso IV, do Regimento Interno, com base no art. 41, parágrafo 2º, da Lei nº 6.024, de 13 de março de 1974, e nos arts. 4º e 7º do Regulamento Anexo à Portaria nº 82.265, de 9 de setembro de 2014, resolve:

Fica prorrogado por 90 (noventa) dias, a contar de 29 de setembro de 2016, o prazo para conclusão do inquérito instaurado na Estratégia Investimentos S.A. - Corretora de Valores e Câmbio - Em liquidação extrajudicial (CNPJ 74.073.974/0001-31), com sede na cidade do Rio de Janeiro (RJ).

SIDNEI CORRÊA MARQUES

ATO Nº 610, DE 16 DE SETEMBRO DE 2016

Previbank S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários - Arquivamento dos autos do inquérito instaurado em decorrência da decretação do regime de liquidação extrajudicial.

O Diretor de Organização do Sistema Financeiro e Controle de Operações do Crédito Rural do Banco Central do Brasil, no uso das atribuições que lhe confere o art. 17, inciso VII, do Regimento Interno, com base no art. 44 da Lei nº 6.024, de 13 de março de 1.974, e nos arts. 28, parágrafo único, e 31 do Regulamento Anexo à Portaria nº 82.265, de 9 de setembro de 2014, tendo em vista as conclusões do relatório e os pareceres que apreciaram os trabalhos da Comissão nomeada pelo Ato de Diretor nº 570, de 4 de novembro de 2015, publicado no Diário Oficial da União de 5 de novembro de 2015, conforme consta do Processo nº 94578, resolve:

Fica arquivado o INQUÉRITO realizado na Previbank S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários - Em liquidação extrajudicial (CNPJ 06.917.793/0001-94), com sede em Fortaleza (CE).

SIDNEI CORRÊA MARQUES

‘

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
COORDENAÇÃO

DESPACHO DO DIRETOR-RELATOR
Em 16 de setembro de 2016

PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR CVM Nº 01/2007
Reg. Col. nº 7214/2010

Acusados	Advogados
Carla Cico	Hugo Leonardo Teixeira (OAB/MG nº 82.451)
Carlos Geraldo Campos Magalhães	Carlos José Rolim de Mello (OAB/SP nº 107.508)
Daniela Maluf Pfeiffer	Francisco Antunes Maciel Müssnich (OAB/RJ nº 28.717)
Eduardo Cintra Santos	Francisco Antunes Maciel Müssnich (OAB/RJ nº 28.717)
Eduardo Seabra Fagundes	Francisco Antunes Maciel Müssnich (OAB/RJ nº 28.717)
Francisco Ribeiro Magalhães Filho	Luiz Carlos Andrezani (OAB/SP nº 81.071)
Gilberto Braga	Nelson Laks Eizirik (OAB/RJ nº 38.730)
Jorge Michel Lepeltier	Nelson Laks Eizirik (OAB/RJ nº 38.730)
Luis Fernando Cavalcanti Trocoli	Nelson Laks Eizirik (OAB/RJ nº 38.730)
Luiz Otavio Nunes West	Nelson Laks Eizirik (OAB/RJ nº 38.730)
Marcos Nascimento Ferreira	Francisco Antunes Maciel Müssnich (OAB/RJ nº 28.717)

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Maria Amália Delfim de Melo Coutrim	Francisco Antunes Maciel Müssnich (OAB/RJ nº 28.717)
Paulo Pedrão Rio Branco	Hugo Leonardo Teixeira (OAB/MG nº 82.451)
Ricardo Wiering de Barros	Francisco Antunes Maciel Müssnich (OAB/RJ nº 28.717)
Rodrigo Bhering Andrade	Francisco Antunes Maciel Müssnich (OAB/RJ nº 28.717)

Despacho: "Trata-se de pedido formulado pela acusada Carla Cico (...), para que se adie o julgamento do presente processo (...), pautado para o dia 22.9.2016, até que a chamada Operação Greenfield (...) se desenvolva e revele novos fatos (...). (...) Carla Cico afirmou que referida operação teria revelado esquema de fraude e superfaturamento em grandes fundos de pensão, que teria gerado, a tais fundos, prejuízos de enormes montantes. (...) Na sua opinião, os fatos apurados na Operação Greenfield têm grande relevância para o julgamento do presente processo (...). (...) o deslinde da Operação Greenfield em nada beneficiaria a resolução do presente processo administrativo sancionador. (...) este processo é baseado em elementos de prova colhidos pela Comissão de Inquérito ao longo de suas investigações. (...) as acusações que pesam sobre ela são resultado da convicção daquela Comissão (...). (...) as provas utilizadas para embasar as acusações do PAS CVM nº 01/2007 em nada se confundem com os denunciantes e as denúncias apresentadas a esta autarquia. (...) não seria minimamente razoável adiar indefinidamente a realização do julgamento deste processo sancionador, vinculando-o ao desenvolvimento de procedimento policial, cujo término sequer é previsível. (...) indefiro o pedido realizado pela Requerente. (...)."

O inteiro teor do despacho está disponível nos autos do PAS em referência e na página da CVM na rede mundial de computadores (www.cvm.gov.br).

PABLO RENTERIA

SUPERINTENDÊNCIA DE PROCESSOS SANCIONADORES

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 16 de setembro de 2016

PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR CVM Nº 09/2013 - LAEP INVESTMENTS LTD.
Objeto: Apurar infrações relacionadas à Laep Investments Ltd., especialmente quanto ao possível abuso do regime jurídico conferido às sociedades estrangeiras com Certificados de Depósito de Valores Mobiliários (BDRs) negociados no Brasil, à diluição injustificada dos detentores de tais títulos e aos indícios de desvio de recursos da companhia para administradores e acionistas controladores.
Assunto: Pedido de unificação de prazo para apresentação de defesas

Acusados	Advogados
Alberto Mendes Tepedino	Carlos Leoni Rodrigues Siqueira OAB/RJ 10.577
Alysson Paolinelli	Não constituiu advogado
Antonio Romildo da Silva	Carlos Leoni Rodrigues Siqueira OAB/RJ 10.577
Celso Alves	João Carlos de Araujo Cintra OAB/SP 33.428
Fernando Antonio da Câmara Freire	Não constituiu advogado
Francisco Benedito da Silveira Filho	Não constituiu advogado
Laep Investments Ltd	Não constituiu advogado
Luiz Cezar Fernandes	Hermann Glauco Rodrigues de Souza OAB/SP 174.883
Marcelo Carvalho de Andrade	Não constituiu advogado
Marcus Alberto Elias	Maria Isabel do Prado Bocater OAB/RJ 28.559
Othniel Rodrigues Lopes	Não constituiu advogado
Rodrigo Ferraz Pimenta da Cunha	Não constituiu advogado

Trata-se de pedido de unificação de prazo para apresentação de defesas, formulado por Marcus Alberto Elias, acusado nos autos do processo em epígrafe.

Tendo em vista que o último dos prazos termina em 25/11/2016, defiro a unificação e fixo nova data para apresentação de defesas em 25/11/2016, para todos os acusados no processo.

PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR CVM Nº 10/2013 - BANCO CRUZEIRO DO SUL S.A.
Objeto: Apurar eventuais irregularidades por parte de administradores e membros de Órgãos Técnicos e Consultivos do Banco Cruzeiro do Sul S/A, em especial no tocante à elaboração, análise e divulgação de Informações Financeiras da Companhia, que teriam sido objeto de manipulação contábil.
Assunto: Pedido de prorrogação de prazo para apresentação de defesas

Acusados	Advogados
Charles Alexander Forbes	Nei Schilling Zelmanovits OAB/SP 95.371
Fábio Rocha do Amaral	Não constituiu advogado
Flavio Nunes Ferreira Rietmann	Fábio Lopes Vilela Berbel OAB/RJ 159.740
Gilberto Braga	Sandra Soares Castelliano de Lucena OAB/RJ 52.999
Horácio Martinho Lima	José Gabriel Assis de Almeida OAB/RJ 52.359
Luís Felippe Índio da Costa	Luiz Leonardo Cantidiano OAB/RJ 20.282
Luis Octavio Azeredo Lopes Indio da Costa	Luiz Leonardo Cantidiano OAB/RJ 20.282
Maria Luisa Garcia de Mendonça	Luiz Leonardo Cantidiano OAB/RJ 20.282
Miguel Vargas Franco Netto	Afonso Celso Mattos Lourenço OAB/ RJ 27406
Paulo Roberto Barral	Antônio Cláudio Carneiro OAB/ RJ 120142
Progresso Vañó Puerto	Não constituiu advogado

Trata-se de novo pedido de prorrogação de prazo formulado por LUÍS FELIPPE ÍNDIO DA COSTA, LUIS OCTAVIO AZEREDO LOPES INDIO DA COSTA, MARIA LUISA GARCIA DE MENDONÇA e GILBERTO BRAGA acusados nos autos do processo em epígrafe.

Defiro o pedido e fixo nova data para apresentação de defesas em 14/10/2016, para todos os acusados no processo.

CARLOS GUILHERME DE PAULA AGUIAR

SUPERINTENDÊNCIA-GERAL
SUPERINTENDÊNCIA DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES INSTITUCIONAIS

RETIFICAÇÃO

No ATO DECLARATÓRIO CVM de Nº 15.251, de 14 de setembro de 2016, publicado no DOU de 16 de setembro de 2016, Seção 1, p. 13, onde se lê: " ... CPF nº 014.223.707-800, ... ", leia-se: " ... CPF nº 014.223.707-80, ... ".

COMITÊ GESTOR DO SIMPLES NACIONAL

RESOLUÇÃO Nº 129, DE 15 DE SETEMBRO DE 2016

Altera a Resolução CGSN nº 94, de 29 de novembro de 2011, que dispõe sobre o Simples Nacional.

O COMITÊ GESTOR DO SIMPLES NACIONAL, no uso das competências que lhe conferem a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, o Decreto nº 6.038, de 7 de fevereiro de 2007, e o Regimento Interno aprovado pela Resolução CGSN nº 1, de 19 de março de 2007, resolve:

Art. 1º Os arts. 2º, 17-A, 25-A, 61-A, 105 e 119 da Resolução CGSN nº 94, de 29 de novembro de 2011, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º .....

.....

§ 4º-A Compõem também a receita bruta de que trata este artigo: (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 2º, inciso I e § 6º, e art. 3º, § 1º)

I - o custo do financiamento nas vendas a prazo, contido no valor dos bens ou serviços ou destacado no documento fiscal;

II - as gorjetas, sejam elas compulsórias ou não;

III - os royalties, aluguéis e demais receitas decorrentes de cessão de direito de uso ou gozo; e

IV - as verbas de patrocínio.

§ 4º-B Não compõem a receita bruta de que trata este artigo: (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 2º, inciso I e § 6º, e art. 3º, § 1º)

I - a venda de bens do ativo imobilizado;

II - os juros moratórios, as multas e quaisquer outros encargos auferidos em decorrência do atraso no pagamento de operações ou prestações;

III - a remessa de mercadorias a título de bonificação, doação ou brinde, desde que seja incondicional e não haja contraprestação por parte do destinatário;

IV - a remessa de amostra grátis;

V - os valores recebidos a título de multa ou indenização por rescisão contratual, desde que não corresponda à parte executada do contrato.

.....

§ 10. O adimplemento das obrigações comerciais por meio de troca de mercadorias, prestação de serviços, compensação de créditos ou qualquer outra forma de contraprestação não desnatura, para as partes envolvidas, a configuração de receita bruta de que trata este artigo. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 2º, inciso I e § 6º, e art. 3º, § 1º, Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, art. 533, caput)

§ 11. As receitas decorrentes da venda de bens ou direitos ou da prestação de serviços devem ser reconhecidas quando do faturamento, da entrega do bem ou do direito ou à proporção em que os serviços são efetivamente prestados, o que primeiro ocorrer. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 2º, inciso I e § 6º e art. 18, § 3º)

§ 12. Aplica-se o disposto no § 11 também na hipótese de valores recebidos adiantadamente, ainda que no regime de caixa, e às vendas para entrega futura. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 2º, inciso I e § 6º, e art. 18, § 3º)" (NR)

"Art. 17-A. Na hipótese de cancelamento de documento fiscal, nas situações autorizadas pelo respectivo ente federado, o valor do documento cancelado deverá ser deduzido no período de apuração no qual tenha havido a tributação originária, quando o cancelamento se der em período posterior.

....." (NR)

"Art. 25-A.....

.....

§ 15. A receita auferida por agência de turismo: (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 2º, inciso I e § 6º, art. 3º, § 1º)

I - corresponderá à comissão ou ao adicional percebido, quando houver somente a intermediação de serviços turísticos prestados por conta e em nome de terceiros; e

II - incluirá a totalidade dos valores auferidos, nos demais casos.

§ 16. A receita auferida na venda de veículos em consignação: (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 2º, inciso I e § 6º, art. 3º, § 1º)

I - mediante contrato de comissão previsto nos arts. 693 a 709 da Lei nº 10.406, de 2002, corresponderá à comissão e será tributada na forma prevista no Anexo III;

II - mediante contrato estimatório previsto nos arts. 534 a 537 da Lei nº 10.406, de 2002, corresponderá ao produto da venda e será tributada na forma prevista no Anexo I." (NR)

"Art. 61-A.....

.....

§ 1º .....

.....

V - informações relativas ao Fundo de Combate à Pobreza constante do § 1º do art. 82 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT).

....." (NR)

"Art. 105.....

.....

§ 8º Na hipótese de a receita bruta auferida no ano-calendário exceder em mais de 20% (vinte por cento) os limites previstos no art. 91, conforme o caso, o contribuinte deverá informar no PGDAS-D as receitas efetivas mensais, devendo ser recolhidas as diferenças relativas aos tributos com os acréscimos legais na forma prevista na legislação do Imposto sobre a Renda, sem prejuízo do disposto no § 6º. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 18-A, § 7º, inciso IV, alínea "b", e § 14)"

"Art. 119. A compensação dos valores do Simples Nacional recolhidos indevidamente ou em montante superior ao devido, será efetuada por aplicativo disponibilizado no Portal do Simples Nacional, observando-se as disposições desta Seção. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 21, §§ 5º a 14)

§ 1º No aplicativo de que trata o caput:

I - é permitida a compensação tão somente de créditos para extinção de débitos junto ao mesmo ente federado e relativos ao mesmo tributo; (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 21, § 11)

II - os créditos a serem compensados na forma prevista no inciso I são aqueles oriundos de período para o qual já tenha sido apropriada a respectiva DASN apresentada pelo contribuinte, até o ano-calendário 2011, ou a apuração validada por meio do PGDAS-D, a partir do ano-calendário 2012; (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 21, § 5º)

.....

§ 4º É vedado o aproveitamento de créditos não apurados no Simples Nacional, inclusive de natureza não tributária, para extinção de débitos do Simples Nacional. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 21, § 9º)

....." (NR)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogados os §§ 4º e 6º a 8º do art. 2º da Resolução CGSN nº 94, de 29 de novembro de 2011.

JORGE ANTONIO DEHER RACHID
Presidente Do Comitê

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA
SECRETARIA-EXECUTIVA

DESPACHO DO SECRETÁRIO-EXECUTIVO
Em 16 de setembro de 2016

Informa aplicação, no Estado de Pernambuco, do Protocolo ICMS 1/16.

Nº 164 - O Secretário-Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do art. 5º do Regimento desse Conselho e tendo em vista o disposto no inciso III da cláusula décima quinta do Convênio ICMS 81/93, de 10 de setembro de 1993, torna público, em atendimento à solicitação da Secretaria de Fazenda do Estado de Pernambuco, que aquele Estado somente aplicará as disposições contidas no Protocolo ICMS abaixo listado a partir de 1º de fevereiro de 2016:
Protocolo ICMS 1/16 - Altera o Protocolo ICMS 14/06, de 07 de julho de 2006, que dispõe sobre a substituição tributária nas operações com bebidas quentes.

MANUEL DOS ANJOS MARQUES TEIXEIRA

IRB-BRASIL RESSEGUROS S/A
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

CNPJ: 33.376.989/0001- 91
NIRE 33.3.0030917-9

ATA DA 153ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 9 DE JUNHO DE 2016

Às 11 horas do dia 9 de junho de 2016, no Salão Nobre do IRB Brasil RE, Edifício Sede - Avenida Marechal Câmara, 171, 9º andar - Rio de Janeiro (RJ), participaram, por conference call, os Conselheiros Esteves Pedro Colnago Júnior, na qualidade de Presidente; Marcelo Augusto Dutra Labuto; Samuel Monteiro dos Santos Junior; Flávio Eduardo Arakaki e Alexsandro Broédel Lopes. ASSUNTO PARA DELIBERAÇÃO: 1. Eleição e Destituição de Diretoria Estatutária do IRB Brasil RE. O Conselho de Administração, em consonância com o disposto no inciso XL do artigo 25, do Estatuto Social da Companhia, resolveu, por unanimidade: (i) destituir o Sr. José Carlos Cardoso do cargo de Diretor Estatutário, até então designado Diretor Presidente do IRB Brasil RE, e eleger o Sr. Tarcísio José Massote de Godoy no cargo de Diretor Estatutário, designando-o como Diretor Presidente nos termos do inciso I, do artigo 27 do Estatuto Social da Companhia, tendo o eleito cumprido as exigências cabíveis do artigo 1º, anexo II, da Resolução CNSP nº 330/2015, conforme Carta nº 48/2016/SUSEP/DIORG, que aprovou a sua indicação; (ii) destituir o Sr. Paul Conolly do cargo de Diretor Estatutário, designado Vice-Presidente de Resseguros; (iii) eleger o Sr. José Carlos Cardoso no cargo de Diretor Estatutário da Companhia, designando-o como Vice-Presidente de Resseguros. 2. Designação dos Diretores Responsáveis perante a SUSEP. Considerando as deliberações acima, o Conselho de Administração, por unanimidade, confirmou a seguinte designação dos Diretores responsáveis perante a SUSEP, por área de atividade, na observância dos normativos abaixo citados: (i) Circular SUSEP 234, de 28.8.2003 - art. 1º - I) Responsável pelas relações com a SUSEP: Sr. Mario Di Croce; II) Responsável técnico: Sr. José Carlos Cardoso; III) Responsável administrativo-financeiro: Sr. Fernando Passos; e IV) Responsável pelo combate à lavagem de dinheiro (também requerido pela Lei nº 9.613, de 3.3.1998 e Circular SUSEP 445, de 2.7.2012): Sra. Lucia Maria da Silva Valle; (ii) Circular SUSEP 344, de 21.6.2007 - art. 2º - Responsável pelo combate a fraudes: Sra. Lucia Maria da Silva Valle; (ii) Circular SUSEP 363, de 21.5.2008 - art. 3º - Responsável pelos controles internos: Sra. Lucia Maria da Silva Valle; (iii) Resolução CNSP 321, de 15.7.2015 - art. 127 - Responsável pela contabilidade: Sr. Fernando Passos; (iv) Resolução CNSP 321, de 15.7.2015 - art. 108 - Responsável técnico pela supervisão dos procedimento atuariais: Sr. José Carlos Cardoso; e (v) Resolução CNSP 143, de 27.12.2005 - art. 2º - Responsável pelas apólices e endossos: Sr. José Carlos Cardoso. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, lavrando-se a presente Ata que, após lida e aprovada, é assinada por mim, matrícula nº 4776-9, na qualidade de secretária e pelos membros do Conselho de Administração. Rio de Janeiro, 9 de junho de 2016. (Ata registrada na JUCERJA sob o nº 00002944973, de 06/09/2016).

ESTEVES PEDRO COLNAGO JUNIOR
Presidente do Conselho

FLÁVIO EDUARDO ARAKAKI
Conselheiro

MARCELO A. DUTRA LABUTO
Conselheiro

ALEXSANDRO BROÉDEL LOPES
Conselheiro

SAMUEL M. DOS SANTOS JUNIOR
Conselheiro

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.660, DE 15 DE SETEMBRO DE 2016

Altera a Instrução Normativa RFB nº 1.420, de 19 de dezembro de 2013, que dispõe sobre a Escrituração Contábil Digital (ECD).

O SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do art. 280 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no art. 16 da Lei nº 9.779, de 19 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Os arts. 1º, 2º, 3º, 3º-A, 4º e 5º da Instrução Normativa RFB nº 1.420, de 19 de dezembro de 2013, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica instituída a Escrituração Contábil Digital (ECD), de acordo com o disposto nesta Instrução Normativa.

§ 1º A ECD deverá ser transmitida, pelas pessoas jurídicas obrigadas a adotá-la, ao Sistema Público de Escrituração Digital (Sped), instituído pelo Decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007, e será considerada válida após a confirmação de recebimento do arquivo que a contém.

§ 2º A autenticação da ECD será comprovada pelo recibo de entrega emitido pelo Sped.

§ 3º A autenticação dos documentos de empresas de qualquer porte realizada por meio do Sped dispensa qualquer outra.

§ 4º Ficam dispensados de autenticação os livros da escrituração contábil das pessoas jurídicas não sujeitas a registro em Juntas Comerciais." (NR)

"Art. 2º .....

.....

Parágrafo único. Os livros contábeis e documentos de que trata o caput deverão ser assinados digitalmente, utilizando-se de certificado emitido por entidade credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), a fim de garantir a autoria, a autenticidade, a integridade e a validade jurídica do documento digital." (NR)

"Art. 3º .....

I - as pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real;

....." (NR)

"Art. 3º-A .....

I - as pessoas jurídicas imunes e isentas obrigadas a manter escrituração contábil, nos termos da alínea "c" do § 2º do art. 12 e do § 3º do art. 15, ambos da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, quando:

a) apurarem Contribuição para o PIS/Pasep, Cofins, Contribuição Previdenciária incidente sobre a Receita de que tratam os arts. 7º a 9º da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, e Contribuição incidente sobre a Folha de Salários, cuja soma seja superior a R$ 10.000,00 (dez mil reais) em qualquer mês do ano-calendário a que se refere a escrituração contábil; ou

b) auferirem receitas, doações, incentivos, subvenções, contribuições, auxílios, convênios e ingressos assemelhados, cuja soma seja superior a R$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais) no ano-calendário a que se refere a escrituração contábil, ou proporcional ao período; e

....." (NR)

"Art. 4º A ECD deverá ser submetida ao Programa Validador e Assinador (PVA), especificamente desenvolvido para tal fim, a ser disponibilizado na página da RFB na Internet, no endereço <sped.rfb.gov.br>, contendo, no mínimo, as seguintes funcionalidades em relação à escrituração:

I - criação e edição;
II - importação;
III - validação;
IV - assinatura;
V - visualização;
VI - transmissão para o Sped; e
VII - consulta à situação." (NR)

"Art. 5º .....

.....

§ 4º A autenticação poderá ser cancelada quando a ECD for transmitida com erro ou quando for identificado erro de fato que torne imprestável a escrituração.

§ 5º Entende-se por erro de fato que torne imprestável a escrituração qualquer erro que não possa ser corrigido conforme previsto pelas Normas Brasileiras de Contabilidade e que gere demonstrações contábeis inconsistentes.

§ 6º Quando o cancelamento da autenticação for de iniciativa do titular da escrituração e decorrer de erro de fato que a torne imprestável, deverá ser anexado, à ECD substituta, laudo detalhado firmado por 2 (dois) contadores, a fim de atestar as situações previstas no § 5º.

§ 7º Enquanto não forem implementadas no ambiente Sped as condições de cancelamento de autenticação de ECD, será permitida a substituição de ECD que se encontre autenticada na data de publicação do Decreto nº 8.683, de 25 de fevereiro de 2016, ou que tenha sido transmitida a partir dessa data." (NR)

Art. 2º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JORGE ANTONIO DEHER RACHID

RETIFICAÇÃO

No art. 3º da Instrução Normativa RFB nº 1.658, publicada no DOU nº 177, de 14 de setembro de 2016, Seção 1, página 17,

Onde se lê: "produzindo efeitos a partir de 1º de agosto de 2016"

Leia-se: "produzindo efeitos a partir de 1º de outubro de 2016"

SUBSECRETARIA DE TRIBUTAÇÃO E CONTENCIOSO
COORDENAÇÃO-GERAL DE TRIBUTAÇÃO

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 134, DE 6 DE SETEMBRO DE 2016

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS

EMENTA: CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. CONTRIBUIÇÃO DE 15% SOBRE NOTA FISCAL OU FATURA DE COOPERATIVA DE TRABALHO. RECURSO EXTRAORDINÁRIO Nº 595.838/SP.

A RFB deve observar o entendimento do STF quanto à inconstitucionalidade do art. 22, IV, da Lei nº 8.212, de 1991, motivo pelo qual não é exigível da empresa contratante o recolhimento da contribuição de 15% (quinze por cento) sobre o valor da nota fiscal ou fatura de prestação de serviços, relativamente a serviços que lhe são prestados por cooperados por intermédio de cooperativas de trabalho.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 152 , DE 17 DE JUNHO DE 2015.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 10.522, de 2002, art. 19; Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1, de 2014; Nota PGFN/CASTF Nº 174, de 2015; Ato Declaratório Interpretativo RFB nº 5, de 2015; Nota PGFN/CRJ nº 604, de 2015.

ASSUNTO: OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS

EMENTA: GFIP. NÃO PREENCHIMENTO DE INFORMAÇÃO NO SEFIP. HIPÓTESE DE TRIBUTAÇÃO INDEVIDA. INFRAÇÃO NÃO CONFIGURADA.

A pessoa jurídica tomadora de serviços de cooperado filiado a cooperativa de trabalho não deve preencher, no SEFIP, os valores correspondentes à base de cálculo da contribuição definida pelo art. 22, IV, da Lei nº 8.212, de 1991, e da contribuição adicional de que trata o art. 1º, § 1º, da Lei nº 10.666, de 2003, porque tal preenchimento acarretaria o cálculo de tributo sobre tais valores e, assim, a emissão de cobrança indevida na GPS. Em tal hipótese, o não preenchimento de tais informações não configura o cometimento da infração a que se refere o art. 32-A da Lei nº 8.212, de 1991.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 10.522, de 2002, art. 19; Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1, de 2014; Nota PGFN/CASTF Nº 174, de 2015; Ato Declaratório Interpretativo RFB nº 5, de 2015; Nota PGFN/CRJ nº 604, de 2015; e Lei nº 8.212, de 1991, art. 32-A.

ASSUNTO: NORMAS DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

EMENTA: CONSULTA. INEFICÁCIA.

É ineficaz a consulta quando o fato estiver disciplinado em ato normativo publicado na Imprensa Oficial antes de sua apresentação.

DISPOSITIVOS LEGAIS: IN RFB nº 1.396, de 2013, art. 18, VII.

FERNANDO MOMBELLI
Coordenador-Geral

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 135, DE 6 DE SETEMBRO DE 2016

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS

EMENTA: CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SUBSTITUTIVA. EMPRESA DE CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA.

Empresa cuja atividade principal é a prestação de serviços enquadrados no CNAE 4211-1/02 "PINTURA PARA SINALIZAÇÃO EM PISTAS RODOVIÁRIAS E AEROPORTOS" submete-se à CPRB a partir de 1º de janeiro de 2014, regime que passou a ser facultativo a partir de 1º de dezembro de 2015.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 12.546, de 2011, art. 7º, inciso VII, e art. 9º, §§ 9º e 10; Lei nº 12.844, de 2013, art. 49, inciso IV, alínea "a"; SC Cosit nº 10, de 2015.

ASSUNTO: NORMAS DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

EMENTA: Não produz efeitos a consulta formulada que não identifique o dispositivo da legislação tributária de que se tem dúvida sobre sua aplicação e que não descreva, completa e exatamente, a hipótese a que se refere.

DISPOSITIVOS LEGAIS: IN RFB nº 1.396, de 2013, art. 18, incisos II e XI.

FERNANDO MOMBELLI
Coordenador-Geral

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 1ª REGIÃO FISCAL
ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE BRASÍLIA-PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 428, DE 16 DE SETEMBRO DE 2016

Declara a estimativa de capacidade máxima de movimentação de passageiros por hora no desembarque internacional do Aeroporto Internacional de Brasília.

O INSPETOR-CHEFE DA ALFÂNDEGA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE BRASILIA - PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK, no uso das competências que lhe conferem os artigos 302 e 314 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, considerando o contido nos autos do Processo Administrativo nº 10111.722128/2013-57, e, em cumprimento ao estabelecido nos artigos 3º e 4º da Portaria RFB nº 1.001, de 6 de maio de 2014, declara:

Art. 1º A estimativa de capacidade máxima de movimentação no desembarque internacional de passageiros no Aeroporto Internacional de Brasília - PJK é de 500 passageiros por hora.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ALEXANDRE MARTINS ANGOTI

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PALMAS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 15, DE 15 DE SETEMBRO DE 2016

Reconhece o direito à redução do imposto de renda das pessoas jurídicas e adicionais não-restituíveis, incidentes sobre o lucro da exploração, relativo ao projeto de IMPLANTAÇÃO do empreendimento na área da atuação da SUDAM, da pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PALMAS, no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF no 203, de 14 de maio de 2012, publicada no Diário Oficial da União em 17 de maio de 2012, de acordo com o disposto no art. 3º do Decreto no 4.212, de 26 de abril de 2002; do art. 1º, §§ 1º e 2º da Medida Provisória no 2.199-14, de 24 de agosto de 2001; do art. 69 da Lei no 12.175, de 17 de setembro de 2012; com base no LAUDO CONSTITUTIVO 002/2016 de 23 de maio de 2016, emitido pela SUDAM - Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia, do Ministério da Integração Nacional e conforme consta no processo administrativo no 10746.720828/2016-93, declara:

Art. 1º. Fica reconhecido o direito da empresa GRANOL INDUSTRIA COMERCIO E EXPORTACAO SA, CNPJ 50.290.329/0084-30, à redução de 75% do imposto de renda das pessoas jurídicas e adicionais não-restituíveis, incidentes sobre o lucro da exploração, relativo ao projeto de implantação do empreendimento da empresa na área da atuação da SUDAM, pelo prazo de 10 (dez) anos, a partir do ano-calendário de 2016.

Art. 2º. O valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução de que trata o artigo anterior, não poderá ser distribuído aos sócios e constituirá reserva de capital da pessoa jurídica, que somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento do capital social, sendo considerada como distribuição do valor do imposto:

I - a restituição de capital aos sócios, em casos de redução do capital social, até o montante do aumento com incorporação da reserva; e

II - a partilha do acervo líquido da sociedade dissolvida, até o valor do saldo da reserva de capital.

Art. 3º. A inobservância do disposto no artigo anterior, bem como a existência de débitos relativos a tributos ou contribuições federais, importará na perda do incentivo e obrigação de recolher o imposto que a pessoa jurídica tiver deixado de pagar, acrescido das penalidades cabíveis.

Art. 4º. Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

HAROLDO FERREIRA DIAS JÚNIOR

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 2ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELÉM
SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO E ANÁLISE TRIBUTÁRIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 26, DE 14 DE SETEMBRO DE 2016

Reconhece o direito à redução do Imposto de Renda das pessoas jurídicas e adicionais não restituíveis, incidente sóbre o lucro de exploração relativo ao projeto de IMPLANTAÇÃO do empreendimento na área de atuação da Sudam, da pessoa jurídica que menciona.

O CHEFE DO SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO E ANÁLISE TRIBUTÁRIA DA DELEGACIA DE BELÉM, no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, inciso VI, publicado no DOU de 17 de maio de 2012; c/c a delegação prevista no art. 3° da Portaria DRF/BEL nº 107/2012 e de acordo com o disposto no art. 3º do Decreto 4.212 de 26 de abril de 2002; do art 1º, §2º e §3º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, no art. 69 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, com base no LAUDO CONSTITUTIVO nº 102/2014, de 1º de dezembro de 2014, emitido pela SUDAM - Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia, do Ministério da Integração Nacional, declara:

Art. 1º Fica reconhecido o direito da empresa VELOZ - QUÍMICA, DERIVADOS DE PETRÓLEO E SOLVENTES LTDA, CNPJ nº 04.051.523/0001-18, à redução de 75% do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica e adicionais não restituíveis, incidente sobre o lucro de exploração, relativo ao projeto de implantação do empreendimento da empresa na área de atuação da SUDAM, com prazo de fruição contado no período a partir do ano-calendário 2014 e término em 2023, com direito ao gozo do benefício a partir de 2014, conforme estabelece a Instrução Normativa SRF nº 267, art.60, §1º e §2º.

Art. 2º O valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução de que trata o artigo anterior, não poderá ser distribuído aos sócios e constituirá reserva de capital da pessoa jurídica, que somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízo ou aumento de capital social, sendo considerado como distribuição do valor do imposto:

I - a restituição de capital aos sócios ou acionistas, em caso de redução do capital social, até o montante do aumento com incorporação da reserva; e

II - a partilha do acervo líquido da sociedade dissolvida, até o valor do saldo da reserva de capital.

Art. 3º A inobservância do disposto no artigo anterior, bem como a inexistência de débitos relativo a tributos ou contribuições federais, importará na perda do incentivo e obrigação de recolher o imposto que a pessoa jurídica deixar de pagar, acrescido das penalidades cabíveis.

Art. 4º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

CNEIO LUCIUS DE PONTES E SOUZA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BOA VISTA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 5, DE 20 DE JULHO DE 2016

Declara INAPTA a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BOA VISTA, Estado de Roraima, no uso da atribuição que lhe confere o art. 302, inciso IX, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203/2012, em conformidade com o disposto no art. 40, II da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016, e tendo em vista ainda o que consta do respectivo Processo Administrativo Fiscal, resolve:

Art. 1º. Declarar INAPTA a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ da seguinte Empresa, por Localização Desconhecida, fundamentado nos termos do art. 42, II da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016:

CNPJ	Nome do Contribuinte	Número do Processo
22.888.424/0001-77	RORAIMA INFORMÁTICA E SERVIÇOS LTDA	10010.005.580/0514-59

Art. 2º. O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação, produzindo os efeitos previstos nos artigos 45, 46, 47 e 48 da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016, sendo considerados inidôneos e tributariamente ineficazes os documentos emitidos pelos citados contribuintes a partir da referida data.

OMAR DE SOUZA RUBIM FILHO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 4ª REGIÃO FISCAL
DIVISÃO DE TRIBUTAÇÃO

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 4.027, DE 15 DE SETEMBRO DE 2016

Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ

Lucro presumido. Percentual da receita bruta a ser considerado para efeito de APURAÇÃO da base de cálculo do IRPJ. Prestação de Atendimento de Apoio ao Diagnóstico e Terapia REALIZADO POR ESTABELECIMENTO ASSISTENCIAL DE SAÚDE.

Para fins de determinação da base de cálculo do IRPJ, no regime de lucro presumido, a partir de 1º de janeiro de 2009, aplica-se o coeficiente de 8% (oito por cento) sobre a receita bruta decorrente da prestação de serviços de ultrassonografia, eletrocardiograma, ecocardiograma, teste ergométrico, holter, MAPA (Monitorização Ambulatorial da Pressão Arterial), doppler, exame de carótidas, tomografia, ressonância magnética e afins, desde que, cumulativamente, o estabelecimento assistencial de saúde, prestador desses serviços, seja organizado, de fato e de direito, sob a forma de sociedade empresária, inscrito no Registro Público de Empresas Mercantis, nos termos do Código Civil, e atenda às exigências previstas na Resolução de Diretoria Colegiada Anvisa nº 50, de 2002, comprovado por alvará expedido pelo órgão de vigilância sanitária competente.

VINCULAÇÃO ÀS SOLUÇÕES DE CONSULTA COSIT Nº 7, 47, 86 e 162, todas de 2014, e nº 36, de 2016.

Dispositivos Legais: Lei nº 9.249, de 1995, arts. 15 e 20; Lei nº 10.406, de 2002 (Código Civil), arts. 966 e 982; Lei nº 11.727, de 2008, arts. 29 e 41, VI; Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 2012, arts. 30 e 38, II, com redação da Instrução Normativa RFB nº 1.540, de 2015; Resolução RDC Anvisa nº 50, de 2002.

Assunto: Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL

Lucro presumido. Percentual da receita bruta a ser considerado para efeito de APURAÇÃO da base de cálculo dA CSLL. Prestação de Atendimento de Apoio ao Diagnóstico e Terapia REALIZADO POR ESTABELECIMENTO ASSISTENCIAL DE SAÚDE.

Para fins de determinação da base de cálculo da CSLL, no regime de lucro presumido, a partir de 1º de janeiro de 2009, aplica-se o coeficiente de 12% (doze por cento) sobre a receita bruta decorrente da prestação de serviços de ultrassonografia, eletrocardiograma, ecocardiograma, teste ergométrico, holter, MAPA (Monitorização Ambulatorial da Pressão Arterial), doppler, exame de carótidas, tomografia, ressonância magnética e afins, desde que, cumulativamente, o estabelecimento assistencial de saúde, prestador desses serviços, seja organizado, de fato e de direito, sob a forma de sociedade empresária, inscrito no Registro Público de Empresas Mercantis, nos termos do Código Civil, e atenda às exigências previstas na Resolução de Diretoria Colegiada Anvisa nº 50, de 2002, comprovado por alvará expedido pelo órgão de vigilância sanitária competente.

VINCULAÇÃO ÀS SOLUÇÕES DE CONSULTA COSIT Nº 7, 47, 86 e 162, todas de 2014, e nº 36, de 2016.

Dispositivos Legais: Lei nº 9.249, de 1995, arts. 15 e 20; Lei nº 10.406, de 2002 (Código Civil), arts. 966 e 982; Lei nº 11.727, de 2008, arts. 29 e 41, VI; Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 2012, arts. 30 e 38, II, com redação da Instrução Normativa RFB nº 1.540, de 2015; Resolução RDC Anvisa nº 50, de 2002.

FLÁVIO OSÓRIO DE BARROS
Chefe

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 6ª REGIÃO FISCAL
DIVISÃO DE TRIBUTAÇÃO

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 6.040, DE 13 DE SETEMBRO DE 2016

ASSUNTO: Simples Nacional

EMENTA: ATIVIDADES DA SUBCLASSE CNAE 7119-7/03. DESENHO. MAQUETE. COMPUTAÇÃO. ANEXO III E VI. Para optantes pelo Simples Nacional, as atividades da subclasse CNAE 2.0 "7119-7/03 - Serviços de desenho técnico relacionados à arquitetura e engenharia": (i) eram vedadas, de 1º de julho de 2006 a 30 de novembro de 2010; (ii) eram tributadas pelo Anexo III, de 1º de dezembro de 2010 a 31 de dezembro de 2014; e (iii) são tributadas pelo Anexo VI, a partir de 1º de janeiro de 2015. SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 20, DE 1º DE MARÇO DE 2016.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 17, XI, art. 18, §§ 5º-F e 5º-I, VI.

MÁRIO HERMES SOARES CAMPOS
Chefe

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 6.041, DE 14 DE SETEMBRO DE 2016

ASSUNTO: Contribuições Sociais Previdenciárias

EMENTA: AVERBAÇÃO DE OBRA DE CONSTRUÇÃO CIVIL. RECURSOS DO SISTEMA FINANCEIRO. EXIGÊNCIA DE CND/CPEND. OBRIGATORIEDADE. 1. Na averbação de obra de construção civil que atenda ao disposto no art. 370, inciso I, alíneas "a" a "e", da Instrução Normativa RFB nº 971, de 2009, e seja executada com recursos do sistema financeiro, a autoridade responsável pelo órgão de registro público deverá exigir a CND/CPEND. 2. A CND/CPEND deverá ser requerida pelo proprietário ou dono da obra junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil mediante formalização da DISO de que trata o art. 383 daquela Instrução Normativa, sendo a comprovação da inexistência de mão de obra remunerada efetuada mediante a exibição do contrato de financiamento. 3. Fica dispensada da apresentação de CND ou CPEND a averbação de obra de construção civil que atenda ao disposto no art. 370, inciso I, alíneas "a" a "e", da Instrução Normativa RFB nº 971, de 2009, e seja executada com recursos próprios, sendo a comprovação do atendimento das condições descritas naquelas alíneas efetuada mediante a apresentação da declaração prevista no § 1º do art. 383-A da citada Instrução Normativa. SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 363, DE 17/12/2014.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Instrução Normativa RFB nº 971, de 2009, art. 370, I, art. 383-A, I, § 1º, art. 383-B, § 2º, art. 406, § 5º.

MÁRIO HERMES SOARES CAMPOS
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 6.042, DE 15 DE SETEMBRO DE 2016

ASSUNTO: Imposto sobre a Renda Retido na Fonte - IRRF

EMENTA: BOLSA DE ESTUDO. ISENÇÃO. São isentas do imposto sobre a renda as bolsas de estudo caracterizadas como doação, desde que os resultados dessa atividade não impliquem vantagem para o doador e tampouco contraprestação de serviços. SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 74, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2013.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 9.250, de 1995, art. 26; Decreto nº 3000, de 1999 (RIR/99), arts. 39, VII, e 43, I; IN RFB nº 1.500, de 2014, art. 11, I.

MÁRIO HERMES SOARES CAMPOS
Chefe

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 7ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NITERÓI
SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 61, DE 12 DE SETEMBRO DE 2016

Declara nula a inscrição da entidade que menciona perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

O CHEFE DO SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NITERÓI, no uso da delegação de competência conferida pela Portaria DRF/NIT n° 80, de 24/09/2015, publicada no D.O.U. de 28/09/2015, na qual lhe foram outorgadas as atribuições constantes do art. 302, inciso IX, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no D.O.U. de 17 de maio de 2012, declara:

Art. 1º Nula a inscrição nº 13.284.637/0001-07 no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do contribuinte DAIANE BAPTISTA COSTA XAVIER, por constatação de vício no ato cadastral praticado perante o CNPJ, tendo em vista o disposto no artigo 35, inciso II e §1º da Instrução Normativa RFB nº 1.634/2016, e ainda o que consta do processo administrativo nº 13780.720146/2016-52.

Art. 2º Este ADE produzirá efeitos a partir do termo inicial de vigência do ato cadastral declarado nulo, em virtude do contido no §2º do art. 35, da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

SALATIEL ANTUNES DE MATOS

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VITÓRIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 74, DE 13 DE SETEMBRO DE 2016

Concede o Registro Especial para Operação com Papel destinado à impressão de Livros, Jornais e Periódicos.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VITÓRIA/ES, usando da competência que lhe foi conferida pelo artigo 302 inciso IX do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF N.º 203 de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o artigo 2°. da Instrução Normativa RFB n°. 976/2009 e suas alterações efetuadas pelas Instruções Normativas RFB nos 1.011, de 23 de fevereiro de 2010, e 1.153,de 11 de maio de 2011 e ainda o resultado da diligência fiscal realizada e demais informações constantes do processo 13768.720.118/2016-01, declara que:

O estabelecimento matriz da empresa EDITORA O PIONEIRO LTDA -ME , CNPJ:03.006.274/0001-86, localizado à Avenida Governador Lindemberg , nº 609, Bairro -Centro- Linhares/ES, CEP: 29.900-020 está habilitado ao REGISTRO ESPECIAL n°. GP - 07201/00090 na atividade de Gráfica : impressor de livros e jornais e periódicos , que recebe papel de terceiros ou adquire com imunidade tributária (GP).

Esta autorização implica no cumprimento das obrigações citadas na IN SRF nº 976/2009, podendo ser cancelada, nos termos do seu artigo 7º.

Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

LUIZ ANTONIO BOSSER

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 75, DE 13 DE SETEMBRO DE 2016

Concede o Registro Especial a que estão sujeitos os produtores, engarrafadores, as cooperativas de produtores, os estabelecimentos comerciais atacadistas e importadores de bebidas alcoólicas e sobre o selo de controle a que estão sujeitos.

O Delegado da Receita Federal do Brasil em VITÓRIA/ES, usando da competência que lhe foi conferida pelo artigo 302 inciso IX do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF N.º 203 de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o artigo 3°. da Instrução Normativa SRF n°. 1.432/2013 e suas alterações posteriores e, tendo em vista ainda o resultado da diligência fiscal realizada e demais informações constantes do processo 11543.720176/2016-36 declara que:

O estabelecimento matriz da empresa PRINCESA IZABEL INDÚSTRIA ,COMÉRCIO E EXPORTAÇÃO LTA- ME, CNPJ: 10.986.153/0001-03, localizado na Estrada Bebedouro/Baunilha, s/n, Km 26, Desengano, Linhares-ES, CEP: 29.900-000 está habilitada ao REGISTRO ESPECIAL n°. 07201/00482, de estabelecimento ENGARRAFADOR de bebidas alcoólicas constantes do Anexo I da IN SRF n°. 1432/2013 e suas alterações.

Esta autorização implica no cumprimento das obrigações citadas na IN SRF nº 1432/2013, podendo ser cancelada, nos termos do seu artigo 8º.

Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ ANTONIO BOSSER

SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 67, DE 5 DE AGOSTO DE 2016

Declara inapta a inscrição de empresa no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, conforme IN RFB 1.634/2016.

O CHEFE DO SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VITÓRIA/ES, no uso da atribuição prevista no inciso II do art.5º da Portaria nº 196 de 27 de dezembro de 2012, publicada no DOU de 28/12/2012 e tendo em vista o disposto no art. 81 §5º da Lei nº 9.430/96, com a redação dada pela Lei nº 11.941/09, inciso III do art.37, combinado com inciso II do art.40, inciso II do art.42, ambos da IN RFB Nº 1.634/16, em razão do exposto na Representação Fiscal lavrada em 02 de agosto de 2016 constante no Processo Administrativo nº 15586.720.407/2016-66, declara:

Art. 1º Inapta a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, CNPJ Nº 07.884.229/0001-85 da empresa CONSTRUTORA E EMPREENDIMENTOS UNIÃO LTDA- EPP, uma vez que a pessoa jurídica não foi localizada no endereço informado no CNPJ.

Art. 2º. Serão considerados inidôneos, não produzindo efeitos tributários em favor de terceiro interessado, os documentos emitidos pela pessoa jurídica CONSTRUTORA E EMPREENDIMENTOS UNIÃO LTDA -EPP a partir da data de publicação deste ADE.

ERIVAN LUIS GARIOLI

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 72, DE 5 DE SETEMBRO DE 2016

Declara inapta a inscrição de empresa no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, conforme IN RFB 1.634/2016.

O CHEFE DO SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL EM VITÓRIA/ES, no uso da atribuição prevista no inciso II, do art.5º da Portaria nº 196, de 27 de dezembro de 2012, publicada no DOU de 28/12/2012 e tendo em vista o disposto no art. 81,§ 5º da Lei nº 9.430/96, com a redação dada pela Lei nº 11.941/09, e no inciso III do art. 37 combinado com inciso II do art. 40, inciso II do art.42, ambos da IN RFB Nº 1.634/2016, em razão do exposto na Representação Fiscal lavrada em 05 de setembro de 2016 constante no Processo Administrativo nº 15586.720. 456/2016-07, declara:

Art. 1º Inapta a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, CNPJ nº 02.895.292/0001-01, da empresa LOGISERVICE LTDA -EPP, uma vez que a pessoa jurídica não foi localizada no endereço informado no CNPJ.

Art. 2º Serão considerados inidôneos, não produzindo efeitos tributários em favor de terceiro interessado, os documentos emitidos pela pessoa jurídica LOGISERVICE LTDA-EPP , a partir da data de publicação deste ADE.

ERIVAN LUIS GARIOLI

INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 96, DE 8 DE SETEMBRO DE 2016

Declara habilitada a utilizar o regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro) a pessoa jurídica que menciona.

O INSPETOR-CHEFE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 9º da Instrução Normativa RFB nº 1.415, de 4 de dezembro de 2013, declara:

Art. 1º Fica habilitada a utilizar o regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro), em razão de o dossiê digital de atendimento nº 10010.042422/0816-67, com fulcro nos artigos 4º, parágrafo único, inciso II, alínea "a", 6º, 7º, 8º, caput, e 9º, § 1º, inciso II, todos da IN RFB nº 1.415/2013, a pessoa jurídica contratada HALLIBURTON PRODUTOS LTDA., CNPJ (matriz) nº 16.328.932/0001-06, extensivo a todas as suas filiais, até 31/12/2020, devendo ser observado o disposto na citada Instrução Normativa, em especial nos seus arts. 1º a 3º.

Art. 2º A operadora contratante, indicadora da pessoa jurídica habilitada, é KAROON PETRÓLEO & GÁS LTDA., CNPJ (matriz) nº 09.347.916/0001-97.

Art. 3º No caso de descumprimento do regime aplica-se o disposto no art. 311 do Decreto nº 6.759/09, e a multa prevista no art. 72, I, da Lei nº 10.833/03, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis.

Art. 4o Este Ato Declaratorio Executivo entra em vigor na data de sua publicacao no Diario Oficial da Uniao.

CARLOS ALBERTO SILVA ESTEVES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 97, DE 12 DE SETEMBRO DE 2016

Declara habilitada a utilizar o regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro) a pessoa jurídica que menciona.

O INSPETOR-CHEFE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO, no uso da competência prevista no art. 9º da Instrução Normativa RFB nº 1.415, de 04 de dezembro de 2013, declara:

Art. 1º Fica prorrogada a habilitação ao regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro), em razão do dossiê digital de atendimento nº 10010.014685/0616-51, com fulcro no § 3º do art. 8º, da IN RFB nº 1.415/2013, da pessoa jurídica, contratada para a prestação de serviços, BOURBON OFFSHORE MARÍTIMA S.A., CNPJ (matriz) nº 42.487.991/0001-29, extensivo a todas as suas filiais, até 30/06/2019, devendo ser observado o disposto na citada Instrução Normativa, em especial nos seus arts. 1º a 3º.

Art. 2º A operadora contratante, indicadora da pessoa jurídica habilitada, é CGG DO BRASIL PARTICIPAÇÕES LTDA., CNPJ (matriz) nº 29.339.298/0001-40.

Art. 3º No caso de descumprimento do regime aplica-se o disposto no art. 311 do Decreto nº 6.759/09, e a multa prevista no art. 72, I, da Lei nº 10.833/03, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis.

Art. 4º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

CARLOS ALBERTO DA SILVA ESTEVES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 98, DE 12 DE SETEMBRO DE 2016

Declara habilitada a utilizar o regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro) a pessoa jurídica que menciona.

O INSPETOR-CHEFE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 9º da Instrução Normativa RFB nº 1.415, de 04 de dezembro de 2013, declara:

Art. 1º Fica habilitada a utilizar o regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro), em razão do dossiê digital de atendimento nº 10010.003102/0916-54, com fulcro nos artigos 4º, parágrafo único, inciso II, alínea "a", 6º, 7º, 8º, caput, e 9º, § 1º, inciso II, todos da IN RFB nº 1.415/2013, a pessoa jurídica contratada EXPRO DO BRASIL SERVIÇOS LTDA., CNPJ (matriz) nº 06.134.590/0001-21, extensivo a todas as suas filiais, até 31/12/2020, devendo ser observado o disposto na citada Instrução Normativa, em especial nos seus arts. 1º a 3º.

Art. 2º A operadora contratante, indicadora da pessoa jurídica habilitada, é PETRO RIO O&G EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO DE PETRÓLEO LTDA.., CNPJ (matriz) nº 11.058.804/0001-68.

Art. 3º No caso de descumprimento do regime aplica-se o disposto no art. 311 do Decreto nº 6.759/09, e a multa prevista no art. 72, I, da Lei nº 10.833/03, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis.

Art. 4º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

CARLOS ALBERTO DA SILVA ESTEVES

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 8ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SOROCABA
SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 48, DE 16 DE SETEMBRO DE 2016

Exclui pessoa jurídica do Parcelamento Especial (PAES), de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.

O CHEFE DO SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO - SECAT abaixo identificado, em exercício na DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SOROCABA/SP, no uso da competência delegada pela Portaria DRF/Sorocaba nº 74, de 10 de julho de 2013, publicada no DOU de 12 de julho de 2013, e tendo em vista o disposto nos arts. 1º e 7º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, no art. 12 da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, nos arts. 9º a 17 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 3, de 25 de agosto de 2004, e na Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 4, de 20 de setembro de 2004, declara:

Art. 1º Fica excluída do Parcelamento Especial (Paes) de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, de acordo com seu art. 7º, a pessoa jurídica MADUREIRA & XIMENES LTDA - ME, CNPJ nº 59.242.586/0001-43, tendo em vista que foi constatada a ocorrência de três meses consecutivos ou seis alternados sem recolhimento das parcelas do Paes ou que este tenha sido efetuado em valor inferior ao fixado nos incisos II e III do § 3º, incisos I e II do § 4º e § 6º do art. 1º da Lei nº 10.684, de 2003.

Art. 2º O detalhamento do motivo da exclusão poderá ser obtido na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) na Internet, no endereço <www.receita.fazenda.gov.br>, com a utilização da Senha Paes.

Art. 3º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 dias, contado da data de publicação deste ADE, apresentar recurso administrativo dirigido ao Delegado da Receita Federal do Brasil em Sorocaba, na Rua Professor Dirceu Ferreira da Silva, 111 - CEP: 18013-565 - Alto da Boa Vista - Sorocaba - SP.

Art. 4º Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 3º, a exclusão do Paes será definitiva.

Art. 5º Este ADE entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ DE JESUS

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 9ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOINVILLE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 79, DE 16 DE SETEMBRO DE 2016

Declara inscrita no registro especial para empresas que realizam operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos a empresa que especifica.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOINVILLE, no uso da competência definida pelo art. 2º da Instrução Normativa RFB nº 976, de 07 de Dezembro de 2009 e no art. 225, inciso VII, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, considerando o que consta no processo nº 10920-723.194/2016-62, declara:

Art. 1º Considera-se inscrita no Registro Especial para empresas que realizam operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, nas categorias de gráfica sob nº GP/09202/062 e usuário sob nº UP/09202/063, a pessoa jurídica LNC COMUNICAÇÕES S/A, inscrita no CNPJ sob nº 79.227.963/0013-16, estabelecida na Rua Caçador, nº 112, Bairro Anita Garibaldi, em Joinville/SC, CEP 89203-610, de acordo com o art. 2º da Instrução Normativa RFB nº 976, de 07 de dezembro de 2009.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no DOU.

HONORINO JOSÉ GONÇALVES

SEÇÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 1, DE 15 DE SETEMBRO DE 2016

Exclui pessoas físicas e jurídicas do Parcelamento Especial (Paes), de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.

O CHEFE DA SEÇÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOINVILLE-SC, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 243, incisos I e II, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto nos arts. 1º e 7º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, no art. 12 da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, nos arts. 9º a 17 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 3, de 25 de agosto de 2004, e na Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 4, de 20 de setembro de 2004, declara:

Art. 1º Ficam excluídos do Parcelamento Especial (Paes) de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, de acordo com seu art. 7º, as pessoas físicas e jurídicas relacionadas no Anexo Único a este Ato Declaratório (ADE), tendo em vista que foi constatada a ocorrência de três meses consecutivos ou seis alternados sem recolhimento das parcelas do Paes ou que este tenha sido efetuado em valor inferior ao fixado nos incisos II e III do § 3º, incisos I e II do § 4º e § 6º do art. 1º da Lei nº 10.684, de 2003.

Art. 2º O detalhamento do motivo da exclusão poderá ser obtido na página da Secretaria da Receita Federal (SRF) na Internet, no endereço <www.receita.fazenda.gov.br>, com a utilização da Senha Paes.

Art. 3º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 (dez) dias, contados da data de publicação deste ADE, apresentar recurso administrativo dirigido ao Delegado da Receita Federal do Brasil em Joinville-SC, na Rua Saguaçu, nº 182, Bairro Saguaçu, CEP: 89.221-010, em Joinville/SC.

Art. 4º Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 3º, a exclusão do Paes será definitiva.

Art. 5º Este ADE entra em vigor na data de sua publicação.

WALMOR GARCIA FILHO

ANEXO ÚNICO

Relação das pessoas excluídas do Parcelamento Especial (Paes).

Três parcelas consecutivas ou seis alternadas sem recolhimento ou com recolhimento inferior ao fixado nos incisos II e III do § 3º, incisos I e II do § 4º e § 6º do art. 1º da Lei nº 10.684, de 2003.

Relação dos CNPJ/CPF das pessoas jurídicas/físicas excluídas:

82.791.765/0001-51	295.801.377-49

INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CURITIBA
EQUIPE ADUANEIRA 3

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 9, DE 16 DE SETEMBRO DE 2016

Inclui no Registro de Ajudantes de Despachante Aduaneiro.

A CHEFE DA EQUIPE ADUANEIRA 3 DA INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CURITIBA, no uso da competência conferida pelo § 3º do art. 810 do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009 (Regulamento Aduaneiro), alterado pelo Decreto nº 7.213, de 15 de junho de 2010 e pelos poderes delegados pela Portaria IRF/CTA nº 158, de 28 de novembro de 2014, resolve:

Art. 1º Incluir no Registro de Ajudantes de Despachante Aduaneiro as seguintes pessoas

Nome	CPF	Nº processo
UMBELINA PORFIRIO DA SILVA SOUZA	034.299.099-37	15165.721852/2016-02
RICARDO ALEXANDRE GONÇALVES	019.852.249-50	15165.721844/2016-58

Art. 2º Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MICHELI MITIKO MATSUNAGA

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE ITAJAÍ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 15, DE 15 DE SETEMBRO DE 2016

Declara inapta inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ.

O INSPETORA-CHEFE SUBSTITUTA DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE ITAJAÍ, no uso da atribuição que lhe confere o art. 302, inc. III do Regimento Interno da Receita Federal, aprovado pela Portaria MF n.° 203, de 14 de Maio de 2012, e tendo em vista o disposto no art. 37, caput, inciso III, art. 40, art. 43 caput e § 3º, todos da Instrução Normativa RFB n.° 1.470, de 30 de maio de 2014, e as informações constantes do processo n.° 10909.721064/2015-62, declara:

Art. 1.° Inapta a inscrição número 06.373.936/0001-44, no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, da empresa TRIMAVERA COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA em face de irregularidade em operações de comércio exterior.

Art. 2.° Os documentos emitidos pela empresa TRIMAVERA COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA são considerados inidôneos, não produzindo efeitos tributários em favor de terceiros interessados desde 02/07/2014 (art. 43, § 3º, inciso II da Instrução Normativa RFB 1.470/14).

Art. 3.° Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

DENISE DE MELLO OLIVEIRA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 10ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAXIAS DO SUL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 16, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016

Exclui pessoas jurídicas do Parcelamento Especial (Paes), de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.

O AUDITOR FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL abaixo identificado, em exercício na DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAXIAS DO SUL - RS, no uso da competência delegada pela Portaria DRF/CXL nº 43, de 16 de julho de 2012, publicada no DOU de 17 de julho de 2012, e tendo em vista o disposto nos arts. 1º e 7º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, no art. 12 da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, nos arts. 9º a 17 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 3, de 25 de agosto de 2004, e na Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 4, de 20 de setembro de 2004, declara:

Art. 1º Ficam excluídos do Parcelamento Especial (Paes) de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, de acordo com seu art. 7º, os sujeitos passivos relacionados no Anexo Único a este Ato Declaratório Executivo (ADE), tendo em vista que foi constatada a ocorrência de três meses consecutivos ou seis alternados sem recolhimento das parcelas do Paes e/ou inadimplência nos tributos com vencimento posterior a 28 de fevereiro de 2003.

Art. 2º O detalhamento do motivo da exclusão poderá ser obtido mediante consulta à página da Receita Federal do Brasil (RFB) na internet, no endereço <www.receita.fazenda.gov.br>, com a utilização da Senha Paes.

Art. 3º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 dias, contado da data de publicação deste Ato Declaratório Executivo, apresentar recurso administrativo dirigido ao Delegado da Receita Federal do Brasil em Caxias do Sul, na Rua Desembargador Armando Azambuja, nº 150, Bairro Rio Branco, Caxias do Sul - RS, CEP: 95010-902.

Art. 4º Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 3º, a exclusão do Paes será definitiva.

Art. 5º Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ MACKE ROESE

ANEXO ÚNICO

Relação dos CNPJs e CPFs dos sujeitos passivos excluídos do Parcelamento Especial (Paes):

89.727.127/0001-10	92.515.899/0001-01	93.049.088/0001-17

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
DIRETORIA DE ANÁLISE TÉCNICA

PORTARIAS DE 16 DE SETEMBRO DE 2016

O DIRETOR DE ANÁLISE TÉCNICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo MPAS 003017/9819-79, sob o comando nº 410462533 e juntada nº 421278812, resolve:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Nº 433 - Art. 1º Aprovar o 1º Termo Aditivo ao Convênio de Adesão da patrocinadora VLI Operações de Terminais S.A. que passou a ser denominada VLI Operação Ferroviária Independente S.A., ao Plano de Benefícios Vale Mais - CNPB nº 1999.0052-11, administrado pela Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social - VALIA.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O DIRETOR DE ANÁLISE TÉCNICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo MPAS 003017/9819-79, sob o comando nº 385420522 e juntada nº 421277066, resolve:

Nº 434 - Art. 1º Aprovar o 2º Termo Aditivo ao Convênio de Adesão da patrocinadora Vale Fertilizantes S.A. ao Plano de Benefícios Vale Mais - CNPB nº 1999.0052-11, administrado pela Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social - VALIA.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS MARNE DIAS ALVES

Ministério da Integração Nacional

SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

PORTARIA Nº 172, DE 9 DE SETEMBRO DE 2016

Reconhece situação de emergência em municípios.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 23 de dezembro de 2008, resolve:

Art. 1º Reconhecer a situação de emergência nas áreas descritas no Formulário de Informações do Desastre - FIDE, conforme informações constantes na tabela.

UF	Município	Desastre	Decreto	Data	Processo
BA	Baianópolis	Estiagem - 1.4.1.1.0	051/2016	27/07/16	59051.002264/2016-11
BA	Barro Alto	Estiagem - 1.4.1.1.0	1.273/2016	14/07/16	59051.002060/2016-80
BA	Caém	Estiagem - 1.4.1.1.0	075	12/08/16	59051.002327/2016-39
BA	Itatim	Estiagem - 1.4.1.1.0	090/16	04/08/16	59051.002244/2016-40
BA	Tanhaçu	Estiagem - 1.4.1.1.0	247/2016	24/08/16	59051.002386/2016-15
MG	Jequitinhonha	Estiagem - 1.4.1.1.0	028/2016	02/08/16	59051.002383/2016-73
MG	Umburatiba	Estiagem - 1.4.1.1.0	16/2016	01/08/16	59051.002283/2016-47
SE	Carira	Seca - 1.4.1.2.0	1059/2016	22/08/16	59051.002351/2016-78
SE	Gracho Cardoso	Seca - 1.4.1.2.0	04/2016	22/08/16	59051.002318/2016-48

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RENATO NEWTON RAMLOW

PORTARIA Nº 173, DE 14 DE SETEMBRO DE 2016

Reconhece situação de emergência em municípios.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 23 de dezembro de 2008, resolve:

Art. 1º Reconhecer a situação de emergência nas áreas descritas no Formulário de Informações do Desastre - FIDE, conforme informações constantes na tabela.

UF	Município	Desastre	Decreto	Data	Processo
BA	Bom Jesus da Lapa	Seca - 1.4.1.2.0	028	09/08/16	59051.002253/2016-31
BA	Luís Eduardo Magalhães	Estiagem - 1.4.1.1.0	4.132/2016	16/08/16	59051.002325/2016-40
BA	Muquém de São Francisco	Estiagem - 1.4.1.1.0	028	09/08/16	59051.002325/2016-40
CE	Jaguaruana	Seca - 1.4.1.2.0	051	17/08/16	59051.002343/2016-21
MG	Bocaiúva	Estiagem - 1.4.1.1.0	5.995/2016	11/08/16	59051.002363/2016-01
MG	Claro dos Porções	Seca - 1.4.1.2.0	156/2016	22/08/16	59051.002387/2016-51
MG	Lassance	Estiagem - 1.4.1.1.0	23	13/06/16	59051.002008/2016-23
MG	Medeiros	Estiagem - 1.4.1.1.0	011	10/08/16	59051.002293/2016-82
MG	Presidente Olegário	Estiagem - 1.4.1.1.0	927	01/08/16	59051.002287/2016-25
PI	Oeiras	Seca - 1.4.1.2.0	035	22/08/16	59051.002349/2016-07

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RENATO NEWTON RAMLOW

Ministério da Justiça e Cidadania

SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO-GERAL DE LOGÍSTICA

PORTARIA Nº 223, DE 6 DE SETEMBRO DE 2016

A COORDENADORA-GERAL DE LOGÍSTICA DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria n.º 69, de 04 de junho de 2014, publicada no D.O.U. de 05 de junho de 2014, e tendo em vista os artigos 67 e 73, da Lei n.º 8.666/93 e alterações posteriores resolve:

Art.1º - Determinar que em conformidade com a instrução processual adotada no Processo nº. 08008.005230/2014-19, bem como o disposto no Art. 86 e no inciso II e III, do Art. 87, da Lei nº 8.666/1993, sejam aplicadas a seguintes penalidades à empresa PH Serviços e Administração Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 06.090.065/0001-51:

I - multa compensatória, no valor de R$ 139.727,43 (cento e trinta e nove mil, setecentos e vinte e sete reais e quarenta e três centavos), equivalente a 10% (dez por cento) do valor total da contratação;

II - suspensão e impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de 5 (cinco) anos.

Art. 2º - A multa estipulada no inciso I do Art 1º deverá ser recolhida aos cofres públicos por meio de Guia de Recolhimento da União no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data da publicação deste expediente decisório. O não pagamento implicará na inscrição no Cadastro Informativo de Créditos não quitados do Setor Público Federal - CADIN e demais procedimentos para cobrança judicial.

Art. 3º - As penalidades aqui determinadas serão registradas no SICAF, em conformidade com a IN n.º 02/2010/SLTI/MPOG e suas alterações.

Art. 4º - Das sanções acima caberá Recurso Administrativo conforme Art. 109 da Lei n.º 8.666/93, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da publicação desta. Ressalta-se que o processo terá continuidade mesmo sem a manifestação da contratada, após o término do prazo de recurso.

Art. 5º - Fica franqueada à empresa, desde já, vista dos autos do processo.

Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DEBORA DE SOUZA JANUARIO

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA
SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE-GERAL
Em 16 de setembro de 2016

Nº 13. Procedimento Preparatório nº 08700.003826/2015-30. Acolho a NOTA TÉCNICA Nº 153/2015/SG-TRIAGEM CONDUTAS (0238460) e, com fulcro no §1º do art. 50, da Lei nº 9.784/99, integro as suas razões à presente decisão, inclusive como sua motivação. Decido, em face dos fundamentos apontados na nota supracitada, pela instauração de Processo Administrativo, nos termos dos arts. 13, e 69 e seguintes, da Lei nº 12.529/11 c/c. art. 146 e seguintes do Regimento Interno do Cade, em face de João Batista Dantas Maia ME; M. C. Batista dos Santos; Gisnaude Gentil Fernandes de Souza - ME; F. N. dos Santos Neto - ME; L de L Alves ME; Francisco Nunes dos Santos Neto; Gisnaude Gentil Fernandes de Sousa; João Batista Dantas Maia; Luzinelson de Lima Alves ; Maria Consuelo Batista dos Santos, a fim de investigar as condutas que se subsumam ao art. 36, I; §3º, I, alínea "d", da mencionada Lei. Notifiquem-se os Representados, nos termos do art. 70 da Lei nº 12.529, para que apresentem defesa no prazo de 30 (trinta) dias, a ser contado em dobro. Neste mesmo prazo, os Representados deverão, sob pena de indeferimento, especificar e justificar as provas que pretendem sejam produzidas, que serão analisadas pela autoridade nos termos do art. 155 do Regimento Interno do Cade. Caso o Representado tenha interesse na produção de prova testemunhal, deverá indicar na peça de defesa a qualificação completa de até 3 (três) testemunhas, a serem ouvidas na sede do Cade, conforme previsto no art. 70 da Lei nº 12.529/2011 c.c. art. 155, §2º, do Regimento Interno do Cade. Ao Setor Processual.

Nº 20. Inquérito Administrativo nº 08012.006043/2008-37 (Apartado de Acesso Restrito nº 08700.002352/2016-90). Representante: Secretaria de Direito Econômico - SDE, ex officio. Representados: Sindicato das Empresas Transportadoras e Revendedoras Varejistas de Gás Liquefeito de Petróleo do Distrito Federal - Sindvargas/DF, José Carlos Lélis dos Santos, Jucelino Oliveira Melo e Hermes Nunes. Acolho a Nota Técnica nº 68/2016/CGAA6/SGA2/SG/CADE e, com fulcro no §1º do art. 50, da Lei nº 9.784/99, integro as suas razões à presente decisão, inclusive como sua motivação. Decido, em face dos fundamentos apontados na referida Nota Técnica, pela instauração de Processo Administrativo, nos termos dos arts. 13, V, e 69 e seguintes, da Lei nº 12.529/11 c/c. art. 146 e seguintes do Regimento Interno do Cade, em face dos seguintes Representados: A Casa do Gás Comércio de GLP Ltda., A. S. Gás Depósito e Transporte de Gás Ltda. - EPP, Belo Gás Comercial Ltda. - ME, Chamas Comércio Representação e Transporte de Gás Ltda. - ME, Chegou o Gás Ltda. - ME, Companhia Ultragaz S.A., Copagaz Distribuidora de Gás Ltda., Copergás Distribuição de Gás e Transportes Ltda. - ME, Disk Gás do Denílson Ltda. - ME, Ferreira & Costa Comércio de Gás Ltda. - ME, Fogás Comercio de Gás Ltda. - ME, Gasil Comercio de Gás e Transportes Ltda., Goiás Gás Ltda. - ME, Guma Gaz Eireli - ME, Itália Comercio de Gás Ltda. - ME, José Carlos Lélis dos Santos - ME, KSA Distribuidora de Gás Ltda., L & R Comércio de Gás Ltda. - ME, LG Distribuidora de Gás Ltda. - ME, Metrogas Ltda. - ME, M P M Comercial Gás Ltda. - ME, Nacional Gás Butano Distribuidora Ltda., NGX - Comercio e Transporte de Gás Ltda. - ME, Naturalgás - Comércio de Gás Ltda. - ME, Liquigás Distribuidora S.A., Ourogás Comércio Varejista de Gás Ltda. - ME, Pádua - Comércio de Gás Ltda. - ME, RJ Comércio de Gás Ltda. - ME, RM Comercio de Gás Ltda. - ME, Rodrigues & Maciel Gás Ltda. - EPP, Santana Depósito de Gás Ltda. - ME, Souza Comércio Varejista de Gás Ltda. - ME, Sindicato das Empresas Transportadoras e Revendedoras Varejistas de Gás Liquefeito de Petróleo do Distrito Federal - Sindvargas/DF, Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Gás Liquefeito de Petróleo - Sindigás, Supergasbras Energia Ltda., Unidos Depósito e Transporte de Gás Ltda., Abraão Coelho da Silva, Alberto Rodrigues de Sousa, Aldemir Miguel do Nascimento, Aldírio Lacerda Cruz, Alexandre Vieira Correia, Antônio Peixoto de Alencar Filho, Augusto Pereira Maia, Bolivar Lamim da Silva, Cláudio Roberto Severo Bialoglowka, Débora Veloso de Matos, Edison Luiz Sanches, Edmar Pereira da Silva, Edson Pereira dos Santos, Eliomar de Oliveira Euzébio, Emerson Gomes da Silva, Fernando Diniz David, Fernando Pereira dos Santos, Francisca Iraneide da Silva, Francisco Ubiraci Leite de Loiola, Geraldo Borges de Oliveira, Hermes Nunes Rodrigues, Janair Carvalho da Silveira, Joacir Aparecido Gosma, Jonathas Garcia Neto, José Carlos Lélis dos Santos, Jucelino Oliveira Melo, Leandro Martins Farnese, Luiz Cláudio Mendonça Lobo, Luiz Fernando Rezer, Marcos Martins Muller, Matheus Fernandes Mendonça, Peterson Ramos dos Santos, Rafael Fernandez Gonzalez, Sérgio Vital Bandeira de Mello Filho, Sílvio Corrêa Mamede, Valéria Cristina Machado Marques, Weriton Eurico de Sousa e Wesley Flávio Otaviano Canuto, a fim de investigar condutas passíveis de enquadramento, em tese, nos artigos 20, incisos I a IV e 21, incisos I, II, III, IV, V, VI, X, XI, XII, XIII e XIV, ambos da Lei nº 8.884/94, correspondentes ao artigo 36, incisos I a IV c/c seu § 3º, inciso I, alíneas "a", "b" e "c", II, III, IV, V, VIII, IX, X, XI, XII da Lei nº 12.529/11. Decido, ainda, pela suspensão do Processo Administrativo em relação aos Representados Supergasbras Energia Ltda., Francisco Ubiraci Leite de Loiola e Sílvio Corrêa Mamede, em razão do Termo de Compromisso de Cessação firmado entre esses e o Cade. Notifiquem-se os Representados, nos termos do art. 70 do referido diploma legal, para que apresentem defesa no prazo de 30 (trinta) dias. Neste mesmo prazo, os Representados deverão, sob pena de indeferimento, especificar e justificar as provas que pretendem sejam produzidas, que serão analisadas pela autoridade nos termos do art. 155 do Regimento Interno do Cade. Caso o Representado tenha interesse na produção de prova testemunhal deverá indicar na peça de defesa a qualificação completa de até 3 (três) testemunhas, a serem ouvidas na sede do Cade, conforme previsto no art. 70 da Lei nº 12.529/11 c.c. art. 155, §2º, do Regimento Interno do Cade. Ao Setor Processual.

DIOGO THOMSON DE ANDRADE
Substituto

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA EXECUTIVA
COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA

ALVARÁ Nº 3.729, DE 12 DE AGOSTO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/37483 - DPF/PDE/SP, resolve:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ASSOCIAÇÃO PRUDENTINA DE EDUCAÇÃO E CULTURA - APEC, CNPJ nº 44.860.740/0001-73 para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 1739/2016, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 3.930, DE 25 DE AGOSTO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/52721 - DELESP/DREX/SR/DPF/PA, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa GRUPO GERADOR BELEM SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS LTDA, CNPJ nº 04.671.627/0001-25 para atuar no Pará.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 3.931, DE 25 DE AGOSTO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/52860 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa POJUCA S.A, CNPJ nº 13.250.998/0005-58 para atuar em São Paulo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 4.107, DE 2 DE SETEMBRO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/59451 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS DA CONSTRUCAO CIVIL DE SAO PAULO, CNPJ nº 60.505.260/0001-40 para atuar em São Paulo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 4.136, DE 5 DE SETEMBRO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/57941 - DELESP/DREX/SR/DPF/BA, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CONDOMINIO BARRA, CNPJ nº 16.275.232/0001-92 para atuar na Bahia.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 4.152, DE 6 DE SETEMBRO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/44426 - DPF/CXS/RS, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa LOJAS COLOMBO S.A COMERCIO DE UTILIDADES DOMESTICAS, CNPJ nº 89.848.543/0001-77 para atuar no Rio Grande do Sul

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 4.170, DE 8 DE SETEMBRO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/60032 - DPF/MOS/RN, resolve:

CONCEDER autorização à empresa PROSEGUR BRASIL S/A TRANSPORTADORA DE VALORES E SEGURANÇA, CNPJ nº 17.428.731/0160-58, sediada no Rio Grande do Norte, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
840 (oitocentas e quarenta) Munições calibre 38
300 (trezentas) Munições calibre 12
VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 4.179, DE 8 DE SETEMBRO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/53686 - DPF/MBA/PA, resolve:

CONCEDER autorização à empresa CENTRO DE FORMACAO DE VIGILANTES DE MARABA LTDA ME, CNPJ nº 07.853.178/0002-05, sediada no Pará, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
21244 (vinte e uma mil e duzentas e quarenta e quatro) Espoletas calibre 38
2000 (dois mil) Estojos calibre 38
21244 (vinte e um mil e duzentos e quarenta e quatro) Projéteis calibre 38
VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 4.180, DE 8 DE SETEMBRO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/56697 - DELESP/DREX/SR/DPF/PB, resolve:

CONCEDER autorização à empresa CONDOMINIO MANAIRA, CNPJ nº 07.770.585/0001-78, sediada na Paraíba, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
3 (três) Revólveres calibre 38
42 (quarenta e duas) Munições calibre 38
VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 4.191, DE 9 DE SETEMBRO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/44049 - DPF/IJI/SC, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SEGURA SEGURANÇA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 95.806.048/0001-06, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Segurança Pessoal, para atuar em Santa Catarina com o(s) seguinte(s) Certificado(s) de Segurança, expedido(s) pelo DREX/SR/DPF: nº 1734/2016 (CNPJ nº 95.806.048/0001-06) e nº 1889/2016 (CNPJ nº 95.806.048/0002-89).

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 4.193, DE 9 DE SETEMBRO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/47769 - DELESP/DREX/SR/DPF/MT, resolve:

CONCEDER autorização à empresa BRINK'S SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA., CNPJ nº 60.860.087/0159-88, sediada no Mato Grosso, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
2 (duas) Espingardas calibre 12
9 (nove) Revólveres calibre 38
VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 4.197, DE 9 DE SETEMBRO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/54153 - DELESP/DREX/SR/DPF/AP, resolve:

CONCEDER autorização à empresa PARGEL VIGILANCIA E SEGURANÇA LTDA ME, CNPJ nº 14.719.905/0001-20, sediada no Amapá, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
7 (sete) Revólveres calibre 38
662 (seiscentas e sessenta e duas) Munições calibre 38
VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 4.199, DE 9 DE SETEMBRO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/56112 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa FUNDACAO CASPER LIBERO, CNPJ nº 61.277.273/0001-72 para atuar em São Paulo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 4.201, DE 9 DE SETEMBRO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/57298 - DELESP/DREX/SR/DPF/DF, resolve:

CONCEDER autorização à empresa KATANA SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 12.147.170/0001-82, sediada no Distrito Federal, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
4 (quatro) Espingardas calibre 12
8 (oito) Pistolas calibre .380
360 (trezentas e sessenta) Munições calibre .380
84 (oitenta e quatro) Munições calibre 12
VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 4.217, DE 12 DE SETEMBRO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/60475 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

CONCEDER autorização à empresa REGIONAL SERVIÇOS DE SEGURANÇA E VIGILANCIA EIRELI, CNPJ nº 13.987.152/0001-71, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
252 (duzentas e cinquenta e duas) Munições calibre 38
VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 4.222, DE 12 DE SETEMBRO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/32538 - DPF/NRI/RJ, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CONDOR SECURITY LTDA, CNPJ nº 04.635.449/0001-87, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar no Rio de Janeiro, com Certificado de Segurança nº 1730/2016, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 4.224, DE 12 DE SETEMBRO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/42695 - DELESP/DREX/SR/DPF/RS, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ITM S/A - INDÚSTRIA DE TECNOLOGIAS MÉDICAS, CNPJ nº 88.303.433/0001-67 para atuar no Rio Grande do Sul.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ALVARÁ Nº 4.242, DE 13 DE SETEMBRO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/50343 - DELESP/DREX/SR/DPF/RJ, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa NCTEC NOVO CENTRO TECNICO DE FORMACAO EM SEGURANCA LTDA, CNPJ nº 04.277.194/0001-28, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Curso de Formação, para atuar no Rio de Janeiro com o(s) seguinte(s) Certificado(s) de Segurança, expedido(s) pelo DREX/SR/DPF: nº 1935/2016 (CNPJ nº 04.277.194/0001-28) e nº 1936/2016 (CNPJ nº 04.277.194/0002-09).

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 4.243, DE 13 DE SETEMBRO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/50545 - DELESP/DREX/SR/DPF/MA, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa MASV MARANHENSE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA, CNPJ nº 04.673.864/0001-25, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Maranhão, com Certificado de Segurança nº 1954/2016, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 4.251, DE 13 DE SETEMBRO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/60821 - DELESP/DREX/SR/DPF/RJ, resolve:

CONCEDER autorização à empresa NCTEC NOVO CENTRO TECNICO DE FORMACAO EM SEGURANCA LTDA, CNPJ nº 04.277.194/0001-28, sediada no Rio de Janeiro, para adquirir:

Da empresa cedente MARAL SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA., CNPJ nº 02.090.922/0001-62:

45 (quarenta e cinco) Revólveres calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 4.252, DE 13 DE SETEMBRO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/60980 - DELESP/DREX/SR/DPF/PB, resolve:

CONCEDER autorização à empresa CENTRO DE FORMAÇÃO SHOT ADVANCED TRAINING LTDA - ME, CNPJ nº 03.019.433/0001-87, sediada na Paraíba, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

1 (uma) Espingarda calibre 12

8136 (oito mil e cento e trinta e seis) Munições calibre 12

80000 (oitenta mil) Espoletas calibre 38

1000 (um mil) Estojos calibre 38

15000 (quinze mil) Gramas de pólvora

80000 (oitenta mil) Projéteis calibre 38

8000 (oito mil) Espoletas calibre .380

1000 (um mil) Estojos calibre .380

8000 (oito mil) Projéteis calibre .380

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 4.258, DE 13 DE SETEMBRO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/54833 - DELESP/DREX/SR/DPF/MG, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa PRAÇA DOS AMIGOS FESTAS E RECEPÇÕES EIRELI, CNPJ nº 18.948.458/0001-32 para atuar em Minas Gerais.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 33.634, DE 1º DE SETEMBRO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação formulada pela parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08039.000794/2016-05- DPF/RDO/PA, resolve:

Autorizar a empresa HABIL SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA ME CNPJ: 34.919.936/0001-32, a promover alteração nos seus atos constitutivos no que se refere à razão social, que passa a ser HABIL SEGURANCA E VIGILANCIA EIRELI - ME.

CARLOS ROGÉRIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 33.646, DE 13 DE SETEMBRO DE 2016.

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação formulada pela parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08430.020749/2016-91 - SR/DPF/RS, resolve:

Autorizar a empresa RF PRISMA VIGILÂNCIA LTDA - CNPJ - 14.919.333/0001-23, a promover alteração nos seus atos constitutivos no que se refere à razão social, que passa a ser RF PRISMA VIGILÂNCIA EIRELI.

CARLOS ROGÉRIO FERREIRA COTA

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA E CIDADANIA
DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES
DIVISÃO DE POLÍTICAS MIGRATÓRIAS

DESPACHOS DO CHEFE

Tendo em vista que ficou demonstrada a efetiva necessidade da manutenção do estrangeiro na empresa, considerando que o presente processo encontra-se instruído na forma da lei e, diante da informação do Ministério do Trabalho, DEFIRO os Pedidos de Prorrogação de Estada no País, abaixo relacionados:

Processo Nº 08000.017674/2016-21 - EDWIN MULA BILBAO, até 11/12/2018.

Processo Nº 08000.011021/2016-38 - RICHARD JOHN EDWARDS, até 26/04/2018.

Processo Nº 08000.009571/2016-97 - WALDEMAR ANDRZEJ ZYCH, até 30/06/2017.

Determino o arquivamento dos processos conforme disposto no art. 40, da Lei nº 9.784/99, tendo em vista o não cumprimento na íntegra das exigências formuladas pelo Departamento de Polícia Federal, abaixo relacionados:

Processo Nº 08460.008108/2016-19 - FABRICE MUTOMBO NZEMBELE

Processo Nº 08477.001195/2010-09 - ANNE MARIE LENNY MAZZUTTI

Determino o arquivamento dos processos, conforme disposto no art. 40, da Lei nº 9.784/99, tendo em vista o não cumprimento das exigências formuladas por esta divisão, abaixo relacionados:

Processo Nº 08505.073659/2014-10 - NANA ZOU

Processo Nº 08460.040424/2014-13 - DAVID MORO FERNANDEZ

Face às diligências procedidas pelo Departamento de Polícia Federal, INDEFIRO os pedidos tendo em vista que o estrangeiro não foi localizado no endereço fornecido nos autos, restando prejudicada a instrução do processo, abaixo relacionados:

Processo Nº 08701.008694/2014-41 - ROGERIO MIGUEL RAINHO DE CASTRO

Processo Nº 08505017465201604 - YULIET MACIAS PEREZ

INDEFIRO o pedido de Reunião Familiar, com base no art. 2º, inciso IV, da Resolução Normativa nº 108/2014, do Conselho Nacional de Imigração, formulado pelo nacional cubana BELQUIS DE LA CARIDAD FRESQUET POZO, conforme o disposto no art. 38, da Lei nº 6.815/80, tendo em vista que não restou comprovada a estada legal da interessada quando da autuação do pedido.

Processo Nº 08502.009027/2015-11 - BELQUIS DE LA CARIDAD FRESQUET POZO

INDEFIRO o presente processo de permanência definitiva com base em cônjuge brasileiro(a), tendo em vista o laudo papiloscópico feito pelo Departamento de Policia Federal comprovando que o requerente possui duas identidades.

Processo Nº 08354.010481/2013-96 - BIKOKO RACHIDI JEAN JACQUES

INDEFIRO o presente processo de permanência definitiva com base em cônjuge brasileiro(a), considerando que em diligências procedidas pelo Departamento de Policia Federal verificou-se que o casal encontra-se separado de fato.

Processo Nº 08506018388201349 - FRANCISCO MIGUEL DE OLIVEIRA SANTOS

INDEFIRO os pedidos de permanência definitiva com base em União Estável, considerando o disposto no art. 38, da Lei nº 6.815/80, tendo em vista que no momento da solicitação os estrangeiros encontrava-se em situação irregular no País, abaixo relacionados:

Processo Nº 08391.006103/2016-12 - FRANCLIM HENRIQUE MARQUES VERÍSSIMO

Processo Nº 08460.008952/2016-31 - HANNS LENNART WIESNER

INDEFIRO os pedidos de permanência, tendo em vista os estrangeiros encontrar-se fora do país, inviabilizando a instrução processual, abaixo relacionados:

Processo Nº 08495.001735/2014-51 - MARCOS ANTONIO RODRIGUEZ NORIS

Processo Nº 08495.004342/2014-08 - MIGUEL DAVID BARBOSA MARTINHO

Processo Nº 08495.000910/2014-93 - RYAN JAMES CASWELL

Processo Nº 08444.005903/2011-31 - CRISTIAN ROBERTH BERNAL HURAGA

Diante dos novos elementos constantes dos autos e considerando a manifestação favorável do Ministério do Trabalho, DEFIRO o pedido de reconsideração, e com efeito, prorrogo o prazo de Estada do estrangeiro no País

Processo Nº 08000.011885/2016-50 - ALFONSO QUEQUE MEDEL, até 30/03/2018.

À vista dos novos elementos constantes dos autos, acolho o pedido de reconsideração para tornar insubsistente o Ato publicado no Diário Oficial de 28/07/2016 , Seção 1, pág. 56, e DEFERIR o pedido de prorrogação do prazo de Estada do estrangeiro no País

Processo Nº 08000.012655/2015-27 - ALI DHONDHIGOTHI, até 09/05/2017.

Determino o arquivamento dos processos, por já ter decorrido prazo superior ao da estada solicitada, abaixo relacionados:

Processo Nº 08000.013289/2016-12 - AMOL APPA PAWAR

Processo Nº 08000.013223/2016-14 - RAJKUMAR DAYANATH TRIPATHI

Processo Nº 08461.007926/2014-14 - JAKUB ROMAN DWORZNIK

Processo Nº 08000.029388/2013-65 - TOM FIRMIN RACHEL VANDAELE

Processo Nº 08000.036336/2014-26 - PRZEMYSLAW JEDLINSKI

Considerando a alteração promovida pelo Decreto 8.757, de 10 de maio de 2016, publicado no DOU de 11.05.2016, na redação do art. 64, par. único, do Decreto 86.715/1981, que transfere o início do pedido de prorrogação de estada temporária - item V - para o Ministério do Trabalho, DETERMINO o arquivamento do presente processo, facultando-se à parte interessada a apresentação de novo pedido perante aquele Ministério, devendo fazer prova da data do protocolo e da taxa recolhida no pedido original.

Processo Nº 08109.001270/2016-15 - THAO JU

Considerando o pedido de cancelamento/arquivamento apresentado pela Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial da União de 20 de junho de 2016, Seção 1, pág. 52, bem assim determino o ARQUIVAMENTO do pedido.

Processo Nº 08000.012863/2016-15 - MANHEE KIM

Considerando o pedido de cancelamento/arquivamento apresentado pela Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial da União de 01 de março de 2016, Seção 1, pág. 42, bem assim determino o ARQUIVAMENTO do pedido.

Processo Nº 08000.001325/2016-97 - ALAN ALEXANDER BREMNER

Considerando o pedido de cancelamento/arquivamento apresentado pela Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial da União de 03/03/2016, Seção 1, pág. 20, bem assim determino o ARQUIVAMENTO do pedido.

Processo Nº 08000.000780/2016-75 - JUHA AATOS VAJALA

Considerando o pedido de cancelamento/arquivamento apresentado pela Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial da União de 09/08/2016, Seção 1, pág. 23, bem assim determino o ARQUIVAMENTO do pedido.

Processo Nº 08000.018893/2015-46 - ALEXANDRE ALEXANDROV

Considerando o pedido de cancelamento/arquivamento apresentado pela Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial da União de 13 de setembro de 2016, Seção 1, pág. 38, bem assim determino o ARQUIVAMENTO do pedido.

Processo Nº 08000.017850/2015-43 - BEKAI BOUABDALLAH

Considerando o pedido de cancelamento/arquivamento apresentado pela Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial da União de 20 de abril de 2016, Seção 1, pág. 45, bem assim determino o ARQUIVAMENTO do pedido.

Processo Nº 08000.012844/2015-08 - FRANCISCO NIETO TORRES

Considerando o pedido de cancelamento/arquivamento apresentado pela Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial da União de 15 de março de 2016, Seção 1, pág. 21, bem assim determino o ARQUIVAMENTO do pedido.

Processo Nº 08000.037419/2014-32 - JOSE JR OBISPO TUPAZ

Considerando a manifestação do Ministério do Trabalho que constatou a ausência do pré-cadastro, INDEFIRO os pedidos de prorrogação do prazo de estada no Pais, abaixo relacionados:

Processo Nº 08000.018501/2015-49 - HEIKO JUNGHANSS

Processo Nº 08000.015275/2015-44 - WIESLAW ADAM BUDZISZ

JOSE AUGUSTO TOME BORGES
Substituto

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

DEFIRO os pedidos de prorrogação do prazo de estada no País, abaixo relacionados:

Processo Nº 08505.075174/2016-22 - TERESA CHIBINDA LANDO ZINGA, até 28/08/2017.

Processo Nº 08000.040068/2016-17 - JEANETTE QUINONES CCORIMANYA, até 31/08/2017.

Determino o arquivamento dos processos, por já ter decorrido prazo(s) superior(s) ao da(s) estada(s) solicitada(s), abaixo relacionados:

Processo Nº 08000.000443/2015-05 - DANIEL JAMES COX

Processo Nº 08505.139200/2014-96 - SOFIA FLORES CAMARGO

Processo Nº 08000.025548/2014-88 - MITCHELL SARGENT MC CREA

Processo Nº 08000.025219/2014-37 - PAULO DANIEL GONÇALVES COSTA

Processo Nº 08102.002399/2014-31 - ERIKA JESUS MARQUES EVORA

Processo Nº 08492.005576/2014-94 - LEONEID JOSE JOAQUIM POULSON

Processo Nº 08410.001254/2014-39 - JEAN REGIS HAROLD NGANGOUM SIEWE

Processo Nº 08102.002817/2014-90 - GBEKPO AUBAINS HOUNSOU GBO

FRANCISCO DE ASSIS PEREIRA DA SILVA
P/Delegação de Competência

RETIFICAÇÃO

No Diário Oficial da União de 01/03/2016, Seção 1, pág. 42.

Onde se lê: Processo Nº 08000.003086/2016-18 - RAMYA KANNAN, até 26/10/2016;

Leia-se:Processo Nº 08000.003086/2016-18 - RAMYA KANNAN, até 11/02/2017.

No Diário Oficial da União de 07/01/2016, Seção 1, pág. 18.

Onde se lê: Processo Nº 08000.009503/2015-47 - JACQUES BERBUDEAU, até 28/04/2016.

Leia-se: Processo Nº 08000.009503/2015-47 - JACQUES BERBUDEAU, JOCELYNE YVONNE SANCHEZ BERBUDEAU, até 28/04/2016.

Ministério da Saúde

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 787, DE 16 DE SETEMBRO DE 2016

Defere readequação de projetos no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD).

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso das suas atribuições legais e,

Considerando a Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que instituiu o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD);

Considerando o Decreto nº 7.988, de 17 de abril de 2013, que regulamentou os arts. 1º a 13 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012; e

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.550, de 29 de julho de 2014, que redefine as regras e os critérios para apresentação de projetos no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD), e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Defere readequação de projeto no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD), conforme segue:

I - Associação Pestalozzi de Barra do Piraí

CNPJ: 28.468.478/0001-60

Nome do Projeto: Saberes do Campo: Criando condições de trabalho no campo para jovens com deficiência.

SIPAR: 25000.058799/2015-49

Valor readequado: R$ 316.000,00 (trezentos e dezesseis mil reais).

Resumo do projeto: Capacitar as pessoas com deficiência para inserção de trabalho, através de cursos nas seguintes áreas: serviços gerais, horticultura, jardinagem, cozinha e pecuária.

Art. 2º Torna sem efeito as informações relativas ao projeto publicadas no inciso XLVII do Art. 1º da Portaria SE/MS nº 1.035, de 09 de dezembro de 2015.

ART. 3º ESTA PORTARIA ENTRA EM VIGOR NA DATA DE SUA PUblicação.

ANTONIO CARLOS FIGUEIREDO NARDI

PORTARIA Nº 788, DE 16 DE SETEMBRO DE 2016

Defere pedido de credenciamento no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD).

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso das suas atribuições legais e,

Considerando a Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que instituiu o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD);

Considerando o Decreto nº 7.988, de 17 de abril de 2013, que regulamentou os arts. 1º a 13 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012; e

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.550, de 29 de julho de 2014, que redefine as regras e os critérios para o credenciamento de instituições no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD), e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Defere pedido de credenciamento, para apresentação de projetos no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD), das instituições abaixo relacionadas:

I - Associação Fluminense de Reabilitação, CNPJ 30.139.950/0001-62, processo SIPAR 25000.008194/2016-98.

II - Instituto Pró-Queimados, CNPJ 02.084.591/0002-39, processo SIPAR 25000.009809/2016-01.

III - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Conceição da Aparecida, CNPJ 25.658.154/0001-04, processo SIPAR 25000.096583/2016-62.

IV - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Nova Laranjeiras, CNPJ 07.860.255/0001-73, processo SIPAR 25000.099610/2016-59.

V - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Clevelândia, CNPJ 78.686.128/0001-48, processo SIPAR 25000.099638/2016-96.

VI - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Bocaiúva do Sul, CNPJ 40.270.514/0001-81, processo SIPAR 25000.101350/2016-99.

VII - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Rondon do Pará, CNPJ 03.509.276/0001-98, processo SIPAR 25000.102263/2016-59.

VIII - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Catanduva, CNPJ 47.079.827/0001-04, processo SIPAR 25000.108036/2016-37.

IX - Instituto Londrinense de Educação para Crianças Excepcionais, CNPJ 78.294.121/0001-80, processo SIPAR 25000.113162/2016-11.

X - Associação de Pais, Amigos e Pessoas com Deficiência, de Funcionários do Banco do Brasil e da Comunidade - Núcleo Regional Rio de Janeiro, CNPJ 58.106.519/0005-62, processo SIPAR 25000.113177/2016-71.

XI - Beneficência Nipo Brasileira de São Paulo, CNPJ 60.992.427/0015-40, processo SIPAR 25000.113192/2016-10.

XII - Associação de Amigos do Instituto São Rafael, CNPJ 16.581.050/0001-40, processo SIPAR 25000.113256/2016-82.

XIII - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Inácio Martins, CNPJ 02.711.722/0001-80, processo SIPAR 25000.113528/2016-44.

XIV - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Terra Roxa, CNPJ 77.806.925/0001-59, processo SIPAR 25000.113532/2016-11.

XV - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Iguaraçu, CNPJ 80.612.815/0001-60, processo SIPAR 25000.113545/2016-81.

XVI - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Corbélia, CNPJ 80.881.345/0001-30, processo SIPAR 25000.113547/2016-71.

XVII - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Rio Azul, CNPJ 78.046.265/0001-18, processo SIPAR 25000.113548/2016-15.

XVIII - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Ibaiti, CNPJ 75.969.337/0001-00, processo SIPAR 25000.113553/2016-28.

XIX - Associação de Pais, Amigos e Pessoas com Deficiência, de Funcionários do Banco do Brasil e da Comunidade - Núcleo Regional Espírito Santo, CNPJ 58.106.519/0006-43, processo SIPAR 25000.113555/2016-17.

XX - Associação de Pais, Amigos e Pessoas com Deficiência, de Funcionários do Banco do Brasil e da Comunidade - Núcleo Regional Bahia, CNPJ 58.106.519/0016-15, processo SIPAR 25000.113556/2016-61.

XXI - Associação de Pais, Amigos e Pessoas com Deficiência, de Funcionários do Banco do Brasil e da Comunidade - Núcleo Regional Ceará, CNPJ 58.106.519/0002-10, processo SIPAR 25000.113557/2016-14.

XXII - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Paiçandu, CNPJ 79.696.647/0001-50, processo SIPAR 25000.113943/2016-06.

XXIII - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Paulo Frontin, CNPJ 00.694.754/0001-99, processo SIPAR 25000.114466/2016-98.

XXIV - Associação de Pais e Amigos de Surdos de Campinas, CNPJ 54.671.557/0001-83, processo SIPAR 25000.114470/2016-56.

XXV - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São Roque do Canaã, CNPJ 04.073.548/0001-12, processo SIPAR 25000.114478/2016-12.

XXVI - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Diadema, CNPJ 51.119.584/0001-50, processo SIPAR 25000.114483/2016-25.

XXVII - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Matelândia, CNPJ 77.818.300/0001-07, processo SIPAR 25000.114489/2016-01.

XXVIII - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Irati, CNPJ 78.148.707/0001-37, processo SIPAR 25000.114502/2016-13.

XXIX - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Altônia, CNPJ 77.871.416/0001-00, processo SIPAR 25000.114676/2016-86.

XXX - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Santa Isabel do Ivaí, CNPJ 80.611.221/0001-35, processo SIPAR 25000.114853/2016-24.

XXXI - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Apiúna, CNPJ 00.814.388/0001-64, processo SIPAR 25000.114904/2016-18.

XXXII - Associação dos Deficientes Físicos de Poços de Caldas, CNPJ 19.057.462/0001-73, processo SIPAR 25000.115412/2016-40.

XXXIII - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Renascença, CNPJ 78.677.507/0001-71, processo SIPAR 25000.115433/2016-65.

XXXIV - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Assis Chateaubriand, CNPJ 76.335.124/0001-90, processo SIPAR 25000.115436/2016-07.

XXXV - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Boa Esperança do Iguaçu, CNPJ 03.826.844/0001-84, processo SIPAR 25000.115431/2016-76.

XXXVI - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São Carlos do Ivaí, CNPJ 76.716.026/0001-00, processo SIPAR 25000.115427/2016-16.

XXXVII - Instituto de Responsabilidade Social Sírio Libanês, CNPJ 09.538.688/0001-32, processo SIPAR 25000.116073/2016-19.

XXXVIII - Instituto Bruno Vianna, CNPJ 05.009.726/0001-09, processo SIPAR 25000.094077/2016-39.

XXXIX - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São Pedro do Paraná, CNPJ 78.844.479/0001-30, processo SIPAR 25000.116241/2016-76.

XL - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Marmeleiro, CNPJ 81.265.670/0001-31, processo SIPAR 25000.116253/2016-09.

XLI - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Curitiba, CNPJ 76.579.630/0001-24, processo SIPAR 25000.116272/2016-27.

XLII - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Nova Cantú, CNPJ 01.963.182/0001-69, processo SIPAR 25000.116275/2016-61.

XLIII - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São João, CNPJ 80.872.898/0001-27, processo SIPAR 25000.116404/2016-11.

XLIV - Associação Pestalozzi de Maricá, CNPJ 27.789.833/0001-30, processo SIPAR 25000.116407/2016-54.

XLV - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Campina da Lagoa, CNPJ 78.675.121/0001-20, processo SIPAR 25000.117204/2016-85.

XLVI - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Londrina, CNPJ 75.222.018/0001-37, processo SIPAR 25000.117212/2016-21.

XLVII - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Prudentópolis, CNPJ 78.599.404/0001-30, processo SIPAR 25000.117220/2016-78.

XLVIII - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Ubiratã, CNPJ 77.845.287/0001-85, processo SIPAR 25000.117225/2016-09.

XLIX - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Barra Mansa, CNPJ 30.653.455/0001-77, processo SIPAR 25000.117241/2016-93.

L - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Governador Valadares, CNPJ 18.388.462/0001-93, processo SIPAR 25000.117250/2016-84.

LI - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Franca, CNPJ 45.316.338/0001-95, processo SIPAR 25000.117600/2016-11.

LII - Federação das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais do Estado do Paraná, CNPJ 00.106.307/0001-71, processo SIPAR 25000.112812/2016-01.

LIII - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Jardinópolis, CNPJ 50.426.683/0001-11, processo SIPAR 25000.118568/2016-82.

LIV - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Santarém, CNPJ 05.407.390/0001-32, processo SIPAR 25000.118135/2016-27.

LV - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Mirassol, CNPJ 48.314.132/0001-14, processo SIPAR 25000.118126/2016-36.

LVI - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Itaúna do Sul, CNPJ 01.203.341/0001-27, processo SIPAR 25000.118122/2016-58.

LVII - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Carlópolis, CNPJ 78.597.135/0001-73, processo SIPAR 25000.118119/2016-34.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

LVIII - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Japira, CNPJ 07.566.443/0001-93, processo SIPAR 25000.118108/2016-54.

LIX - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Bandeirantes, CNPJ 77.563.815/0001-03, processo SIPAR 25000.118104/2016-76.

LX - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Imbaú, CNPJ 03.531.154/0001-06, processo SIPAR 25000.120637/2016-18.

LXI - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Zé Doca, CNPJ 09.223.366/0001-02, processo SIPAR 25000.120670/2016-48.

LXII - Instituto da Audiovisão - INAV, CNPJ 10.733.963/0001-58 processo SIPAR 25000.120392/2016-29.

LXIII - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Pinheiral, CNPJ 32.507.139/0001-12, processo SIPAR 25000.120412/2016-61.

LXIV - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Matão, CNPJ 45.341.245/0001-10, processo SIPAR 25000.120423/2016-41.

LXV - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Mairinque, CNPJ 09.597.050/0001-72, processo SIPAR 25000.121034/2016-33.

LXVI - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Piraí, CNPJ 31.844.632/0001-65, processo SIPAR 25000.120386/2016-71.

LXVII - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Rio Grande Serra, CNPJ 50.169.515/0001-98, processo SIPAR 25000.120322/2016-71.

LXVIII - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Nova Londrina, CNPJ 78.195.906/0001-04, processo SIPAR 25000.120477/2016-15.

LXIX - Associação Helen Keller, CNPJ 90.772.518/0001-36, processo SIPAR 25000.120436/2016-11.

LXX - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Mandirituba, CNPJ 77.529.352/0001-63, processo SIPAR 25000.120405/2016-60.

LXXI - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Cachoeirinha, CNPJ 88.928.080/0001-90, processo SIPAR 25000.119984/2016-06.

LXXII - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Adamantina, CNPJ 44.920.478/0001-05, processo SIPAR 25000.119018/2016-81.

LXXIII - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Florestópolis, CNPJ 78.973.229/0001-08, processo SIPAR 25000.119027/2016-71.

LXXIV - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Alvorada do Sul, CNPJ 00.597.348/0001-08, processo SIPAR 25000.119043/2016-64.

LXXV - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Jaboticabal, CNPJ 45.337.185/0001-62, processo SIPAR 25000.119049/2016-31.

LXXVI - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Foz do Iguaçu, CNPJ 77.413.649/0001-69, processo SIPAR 25000.119057/2016-88.

LXXVII - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Nova América da Colina, CNPJ 03.024.375/0001-80, processo SIPAR 25000.119099/2016-19.

LXXVIII - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Ponta Grossa, CNPJ 80.251.051/0001-25, processo SIPAR 25000.119112/2016-30.

LXXIX - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Iraceminha, CNPJ 02.987.749/0001-08, processo SIPAR 25000.119124/2016-64.

LXXX - Visão Mundial, CNPJ 18.732.628/0001-47, processo SIPAR 25000.119137/2016-33.

LXXXI - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Comodoro, CNPJ 04.583.879/0001-00, processo SIPAR 25000.113552/2016-83.

LXXXII - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Piraquara, CNPJ 01.124.000/0001-66, processo SIPAR 25000.119154/2016-71.

LXXXIII - Associação Flávia Cristina, CNPJ 01.569.095/0001-21, processo SIPAR 25000.119180/2016-07.

LXXXIV - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Rondon, CNPJ 77.239.101/0001-44, processo SIPAR 25000.119201/2016-86.

LXXXV - Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Adamantina, CNPJ 43.002.005/0001-66, processo SIPAR 25000.119344/2016-98.

LXXXVI - Associação de Pais, Amigos e Pessoas com Deficiência, de Funcionários do Banco do Brasil e da Comunidade - Núcleo Regional São Paulo, CNPJ 58.106.519/0012-91, processo SIPAR 25000.119393/2016-21.

LXXXVII - Associação de Pais, Amigos e Pessoas com Deficiência, de Funcionários do Banco do Brasil e da Comunidade - Núcleo Regional Rio Grande do Sul, CNPJ 58.106.519/0014-53, processo SIPAR 25000.119422/2016-54.

LXXXVIII - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Diamante do Norte, CNPJ 01.085.193/0001-93, processo SIPAR 25000.120112/2016-82.

LXXXIX - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Terra Rica, CNPJ 80.614.241/0001-60, processo SIPAR 25000.120141/2016-44.

XC - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Ivaiporã, CNPJ 78.276.847/0001-90, processo SIPAR 25000.120320/2016-81.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO CARLOS FIGUEIREDO NARDI

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR
DIRETORIA COLEGIADA

RESOLUÇÃO OPERACIONAL - RO Nº 2.075, DE 13 DE SETEMBRO DE 2016

Dispõe sobre a instauração do regime de direção fiscal na operadora Hospital Marechal Cândido Rondon Ltda.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso VI do art. 6º e a alínea "c" do inciso II do art. 86, do Regimento Interno aprovado pela RN 197, de 16 de julho de 2009, na forma do disposto no art. 24 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, alterada pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 24 de agosto de 2001, em reunião ordinária de 08 de setembro de 2016, considerando as anormalidades econômico-financeiras e administrativas graves que colocam em risco a continuidade do atendimento à saúde, de acordo com os elementos constantes do processo administrativo nº 33902.435357/2011-61, adotou a seguinte Resolução Operacional e eu, Diretor-Presidente, na forma do disposto nos incisos I e III, do art. 82, da RN 197, de 2009, determino a sua publicação:

Art. 1º Fica instaurado o Regime de Direção Fiscal na operadora Hospital Marechal Cândido Rondon Ltda., registro ANS nº 39.239-1, inscrita no CNPJ sob o nº 81.564.346/0001-14.

Art. 2º Esta Resolução Operacional - RO entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS DE SOUZA ABRAHÃO
Diretor-Presidente

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA
DIRETORIA DE AUTORIZAÇÃO E REGISTRO SANITÁRIOS
GERÊNCIA DE COSMÉTICOS

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.493, DE 16 DE SETEMBRO DE 2016(*)

O Gerente de Cosméticos Substituto no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 1º, I da Portaria nº 917, de 15 de abril de 2016, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art.1º Deferir os registros e as petições dos produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumes, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO TAVARES NETO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.494, DE 16 DE SETEMBRO DE 2016(*)

O Gerente de Cosméticos Substituto no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 1º, I da Portaria nº 917, de 15 de abril de 2016, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art.1º Indeferir os registros e as petições dos produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumes, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO TAVARES NETO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.495, DE 16 DE SETEMBRO DE 2016(*)

O Gerente de Cosméticos Substituto no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 1º, I da Portaria nº 917, de 15 de abril de 2016, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1° Conceder a Revalidação Automática dos processos dos Produtos de Higiene Pessoal, Cosméticos e Perfumes, conforme RDC nº 250/2004, na conformidade da relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO TAVARES NETO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.496, DE 16 DE SETEMBRO DE 2016(*)

O Gerente de Cosméticos Substituto no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 1º, I da Portaria nº 917, de 15 de abril de 2016, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art.1º Cancelar os registros dos produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumes, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO TAVARES NETO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

GERÊNCIA DE SANEANTES

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.469, DE 15 DE SETEMBRO DE 2016(*)

O Gerente de Saneantes, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 1º, I da Portaria nº 918, de 15 de abril de 2016, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Deferir as petições dos produtos saneantes, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO ALEXANDRE SHAMMASS DE MANCILHA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.470, DE 15 DE SETEMBRO DE 2016(*)

O Gerente de Saneantes, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 1º, I da Portaria nº 918, de 15 de abril de 2016, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Indeferir as petições dos produtos saneantes, conforme relação anexa.

Art. 2º O motivo do indeferimento do processo/petição deverá ser consultado no site: http://www.anvisa.gov.br.

Art.3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO ALEXANDRE SHAMMASS DE MANCILHA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

GERÊNCIA-GERAL DE ALIMENTOS

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.466, DE 15 DE SETEMBRO DE 2016(*)

A Gerente-Geral de Alimentos no uso da atribuição que lhe fora conferida pelo art. 1º, I da Portaria nº 919, de 15 de abril de 2016, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art.1º Deferir as petições relacionadas à Gerência-Geral de Alimentos conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

THALITA ANTONY DE SOUZA LIMA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.467, DE 15 DE SETEMBRO DE 2016(*)

A Gerente-Geral de Alimentos no uso da atribuição que lhe fora conferida pelo art. 1º, I da Portaria nº 919, de 15 de abril de 2016, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art.1º Indeferir as petições relacionadas à Gerência-Geral de Alimentos conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

THALITA ANTONY DE SOUZA LIMA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.468, DE 15 DE SETEMBRO DE 2016(*)

A Gerente-Geral de Alimentos no uso da atribuição que lhe fora conferida pelo art. 1º, I da Portaria nº 919, de 15 de abril de 2016, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art.1º Deferir as petições relacionadas à Gerência-Geral de Alimentos conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

THALITA ANTONY DE SOUZA LIMA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

GERÊNCIA-GERAL DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS BIOLÓGICOS

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.486, DE 16 DE SETEMBRO DE 2016(*)

A Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 921, de 15 de abril de 2016, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Deferir petições relacionadas à Gerência-Geral de Medicamentos, conforme relação anexa;

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PATRÍCIA FERRARI ANDREOTTI

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.487, DE 16 DE SETEMBRO DE 2016(*)

A Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 921, de 15 de abril de 2016, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Em atendimento ao Mandado de Intimação nº 0014.2016.01499, Processo n.º 0024620 - 65.2015.403.6100, que determina o cancelamento do registro sanitário do medicamento abaixo especificado, publicar o deferimento;

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PATRÍCIA FERRARI ANDREOTTI

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.488, DE 16 DE SETEMBRO DE 2016(*)

A Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 921, de 15 de abril de 2016, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Conceder a revalidação automática do registro dos expedientes de medicamentos similares, genéricos, novos, específicos, dinamizados, fitoterápicos, biológicos, radiofármacos e Insumos Farmacêuticos Ativos (IFAs) sob o nº. de processos constantes do anexo desta Resolução, nos termos do § 6º do art. 12 da Lei nº. 6.360, de 1976.

Art. 2º A revalidação abrange os pedidos que ainda não foram objetos de qualquer manifestação por parte da ANVISA.

Parágrafo único. Não constam do anexo desta Resolução os expedientes protocolados fora do prazo estabelecido nos termos da Lei nº. 6360, de 1976.

Art. 3º A revalidação automática não impedirá a continuação da análise da petição de renovação de registro requerida, podendo a Administração, se for o caso, indeferir o pedido de renovação e cancelar o registro que tenha sido automaticamente revalidado, ou ratificá-lo deferindo o pedido de renovação.

Art. 4º Os IFAs revalidados podem ser consultados no link: http://www.anvisa.gov.br/Datavisa/Consulta_IFA/index.asp

Art. 5º Será considerada a data de revalidação do registro contada a partir do final da vigência do período de validade anterior, de modo que não há interrupção na regularidade do registro.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PATRÍCIA FERRARI ANDREOTTI

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.489, DE 16 DE SETEMBRO DE 2016(*)

A Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 921, de 15 de abril de 2016, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Cancelar o registro sanitário de medicamentos e produtos biológicos, ou de apresentações, conforme relação anexa;

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PATRÍCIA FERRARI ANDREOTTI

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.490, DE 16 DE SETEMBRO DE 2016(*)

A Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 921, de 15 de abril de 2016, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Indeferir petições relacionadas à Gerência-Geral de Medicamentos, conforme relação anexa;

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PATRÍCIA FERRARI ANDREOTTI

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.491, DE 16 DE SETEMBRO DE 2016(*)

A Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 921, de 15 de abril de 2016, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Deferir petições relacionadas à Gerência-Geral de Medicamentos, conforme relação anexa;

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PATRÍCIA FERRARI ANDREOTTI

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RETIFICAÇÕES

Na Resolução - RE nº. 81, de 10 de janeiro de 2014, publicada no Diário Oficial da União n. 8, de 13 de janeiro de 2014, Seção 1 Pág. 24 e Suplemento Pág. 20,

Onde se lê:

(...)

300 MG/10 ML SOL OR CT FR PLAS OPC X 25 ML + APLIC

(...)

300 MG/10 ML SOL OR CT FR PLAS OPC X 50 ML + APLIC

(...)

300 MG/10 ML SOL OR CT FR PLAS OPC X 100 ML + APLIC

(...)

300 MG/10 ML SOL OR CT FR PLAS OPC X 150 ML + APLIC

(...)

Leia-se:

(...)

300 MG/10 ML SOL OR CT FR PLAS AMB X 25 ML + SER DOS

(...)

300 MG/10 ML SOL OR CT FR PLAS AMB X 50 ML + SER DOS

(...)

300 MG/10 ML SOL OR CT FR PLAS AMB X 100 ML + SER DOS

(...)

300 MG/10 ML SOL OR CT FR PLAS AMB X 150 ML + SER DOS

(...)

Na resolução - RE nº. 348, de 04 de fevereiro 2016, publicada no Diário Oficial da União N.º 26, em 10 de fevereiro de 2016, Seção 1 pág. 43, suplemento pág. 68, referente à petição de Inclusão de local de embalagem secundária do processo n.º 25351.151251/2007-87.

Onde se lê:

AMINOSTERIL N-HEPA 8% 25351.151251/2007-87 11/2018

10133 ESPECÍFICO - INCLUSÃO DE LOCAL DE EMBALAGEM

SECUNDÁRIA 1167438/16-5

1.0041.0133.001-2 24 Meses

SOL INJ CX 10 FR VD INC X 500 ML (1000 ML)

1.0041.0133.002-0 24 Meses

SOL INJ CX FR VD INC X 500 ML (500 ML)

1.0041.0133.003-9 24 Meses

SOL INJ CX 10 FR VD INC X 500 ML (500 ML)

1.0041.0133.004-7 24 Meses

SOL INJ CX FR VD INC X 500 ML (1000 ML)

1.0041.0133.005-5 24 Meses

SOL INJ FR VD INC X 500 ML (500ML) + 500 MG/ML SOL INJ

IV CX FR PLAS TRANS SIST FECH X 500 ML + BOLS MISTURA

SOL INJ X 1000 ML + EXTENSOR

AMINOSTERIL N-HEPA 8% DUO

L-ISOLEUCINA + L-LEUCINA + ACETATO DE LISINA + LMETIONINA

+ L-FENILALANINA + L-TREONINA + L-TRIPTOFANO

+ LEVOVALINA + L-HISTIDINA + L-ALANINA + NACETIL

CISTEÍNA + GLICINA + L-PROLINA + L-SERINA + LTIROSINA

+ L-ARGININA + gliciltirosina

Leia-se:

AMINOSTERIL N-HEPA 8% 25351.151251/2007-87 12/2018

10133 ESPECÍFICO - INCLUSÃO DE LOCAL DE EMBALAGEM

SECUNDÁRIA 1167438/16-5

1.0041.0133.001-2 24 Meses

SOL INJ CX 10 FR VD INC X 500 ML (1000 ML)

1.0041.0133.002-0 24 Meses

SOL INJ CX FR VD INC X 500 ML (500 ML)

1.0041.0133.003-9 24 Meses

SOL INJ CX 10 FR VD INC X 500 ML (500 ML)

1.0041.0133.004-7 24 Meses

SOL INJ CX FR VD INC X 500 ML (1000 ML)

1.0041.0133.005-5 24 Meses

SOL INJ FR VD INC X 500 ML (500ML) + 500 MG/ML SOL INJ

IV CX FR PLAS TRANS SIST FECH X 500 ML + BOLS MISTURA

SOL INJ X 1000 ML + EXTENSOR

AMINOSTERIL N-HEPA 8% DUO

L-ISOLEUCINA + L-LEUCINA + ACETATO DE LISINA + LMETIONINA

+ L-FENILALANINA + L-TREONINA + L-TRIPTOFANO

+ LEVOVALINA + L-HISTIDINA + L-ALANINA + NACETIL

CISTEÍNA + GLICINA + L-PROLINA + L-SERINA + LTIROSINA

+ L-ARGININA + gliciltirosina

Na Resolução - RE nº. 545, de 03 de março de 2016, publicada no Diário Oficial da União no. 44, de 07 de março de 2016, Seção 1 Pág. 100 e Suplemento Pág. 23, referente ao processo n° 25351.243430/2014-85,

Onde se lê:

1.0235.1136.007-4 24 Meses

20 MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 500

Leia-se:

1.0235.1136.007-4 24 Meses

20 MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 500 (EMB HOSP)

Na resolução - RE nº 811, de 13 de março de 2015, publicada no Diário Oficial da União no. 50, de 16 de março de 2015, Seção 1 Pág. 27 e Suplemento Pág. 45, referente ao processo 25351.719818/2012-10.

Onde se lê:

EUROFARMA LABORATÓRIOS S.A. 1.00043-8

INDAPAMIDA

DIURETICOS SIMPLES

Referência - NATRILIX SR 25351.719818/2012-10 02/2020

Leia-se:

EUROFARMA LABORATÓRIOS S.A. 1.00043-8

INDAPAMIDA

DIURETICOS SIMPLES

Referência - NATRILIX SR 25351.719818/2012-10 03/2020

ALBENDAZOL

Na Resolução - RE nº. 878, de 20 de março de 2015, publicada no Diário Oficial da União no. 55, de 23 de março de 2015, Seção 1 Pág. 34 e Suplemento Pág. 53, referente ao processo 25351.572082/2012-89,

Onde se lê:

CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA.

1.00298-1

ÁCIDO ZOLEDRÔNICO

ANTINEOPLASICO

Referência - BLAZTERE 25351.572082/2012-89 03/2020

1.0298.0415.001-3 24 Meses

4 MG PO LIOF SOL INJ IV CX FA VC AMB

Não informado

155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO

1.0298.0415.002-1 24 Meses

4 MG PO LIOF SOL INJ IV CX 4 FA VC AMB

Não informado

155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO

1.0298.0415.003-1 24 Meses

4 MG PO LIOF SOL INJ IV CX 10 FA VD AMB

Não informado

155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO

Leia-se:

CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA.

1.00298-1

ÁCIDO ZOLEDRÔNICO

SUPRESSORES DA REABSORÇÃO ÓSSEA

Referência - BLAZTERE 25351.572082/2012-89 03/2020

HOSPITALAR 1.0298.0415.001-3 24 Meses

4 MG PO LIOF SOL INJ IV CX FA VD AMB X 5 ML

Não informado

155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO

HOSPITALAR 1.0298.0415.002-1 24 Meses

4 MG PO LIOF SOL INJ IV CX 4 FA VD AMB X 5 ML

Não informado

155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO

HOSPITALAR 1.0298.0415.003-1 24 Meses

4 MG PO LIOF SOL INJ IV CX 10 FA VD AMB X 5 ML

Não informado

155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Na Resolução - RE nº. 900, de 13 de março 2014, publicada no Diário Oficial da União N.º 51, em 17 de março de 2014, Seção 1 pág. 65, suplemento pág. 33, referente à petição de Inclusão de nova apresentação comercial de produto estéril do processo n.º 25351.151251/2007-87,

Onde se lê:

FRESENIUS KABI BRASIL LTDA 1.00041-0

L-ISOLEUCINA + L-LEUCINA + L-LISINA + L-METIONINA +

ACETILCISTEÍNA + L-FENILALANINA + L-TREONINA + LTRIPTOFANO

+ LEVOVALINA + L-ARGININA + L-HISTIDINA

+ GLICINA + L-ALANINA + L-PROLINA + L-SERINA

NUTRIENTES PARENTERAIS

AMINOSTERIL N-HEPA 8% 25351.151251/2007-87 11/2018

RESTRITO A HOSPITAIS 1.0041.0133.005-5 24 Meses

SOL INJ FR VD INC X 500 ML (500ML) + 500 MG/ML SOL INJ

IV CX FR PLAS TRANS SIST FECH X 500 ML + BOLS MISTURA

SOL INJ X 1000 ML + EXTENSOR

AMINOSTERIL N-HEPA 8% DUO

10220 ESPECÍFICO - INCLUSÃO DE NOVA APRESENTAÇÃO

COMERCIAL DE PRODUTO ESTÉRIL

Leia-se:

FRESENIUS KABI BRASIL LTDA 1.00041-0

L-ISOLEUCINA + L-LEUCINA + L-LISINA + L-METIONINA +

ACETILCISTEÍNA + L-FENILALANINA + L-TREONINA + LTRIPTOFANO

+ LEVOVALINA + L-ARGININA + L-HISTIDINA

+ GLICINA + L-ALANINA + L-PROLINA + L-SERINA

NUTRIENTES PARENTERAIS

AMINOSTERIL N-HEPA 8% 25351.151251/2007-87 12/2018

RESTRITO A HOSPITAIS 1.0041.0133.005-5 24 Meses

SOL INJ FR VD INC X 500 ML (500ML) + 500 MG/ML SOL INJ

IV CX FR PLAS TRANS SIST FECH X 500 ML + BOLS MISTURA

SOL INJ X 1000 ML + EXTENSOR

AMINOSTERIL N-HEPA 8% DUO

10220 ESPECÍFICO - INCLUSÃO DE NOVA APRESENTAÇÃO

COMERCIAL DE PRODUTO ESTÉRIL

Na resolução - RE nº. Na resolução - RE nº 1.665, de 23 de Junho de 2016, publicada no Diário Oficial da União nº. 121, de 27 de Junho de 2016, Seção I, pág. 26, Suplemento, pág. 12, referente ao processo 25351.221832/2015-55.

Onde se lê:

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA SOLICITANTE / CNPJ:	PPD DO BRASIL SUPORTE A PESQUISA CLÍNICA LTDA - 00.251.699/0001-62
DENOMINAÇÃO DA EMPRESA INSPECIONADA/CERTIFICADA:	PPD Bioanalytical Laboratory
EXPEDIENTE:	0320551/15-7 de 08/04/2015
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS EM BIODISPONIBILIDADE/BIOEQUIVALÊNCIA PARA AS ETAPAS:	
Bioanalítica (3230 Deming Way - Middleton - Wilmington - Estados Unidos da América)	
VALIDADE:	27/06/2018

Leia-se:

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA SOLICITANTE / CNPJ:	PPD DO BRASIL SUPORTE A PESQUISA CLÍNICA LTDA - 00.251.699/0001-62
DENOMINAÇÃO DA EMPRESA INSPECIONADA/CERTIFICADA:	PPD Bioanalytical Laboratory
EXPEDIENTE:	0320551/15-7 de 08/04/2015
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS EM BIODISPONIBILIDADE/BIOEQUIVALÊNCIA PARA AS ETAPAS:	
Bioanalítica (3230 Deming Way - Middleton - Wisconsin - Estados Unidos da América)	
VALIDADE:	27/06/2018

Na resolução - RE nº 2.097, de 26 de Agosto de 2005, publicada no Diário Oficial da União no. 166, de 29 de Agosto de 2005, Seção 1 Pág. 97 e Suplemento Pág. 93, referente ao processo 25351.251469/2005-79.

Onde se lê:

MALEATO DE DEXCLORFENIRAMINA + BETAMETASONA

ANTI-HISTAMINICOS SISTEMICOS

Referência - CELESTAMINE 25351.251818/2005-52 09/2010

Leia-se:

MALEATO DE DEXCLORFENIRAMINA + BETAMETASONA

ANTI-HISTAMINICOS SISTEMICOS

Referência - CELESTAMINE 25351.251818/2005-52 08/2020

Na resolução - RE nº 2.097, de 26 de Agosto de 2005, publicada no Diário Oficial da União no. 166, de 29 de Agosto de 2005, Seção 1 Pág. 97 e Suplemento Pág. 93, referente ao processo 25351.251469/2005-79.

Onde se lê:

MALEATO DE DEXCLORFENIRAMINA + BETAMETASONA

ANTI-HISTAMINICOS SISTEMICOS

Referência - CELESTAMINE 25351.251469/2005-79 09/2010

Leia-se:

MALEATO DE DEXCLORFENIRAMINA + BETAMETASONA

ANTI-HISTAMINICOS SISTEMICOS

Referência - CELESTAMINE 25351.251469/2005-79 08/2020

Na Resolução - RE nº. 2.043, de 29 de julho de 2016, publicada no Diário Oficial da União n° 146, de 01 de agosto de 2016, Seção 1 Pag. 29 e Suplemento Pag. 20, referente ao processo nº 25351.076598/2011-35,

Onde se lê:

(...)

ZYDUS NIKKHO FARMACÊUTICA LTDA 05254971000181

CLORIDRATO DE GENCITABINA 25351.076598/2011-35 08/2021

155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO

105869/11-0 1.5651.0061.001-5 24 Meses 200 MG PÓ LIOF SOL INJ CT FA VD TRANS X 10 ML

1.5651.0061.002-3 24 Meses 1 G PÓ LIOF SOL INJ CT FA VD TRANS X 50 ML

(...)

Leia-se:

(...)

ZYDUS NIKKHO FARMACÊUTICA LTDA 05254971000181

CLORIDRATO DE GENCITABINA 25351.076598/2011-35 08/2021

155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO

105869/11-0 1.5651.0061.001-5 24 Meses 200 MG PÓ LIOF SOL INJ IV CT FA VD TRANS X 10 ML

1.5651.0061.002-3 24 Meses 1 G PÓ LIOF SOL INJ IV CT FA VD TRANS X 50 ML

(...)

Na Resolução - RE nº. 2.130, de 3 de agosto de 2016, publicada no Diário Oficial da União n. 151, de 8 de agosto de 2016, Seção 1 Pág. 22 e Suplemento Pág. 18,

Onde se lê:

(...)

200 MG/ML XPE CT FR VD AMB X 10 ML + COP

(...)

Leia-se:

(...)

200 MG/ML XPE CT FR VD AMB X 60 ML + COP

(...)

Na Resolução - RE nº. 2.209, de 20 de Maio de 2011, publicada no Diário Oficial da União no. 97, de 23 de Maio de 2011, Seção 1 Pág. 55 e Suplemento Pág. 39, referente ao processo 25351.266267/2007-93,

Onde se lê:

JOHNSON & JOHNSON INDUSTRIAL LTDA. 1.05721-1

NICOTINA

ANTITABAGICO

NICORETTE 25351.266267/2007-93 05/2014

COMERCIAL 1.5721.0008.061-2 24 Meses

2 MG TABLE MAST CT BL AL PLAS INC X 2

NICORETTE FRESHMINT

1317 MEDICAMENTO NOVO - INCLUSÃO DE NOVA APRESENTAÇÃO COMERCIAL

COMERCIAL 1.5721.0008.062-0 24 Meses

2 MG TABLE MAST CT BL AL PLAS INC X 4

NICORETTE FRESHMINT

1317 MEDICAMENTO NOVO - INCLUSÃO DE NOVA APRESENTAÇÃO COMERCIAL

COMERCIAL 1.5721.0008.063-9 24 Meses

2 MG TABLE MAST CT BL AL PLAS INC X 6

NICORETTE FRESHMINT

1317 MEDICAMENTO NOVO - INCLUSÃO DE NOVA APRESENTAÇÃO COMERCIAL

COMERCIAL 1.5721.0008.064-7 24 Meses

2 MG TABLE MAST CT BL AL PLAS INC X 8

NICORETTE FRESHMINT

1317 MEDICAMENTO NOVO - INCLUSÃO DE NOVA APRESENTAÇÃO COMERCIAL

COMERCIAL 1.5721.0008.065-5 24 Meses

2 MG TABLE MAST CT BL AL PLAS INC X 10

NICORETTE FRESHMINT

1317 MEDICAMENTO NOVO - INCLUSÃO DE NOVA APRESENTAÇÃO COMERCIAL

COMERCIAL 1.5721.0008.066-3 24 Meses

2 MG TABLE MAST CT BL AL PLAS INC X 12

NICORETTE FRESHMINT

1317 MEDICAMENTO NOVO - INCLUSÃO DE NOVA APRESENTAÇÃO COMERCIAL

COMERCIAL 1.5721.0008.067-1 24 Meses

4 MG TABLE MAST CT BL AL PLAS INC X 2

NICORETTE FRESHMINT

1317 MEDICAMENTO NOVO - INCLUSÃO DE NOVA APRESENTAÇÃO COMERCIAL

COMERCIAL 1.5721.0008.068-1 24 Meses

4 MG TABLE MAST CT BL AL PLAS INC X 4

NICORETTE FRESHMINT

1317 MEDICAMENTO NOVO - INCLUSÃO DE NOVA APRESENTAÇÃO COMERCIAL

COMERCIAL 1.5721.0008.069-8 24 Meses

4 MG TABLE MAST CT BL AL PLAS INC X 6

NICORETTE FRESHMINT

1317 MEDICAMENTO NOVO - INCLUSÃO DE NOVA APRESENTAÇÃO COMERCIAL

COMERCIAL 1.5721.0008.070-1 24 Meses

4 MG TABLE MAST CT BL AL PLAS INC X 8

NICORETTE FRESHMINT

1317 MEDICAMENTO NOVO - INCLUSÃO DE NOVA APRESENTAÇÃO COMERCIAL

COMERCIAL 1.5721.0008.071-1 24 Meses

4 MG TABLE MAST CT BL AL PLAS INC X 10

NICORETTE FRESHMINT

1317 MEDICAMENTO NOVO - INCLUSÃO DE NOVA APRESENTAÇÃO COMERCIAL

COMERCIAL 1.5721.0008.072-8 24 Meses

4 MG TABLE MAST CT BL AL PLAS INC X 12

NICORETTE FRESHMINT

1317 MEDICAMENTO NOVO - INCLUSÃO DE NOVA APRESENTAÇÃO COMERCIAL

COMERCIAL 1.5721.0008.073-6 24 Meses

2 MG TABLE MAST CT BL AL PLAS INC X 2

NICORETTE FRESHFRUIT

1317 MEDICAMENTO NOVO - INCLUSÃO DE NOVA APRESENTAÇÃO COMERCIAL

COMERCIAL 1.5721.0008.074-4 24 Meses

2 MG TABLE MAST CT BL AL PLAS INC X 4

NICORETTE FRESHFRUIT

1317 MEDICAMENTO NOVO - INCLUSÃO DE NOVA APRESENTAÇÃO COMERCIAL

COMERCIAL 1.5721.0008.075-2 24 Meses

2 MG TABLE MAST CT BL AL PLAS INC X 6

NICORETTE FRESHFRUIT

1317 MEDICAMENTO NOVO - INCLUSÃO DE NOVA APRESENTAÇÃO COMERCIAL

COMERCIAL 1.5721.0008.076-0 24 Meses

2 MG TABLE MAST CT BL AL PLAS INC X 8

NICORETTE FRESHFRUIT

1317 MEDICAMENTO NOVO - INCLUSÃO DE NOVA APRESENTAÇÃO COMERCIAL

COMERCIAL 1.5721.0008.077-9 24 Meses

2 MG TABLE MAST CT BL AL PLAS INC X 10

NICORETTE FRESHFRUIT

1317 MEDICAMENTO NOVO - INCLUSÃO DE NOVA APRESENTAÇÃO COMERCIAL

COMERCIAL 1.5721.0008.078-7 24 Meses

2 MG TABLE MAST CT BL AL PLAS INC X 12

NICORETTE FRESHFRUIT

1317 MEDICAMENTO NOVO - INCLUSÃO DE NOVA APRESENTAÇÃO COMERCIAL

COMERCIAL 1.5721.0008.079-5 24 Meses

4 MG TABLE MAST CT BL AL PLAS INC X 2

NICORETTE FRESHFRUIT

1317 MEDICAMENTO NOVO - INCLUSÃO DE NOVA APRESENTAÇÃO COMERCIAL

COMERCIAL 1.5721.0008.080-9 24 Meses

4 MG TABLE MAST CT BL AL PLAS INC X 4

NICORETTE FRESHFRUIT

1317 MEDICAMENTO NOVO - INCLUSÃO DE NOVA APRESENTAÇÃO COMERCIAL

COMERCIAL 1.5721.0008.081-7 24 Meses

4 MG TABLE MAST CT BL AL PLAS INC X 6

NICORETTE FRESHFRUIT

1317 MEDICAMENTO NOVO - INCLUSÃO DE NOVA APRESENTAÇÃO COMERCIAL

COMERCIAL 1.5721.0008.082-5 24 Meses

4 MG TABLE MAST CT BL AL PLAS INC X 8

NICORETTE FRESHFRUIT

1317 MEDICAMENTO NOVO - INCLUSÃO DE NOVA APRESENTAÇÃO COMERCIAL

COMERCIAL 1.5721.0008.083-3 24 Meses

4 MG TABLE MAST CT BL AL PLAS INC X 10

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

NICORETTE FRESHFRUIT
1317 MEDICAMENTO NOVO - INCLUSÃO DE NOVA APRESENTAÇÃO COMERCIAL
COMERCIAL 1.5721.0008.084-1 24 Meses
4 MG TABLE MAST CT BL AL PLAS INC X 12
NICORETTE FRESHFRUIT
1317 MEDICAMENTO NOVO - INCLUSÃO DE NOVA APRESENTAÇÃO COMERCIAL
COMERCIAL 1.5721.0008.085-1 24 Meses
2 MG TABLE MAST CT BL AL PLAS INC X 2
NICORETTE ICEMINT
1317 MEDICAMENTO NOVO - INCLUSÃO DE NOVA APRESENTAÇÃO COMERCIAL
COMERCIAL 1.5721.0008.086-8 24 Meses
2 MG TABLE MAST CT BL AL PLAS INC X 4
NICORETTE ICEMINT
1317 MEDICAMENTO NOVO - INCLUSÃO DE NOVA APRESENTAÇÃO COMERCIAL
COMERCIAL 1.5721.0008.087-6 24 Meses
2 MG TABLE MAST CT BL AL PLAS INC X 6
NICORETTE ICEMINT
1317 MEDICAMENTO NOVO - INCLUSÃO DE NOVA APRESENTAÇÃO COMERCIAL
COMERCIAL 1.5721.0008.088-4 24 Meses
2 MG TABLE MAST CT BL AL PLAS INC X 8
NICORETTE ICEMINT
1317 MEDICAMENTO NOVO - INCLUSÃO DE NOVA APRESENTAÇÃO COMERCIAL
COMERCIAL 1.5721.0008.089-2 24 Meses
2 MG TABLE MAST CT BL AL PLAS INC X 10
NICORETTE ICEMINT
1317 MEDICAMENTO NOVO - INCLUSÃO DE NOVA APRESENTAÇÃO COMERCIAL
COMERCIAL 1.5721.0008.090-6 24 Meses
2 MG TABLE MAST CT BL AL PLAS INC X 12 NICORETTE ICEMINT
1317 MEDICAMENTO NOVO - INCLUSÃO DE NOVA APRESENTAÇÃO COMERCIAL
COMERCIAL 1.5721.0008.091-4 24 Meses
4 MG TABLE MAST CT BL AL PLAS INC X 2
NICORETTE ICEMINT
1317 MEDICAMENTO NOVO - INCLUSÃO DE NOVA APRESENTAÇÃO COMERCIAL
COMERCIAL 1.5721.0008.092-2 24 Meses
4 MG TABLE MAST CT BL AL PLAS INC X 4
NICORETTE ICEMINT
1317 MEDICAMENTO NOVO - INCLUSÃO DE NOVA APRESENTAÇÃO COMERCIAL
COMERCIAL 1.5721.0008.093-0 24 Meses
4 MG TABLE MAST CT BL AL PLAS INC X 6
NICORETTE ICEMINT
1317 MEDICAMENTO NOVO - INCLUSÃO DE NOVA APRESENTAÇÃO COMERCIAL
COMERCIAL 1.5721.0008.094-9 24 Meses
4 MG TABLE MAST CT BL AL PLAS INC X 8
NICORETTE ICEMINT
1317 MEDICAMENTO NOVO - INCLUSÃO DE NOVA APRESENTAÇÃO COMERCIAL
COMERCIAL 1.5721.0008.095-7 24 Meses
4 MG TABLE MAST CT BL AL PLAS INC X 10
NICORETTE ICEMINT
1317 MEDICAMENTO NOVO - INCLUSÃO DE NOVA APRESENTAÇÃO COMERCIAL
COMERCIAL 1.5721.0008.096-5 24 Meses
4 MG TABLE MAST CT BL AL PLAS INC X 12
NICORETTE ICEMINT
1317 MEDICAMENTO NOVO - INCLUSÃO DE NOVA APRESENTAÇÃO COMERCIAL
COMERCIAL 1.5721.0008.097-3 24 Meses
2 MG TABLE MAST CT BL AL PLAS INC X 2
NICORETTE CINNAMINT
1317 MEDICAMENTO NOVO - INCLUSÃO DE NOVA APRESENTAÇÃO COMERCIAL
COMERCIAL 1.5721.0008.098-1 24 Meses
2 MG TABLE MAST CT BL AL PLAS INC X 4
NICORETTE CINNAMINT
1317 MEDICAMENTO NOVO - INCLUSÃO DE NOVA APRESENTAÇÃO COMERCIAL
COMERCIAL 1.5721.0008.099-1 24 Meses
2 MG TABLE MAST CT BL AL PLAS INC X 6
NICORETTE CINNAMINT
1317 MEDICAMENTO NOVO - INCLUSÃO DE NOVA APRESENTAÇÃO COMERCIAL
COMERCIAL 1.5721.0008.100-7 24 Meses
2 MG TABLE MAST CT BL AL PLAS INC X 8
NICORETTE CINNAMINT
1317 MEDICAMENTO NOVO - INCLUSÃO DE NOVA APRESENTAÇÃO COMERCIAL
COMERCIAL 1.5721.0008.101-5 24 Meses
2 MG TABLE MAST CT BL AL PLAS INC X 10
NICORETTE CINNAMINT
1317 MEDICAMENTO NOVO - INCLUSÃO DE NOVA APRESENTAÇÃO COMERCIAL
COMERCIAL 1.5721.0008.102-3 24 Meses
2 MG TABLE MAST CT BL AL PLAS INC X 12
NICORETTE CINNAMINT
1317 MEDICAMENTO NOVO - INCLUSÃO DE NOVA APRESENTAÇÃO COMERCIAL
COMERCIAL 1.5721.0008.103-1 24 Meses
4 MG TABLE MAST CT BL AL PLAS INC X 2
NICORETTE CINNAMINT
1317 MEDICAMENTO NOVO - INCLUSÃO DE NOVA APRESENTAÇÃO COMERCIAL
COMERCIAL 1.5721.0008.104-1 24 Meses
4 MG TABLE MAST CT BL AL PLAS INC X 4
NICORETTE CINNAMINT
1317 MEDICAMENTO NOVO - INCLUSÃO DE NOVA APRESENTAÇÃO COMERCIAL
COMERCIAL 1.5721.0008.105-8 24 Meses
4 MG TABLE MAST CT BL AL PLAS INC X 6
NICORETTE CINNAMINT
1317 MEDICAMENTO NOVO - INCLUSÃO DE NOVA APRESENTAÇÃO COMERCIAL
COMERCIAL 1.5721.0008.106-6 24 Meses
4 MG TABLE MAST CT BL AL PLAS INC X 8
NICORETTE CINNAMINT
1317 MEDICAMENTO NOVO - INCLUSÃO DE NOVA APRESENTAÇÃO COMERCIAL
COMERCIAL 1.5721.0008.107-4 24 Meses
4 MG TABLE MAST CT BL AL PLAS INC X 10
NICORETTE CINNAMINT
1317 MEDICAMENTO NOVO - INCLUSÃO DE NOVA APRESENTAÇÃO COMERCIAL
COMERCIAL 1.5721.0008.108-2 24 Meses
4 MG TABLE MAST CT BL AL PLAS INC X 12
NICORETTE CINNAMINT
1317 MEDICAMENTO NOVO - INCLUSÃO DE NOVA APRESENTAÇÃO COMERCIAL
Leia-se:
JOHNSON & JOHNSON INDUSTRIAL LTDA. 1.05721-1
NICOTINA
ANTITABAGICO
NICORETTE 25351.266267/2007-93 05/2014
COMERCIAL 1.5721.0008.061-2 24 Meses
2 MG GOMA CT BL AL PLAS TRANS X 2
NICORETTE FRESHMINT
1317 MEDICAMENTO NOVO - INCLUSÃO DE NOVA APRESENTAÇÃO COMERCIAL
COMERCIAL 1.5721.0008.062-0 24 Meses
2 MG GOMA CT BL AL PLAS TRANS X 4
NICORETTE FRESHMINT
1317 MEDICAMENTO NOVO - INCLUSÃO DE NOVA APRESENTAÇÃO COMERCIAL
COMERCIAL 1.5721.0008.063-9 24 Meses
2 MG GOMA CT BL AL PLAS TRANS X 6
NICORETTE FRESHMINT
1317 MEDICAMENTO NOVO - INCLUSÃO DE NOVA APRESENTAÇÃO COMERCIAL
COMERCIAL 1.5721.0008.064-7 24 Meses
2 MG GOMA CT BL AL PLAS TRANS X 8
NICORETTE FRESHMINT
1317 MEDICAMENTO NOVO - INCLUSÃO DE NOVA APRESENTAÇÃO COMERCIAL
COMERCIAL 1.5721.0008.065-5 24 Meses
2 MG GOMA CT BL AL PLAS TRANS X 10
NICORETTE FRESHMINT
1317 MEDICAMENTO NOVO - INCLUSÃO DE NOVA APRESENTAÇÃO COMERCIAL
COMERCIAL 1.5721.0008.066-3 24 Meses
2 MG GOMA CT BL AL PLAS TRANS X 12
NICORETTE FRESHMINT
1317 MEDICAMENTO NOVO - INCLUSÃO DE NOVA APRESENTAÇÃO COMERCIAL
COMERCIAL 1.5721.0008.067-1 24 Meses
4 MG GOMA CT BL AL PLAS TRANS X 2
NICORETTE FRESHMINT
1317 MEDICAMENTO NOVO - INCLUSÃO DE NOVA APRESENTAÇÃO COMERCIAL
COMERCIAL 1.5721.0008.068-1 24 Meses
4 MG GOMA CT BL AL PLAS TRANS X 4
NICORETTE FRESHMINT
1317 MEDICAMENTO NOVO - INCLUSÃO DE NOVA APRESENTAÇÃO COMERCIAL
COMERCIAL 1.5721.0008.069-8 24 Meses
4 MG GOMA CT BL AL PLAS TRANS X 6
NICORETTE FRESHMINT
1317 MEDICAMENTO NOVO - INCLUSÃO DE NOVA APRESENTAÇÃO COMERCIAL
COMERCIAL 1.5721.0008.070-1 24 Meses
4 MG GOMA CT BL AL PLAS TRANS X 8
NICORETTE FRESHMINT
1317 MEDICAMENTO NOVO - INCLUSÃO DE NOVA APRESENTAÇÃO COMERCIAL
COMERCIAL 1.5721.0008.071-1 24 Meses
4 MG GOMA CT BL AL PLAS TRANS X 10
NICORETTE FRESHMINT
1317 MEDICAMENTO NOVO - INCLUSÃO DE NOVA APRESENTAÇÃO COMERCIAL
COMERCIAL 1.5721.0008.072-8 24 Meses
4 MG GOMA CT BL AL PLAS TRANS X 12
NICORETTE FRESHMINT
1317 MEDICAMENTO NOVO - INCLUSÃO DE NOVA APRESENTAÇÃO COMERCIAL
COMERCIAL 1.5721.0008.073-6 24 Meses
2 MG GOMA CT BL AL PLAS TRANS X 2
NICORETTE FRESHFRUIT
1317 MEDICAMENTO NOVO - INCLUSÃO DE NOVA APRESENTAÇÃO COMERCIAL
COMERCIAL 1.5721.0008.074-4 24 Meses
2 MG GOMA CT BL AL PLAS TRANS X 4
NICORETTE FRESHFRUIT
1317 MEDICAMENTO NOVO - INCLUSÃO DE NOVA APRESENTAÇÃO COMERCIAL
COMERCIAL 1.5721.0008.075-2 24 Meses
2 MG GOMA CT BL AL PLAS TRANS X 6
NICORETTE FRESHFRUIT
1317 MEDICAMENTO NOVO - INCLUSÃO DE NOVA APRESENTAÇÃO COMERCIAL
COMERCIAL 1.5721.0008.076-0 24 Meses
2 MG GOMA CT BL AL PLAS TRANS X 8
NICORETTE FRESHFRUIT
1317 MEDICAMENTO NOVO - INCLUSÃO DE NOVA APRESENTAÇÃO COMERCIAL
COMERCIAL 1.5721.0008.077-9 24 Meses
2 MG GOMA CT BL AL PLAS TRANS X 10
NICORETTE FRESHFRUIT
1317 MEDICAMENTO NOVO - INCLUSÃO DE NOVA APRESENTAÇÃO COMERCIAL
COMERCIAL 1.5721.0008.078-7 24 Meses
2 MG GOMA CT BL AL PLAS TRANS X 12
NICORETTE FRESHFRUIT
1317 MEDICAMENTO NOVO - INCLUSÃO DE NOVA APRESENTAÇÃO COMERCIAL
COMERCIAL 1.5721.0008.079-5 24 Meses
4 MG GOMA CT BL AL PLAS TRANS X 2
NICORETTE FRESHFRUIT
1317 MEDICAMENTO NOVO - INCLUSÃO DE NOVA APRESENTAÇÃO COMERCIAL
COMERCIAL 1.5721.0008.080-9 24 Meses
4 MG GOMA CT BL AL PLAS TRANS X 4
NICORETTE FRESHFRUIT
1317 MEDICAMENTO NOVO - INCLUSÃO DE NOVA APRESENTAÇÃO COMERCIAL
COMERCIAL 1.5721.0008.081-7 24 Meses
4 MG GOMA CT BL AL PLAS TRANS X 6
NICORETTE FRESHFRUIT
1317 MEDICAMENTO NOVO - INCLUSÃO DE NOVA APRESENTAÇÃO COMERCIAL
COMERCIAL 1.5721.0008.082-5 24 Meses
4 MG GOMA CT BL AL PLAS TRANS X 8
NICORETTE FRESHFRUIT
1317 MEDICAMENTO NOVO - INCLUSÃO DE NOVA APRESENTAÇÃO COMERCIAL
COMERCIAL 1.5721.0008.083-3 24 Meses
4 MG GOMA CT BL AL PLAS TRANS X 10
NICORETTE FRESHFRUIT
1317 MEDICAMENTO NOVO - INCLUSÃO DE NOVA APRESENTAÇÃO COMERCIAL
COMERCIAL 1.5721.0008.084-1 24 Meses
4 MG GOMA CT BL AL PLAS TRANS X 12
NICORETTE FRESHFRUIT
1317 MEDICAMENTO NOVO - INCLUSÃO DE NOVA APRESENTAÇÃO COMERCIAL
COMERCIAL 1.5721.0008.085-1 24 Meses
2 MG GOMA CT BL AL PLAS TRANS X 2
NICORETTE ICEMINT
1317 MEDICAMENTO NOVO - INCLUSÃO DE NOVA APRESENTAÇÃO COMERCIAL
COMERCIAL 1.5721.0008.086-8 24 Meses
2 MG GOMA CT BL AL PLAS TRANS X 4
NICORETTE ICEMINT
1317 MEDICAMENTO NOVO - INCLUSÃO DE NOVA APRESENTAÇÃO COMERCIAL
COMERCIAL 1.5721.0008.087-6 24 Meses
2 MG GOMA CT BL AL PLAS TRANS X 6
NICORETTE ICEMINT
1317 MEDICAMENTO NOVO - INCLUSÃO DE NOVA APRESENTAÇÃO COMERCIAL
COMERCIAL 1.5721.0008.088-4 24 Meses
2 MG GOMA CT BL AL PLAS TRANS X 8
NICORETTE ICEMINT
1317 MEDICAMENTO NOVO - INCLUSÃO DE NOVA APRESENTAÇÃO COMERCIAL
COMERCIAL 1.5721.0008.089-2 24 Meses
2 MG GOMA CT BL AL PLAS TRANS X 10
NICORETTE ICEMINT
1317 MEDICAMENTO NOVO - INCLUSÃO DE NOVA APRESENTAÇÃO COMERCIAL
COMERCIAL 1.5721.0008.090-6 24 Meses
2 MG GOMA CT BL AL PLAS TRANS X 12
NICORETTE ICEMINT
1317 MEDICAMENTO NOVO - INCLUSÃO DE NOVA APRESENTAÇÃO COMERCIAL
COMERCIAL 1.5721.0008.091-4 24 Meses
4 MG GOMA CT BL AL PLAS TRANS X 2
NICORETTE ICEMINT
1317 MEDICAMENTO NOVO - INCLUSÃO DE NOVA APRESENTAÇÃO COMERCIAL
COMERCIAL 1.5721.0008.092-2 24 Meses
4 MG GOMA CT BL AL PLAS TRANS X 4
NICORETTE ICEMINT
1317 MEDICAMENTO NOVO - INCLUSÃO DE NOVA APRESENTAÇÃO COMERCIAL
COMERCIAL 1.5721.0008.093-0 24 Meses
4 MG GOMA CT BL AL PLAS TRANS X 6
NICORETTE ICEMINT
1317 MEDICAMENTO NOVO - INCLUSÃO DE NOVA APRESENTAÇÃO COMERCIAL
COMERCIAL 1.5721.0008.094-9 24 Meses
4 MG GOMA CT BL AL PLAS TRANS X 8

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

NICORETTE ICEMINT
1317 MEDICAMENTO NOVO - INCLUSÃO DE NOVA APRESENTAÇÃO COMERCIAL
COMERCIAL 1.5721.0008.095-7 24 Meses
4 MG GOMA CT BL AL PLAS TRANS X 10
NICORETTE ICEMINT
1317 MEDICAMENTO NOVO - INCLUSÃO DE NOVA APRESENTAÇÃO COMERCIAL
COMERCIAL 1.5721.0008.096-5 24 Meses
4 MG GOMA CT BL AL PLAS TRANS X 12
NICORETTE ICEMINT
1317 MEDICAMENTO NOVO - INCLUSÃO DE NOVA APRESENTAÇÃO COMERCIAL
COMERCIAL 1.5721.0008.097-3 24 Meses
2 MG GOMA CT BL AL PLAS TRANS X 2
NICORETTE CINNAMINT
1317 MEDICAMENTO NOVO - INCLUSÃO DE NOVA APRESENTAÇÃO COMERCIAL
COMERCIAL 1.5721.0008.098-1 24 Meses
2 MG GOMA CT BL AL PLAS TRANS X 4
NICORETTE CINNAMINT
1317 MEDICAMENTO NOVO - INCLUSÃO DE NOVA APRESENTAÇÃO COMERCIAL
COMERCIAL 1.5721.0008.099-1 24 Meses
2 MG GOMA CT BL AL PLAS TRANS X 6
NICORETTE CINNAMINT
1317 MEDICAMENTO NOVO - INCLUSÃO DE NOVA APRESENTAÇÃO COMERCIAL
COMERCIAL 1.5721.0008.100-7 24 Meses
2 MG GOMA CT BL AL PLAS TRANS X 8
NICORETTE CINNAMINT
1317 MEDICAMENTO NOVO - INCLUSÃO DE NOVA APRESENTAÇÃO COMERCIAL
COMERCIAL 1.5721.0008.101-5 24 Meses
2 MG GOMA CT BL AL PLAS TRANS X 10
NICORETTE CINNAMINT
1317 MEDICAMENTO NOVO - INCLUSÃO DE NOVA APRESENTAÇÃO COMERCIAL
COMERCIAL 1.5721.0008.102-3 24 Meses
2 MG GOMA CT BL AL PLAS TRANS X 12
NICORETTE CINNAMINT
1317 MEDICAMENTO NOVO - INCLUSÃO DE NOVA APRESENTAÇÃO COMERCIAL
COMERCIAL 1.5721.0008.103-1 24 Meses
4 MG GOMA CT BL AL PLAS TRANS X 2
NICORETTE CINNAMINT
1317 MEDICAMENTO NOVO - INCLUSÃO DE NOVA APRESENTAÇÃO COMERCIAL
COMERCIAL 1.5721.0008.104-1 24 Meses
4 MG GOMA CT BL AL PLAS TRANS X 4
NICORETTE CINNAMINT
1317 MEDICAMENTO NOVO - INCLUSÃO DE NOVA APRESENTAÇÃO COMERCIAL
COMERCIAL 1.5721.0008.105-8 24 Meses
4 MG GOMA CT BL AL PLAS TRANS X 6
NICORETTE CINNAMINT
1317 MEDICAMENTO NOVO - INCLUSÃO DE NOVA APRESENTAÇÃO COMERCIAL
COMERCIAL 1.5721.0008.106-6 24 Meses
4 MG GOMA CT BL AL PLAS TRANS X 8
NICORETTE CINNAMINT
1317 MEDICAMENTO NOVO - INCLUSÃO DE NOVA APRESENTAÇÃO COMERCIAL
COMERCIAL 1.5721.0008.107-4 24 Meses
4 MG GOMA CT BL AL PLAS TRANS X 10
NICORETTE CINNAMINT
1317 MEDICAMENTO NOVO - INCLUSÃO DE NOVA APRESENTAÇÃO COMERCIAL
COMERCIAL 1.5721.0008.108-2 24 Meses
4 MG GOMA CT BL AL PLAS TRANS X 12
NICORETTE CINNAMINT
1317 MEDICAMENTO NOVO - INCLUSÃO DE NOVA APRESENTAÇÃO COMERCIAL

Na Resolução - RE nº. 2.322, de 14 de agosto de 2015, publicada no Diário Oficial da União no. 156 de 17 de agosto de 2015, Seção 1 Pág. 40 e Suplemento Pág. 47, referente ao processo 25351.262389/2015-52,

Onde se lê:
HYPERMARCAS S/A 1.07287-6
ASPARTATO DE ARGININA
SUPLEMENTOS DIETETICOS PROTEICOS
FORVITAL 25351.262389/2015-52 12/2019
COMERCIAL 1.7287.0535.001-0 24 Meses
500 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 30
Não informado
1876 ESPECÍFICO - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE DE REGISTRO (CISÃO DE EMPRESA)
COMERCIAL 1.7287.0535.002-9 24 Meses
500 MG COM REV CT FRAS PLAS OPC X 30
Não informado
1876 ESPECÍFICO - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE DE REGISTRO (CISÃO DE EMPRESA)
COMERCIAL 1.7287.0535.003-7 24 Meses
1 G COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 15
Não informado
1876 ESPECÍFICO - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE DE REGISTRO (CISÃO DE EMPRESA)
COMERCIAL 1.7287.0535.004-5 24 Meses
1 G COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 30
Não informado
1876 ESPECÍFICO - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE DE REGISTRO (CISÃO DE EMPRESA)
COMERCIAL 1.7287.0535.005-3 24 Meses
1 G COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 60
Não informado
1876 ESPECÍFICO - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE DE REGISTRO (CISÃO DE EMPRESA)
COMERCIAL 1.7287.0535.006-1 24 Meses
500 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 60
Não informado
1876 ESPECÍFICO - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE DE REGISTRO (CISÃO DE EMPRESA)
COMERCIAL 1.7287.0535.007-1 24 Meses
500 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 90
Não informado
1876 ESPECÍFICO - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE DE REGISTRO (CISÃO DE EMPRESA)
COMERCIAL 1.7287.0535.008-8 24 Meses
500 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 120
Não informado
1876 ESPECÍFICO - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE DE REGISTRO (CISÃO DE EMPRESA)
COMERCIAL 1.7287.0535.009-6 24 Meses
500 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 150
Não informado
1876 ESPECÍFICO - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE DE REGISTRO (CISÃO DE EMPRESA)
COMERCIAL 1.7287.0535.010-1 24 Meses
1 G COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 90
Não informado
1876 ESPECÍFICO - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE DE REGISTRO (CISÃO DE EMPRESA)
COMERCIAL 1.7287.0535.011-8 24 Meses
1 G COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 120
Não informado
1876 ESPECÍFICO - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE DE REGISTRO (CISÃO DE EMPRESA)
COMERCIAL 1.7287.0535.012-6 24 Meses
1 G COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 150
Não informado
1876 ESPECÍFICO - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE DE REGISTRO (CISÃO DE EMPRESA)
COMERCIAL 1.7287.0535.013-4 24 Meses
1 G COM REV CT FRAS PLAS OPC X 30
Não informado
1876 ESPECÍFICO - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE DE REGISTRO (CISÃO DE EMPRESA)

Leia-se:
COSMED INDUSTRIA DE COSMETICOS E MEDICAMENTOS S.A. 1.07817-7
ASPARTATO DE ARGININA
SUPLEMENTOS DIETETICOS PROTEICOS
FORVITAL 25351.262389/2015-52 12/2019
COMERCIAL 1.7817.0828.001-1 24 Meses
500 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 30
Não informado
1876 ESPECÍFICO - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE DE REGISTRO (CISÃO DE EMPRESA)
COMERCIAL 1.7817.0828.002-8 24 Meses
500 MG COM REV CT FRAS PLAS OPC X 30
Não informado
1876 ESPECÍFICO - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE DE REGISTRO (CISÃO DE EMPRESA)
COMERCIAL 1.7817.0828.003-6 24 Meses
1 G COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 15
Não informado
1876 ESPECÍFICO - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE DE REGISTRO (CISÃO DE EMPRESA)
COMERCIAL 1.7817.0828.004-4 24 Meses
1 G COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 30
Não informado
1876 ESPECÍFICO - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE DE REGISTRO (CISÃO DE EMPRESA)
COMERCIAL 1.7817.0828.005-2 24 Meses
1 G COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 60
Não informado
1876 ESPECÍFICO - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE DE REGISTRO (CISÃO DE EMPRESA)
COMERCIAL 1.7817.0828.006-0 24 Meses
500 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 60
Não informado
1876 ESPECÍFICO - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE DE REGISTRO (CISÃO DE EMPRESA)
COMERCIAL 1.7817.0828.007-9 24 Meses
500 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 90
Não informado
1876 ESPECÍFICO - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE DE REGISTRO (CISÃO DE EMPRESA)
COMERCIAL 1.7817.0828.008-7 24 Meses
500 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 120
Não informado
1876 ESPECÍFICO - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE DE REGISTRO (CISÃO DE EMPRESA)
COMERCIAL 1.7817.0828.009-5 24 Meses
500 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 150
Não informado
1876 ESPECÍFICO - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE DE REGISTRO (CISÃO DE EMPRESA)
COMERCIAL 1.7817.0828.010-9 24 Meses
1 G COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 90
Não informado
1876 ESPECÍFICO - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE DE REGISTRO (CISÃO DE EMPRESA)
COMERCIAL 1.7817.0828.011-7 24 Meses
1 G COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 120
Não informado
1876 ESPECÍFICO - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE DE REGISTRO (CISÃO DE EMPRESA)
COMERCIAL 1.7817.0828.012-5 24 Meses
1 G COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 150
Não informado
1876 ESPECÍFICO - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE DE REGISTRO (CISÃO DE EMPRESA)
COMERCIAL 1.7817.0828.013-3 24 Meses
1 G COM REV CT FRAS PLAS OPC X 30
Não informado
1876 ESPECÍFICO - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE DE REGISTRO (CISÃO DE EMPRESA)

Na resolução - RE nº 2.566, de 11 de setembro de 2015, publicada no Diário Oficial da União no. 175, de 14 de setembro de 2015, Seção 1 Pág. 37 e Suplemento Pág. 68, referente ao processo 25000.012618/98-11 .

Onde se lê:
1.0440.0157.007-1 Meses
70 MG COM CT BL AL PLAS OPC X 4
ENDROSTAN
1980 SIMILAR - INCLUSÃO DE NOVO ACONDICIONAMENTO.
1.0440.0157.008-8 24 Meses
70 MG COM CT BL AL PLAS OPC X 200 (EMB HOSP)
ENDROSTAN
1980 SIMILAR - INCLUSÃO DE NOVO ACONDICIONAMENTO.

Leia-se:
COMERCIAL 1.0440.0157.007-1 24 Meses
70 MG COM CT BL AL PLAS OPC X 4
ENDROSTAN
1980 SIMILAR - INCLUSÃO DE NOVO ACONDICIONAMENTO.
COMERCIAL 1.0440.0157.008-8 24 Meses
70 MG COM CT BL AL PLAS OPC X 200 (EMB HOSP)
ENDROSTAN
1980 SIMILAR - INCLUSÃO DE NOVO ACONDICIONAMENTO.

Na Resolução - RE nº. 2.894, de 9 de agosto de 2013, publicada no Diário Oficial da União n° 154, de 12 de agosto de 2013, Seção 1 Pág. 32 e Suplemento Pág. 23, referente ao processo nº 25351.109182/2012-23,

Onde se lê:
(...)
COMERCIAL 1.5423.0204.001-6 24 Meses
25 MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 14
FUMARATO DE QUETIAPINA
155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO
COMERCIAL 1.5423.0204.002-4 24 Meses
25 MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 15
FUMARATO DE QUETIAPINA
155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO
COMERCIAL 1.5423.0204.003-2 24 Meses
25 MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 28
FUMARATO DE QUETIAPINA
155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO
COMERCIAL 1.5423.0204.004-0 24 Meses
25 MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 30
FUMARATO DE QUETIAPINA
155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO
COMERCIAL 1.5423.0204.005-9 24 Meses
25 MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 100 (EMB HOSP)

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

FUMARATO DE QUETIAPINA
155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO
COMERCIAL 1.5423.0204.006-7 24 Meses
25 MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 500 (EMB HOSP)
FUMARATO DE QUETIAPINA
155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO
COMERCIAL 1.5423.0204.007-5 24 Meses
100 MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 14
FUMARATO DE QUETIAPINA
155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO
COMERCIAL 1.5423.0204.008-3 24 Meses
100 MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 15
FUMARATO DE QUETIAPINA
155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO
COMERCIAL 1.5423.0204.009-1 24 Meses
100 MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 28
FUMARATO DE QUETIAPINA
155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO
COMERCIAL 1.5423.0204.010-5 24 Meses
100 MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 30
FUMARATO DE QUETIAPINA
155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO
FUMARATO DE SÓDIO
ANTIPSICOTICOS
Referência - SEROQUEL 25351.109182/2012-23 08/2018
COMERCIAL 1.5423.0204.011-3 24 Meses
100 MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 100 (EMB HOSP)
FUMARATO DE QUETIAPINA
155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO
HEMIFUMARATO DE QUETIAPINA
ANTIPSICOTICOS
Referência - SEROQUEL 25351.109182/2012-23 08/2018
COMERCIAL 1.5423.0204.012-1 24 Meses
100 MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 500 (EMB HOSP)
FUMARATO DE QUETIAPINA
155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO
COMERCIAL 1.5423.0204.013-1 24 Meses
200 MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 14
FUMARATO DE QUETIAPINA
155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO
FUMARATO DE SÓDIO
ANTIPSICOTICOS
Referência - SEROQUEL 25351.109182/2012-23 08/2018
COMERCIAL 1.5423.0204.014-8 24 Meses
200 MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 15
FUMARATO DE QUETIAPINA
155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO
HEMIFUMARATO DE QUETIAPINA
ANTIPSICOTICOS
Referência - SEROQUEL 25351.109182/2012-23 08/2018
COMERCIAL 1.5423.0204.015-6 24 Meses
200 MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 14 28
FUMARATO DE QUETIAPINA
155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO
COMERCIAL 1.5423.0204.016-4 24 Meses
200 MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 30
FUMARATO DE QUETIAPINA
155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO
COMERCIAL 1.5423.0204.017-2 24 Meses
200 MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 100 (EMB HOSP)
FUMARATO DE QUETIAPINA
155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO
COMERCIAL 1.5423.0204.018-0 24 Meses
200 MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 500 (EMB HOSP)
FUMARATO DE QUETIAPINA
155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO
(...)
Leia-se:
COMERCIAL 1.5423.0204.001-6 24 Meses
25 MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 14
HEMIFUMARATO DE QUETIAPINA
155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO
COMERCIAL 1.5423.0204.002-4 24 Meses
25 MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 15
HEMIFUMARATO DE QUETIAPINA
155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO
COMERCIAL 1.5423.0204.003-2 24 Meses
25 MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 28
HEMIFUMARATO DE QUETIAPINA
155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO
COMERCIAL 1.5423.0204.004-0 24 Meses
25 MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 30
HEMIFUMARATO DE QUETIAPINA
155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO
COMERCIAL 1.5423.0204.005-9 24 Meses
25 MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 100 (EMB HOSP)
HEMIFUMARATO DE QUETIAPINA
155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO
COMERCIAL 1.5423.0204.006-7 24 Meses
25 MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 500 (EMB HOSP)
HEMIFUMARATO DE QUETIAPINA
155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO
COMERCIAL 1.5423.0204.007-5 24 Meses
100 MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 14
HEMIFUMARATO DE QUETIAPINA
155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO
COMERCIAL 1.5423.0204.008-3 24 Meses
100 MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 15
HEMIFUMARATO DE QUETIAPINA
155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO
COMERCIAL 1.5423.0204.009-1 24 Meses
100 MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 28
HEMIFUMARATO DE QUETIAPINA
155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO
COMERCIAL 1.5423.0204.010-5 24 Meses
100 MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 30
HEMIFUMARATO DE QUETIAPINA
155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO
HEMIFUMARATO DE QUETIAPINA
ANTIPSICOTICOS
Referência - SEROQUEL 25351.109182/2012-23 08/2018
COMERCIAL 1.5423.0204.011-3 24 Meses
100 MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 100 (EMB HOSP)
HEMIFUMARATO DE QUETIAPINA
155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO
HEMIFUMARATO DE QUETIAPINA
ANTIPSICOTICOS
Referência - SEROQUEL 25351.109182/2012-23 08/2018
COMERCIAL 1.5423.0204.012-1 24 Meses
100 MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 500 (EMB HOSP)
HEMIFUMARATO DE QUETIAPINA
155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO
COMERCIAL 1.5423.0204.013-1 24 Meses
200 MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 14
HEMIFUMARATO DE QUETIAPINA
155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO
HEMIFUMARATO DE QUETIAPINA
ANTIPSICOTICOS
Referência - SEROQUEL 25351.109182/2012-23 08/2018
COMERCIAL 1.5423.0204.014-8 24 Meses
200 MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 15
HEMIFUMARATO DE QUETIAPINA
155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO
HEMIFUMARATO DE QUETIAPINA
ANTIPSICOTICOS
Referência - SEROQUEL 25351.109182/2012-23 08/2018
COMERCIAL 1.5423.0204.015-6 24 Meses
200 MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 28
HEMIFUMARATO DE QUETIAPINA
155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO
COMERCIAL 1.5423.0204.016-4 24 Meses
200 MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 30
HEMIFUMARATO DE QUETIAPINA
155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO
COMERCIAL 1.5423.0204.017-2 24 Meses
200 MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 100 (EMB HOSP)
HEMIFUMARATO DE QUETIAPINA
155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO
COMERCIAL 1.5423.0204.018-0 24 Meses
200 MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 500 (EMB HOSP)
HEMIFUMARATO DE QUETIAPINA
155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO
(...)

Na resolução - RE nº. 2.982, de 29 de outubro de 2015, publicada no Diário Oficial da União no. 209, de 3 de novembro de 2015, Seção 1 Pág. 16 e Suplemento Pág. 69, referente ao processo 25351.102807/2015-11.
Onde se lê:
CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA.
1.00298-1
ÁCIDO ZOLEDRÔNICO
ANTINEOPLASICO
LEDROZON 25351.102807/2015-11 11/2020
COMERCIAL 1.0298.0423.001-7 24 Meses
4 MG PO LIOF SOL INJ IV CX FA VC AMB
Não informado
10490 SIMILAR - REGISTRO DE PRODUTO - CLONE
(155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - 0819128/12-
0 - 25351.572082/2012-89)
COMERCIAL 1.0298.0423.002-5 24 Meses
4 MG PO LIOF SOL INJ IV CX 4 FA VC AMB
Não informado
10490 SIMILAR - REGISTRO DE PRODUTO - CLONE
(155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - 0819128/12-
0 - 25351.572082/2012-89)
COMERCIAL 1.0298.0423.003-3 24 Meses
4 MG PO LIOF SOL INJ IV CX 10 FA VD AMB
Não informado
10490 SIMILAR - REGISTRO DE PRODUTO - CLONE
(155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - 0819128/12-
0 - 25351.572082/2012-89)
Leia-se:
CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA.
1.00298-1
ÁCIDO ZOLEDRÔNICO MONOIDRATADO
SUPRESSORES DA REABSORÇÃO ÓSSEA
BLAZTERE 25351.102807/2015-11 11/2020
HOSPITALAR 1.0298.0423.001-7 24 Meses
4 MG PO LIOF SOL INJ IV CX FA VD AMB X 5 ML
LEDROZON
10490 SIMILAR - REGISTRO DE PRODUTO - CLONE
(155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - 0819128/12-
0 - 25351.572082/2012-89)
COMERCIAL 1.0298.0423.002-5 24 Meses
4 MG PO LIOF SOL INJ IV CX 4 FA VD AMB X 5 ML
LEDROZON
10490 SIMILAR - REGISTRO DE PRODUTO - CLONE
(155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - 0819128/12-
0 - 25351.572082/2012-89)
HOSPITALAR 1.0298.0423.003-3 24 Meses
4 MG PO LIOF SOL INJ IV CX 10 FA VD AMB X 5 ML
LEDROZON
10490 SIMILAR - REGISTRO DE PRODUTO - CLONE
(155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - 0819128/12-
0 - 25351.572082/2012-89)

Na Resolução - RE nº. 4.501, de 08 de Outubro de 2009, publicada no Diário Oficial da União no. 195, de 13 de Outubro de 2009, Seção 1 Pág. 140 e Suplemento Pág. 8, referente ao processo 25351.266267/2007-93,
Onde se lê:
JOHNSON & JOHNSON INDUSTRIAL LTDA. 1.05721-1
NICOTINA ANTITABAGICO
NICORETTE 25351.266267/2007-93 05/2014
COMERCIAL 1.5721.0008.021-3 24 Meses
2 MG TABLE MAST CT BL AL PLAS INC X 15
NICORETTE FRESHMINT
1464 MEDICAMENTO NOVO - RENOVAÇÃO DE REGISTRO DE MEDICAMENTO NOVO
COMERCIAL 1.5721.0008.022-1 24 Meses
2 MG TABLE MAST CT BL AL PLAS INC X 30
NICORETTE FRESHMINT
1464 MEDICAMENTO NOVO - RENOVAÇÃO DE REGISTRO DE MEDICAMENTO NOVO
COMERCIAL 1.5721.0008.023-1 24 Meses
2 MG TABLE MAST CT BL AL PLAS INC X 45
NICORETTE FRESHMINT
1464 MEDICAMENTO NOVO - RENOVAÇÃO DE REGISTRO DE MEDICAMENTO NOVO
COMERCIAL 1.5721.0008.024-8 24 Meses
2 MG TABLE MAST CT BL AL PLAS INC X 60
NICORETTE FRESHMINT
1464 MEDICAMENTO NOVO - RENOVAÇÃO DE REGISTRO DE MEDICAMENTO NOVO
COMERCIAL 1.5721.0008.025-6 24 Meses
4 MG TABLE MAST CT BL AL PLAS INC X 15
NICORETTE FRESHMINT
1464 MEDICAMENTO NOVO - RENOVAÇÃO DE REGISTRO DE MEDICAMENTO NOVO
COMERCIAL 1.5721.0008.026-4 24 Meses
4 MG TABLE MAST CT BL AL PLAS INC X 30
NICORETTE FRESHMINT
1464 MEDICAMENTO NOVO - RENOVAÇÃO DE REGISTRO DE MEDICAMENTO NOVO
COMERCIAL 1.5721.0008.027-2 24 Meses
4 MG TABLE MAST CT BL AL PLAS INC X 45
NICORETTE FRESHMINT
1464 MEDICAMENTO NOVO - RENOVAÇÃO DE REGISTRO DE MEDICAMENTO NOVO
COMERCIAL 1.5721.0008.028-0 24 Meses
4 MG TABLE MAST CT BL AL PLAS INC X 60
NICORETTE FRESHMINT
1464 MEDICAMENTO NOVO - RENOVAÇÃO DE REGISTRO DE MEDICAMENTO NOVO
COMERCIAL 1.5721.0008.032-9 24 Meses
2 MG TABLE MAST CT BL AL PLAS INC X 15
NICORETTE FRESHFRUIT
1464 MEDICAMENTO NOVO - RENOVAÇÃO DE REGISTRO DE MEDICAMENTO NOVO
COMERCIAL 1.5721.0008.033-7 24 Meses
2 MG TABLE MAST CT BL AL PLAS INC X 30
NICORETTE FRESHFRUIT
1464 MEDICAMENTO NOVO - RENOVAÇÃO DE REGISTRO DE MEDICAMENTO NOVO
COMERCIAL 1.5721.0008.034-5 24 Meses
2 MG TABLE MAST CT BL AL PLAS INC X 45
NICORETTE FRESHFRUIT
1464 MEDICAMENTO NOVO - RENOVAÇÃO DE REGISTRO DE MEDICAMENTO NOVO
COMERCIAL 1.5721.0008.035-3 24 Meses
2 MG TABLE MAST CT BL AL PLAS INC X 60
NICORETTE FRESHFRUIT
1464 MEDICAMENTO NOVO - RENOVAÇÃO DE REGISTRO DE MEDICAMENTO NOVO
COMERCIAL 1.5721.0008.036-1 24 Meses
4 MG TABLE MAST CT BL AL PLAS INC X 15
NICORETTE FRESHFRUIT
1464 MEDICAMENTO NOVO - RENOVAÇÃO DE REGISTRO DE MEDICAMENTO NOVO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

COMERCIAL 1.5721.0008.037-1 24 Meses
4 MG TABLE MAST CT BL AL PLAS INC X 30 NICORETTE FRESHFRUIT
1464 MEDICAMENTO NOVO - RENOVAÇÃO DE REGISTRO DE MEDICAMENTO NOVO
COMERCIAL 1.5721.0008.038-8 24 Meses
4 MG TABLE MAST CT BL AL PLAS INC X 45 NICORETTE FRESHFRUIT
1464 MEDICAMENTO NOVO - RENOVAÇÃO DE REGISTRO DE MEDICAMENTO NOVO
COMERCIAL 1.5721.0008.039-6 24 Meses
4 MG TABLE MAST CT BL AL PLAS INC X 60 NICORETTE FRESHFRUIT
1464 MEDICAMENTO NOVO - RENOVAÇÃO DE REGISTRO DE MEDICAMENTO NOVO
COMERCIAL 1.5721.0008.040-1 24 Meses
2 MG TABLE MAST CT BL AL PLAS INC X 15 NICORETTE ICEMINT
1493 MEDICAMENTO NOVO - INCLUSÃO DE SABOR/ODOR/COR
COMERCIAL 1.5721.0008.041-8 24 Meses
2 MG TABLE MAST CT BL AL PLAS INC X 30 NICORETTE ICEMINT
1493 MEDICAMENTO NOVO - INCLUSÃO DE SABOR/ODOR/COR
COMERCIAL 1.5721.0008.042-6 24 Meses
2 MG TABLE MAST CT BL AL PLAS INC X 45 NICORETTE ICEMINT
1493 MEDICAMENTO NOVO - INCLUSÃO DE SABOR/ODOR/COR
COMERCIAL 1.5721.0008.043-4 24 Meses
2 MG TABLE MAST CT BL AL PLAS INC X 60 NICORETTE ICEMINT
1493 MEDICAMENTO NOVO - INCLUSÃO DE SABOR/ODOR/COR
COMERCIAL 1.5721.0008.044-2 24 Meses
4 MG TABLE MAST CT BL AL PLAS INC X 15 NICORETTE ICEMINT
1493 MEDICAMENTO NOVO - INCLUSÃO DE SABOR/ODOR/COR
COMERCIAL 1.5721.0008.045-0 24 Meses
4 MG TABLE MAST CT BL AL PLAS INC X 30 NICORETTE ICEMINT
1493 MEDICAMENTO NOVO - INCLUSÃO DE SABOR/ODOR/COR
COMERCIAL 1.5721.0008.046-9 24 Meses
4 MG TABLE MAST CT BL AL PLAS INC X 45 NICORETTE ICEMINT
1493 MEDICAMENTO NOVO - INCLUSÃO DE SABOR/ODOR/COR
COMERCIAL 1.5721.0008.047-7 24 Meses
4 MG TABLE MAST CT BL AL PLAS INC X 60 NICORETTE ICEMINT
1493 MEDICAMENTO NOVO - INCLUSÃO DE SABOR/ODOR/COR
COMERCIAL 1.5721.0008.048-5 24 Meses
2 MG TABLE MAST CT BL AL PLAS INC X 15 NICORETTE CINNAMINT
1493 MEDICAMENTO NOVO - INCLUSÃO DE SABOR/ODOR/COR
COMERCIAL 1.5721.0008.049-3 24 Meses
2 MG TABLE MAST CT BL AL PLAS INC X 30 NICORETTE CINNAMINT
1493 MEDICAMENTO NOVO - INCLUSÃO DE SABOR/ODOR/COR
COMERCIAL 1.5721.0008.050-7 24 Meses
2 MG TABLE MAST CT BL AL PLAS INC X 45 NICORETTE CINNAMINT
1493 MEDICAMENTO NOVO - INCLUSÃO DE SABOR/ODOR/COR
COMERCIAL 1.5721.0008.051-5 24 Meses
2 MG TABLE MAST CT BL AL PLAS INC X 60 NICORETTE CINNAMINT
1493 MEDICAMENTO NOVO - INCLUSÃO DE SABOR/ODOR/COR
COMERCIAL 1.5721.0008.052-3 24 Meses
4 MG TABLE MAST CT BL AL PLAS INC X 15 NICORETTE CINNAMINT
1493 MEDICAMENTO NOVO - INCLUSÃO DE SABOR/ODOR/COR
COMERCIAL 1.5721.0008.053-1 24 Meses
4 MG TABLE MAST CT BL AL PLAS INC X 30 NICORETTE CINNAMINT
1493 MEDICAMENTO NOVO - INCLUSÃO DE SABOR/ODOR/COR
COMERCIAL 1.5721.0008.054-1 24 Meses
4 MG TABLE MAST CT BL AL PLAS INC X 45 NICORETTE CINNAMINT
1493 MEDICAMENTO NOVO - INCLUSÃO DE SABOR/ODOR/COR
COMERCIAL 1.5721.0008.055-8 24 Meses
4 MG TABLE MAST CT BL AL PLAS INC X 60 NICORETTE CINNAMINT
1493 MEDICAMENTO NOVO - INCLUSÃO DE SABOR/ODOR/COR
Leia-se:
JOHNSON & JOHNSON INDUSTRIAL LTDA. 1.05721-1
NICOTINA ANTITABAGICO
NICORETTE 25351.266267/2007-93 05/2014
COMERCIAL 1.5721.0008.021-3 24 Meses
2 MG GOMA CT BL AL PLAS TRANS X 15 NICORETTE FRESHMINT
1464 MEDICAMENTO NOVO - RENOVAÇÃO DE REGISTRO DE MEDICAMENTO NOVO
COMERCIAL 1.5721.0008.022-1 24 Meses
2 MG GOMA CT BL AL PLAS TRANS X 30 NICORETTE FRESHMINT
1464 MEDICAMENTO NOVO - RENOVAÇÃO DE REGISTRO DE MEDICAMENTO NOVO
COMERCIAL 1.5721.0008.023-1 24 Meses
2 MG GOMA CT BL AL PLAS TRANS X 45 NICORETTE FRESHMINT
1464 MEDICAMENTO NOVO - RENOVAÇÃO DE REGISTRO DE MEDICAMENTO NOVO
COMERCIAL 1.5721.0008.024-8 24 Meses
2 MG GOMA CT BL AL PLAS TRANS X 60 NICORETTE FRESHMINT
1464 MEDICAMENTO NOVO - RENOVAÇÃO DE REGISTRO DE MEDICAMENTO NOVO
COMERCIAL 1.5721.0008.025-6 24 Meses
4 MG GOMA CT BL AL PLAS TRANS X 15 NICORETTE FRESHMINT
1464 MEDICAMENTO NOVO - RENOVAÇÃO DE REGISTRO DE MEDICAMENTO NOVO
COMERCIAL 1.5721.0008.026-4 24 Meses
4 MG GOMA CT BL AL PLAS TRANS X 30 NICORETTE FRESHMINT
1464 MEDICAMENTO NOVO - RENOVAÇÃO DE REGISTRO DE MEDICAMENTO NOVO
COMERCIAL 1.5721.0008.027-2 24 Meses
4 MG GOMA CT BL AL PLAS TRANS X 45 NICORETTE FRESHMINT
1464 MEDICAMENTO NOVO - RENOVAÇÃO DE REGISTRO DE MEDICAMENTO NOVO
COMERCIAL 1.5721.0008.028-0 24 Meses
4 MG GOMA CT BL AL PLAS TRANS X 60 NICORETTE FRESHMINT
1464 MEDICAMENTO NOVO - RENOVAÇÃO DE REGISTRO DE MEDICAMENTO NOVO
COMERCIAL 1.5721.0008.032-9 24 Meses
2 MG GOMA CT BL AL PLAS TRANS X 15 NICORETTE FRESHFRUIT
1464 MEDICAMENTO NOVO - RENOVAÇÃO DE REGISTRO DE MEDICAMENTO NOVO
COMERCIAL 1.5721.0008.033-7 24 Meses
2 MG GOMA CT BL AL PLAS TRANS X 30 NICORETTE FRESHFRUIT
1464 MEDICAMENTO NOVO - RENOVAÇÃO DE REGISTRO DE MEDICAMENTO NOVO
COMERCIAL 1.5721.0008.034-5 24 Meses
2 MG GOMA CT BL AL PLAS TRANS X 45 NICORETTE FRESHFRUIT
1464 MEDICAMENTO NOVO - RENOVAÇÃO DE REGISTRO DE MEDICAMENTO NOVO
COMERCIAL 1.5721.0008.035-3 24 Meses
2 MG GOMA CT BL AL PLAS TRANS X 60 NICORETTE FRESHFRUIT
1464 MEDICAMENTO NOVO - RENOVAÇÃO DE REGISTRO DE MEDICAMENTO NOVO
COMERCIAL 1.5721.0008.036-1 24 Meses
4 MG GOMA CT BL AL PLAS TRANS X 15 NICORETTE FRESHFRUIT
1464 MEDICAMENTO NOVO - RENOVAÇÃO DE REGISTRO DE MEDICAMENTO NOVO
COMERCIAL 1.5721.0008.037-1 24 Meses
4 MG GOMA CT BL AL PLAS TRANS X 30 NICORETTE FRESHFRUIT
1464 MEDICAMENTO NOVO - RENOVAÇÃO DE REGISTRO DE MEDICAMENTO NOVO
COMERCIAL 1.5721.0008.038-8 24 Meses
4 MG GOMA CT BL AL PLAS TRANS X 45 NICORETTE FRESHFRUIT
1464 MEDICAMENTO NOVO - RENOVAÇÃO DE REGISTRO DE MEDICAMENTO NOVO
COMERCIAL 1.5721.0008.039-6 24 Meses
4 MG GOMA CT BL AL PLAS TRANS X 60 NICORETTE FRESHFRUIT
1464 MEDICAMENTO NOVO - RENOVAÇÃO DE REGISTRO DE MEDICAMENTO NOVO
COMERCIAL 1.5721.0008.040-1 24 Meses
2 MG GOMA CT BL AL PLAS TRANS X 15 NICORETTE ICEMINT
1493 MEDICAMENTO NOVO - INCLUSÃO DE SABOR/ODOR/COR
COMERCIAL 1.5721.0008.041-8 24 Meses
2 MG GOMA CT BL AL PLAS TRANS X 30 NICORETTE ICEMINT
1493 MEDICAMENTO NOVO - INCLUSÃO DE SABOR/ODOR/COR
COMERCIAL 1.5721.0008.042-6 24 Meses
2 MG GOMA CT BL AL PLAS TRANS X 45 NICORETTE ICEMINT
1493 MEDICAMENTO NOVO - INCLUSÃO DE SABOR/ODOR/COR
COMERCIAL 1.5721.0008.043-4 24 Meses
2 MG GOMA CT BL AL PLAS TRANS X 60 NICORETTE ICEMINT
1493 MEDICAMENTO NOVO - INCLUSÃO DE SABOR/ODOR/COR
COMERCIAL 1.5721.0008.044-2 24 Meses
4 MG GOMA CT BL AL PLAS TRANS X 15 NICORETTE ICEMINT
1493 MEDICAMENTO NOVO - INCLUSÃO DE SABOR/ODOR/COR
COMERCIAL 1.5721.0008.045-0 24 Meses
4 MG GOMA CT BL AL PLAS TRANS X 30 NICORETTE ICEMINT
1493 MEDICAMENTO NOVO - INCLUSÃO DE SABOR/ODOR/COR
COMERCIAL 1.5721.0008.046-9 24 Meses
4 MG GOMA CT BL AL PLAS TRANS X 45 NICORETTE ICEMINT
1493 MEDICAMENTO NOVO - INCLUSÃO DE SABOR/ODOR/COR
COMERCIAL 1.5721.0008.047-7 24 Meses
4 MG GOMA CT BL AL PLAS TRANS X 60 NICORETTE ICEMINT
1493 MEDICAMENTO NOVO - INCLUSÃO DE SABOR/ODOR/COR
COMERCIAL 1.5721.0008.048-5 24 Meses
2 MG GOMA CT BL AL PLAS TRANS X 15 NICORETTE CINNAMINT
1493 MEDICAMENTO NOVO - INCLUSÃO DE SABOR/ODOR/COR
COMERCIAL 1.5721.0008.049-3 24 Meses
2 MG GOMA CT BL AL PLAS TRANS X 30 NICORETTE CINNAMINT
1493 MEDICAMENTO NOVO - INCLUSÃO DE SABOR/ODOR/COR
COMERCIAL 1.5721.0008.050-7 24 Meses
2 MG GOMA CT BL AL PLAS TRANS X 45 NICORETTE CINNAMINT
1493 MEDICAMENTO NOVO - INCLUSÃO DE SABOR/ODOR/COR
COMERCIAL 1.5721.0008.051-5 24 Meses
2 MG GOMA CT BL AL PLAS TRANS X 60 NICORETTE CINNAMINT
1493 MEDICAMENTO NOVO - INCLUSÃO DE SABOR/ODOR/COR
COMERCIAL 1.5721.0008.052-3 24 Meses
4 MG GOMA CT BL AL PLAS TRANS X 15 NICORETTE CINNAMINT
1493 MEDICAMENTO NOVO - INCLUSÃO DE SABOR/ODOR/COR
COMERCIAL 1.5721.0008.053-1 24 Meses
4 MG GOMA CT BL AL PLAS TRANS X 30 NICORETTE CINNAMINT
1493 MEDICAMENTO NOVO - INCLUSÃO DE SABOR/ODOR/COR
COMERCIAL 1.5721.0008.054-1 24 Meses
4 MG GOMA CT BL AL PLAS TRANS X 45 NICORETTE CINNAMINT
1493 MEDICAMENTO NOVO - INCLUSÃO DE SABOR/ODOR/COR
COMERCIAL 1.5721.0008.055-8 24 Meses
4 MG GOMA CT BL AL PLAS TRANS X 60 NICORETTE CINNAMINT
1493 MEDICAMENTO NOVO - INCLUSÃO DE SABOR/ODOR/COR

GERÊNCIA-GERAL DE TOXICOLOGIA

RESOLUÇÃO-RE N° 2.475, DE 15 DE SETEMBRO DE 2016

A Gerente-Geral de Toxicologia substituta no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 920, de 15 de abril de 2016, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Incluir a cultura da cana-de-açúcar, na modalidade de emprego (aplicação) sulco de plantio, sem restrições de Limite Máximo de Resíduos (LMR) e Intervalo de Segurança (IS) e a cultura do trigo, na modalidade de emprego (aplicação) foliar, sem restrições de Limite Máximo de Resíduos (LMR) e Intervalo de Segurança (IS), na monografia do ingrediente ativo C55.2 - OXICLORETO DE COBRE, na relação de monografias dos ingredientes ativos de agrotóxicos, domissanitários e preservantes de madeira, publicada por meio da Resolução - RE N° 165, de 29 de agosto de 2003, DOU de 02 de setembro de 2003.

Art. 2º Disponibilizar o conteúdo da referida monografia no endereço eletrônico http://portal.anvisa.gov.br/wps/portal/anvisa/anvisa/home/agrotoxicotoxicologia.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MEIRUZE SOUSA FREITAS

RESOLUÇÃO-RE N° 2.476, DE 15 DE SETEMBRO DE 2016(*)

A Gerente-Geral de Toxicologia substituta no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 920, de 15 de abril de 2016, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Reprovar os atos de avaliação toxicológica de produtos agrotóxicos, componentes e afins, identificados no anexo, com o respectivo resultado da análise.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 2º A publicação do extrato deste informe de avaliação toxicológica não exime a requerente do cumprimento das demais avaliações procedidas pelos órgãos responsáveis pelas áreas de agricultura e de meio ambiente, conforme legislação vigente no país, aplicável ao objeto do requerimento.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MEIRUZE SOUSA FREITAS

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE N° 2.477, DE 15 DE SETEMBRO DE 2016(*)

A Gerente-Geral de Toxicologia substituta no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 920, de 15 de abril de 2016, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Aprovar, no âmbito da Anvisa, a avaliação de resíduos dos produtos agrotóxicos, componentes e afins, conforme relação anexa.

Art. 2º A publicação do extrato desta avaliação de resíduos não exime a requerente do cumprimento das demais avaliações procedidas pelos órgãos responsáveis pelas áreas de agricultura e de meio ambiente, conforme legislação vigente no país, aplicável ao objeto do requerimento.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MEIRUZE SOUSA FREITAS

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE N° 2.478, DE 15 DE SETEMBRO DE 2016(*)

A Gerente-Geral de Toxicologia substituta no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 920, de 15 de abril de 2016, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Aprovar os atos de avaliação toxicológica de produtos agrotóxicos, componentes e afins, identificados no anexo, com o respectivo resultado da análise.

Art. 2º A publicação do extrato deste informe de avaliação toxicológica não exime a requerente do cumprimento das demais avaliações procedidas pelos órgãos responsáveis pelas áreas de agricultura e de meio ambiente, conforme legislação vigente no país, aplicável ao objeto do requerimento.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MEIRUZE SOUSA FREITAS

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RETIFICAÇÃO

Na Resolução - RE Nº 2.444, de 09 de setembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União n° 175, de 12 de setembro, Seção 1, pág. 89 e em Suplemento pág. 21,

Onde se lê:

25351.069072/2008-88

UPL DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE INSUMOS AGROPECUÁRIOS S.A.

02.974.733/0001-52

ABAMECTIN DVA

5049 - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA PARA ALTERAÇÃO DE FABRICANTE EM PRODUTO TÉCNICO, EXPEDIENTE 1554138/16-0

CLASSE I - EXTREMAMENTE TÓXICO

Leia-se:

25351.069072/2008-88

UPL DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE INSUMOS AGROPECUÁRIOS S.A.

02.974.733/0001-52

ABAMECTIN TÉCNICO DVA

5049 - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA PARA ALTERAÇÃO DE FABRICANTE EM PRODUTO TÉCNICO, EXPEDIENTE 1554138/16-0

CLASSE I - EXTREMAMENTE TÓXICO

DIRETORIA COLEGIADA

ARESTO N° 656, DE 16 DE SETEMBRO DE 2016

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, em Reunião Ordinária Pública - ROP nº 021/2016 realizada em 23/08/2016, com fundamento no art. 15, VI, da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e no art. 64 da Lei n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no art. 53, VII, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e em conformidade com a Resolução Diretoria Colegiada - RDC n.º 25, de 4 de abril de 2008, decidiu sobre os recursos a seguir especificados, conforme relação anexa.

JARBAS BARBOSA DA SILVA JUNIOR
Diretor-Presidente

ANEXOS

Empresa: Genbra Distribuidora de Produtos Agrícolas Ltda
CNPJ: 05.280.269/0001-92
Processo: 25351.812287/2010-11
Expediente: 0597176/15-4
Produto: Clomazone 500 EC Genbra
Decisão: Por unanimidade, CONHECER e DAR PROVIMENTO e retornar a área técnica análise do processo após a aprovação da metodologia de avaliação para o referido pleito, acompanhando Parecer n. 034/2016-Coart.

Empresa: UPL do Brasil Indústria e Comércio de Insumos Agropecuários S.A.
CNPJ: 02.974.733/0001-52
Processo: 25351.718134/2011-10
Expediente: 154625/16-2
Produto: Permetrina 384 EC DVA
Decisão: Por unanimidade, CONHECER e DAR PROVIMENTO e retornar a área técnica análise do processo após a aprovação da metodologia de avaliação para o referido pleito, acompanhando Parecer n. 043/2016-Coart.

Empresa: D Verde Agro Industrial Ltda
CNPJ: 06.330.512/0001-00
Processo: 25351.033746/2010-87
Expediente: 1074662/15-5
Produto: Imidacloprid 700 WG D'Verde
Decisão: Por unanimidade, CONHECER e DAR PROVIMENTO e retornar a área técnica análise do processo após a aprovação da metodologia de avaliação para o referido pleito, acompanhando Parecer n. 042/2016-Coart.

Empresa: Oxon Brasil Defensivos Agrícolas Ltda
CNPJ: 07.224.503/0001-90
Processo: 25351.720186/2013-79
Expediente: 0968324/15-1
Produto: Scirocco
Decisão: Por unanimidade, CONHECER e DAR PROVIMENTO e retornar a área técnica análise do processo após a aprovação da metodologia de avaliação para o referido pleito, acompanhando Parecer n. 039/2016-Coart.

Empresa: Prentiss Química Ltda
CNPJ: 00.729.422/0001-00
Processo: 25351.685678/2009-40
Expediente: 0728224/14-9
Produto: Século
Decisão: Por unanimidade, CONHECER e DAR PROVIMENTO ao recurso, determinando o retorno do processo à área técnica, para que a análise do pleito seja efetuada após a aprovação da metodologia de avaliação, nos termos do relatório do relator - Relatório Direg de 23 de agosto de 2016.

Empresa: Agrialliance - Comércio Importação e Exportação de Insumos Agropecuários Ltda
CNPJ: 07.060.943/0001-59
Processo: 25351.554788/2008-86
Expediente: 411258/11-0
Produto: Cyproconazole Técnico Base
Decisão: Por unanimidade, CONHECER e DAR PROVIMENTO e retornar a área técnica análise do processo após a aprovação da metodologia de avaliação para o referido pleito, acompanhando Parecer n. 035/2016-Coart.

ARESTO N° 657, DE 16 DE SETEMBRO DE 2016

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, em Reunião Ordinária Pública - ROP nº 015/2016, realizada em 14/06/2016, com fundamento no art. 15, VI, da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e no art. 64 da Lei n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no art. 53, VII, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e em conformidade com a Resolução Diretoria Colegiada - RDC n.º 25, de 4 de abril de 2008, decidiu sobre os recursos a seguir especificados, conforme relação anexa.

JARBAS BARBOSA DA SILVA JUNIOR
Diretor-Presidente

ANEXO

Recorrente: Aché Laboratórios Farmacêuticos S.A
CNPJ: 60.659.463/0029-92
Processo nº: 25351.462888/2013-11
Expediente nº: 0310126/15-6
Decisão: A Diretoria Colegiada tomou conhecimento do relatório do Diretor Fernando Mendes e decidiu, por unanimidade, CONHECER e DAR provimento recurso e retornar o processo à Área Técnica para avaliação dos pontos apresentados pelo relator, nos termos do Voto do Diretor Nº 008/2016 - Direg.

Recorrente: Aché Laboratórios Farmacêuticos S.A
CNPJ: 60.659.463/0029-92
Processo nº: 25351.462970/2013-85
Expediente nº: 0310340/15-4
Decisão: A Diretoria Colegiada tomou conhecimento do relatório do Diretor Fernando Mendes e decidiu, por unanimidade, CONHECER e DAR provimento recurso e retornar o processo à Área Técnica para avaliação dos pontos apresentados pelo relator, nos termos do Voto do Diretor Nº 008/2016 - Direg.

DIRETORIA DE CONTROLE E MONITORAMENTO SANITÁRIOS

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.479, DE 16 DE SETEMBRO DE 2016(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, III e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 99, de 02 de agosto de 2016, resolve:

Art. 1º. Conceder Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução, de acordo com a Portaria n°. 344 de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.480, DE 16 DE SETEMBRO DE 2016(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, III e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 99, de 02 de agosto de 2016, resolve:

Art. 1º. Indeferir o pedido de Autorização de Funcionamento para as Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.481, DE 16 DE SETEMBRO DE 2016(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, III e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 99, de 02 de agosto de 2016, resolve:

Art. 1º. Alterar a Autorização de Funcionamento das Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.482, DE 16 DE SETEMBRO DE 2016(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, III e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 99, de 02 de agosto de 2016, resolve:

Art. 1º. Conceder Autorização de Funcionamento para Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 2.483, DE 16 DE SETEMBRO DE 2016(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, III e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 99, de 02 de agosto de 2016, resolve:

Art. 1º. Alterar Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

RESOLUÇÃO - RE N° 2.484, DE 16 DE SETEMBRO DE 2016(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, III e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 99, de 02 de agosto de 2016, resolve:

Art. 1º Cancelar as Autorizações de Funcionamento de Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 2.485, DE 16 DE SETEMBRO DE 2016

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, III e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC Nº 99, de 02 de agosto de 2016, resolve:

Art. 1º. Tornar insubsistente os Cancelamentos das Autorizações de Funcionamento para a Empresa abaixo citada, publicada pela Resolução n° 1.954 de 21 de julho de 2016, no Diário Oficial da União nº 141 de 25 de julho de 2016, Seção 1 pág. 429 e Suplemento pág. 43.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

ANEXO

EMPRESA: INDICE TOKYO COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO
LTDA
ENDEREÇO: RUA 600, Nº 75 B
BAIRRO: CENTRO CEP: 88330630 - BALNEÁRIO CAMBORIÚ/
SC
CNPJ: 13.955.228/0001-87
PROCESSO: 25351.732409/2011-00 AUTORIZ/MS: 2.06196.3
MOTIVO DO CANCELAMENTO:
Ofício 1142/2015/17ª GERSA emitido pela Vigilância Sanitária do
Governo de Santa Catarina e não cumprimento da Notificação de
Exigência nº 1165357/16-4
PROCESSO: 25351.732420/2011-95 AUTORIZ/MS:
U1WL8643WWM5 (8.08169.2)
MOTIVO DO CANCELAMENTO:
Ofício 1142/2015/17ª GERSA emitido pela Vigilância Sanitária do
Governo de Santa Catarina e não cumprimento da Notificação de
Exigência nº 1165287/16-0
PROCESSO: 25351.732441/2011-58 AUTORIZ/MS: 3.04994.5
MOTIVO DO CANCELAMENTO:
Ofício 1142/2015/17ª GERSA emitido pela Vigilância Sanitária do
Governo de Santa Catarina e não cumprimento da Notificação de
Exigência nº 1165329/16-9

RESOLUÇÃO - RE N° 2.492, DE 16 DE SETEMBRO DE 2016(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Art.151, inciso III, e o Art.54, l, § 1° do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016,e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 99, de 2 de agosto de 2016, e ainda amparado pela Resolução nº 346, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento de Empresa prestadora de serviço de Armazenagem em Recinto Alfandegado, em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.497, DE 16 DE SETEMBRO DE 2016(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, IV e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 99, de 02 de agosto de 2016;

Considerando o cumprimento dos requisitos dispostos no art. 43, da Resolução RDC nº 39, de 14 de agosto de 2013, resolve:

Art. 1º Conceder à empresa constante no anexo, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Saneantes Domissanitários.

Art. 2º A presente Certificação tem validade de 02 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.498, DE 16 DE SETEMBRO DE 2016(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, IV e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 99, de 02 de agosto de 2016;

Considerando o cumprimento dos requisitos dispostos no art. 43, da Resolução RDC nº 39, de 14 de agosto de 2013, resolve:

Art. 1º Conceder à empresa constante no anexo, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Saneantes Domissanitários.

Art. 2º A presente Certificação tem validade de 02 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 2.499, DE 16 DE SETEMBRO DE 2016(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, III e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 99, de 02 de agosto de 2016, resolve:

Art. 1º. Conceder Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constantes do anexo desta Resolução, de acordo com a Portaria nº. 344 de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 2.500, DE 16 DE SETEMBRO DE 2016(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, III e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 99, de 02 de agosto de 2016, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de Alteração de Autorização de Funcionamento para os estabelecimentos de comercialização de medicamentos, farmácias e drogarias, em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 2.501, DE 16 DE SETEMBRO DE 2016(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, III e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 99, de 02 de agosto de 2016, resolve:

Art. 1º Conceder Alteração de Autorização de Funcionamento para os estabelecimentos de comercialização de medicamentos, farmácias e drogarias, em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 2.502, DE 16 DE SETEMBRO DE 2016(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, III e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 99, de 02 de agosto de 2016, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de Autorização de Funcionamento para os estabelecimentos de comercialização de medicamentos, farmácias e drogarias, em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 2.503, DE 16 DE SETEMBRO DE 2016(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, III e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 99, de 02 de agosto de 2016, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento para os estabelecimentos de comercialização de medicamentos, farmácias e drogarias, em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.504, DE 16 DE SETEMBRO DE 2016(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, III e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 99, de 02 de agosto de 2016, resolve:

Art. 1º. Indeferir o Pedido de Concessão de Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.505, DE 16 DE SETEMBRO DE 2016(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, III e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 99, de 02 de agosto de 2016, resolve:

Art. 1º. Alterar Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.506, DE 16 DE SETEMBRO DE 2016(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Art.151, inciso III, e o Art.54, inciso I, parágrafo 1° do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 99, de 02 de agosto de 2016,e ainda amparado pela Resolução nº 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento de Empresas Prestadoras de Serviços de Interesse da Saúde Pública em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.507, DE 16 DE SETEMBRO DE 2016(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Art.151, inciso III, e o Art.54, inciso I, parágrafo 1° do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 99, de 02 de agosto de 2016,e ainda amparado pela Resolução nº 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Indeferir pleito de concessão de Autorização de Funcionamento de Empresas Prestadoras de Serviços de Interesse da Saúde Pública em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.508, DE 16 DE SETEMBRO DE 2016(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, IV e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 99, de 02 de agosto de 2016;

considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, para a área de Produtos para a Saúde, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) empresa(s) constante(s) no anexo a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.509, DE 16 DE SETEMBRO DE 2016(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, IV e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 99, de 02 de agosto de 2016;

considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Distribuição e/ou Armazenagem preconizados em legislação vigente, para a área de produtos para a saúde, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) empresa(s) constante(s) no anexo a Certificação de Boas Práticas de Distribuição e/ou Armazenagem de Produtos para Saúde.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.510, DE 16 DE SETEMBRO DE 2016(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, IV e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 99, de 02 de agosto de 2016;

considerando o cumprimento dos requisitos dispostos no art. 43, da Resolução RDC nº 39, de 14 de agosto de 2013, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) empresa(s) constante(s) no anexo a Certificação de Boas Práticas de Distribuição e/ou Armazenagem de Produtos para Saúde por meio de sua renovação automática.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.511, DE 16 DE SETEMBRO DE 2016(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, IV e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 99, de 02 de agosto de 2016;

Considerando o descumprimento dos requisitos de Boas Práticas Fabricação, ou o descumprimento dos procedimentos de petições submetidas à análise, preconizados em legislação vigente, resolve:

Art. 1º Indeferir o Pedido de Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde da(s) empresa(s) constante(s) no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.512, DE 16 DE SETEMBRO DE 2016(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, IV e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 99, de 02 de agosto de 2016;

Considerando o descumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Distribuição e/ou Armazenagem, ou o descumprimento dos procedimentos de petições submetidas à análise, preconizados em legislação vigente, resolve:

Art. 1º Indeferir o Pedido de Certificação de Boas Práticas de Distribuição e/ou Armazenagem de Produtos para Saúde da(s) empresa(s) constante(s) no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 2.513, DE 16 DE SETEMBRO DE 2016(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, IV e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 99, de 02 de agosto de 2016;

considerando o cumprimento dos requisitos dispostos no art. 43, da Resolução RDC nº 39, de 14 de agosto de 2013, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) empresa(s) constante(s) no anexo a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde por meio de sua renovação automática.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 2.514, DE 16 DE SETEMBRO DE 2016

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, IV e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 99, de 02 de agosto de 2016;

Considerando a necessidade de inclusão na Certificação de Boas Práticas de Fabricação, resolve:

Art. 1º Incluir a linha de fabricação de Equipamentos Médicos da Classe de Risco III na certificação da empresa Cook Incorporated, solicitada pela empresa Handle Comércio de Equipamentos Médicos Ltda, CNPJ n.º 54.756.242/0001-39, publicada pela Resolução RE nº 774 de 12 de março de 2015, no Diário Oficial da União nº. 50, de 16 de março de 2015, Seção I pág. 32 e 33 e suplemento da Seção I, pág. 100 e 101, conforme expedientes nº. 0649832/14-9 e 2144904/16-0.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.515, DE 16 DE SETEMBRO DE 2016

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, V e VI, e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 99, de 02 de agosto de 2016,

considerando os arts. 12, 50 e 67, I, da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976;

considerando o art. 7º, XV, da Lei nº 9.782 de 26 de janeiro de 1999;

considerando a comprovação da comercialização do produto CLORO CAPIBARIBE - HIPOCLORITO DE SÓDIO, 5 L, sem registro, notificação ou cadastro na Anvisa pela empresa Capibaribe Produtos de Limpeza e Higiene Ltda.-ME, a qual não possui Autorização de Funcionamento para fabricar ou envasar produtos saneantes nesta Agência, RESOLVE:

Art. 1º Proibir a fabricação, distribuição, divulgação, comercialização e uso do produto CLORO CAPIBARIBE - HIPOCLORITO DE SÓDIO, 5 L, bem como de todos os demais produtos sujeitos à vigilância sanitária fabricados ou envasados pela empresa Capibaribe Produtos de Limpeza e Higiene Ltda.-ME (CNPJ 18.144.653/0001-00), localizada na Rua Rio Cachoeirinha, n.º 83, Marcos Freire, Jaboatão dos Guararapes - PE, CEP 54360-062.

Art. 2º Determinar, ainda, a apreensão das unidades do produto descrito no art. 1º encontradas no mercado.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.516, DE 16 DE SETEMBRO DE 2016

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, V e VI, e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 99, de 02 de agosto de 2016 e,

considerando os arts. 12, 50, 59 e 67, I, da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976;

considerando o art. 7º, XV, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999;

considerando a comprovação da comercialização do produto sem registro, notificação ou cadastro na Anvisa, CLORO, solução aquosa entre 10% a 12% de cloro ativo, pela empresa Valmir Francisco dos Santos - ME, que não possui Autorização de Funcionamento nesta Agência, RESOLVE:

Art. 1º Proibir a fabricação, distribuição, divulgação, comercialização e uso do produto CLORO, solução aquosa entre 10% a 12% de cloro ativo, distribuído por Valmir Francisco dos Santos - ME (CNPJ 13.122.165/0001-88), supostamente localizada na Travessa Regina Lacerda, 150, Jardim Atlântico, Olinda/PE, CEP 53.140-031.

Art. 2º Determinar, ainda, a apreensão das unidades do produto descrito no art. 1º encontradas no mercado.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

RESOLUÇÃO-RE N° 2.517, DE 16 DE SETEMBRO DE 2016

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, V e VI, e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 99, de 02 de agosto de 2016 e,

considerando os arts. 12, 50, 59 e 67, I, da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976;

considerando o art. 7º, XV, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999;

considerando a comprovação da comercialização do produto sem registro, notificação ou cadastro na Anvisa, SODA CÁUSTICA em Escamas a 98%, Produtos Sublime, pela empresa E. G. Cascão, que não possui Autorização de Funcionamento nesta Agência, RESOLVE:

Art. 1º Proibir a fabricação, distribuição, divulgação, comercialização e uso do produto SODA CÁUSTICA em Escamas a 98%, Produtos Sublime, bem como de todos os produtos sujeitos ao controle sanitário, fabricados por E. G. Cascão (CNPJ 06.366.622/0001-50), supostamente localizada na Rod. BR 232, Km 27, Zona Rural, Moreno/PE, CEP 54.800-000.

Art. 2º Determinar, ainda, a apreensão das unidades do produto descrito no art. 1º encontradas no mercado.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

RESOLUÇÃO-RE N° 2.518, DE 16 DE SETEMBRO DE 2016

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, V e VI, e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 99, de 02 de agosto de 2016 e,

considerando o art. 8º, § 1º, III, da Lei 9.782, de 26 de janeiro de 1999;

considerando o art. 45 da Lei nº. 9.784, de 29 de janeiro de 1999;

considerando §4º do art. 23 da Lei 6.437, de 20 de agosto de 1977;

considerando a notificação de evento adverso grave supostamente associado ao uso do lote 250/F07 do produto GEL COLA UP EXTREME MIRRA'S, RESOLVE:

Art. 1º. Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a interdição cautelar do lote 250/F07 do produto GEL COLA UP EXTREME MIRRA'S, fabricado por B&M Indústria, Comércio e Distribuição de Cosméticos Ltda.-ME. (CNPJ 06.813.324/0001-25).

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação e vigorará pelo prazo de noventa dias.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

RESOLUÇÃO-RE N° 2.519, DE 16 DE SETEMBRO DE 2016

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, V e VI, e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 99, de 02 de agosto de 2016 e,

considerando o art. 7º da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976;

considerando o Laudo de Análise n.º 7581/2015, emitido pelo Laboratório Central de Saúde Pública do Rio Grande do Sul, que apresentou resultado insatisfatório nos ensaios de rotulagem - acondicionamento autorizado bisnaga de alumínio, acondicionamento comercializado bisnaga de plástico e os dizeres da embalagem primária diferem daquelas autorizadas - e determinação de pH, especificação 8,8 a 9,2 , resultado, 9,6, para o lote 60LN0021 do cosmético X TENSO MOISTURIST CREME DE RELAXAMENTO CABELOS NATURAIS, RESOLVE:

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a proibição da distribuição, comercialização e uso do lote 60LN0021 (Val 11/17) do cosmético X TENSO MOISTURIST CREME DE RELAXAMENTO CABELOS NATURAIS, fabricado Procosa Produtos de Beleza Ltda. (CNPJ: 33.306.929/0001-00).

Art. 2º Determinar que a empresa promova o recolhimento do estoque existente no mercado, relativo ao produto descrito no art. 1º.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

RESOLUÇÃO-RE N° 2.520, DE 16 DE SETEMBRO DE 2016

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, V e VI, e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 99, de 02 de agosto de 2016,

considerando o inciso XV do art. 7º e o inciso II do § 1º do art. 8º da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999;

considerando as Resoluções nº 16, 17, 18 e 19, de 30 de abril de 1999 da ANVISA;

considerando o anexo II da Resolução-RDC nº 27, de 6 de agosto de 2010;

considerando que os produtos que apresentam extrato de café verde na formulação são de registro sanitário obrigatório na categoria de novos alimentos e novos ingredientes;

considerando que os alimentos que apresentam alegações de propriedades funcionais e ou de saúde são de registro sanitário obrigatório na categoria de alimentos alegações de propriedades funcionais e ou de saúde;

considerando que a rotulagem o produto EXTRATO DE CAFÉ VERDE COM PICOLINATO DE CROMO E MINERAIS QUELATOS EM CÁPSULAS informa que esse é uma "alternativa natural para auxiliar no emagrecimento" e é "fabricado por CNPJ nº 11.695.951/0001-49";

considerando que a alegação "alternativa natural para auxiliar no emagrecimento" não possui comprovação de eficácia para o novo ingrediente extrato de café verde;

considerando que o CNPJ nº 11.695.951/0001-49 pertence à empresa VN DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA - ME, que por sua vez declara que desconhece e não fabrica produto extrato de café verde com picolinato de cromo e minerais quelatos em cápsulas;

considerando que a vistoria realizada pela Vigilância Sanitária Municipal de Artur Nogueira - SP na empresa VN DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA - ME, registrada na FICHA DE PROCEDIMENTOS Nº 000419/15, não constatou a fabricação, distribuição ou publicidade do produto EXTRATO DE CAFÉ VERDE COM PICOLINATO DE CROMO E MINERAIS QUELATOS EM CÁPSULAS, resolve:

Art. 1º Proibir a fabricação, distribuição e comercialização, em todo território nacional, de todos os lotes do produto EXTRATO DE CAFÉ VERDE COM PICOLINATO DE CROMO E MINERAIS QUELATOS EM CÁPSULAS, cuja rotulagem informa o CNPJ nº 11.695.951/0001-49, mas o fabricante é desconhecido.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

RESOLUÇÃO-RE N° 2.521, DE 16 DE SETEMBRO DE 2016

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, V e VI, e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 99, de 02 de agosto de 2016,

considerando o art. 2º, alínea "c"; art. 3º, alínea "g" e o art. 4º, alínea "d" da Lei nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950;

considerando o inciso XV do art. 7º e o inciso II do § 1º do art. 8º da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999;

considerando o OF. DVA/SVS Nº 229/2016, que encaminha o Ofício nº 69/2016/SIPOA/DDA-MG, sobre denúncia de utilização irregular do selo SIF 4582, pertencente ao estabelecimento Gianni Indústria e Comércio Ltda, regularmente registrado no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, nos produtos MANTEIGA DE PRIMEIRA QUALIDADE COM SAL marca COLONE e QUEIJO PARMESÃO marca GULAC, fabricados pela empresa INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE LATICÍNIOS LACTO CRISTUS LTDA, que por sua vez não possui registro no Serviço de Inspeção Federal (SIF);

considerando que a empresa INDUSTRIA E COMERCIO DE LATICINIOS LACTO CRISTUS LTDA não foi localizada pela Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Minas Gerais no endereço Rua Manoel de Matos Ribeiro s/n, Bairro Vila Rica, CEP 39.840-000, Frei Gaspar/MG, informado nos rótulos dos produtos MANTEIGA DE PRIMEIRA QUALIDADE COM SAL marca COLONE e QUEIJO PARMESÃO marca GULAC e no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ nº 03.213.640/0001-78);

considerando que unidades dos produtos foram apreendidas no Estado de Minas Gerais, mas podem estar sendo comercializadas em outros Estados do Brasil, resolve:

Art. 1º Proibir a fabricação, distribuição e comercialização, em todo território nacional, de todos os lotes dos produtos MANTEIGA DE PRIMEIRA QUALIDADE COM SAL marca COLONE e QUEIJO PARMESÃO marca GULAC, produzidos por INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE LATICÍNIOS LACTO CRISTUS LTDA (CNPJ nº 03.213.640/0001-78).

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.522, DE 16 DE SETEMBRO DE 2016

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, V e VI, e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 99, de 02 de agosto de 2016.

considerando o art. 7º da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976;

considerando a Resolução-RDC nº 55/2005;

considerando o Laudo de Análise Fiscal de amostra única n.º 1291.00/2015, emitido pelo LACEN/PR, que apresentou resultado insatisfatório no ensaio de aspecto, devido a presença de material estranho na solução, para o lote 1414227 do medicamento RINGER COM LACTATO solução injetável endovenosa de 500 mL, RESOLVE:

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a suspensão da distribuição, comercialização e uso do lote 1414227 (Val 31/12/2016) do medicamento RINGER COM LACTATO solução injetável endovenosa de 500 mL, fabricado por Equiplex Indústria Farmacêutica Ltda (CNPJ: 01.784.792/0001-03).

Art. 2º Determinar que a empresa promova o recolhimento do estoque existente no mercado, relativo ao produto descrito no art. 1º.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.523, DE 16 DE SETEMBRO DE 2016

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, V e VI, e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 99, de 2 de agosto de 2016.

considerando o art. 23 da Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977;

considerando o relato da COVISA de "fragmento de vidro dentro de ampola" para o lote 16040287 do medicamento Polivitmínico sol. Injetável, ampola 2 ml, marca Hyplex B, RESOLVE:

Art. 1º. Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a interdição cautelar do lote 16040287 (Val 04/2018) do medicamento Hyplex B (polivitminico) sol. Injetável 2ml, fabricado por Hypofarma - Instituto de Hypodermia e Farmácia Ltda (CNPJ: 17.174.657/0001-78).

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação e vigorará até 14/10/2016.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.524, DE 16 DE SETEMBRO DE 2016

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, V e VI, e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 99, de 02 de agosto de 2016;

considerando o art. 7º da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976;

considerando a Resolução RDC 55/2005;

considerando o comunicado de recolhimento voluntário do lote 1630477 do medicamento ÁGUA PARA INJEÇÃO encaminhado pela EQUIPLEX INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA, em razão de falha no fechamento das ampolas, gerando como consequência vazamento das mesmas, RESOLVE:

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, a suspensão, em todo o território nacional, da distribuição, comercialização e uso do lote 1630477 (Val 18/03/2018) do medicamento ÁGUA PARA INJEÇÃO - 10 ML, fabricado por Equiplex Indústria Farmacêutica S.A (CNPJ: 01.784.792/0001-03).

Art. 2º Determinar que a empresa promova o recolhimento do estoque existente no mercado, relativo ao produto descrito no art. 1º.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.525, DE 16 DE SETEMBRO DE 2016

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, V e VI, e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 99, de 02 de agosto de 2016.

considerando os arts. 12, 59 e 67, I, da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976;

considerando o art. 7, XV, da Lei nº 9.782 de 26 de janeiro de 1999;

considerando o art. 4 da RDC 199, de 26 de outubro de 2006;

considerando a RDC nº 55/2005;

considerando o cancelamento do Certificado de Boas Práticas de Fabricação da empresa LBS Laborasa Indústria Farmacêutica Ltda, publicado em 18/05/2015, através da Resolução-RE nº 1.468, de 14 de maio de 2015, resolve:

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a proibição da fabricação, bem como da distribuição, comercialização, divulgação e uso de todas as apresentações dos produtos listados abaixo, fabricados a partir de 18/05/2015, pela empresa LBS Laborasa Indústria Farmacêutica Ltda. (CNPJ: 55.227.789/0001-00).

Art. 2º Determinar que a empresa promova o recolhimento do estoque existente no mercado, relativo aos produtos listados abaixo, fabricados a partir de 18/05/2015.

SOLUÇÃO DE CLORETO DE SÓDIO 0,9% (Soro Fisiológico)
SOLUÇÃO DE IODO 2% (Tintura de Iodo)
SOLUÇÃO DE PERÓXIDO DE HIDROGÊNIO 3% (Água Oxigenada Líquida)
SOLUÇÃO DE VIOLETA GENCIANA 1% (Violeta Genciana 10V)
SOLUÇÃO DE ÁCIDO BÓRICO 3% (Água Boricada)
ÁGUA PURIFICADA

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.526, DE 16 DE SETEMBRO DE 2016

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, V e VI, e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 99, de 02 de agosto de 2016.

considerando os arts. 12, 59 e 67, I, da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976;

considerando o art. 7, XV, da Lei nº 9.782 de 26 de janeiro de 1999;

considerando a comprovação de divulgação e comercialização do medicamento THESTUS, sem registro na Anvisa, em vários endereços eletrônicos, tal como no site http://www.lavitte.com.br/

considerando que o produto THESTUS possui na sua formulação o extrato Tribullus terrestres, que possui propriedades terapêuticas e não pode ser comercializado como alimento no Brasil, RESOLVE;

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a proibição da fabricação, distribuição, divulgação, comercialização e uso do produto THESTUS, divulgado no site http://www.lavitte.com.br/ ou em qualquer outro endereço eletrônico.

Art. 2º Determinar, ainda, a apreensão e inutilização das unidades do produto descrito no art. 1º encontradas no mercado.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.527, DE 16 DE SETEMBRO DE 2016

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, V e VI, e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 99, de 02 de agosto de 2016;

COMPRAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

considerando o art. 7º, XV, da Lei nº 9.782 de 26 de janeiro de 1999;

considerando a Resolução-RDC nº 55/2005;

considerando o resultado insatisfatório de Inspeção de Pós-Registro de Medicamentos, que verificou a produção pela empresa PHARLAB INDUSTRIA FARMACÊUTICA S.A dos medicamentos AZITROPHAR (Azitromicina 500 mg, comprimidos revestidos), CIPROFLONAX (Cloridrato de Ciprofloxacino, 500 mg, comprimidos revestidos) , DOXICLIN (Cloridrato de Doxiciclina 100 mg, comprimidos revestidos com Insumos Ativos não autorizados pela Anvisa, RESOLVE:

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a proibição da distribuição, comercialização e uso de todos os lotes dos medicamentos AZITROPHAR (Azitromicina 500 mg, comprimidos revestidos), CIPROFINAX (Cloridrato de Ciprofloxacino, 500 mg, comprimidos revestidos) , DOXICLIN (Cloridrato de Doxiciclina 100 mg, comprimidos revestidos) fabricados pela empresa PHARLAB INDUSTRIA FARMACÊUTICA S.A (CNPJ: 02.501.297/0001-02).

Art. 2º Determinar que a empresa promova o recolhimento do estoque existente no mercado.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.528, DE 16 DE SETEMBRO DE 2016

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, V e VI, e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 99, de 02 de agosto de 2016:

considerando o art. 7º da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976;

considerando a RDC 55/2005;

considerando os Laudos de Análises Fiscais de contraprova n.º 413.CP/2016, n.º 414.CP/2016 e o Laudo de Análise de amostra única nº 780.00/2016, todos emitidos pelo Instituto Adolfo Lutz, que apresentaram resultado insatisfatório no ensaio de Aspecto, para os lotes 158371 (Val 10/2017), 158365 (Val 09/2017) e 158369 (Val. 09/2017), do medicamento AZITROPHAR 600mg, pó para suspensão oral, resolve;

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a suspensão da distribuição, comercialização e uso dos lotes 158371 (Val. 10/2017), 158365 (Val. 09/2017) e 158369 (Val. 09/2017), do medicamento AZITROPHAR 600mg, pó para suspensão oral, fabricado pela empresa Pharlab Indústria Farmacêutica S.A. (CNPJ 02.501.297/0001-02).

Art. 2º Determinar que a empresa promova o recolhimento do estoque existente no mercado, relativo aos lotes do produto descrito no art. 1º.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

RESOLUÇÃO-RE N° 2.529, DE 16 DE SETEMBRO DE 2016

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, V e VI, e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 99, de 02 de agosto de 2016 e,

considerando os arts. 12, 50, 59 e 67, I, da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976;

considerando o art. 7º, XV, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999;

considerando a comprovação da comercialização do produto sem registro, notificação ou cadastro na Anvisa, ESPRESSIONE OXXY, Cafeteira sempre limpa, pela empresa Espressione do Brasil, que não possui Autorização de Funcionamento nesta Agência, RESOLVE:

Art. 1º Proibir a fabricação, distribuição, divulgação, comercialização e uso do produto ESPRESSIONE OXXY, cafeteira sempre limpa, comercializado por Espressione do Brasil (CNPJ desconhecido), supostamente localizada na Alameda Altino Osório de Oliveira, 555, Distrito Industrial Altinópolis/SP, CEP 14.350-000.

Art. 2º Determinar, ainda, a apreensão das unidades do produto descrito no art. 1º encontradas no mercado.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

RESOLUÇÃO-RE N° 2.530, DE 16 DE SETEMBRO DE 2016

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, V e VI, e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 99, de 02 de agosto de 2016.

considerando os arts. 12, 59 e 67, I, da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976;

considerando o art. 7, XV, da Lei nº 9.782 de 26 de janeiro de 1999;

considerando a comprovação da comercialização do produto Tribulus Pro 800mg, sem registro na Anvisa, pela empresa Nutrigold do Brasil Suplementos Alimentícios Ltda EPP, CNPJ 06.069.349/0001-66, que não possui Autorização de Funcionamento nesta Agência, RESOLVE:

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a proibição da fabricação, distribuição, divulgação, comercialização e uso do produto Tribulus Pro 800mg, assim como de todos os medicamentos fabricados pela empresa Nutrigold do Brasil Suplementos Alimentícios Ltda EPP, CNPJ 06.069.349/0001-66, localizada na Av. Maria Augusta Fagundes Gomes, 712, Residencial São Paulo, Jacareí, SP.

Art. 2º Determinar, ainda, a apreensão e inutilização das unidades dos produtos descritos no art. 1º encontrados no mercado.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.531, DE 16 DE SETEMBRO DE 2016

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, V e VI, e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 99, de 02 de agosto de 2016.

considerando os arts. 12, 59 e 67, I, da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976;

considerando o art. 7, XV, da Lei nº 9.782 de 26 de janeiro de 1999;

considerando a RDC nº 55/2005;

considerando a publicação em Diário Oficial do Estado de São Paulo, Poder executivo, Seção I, p.33 o Comunicado CVS -24-GT Medicamentos/DITEP, de 05 de julho de 2016 determinando a proibição do comércio e uso de todos os lotes dos produtos: Xaropinho Vovó Isabel - 100% natural e Xaropinho 7 ervas, fabricados pela empresa F. dos Santos Comércio de Mel - ME, que não possui Autorização de Funcionamento nesta Agência RESOLVE:

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a proibição da fabricação, bem como da distribuição, comercialização, divulgação e uso de todas as apresentações dos produtos Xaropinho Vovó Isabel - 100% natural e Xaropinho 7 ervas, bem como de todos os demais medicamentos fabricados pela empresa F. dos Santos Comércio de Mel- ME (CNPJ:18.162.151/0001-01), localizada na rua dos Arquitetos, 240, Jardim Itaquá, Itaquaquecetuba - SP.

Art. 2º Determinar que a empresa promova o recolhimento do estoque existente no mercado, relativo aos produtos descrito no artigo 1º.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.532, DE 16 DE SETEMBRO DE 2016

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, V e VI, e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 99, de 02 de agosto de 2016 e,

considerando os arts. 12, 50, 59 e 67, I, da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976;

considerando o art. 7º, XV, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999;

considerando a comprovação da comercialização do produto cosmético sem registro, notificação ou cadastro na Anvisa, LIFT-X que contém em sua rotulagem a informação "GRAU ALIMENTÍCIO", fabricado pela empresa PHZ Indústria e Comércio de Produtos Naturais Ltda., que não possui Autorização de Funcionamento nesta Agência, RESOLVE:

Art. 1º Proibir a fabricação, distribuição, divulgação, comercialização e uso do produto cosmético LIFT-X que contém em sua rotulagem a informação "GRAU ALIMENTÍCIO", fabricados por PHZ Indústria e Comércio de Produtos Naturais Ltda. (CNPJ 00.754.798/0002-48), supostamente localizada na Rua Santo Thomas de Aquino, n.º 41, Santo Inácio, Esteio/RS, CEP 93.290-360.

Art. 2º Determinar, ainda, a apreensão das unidades do produto descrito no art. 1º encontradas no mercado.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

RESOLUÇÃO-RE N° 2.533, DE 16 DE SETEMBRO DE 2016

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, V e VI, e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 99, de 02 de agosto de 2016 e,

considerando os arts. 12, 59 e 67, I, da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976;

considerando o art. 7º, XV, da Lei nº 9.782 de 26 de janeiro de 1999;

considerando a comprovação da fabricação e comercialização do produto saneante sem registro, notificação ou cadastro na Anvisa, CLORO LÍQUIDO - MAX CLOREAL, pela empresa Ambiemax Tecnologia e Saneamento Ltda.-ME., resolve:

Art. 1º Proibir a fabricação, distribuição, divulgação, comercialização e uso do produto saneante CLORO LÍQUIDO - MAX CLOREAL fabricado pela empresa Ambiemax Tecnologia e Saneamento Ltda.-ME. (CNPJ 00.679.893/0001-43).

Art. 2º Determinar que a empresa promova o recolhimento do estoque existente no mercado, relativo ao produto descrito no art. 1º.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

RESOLUÇÃO-RE N° 2.534, DE 16 DE SETEMBRO DE 2016

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, V e VI, e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 99, de 02 de agosto de 2016 e,

considerando os arts. 12, 50, 59 e 67, I, da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976;

considerando o art. 7º, XV, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999;

considerando a comprovação da comercialização do produto saneante SELKIT sem registro, notificação ou cadastro na Anvisa, fabricado pela empresa Selkit Comercial Eirelli - EPP, que não possui Autorização de Funcionamento nesta Agência, RESOLVE:

Art. 1º Proibir a fabricação, distribuição, divulgação, comercialização e uso do produto saneante SELKIT, fabricado por Selkit Comercial Eirelli - EPP (CNPJ 23.560.965/0001-34), localizada à Rua Campo Grande, 262, Jardim Vista Alegre, Embu das Artes/SP, CEP 06.807-410.

Art. 2º Determinar, ainda, a apreensão das unidades do produto descrito no art. 1º encontradas no mercado.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

RESOLUÇÃO-RE N° 2.535, DE 16 DE SETEMBRO DE 2016

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, V e VI, e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 99, de 02 de agosto de 2016,

considerando o art. 48, IV do Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969;

considerando o art. 8º, § 1º, II da Lei n° 9.782, de 26 de janeiro de 1999;

considerando o item 1.3 da Portaria SVS/MS nº 540, de 27 de outubro de 1997;

considerando o Anexo I da Resolução RDC nº 53, de 07 de outubro de 2014;

considerando o art 3°, IV da Resolução RDC n° 54, de 07 de outubro de 2014;

considerando as informações técnicas apresentada no Recurso Administrativo (Exp: 853758/16-5) que comprovaram a inativação da enzima lactase após o procedimento de aquecimento acima de 60ºC do produto enzima digestiva Lactase, marca LACDAY, preparação enzimática à base de lactase (tablete dispersível) 10 000 FCC ALU;

considerando as adequações realizadas nas instruções de uso presentes na rotulagem e bula do citado produto, que são coerentes com o procedimento de inativação enzimática por aquecimento comprovada pela empresa;

considerando a resposta da Notificação n. 21-106/2016 - GIALI/GGFIS/ANVISA da empresa EMS S/A referente ao produto onde informa que a forma de preparo foi adequada para atender à legislação brasileira de coadjuvante de tecnologia, resolve:

Art. 1º Revogar parcialmente o art. 1º da RESOLUÇÃO-RE Nº 1.908, de 15 de julho de 2016, publicada no D.O.U nº 136, Seção 1, pág. 55, de 18 de julho de 2016, liberando-se a fabricação, distribuição e comercialização dos lotes adequados do produto enzima digestiva Lactase, marca LACDAY, fabricado por EMS S/A (CNPJ: 57.507.378/0001-01) situado na Rua Com. Carlo Mário Gardano, 450. São Bernardo do Campo - SP.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA

RESOLUÇÃO-RE N° 2.536, DE 16 DE SETEMBRO DE 2016

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, V e VI, e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 99, de 02 de agosto de 2016,

considerando o art. 7º, XV e o art. 8º, § 1º, II da Lei n° 9.782, de 26 de janeiro de 1999;

considerando o art. 45 da Lei nº. 9.784, de 29 de janeiro de 1999;

considerando o art. 23, §§ 2º e 4º, da Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977;

considerando o Limite Máximo Tolerado (LMT) de 20µg/Kg de aflatoxinas em amendoim com casca, descascado, cru ou tostado, pasta de amendoim ou manteiga de amendoim, estabelecido no Anexo I da Resolução- RDC nº. 07, de 18 de fevereiro de 2011;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

considerando os Relatórios de Análises nº 2578/2016 e 2582/2016, emitidos pelo Laboratório de Análise Micotoxicológicas (LAMIC - Santa Maria/RS), que detectaram teores de aflatoxinas acima do LMT previsto pela legislação vigente, resolve:

Art. 1° Determinar a interdição cautelar, em todo território nacional, dos lotes dos produtos discriminados no Anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação e vigorará pelo prazo de 90 (noventa) dias.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

ANEXO

Relatórios de Análises	Produto	Marca	Teor de aflatoxinas totais (ppb)	Lote	Data de validade	Fabricante/ CNPJ
2578/2016	Amendoim descascado 500g	MANZI	184,8	113	20/01/2017	Comercial Manzi Ltda (71.423.537/0001-02)Rua Indianapolis, 44, Jardim Induberaba, Uberaba-MG
2582/2016	Paçoca enriquecida com aveia e soja, sem adição de açúcar	SWEET	36,6	0416	25/02/2017	Fibrasmil Ind. De Prod. Alim. Ltda-ME/ (18.797.702/0001-03) Rua Padre Joaquim Botelho da Fonseca, 411, São Carlos-SP

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.537, DE 16 DE SETEMBRO DE 2016

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, V e VI, e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 99, de 02 de agosto de 2016;

considerando os arts. 50, 67, I, da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976;

considerando o art. 7º, XV, da Lei nº 9.782 de 26 de janeiro de 1999;

considerando o comunicado do Instituto Falcão Bauer, Organismo de Certificação de Produto - OCP, que havia suspendido a autorização para Uso do Selo de Identidade da Conformidade, para o produto IMPLANTE MAMÁRIO TEXTURIZADO NAGOR PREENCHIDO COM GEL registro MS n° 801983390013, em nome da Empresa IMPORT MEDIC IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA, onde esse OCP constatou irregularidades na produção do produto;

Considerado o cancelamento do registro pela Anvisa publicado em 15/08/2016, publicado em DOU n.º 156/2016 e RE 2.169 de 11 de agosto de 2016, RESOLVE:.

Art. 1º Proibir em todo o território nacional, a importação, distribuição e comercialização do produto IMPLANTE MAMÁRIO TEXTURIZADO NAGOR PREENCHIDO COM GEL registro MS n° 80295010002, registro MS n° 801983390013, em nome da Empresa IMPORT MEDIC IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA, por ausência de selo de conformidade e do registro na Anvisa.

Art. 2º Determinar que a empresa promova o recolhimento do estoque existente no mercado, relativo ao produto descrito no art. 1º.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

RESOLUÇÃO - RE N° 2.538, DE 16 DE SETEMBRO DE 2016(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, IV e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 99, de 02 de agosto de 2016;

Considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, para a área de Medicamentos, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) Empresa(s) constante(s) no ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Medicamentos.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 2.539, DE 16 DE SETEMBRO DE 2016(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, IV e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 99, de 02 de agosto de 2016;

Considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Distribuição e/ou Armazenagem preconizados em legislação vigente, para a área de Medicamentos, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) empresa(s) constante(s) no anexo, a Certificação de Boas Práticas de Distribuição e/ou Armazenagem de Medicamentos.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.540, DE 16 DE SETEMBRO DE 2016(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, IV e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 99, de 02 de agosto de 2016;

Considerando o cumprimento dos requisitos dispostos no art. 43, da Resolução RDC nº 39, de 14 de agosto de 2013, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) empresa(s) constante(s) no anexo, a Certificação de Boas Práticas de Distribuição e/ou Armazenagem de Medicamentos por meio de sua renovação automática.

Art. 2º A presente Certificação tem validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.541, DE 16 DE SETEMBRO DE 2016(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, IV e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 99, de 02 de agosto de 2016;

Considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, para a área de Insumos Farmacêuticos, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) empresa(s) constante(s) no anexo, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Insumos Farmacêuticos.

Art. 2º A presente Certificação tem validade de 02 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.542, DE 16 DE SETEMBRO DE 2016(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, IV e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 99, de 02 de agosto de 2016;

Considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, para a área de Medicamentos, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) empresa(s) constante(s) no anexo, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Medicamentos.

Art. 2º A presente Certificação tem validade de 02 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RETIFICAÇÕES

Na Resolução RE nº 1.159, de 5 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União n° 87, de 9 de maio de 2016, seção 1, página 74 e em suplemento da Seção 1, página 44, retificar, a pedido, a certificação da empresa Wyeth Indústria Farmacêutica Ltda., CNPJ nº 61.072.393/0039-06, conforme expedientes nº 0844267/15-3, 0844314/15-9, 0844305/15-0 e 2021993/16-8.

Onde se lê:

Endereço: Rodovia Castelo Branco, km 32.5, Itaqui

CEP: 06696-270

Leia-se:

Endereço: Rodovia Presidente Castelo Branco, Nº 32501, km 32,5; Ingahi

CEP: 06696-000

Na Resolução RE nº 1.709, de 30 de junho de 2016, publicada no Diário Oficial da União nº. 126, de 04 de julho de 2016, Seção I, pág. 78 e 79 e do suplemento da Seção I, pág. 37, referente a certificação da empresa Infopia Co., Ltd., solicitada pela Emergo Brazil Import Importação e Distribuição de Produtos Médicos Hospitalares Ltda - ME, CNPJ n.º 04.967.408/0001-98, conforme expedientes nº 0068792/15-8 e 2104128/16-8,

Onde se lê:

132, Anyangcheondong-ro, Dongan-gu, Anyang-si - Gyeonggi-do - 431-836

Leia-se:

132, Anyangcheondong-ro, Dongan-gu, Anyang-si - Gyeonggi-do - 14040

Retificar a publicação da Resolução RE nº. 674, de 17 de março de 2016, publicada no DOU nº. 54 de 21 de março de 2016, Seção 1 Página 34 e Suplemento ANVISA a presente edição, página 24.

Onde se lê:

EMPRESA: LACHMANN AGÊNCIA MARÍTIMA LTDA

AUTORIZ/MS: 9 .07126-5

CNPJ: 43.145.945/0048-78

PROCESSO Nº. 25760.127302/2015-59

ENDEREÇO: GOV. JOSÉ MALCHER nº 815,Sala 312

BAIRRO: NAZARÈ

MUNICÍPIO: BELÈM

UF: PA

CEP: 66055-901

ÁREA: PAF

ATIVIDADE: Prestação de serviços de administração ou representação de negócios, em nome do representante legal ou responsável direto por embarcação, tomando as providências necessárias ao seu despacho em portos organizados e terminais aquaviários instalados no território nacional;

Leia-se:

EMPRESA: LACHMANN AGÊNCIA MARÍTIMA LTDA

AUTORIZ/MS: 9.07126-5

CNPJ: 43.145.945/0048-78

PROCESSO Nº. 25760.127302/2015-59 (2246533/16-2)

ENDEREÇO: RUA ANTONIO BARRETO Nº 2050, SALA 8

BAIRRO: FÁTIMA

MUNICÍPIO: BELÈM

UF: PA

CEP: 66.060-021

ÁREA: PAF

ATIVIDADE: Prestação de serviços de administração ou representação de negócios, em nome do representante legal ou responsável direto por embarcação, tomando as providências necessárias ao seu despacho em portos organizados e terminais aquaviários instalados no território nacional.

Na Resolução Anvisa - RE nº 925, de 14 de abril de 2016, publicada no Diário Oficial da União nº73, de 18 de abril de 2016, na Seção 1, pág.65, Suplemento página 27.

Onde se lê:

EMPRESA: AGILIZA SERVIÇOS E GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS

AUTORIZ/MS: 907423-1

CNPJ: 11.459.333/0001-68

PROCESSO: 25752817031/2016-81

Leia-se:

EMPRESA: AGILIZA SERVIÇOS E GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS LTDA - EPP

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

AUTORIZ/MS: 907423-1
CNPJ: 11.459.933/0001-68
PROCESSO: 25752831136/2016-50
Na Resolução - RE n°. 1.299, de 19 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União n°. 97, de 23 de maio de 2016, Seção 1 pág. 113 e Suplemento pág. 19,
Onde se lê:
EMPRESA: LYRE PROFESSIONAL COMÉRCIO E FABRICAÇÃO
DE COSMETICOS EIRELI-ME
ENDEREÇO: AV. TEOTÔNIO VILELA Nº 620
BAIRRO: JARDIM PARANÁ CEP: 19807370 - ASSIS/SP
CNPJ: 22.422.233/0001-15
PROCESSO: 25351.056281/2016-37 AUTORIZ/MS: 2.08681.1
ATIVIDADE/ CLASSE
ARMAZENAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISTRIBUIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
EMBALAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
EXPEDIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
FRACIONAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
REEMBALAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
Leia-se:
EMPRESA: LYRE PROFESSIONAL COMÉRCIO E FABRICAÇÃO DE COSMETICOS EIRELI-ME
ENDEREÇO: AV. TEOTÔNIO VILELA Nº 620
BAIRRO: JARDIM PARANÁ CEP: 19807370 - ASSIS/SP
CNPJ: 22.422.233/0001-15
PROCESSO: 25351.056281/2016-37
AUTORIZ/MS: 2.08681-1
ATIVIDADE/CLASSE:
ARMAZENAR: COSMÉTICOS
ARMAZENAR: PERFUMES
ARMAZENAR: PRODUTOS DE HIGIENE
DISTRIBUIR: COSMÉTICOS
DISTRIBUIR: PERFUMES
DISTRIBUIR: PRODUTOS DE HIGIENE
EMBALAR: COSMÉTICOS
EMBALAR: PERFUMES
EMBALAR: PRODUTOS DE HIGIENE
EXPEDIR: COSMÉTICOS
EXPEDIR: PERFUMES
EXPEDIR: PRODUTOS DE HIGIENE
FABRICAR: COSMÉTICOS
FABRICAR: PERFUMES
FABRICAR: PRODUTOS DE HIGIENE
FRACIONAR: COSMÉTICOS
FRACIONAR: PERFUMES
FRACIONAR: PRODUTOS DE HIGIENE
REEMBALAR: COSMÉTICOS
REEMBALAR: PERFUMES
REEMBALAR: PRODUTOS DE HIGIENE

Na Resolução - RE nº 2.067, de 3 de agosto de 2016, publicada no Diário Oficial da União nº 149 de 04/08/2016, Seção 01, pág. 38,
Onde se lê:
"Art. 2º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a suspensão da fabricação, distribuição e comercialização do estoque existente no mercado dos medicamentos Biomag e cloridrato de sibutramina 10 e 15 MG cápsula dura (Registros MS: 1057303710021,1057303710054,1057303710021 e 1057303710054) ..."
Leia-se:
"Art. 2º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a suspensão da fabricação, distribuição e comercialização do estoque existente no mercado dos medicamentos Biomag e cloridrato de sibutramina 10 e 15 MG cápsula dura (Registros MS: 1057303710021,1057303710054,1121303770052 e 1121303770028)..."

DIRETORIA DE REGULAÇÃO SANITÁRIA GERÊNCIA-GERAL DE TECNOLOGIA DE PRODUTOS PARA SAÚDE

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.433, DE 8 DE SETEMBRO DE 2016

(Publicada no DOU de 12-9-2016)

ANEXO(*)

(*) Republicado por ter saído com incorreção em suplemento do DOU n° 175, de 12 de setembro de 2016, pág. 46.

RESOLUÇÃO- RE N° 2.471, DE 15 DE SETEMBRO DE 2016(*)

O Gerente-Geral Substituto de Tecnologia de Produtos para Saúde no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 1.387, de 8 de julho de 2016, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1° Indeferir as petições relacionadas à Gerência Geral de Produtos para a Saúde, na conformidade da relação anexa.

Art. 2° O motivo do indeferimento do processo/petição deverá ser consultado no site: http://www.anvisa.gov.br.

Art. 3.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANDERSON DE ALMEIDA PEREIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO- RE N° 2.472, DE 15 DE SETEMBRO DE 2016(*)

O Gerente-Geral Substituto de Tecnologia de Produtos para Saúde no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 1.387, de 8 de julho de 2016, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1° Deferir as petições relacionadas à Gerência Geral de Tecnologia de Produtos para a Saúde, na conformidade da relação anexa, em atendimento à decisão da ação ordinária nº 51051-50.2012.4.01.3400 - 21ª Vara Federal/DF, que confirma a antecipação de tutela e determina à ANVISA a aceitar os certificados de boas práticas estrangeiros ou seus congêneres, nas hipóteses em que os pedidos de inspeção internacional feitos pelos filiados da ABIMED (Associação Brasileira da Indústria de Alta Tecnologia de Equipamentos, Produtos e Suprimentos Médico-Hospitalares) estejam protocolados e paralisados há mais de seis meses, sem prejuízo da inspeção internacional a ser feita posteriormente pela ANVISA para fins de confirmação ou não da avaliação estrangeira.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANDERSON DE ALMEIDA PEREIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO- RE N° 2.473, DE 15 DE SETEMBRO DE 2016(*)

O Gerente-Geral Substituto de Tecnologia de Produtos para Saúde no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 1.387, de 8 de julho de 2016, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1° Deferir as petições relacionadas à Gerência Geral de Tecnologia de Produtos para a Saúde, na conformidade da relação anexa.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANDERSON DE ALMEIDA PEREIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO- RE N° 2.474, DE 15 DE SETEMBRO DE 2016(*)

O Gerente-Geral Substituto de Tecnologia de Produtos para Saúde no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 1.387, de 8 de julho de 2016, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1° Deferir as petições relacionadas à Gerência Geral de Tecnologia de Produtos para a Saúde, na conformidade da relação anexa.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANDERSON DE ALMEIDA PEREIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INSUMOS ESTRATÉGICOS

PORTARIA Nº 29, DE 16 DE SETEMBRO DE 2016

O SECRETÁRIO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INSUMOS ESTRATÉGICOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe confere o art. 53, do Anexo ao Decreto n.º 7.797, de 30 de agosto de 2012, e considerando o disposto no art. 17 da Portaria GM/MS n.º 2.531, de 12 de novembro de 2014, que redefine as diretrizes e os critérios para a definição da lista de produtos estratégicos para o Sistema Único de Saúde (SUS) e o estabelecimento das Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo (PDP) e disciplina os respectivos processos de submissão, instrução, decisão, transferência e absorção de tecnologia, aquisição de produtos estratégicos para o SUS no âmbito das PDP e o respectivo monitoramento e avaliação, resolve:

Art. 1º Alterar a Portaria n.º 28, de 18 de junho de 2015, publicada no Diário Oficial da União n.º 115, Seção 2, página 42, a Portaria nº 41, de 03 de setembro de 2015, publicada no Diário Oficial da União n.º 171, Seção 2, página 44, a Portaria nº 69, de 30 de novembro de 2015, publicada no Diário Oficial da União nº 203, seção 2, pagina 44 e Portaria nº 17, de 11 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União nº 90, seção 2, página 69 no que se refere à constituição da Comissão Técnica de Avaliação para análise e avaliação de Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo (PDP), que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º A Comissão Técnica de Avaliação (CTA) terá a seguinte composição:

I - Wallace Mateus Prata (titular) e Marta da Cunha Lobo Souto Maior (suplente) - Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos (SCTIE) do Ministério da Saúde;

II - Genivano Pinto de Araújo (titular) e Mariana Carvalho Pinheiro (suplente) - Secretaria Executiva (SE), do Ministério da Saúde;

III - Sérgio Andrade Nishioka (titular) e Ivo Brito (suplente) - Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS) do Ministério da Saúde;

IV - Carlos Alberto Mattos (titular) e Maria Inez Pordeus Gadelha (suplente) - Secretaria de Atenção à Saúde (SAS), do Ministério da Saúde;

V - Bruno de Carvalho Duarte (titular) e Daniele Beche (suplente) - Ministério do Desenvolvimento, Industria e Comercio Exterior (MDIC);

VI - Thiago de Mello Moraes (titular) e Carolina Rezende Melo da Silva (suplente) - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTI);

VII - Claudio Figueiredo Coelho Leal (titular) e João Paulo Pieroni (suplente) - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES);

VIII - Patrícia Ferrari Andreotti (titular) e Leandro Pereira Rodrigues (suplente) - Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA);

IX - Igor Ferreira Bueno (titular) e Victor Hugo Gomes Odorcyk (suplente) - FINEP - Inovação e Pesquisa.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCO ANTONIO DE ARAUJO FIREMAN

SECRETARIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE

PORTARIA Nº 485, DE 16 DE SETEMBRO DE 2016

Altera o Anexo da Portaria nº 27/SGTES/MS, de 23 de outubro de 2013, que divulga a lista dos nomes e respectivos registros únicos de médicos intercambistas participantes do Projeto Mais Médicos para o Brasil.

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE, no uso da atribuição que lhe confere o art. 55 do Anexo I do Decreto nº 8.065, de 7 de agosto de 2013, e das atribuições pertinentes ao Projeto Mais Médicos para o Brasil, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, do art. 1º, § 1º, do Decreto nº 8.126, de 22 de outubro de 2013, e dos arts. 6º e 7º da Portaria nº 2.477/GM/MS, de 22 de outubro de 2013, resolve:

Art. 1º O Anexo da Portaria nº 27/SGTES/MS, de 23 de outubro de 2013, passa a vigorar com as alterações constantes do Anexo desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA

ANEXO

PROCESSO	NOME	RMS	UF	MUNICÍPIO
25000.189077/2013-73	OLIBER PINEIRO VILTRES	2200004	PI	SÃO FRANCISCO DE ASSIS DO PIAUÍ
2500.189302/2013-71	OSVALDO AGUILERA AGUILERA	2200012	PI	SÃO FRANCISCO DE ASSIS DO PIAUÍ

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 486, DE 16 DE SETEMBRO DE 2016

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe confere o art. 55, do Anexo I do Decreto nº 8.065, de 7 de agosto de 2013, e das atribuições pertinentes ao Projeto Mais Médicos para o Brasil, nos termos do art. 21, § 3º, da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, do art. 5º do Decreto nº 8.126, de 22 de outubro de 2013, e do art. 11, § 1º, da Portaria nº 2.477/GM/MS, de 22 de outubro de 2013, resolve:

Art. 1º Fica cancelado o registro único para o exercício da medicina do (a) médico (a) intercambista desligado (a) do Projeto Mais Médicos para o Brasil, conforme Anexo desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA

ANEXO

NOME	RNE	RMS	PROCESSO/SIPAR
ANA MARGARITA SANCHEZ FIGUEREDO	V943341V	1300024	25000.186430/2013-63
DIAMELA PENA MARTINEZ	G007351U	4300722	25000.070447/2014-81
ODEILYS VASQUEZ NUNES	V971956N	4300352	25000.222909/2013-71
EDALMIS MONTEJO ALVAREZ	G0072046	4300928	25000.068894/2014-70

PORTARIA Nº 487, DE 16 DE SETEMBRO DE 2016

Divulga a relação preliminar dos médicos brasileiros e estrangeiros formados em instituições estrangeiras com habilitação para exercício da Medicina no exterior, com inscrição validada para os Programas de Provisão de Médicos do Ministério da Saúde, e aptos à escolha de municípios, em caso de vagas remanescentes, nos termos do Edital SGTES/MS nº 14, de 21 de julho de 2016.

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe confere o art. 55, do Anexo I do Decreto nº 8.065, de 7 de agosto de 2013, e considerando os termos da Portaria Interministerial nº 1.369/MS/MEC, de 8 de julho de 2013, no âmbito do Projeto Mais Médicos para o Brasil, resolve:

Art. 1º Divulgar, através do site http://maismedicos.saude.gov.br, a relação preliminar dos médicos brasileiros e estrangeiros formados em instituições estrangeiras com habilitação para exercício da Medicina no exterior, com inscrição validada para os Programas de Provisão de Médicos do Ministério da Saúde, e aptos à escolha de municípios, em caso de vagas remanescentes da 2ª chamada da 1ª fase, nos termos dos subitens 4.1.5.2, 4.1.5.2.1, 7.4, 7.5, 7.6 e 7.7 do Edital SGTES/MS nº 14, de 21 de julho de 2016.

Art. 2º Os profissionais de que trata o art. 1º deverão proceder à indicação dos municípios na forma indicada no Edital SGTES/MS nº 14, de 21 de julho de 2016, no prazo indicado no cronograma disponível no site http://maismedicos.saude.gov.br.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA

MUSEU DA IMPRENSA

Uma viagem no tempo, registrando a informação oficial



SIG, Quadra 6, Lote 800, Brasília - DF, CEP 70610-460, fone: (0 XX 61)3441 9618

Ministério das Cidades

SECRETARIA EXECUTIVA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO

PORTARIA Nº 185, DE 15 DE SETEMBRO DE 2016

Aplica Sanção Administrativa à pessoa jurídica ATIVE AVALIAÇÕES TÉCNICAS LTDA - EPP, inscrita no CNPJ nº 03.261.121/0001-85, estabelecida no Município de Marília/SP.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 16, VI, do Anexo IX da Portaria nº 227, de 4 de julho de 2003, do Ministério das Cidades, com a redação dada pela Portaria nº 400, de 2 de setembro de 2005 e considerando o disposto na Resolução nº 232, de 30 de março de 2007, do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, que estabelece normas e procedimentos para o licenciamento de Instituições Técnicas Licenciadas - ITL e Entidades Técnicas Públicas ou Paraestatal - ETP para emissão do Certificado de Segurança Veicular - CSV, resolve:

Art. 1º Aplicar, nos termos do art. 21, I e II da Resolução nº 232, de 30 de março de 2007, do CONTRAN, sanção administrativa de advertência e de suspensão de 30 (trinta) dias à pessoa jurídica ATIVE AVALIAÇÕES TÉCNICAS LTDA - EPP, inscrita no CNPJ nº 03.261.121/0001-85, licenciada por meio da Portaria DENATRAN nº 185, de 15 de outubro de 2015, que outorga licença para atuar como ITL - Instituição Técnica Licenciada, pelo período de 04 (quatro) anos, estabelecida na Avenida Jóquei Clube, 850, Jóquei Clube, Marília-SP, CEP 17.521-450, em razão das irregularidades previstas nos itens 01, 05, 10, 18 e 19 do Anexo da Resolução CONTRAN 232/07, constatadas em fiscalização realizada no dia 13/08/2015, constantes do Processo n° 80000.023122/2015-06.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ELMER COELHO VICENZI

PORTARIA Nº 186, DE 15 DE SETEMBRO DE 2016

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 19, da Lei nº. 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro - CTB,

Considerando o que dispõe o artigo 3º, inciso VII, alínea "d", da Portaria nº 1279, de 23.12.2010, do DENATRAN.

Considerando o que consta do processo nº 80000.114864/2016-12, resolve:

Art. 1º Credenciar, por 02 (dois) anos, a partir da publicação desta Portaria, nos termos do Artigo 3º, inciso VII, alínea "e" da Portaria nº 1279, de 23 de dezembro de 2010, do DENATRAN, a pessoa jurídica ELISEU KOPP & CIA LTDA, com sede e domicílio na Praça Marechal Deodoro, 130 / Sala 902 - Centro - Porto Alegre - RS, inscrito no CNPJ/MF sob Nº. 93.315.190/0001-17 para atuar como empresa produtora/fornecedora de sistema informatizado de Talonário Eletrônico.

Art. 2º Homologar a certificação do sistema informatizado (software) "KOPP Talão Eletrônico" do talão eletrônico submetido à auditoria do Instituto OMNIS, credenciado pelo DENATRAN.

Art. 3º A alteração nos códigos da aplicação do sistema, qualquer que seja a extensão da modificação, cancelará automaticamente a certificação e, consequentemente, a sua homologação, sendo exigida nova homologação.

Art. 4º A credenciada ao fornecer/comercializar o sistema informatizado do talão eletrônico deverá oficiar ao DENATRAN informando o nome, CNPJ e endereço do órgão que utilizará o sistema.·.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

ELMER COELHO VICENZI

PORTARIA Nº 187, DE 15 DE SETEMBRO DE 2016

Aplica Sanção Administrativa à pessoa jurídica ITL ATIVE OURINHOS INSPEÇÕES VEICULARES LTDA.-ME, CNPJ nº 11.160.713/0001-39, estabelecida no Município de Ourinhos/SP.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 16, VI, do Anexo IX da Portaria nº 227, de 4 de julho de 2003, do Ministério das Cidades, com a redação dada pela Portaria nº 400, de 2 de setembro de 2005 e considerando o disposto na Resolução nº 232, de 30 de março de 2007, do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, que estabelece normas e procedimentos para o licenciamento de Instituições Técnicas Licenciadas - ITL e Entidades Técnicas Públicas ou Paraestatal - ETP para emissão do Certificado de Segurança Veicular - CSV, resolve:

Art. 1º Aplicar, nos termos do art. 21, I e II da Resolução nº 232, de 30 de março de 2007, do CONTRAN, sanção administrativa de advertência e de suspensão de 30 (trinta) dias à pessoa jurídica ATIVE OURINHOS INSPEÇÕES VEICULARES LTDA.-ME., CNPJ nº 11.160.713/0001-39, situada na Rua Vicinal Dois, s/n, Lote 39, Chácara São Silvestre, Água do Jacu, Ourinhos-SP, CEP 19.900-000, em razão das irregularidades previstas nos itens 05, 09, 10 e 19 do Anexo da Resolução CONTRAN 232/07, constatadas em fiscalização realizada no dia 14/08/2015, constantes do Processo n° 80000.023123/2015-42.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ELMER COELHO VICENZI

PORTARIA Nº 188, DE 15 DE SETEMBRO DE 2016

Aplica Sanção Administrativa à pessoa jurídica ITL PETRÓPOLIS INSPEÇÃO VEICULAR LTDA., CNPJ nº 11.887.590/0001-32, estabelecida no Município de Petrópolis/RJ.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 16, VI, do Anexo IX da Portaria nº 227, de 4 de julho de 2003, do Ministério das Cidades, com a redação dada pela Portaria nº 400, de 2 de setembro de 2005 e considerando o disposto na Resolução nº 232, de 30 de março de 2007, do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, que estabelece normas e procedimentos para o licenciamento de Instituições Técnicas Licenciadas - ITL e Entidades Técnicas Públicas ou Paraestatal - ETP para emissão do Certificado de Segurança Veicular - CSV, resolve:

Art. 1º Aplicar, nos termos do art. 21, II da Resolução nº 232, de 30 de março de 2007, do CONTRAN, sanção administrativa de suspensão de 30 (trinta) dias à pessoa jurídica PETRÓPOLIS INSPEÇÃO VEICULAR LTDA., CNPJ nº 11.887.590/0001-32, situada na Rua General Randon, nº 330, Ponte Fones, Petrópolis - RJ, CEP 25.650-026, em razão da irregularidade prevista no item 05 do Anexo da Resolução CONTRAN 232/07, constante do Processo n° 80000.005581/2015-08.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ELMER COELHO VICENZI

Ministério das Relações Exteriores

SECRETARIA-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES
SUBSECRETARIA-GERAL DAS COMUNIDADES BRASILEIRAS NO EXTERIOR
DEPARTAMENTO DE IMIGRAÇÃO E ASSUNTOS JURIDICOS
DIVISÃO DE ATOS INTERNACIONAIS

MEMORANDO DE ENTENDIMENTO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DE RUANDA PARA A PROMOÇÃO DA COOPERAÇÃO SUL-SUL RELATIVA AO FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA E DA SEGURANÇA ALIMENTAR.

O Governo da República Federativa do Brasil
e
O Governo da República de Ruanda
(doravante denominados "Partes"),

Considerando o Diálogo Brasil-África sobre Segurança Alimentar, Combate a Fome e Desenvolvimento Rural, realizado nos dias 10 a 12 de maio de 2010, em Brasília;

Considerando o compromisso do Governo brasileiro em fomentar a adoção, por governos africanos, de alternativas de políticas públicas brasileiras bem sucedidas que sejam capazes de estimular a inclusão social e o fortalecimento do combate à fome;

Reconhecendo o papel da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) na prestação de cooperação técnica e capacitação aos países em desenvolvimento, por meio da transferência e intercâmbio de conhecimentos, habilidades e competências disponíveis em instituições e organizações brasileiras;

Reconhecendo a Cooperação Sul-Sul como uma das modalidades de cooperação para o desenvolvimento com maior potencial no que tange a promoção do crescimento econômico, redução das desigualdades e melhoria dos padrões de vida nos países em desenvolvimento; e

Considerando o desejo comum de promover a cooperação para o desenvolvimento, com base no benefício mútuo e na reciprocidade;

Chegaram ao seguinte entendimento:

Artigo 1
Objetivo

As Partes, em conformidade com suas respectivas leis e regulamentos internos, estabelecerão um programa de parceira com vistas à prestação de cooperação técnica que contribua para a promoção da segurança alimentar e nutricional e para o fortalecimento da agricultura em Ruanda.

Artigo 2
Execução

1. As Partes envidarão seus melhores esforços para identificar e implementar projetos e atividades de cooperação técnica nas áreas mencionadas no Artigo 1 deste Memorando de Entendimento, em conformidade com suas respectivas leis e regulamentos internos.

2. Os projetos e atividades a serem implementados no âmbito do presente Memorando de Entendimento serão elaborados pelas instituições brasileiras detentoras do conhecimento a ser compartilhado, em conjunto com o Governo de Ruanda, a partir de suas demandas.

3. As atividades desenvolvidas no âmbito deste Memorando de Entendimento não implicarão transferência direta de recursos financeiros entre as Partes ou qualquer outro compromisso que seja gravoso a seus patrimônios.

4. O programa de parceria abrangerá as seguintes modalidades de cooperação, nas áreas mencionadas no Artigo 1 deste Memorando de Entendimento, conforme as respectivas legislações das Partes:

a. Assistência técnica para o fortalecimento das capacidades institucionais;

b. Cursos de formação no Brasil ou em Ruanda;

c. Missões técnicas;

d. Assistência para concepção, execução, acompanhamento e avaliação de projetos; e

e. Qualquer outra modalidade a ser acordada entre as Partes.

Artigo 3
Coordenação

As Partes consultar-se-ão regularmente, por via diplomática, e disponibilizarão, em conformidade com suas respectivas legislações e conforme possível, toda informação e assistência solicitadas apropriadamente.

Artigo 4
Disposições finais

1. O presente Memorando de Entendimento entrará em vigor na data de sua assinatura e terá vigência de três (3) anos, sendo automaticamente renovado por iguais períodos, salvo caso qualquer das Partes informe as demais, por escrito e por via diplomática, sua decisão de denunciar o presente Memorando de Entendimento. A denúncia surtirá efeito seis (6) meses após a data da notificação.

2. Este Memorando de Entendimento poderá ser emendado por mútuo consentimento das Partes, por escrito, por via diplomática.

3. Qualquer controvérsia relativa a interpretação ou implementação deste Memorando de Entendimento será resolvida por negociação direta entre as Partes, por via diplomática.

Feito em Roma, em 24 de junho de 2011, em dois exemplares originais, nos idiomas português e inglês, sendo ambos os textos igualmente autênticos. Em caso de divergência de interpretação, prevalecerá o texto em inglês.

Pela República Federativa do Brasil

ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA
Ministro das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil

Pela República de Ruanda

AGNES ABERA KALIBATA
Ministra da Agricultura da República de Ruanda

MEMORANDO DE ENTENDIMENTO PARA O ESTABELECIMENTO DE MECANISMO DE CONSULTAS BILATERAIS ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERAL DEMOCRÁTICA DO NEPAL

O Governo da República Federativa do Brasil
e
O Governo da República Federal Democrática do Nepal
(doravante denominados as "Partes"),

Refletindo o desejo de ambas as Partes de desenvolver e reforçar ainda mais as relações de amizade entre ambos os países;

Considerando que a consulta regular e o intercâmbio de idéias sobre as relações bilaterais e sobre assuntos internacionais de interesse mútuo seriam de benefício recíproco;

Reafirmando sua convicção de que o desenvolvimento continuado das relações de amizade e da cooperação entre ambos os países contribuirá para a paz e a segurança internacional, por meio da criação de confiança, entendimento e colaboração mútuos nas relações internacionais,

Chegaram ao seguinte entendimento:

Artigo 1

As Partes estabelecem consultas bilaterais regulares entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e Ministério dos Negócios Estrangeiros da República Federal Democrática do Nepal (doravante denominadas "Consultas"), com o objetivo de rever todos os aspectos de suas relações bilaterais e intercambiar pontos de vista sobre temas internacionais de interesse mútuo.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Artigo 2

As Consultas incluirão, *inter alia*, revisão das relações nos campos político, econômico, comercial, de investimentos, de turismo, financeiro, industrial, científico, de transporte, cultural, educacional e tecnológico.

Artigo 3

As Partes concordam que as Consultas deverão ser conduzidas com um espírito de flexibilidade, compreensão mútua e cooperação. As Consultas poderão ser realizadas anualmente ou com maior frequência, caso necessário. O nível de representação, local, datas, agenda e duração de cada reunião serão determinados de comum acordo por via diplomática.

Artigo 4

Os resultados das Consultas não deverão ser levados a público, a menos que as Partes decidam de outra maneira.

Artigo 5

As Partes poderão estabelecer grupos de trabalho ou organizar encontros de especialistas a fim de discutir campos específicos de interesse comum.

Artigo 6

Este Memorando de Entendimento poderá ser emendado mediante consentimento mútuo das Partes, por escrito, por via diplomática.

Artigo 7

O presente Memorando de Entendimento terá efeito na data de sua assinatura e permanecerá válido, a menos que uma das Partes manifeste, por via diplomática, sua decisão de denunciá-lo. A denúncia surtirá efeito seis meses após a data do recebimento da notificação.

Artigo 8

A denúncia do presente Memorando de Entendimento não afetará a execução e a duração de qualquer atividade decorrente deste Memorando de Entendimento, a menos que as Partes decidam de outra maneira.

Feito em Brasília, em 3 de agosto de 2011, em dois exemplares originais, nos idiomas português e inglês, sendo ambos os textos igualmente autênticos. No caso de divergência de interpretação, o texto em inglês prevalecerá.

Pelo Governo da República Federativa do Brasil

ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA
Ministro das Relações Exteriores

Pelo Governo da República Federal Democrática do Nepal
UPENDRA YADAV
Vice-Primeiro-Ministro e Ministro dos Negócios Estrangeiros

Ministério de Minas e Energia

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

DESPACHOS DO DIRETOR-GERAL
Em 6 de setembro de 2016

Nº 2.357 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da diretoria e o que consta nos Processos nºs. 48500.006730/2011-71, 48500.006733/2011-12, 48500.006732/2011-60, 48500.005665/2013-28, 48500.003788/2013-24, 48500.000165/2013-08, 48500.005376/2013-29 e 48500.005377/2013-73, decide i) revogar a Portaria MME nº 410, de 5 de julho de 2012 (DOU de 6/7/2012, Seção 1, p. 75, v. 149, n. 130, retificado no DOU de 10/7/2012), a Portaria MME nº 129, de 20 de dezembro de 2013 (DOU de 23.12.2013, seção 1, p. 167, v. 150, n. 248), a Portaria MME nº 326, de 29 de maio de 2012 (DOU de 30.05.2012, seção 1, p. 105, v. 149, n. 104), a Portaria MME nº 127, de 12 de dezembro de 2013 (DOU de 20/12/2013, Seção 1, p. 128, v. 150, n. 247), a Portaria MME nº 314, de 25 de maio de 2012 (DOU de 28.05.2012, seção 1, p. 98, v. 149, n. 102), a Portaria MME nº 10, de 9 de janeiro de 2014 (DOU de 14.01.2014, seção 1, p. 53, v. 151, n. 9), a Portaria MME nº 217, de 26 de maio de 2014 (DOU de 27.05.2014, seção 1, p. 55, v. 151, n. 99), a Portaria MME nº 216, 26 de maio de 2014 (DOU de 27.05.2014, seção 1, p. 55, v. 151, n. 99), a Portaria MME nº 183, de 4 de junho de 2013 (DOU de 05.06.2013, seção 1, p. 58, v. 150, n. 106), a Portaria MME nº 223, de 28 de maio de 2014 (DOU de 29.05.2014, seção 1, p. 53, v. 151, n. 101), e a Portaria MME nº 222, de 28 de maio de 2014 (DOU de 29.05.2014, seção 1, p. 53, v. 151, n. 101), que autorizaram a Ventos do Cabo Verde I Energia S.A., a Ventos do Cabo Verde II Energia S.A., a Ventos do Cabo Verde III Energia S.A., a Ventos de Granja Vargas I Energia S.A. e a Ventos de Granja Vargas II Energia S.A. a implantar e explorar, sob o regime de produção independente de energia elétrica, as Centrais Geradoras Eólicas denominadas EOL Cabo Verde 1 (Cadastrada sob o CEG EOL.CV.RS.030908-7.01), EOL Cabo Verde 2 (Cadastrada sob o CEG EOL.CV.RS.030883-8.01), EOL Cabo Verde 3 (Cadastrada sob o CEG EOL.CV.RS.030877-3.01), EOL Cabo Verde 4 (Cadastrada sob o CEG EOL.CV.RS.031516-8.01), EOL Cabo Verde 5 (Cadastrada sob o CEG EOL.CV.RS.031515-0.01), EOL Granja Vargas 1 (Cadastrada sob o CEG EOL.CV.RS.031129-4.01), EOL Granja Vargas 2 (Cadastrada sob o CEG EOL.CV.RS.031522-2.01) e EOL Granja Vargas 3 (Cadastrada sob o CEG EOL.CV.RS.031521-4.01), respectivamente, todas localizadas no município de Palmares do Sul, estado do Rio Grande do Sul, e, consequentemente, declarar que os respectivos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEARs e os Contratos de Energia de Reserva - CERs estão rescindidos, e ii) determinar a abertura de processo administrativo específico, a ser instruído pela Superintendência de Concessões e Autorizações de Geração - SCG, com o apoio da Superintendência de Concessões, Permissões e Autorizações de Transmissão e Distribuição - SCT, para avaliar as alegadas causas excludentes da responsabilidade das Geradoras mencionadas no item "i" quanto as penalidades, regulatórias ou contratuais, decorrentes da revogação das respectivas Portarias Autorizativas, bem como da consequente rescisão dos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEARs das Centrais Geradoras Eólicas denominadas EOL Cabo Verde 1, EOL Cabo Verde 2, EOL Cabo Verde 3 e EOL Granja Vargas 1, e dos Contratos de Energia de Reserva - CERs das Centrais Geradoras Eólicas denominadas EOL Cabo Verde 4, EOL Cabo Verde 5, EOL Granja Vargas 2 e EOL Granja Vargas 3.

Em 13 de setembro de 2016

N° 2.418 -O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.005452/2015-68, decide conhecer do Recurso Administrativo interposto pela Nova Eólica Vento do Oeste S.A. em face do Auto de Infração nº 0012/2014-ARCE-SFG, lavrado pela Agência Reguladora dos Serviços Públicos do Estado do Ceará - ARCE, para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo a multa de R$ 41.131,48 (quarenta e um mil e cento e trinta e um reais e quarenta e oito centavos), a ser recolhida conforme a legislação vigente.

Nº 2.419 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta no Processo nº 48500.002425/2015-33, decide indeferir o pedido interposto pela Celesc-D com vistas ao afastamento da aplicação do Despacho nº 1.466, de 2 de junho de 2016

Nº 2.441 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta no Processo nº 48500.003521/2014-18, decide conhecer do recurso interposto pela Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica - CGTEE em face do Auto de Infração nº 0016/2015-SFG, de 24 de abril de 2015, para, no mérito, dar-lhe provimento parcial para reduzir a multa total de R$ 2.458.451,79 (dois milhões, quatrocentos e cinquenta e oito mil, quatrocentos e cinquenta e um reais e setenta e nove centavos) para R$ 1.360.928,67 (um milhão, trezentos e sessenta mil, novecentos e vinte e oito reais e sessenta e sete centavos), a serem recolhidos na forma da Lei.

ROMEU DONIZETE RUFINO

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 13 de setembro de 2016

Nº 2.429. Processo nº 48500.005471/2015-94. Interessado: Ética Construtora Ltda. Decisão: indeferir o registro de intenção à outorga de autorização (DRI-PCH) para a realização do projeto básico da PCH Renato, localizada no ribeirão da Jaguara, no estado de Minas Gerais, uma vez já ter sido emitido outro DRI em nome de Antônio Carlos Durso Carneiro, conferido pelo Despacho nº 552, de 2 de março de 2016, com fundamento no art. 6º da REN 673/2015. A íntegra deste Despacho consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

Em 14 de setembro de 2016

Nº 2.454 Processo nº 48500.001128/2012-28. Interessado: Rio Negro - Centrais Elétricas Ltda. Decisão: registrar a adequabilidade aos estudos de inventário e ao uso do potencial hidráulico do Sumário Executivo (DRS-PCH) da PCH Bocaina, com 11.000 kW de Potência Instalada, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) PCH.PH.MS.036952-7.01, localizada no rio Negrinho, integrante da sub-bacia 66, na bacia hidrográfica do Rio Paraná, nos municípios de Rio Negro e Rio Verde de Mato Grosso, no estado do Mato Grosso do Sul. A íntegra deste Despacho consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

Em 15 de setembro de 2016

Nº 2.456. Processo nº 48500.004373/2016-11. Interessado: Russas II Energia Solar SPE Ltda. Decisão: Registrar o Recebimento do Requerimento de Outorga (DRO) da UFV RES Russas I, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) UFV.RS.CE.036943-8.01, com 30.000 kW de Potência Instalada, localizada no município de Russas, no estado do Ceará.

Nº 2.457. Processo nº 48500.004373/2016-11. Interessado: Russas II Energia Solar SPE Ltda. Decisão: Registrar o Recebimento do Requerimento de Outorga (DRO) da UFV RES Russas II, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) UFV.RS.CE.036944-6.01, com 30.000 kW de Potência Instalada, localizada no município de Russas, no estado do Ceará.

Nº 2.458. Processo nº 48500.004373/2016-11. Interessado: Russas II Energia Solar SPE Ltda. Decisão: Registrar o Recebimento do Requerimento de Outorga (DRO) da UFV RES Russas III, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) UFV.RS.CE.036951-9.01, com 30.000 kW de Potência Instalada, localizada no município de Russas, no estado do Ceará.

Nº 2.459. Processo nº 48500.004373/2016-11. Interessado: Russas II Energia Solar SPE Ltda. Decisão: Registrar o Recebimento do Requerimento de Outorga (DRO) da UFV RES Russas IV, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) UFV.RS.CE.036945-4.01, com 30.000 kW de Potência Instalada, localizada no município de Russas, no estado do Ceará.

Nº 2.460. Processo nº 48500.004373/2016-11. Interessado: Russas II Energia Solar SPE Ltda. Decisão: Registrar o Recebimento do Requerimento de Outorga (DRO) da UFV RES Russas V, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) UFV.RS.CE.036946-2.01, com 30.000 kW de Potência Instalada, localizada no município de Russas, no estado do Ceará.

Nº 2.461. Processo nº 48500.004373/2016-11. Interessado: Russas II Energia Solar SPE Ltda. Decisão: Registrar o Recebimento do Requerimento de Outorga (DRO) da UFV RES Russas VI, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) UFV.RS.CE.036947-0.01, com 30.000 kW de Potência Instalada, localizada no município de Russas, no estado do Ceará.

Nº 2.462. Processo nº 48500.004373/2016-11. Interessado: Russas II Energia Solar SPE Ltda. Decisão: Registrar o Recebimento do Requerimento de Outorga (DRO) da UFV RES Russas VII, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) UFV.RS.CE.036948-9.01, com 30.000 kW de Potência Instalada, localizada no município de Russas, no estado do Ceará.

Nº 2.463. Processo nº 48500.004373/2016-11. Interessado: Russas II Energia Solar SPE Ltda. Decisão: Registrar o Recebimento do Requerimento de Outorga (DRO) da UFV RES Russas VIII, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) UFV.RS.CE.036949-7.01, com 30.000 kW de Potência Instalada, localizada no município de Russas, no estado do Ceará.

Nº 2.464. Processo nº 48500.004373/2016-11. Interessado: Russas II Energia Solar SPE Ltda. Decisão: Registrar o Recebimento do Requerimento de Outorga (DRO) da UFV RES Russas IX, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) UFV.RS.CE.036950-0.01, com 24.000 kW de Potência Instalada, localizada no município de Russas, no estado do Ceará.

A íntegra destes Despachos consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca

Nº 2.465. Processo nº 48500.003963/2014-64. Interessado: Tecneira Solar S.A. Decisão: registrar a alteração da potência instalada da UFV Lagoa do Frade II, constante do Despacho nº 3.142, de 14 de agosto de 2014, passando de 29.640 kW para 29.876 kW. A íntegra deste Despacho consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

Nº 2.470 Processo nº 48500.002544/2016-77. Interessado: Tecneira Solar S.A. Decisão: Registrar o Recebimento do Requerimento de Outorga (DRO) da UFV Lagoa do Frade III, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) n° UFV.RS.CE.036953-5.01, com 29.876 kW de Potência Instalada, localizada no município de Russas, no estado do Ceará. A íntegra deste Despacho consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

Nº 2.471 Processo nº 48500.002363/2016-41. Interessado: Tecneira Solar S.A. Decisão: Registrar o Recebimento do Requerimento de Outorga (DRO) da UFV Lagoa do Frade IV, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) n° UFV.RS.CE.036954-3.01, com 29.876 kW de Potência Instalada, localizada no município de Russas, no estado do Ceará. A íntegra deste Despacho consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

Nº 2.474 Processos nº 00000.702382/1978-71. Interessada: Adami S.A. Madeiras Decisão: (i) Revogar a ampliação de Potência Instalada da UHE Salto Santo Antônio, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) PCH.PH.SC.002673-5.01, objeto do DSP nº 2.264/2009, e (ii) revogar o Despacho nº 2.046/2005. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

Nº 2.475. Processo nº 48500.001865/2015-73. Interessado: De Millus SA Indústria e Comércio. Decisão: Enquadrar como cogeração qualificada a UTE Cogeração De Millus Av. Brasil, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) UTE.GN.RJ.031675-0. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

HÉLVIO NEVES GUERRA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 16 de setembro de 2016

Decisão: Liberar as unidades geradoras constantes nos despachos abaixo para início de operação em teste a partir do dia 17 de setembro de 2016.

Nº 2.483. Processo nº 48500.004383/2014-94. Interessado: Testa Branca I Energia S.A. Usina: EOL Testa Branca I. Unidades Geradoras: UG8 e UG9, de 2.200 kW cada. Localização: Município de Ilha Grande, Estado do Piauí.

Nº 2.484. Processo nº 48500.000824/2002-00. Interessados: Cerbranorte Geração S.A. e Urbano Agroindustrial Ltda. Usina: PCH Capivari. Unidade Geradora: UG3, de 6.030 kW. Localização: Municípios de São Bonifácio e São Martinho, Estado de Santa Catarina.

Nº 2.485. Processo nº 48500.004373/2014-59. Interessado: Geração Biomassa Santa Cândida II S.A. Usina: UTE Santa Cândida II. Unidades Geradoras: geradoras UG1, de 30.000 kW e UG2, de 25.000 kW. Localização: Município de Bocaina, Estado de São Paulo.
As íntegras destes Despachos constam dos autos e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

Em 16 de setembro de 2016
Nº 2.488. Processo nº 48500.001873/2014-39. Interessado: Enel Green Power Salto Apiacás S.A. Decisão: Liberar as unidades geradoras para início de operação comercial a partir de 17 de setembro de 2016. Usina: UHE Salto Apiacás. Unidades Geradoras: UG1 a UG3, de 15.000 kW cada. Localização: Município de Alta Floresta, Estado de Mato Grosso. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ALESSANDRO D'AFONSECA CANTARINO

RETIFICAÇÃO

No resumo dos Despachos nº 2.479 e 2.480, de 15 de setembro de 2016, constante nos Processos nº 48500.000578/2015-46 e 48500.005493/2008-25, publicado no DOU nº 179, de 16 de setembro de 2016, Seção 1, página 29, onde se lê: "para início de operação em teste", leia-se: "para início de operação comercial".

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO TARIFÁRIA

RETIFICAÇÃO

No Despacho nº 2.012, de 27 de julho de 2016, publicado no D.O. nº 144, de 28 de julho de 2016, Seção 1, página 65, v. 153, constante do Processo nº 48500.005567/2015-52, retificar os Anexos I, III e VI, que foram disponibilizados no endereço eletrônico http://www.aneel.gov.br/biblioteca/.

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 16 de setembro de 2016

Nº 2.447 - O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições delegadas por meio da Portaria nº 4.163, de 30 de agosto de 2016, e de acordo com o que consta no Processo nº 48500.004592/2015-19, decide aprovar o Custo Variável Unitário - CVU no valor de R$ 841,17/MWh (oitocentos e quarenta e um reais e dezessete centavos por megawatt-hora), para aplicação no processo de contabilização do mês de agosto de 2016 na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, com vistas ao ressarcimento dos custos variáveis à Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte pela disponibilização da geração da UTE Araguaia.

CHRISTIANO VIEIRA DA SILVA

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL

DESPACHOS DO DIRETOR-GERAL
RELAÇÃO Nº 106/2016MS

Fase de Requerimento de Pesquisa
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 1 ano, vigência a partir dessa publicação:(321)
10144/2016-868.138/2016-MINERAÇÃO SANTA MARIA LTDA-
10145/2016-868.139/2016-MINERAÇÃO SANTA MARIA LTDA-
10146/2016-868.144/2016-ISAURA MATIAS RODRIGUES DA COSTA-
10147/2016-868.158/2016-MINERAÇÃO SANTA MARIA LTDA-
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)
10148/2016-868.140/2016-EMPRESA DE MINERAÇÃO TOCA DA RAPOSA LTDA ME-
10149/2016-868.141/2016-EMPRESA DE MINERAÇÃO TOCA DA RAPOSA LTDA ME-
10150/2016-868.244/2016-LUIS GUSTAVO AZARIAS PEREIRA-
10151/2016-868.254/2016-FABIANA SCHNEIDER CACERE-

RELAÇÃO Nº 108/2016PA

Fase de Requerimento de Pesquisa
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)
10084/2016-850.428/2016-MBA GEO EXPLORAÇÃO MINERAL LTDA.-
10085/2016-850.431/2016-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A-
10086/2016-850.432/2016-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A-
10087/2016-850.433/2016-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A-
10088/2016-850.456/2016-JOSÉ DIONÍSIO DO NASCIMENTO-
10089/2016-850.482/2016-CORCOVADO GRANITOS LTDA-
10090/2016-850.501/2016-MINERADORA VALE DO PARANA LTDA ME-
10091/2016-850.515/2016-CUNHA TERRAPLENAGEM E SERVIÇOS LTDA ME-
10092/2016-850.523/2016-MARCOS BENICIO DIAS BARROS SOBRINHO 02943008133-
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)
10093/2016-850.118/2004-AIRTON GARCIA FERREIRA-
10094/2016-850.496/2005-SERABI MINERAÇÃO S.A.-
10095/2016-850.825/2005-XSTRATA BRASIL EXPLORAÇÃO MINERAL LTDA.-
10096/2016-850.163/2008-RECURSOS MINERAIS DO BRASIL S.A-
10097/2016-806.322/2012-CNM COMPANHIA NACIONAL DE MINERAÇÃO-
10098/2016-806.362/2012-KINROSS BRASIL MINERAÇÃO S A-
10099/2016-850.528/2012-TROPICAL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA-
10100/2016-851.942/2013-GREIPHIL MINAS LTDA-
10101/2016-850.140/2014-VALE S A-
10102/2016-851.099/2014-CASTRO & CASTRO COMÉRCIO LTDA ME-
10103/2016-850.070/2015-B&A FOSFATO MINERAÇÃO LTDA-
10104/2016-850.048/2016-ARI CARNEIRO MORAES-
10105/2016-850.445/2016-DC MINERACÃO E COMERCIO LTDA-
10106/2016-850.446/2016-DC MINERACÃO E COMERCIO LTDA-
10107/2016-850.447/2016-DC MINERACÃO E COMERCIO LTDA-
10108/2016-850.448/2016-DC MINERACÃO E COMERCIO LTDA-
10109/2016-850.449/2016-DC MINERACÃO E COMERCIO LTDA-
10110/2016-850.450/2016-DC MINERACÃO E COMERCIO LTDA-
10111/2016-850.451/2016-DC MINERACÃO E COMERCIO LTDA-
10112/2016-850.452/2016-DC MINERACÃO E COMERCIO LTDA-
10113/2016-850.453/2016-DC MINERACÃO E COMERCIO LTDA-
10114/2016-850.454/2016-DC MINERACÃO E COMERCIO LTDA-
10115/2016-850.475/2016-M. DE A.DELGADO LTDA EPP-
10116/2016-850.481/2016-XSTRATA BRASIL EXPLORAÇÃO MINERAL LTDA.-
10117/2016-850.483/2016-VOTORANTIM METAIS S.A-
10118/2016-850.485/2016-CODELCO DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA-
10119/2016-850.486/2016-XSTRATA BRASIL EXPLORAÇÃO MINERAL LTDA.-
10120/2016-850.488/2016-VALE S A-
10121/2016-850.489/2016-BELO SUN MINERAÇÃO LTDA-
10122/2016-850.491/2016-VALE S A-
10123/2016-850.492/2016-COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO-
10124/2016-850.493/2016-CODELCO DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA-
10125/2016-850.494/2016-CODELCO DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA-
10126/2016-850.497/2016-CODELCO DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA-
10127/2016-850.499/2016-BELO SUN MINERAÇÃO LTDA-
10128/2016-850.543/2016-ELVIO LUIZ SCHELLE-
10129/2016-850.545/2016-LARA DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA.-
10130/2016-850.546/2016-LARA DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA.-
10131/2016-850.547/2016-LARA DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA.-

RELAÇÃO Nº 191/2016SC

Fase de Requerimento de Pesquisa
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 1 ano, vigência a partir dessa publicação:(321)
10132/2016-815.250/2016-AUPTAG MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA-
10133/2016-815.256/2016-AUPTAG MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA-
10134/2016-815.611/2016-JADSON DE SOUZA ME-
10135/2016-815.612/2016-CERÂMICA BELEM-
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)
10136/2016-815.370/2012-ALMIR JOSÉ SOARES-
10137/2016-815.906/2013-MS MINÉRIOS DO BRASIL LTDA-
10138/2016-815.505/2016-VEGETAL BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS NUTRICÊUTICOS E NUTRACÊUTICOS LT-
10139/2016-815.589/2016-MINÉRIOS BRASIL ARGILAS INDUSTRIAIS LTDA ME-
10140/2016-815.590/2016-VALMIR PATZLAFF-
10141/2016-815.592/2016-CARBONÍFERA BELLUNO LTDA.-
10142/2016-815.597/2016-AGOSTINHO CIPRIANI-
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)
10143/2016-815.551/2014-EXTRAÇÃO E TERRAPLENAGEM DAZHAREIA LTDA-

RELAÇÃO Nº 517/2016MG

Fase de Requerimento de Pesquisa
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)
9964/2016-831.711/2013-COMERCIAL EXPORTADORA RINOLDI LTDA-
9965/2016-832.476/2014-SUMMIT MINERAÇÃO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA-
9966/2016-832.477/2014-SUMMIT MINERAÇÃO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA-
9967/2016-830.456/2015-JOSÉ HENRIQUES MAIA ME-
9968/2016-830.837/2015-CARLOS RAIMUNDO MARQUES TOLEDO-
9969/2016-831.199/2015-HUGO MATTOS-
9970/2016-832.012/2015-DUNA MINERAÇÃO LTDA-
9971/2016-832.222/2015-IVIS GARCIA DE CAMPOS-
9972/2016-832.245/2015-ARNALDO SOARES SILVÉRIO ME-
9973/2016-832.254/2015-COMERCIO E INDUSTRIA MURAD E ALVARENGA LTDA ME-
9974/2016-832.290/2015-TOLEDO & FILHOS INDÚSTRIA E COMERCIO DE PEDRAS LTDA-
9975/2016-832.291/2015-SV.X PREMOLDADOS E CONSTRUÇÕES LTDA-
9976/2016-832.296/2015-DALLAS MINERAÇÃO EIRELI EPP-
9977/2016-832.297/2015-DALLAS MINERAÇÃO EIRELI EPP-
9978/2016-832.298/2015-TOLEDO MINERAÇÃO LTDA-
9979/2016-832.302/2015-DJ GRANITOS EIRELI ME-
9980/2016-832.303/2015-GRANZUL GRANITOS LTDA - ME-
9981/2016-832.361/2015-MINERAÇAO FORTE MINAS EXTRAÇAO DE GRANITOS LTDA-
9982/2016-832.368/2015-JOÃO ROBERTO DE MELLO RODRIGUES-
9983/2016-832.376/2015-DIOLINO NASCIMENTO NETO ME-
9984/2016-832.377/2015-RICARDO BATISTA VIEIRA-
9985/2016-832.379/2015-MINERAÇÃO ESTRELA DO NORTE LTDA.-
9986/2016-832.381/2015-MINERAÇÃO ESTRELA DO NORTE LTDA.-
9987/2016-832.385/2015-MINERAÇÃO ESTRELA DO NORTE LTDA.-
9988/2016-832.393/2015-TRANSCOL TRANSPORTE E COMÉRCIO IRMÃOS OLIVEIRA LTDA EPP-
9989/2016-832.399/2015-THIAGO ISRAEL CHAGAS-
9990/2016-832.410/2015-EXTRAÇAO E TRANSPORTE DE AREIA VALE DO TIJUCO NOSSA SENHORA APARECIDA LTDA-
9991/2016-832.413/2015-LUIZ EDUARDO MACHADO DE CASTRO-
9992/2016-832.529/2015-MIGUEL DOMINGOS COSTALONGA-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

9993/2016-832.530/2015-MIGUEL DOMINGOS COSTA-LONGA-
9994/2016-832.681/2015-MINERAÇÃO ESTRELA DO NORTE LTDA.-
9995/2016-832.682/2015-MINERAÇÃO ESTRELA DO NORTE LTDA.-
9996/2016-832.685/2015-ECO STONE MINERAÇÃO LTDA.-
9997/2016-832.706/2015-MARCIO DIAS BERGAMI-
9998/2016-832.707/2015-FLÁVIO DEL VALE SILVA ME-
9999/2016-832.713/2015-TREVISO MINERAÇÃO LTDA.-
10000/2016-832.766/2015-MINERAÇÃO ESTRELA DO NORTE LTDA.-
10001/2016-832.768/2015-MINERAÇÃO ESTRELA DO NORTE LTDA.-
10002/2016-832.852/2015-GLOBAL LOCACOES E SERVICOS LTDA ME-
10003/2016-832.878/2015-BEATRIZ SANTOS FERREIRA-
10004/2016-832.879/2015-BEATRIZ SANTOS FERREIRA-
10005/2016-831.141/2016-M.V.V. MINERAÇÃO COEMERCIO LTDA-

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)

10006/2016-830.617/2014-MARIA ELISA ROQUE NOGUEIRA TORRES SILVA-
10007/2016-832.319/2014-LEOSMEIRE GOMES DA SILVA-
10008/2016-832.320/2014-MARTINHO PINTO BARBOSA-
10009/2016-832.281/2015-CASAS & PROJETOS PRADO LTDA ME-
10010/2016-832.405/2015-JOSIAS DA MOTTA JUNIOR-
10011/2016-832.407/2015-IVANIR ANTÔNIO ROCHA-
10012/2016-832.409/2015-CALCINAÇÃO VILA RICA LTDA ME-
10013/2016-832.461/2015-BENEDITO ANTÔNIO VILLAS BOAS-
10014/2016-832.621/2015-STAR DIAMANTES LTDA-
10015/2016-832.676/2015-VOTORANTIM CIMENTOS S A-
10016/2016-832.702/2015-IMEX PEDRAS DO BRASIL LTDA EPP-
10017/2016-832.737/2015-EXTRAMINER COMÉRCIO E INDUSTRIA DE MINERIOS E SERVIÇOS LTDA-
10018/2016-832.738/2015-EXTRAMINER COMÉRCIO E INDUSTRIA DE MINERIOS E SERVIÇOS LTDA-
10019/2016-832.739/2015-EXTRAMINER COMÉRCIO E INDUSTRIA DE MINERIOS E SERVIÇOS LTDA-
10020/2016-833.146/2015-3D GRANITOS LTDA ME-
10021/2016-830.098/2016-MINERAÇÃO SERRA DO PASMAR EIRELI ME-
10022/2016-830.154/2016-CELIO BENICIO SIQUEIRA FILHO-
10023/2016-830.929/2016-JOSÉ MAGALHÃES-

RELAÇÃO Nº 523/2016MG

Fase de Requerimento de Pesquisa

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)

10024/2016-830.349/2015-TOLEDO MINERAÇÃO LTDA-
10025/2016-830.350/2015-MINERAÇÕES DO BRASIL LTDA.-
10026/2016-830.369/2015-CARLOS LAURO OLIVEIRA URSINE-
10027/2016-830.444/2015-COMERCIAL EXPORTADORA RINOLDI LTDA-
10028/2016-830.471/2015-FRANCISLEY BATISTA DE ANDRADE-
10029/2016-830.534/2015-RODRIGO CAVALCANTE SIMÕES-
10030/2016-830.538/2015-GRAN VALE LTDA ME-
10031/2016-830.714/2015-INDÚSTRIA DE CAL SN LTDA.-
10032/2016-830.997/2015-MINERAÇÃO ESTRELA DO NORTE LTDA.-
10033/2016-831.052/2015-MINERAÇÃO ITATINGA LTDA-
10034/2016-831.499/2015-FRANCISLEY BATISTA DE ANDRADE-
10035/2016-831.707/2015-MARCIO DIAS BERGAMI-
10036/2016-831.749/2015-GRANSENA EXPORTAÇÃO E COMÉRCIO LTDA.-
10037/2016-831.750/2015-GRANSENA EXPORTAÇÃO E COMÉRCIO LTDA.-
10038/2016-831.758/2015-MM MINERADORA LTDA ME-
10039/2016-831.784/2015-BRASILGRAN STONES EIRELI-
10040/2016-831.787/2015-MINERAÇÃO ESTRELA DO NORTE LTDA.-
10041/2016-831.790/2015-EVERALDO CHAVES RÊGO-
10042/2016-831.809/2015-MINERAÇÃO MONTE ALTO LTDA. ME-
10043/2016-831.855/2015-BRASILGRAN STONES EIRELI-
10044/2016-831.857/2015-MINERAÇÃO MARIANELLI LTDA.-
10045/2016-831.928/2015-MINERAÇÃO ESTRELA DO NORTE LTDA.-
10046/2016-831.947/2015-BRASPEDRAS COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI ME-
10047/2016-831.997/2015-PEMAGRAN MINERAÇÃO LTDA.-
10048/2016-832.000/2015-PEMAGRAN MINERAÇÃO LTDA.-
10049/2016-832.078/2015-A7 ASSESSORIA EMPRESARIAL E TRIBUTARIA LTDA ME-
10050/2016-832.086/2015-ANDRÉ DE ALMEIDA FERREIRA-
10051/2016-832.116/2015-DJ GRANITOS EIRELI ME-
10052/2016-832.154/2015-MARCOS HENRIQUE SOUZA BRESSAN-
10053/2016-832.380/2015-MINERAÇÃO ESTRELA DO NORTE LTDA.-
10054/2016-832.402/2015-MINERAÇÃO ESTRELA DO NORTE LTDA.-
10055/2016-832.599/2015-MINERAÇÃO ESTRELA DO NORTE LTDA.-
10056/2016-832.635/2015-ADELIA SEVERINO GOMES-
10057/2016-832.671/2015-COMOPE LTDA ME-
10058/2016-832.720/2015-EMGA EMPRESA MINEIRA DE GRANITOS LTDA-
10059/2016-832.759/2015-STONE GOLD MINERAÇÃO LTDA-
10060/2016-832.760/2015-STONE GOLD MINERAÇÃO LTDA-
10061/2016-832.906/2015-TERRA MINAS TERRAPLANAGEM LTDA. EPP-

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)

10062/2016-830.832/2009-LUIZ CARLOS RODRIGUES-
10063/2016-833.124/2012-BRAZMINCO LTDA-
10064/2016-833.104/2014-DANIEL DONATO NUNES-
10065/2016-833.267/2014-BRASIL PEDRAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA-
10066/2016-830.230/2015-DEUSDETE DE SOUZA FERREIRA-
10067/2016-830.338/2015-BRS MADEIRAS E TRANSPORTES LTDA. ME-
10068/2016-830.448/2015-CERÂMICA BOAPABA LTDA-
10069/2016-830.563/2015-MINERADORA E EXPORTADORA SANTA INÊS LTDA ME-
10070/2016-830.868/2015-A&A COMERCIAL E PARTICIPAÇÕES LTDA-
10071/2016-830.956/2015-TRIUNFO MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA-
10072/2016-831.123/2015-SAMUEL XAVIER DA ROCHA-
10073/2016-831.291/2015-SEBASTIÃO CUNHA ALVES-
10074/2016-831.497/2015-VALE DO BRASIL COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS E MINERAIS LTDA-
10075/2016-831.544/2015-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-
10076/2016-831.742/2015-JOSÉ LARINO DE SOUZA-
10077/2016-831.778/2015-VICENTE BRAGA DA SILVA EIRELI ME-
10078/2016-831.808/2015-VENDOME MINE MINERAÇÃO IMPORTAÇÃO EXPORTAÇÃO E PESQUISA LTDA-
10079/2016-831.906/2015-GALVANI INDÚSTRIA COMÉRCIO E SERVIÇOS S.A.-
10080/2016-831.945/2015-SEBASTIÃO CUNHA ALVES-
10081/2016-831.992/2015-ECO STONE MINERAÇÃO LTDA.-
10082/2016-832.025/2015-FRANCISCO HUMBERTO PAULINO-
10083/2016-830.709/2016-RODRIGO BARBOSA MANTOVANI-

VICTOR HUGO FRONER BICCA

SUPERINTENDÊNCIA EM ALAGOAS

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 36/2016

Fase de Requerimento de Licenciamento

Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)

844.094/2015-FRANCISCO GUEDES DE MELO FILHO-Registro de Licença N°018/2016 de 15/09/2016-Vencimento em 22/10/2045
844.069/2016-SVC - CONSTRUÇÕES LTDA-Registro de Licença N°015/2016 de 15/09/2016-Vencimento em 20/04/2018
844.070/2016-SVC - CONSTRUÇÕES LTDA-Registro de Licença N°016/2016 de 15/09/2016-Vencimento em 20/04/2018
844.077/2016-SVC - CONSTRUÇÕES LTDA-Registro de Licença N°017/2016 de 15/09/2016-Vencimento em 20/04/2018

FERNANDO JOSE DA COSTA BISPO

SUPERINTENDÊNCIA NA BAHIA

DESPACHOS DA SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 179/2016

Fase de Requerimento de Pesquisa

Indefere de plano o requerimento de Autorização de Pesquisa(101)

870.133/2016-MINERAÇÃO MONTE ALEGRE LTDA ME
870.776/2016-MAZZA ENGENHARIA LTDA.
870.921/2016-MINERAÇÃO TREMEDAL LTDA
871.313/2016-MG MINERAÇÃO DE TOMBOS LTDA. ME

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)

870.493/2016-MAGNESITA MINERAÇÃO S.A.-OF. N°723/2016
870.777/2016-SOUZA UNIÃO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME-OF. N°721/2016
871.050/2016-JOSE LUIZ ALVES PEREIRA-OF. N°726/2016
871.053/2016-VPD EMPREENDIMENTOS LTDA ME-OF. N°731/2016
871.102/2016-HELMO BAGDÁ GAMA-OF. N°759/2016
871.220/2016-MINERAÇÃO CORCOVADO DE MINAS LTDA-OF. N°733/2016
871.221/2016-MINERAÇÃO CORCOVADO DE MINAS LTDA-OF. N°733/2016
871.222/2016-MINERAÇÃO CORCOVADO DE MINAS LTDA-OF. N°733/2016
871.223/2016-MINERAÇÃO CORCOVADO DE MINAS LTDA-OF. N°733/2016
871.224/2016-MINERAÇÃO CORCOVADO DE MINAS LTDA-OF. N°733/2016
871.225/2016-STUFFBROWN MINERAÇÃO LTDA ME-OF. N°757/2016
871.226/2016-STUFFBROWN MINERAÇÃO LTDA ME-OF. N°757/2016
871.227/2016-STUFFBROWN MINERAÇÃO LTDA ME-OF. N°757/2016
871.286/2016-NORTH FACE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS EIRELI ME-OF. N°756/2016
871.288/2016-NORTH FACE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS EIRELI ME-OF. N°756/2016
871.504/2016-PEROLA MARMORES E GRANITOS EIRELI-OF. N°728/2016
871.564/2016-J.F.MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME-OF. N°730/2016
871.565/2016-J.F.MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME-OF. N°732/2016
871.566/2016-J.F.MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME-OF. N°734/2016
871.577/2016-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL-OF. N°727/2016
871.581/2016-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL-OF. N°729/2016

Fase de Autorização de Pesquisa

Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)

871.238/2010-MINERAÇÃO FAZENDA BRASILEIRO SA -Alvará N°10748/2010
872.956/2010-MINERAÇÃO FAZENDA BRASILEIRO SA -Alvará N°2721/2011
870.981/2011-ROCHA BAHIA MINERAÇÃO LTDA -Alvará N°8882/2011
874.055/2011-CARISVALDO ALMEIDA BONFIM -Alvará N°8862/2015
874.616/2011-MATHEUS CARNEIRO DE MOURA CASTRO -Alvará N°9087/2015
874.707/2011-MATHEUS CARNEIRO DE MOURA CASTRO -Alvará N°9117/2015
874.708/2011-MATHEUS CARNEIRO DE MOURA CASTRO -Alvará N°9118/2015
874.709/2011-MATHEUS CARNEIRO DE MOURA CASTRO -Alvará N°9119/2015
874.728/2011-MINERAÇÃO RIO DEZOITO LTDA EPP -Alvará N°9124/2015
874.735/2011-MINERAÇÃO FAZENDA BRASILEIRO SA -Alvará N°9127/2015
871.545/2012-TIAGO SPEROTTO DOS SANTOS -Alvará N°8795/2015
871.129/2013-RIVALDO FRANCISCO DE SOUZA -Alvará N°14562/2015
871.131/2013-RIVALDO FRANCISCO DE SOUZA -Alvará N°14564/2015
871.132/2013-RIVALDO FRANCISCO DE SOUZA -Alvará N°14565/2015
871.133/2013-RIVALDO FRANCISCO DE SOUZA -Alvará N°14566/2015
871.134/2013-RIVALDO FRANCISCO DE SOUZA -Alvará N°14567/2015
871.135/2013-RIVALDO FRANCISCO DE SOUZA -Alvará N°14568/2015
871.136/2013-RIVALDO FRANCISCO DE SOUZA -Alvará N°14569/2015

Autoriza transformação do regime de Autorização de Pesquisa para Licenciamento(1823)

872.012/2015-SAIBRO MINERAÇÃO LTDA ME

Fase de Requerimento de Lavra

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)

871.433/1997-CORCOVADO GRANITOS LTDA-OF. N°704/2016

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

874.780/2011-LINDINALVA ALMEIDA DAMASCENO E CIA LTDA-OF. N°706/2016
Prorroga prazo para cumprimento de exigência(364)
870.452/2010-M.S.A. SERVIÇOS DE COLETA LTDA ME-OF. N°746/2016-60 dias
Determina cumprimento de exigência - Prazo 180 dias(1054)
874.661/2011-PIRES E GAMBERT LTDA-OF. N°705/2016
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
872.306/2015-CAIIOV AGRO INDUSTRIAL OUTEIRO DO VALE-Registro de Licença N°68/2016 de 02/09/2016-Vencimento em 20/08/2018
870.844/2016-SAIBRO MINERAÇÃO LTDA ME-Registro de Licença N°60/2016 de 02/09/2016-Vencimento em 22/03/2019
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
872.163/2015-CERÂMICA MONTE ALTO LTDA-OF. N°745/2016
Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 30 dias(1166)
871.470/2015-AURINO CARLOS GOMES MACHADO TRANSPORTES ME-OF. N°758/2016
Indefere requerimento de licença - área onerada(2095)
870.064/2016-CHINELIS SERVIÇOS E COMERCIO LTDA ME
870.379/2016-CERÂMICA SANTANA DE CAETITÉ LTDA
870.394/2016-CERÂMICA SANTANA DE CAETITÉ LTDA
Indefere requerimento de licença - área sem oneração(2096)
871.781/2016-VERA LUCIA DOS SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUÇAO ME
Fase de Licenciamento
Homologa renúncia do registro de Licença(784)
870.502/2014-B. N. MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME

CLAUDIA MARTINEZ MAIA

SUPERINTENDÊNCIA NO CEARÁ

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 121/2016

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
800.588/2011-GF CONSULTORIA GEOLOGIA E MINERAÇÃO LTDA-OF. N°1391/2016
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
800.172/2013-CARLOS JOSE CRAVEIRO MAIA
Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)
800.303/2010-TÂNIA MARIA DE LARA ANDRADE-AI N°464/2016
800.318/2010-FRANCISCO EDILBERTO BESERRA BARROSO ME-AI N°453/2016
800.329/2010-ICAL INDÚSTRIA DE CALCINAÇÃO LTDA.-AI N°463/2016
800.331/2010-LUZARDO ARRUDA ALVES-AI N°443/2016
800.397/2010-JOSE ISAIAS DE LIMA-AI N°460/2016
800.458/2010-CEARÁ MINERAÇÃO LTDA.-AI N°461/2016
800.459/2010-CEARÁ MINERAÇÃO LTDA.-AI N°462/2016
800.484/2010-LUZARDO ARRUDA ALVES-AI N°444/2016
800.846/2011-KATIA IZABEL QUEIROZ DE FREITAS-AI N°468/2016
800.562/2012-GEOCORR GESTORA DE ATIVOS MINERÁRIOS LTDA-AI N°486/2016
800.598/2012-JOSÉ NEWTON FREITAS FILHO-AI N°466/2016
800.996/2012-GUSTAVO BEZERRA DE MENEZES GOMES DE MATTOS ME-AI N°459/2016
800.635/2013-SM INDUSTRIA DE MINERIOS DO BRASIL LTDA-AI N°467/2016
800.775/2013-INDÚSTRIA DE BRITAGEM DO CARIRI S A-AI N°530/2016
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
800.965/2007-MICRON ITA INDÚSTRIA E COMERCIO DE MINERAIS LTDA-OF. N°1399/2016
800.034/2009-ANTONIO FERREIRA DE ALMEIDA-OF. N°1392/2016 e 1393/2016
800.167/2016-PEDREIRA MAXIXE LTDA. EPP-OF. N°1399/2016
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
800.205/2005-FAPRESE FABRICA DE PREMOLDADOS,SERRALHARIA E BRITAGEM LTDA-OF. N°1387/2016 e 1388/2016
Determina cumprimento de exigência- RAL RETIFICADOR/Prazo 30 dias(1739)
800.205/2005-FAPRESE FABRICA DE PREMOLDADOS,SERRALHARIA E BRITAGEM LTDA-OF. N°1389/2016
Fase de Requerimento de Licenciamento
Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 30 dias(1166)
800.755/2015-EDUARDO MULATO DE ARAÚJO-OF. N°1282/2016 e 1383/2016
Fase de Disponibilidade
Auto de Infração lavrado / Prazo para defesa ou pagamento 30 dias.(1842)
800.548/2012-ARMANDO CESAR BORBOREMA FERREIRA GOMES- AI N°465/2016
800.863/2013-RHUANNY AGROPECUARIA LTDA. ME-AI N°454/2016
800.004/2014-RHUANNY AGROPECUARIA LTDA. ME-AI N°456/2016
800.007/2014-RHUANNY AGROPECUARIA LTDA. ME-AI N°455/2016
800.155/2015-DANIEL LINHARES RIBEIRO- AI N°445/2016
800.163/2015-PATRICIA PEREIRA LIMA GOMES- AI N°448/2016
800.164/2015-PATRICIA PEREIRA LIMA GOMES- AI N°446/2016
800.166/2015-PATRICIA PEREIRA LIMA GOMES- AI N°447/2016
800.184/2015-PATRICIA PEREIRA LIMA GOMES- AI N°449/2016
Determina arquivamento Auto de infração.(1844)
800.862/2013-RHUANNY AGROPECUARIA LTDA. ME-AI N°453/2016

PEDRO VALBER MONTENEGRO PONTES

SUPERINTENDÊNCIA NO ESPÍRITO SANTO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 96/2016

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere de plano o requerimento de Autorização de Pesquisa(101)
896.129/2016-CATTEGRAN GRANITOS DO BRASIL LTDA ME
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
896.011/2016-DENISE REGINA DONIN CLAUDIOLINO
896.015/2016-FABIO ELEOTÉRIO DOS SANTOS
896.093/2016-LIBERTY ROCHAS ORNAMENTAIS LTDA. ME
896.102/2016-JL OBRAS E SERVIÇOS LTDA ME
896.135/2016-COMIL COTAXÉ MINERAÇÃO LTDA ME
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
896.197/2009-WALFLOR MINERACAO DE GRANITOS LTDA ME-OF. N°1.736/2016-DNPM/ES.
896.025/2016-EVERALDO JOSE DA SILVA 68495714604-OF. N°1.525/2016-DNPM/ES.
896.046/2016-JL OBRAS E SERVIÇOS LTDA ME-OF. N°1.545/2016-DNPM/ES.
896.057/2016-PEDREIRA SUL LTDA.-OF. N°1.769/2016-DNPM/ES.
Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 60 dias(133)
896.182/2014-PROMINING PARTICIPACOES LTDA-OF. N°2107/2014-DNPM/ES.
896.189/2014-ELCIO DE OLIVEIRA-OF. N°1.741//2014-DNPM/ES.
896.210/2014-AREIAS DO MANFRINE LTDA. - EPP.-OF. N°2.109/2014-DNPM/ES.
896.212/2014-AREIAS DO MANFRINE LTDA. - EPP.-OF. N°2.111/2014-DNPM/ES.
896.220/2014-RAPHAEL NASCIMENTO TURRA-OF. N°1.675/2014-DNPM/ES.
896.341/2014-MSB MINERAÇÃO E SERVIÇOS LTDA ME-OF. N°2.183/2014-DNPM/ES.
Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
890.564/1993-STONER MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°1.726/2016-DNPM/ES.
896.058/1995-SAM GRANITOS EXPORT LTDA-OF. N°1.798/2016-DNPM/ES.
896.414/2002-TRACOMAL NORTE GRANITOS LTDA-OF. N°1.830/2016-DNPM/ES.
896.417/2002-RC MINERAÇÃO LTDA ME-OF. N°2812/2015-SR/DNPM/ES
896.526/2002-BRASIL EXPORTAÇÃO DE MARMORES E GRANITOS LTDA-OF. N°1.812/2016-DNPM/ES.
896.477/2003-ANDRADE INDUSTRIA E MINERAÇÃO LTDA-OF. N°1.835/2016-DNPM/ES.
896.046/2004-MÁRIO ROBERTO BONZANO COMPER-OF. N°1.817/2016-DNPM/ES.
896.112/2006-TERCOL TERRAPLENAGEM E CONSTRUÇÕES LTDA-OF. N°1.814/2016-DNPM/ES.
896.827/2009-LUA MAR EXTRAÇÃO COMÉRCIO E TRANSPORTE LTDA ME-OF. N°1.787/2016-DNPM/ES.
896.794/2011-CLÁUDIA LECCO BERTAZO-OF. N°1.780/2016-DNPM/ES.
896.167/2012-UNITELHA PRODUTOS CERÂMICOS LTDA EPP-OF. N°1.808/2016-DNPM/ES.
896.605/2013-SI MINERAÇÃO LTDA-OF. N°1.815/2016-DNPM/ES.
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
896.713/2011-MINERAÇÃO ÁGUA BOA LTDA EPP- Área de 49,48 ha para 35,19 ha-ÁGUA MINERAL
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
890.007/1992-VALE S A-OF. N°1.804/2016-DNPM/ES.
890.157/1992-VALE S A-OF. N°1.831/2016-DNPM/ES.
890.397/1992-VALE S A-OF. N°1.836/2016-DNPM/ES.
890.924/1994-GRANFALK GRANITOS LTDA ME-OF. N°1.792/2016-DNPM/ES.
896.189/1998-BRASGRAN BRASIL GRANITOS LTDA EPP-OF. N°1.785/2016-DNPM/ES.
896.276/1998-VALE S A-OF. N°1.841/2016-DNPM/ES.
896.278/1998-VALE S A-OF. N°1.844/2016-DNPM/ES.
896.280/1998-VALE S A-OF. N°1.847/2016-DNPM/ES.
896.531/1998-GRANROCHAS MINERAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA-OF. N°1.821/2016-DNPM/ES.
896.139/1999-CERÂMICA BOAPABA LTDA-OF. N°1.760/2016-DNPM/ES.
896.110/2000-FORNO GRANDE PEDRAS ORNAMENTAIS DO BRASIL LTDA EPP-OF. N°1.852/2016-DNPM/ES.
896.250/2000-GRANMEX GRANITOS E MÁRMORES IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA-OF. N°1.644/2016-DNPM/ES.
896.140/2006-DECORART'S MÁRMORES E GRANITOS LTDA. ME.-OF. N°1.738/2016-DNPM/ES.
897.034/2007-K2 MINERAÇÃO LTDA-OF. N°1.819/2016-DNPM/ES.
Nega prorrogação prazo para cumprimento de exigência(363)
890.924/1994-GRANFALK GRANITOS LTDA ME-OF. N°0549/2015 e 0550/2015-DNPM/ES.
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(625)
890.059/1994-MINERAÇÃO SULU LTDA. ME-ICONHA/ES, RIO NOVO DO SUL/ES - Guia n° 0042/2016-16.000toneladas/ano-GRANITO- Validade:01/09/2020
Determina arquivamento do Auto de Infração(807)
896.140/2006-DECORART'S MÁRMORES E GRANITOS LTDA. ME.- AI N°0516/2011-DNPM/ES.
Aceita defesa apresentada(809)
896.140/2006-DECORART'S MÁRMORES E GRANITOS LTDA. ME.
Nega provimento a defesa apresentada(810)
890.924/1994-GRANFALK GRANITOS LTDA ME
Multa aplicada/ prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(811)
890.924/1994-GRANFALK GRANITOS LTDA ME -AI N°0130/2015-DNPM/ES.
896.178/2005-FM MINERAÇÃO LTDA EPP -AI N°338/14 e 339/14
Determina cumprimento de exigência - Prazo 180 dias(1054)
896.239/2010-MINERAÇÃO VALE DAS ROCHAS LTDA ME-OF. N°0854/2016-DNPM/ES.
Fase de Concessão de Lavra
Multa aplicada /Prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(460)
890.361/1984-GRANITOS LARANJEIRA LTDA .- AI Nº 0160/2016-DNPM/ES.
896.163/1998-MINAS DO BRASIL EXPORTADORA DE MÁRMORES E GRANITOS LTDA- AI Nº 517/2012
Nega provimento a defesa apresentada(476)
890.361/1984-GRANITOS LARANJEIRA LTDA .
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
896.689/2011-MINERAÇÃO PINGA FOGO LTDA ME-OF. N°1.746/2016-DNPM/ES.
896.383/2012-LUIZA SCHAIDER PIMENTEL ME-OF. N°1.744/2016-DNPM/ES.
896.056/2013-MATEGUAÇU MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME-OF. N°1.747/2016-DNPM/ES.
896.155/2013-WAIANDT E EFFGEN LTDA ME-OF. N°1.826/2016-DNPM/ES.
896.437/2013-O. R. RINALDI NETO ME-OF. N°1.741/2016-DNPM/ES.
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
896.064/2016-MINERAÇÃO PINGA FOGO LTDA ME-OF. N°1.766/2016-DNPM/ES.

RENATO MOTA DE OLIVEIRA

SUPERINTENDÊNCIA EM PERNAMBUCO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 105/2016

Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
840.197/2016-ARAUJO GALVÃO TRANSPORTES E SERVIÇOS EIRELI-OF. N°1139/16
Defere pedido de reconsideração(182)
840.217/2015-ROBERSON HAMILTON DE CARVALHO BEZERRA
Fase de Autorização de Pesquisa
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
840.582/2012-JOÃO AFONSO FERRAZ SITÔNIO
840.583/2012-JOÃO AFONSO FERRAZ SITÔNIO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
840.192/2011-CONSTRUTORA E IMOBILIÁRIA TERRA LTDA-OF. N°1147/16
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
840.154/2016-IMOBILIARIA CASTRO LIMA LTDA-Registro de Licença N°029/2016 de 08/08/2016-Vencimento em 26/04/2018
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
840.019/2016-SILVANO SEVERINO DA SILVA-OF. N°1125/16
840.040/2016-CORTEZ ENGENHARIA LTDA-OF. N°1123/16
840.041/2016-CORTEZ ENGENHARIA LTDA-OF. N°1124/16
840.099/2016-GENIVAL JOSE DE SANTANA-OF. N°1157/16
Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
840.253/2011-FJ VASCONCELOS PRODUTOS CERÂMICOS LTDA- Registro de Licença N°:715/2011 - Vencimento em 16/03/2019

RELAÇÃO Nº 109/2016

Fase de Concessão de Lavra
Auto de Infração lavrado - Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(459)
840.528/1989-MINERAÇÃO ALTO CAXANGÁ LTDA- AI N° 272/16
840.039/1997-SAFIRA MINERAL INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA- AI N° 271/16
Multa aplicada /Prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(460)
840.077/1998-ITAPOAMA MINERAÇÃOS LTDA- AI Nº 095/15
Determina o arquivamento do Auto de Infração(462)
840.528/1989-Mineração Alto Caxangá Ltda.- AI N° 301/15
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
840.116/1994-MZA FABRICAÇÃO DE ÁGUA MINERAL LTDA-OF. N°953/16
840.039/1997-SAFIRA MINERAL INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA-OF. N°1141/16
840.396/2011-AGROPECUARIA N. L. LTDA-OF. N°1148/16
Nega autorização constituição de Grupamento Mineiro(483)
940.369/2016-CBE COMPANHIA BRASILEIRA DE EQUIPAMENTO
Determina cumprimento de exigência- RAL /Prazo 30 dias(1728)
840.054/1994-ROCHA NOBRE MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°221.44.009/16
Determina cumprimento de exigência- RAL RETIFICADOR/Prazo 30 dias(1738)
840.237/1988-PREMOCIL IND COM REPRES LTDA-OF. N°221.44.007/16
840.102/1993-MINERADORA SOMBRA DA SERRA LTDA-OF. N°221.44.009/16
Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
840.122/2001-MARIA ELIZABETE DA SILVA- Registro de Licença N°:298/2002 - Vencimento em 10/06/2019

MARCOS ANTÔNIO DE HOLANDA TAVARES

SUPERINTENDÊNCIA EM SANTA CATARINA

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 187/2016

Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
815.290/2016-AREAL PRATA LTDA ME-OF. N°4481/2016
815.337/2016-PAVIMENTADORA JEREMIAS LTDA-OF. N°4490/2016
815.429/2016-GEOENVI GEOLOGIA E MEIO AMBIENTE LTDA-OF. N°4465/2016
815.567/2016-JAISON ALCIDES SEVERGNINI-OF. N°4485/2016
Fase de Autorização de Pesquisa
Concede anuência e autoriza averbação da cessão parcial de direitos(175)
815.757/2013-INFRASUL - INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA.- Alvará n°11785/2013 - Cessionario:815.478/2016-I. H. INFRAESTRUTURA E ENGENHARIA LTDA- CPF ou CNPJ 20455240/0001-98
Indefere requerimento de transformação do regime de Autorização
de Pesquisa para Licenciamento(186)
815.120/2014-ATERPLAN SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA.
815.780/2014-GAIA RODOVAIS LTDA
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
815.679/2011-RIBEIRÃO MINERADORA LTDA EPP-OF. N°4526 / 2016
815.684/2011-COFEL COMÉRCIO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME-OF. N°4529/2016 e 4530/2016
815.531/2012-RIBEIRÃO MINERADORA LTDA EPP-OF. N°4524/2016
815.532/2012-RIBEIRÃO MINERADORA LTDA EPP-OF. N°4525/2016
815.725/2012-GERALDO JAMES CARNEIRO-OF. N°4534 / 2016
815.303/2013-GERALDO JAMES CARNEIRO-OF. N°4536/2016
816.079/2013-COLOMBO RETROTERRA LTDA-OF. N°4527 / 2016
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
815.437/2015-NELSON RUSSE ME- Cessionário:HUNDT & HUNDT LTDA ME- CPF ou CNPJ 81169864/0001-33- Alvará n°7496/2015/81169864/0001-33
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
815.825/2010-TRANSGIACOMOSSI MINERAÇÃO E TRANSPORTE LTDA EPP.- Área de 463,90 ha para 49,75 ha-Argila
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
815.541/2015-COMERCIAL DACLANDE LTDA-Granito
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
815.400/2010-IRATI PETROLEO E ENERGIA LTDA
815.401/2010-IRATI PETROLEO E ENERGIA LTDA
815.403/2010-IRATI PETROLEO E ENERGIA LTDA
815.404/2010-IRATI PETROLEO E ENERGIA LTDA
815.405/2010-IRATI PETROLEO E ENERGIA LTDA
815.458/2013-ADRIANA BOZA
Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
000.437/1938-AGUA MINERAL ILHA REDONDA LTDA ME-OF. N°2050/2016
000.437/1938-AGUA MINERAL ILHA REDONDA LTDA ME-OF. N°2051/2016
805.135/1975-HIDROMINERAL TERMAL DE ARMAZÉM LTDA.-OF. N°4523/2016
Despacho publicado(508)
014.933/1936-INDÚSTRIA CARBONÍFERA RIO DESERTO LTDA-Prorroga pazo cumprimento exigência - Prazo: 28/09/2015 a 28/09/2016
Aprova o relatório de Pesquisa de nova substância(1106)
815.165/1986-INFRASUL - INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA.-Areia
Fase de Disponibilidade
Homologa desistência do requerimento de habilitação para área em disponibilidade(607)
815.188/1989-COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMINIO
815.348/2004-WANDERLEI CECHINEL
Determina arquivamento definitivo do processo(1678)
815.320/1985-INDÚSTRIA CARBONÍFERA RIO DESERTO LTDA
815.020/2005-ALDEMIR KREUSCH
815.304/2008-EXTRAÇÃO E TERRAPLENAGEM DA-ZHAREIA LTDA
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
815.765/2002-ADR COMERCIO E SERVIÇOS-OF. N°4487/2016
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
815.031/1992-PORTO UNIÃO EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA- Registro de Licença N°:370/1992 - Vencimento em 17/05/2017
815.588/1994-PORTO UNIÃO EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA- Registro de Licença N°:708/1999 - Vencimento em 17/05/2017
815.258/2008-EXTRAÇÃO DE AREIA SCHRAMM LTDA- Registro de Licença N°:1509/2016 - Vencimento em 01/08/2018
815.708/2008-EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA MARTINS KIENEN LTDA- Registro de Licença N°:1429/2009 - Vencimento em 19/07/2019
815.709/2008-EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA MARTINS KIENEN LTDA- Registro de Licença N°:1385/2008 - Vencimento em 19/07/2019
815.591/2009-MINERADORA CASA DA AREIA EIRELI EPP- Registro de Licença N°:1432/2010 - Vencimento em 11/05/2017
815.609/2010-EXARTE EXTRAÇÃO DE AREIA E TERAPLANAGEM LTDA ME- Registro de Licença N°:1473/2010 - Vencimento em 10/08/2017
815.921/2013-TERRAPLENAGEM KOHLER LTDA- Registro de Licença N°:1647/2014 - Vencimento em 17/09/2018
Fase de Requerimento de Lavra
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do requerimento de Lavra(1043)
815.440/2011-ARIOBALDO FERMIANO OSSOWSKY-10621 n° 2011 - Cessionário: ARO ADMINISTRADORA DE BENS LTDA- CNPJ 03648648/0001-67
Determina cumprimento de exigência - Prazo 180 dias(1054)
815.219/2004-SERDEL SERVIÇOS DE DRENAGENS E ESCAVAÇÕES LTDA-OF. N°4482/2016
815.277/2008-CAMBIRELA EXT. COM. DE SÍLEX LTDA EPP-OF. N°4491/2016
815.446/2009-TERRA BRANCA MINERAÇÃO LTDA-OF. N°4486/2016
815.308/2010-SAN MARCOS REVEST CERAMICOS LTDA-OF. N°4493/2016
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina arquivamento definitivo do processo(1147)
815.645/2015-ATERPLAN SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA.
815.647/2015-GAIA RODOVAIS LTDA

RELAÇÃO Nº 189/2016

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
815.402/2010-JEFERSON WILL-OF. N°4671 /2016
815.041/2012-TOBIAS ROGERIO VIEIRA ME-OF. N°4688 / 2016
815.205/2014-CYSY MINERAÇÃO LTDA-OF. N°4541/2016
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
815.308/2011-CSL CONSTRUTORA SACCHI S.A.
815.324/2013-ON INVESTIMENTOS E PESQUISAS LTDA EPP
815.325/2013-ON INVESTIMENTOS E PESQUISAS LTDA EPP
815.326/2013-ON INVESTIMENTOS E PESQUISAS LTDA EPP
815.327/2013-ON INVESTIMENTOS E PESQUISAS LTDA EPP
815.328/2013-ON INVESTIMENTOS E PESQUISAS LTDA EPP
815.329/2013-ON INVESTIMENTOS E PESQUISAS LTDA EPP
815.330/2013-ON INVESTIMENTOS E PESQUISAS LTDA EPP
815.331/2013-ON INVESTIMENTOS E PESQUISAS LTDA EPP
815.332/2013-ON INVESTIMENTOS E PESQUISAS LTDA EPP
815.372/2013-HEIDRICH INDUSTRIAL MERCANTIL E AGRÍCOLA S A
815.373/2013-HEIDRICH INDUSTRIAL MERCANTIL E AGRÍCOLA S A
815.374/2013-HEIDRICH INDUSTRIAL MERCANTIL E AGRÍCOLA S A
815.375/2013-HEIDRICH INDUSTRIAL MERCANTIL E AGRÍCOLA S A
815.399/2013-BELA VISTA TIJOLOS LTDA
815.608/2014-FRANCISCO BENINCA
815.753/2014-STONE ENGENHARIA MINERAL LTDA EPP
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
815.485/1992-TERMAS SANTO ANJO DA GUARDA LTDA.-OF. N°4551/2016
815.014/1993-PIERINI REVESTIMENTOS CERÂMICOS LTDA.-OF. N°4681 / 2016
815.549/2010-MINERAÇÃO SANTA BARBARA LTDA ME-OF. N°4684 / 2016
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(625)
815.867/1994-BRITADOR HÜBENER LTDA-JOINVILLE/SC - Guia n° 89/2016-8.500toneladas/ano-Casacalho- Validade:31/08/2016
815.380/2003-EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA OTTOMAR LTDA-ARAQUARI/SC, GUARAMIRIM/SC - Guia n° 090 / 2016-22.000t-Areia- Validade:1 ano
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do requerimento de Lavra(1043)
815.363/2003-SANDER HAHN- Alvará n° 7851/2003 - Cessionário: DM ASSOCIADOS GESTÃO EMPRESARIAL E ENGENHARIA LTDA- CNPJ 81008625/0001-00
Determina cumprimento de exigência - Prazo 180 dias(1054)
815.485/1992-TERMAS SANTO ANJO DA GUARDA LTDA.-OF. N°4550/2016
815.014/1993-PIERINI REVESTIMENTOS CERÂMICOS LTDA.-OF. N°4680/2016
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
815.681/2015-MINÉRIOS AZAMBUJA LTDA-Registro de Licença N°2040/2016 de 02/09/2016-Vencimento em 20/05/2045
Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
815.097/1994-SUELI MARTINS VENTURA ME- Registro de Licença N°:450/1994 - Vencimento em 22/08/2017
815.480/2001-EXTRAÇÃO DE AREIA SCHNAIDER LTDA- Registro de Licença N°:915/23 /10 /2001 - Vencimento em 21 / 05 / 2017
815.343/2003-A. MENDES TERRAPLANAGEM, CONSTRUÇÃO E EXTRAÇÃO DE MINERAIS LTDA- Registro de Licença N°:1102/17 /03 /2004 - Vencimento em 18 / 02 / 2020
815.720/2004-EBELE TRANSPORTES LTDA ME- Registro de Licença N°:1195/2005 - Vencimento em 13/07/2020
815.626/2006-KLABIN S.A.- Registro de Licença N°:1285/23 / 10 / 2006 - Vencimento em 22 / 08 / 2066
815.837/2010-COMÉRCIO DE AREIA SCHLINDWEIN LTDA- Registro de Licença N°:1595/2013 - Vencimento em 13/07/2020

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Fase de Registro de Extração
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(954)
815.723/2009-PREFEITURA MUNICIPAL DE ITÁ-OF. N°4672/2016

RELAÇÃO Nº 192/2016

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
815.259/2011-MINERTRANS MINERAÇÃO, ENERGIA, TRANSPORTE E SANEAMENTO LTDA.-OF. N°4713/2016
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
815.041/2006-KLETTENBERG SERVIÇOS DE TERRAPLENAGENS LTDA-OF. N°4172/2016
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(625)
815.039/2000-CAMBIRELA EXT. COM. DE SÍLEX LTDA EPP-PALHOÇA/SC - Guia n° 93/2016 e 94/2016-16.500 e 16.500toneladas/ano-Saibro e Riolito- Validade:08/09/2017
815.280/2011-VALDECIR MARCOS REBELATTO ME-DIONÍSIO CERQUEIRA/SC - Guia n° 91/2016 e 92/2016-50.000 t e 16.000 ttoneladas/ano-Brita(Basalto) e Pedra de Talhe(Basalto)- Validade:05/09/2017
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
815.534/1999-OSNI PEREIRA ME-OF. N°4545/2016
815.362/2014-PEDRAS SUL LTDA ME-OF. N°4715/2016
Determina cumprimento de exigência- RAL RETIFICADOR/Prazo 30 dias(1739)
815.362/2014-PEDRAS SUL LTDA ME-OF. N°4716/2016
Fase de Disponibilidade
Determina arquivamento definitivo do processo(1678)
815.447/2006-D RAMPI INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA ME
815.642/2008-A. MENDES TERRAPLANAGEM, CONSTRUÇÃO E EXTRAÇÃO DE MINERAIS LTDA
815.912/2008-COMFLORESTA COMPANHIA CATARINENSE DE EMPREENDIMENTOS FLORESTAIS
815.183/2010-A. MENDES TERRAPLANAGEM, CONSTRUÇÃO E EXTRAÇÃO DE MINERAIS LTDA
815.980/2010-DIRCEU VUELMA ME
816.014/2010-NEXT VILLAGE INCORPORADORA LTDA
815.046/2011-I. GRANDO ME
815.538/2011-BRITADOR TERRA FERTIL LTDA ME
815.559/2011-MDM PEDRAS LTDA
815.096/2012-ERMENEGILDO WILBERT EPP
815.193/2012-CERÂMICA SÃO FRANCISCO LTDA. ME
815.482/2012-CERÂMICA SALTO LTDA - ME
815.406/2013-ABELARDO ARCELINO PACHECO
815.854/2013-REPECAL BRITAGENS LTDA.
815.915/2013-CONFER CONSTRUTORA FERNANDES LTDA
816.032/2013-TERRAPLENAGEM AZZA LTDA.
815.211/2014-ICC IMOVEIS EIRELI ME
815.322/2014-PEDRAS OESTE LTDA
815.391/2014-TONET & CIA LTDA ME
815.682/2014-SEIDEL & STROBEL LTDA ME
815.721/2014-PEDREIRA ARCO IRIS LTDA ME
815.743/2014-CERÂMICA MAFRA LTDA
815.807/2014-MAX SERVIÇOS DE PREPARAÇÃO DE TERRENO LTDA ME
815.016/2015-MAC ENGENHARIA LTDA
815.360/2015-CERÂMICA CHAPECÓ LTDA EPP
815.605/2015-MAC ENGENHARIA LTDA
815.641/2015-GUARDA BRITADEIRA LTDA ME

MARCUS GERALDO ZUMBLICK
Substituto

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO

PORTARIA Nº 178, DE 15 DE SETEMBRO DE 2016

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso II, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto nos arts. 2º, § 2º e 4º, § 1º, do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, na Portaria MME nº 463, de 3 de dezembro de 2009, e o que consta no Processo nº 48000.000649/2016-22, resolve:

Art. 1º Definir em 0,47 MW médios o montante de garantia física de energia da Central Geradora Hidrelétrica denominada CGH Andorinhas II, registrada sob o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: CGH.PH.RJ.000769-2.01, com potência instalada de 686 kW, de titularidade da empresa Fábricas Unidas Energia Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.248.238/0001-90, localizada nos Rios Chiqueiro e Andorinha, Município de Magé, Estado do Rio de Janeiro.

§ 1º O montante de garantia física de energia da CGH Andorinhas II refere-se ao Ponto de Conexão da Usina.

§ 2º Para efeitos de comercialização de energia elétrica, as perdas elétricas do Ponto de Conexão até o Centro de Gravidade do referido Submercado deverão ser abatidas do montante de garantia física de energia definido nesta Portaria, observando as Regras de Comercialização de Energia Elétrica vigentes.

Art. 2º Para todos os efeitos, o montante de garantia física de energia da CGH Andorinhas II poderá ser revisado com base na legislação vigente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO AZEVEDO RODRIGUES

PORTARIA Nº 179, DE 15 DE SETEMBRO DE 2016

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, no art. 4º, da Portaria MME nº 310, de 12 de setembro de 2013, e o que consta do Processo nº 48500.002900/2016-52, resolve:

Art. 1º Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de geração de energia elétrica da Central Geradora Hidrelétrica denominada CGH Médio Garcia, de titularidade da empresa Hidrelétrica Médio Garcia SPE Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.132.860/0001-11, detalhado no Anexo à presente Portaria.

Parágrafo único. O projeto de que trata o caput, autorizado por meio da Licença Prévia nº 2329/2016, 14 de abril de 2016, emitida pela Fundação do Meio Ambiente - FATMA, é alcançado pelo art. 1º da Portaria MME nº 310, de 12 de setembro de 2013.

Art. 2º As estimativas dos investimentos têm por base o mês de abril de 2016 e são de exclusiva responsabilidade da Hidrelétrica Médio Garcia SPE Ltda., cuja razoabilidade foi atestada pela Empresa de Pesquisa Energética - EPE.

Art. 3º A Hidrelétrica Médio Garcia SPE Ltda. deverá informar à Secretaria da Receita Federal do Brasil a entrada em Operação Comercial do projeto aprovado nesta Portaria, mediante a entrega de cópia do Despacho emitido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, no prazo de até trinta dias de sua emissão.

Art. 4º Alterações técnicas ou de titularidade do projeto aprovado nesta Portaria, autorizadas pela ANEEL ou pelo Ministério de Minas e Energia, não ensejarão a publicação de nova Portaria de enquadramento no REIDI.

Art. 5º A habilitação do projeto no REIDI e o cancelamento da habilitação deverão ser requeridos à Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Art. 6º A Hidrelétrica Médio Garcia SPE Ltda. deverá observar, no que couber, as disposições constantes na Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, no Decreto nº 6.144, de 2007, na Portaria MME nº 310, de 2013, e na legislação e normas vigentes e supervenientes, sujeitando-se às penalidades legais, inclusive aquelas previstas nos artigos 9º e 14, do Decreto nº 6.144, de 2007, sujeitas à fiscalização da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO AZEVEDO RODRIGUES

ANEXO

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA					
INFORMAÇÕES DO PROJETO DE ENQUADRAMENTO NO REIDI - REGIME ESPECIAL DE INCENTIVOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA					
PESSOA JURÍDICA TITULAR DO PROJETO					
01	Nome Empresarial Hidrelétrica Médio Garcia SPE Ltda.			02	CNPJ 22.132.860/0001-11
03	Logradouro Rua Jornalista Manoel Menezes			04	Número 115
05	Complemento Sala 106	06	Bairro/Distrito Itacorubi	07	CEP 88034-060
08	Município Florianópolis	09	UF SC	10	Telefone (48) 9982-3781
11	DADOS DO PROJETO				
Nome do Projeto	CGH Médio Garcia (Autorizada pela Licença Prévia nº 2329/2016, 14 de abril de 2016, emitida pela Fundação do Meio Ambiente - FATMA).				
Descrição do Projeto	Central Geradora Hidrelétrica denominada CGH Médio Garcia, compreendendo: I - Uma Unidade Geradora com 1.000 kW de capacidade instalada; e II - Sistema de Transmissão de Interesse Restrito constituído de uma Subestação Elevadora de 2,3/13,8 kV, junto à Central Geradora, e uma Linha de Transmissão em 13,8 kV, com cerca de cem metros, em Circuito Simples, interligando a Subestação Elevadora ao tronco do alimentador AUG-02, localizado a três quilômetros da Subestação Angelina Usina Garcia, de propriedade da Celesc Distribuição S.A.				
Período de Execução	De 01/01/2017 a 31/12/2017.				
Localidade do Projeto	Município de Angelina, Estado de Santa Catarina.				
12	REPRESENTANTE, RESPONSÁVEL TÉCNICO E CONTADOR DA PESSOA JURÍDICA				
Nome: Guilherme Brandão Pereira de Souza			CPF: 053.097.339-14		
Nome: Rafael Fernandes Pereira			CPF: 019.356.649-48		
Nome: Vanderlei Raulino da Silva			CPF: 496.023.909-30		
13	ESTIMATIVAS DOS VALORES DOS BENS E SERVIÇOS DO PROJETO COM INCIDÊNCIA DE PIS/PASEP E COFINS (R$)				
Bens	2.634.990,00				
Serviços	2.624.210,00				
Outros	447.930,00				
Total (1)	5.707.130,00				
14	ESTIMATIVAS DOS VALORES DOS BENS E SERVIÇOS DO PROJETO SEM INCIDÊNCIA DE PIS/PASEP E COFINS (R$)				
Bens	2.391.253,43				
Serviços	2.528.426,34				
Outros	447.930,00				
Total (2)	5.367.609,77				

Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 183, DE 16 DE SETEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AGRÁRIO, no uso das atribuições que lhe são conferidas no artigo 87 da Constituição Federal e no artigo 11 da Medida Provisória nº 726, de 12 de maio de 2016, tendo em vista o disposto no artigo 304, do Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999, resolve:

Art. 1º Revogar a Portaria MPS/GM nº 591, de 13 de dezembro de 2012, que suspendeu o disposto no § 6º do artigo 53 da Portaria MPS/GM nº 548, de 13 de setembro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OSMAR GASPARINI TERRA

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
SUPERINTENDÊNCIA-REGIONAL SUDESTE I EM SÃO PAULO
GERÊNCIA EXECUTIVA - A - EM SÃO PAULO - CENTRO

DESPACHO DO GERENTE

Despacho Decisório nº 027/2016, de 15.09.2016. Interessado: Gerência Executiva do INSS em São Paulo Centro. Assunto: Alienação de imóvel de propriedade do Instituto Nacional do Seguro Social que compõe o Fundo de Regime Geral da Previdência Social - FRGPS. Modalidade de Licitação: Dispensa nº 01/2016. Fundamento Legal: Artigo 17 inciso I, alínea "e" da Lei nº 8.666/93. Decisão: 1. De acordo com as competências delegadas no inciso X, alínea "e", do artigo 167 do Regimento Interno do INSS aprovado pela Portaria/MPS nº 296, de 09.11.2009, publicada no DOU nº 214, de 10.11.2009, HOMOLOGO os procedimentos da Venda Direta em epígrafe, com DISPENSA DE LICITAÇÃO e, ADJUDICO em favor da União o imóvel abaixo relacionado: Processo nº 35366.000364/2015-10. Endereço: Rua Martins Fontes nºs 109 e 119, São Paulo, SP. Valor: 27.902.000,00 (vinte e sete milhões, novecentos e dois mil reais), à vista. 2- Publique-se. 3. Ao Serviço de Administração, em prosseguimento.

EDGAR ALVES DE CAMPOS
Substituto

SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

PORTARIA Nº 43, DE 15 DE SETEMBRO DE 2016

Aprova o Manual de Instruções, Diretrizes e Procedimentos Operacionais para Contratação e Execução de Programas e Ações da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SESAN.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL no uso de competência prevista no art. 22, I do Regimento Interno do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, aprovado pelo Decreto nº 7.493/2011 e tendo em vista as justificativas apresentadas no Processo Administrativo nº 71000.036064/2016-62, resolve:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 1º - Aprovar o Manual de Instruções, Diretrizes e Procedimentos Operacionais para Contratação e Execução de Programas e Ações da SESAN, que estabelece critérios, diretrizes e procedimentos para a prestação de serviços pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, na condição de mandatária da União, na operacionalização de ações e programas a cargo deste Ministério, de acordo com o Contrato Administrativo nº. 01/2016, de 31 de março de 2016, e na forma do Anexo I desta Portaria.

Art. 2º - O Manual de Instruções, Diretrizes e Procedimentos Operacionais para Contratação e Execução de Programas e Ações da SESAN retificado estará disponível para consulta na internet, no site do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS (http://www.mds.gov.br).

Parágrafo único. O Manual de que trata o caput deverá ser atualizado, sempre que necessário, pela Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CAIO TIBÉRIO DORNELLES DA ROCHA

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 234, DE 16 DE SETEMBRO DE 2016

Institui Grupo de Trabalho para discutir medidas de simplificação administrativa sobre matérias correlatas ao Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços e suas entidades vinculadas e supervisionadas.

O MINISTRO DE ESTADO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso I, da Constituição. Resolve:

Art. 1º Fica instituído o Grupo de Trabalho de Simplificação Administrativa (GTSA), com vistas a propor alterações normativas e de procedimentos visando ao aperfeiçoamento e simplificação de normas, ações e processos internos do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC) e de suas entidades vinculadas e supervisionadas.

§ 1º Integram a estrutura organizacional do MDIC as seguintes entidades vinculadas:

I - Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO);

II - Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI); e

III - Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA).

§ 2º A Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) é entidade supervisionada pelo MDIC.

Art. 2º O GTSA será composto por representantes titulares e suplentes das seguintes unidades:

I - Gabinete do Ministro de Estado (GM);

II - Gabinete da Secretaria Executiva do MDIC (SE);

III - Subsecretaria de Informação e Gestão Estratégica do MDIC (SIGE);

IV - Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração do MDIC (SPOA);

V - Secretaria de Comércio Exterior do MDIC (SECEX);

VI - Secretaria de Comércio e Serviços do MDIC (SCS);

VII - Secretaria de Desenvolvimento e Competitividade Industrial do MDIC (SDCI);

VIII - Secretaria de Inovação e Novos Negócios do MDIC (SIN);

IX - Secretaria-Executiva do Conselho das Zonas de Processamento de Exportação do MDIC (CZPE);

X - Consultoria Jurídica do MDIC (CONJUR);

XI - Controle Interno do MDIC;

XII - Gabinete da Presidência do INMETRO;

XIII - Gabinete da Presidência do INPI;

XIV - Gabinete da Superintendência da SUFRAMA; e

XV - Gabinete da Presidência da ABDI.

Parágrafo único. A indicação dos representantes deve ser feita ao Coordenador do GTSA, por meio de memorando, ofício ou correio eletrônico, até cinco dias após a publicação desta Portaria.

Art. 3º A Coordenação do GTSA será exercida pelo Secretário-Executivo deste Ministério.

Art. 4º As reuniões do GTSA serão convocadas pelo seu Coordenador, por meio de correio eletrônico enviado aos representantes e suplentes de cada unidade, e ocorrerão com a frequência necessária para o desenvolvimento dos trabalhos.

Art. 5º O GTSA poderá consultar especialistas e representantes de entidades públicas e privadas, a fim de levantar informações e opiniões sobre os objetos de análise.

Parágrafo único. A critério do Coordenador do GTSA, especialistas e representantes de entidade públicas e privadas poderão ser convidados a participar das reuniões do GTSA.

Art. 6º O GTSA terá o prazo de sessenta dias, prorrogável por mais trinta dias, para apresentar ao Ministro da Indústria, Comércio Exterior e Serviços o relatório de conclusão de seus trabalhos, contendo a proposta de adequações legais e de procedimentos técnicos de cada órgão.

Art. 7º A participação no GTSA será considerada como serviço relevante não remunerado, e as despesas dela decorrentes serão custeadas pelo órgão de origem de cada representante.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS PEREIRA

Ministério do Esporte

SECRETARIA EXECUTIVA

DELIBERAÇÃO Nº 939, DE 16 DE SETEMBRO DE 2016

Dá publicidade aos projetos desportivos, relacionados nos anexos I e II, aprovados na reunião ordinária realizada em 15/09/2016, e na reunião extraordinária realizada em 24/08/2016.

A COMISSÃO TÉCNICA VINCULADA AO MINISTÉRIO DO ESPORTE, de que trata a Lei nº 11.438 de 29 de dezembro de 2006, instituída pela Portaria nº 232, de 8 de julho de 2016, considerando:

a) a aprovação dos projetos desportivos, relacionados nos anexos I e II, aprovados na reunião ordinária realizada em 15/09/2016, e na reunião extraordinária realizada em 24/08/2016.

b) a comprovação pelo proponente de projeto desportivo aprovado, das respectivas regularidades fiscais e tributárias nas esferas federal, estadual e municipal, nos termos do parágrafo único do art. 27 do Decreto nº 6.180 de 03 de agosto de 2007 decide:

Art. 1º Tornar pública, para os efeitos da Lei nº 11.438 de 2006 e do Decreto nº 6.180 de 2007, a aprovação do projeto desportivo relacionado no anexo I.

Art. 2º Autorizar a captação de recursos, nos termos e prazos expressos, mediante doações ou patrocínios, para o projeto desportivo relacionado no anexo I.

Art. 3º Prorrogar o prazo de captação de recursos do projeto esportivo, para o qual o proponente fica autorizado a captar recurso, mediante doações e patrocínios, conforme anexo II.

Art. 4º Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CANDIDO DA SILVA MURICY
Presidente da Comissão

ANEXO I

1 - Processo: 58000.009774/2016-51
Proponente: Confederação Brasileira de Voleibol
Título: Circuito Brasileiro de Vôlei de Praia - Open
Registro: 02RJ035502008
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 34.046.722/0001-07
Cidade: Saquarema UF: RJ
Valor aprovado para captação: R$ 4.590.781,52
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3073 DV: 2 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 13712-X
Período de Captação até: 20/09/2016

2 - Processo: 58000.007302/2016-64
Proponente: Confederação Brasileira de Rugby
Título: Super Sevens Feminino 2016
Registro: 02SP067242010
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 50.380.658/0001-44
Cidade: São Paulo UF: SP
Valor aprovado para captação: R$ 316.678,43
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 4227 DV: 7 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 8359-3
Período de Captação até: 19/09/2016

ANEXO II

1 - Processo: 58701.003118/2015-67
Proponente: ADVENTURECLUB - Associação de Esportivas de Corrida de Aventura
Título: Trilha Certa - Continuidade III
Valor aprovado para captação: R$ 416.326,30
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1526 DV: 1 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 25592-0
Período de Captação até: 15/09/2017

2 - Processo: 58701.006306/2014-66
Proponente: Academia Brasileira de Canoagem
Título: CT Canoagem - Brasil Medalha
Valor aprovado para captação: R$ 1.669.511,67
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1876 DV: 7 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 48268-4
Período de Captação até: 31/12/2016

3 - Processo: 58701.003949/2015-39
Proponente: Academia Brasileira de Canoagem
Título: Circuito de Canoagem 2016
Valor aprovado para captação: R$ 4.017.868,46
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 6992 DV: 2 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 8024-1
Período de Captação até: 30/08/2017

4 - Processo: 58701.004153/2015-01
Proponente: Academia Brasileira de Canoagem
Título: III - Centro de Treinamento de Paracanoagem
Valor aprovado para captação: R$ 9.219.815,35
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 6992 DV: 2 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 8026-8
Período de Captação até: 31/12/2017

5 - Processo: 58701.002793/2014-98
Proponente: Associação Atlética Acadêmica Cotrim ECA - USP
Título: 25 anos de Esporte Ecano
Valor aprovado para captação: R$ 928.374,74
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3559 DV: 9 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 50880-2
Período de Captação até: 31/08/2017

6 - Processo: 58701.007447/2013-78
Proponente: Federação Brasiliense de Tiro Esportivo
Título: Tiro Esportivo em Busca do Pódio Olímpico
Valor aprovado para captação: R$ 1.450.464,06
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3599 DV: 8 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 20539-7
Período de Captação até: 31/12/2017

7 - Processo: 58701.002632/2015-85
Proponente: Instituto Olga Kos de Inclusão Cultural
Título: Karate VIII: Inclusão pelo Esporte
Valor aprovado para captação: R$ 1.355.875,88
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 6998 DV: 1 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 7268-0
Período de Captação até: 31/12/2016

8 - Processo: 58701.011977/2013-68
Proponente: Olympico Club
Título: Excelência do Esporte
Valor aprovado para captação: R$ 332.491,51
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 2377 DV: 9 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 59857-7
Período de Captação até: 06/10/2017

Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 266, DE 15 DE SETEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, Interino, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso IV, do Decreto nº 3.125, de 29 de julho de 1999, tendo em vista o disposto no art. 205 do Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946, e de acordo com o que consta do Processo nº 10480.020678/85-51, resolve:

Art. 1º Autorizar a Secretaria do Patrimônio da União a transferir ocupação do terreno de marinha com acrescido, com área de 600,00m², cadastrado sob o RIP 2513.0100929-21, situado na Avenida João Fonseca de Albuquerque, nº 6.177, "Conjunto Residencial Brisa do Mar", Bairro Nossa Senhora do Ó, Município de Paulista, Estado de Pernambuco, conforme Escritura Pública de Compra e Venda lavrada em 18 de maio de 2010, Primeiro Translado, Livro de Notas nº 164, Folhas 186 a 187v, do Segundo Cartório de Notas do Judiciário da Comarca de Olinda/PE, para HANS MATHAUS VOSS, alemão, portador do CPF nº 017.117.644-85 e do Passaporte nº C1HH92TZ6, com a validade até 15/12/2021.

Parágrafo único. Ficam convalidados os atos da transferência de ocupação praticados no processo em comento.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DYOGO HENRIQUE DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 267, DE 15 DE SETEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, Interino, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso IV, do Decreto nº 3.125, de 29 de julho de 1999, tendo em vista o disposto no art. 205 do Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946, e de acordo com o que consta do Processo nº 04916.002796/2008-39 resolve:

Art. 1º Autorizar a Secretaria do Patrimônio da União a transferir a ocupação do terreno de marinha, com área de 141,33m², cadastrado sob o RIP 1763.0100324-26, localizado no Loteamento Trade Wind, Lote 01, Quadra A, Praia de Búzios, Município de Nísia Floresta, Estado do Rio Grande do Norte, conforme Escritura Pública de Compra e Venda lavrada em 10/1/2008, Livro nº 142, Folhas 78/79, do Serviço Único Notarial e Registral daquela Comarca, para a Sociedade Empresarial Licho Estates Empreendimentos Imobiliários Ltda, CNPJ nº 08.960.847/0001-20, cujo sócio majoritário, Sr. Jerry Adriaan Marinus Van Galen, é de naturalidade holandesa, sendo portador do CPF nº 015.842.104-35 e do Registro Nacional de Estrangeiro - RNE nº G053242-P, com validade até 13/8/2023, Classificação Permanente.

Parágrafo único. Ficam convalidados os atos translativos de ocupação praticados no processo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DYOGO HENRIQUE DE OLIVEIRA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ministério do Trabalho

GABINETE DO MINISTRO
COORDENAÇÃO-GERAL DE IMIGRAÇÃO

DESPACHO DO COORDENADOR-GERAL
Em 16 de setembro de 2016

O Coordenador-Geral de Imigração, no uso de suas atribuições, deferiu os seguintes pedidos de autorização de trabalho, constantes do(s) ofício(s) ao MRE nº 0281/2016 de 13/09/2016, 0282/2016 de 14/09/2016 e 0284/2016 de 15/09/2016, respectivamente:

Temporário - Com Contrato - RN 99 - Resolução Normativa, de 12/12/2012:

Processo: 47039007722201697 Empresa: NESTLE BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MARCO POLO URQUIETA NAVARRETE Data Nascimento: 22/01/1969 Passaporte: G07981222 País: MÉXICO Mãe: MARIA TERESA NAVARRETE VAZQUEZ Pai: URSULO URQUIETA ZUÑIGA; Processo: 47039007680201694 Empresa: NIKE DO BRASIL COMERCIO E PARTICIPACOES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: LESLEY KAVANAGH Data Nascimento: 29/10/1966 Passaporte: 534991079 País: GRÃ BRETANHA Mãe: JOAN ODLUM Pai: WILLIAM ODLUM; Processo: 47039007686201661 Empresa: TATA CONSULTANCY SERVICES DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SINGH NEELKANTH Data Nascimento: 01/09/1986 Passaporte: G7860317 País: ÍNDIA Mãe: LALMUNNI DEVI Pai: PARMANAND SINGH; Processo: 47039007703201661 Empresa: BRISTOL-MYERS SQUIBB FARMACEUTICA LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Carlos Gustavo Hernandez Machado Data Nascimento: 19/08/1977 Passaporte: 086577524 País: VENEZUELA Mãe: Ana Luisa Machado Pai: Manuel Gustavo Hernandez; Processo: 47039007717201684 Empresa: PLANINVESTI - ADMINISTRACAO E SERVICOS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: CAMILLE JEAN-CLAUDE ROUX Data Nascimento: 15/01/1985 Passaporte: 15AA75897 País: FRANÇA Mãe: JOELLE FORMAGE ROUX Pai: CLAUDE ROUX; Processo: 47039007718201629 Empresa: ASSOCIACAO ESCOLA SUICO-BRASILEIRA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MARC ALEXANDER SCHUMACHER Data Nascimento: 27/07/1972 Passaporte: X3643974 País: SUIÇA Mãe: RUTH SCHUMACHER-HUNZIKER Pai: VINZENZ SCHUMACHER; Processo: 47039007724201686 Empresa: GPC DO BRASIL ASSISTENCIA TECNICA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JEAN-LOUIS ISABELLE C. BEECKMANS DE WEST-MEERBEECK Data Nascimento: 18/07/1983 Passaporte: EM706422 País: BÉLGICA Mãe: ISABELLE CHRISTIANE N MARIE JOSEPH WEBER Pai: CHRISTIAN M A H G M B DE WEST MEERBECK; Processo: 47039007736201619 Empresa: COLGATE PALMOLIVE INDUSTRIAL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JAMES LEE HARRIS JR. Data Nascimento: 29/05/1970 Passaporte: 511769989 País: EUA Mãe: SARA LORAINE LOGAN Pai: JAMES LEE HARRIS; Processo: 47039007742201668 Empresa: LABORATORIOS SERVIER DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: LORELAI VERONICA MARCHIDAN Data Nascimento: 18/07/1972 Passaporte: 054057654 País: ROMÊNIA Mãe: Teleaga Voica Pai: Teleaga Gheorghe.

Temporário - Sem Contrato - RN 61 - Resolução Normativa, de 08/12/2004:

Processo: 47039007579201633 Empresa: SCANIA LATIN AMERICA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: OLIVER LUDWIG HEINRICH STRENGER Passaporte: C4VWG4VML; Processo: 47039007580201668 Empresa: SCANIA LATIN AMERICA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MICHAL KAROL MOROZAN Passaporte: EK8561516; Processo: 47039007582201657 Empresa: SCANIA LATIN AMERICA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: CHRISTOPH SCHEDLBERGER Passaporte: P2459704; Processo: 47039007587201680 Empresa: SCANIA LATIN AMERICA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ADRIAN KRZYSZTOF KWIECIEN Passaporte: EK8534451; Processo: 47039007588201624 Empresa: SCANIA LATIN AMERICA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MIHAI TARALUNGA Passaporte: 14757959; Processo: 47039007597201615 Empresa: XCMG BRASIL INDUSTRIA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JING LIU Passaporte: E30449671; Processo: 47039007602201690 Empresa: BAKER HUGHES DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Noel Basa Rellos Passaporte: EC6262324; Processo: 47039007615201669 Empresa: LATECOERE DO BRASIL INDUSTRIA AERONAUTICA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Denis Gilles Chabot Passaporte: 13CI92320; Processo: 47039007617201658 Empresa: BIMBO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MARCEL JOHANNES VAN HUISSTEDEN Passaporte: NN2J53388; Processo: 47039007619201647 Empresa: BIMBO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JAAP KOK Passaporte: NSHJ84F82; Processo: 47039007620201671 Empresa: SIEMENS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: CHRISTINA MARIE SCIGLIUTO Passaporte: 481189904; Processo: 47039007625201602 Empresa: SIEMENS LTDA Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: JAMES GEORGE MULVIHILL Passaporte: 482495755; Processo: 47039007643201686 Empresa: PSMM PERNAMBUCO COMPONENTES AUTOMOTIVOS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ERMANNO ZOINO Passaporte: YA4146049; Processo: 47039007644201621 Empresa: POSCO ENGENHARIA E CONSTRUCAO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: EUN JU GU Passaporte: M02543546; Processo: 47039007648201617 Empresa: SIG COMBIBLOC DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MANFRED JOHANN BÜCHERS Passaporte: C77X805YX; Processo: 47039007660201613 Empresa: BRAM OFFSHORE TRANSPORTES MARITIMOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: WILLIAM JUSTYN SMITH Passaporte: 506386707; Processo: 47039007661201668 Empresa: SIG COMBIBLOC DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: STEFAN FORSTER Passaporte: C77Z35MMF; Processo: 47039007673201692 Empresa: PIACENTINI TECENGE DO BRASIL CONSTRUCOES LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Giuseppe Contri Passaporte: YA4316466; Processo: 47039007674201637 Empresa: PIACENTINI TECENGE DO BRASIL CONSTRUCOES LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: VALERIU-ILIE BOERIU Passaporte: 051709423; Processo: 47039007677201671 Empresa: HYUNDAI ROTEM BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE TRENS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: SEUNGYEOP LEE Passaporte: M00520782; Processo: 47039007678201615 Empresa: SOCIEDADE MICHELIN DE PARTICIPACOES INDUST E COMERCIO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: PIERRE ALAIN ENSMINGER Passaporte: 08CX65881; Processo: 47039007679201660 Empresa: HUISMAN LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: PEPIJN SYLVESTER TOORNSTRA Passaporte: BCCR497J1; Processo: 47039007681201639 Empresa: HUISMAN LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MARCEL DENNIS SALFISCHBERGER Passaporte: BL2FF8220; Processo: 47039007684201672 Empresa: HUISMAN LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ALVIN WONG HO WEI Passaporte: E4836257C.

Temporário - Sem Contrato - RN 71 - Resolução Normativa, de 05/09/2006:

Processo: 47039007751201659 Empresa: COSTA CRUZEIROS AGENCIA MARITIMA E TURISMO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: ANDRES FRANSEDA PERES Passaporte: 382223145; Estrangeiro: KRASIMIR GOSHEV ATANASOV Passaporte: 383024506; Estrangeiro: VESELIN BOZHIDAROV VASILEV Passaporte: 382689004.

Temporário - Sem Contrato - RN 72 - Resolução Normativa, de 10/10/2006:

Processo: 47041005077201629 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Vasileios Barmpantonakis Passaporte: AI2804096; Processo: 47041005163201631 Empresa: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: até 12/06/2017 Estrangeiro: Ashish Omprakash Pal Passaporte: L4800815; Processo: 47041005167201610 Empresa: OOG-TKP PRODUCAO DE PETROLEO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Dominik Jan Dudojc Passaporte: EE4976280; Processo: 47041005226201650 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Vitalii Kravtsov Passaporte: ET914980; Processo: 47041005283201639 Empresa: NORSKAN OFFSHORE LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: OERJAN MYDLAND AAS Passaporte: 30159771; Processo: 47041005321201653 Empresa: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: até 25/05/2017 Estrangeiro: Clauvin Anthony Lopez Cananga Passaporte: EC2736613; Processo: 47041005376201663 Empresa: NORSKAN OFFSHORE LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JAROSLAW WASZCZYK Passaporte: AS4989475; Processo: 47041005386201607 Empresa: MCDERMOTT SERVICOS OFFSHORE DO BRASIL LTDA. - ME Prazo: até 13/03/2017 Estrangeiro: JAMES MICHAEL NORTH Passaporte: 437703984 Estrangeiro: LESLEY WADE RALSTON Passaporte: 528527049 Estrangeiro: MICHAEL EUGENE FRAZIER Passaporte: 310626217 Estrangeiro: RYAN CRAWFORD MICHAEL OUSLEY Passaporte: 514990270 Estrangeiro: STEVEN TODD OBRIEN Passaporte: 480483057; Processo: 47041005389201632 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 01/03/2017 Estrangeiro: Alven John Garsuta Sumbi Passaporte: EB8670640 Estrangeiro: Bernie Bantiyao Buyagao Passaporte: EC1565902 Estrangeiro: Jed Noval Petracorta Passaporte: EC8365258 Estrangeiro: Mike Bryan Mendez Garcia Passaporte: EC0543750 Estrangeiro: Sujit Kumar Divedi Passaporte: G5450503; Processo: 47041005391201610 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 19/07/2018 Estrangeiro: Christopher Haresco Garland Passaporte: EB8755889; Processo: 47041005394201645 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Theologos Karimalis Passaporte: AM1894923; Processo: 47041005396201634 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Victor Colitoy Goc-Ong Passaporte: EB5706905; Processo: 47041005412201699 Empresa: PROSAFE SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: CRAIG ENGLISH Passaporte: 461816288 Estrangeiro: IAN HENRY HOPWOOD Passaporte: 518324657; Processo: 47041005413201633 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: GABRIEL BOGDAN Passaporte: 14465027; Processo: 47041005414201688 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: OCTAVIAN SORIN PRODAN Passaporte: 12840682; Processo: 47041005433201612 Empresa: ODEBRECHT OLEO E GAS S/A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: viktors maksjuks Passaporte: LV4875445; Processo: 47041005438201637 Empresa: ODEBRECHT OLEO E GAS S/A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: pavlo prybluda Passaporte: EX622209; Processo: 47041005441201651 Empresa: ODEBRECHT OLEO E GAS S/A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: DAYNE RUTHVEN SEECHARAN Passaporte: TA971460; Processo: 47041005443201640 Empresa: ODEBRECHT OLEO E GAS S/A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: GENNADY KORNYUKH Passaporte: 710165079; Processo: 47041005445201639 Empresa: FLUMAR TRANSPORTES DE QUIMICOS E GASES LTDA Prazo: até 27/11/2016 Estrangeiro: Noel Rodolfo Servida Passaporte: EC1604920; Processo: 47041005455201674 Empresa: LACADOR NAVEGACAO LTDA Prazo: até 31/12/2016 Estrangeiro: FRANCESCO ABAZIA Passaporte: YA7981405 Estrangeiro: NICOLA LATERZA Passaporte: YA6867358; Processo: 47041005462201676 Empresa: DRAGABRAS SERVICOS DE DRAGAGEM LTDA Prazo: até 30/04/2017 Estrangeiro: ANDY FRANKY DE PAEP Passaporte: EM112367 Estrangeiro: BRAM MAURICE M. DEJAEGHER Passaporte: EM416772 Estrangeiro: PAUL JOZEF ADRIENNE HILLEN Passaporte: EK108475 Estrangeiro: THIBAUT FALMAGNE Passaporte: EI898663 Estrangeiro: TIM STEVEN G. DRIESSENS Passaporte: EM422847; Processo: 47041005466201654 Empresa: DRAGABRAS SERVICOS DE DRAGAGEM LTDA Prazo: até 30/04/2017 Estrangeiro: FREDERIK DANIEL GOEMYNE Passaporte: EM014899 Estrangeiro: GREGORY CLAUDE C. HERFURTH Passaporte: EM013798 Estrangeiro: PAUL AUGUST DE VROEY Passaporte: EN984702 Estrangeiro: SERGE MARIA G. DOCKX Passaporte: EM188117 Estrangeiro: YANNICK CLOES Passaporte: EK202797; Processo: 47041005465201618 Empresa: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Mile Nikolic Passaporte: 155816782; Processo: 47041005469201698 Empresa: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: até 28/05/2017 Estrangeiro: Cibeesh Balakrishnan Passaporte: Z3274918 Estrangeiro: Mazhar Sadiq Kazi Passaporte: H9254659; Processo: 47041005470201612 Empresa: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Simon Robert Inkster Passaporte: 099120103; Processo: 47041005471201667 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 19/07/2018 Estrangeiro: Edcell Jay Aratan Caringal Passaporte: EC4920711; Processo: 47041005472201610 Empresa: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Steven McNelis Passaporte: 519050879; Processo: 47041005473201656 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 03/02/2018 Estrangeiro: Dariusz Stanislaw Groszek Passaporte: EK4460321; Processo: 47041005474201609 Empresa: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: até 28/05/2017 Estrangeiro: Iman Ghosh Passaporte: N3674221; Processo: 47041005475201645 Empresa: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: até 20/03/2017 Estrangeiro: Mrinal Kanti Ghosh Passaporte: H6647934; Processo: 47041005477201634 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 01/04/2018 Estrangeiro: Alexander Bushtruk Passaporte: 720248719 Estrangeiro: Dmitrii Voronkin Passaporte: 751823361; Processo: 47041005476201690 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ANTONIA THEOFANI Passaporte: AN1931669; Processo: 47041005478201689 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Florencio Gubi Cuerdo Passaporte: EC7401722; Processo: 47041005479201623 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 26/10/2017 Estrangeiro: Efrain Moises Lugo Jimenez Passaporte: 074369919; Processo: 47041005480201658 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 21/12/2017 Estrangeiro: Rostyslav Radionenko Passaporte: EE515403; Processo: 47041005481201601 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Isidoros Arakas Passaporte: AM1288224; Processo: 47041005483201691 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 21/12/2017 Estrangeiro: Igor Prymakov Passaporte: EP821157; Processo: 47041005482201647 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 01/07/2018 Estrangeiro: Matthaios Koutsouradis Passaporte: AK4760884; Processo: 47041005484201636 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 03/11/2017 Estrangeiro: Isidoros Patelidas Passaporte: AN2135852; Processo: 47041005485201681 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Marco Vinicio Zamora Mendoza Passaporte: 070128015; Processo: 47041005488201614 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Charlon Quinto Briones Passaporte: EC1834559 Estrangeiro: Christian Fallaria Royo Passaporte: EC4148530 Estrangeiro: Jaime Jr. Libo-on Naldoza Passaporte: EC4531412 Estrangeiro: Jhon Raywelle Maglacas Villanueva Passaporte: EC2811806 Estrangeiro: Juanito Jr. Paguio Perez Passaporte: EC2092235; Processo: 47041005486201625 Empresa: FLUMAR TRANSPORTES DE QUIMICOS E GASES LTDA Prazo: até 27/11/2016 Estrangeiro: Julius Lacandula Besas Passaporte: EC2178701 Estrangeiro: Noel Sindol Sutacio Passaporte: EB6339846 Estrangeiro: Ronald Elnacin Degamo Passaporte: EB6222324; Processo: 47041005490201693 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 21/12/2017 Estrangeiro: Iaroslav Andrieiev Passaporte: EK890907; Processo: 47041005491201638 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 21/12/2017 Estrangeiro: Ilya Tyshchuk Passaporte: 719748574; Processo: 47041005495201616 Empresa: MCDERMOTT SERVICOS OFFSHORE DO BRASIL LTDA. - ME Prazo: até 13/03/2017 Estrangeiro: CASEY JAMES MAXWELL Passaporte: 529517819 Estrangeiro: GERARD MICHAEL ADEN Passaporte: M3562852 Estrangeiro: NICKOLAS ALEXANDER REINSVOLD Passaporte: 439791271; Processo: 47041005497201613 Empresa: HALLIBURTON SERVICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ANDREW SCOTT MCLENNAN Passaporte: GJ262983; Processo: 47041005500201691 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 12/03/2018 Estrangeiro: Florence Caballero Marco Passaporte: EC4080951; Processo: 47041005501201635 Empresa: DRAGABRAS SERVICOS DE DRAGAGEM LTDA Prazo: até 30/04/2017 Estrangeiro: WEHELLAGE BERNARD ISURU SANDARUWAN SILVA Passaporte: N5303749; Processo: 47041005502201680 Empresa: DRAGABRAS SERVICOS DE DRAGAGEM LTDA Prazo: até 30/04/2017 Estrangeiro: ZULKEFLY BIN HAMZAH Passaporte: A35493068; Processo: 47041005503201624 Empresa: DRAGABRAS SERVICOS DE DRAGAGEM LTDA Prazo: até 30/04/2017 Estrangeiro: ALEKSANDAR NIKOLAEV SIMEONOV Passaporte: 382305138; Processo: 47041005507201611 Empresa: MAERSK SUPPLY SERVICE - APOIO MARITIMO LTDA Prazo: até 14/07/2018 Estrangeiro: SOEREN ELIASSEN Passaporte: 206738022; Processo: 47041005516201601 Empresa: DRAGABRAS SERVICOS DE DRAGAGEM LTDA Prazo: até 30/04/2017 Estrangeiro: EDUARD OBENZA FORMENTERA Passaporte: EC1014432 Estrangeiro: JAY BEZ INDONG PREJOLES Passaporte: EC2483353 Estrangeiro: RE-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

XON JONAS OLINO Passaporte: EC2305977; Processo: 47041005514201612 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Antonios Sotis Passaporte: AM0312606; Processo: 47041005517201648 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Evgeny Snegurenko Passaporte: 647509691; Processo: 47041005518201692 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Aleksei Duplava Passaporte: 648783836; Processo: 47041005519201637 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Dimitrios Plavoukos Passaporte: AN2484197; Processo: 47041005520201661 Empresa: BETA LULA CENTRAL OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ALAN MAGNANI Passaporte: AA3199636; Processo: 47041005523201603 Empresa: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: até 25/05/2017 Estrangeiro: Baljinder Singh Passaporte: J5199651; Processo: 47041005524201640 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 22/12/2017 Estrangeiro: Igor Valikov Passaporte: 717619777; Processo: 47041005530201605 Empresa: DRAGABRAS SERVICOS DE DRAGAGEM LTDA Prazo: até 30/04/2017 Estrangeiro: ANTHONY LABARETE NEDERA Passaporte: EC3698514 Estrangeiro: MARK BRYAN PARMAN QUEROBIN Passaporte: EC2439912 Estrangeiro: ROMMEL FUENTES SANCHEZ Passaporte: EC4013701; Processo: 47041005528201628 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Brian Benoman Casumpang Passaporte: EC4640011; Processo: 47041005527201683 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Armen Petrosyan Passaporte: 09AR43452; Processo: 47041005529201672 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 21/12/2017 Estrangeiro: Kirill Kolobov Passaporte: 753477903; Processo: 47041005531201641 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Vladimer Chubinidze Passaporte: 08AI72666; Processo: 47041005532201696 Empresa: OCEAN RIG DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: até 15/05/2018 Estrangeiro: James Morrison Passaporte: 534802649; Processo: 47041005533201631 Empresa: TEEKAY PETROJARL PRODUCAO PETROLIFERA DO BRASIL LTDA. Prazo: até 21/01/2018 Estrangeiro: Per Kvamme Passaporte: 31581769; Processo: 47041005535201620 Empresa: CGG DO BRASIL PARTICIPACOES LTDA Prazo: até 01/07/2017 Estrangeiro: ARNSTEIN OEVSTHUS Passaporte: 27286100; Processo: 47041005537201619 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 02/01/2017 Estrangeiro: Hasdin Ramli Passaporte: B3985277; Processo: 47041005538201663 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 10/07/2017 Estrangeiro: Rama Krishna Rao Bommisetti Passaporte: K3768228; Processo: 47041005545201665 Empresa: DRAGABRAS SERVICOS DE DRAGAGEM LTDA Prazo: até 30/04/2017 Estrangeiro: CHRISTOPHE DOMINIQUE M. PANNEELS Passaporte: EM414523 Estrangeiro: PATRICK MALVINA R. PEETERS Passaporte: EM362206 Estrangeiro: PATRICK POLYDOOR J. VANTORRE Passaporte: EK228936 Estrangeiro: SEBASTIAN TORFS Passaporte: EM153120; Processo: 47041005556201645 Empresa: DRAGABRAS SERVICOS DE DRAGAGEM LTDA Prazo: até 30/04/2017 Estrangeiro: GERD GILBERT A. VERMOENS Passaporte: EM312683 Estrangeiro: PIETER YVAN M. SMEDTS Passaporte: EM177427 Estrangeiro: RUUD LOOS Passaporte: EK206501 Estrangeiro: TOON JOOST A. CORNELIS Passaporte: EM292078; Processo: 47041005563201647 Empresa: DRAGABRAS SERVICOS DE DRAGAGEM LTDA Prazo: até 30/04/2017 Estrangeiro: HANS VAN POEKE Passaporte: EJ798334 Estrangeiro: KURT ALMA B. VAN DER HEYDEN Passaporte: EM986318 Estrangeiro: LUK JOHAN D. KELL Passaporte: EM986405 Estrangeiro: MATHIAS MARTIN CARL SACRE Passaporte: EK058236; Processo: 47041005572201638 Empresa: OCEAN RIG DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: até 15/05/2018 Estrangeiro: Luke Alistair Collins Passaporte: 517941570; Processo: 47041005573201682 Empresa: OCEAN RIG DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: até 15/05/2018 Estrangeiro: Gabriel Joel Jean Pierre Chaix Passaporte: 13FV13535; Processo: 47041005575201671 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Jan Egil Trondheim Passaporte: 27497203; Processo: 47041005576201616 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Rommel Carnaje Estribo Passaporte: EC1887138; Processo: 47041005586201651 Empresa: OOG-TKP PRODUCAO DE PETROLEO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Krzysztof Stawicki Passaporte: ED6266168; Processo: 47041005587201604 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Oleksandr Aksonov Passaporte: EH372718; Processo: 47041005589201695 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Vasileios Analytis Passaporte: AN0814958.

Temporário - Sem Contrato - RN 87 - Resolução Normativa, de 15/09/2010:

Processo: 47039007711201615 Empresa: SIEMENS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: PALOMA LORENZO GARZON Passaporte: AAG076033.

Temporário - Sem Contrato - RN 69 - Resolução Normativa, de 22/03/2006:

Processo: 47039007621201616 Empresa: FERNANDA DIAS DE FREITAS PIMENTA 01259586170 Prazo: 6 Mês(es) Estrangeiro: Elena Diego Marina Passaporte: XDC015334 Valor Total do Evento (R$): 12600.00; Processo: 47039007634201695 Empresa: IPPC PUBLICIDADE LTDA - ME Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Andy Hiroshi Suzuki Passaporte: 530965481 Valor Total do Evento (R$): 142200.00 Estrangeiro: Christopher Cross Passaporte: 488992193 Estrangeiro: Christopher John Thom Passaporte: 311203567 Estrangeiro: Francis Jacques Arnaud Passaporte: 12AK87329 Estrangeiro: Kevin Reveyrand Passaporte: 12AI98433 Estrangeiro: Kim Merril Parent Passaporte: 509026902 Estrangeiro: Marcia Ann Ramirez Passaporte: 531237826 Estrangeiro: Steven Robert Kades Passaporte: 530740210 Estrangeiro: Vicent Jean Marie Bidal Passaporte: 15CY31779; Processo: 47039007670201659 Empresa: MORE MUSIC LIVE EVENTOS LTDA Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: ALEJANDRO HINOJOS RAMOS JR Passaporte: 505688690 Valor Total do Evento (R$): 70400.00 Estrangeiro: CARLOS ENRIQUE NOLASCO Passaporte: 456586191 Estrangeiro: GIANCARLO CRUZ-MICHAEL STANTON Passaporte: 430883100 Estrangeiro: RYAN MARCIANO DE LANG Passaporte: NUF4J2BB3 Estrangeiro: SHLOMO WEINSTOCK Passaporte: 502167534 Estrangeiro: SUNNERY JAMES GORRÉ Passaporte: BTJ79R925; Processo: 47039007669201624 Empresa: AUDIO PROMOCOES E EVENTOS LTDA Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: DAVID JUDE JOLICOEUR Passaporte: 481815272 Valor Total do Evento (R$): 32000.00 Estrangeiro: KELVIN MERCER Passaporte: 483727483 Estrangeiro: MICHELLE RUBIO Passaporte: 447617634 Estrangeiro: VINCENT LAMONT MASON Passaporte: 488158279; Processo: 47039007672201648 Empresa: INSTITUTO CULTURAL FILARMONICA Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: MARIANA ORTIZ RODRIGUEZ Passaporte: 115462951 Valor Total do Evento (R$): 34282.50; Processo: 47039007694201616 Empresa: REBOLA PRODUCOES ARTISTICAS LTDA - ME Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: RICHARD ALTEA QUITEVIS Passaporte: 530809082 Valor Total do Evento (R$): 1000.00 Estrangeiro: SUEMYRA AYEESHA SHAH Passaporte: 488679244; Processo: 47039007699201631 Empresa: DJ COM - ORGANIZACAO E PROMOCAO DE FEIRAS E CONGRESSOS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ROGER RENE SANCHEZ Passaporte: 48834114 Valor Total do Evento (R$): 81500.00; Processo: 47039007707201649 Empresa: FUNDACAO ORQUESTRA SINFONICA DO ESTADO DE SAO PAULO - FUNDACAO OSESP Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Marin Alsop Passaporte: 505895550 Valor Total do Evento (R$): 837824.00; Processo: 47039007708201693 Empresa: RPG & BAR DANCANTE LTDA - EPP Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ANDRE BOADU Passaporte: C3K73Z7NK Valor Total do Evento (R$): 11000.00; Processo: 47039007715201695 Empresa: MARCIO WESTPHALEN BURTET - ME Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: BENJAMIN AUGUST RUHREN Passaporte: 438785589 Valor Total do Evento (R$): 12986.40; Processo: 47039007776201652 Empresa: POPLOAD SERVICOS JORNALISTICOS S/S LTDA - EPP Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: ALEX MICHAEL EBERT Passaporte: 547746819 Valor Total do Evento (R$): 110000.00 Estrangeiro: BRYAN DANIEL HARRINGTON SCHECKEL Passaporte: 479077600 Estrangeiro: CHRISTIAN JAMES WILLIAM THOMPSON Passaporte: 707183174 Estrangeiro: CHRISTOPHER MICHAEL RICHARD Passaporte: 440612935 Estrangeiro: DUSTIN WAYNE MILLER Passaporte: 444291617 Estrangeiro: GERARDO LOPEZ BARAJAS Passaporte: E10215103 Estrangeiro: JOEL JACOB SHEARER Passaporte: 536839032 Estrangeiro: JOHN JORDAN MOSER Passaporte: 431997425 Estrangeiro: JOSHUA MICHAEL COLLAZO Passaporte: 455545631 Estrangeiro: LEWIS CONNOR MORRIS Passaporte: 535190508 Estrangeiro: MARK DOUGLAS NOSEWORTHY Passaporte: HB672030 Estrangeiro: MITCHELL BLAIR YOSHIDA Passaporte: 488310121 Estrangeiro: ORPHEO ODEON MC CORD Passaporte: 545856351 Estrangeiro: SETH WILLIAM FORD-YOUNG Passaporte: 546133307 Estrangeiro: STEPHEN EDWARD TAYLOR Passaporte: 481671369 Estrangeiro: STEWART BRADY COLE Passaporte: 445005802; Processo: 47039007733201677 Empresa: RODRIGO MENDES DE FIGUEIREDO Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MIRIAM KATHERINE NERVO Passaporte: PA3331631 Valor Total do Evento (R$): 22000.00 Estrangeiro: OLIVIA MARGARET NERVO Passaporte: E4133690; Processo: 47039007743201611 Empresa: RPG & BAR DANCANTE LTDA - EPP Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: PAUL ANDRE AUGUSTE RICHARD Passaporte: 13FV18506 Valor Total do Evento (R$): 11000.00; Processo: 47039007758201671 Empresa: ASSOCIACAO DE CULTURA, EDUCACAO E ASSISTENCIA SOCIAL SANTA MARCELINA Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: PATRICK FRANÇOIS YVES MESSINA Passaporte: 11AL40377 Valor Total do Evento (R$): 10920.00; Processo: 47039007761201694 Empresa: FUNDACAO ORQUESTRA SINFONICA DO ESTADO DE SAO PAULO - FUNDACAO OSESP Prazo: 3 Mês(es) Estrangeiro: RICHARD ERIC ARMSTRONG Passaporte: 099140436 Valor Total do Evento (R$): 126630.00; Processo: 47039007774201663 Empresa: LIBERATION MUSIC COMPANY PRODUCOES ARTISTICAS LTDA - ME Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: AARON RAY PAUSTIAN Passaporte: 491990328 Valor Total do Evento (R$): 25000.00 Estrangeiro: BRIAN KEITH DIAZ Passaporte: 530924603 Estrangeiro: BRYAN CHRISTOPHER WORTHEN Passaporte: 545994663 Estrangeiro: BRYAN DAVID VIG Passaporte: 447619623 Estrangeiro: CURTIS ALAN CLYDE Passaporte: 545994774 Estrangeiro: DOUGLAS ELWIN ERICKSON Passaporte: 436323890 Estrangeiro: ERIC ADAM AVERY Passaporte: 422577448 Estrangeiro: ERIC LOUIS GARDNER Passaporte: 488813109 Estrangeiro: MARK EDWARD HAWORTH Passaporte: 422070314 Estrangeiro: MICHAEL DAVID SOUDER Passaporte: 488817145 Estrangeiro: OLIVIA MIN-CHON SOUDER Passaporte: 513787592 Estrangeiro: SHERESE L BURNAM Passaporte: 493925821 Estrangeiro: SHIRLEY ANN MANSON Passaporte: 761322586 Estrangeiro: STEVEN WINSLOW MARKER Passaporte: 488783463 Estrangeiro: WILLIAM DOW BUSH Passaporte: 479824545; Processo: 47039007764201628 Empresa: MORE MUSIC LIVE EVENTOS LTDA Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: BASILIO OKO EJARA Passaporte: AAB988100 Valor Total do Evento (R$): 17600.00 Estrangeiro: EDGAR CANDEL KERRI Passaporte: AAC687496; Processo: 47039007766201617 Empresa: MORE MUSIC LIVE EVENTOS LTDA Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: NICOLAS ALEJANDRO BARLARO Passaporte: YA8664255 Valor Total do Evento (R$): 7040.00 Estrangeiro: TOMAS EZEQUIEL HEREDIA Passaporte: AAC913851; Processo: 47039007770201685 Empresa: MORE MUSIC LIVE EVENTOS LTDA Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: AUGUSTIN SERVENTE Passaporte: AAD214596 Valor Total do Evento (R$): 17600.00 Estrangeiro: MATIAS MARCEL CHAVEZ Passaporte: AAC085431 Estrangeiro: NICOLAS ALEJANDRO BARLARO Passaporte: YA8664255; Processo: 47039007773201619 Empresa: MORE MUSIC LIVE EVENTOS LTDA Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: CHRISTIAN SCHWEIZER Passaporte: AAC893910 Valor Total do Evento (R$): 7040.00 Estrangeiro: NICOLAS ALEJANDRO BARLARO Passaporte: YA8664255.

Permanente - Sem Contrato - RN 62 - Resolução Normativa, de 08/12/2004 (Artigo 3°, Inciso I):

Processo: 47039006276201601 Empresa: QUALIMIX INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA - EPP Prazo: Indeterminado Estrangeiro: SIMON ARTHUR LETACONNOUX Passaporte: 15CK98653; Processo: 47039007732201622 Empresa: BELOSUI IMOVEIS INVEST LTDA. Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: Thomas Dwight Rutz Passaporte: X2844842; Processo: 47039007727201610 Empresa: TOTAL E&P DO BRASIL LTDA Prazo: 3 Ano(s) Estrangeiro: VINCENT CHRISTOPHE JOSEPH LEFEBVRE Passaporte: 15FV29536; Processo: 47039007729201617 Empresa: TOTAL E&P DO BRASIL LTDA Prazo: 3 Ano(s) Estrangeiro: CAROLA MERCEDES VILLALBA ROJAS Passaporte: 117409596; Processo: 47039007730201633 Empresa: TIM PARTICIPACOES S.A Prazo: até 31/12/2018 Estrangeiro: ADRIAN CALAZA Passaporte: 18143685N.

Permanente - Sem Contrato - RN 62 - Resolução Normativa, de 08/12/2004 (Artigo 3°, Inciso II):

Processo: 47039006284201640 Empresa: SOMARSIL - CONSTRUCOES LTDA Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: BRUNO ELOI FARIA PEREIRA Passaporte: N661868.

O Coordenador-Geral de Imigração, no uso de suas atribuições, deferiu os seguintes pedidos de prorrogação de autorização de trabalho:

Temporário - Com Contrato - RN 99. - Prorrogação - Admitida uma única vez, se prazo inicial for inferior a 2 anos. - Prorrogação:

Processo: 47041003690201610 Empresa: MCDERMOTT SERVICOS OFFSHORE DO BRASIL LTDA. - ME Prazo: até 30/08/2017 Estrangeiro: ANTHONY SERGE RAYMOND QUILES Passaporte: 12CA13860.

Temporário - Sem Contrato - RN 72. - Prorrogação:

Processo: 47041004992201605 Empresa: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: até 04/08/2017 Estrangeiro: Ronnie Anderson Coutinho Passaporte: L5646582; Processo: 47041004995201631 Empresa: GOLAR SERVICOS DE OPERACAO DE EMBARCACOES LTDA Prazo: até 04/09/2017 Estrangeiro: Javier Alvarez Rodriguez Passaporte: AAJ369430; Processo: 47041005088201617 Empresa: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: até 25/05/2017 Estrangeiro: Nikhil Shashank Pednekar Passaporte: K9271840; Processo: 47041005089201653 Empresa: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: até 25/05/2017 Estrangeiro: Ramakanta Maharana Passaporte: H9312346; Processo: 47041005093201611 Empresa: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: até 25/05/2017 Estrangeiro: Amit Kumar Bhuker Passaporte: Z2400523; Processo: 47041005094201666 Empresa: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: até 25/05/2017 Estrangeiro: Shinoy Kizhakke Parambath Passaporte: K6235826; Processo: 47041005166201675 Empresa: TEEKAY PIRANEMA SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: até 15/03/2018 Estrangeiro: Jostein Ferkingstad Passaporte: 27494167; Processo: 47041005256201666 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 29/11/2017 Estrangeiro: Richard Arthur Edwards Passaporte: QD546093; Processo: 47041005262201613 Empresa: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: até 27/09/2018 Estrangeiro: AROCKIA MICHEAL SILUVAI MICHAEL Passaporte: Z2133628; Processo: 47041005263201668 Empresa: VAN OORD SERVICOS DE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: até 04/03/2018 Estrangeiro: Ernst Johann Ferrer Taeza Passaporte: EB3821634; Processo: 47041005268201691 Empresa: VAN OORD SERVICOS DE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: até 04/03/2018 Estrangeiro: Jose Glenn Alfaras Benerio Passaporte: EB3191938; Processo: 47041005270201660 Empresa: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: até 20/03/2017 Estrangeiro: Sadaf Mahamad Hayat Sangare Passaporte: H0238941; Processo: 47041005272201659 Empresa: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: até 20/03/2017 Estrangeiro: Abdul Muneer Peringady Passaporte: K9226435; Processo: 47041005275201692 Empresa: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: até 14/06/2017 Estrangeiro: Vikash Kumar Passaporte: Z3416175; Processo: 47041005273201601 Empresa: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: até 20/03/2017 Estrangeiro: Bryneaf Anthony Almeida Passaporte: J6284204; Processo: 47041005277201681 Empresa: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: até 14/06/2017 Estrangeiro: Atmaram Dhuri Passaporte: L3094031; Processo: 47041005312201662 Empresa: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: até 20/03/2017 Estrangeiro: Deepak Vinayanand Mishra Passaporte: J0163108; Processo: 47041005314201651 Empresa: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: até 20/03/2017 Estrangeiro: Ashok Kumar Ramesh Chandra Choudhary Passaporte: L7758545; Processo: 47041005319201684 Empresa: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: até 25/05/2017 Estrangeiro: Abhay Arun Chavan Passaporte: Z2925547; Processo: 47041005320201617 Empresa: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: até 25/05/2017 Estrangeiro: Arvind Birendra Yadav Passaporte: L4343756; Processo: 47041005322201606 Empresa: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: até 14/06/2017 Estrangeiro: Flonny Richard Fernandes Passaporte: K4579670; Processo: 47041005323201642 Empresa: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: até 20/03/2017 Estrangeiro: Dillip Kumar Mallick Passaporte:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

H2517084; Processo: 47041005324201697 Empresa: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: até 14/06/2017 Estrangeiro: Wasim Abdul Majeed Makhjankakr Passaporte: H8100302; Processo: 47041005325201631 Empresa: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: até 14/06/2017 Estrangeiro: Allwyn Custan Fernandes Passaporte: K4535768; Processo: 47041005357201637 Empresa: ASTROMARITIMA NAVEGACAO SA Prazo: até 10/08/2018 Estrangeiro: Piotr Krzysztof Skwarek Passaporte: EK2285041; Processo: 47041005358201681 Empresa: ASTROMARITIMA NAVEGACAO SA Prazo: até 10/08/2018 Estrangeiro: Joseph William Simpson Passaporte: 520689883; Processo: 47041005359201626 Empresa: ASTROMARITIMA NAVEGACAO SA Prazo: até 10/08/2018 Estrangeiro: Richard Benito Van der Broeck Passaporte: M00046106; Processo: 47041005361201603 Empresa: ASTROMARITIMA NAVEGACAO SA Prazo: até 10/08/2018 Estrangeiro: Daniel Sylwester Golabowski Passaporte: EE2395890; Processo: 47041005365201683 Empresa: ASTROMARITIMA NAVEGACAO SA Prazo: até 10/08/2018 Estrangeiro: Bartlomiej Jerzy Zielinski Passaporte: ED7734321; Processo: 47041005368201617 Empresa: ASTROMARITIMA NAVEGACAO SA Prazo: até 10/08/2018 Estrangeiro: Wojciech Jakub Pawlowski Passaporte: EJ7641201; Processo: 47041005371201631 Empresa: BRASBUNKER PARTICIPACOES S/A Prazo: até 12/01/2017 Estrangeiro: MOHAMED RAMADAN ELSAYED MOHAMED HEGAZI Passaporte: A06832213; Processo: 47041005374201674 Empresa: BRASBUNKER PARTICIPACOES S/A Prazo: até 12/01/2017 Estrangeiro: ASHRAF NABIL MOHAMED AHMED Passaporte: A06317150; Processo: 47041005375201619 Empresa: BRASBUNKER PARTICIPACOES S/A Prazo: até 12/01/2017 Estrangeiro: AHMED HOSNI ELRAWI MOHAMED Passaporte: A01253009; Processo: 47041005397201689 Empresa: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: até 28/05/2017 Estrangeiro: Mohamadrafic Balabatti Passaporte: H8320151; Processo: 47041005398201623 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 26/09/2018 Estrangeiro: ROBERT MAREK GOGOSZA Passaporte: EA9599219.

Temporário - Sem Contrato - RN 61. - Prorrogação:

Processo: 47041004519201610 Empresa: CINETRANSFORMER MOBILE CINEMAS DO BRASIL LTDA. Prazo: 365 Dia(s) Estrangeiro: Fernando de la Mora Castellanos Passaporte: G15049571; Processo: 47041004694201615 Empresa: HERRENKNECHT DO BRASIL MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA. Prazo: até 30/04/2017 Estrangeiro: RENÉ SCHMIDT Passaporte: CHGKRWR87; Processo: 47041004984201651 Empresa: VISIONA TECNOLOGIA ESPACIAL S.A. Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: AMELIE ST-AMOUR Passaporte: GG166300; Processo: 47041004985201603 Empresa: VISIONA TECNOLOGIA ESPACIAL S.A. Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: JEAN DE LAFONTAINE Passaporte: GI150362; Processo: 47041005049201610 Empresa: EISENMANN DO BRASIL EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ELENI ALVANIDOU Passaporte: AN1848563; Processo: 47041005053201670 Empresa: PORTSIDE CONSTRUCOES LTDA - ME Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ZHOU JIANWEI Passaporte: E32645539; Processo: 47041005290201631 Empresa: TERRATEST BRASIL FUNDACOES ESPECIAIS LTDA. Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: JUAN GARCIA MORIANO Passaporte: PAB39385; Processo: 47041005362201640 Empresa: SANDVIK MGS S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: WALTER ERTL Passaporte: U0271273; Processo: 47041005370201696 Empresa: DURR BRASIL LTDA Prazo: até 16/11/2017 Estrangeiro: Luigi Aloia Passaporte: YA4244544; Processo: 47041005372201685 Empresa: HARRIS PYE BRASIL LTDA Prazo: até 25/09/2017 Estrangeiro: Ryszard Dampc Passaporte: EB2690521; Processo: 47041005387201643 Empresa: METROBARRA S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Yu Xinliang Passaporte: E04042845; Processo: 47041005402201653 Empresa: FCA FIAT CHRYSLER AUTOMOVEIS BRASIL LTDA. Prazo: até 22/07/2017 Estrangeiro: SYDNEY NOEL FORLEE Passaporte: A04386085; Processo: 47041005410201608 Empresa: HARRIS PYE BRASIL LTDA Prazo: até 13/10/2017 Estrangeiro: LIAM JAMES ROURKE Passaporte: 518459835; Processo: 47041005436201648 Empresa: BAKER HUGHES DO BRASIL LTDA Prazo: até 24/09/2017 Estrangeiro: Javier Edito Pons Passaporte: AAC142835; Processo: 47041005440201614 Empresa: BAKER HUGHES DO BRASIL LTDA Prazo: até 30/09/2017 Estrangeiro: Rabindra Suraj Passaporte: BA009747; Processo: 47041005442201603 Empresa: BAKER HUGHES DO BRASIL LTDA Prazo: até 05/10/2017 Estrangeiro: Waleed Sayed Abdelaziz Abdellah Passaporte: A14351593; Processo: 47041005461201621 Empresa: POSCO ENGENHARIA E CONSTRUCAO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JAEHYUB LEE Passaporte: M17871363; Processo: 47041005464201665 Empresa: JAGUAR E LAND ROVER BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE VEICULOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: CHRISTOPHER MATTHEW HURSTHOUSE Passaporte: 527748222; Processo: 47041005467201607 Empresa: BLACKSTONE ASSESSORIA EM INVESTIMENTOS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Michael John Forman Passaporte: 530662274; Processo: 47041005504201679 Empresa: SIEMENS LTDA Prazo: até 30/11/2017 Estrangeiro: BERNARDO MORENO MEJIA Passaporte: E12793891; Processo: 47041005505201613 Empresa: SIEMENS LTDA Prazo: até 05/01/2018 Estrangeiro: FABIAN RICARDO AMAYA Passaporte: 467216651; Processo: 47041005510201626 Empresa: SBM OFFSHORE DO BRASIL LTDA. Prazo: até 07/03/2017 Estrangeiro: JUANIO AGRAVIADOR OPELARIO Passaporte: EC7843542; Processo: 47041005512201615 Empresa: SOCIEDADE MICHELIN DE PARTICIPACOES INDUST E COMERCIO LTDA Prazo: até 23/05/2017 Estrangeiro: CHRISTOPHE LEO RAYMOND DECHAINE Passaporte: 14CR69319; Processo: 47041005511201671 Empresa: SBM OFFSHORE DO BRASIL LTDA. Prazo: até 07/03/2017 Estrangeiro: GABRIEL DINESCU Passaporte: 052426186; Processo: 47041005513201660 Empresa: SBM OFFSHORE DO BRASIL LTDA. Prazo: até 07/03/2017 Estrangeiro: WILFREDO AMEMITA RONGAVILLA Passaporte: EB6086045; Processo: 47041005515201659 Empresa: SBM OFFSHORE DO BRASIL LTDA. Prazo: até 07/03/2017 Estrangeiro: OMID FAZELI Passaporte: I95723467; Processo: 47041005521201614 Empresa: CSP - COMPANHIA SIDERURGICA DO PECEM Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: SUNGCHUL LEE Passaporte: M32580714; Processo: 47041005564201691 Empresa: ANDRITZ BRASIL LTDA Prazo: até 13/10/2017 Estrangeiro: RUDOLF GROSSSCHAEDL Passaporte: P7554939; Processo: 47041005571201693 Empresa: POSCO ENGENHARIA E CONSTRUCAO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: HYUNGKI JEON Passaporte: M23602284; Processo: 47041005601201661 Empresa: CSP - COMPANHIA SIDERURGICA DO PECEM Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: SEUNGHEE PARK Passaporte: M37134390; Processo: 47041005604201603 Empresa: CSP - COMPANHIA SIDERURGICA DO PECEM Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: HWASIG KIM Passaporte: M51211573.

O Coordenador-Geral de Imigração, no uso de suas atribuições, indeferiu os seguintes pedidos de autorização de trabalho:

Processo: 47039006244201606 Empresa: ARTEFATOS DE CIMENTO SAO JORGE LIMITADA - ME Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: PAULO ALEXANDRE ALVES GOUVEIA Passaporte: M891249; Processo: 47039007687201614 Empresa: WURTH DO BRASIL PECAS DE FIXACAO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: CARMINDA DOS PRAZERES PINTO EIRA VELHA RODRIGUES Passaporte: N328959; Processo: 47039007719201673 Empresa: COBREMAX INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: DENIS MERALDO MAZZER Passaporte: YAO0241878; Processo: 47039007379201681 Empresa: CLINICA DE OLHOS DR. WALDEMAR OLIVEIRA LTDA - ME Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: DARIEL RAMOS HERNANDEZ Passaporte: E223538; Processo: 47039007526201612 Empresa: M VIEIRA DE SOUZA LABORATORIO - ME Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ODIS NELSON VILLALON BARRERA Passaporte: E229168; Processo: 47039007690201620 Requerente: Antonio Salvador da Costa Rodrigues Prazo: Indeterminado Estrangeiro: Antonio Salvador da Costa Rodrigues Passaporte: M816896; Processo: 47039005948201653 Empresa: DONGWON BRASIL FABRICACAO DE AUTO PECAS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: BYONGOK PARK Passaporte: M97771786; Processo: 47039007690201620 Empresa: Antonio Salvador da Costa Rodrigues Prazo: Indeterminado Estrangeiro: Antonio Salvador da Costa Rodrigues Passaporte: M816896.

O Coordenador-Geral de Imigração, no uso de suas atribuições, indeferiu os seguintes pedidos de prorrogação de autorização de trabalho:

Processo: 47041005197201626 Empresa: RESORT MIRAMAR BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: antonio fernandez moldes Passaporte: AAI945484; Processo: 47041005206201689 Empresa: RESORT MIRAMAR BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: laureano crespo trujillo Passaporte: BA364973; Processo: 47041005454201620 Empresa: M P DOS SANTOS & CIA LTDA - ME Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MARINA PRIETO DE GARCIA Passaporte: 066945402.

HUGO MEDEIROS GALLO DA SILVA

SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS

DESPACHO DA COORDENADORA-GERAL
Em 16 de setembro de 2016

A Coordenadora-Geral de Recursos da Secretaria de Inspeção do Trabalho/MTE, no uso de sua competência, prevista no art. 9º, inciso I, alínea "c", anexo VI, da Portaria/GM nº 483, de 15 de setembro de 2004, decidiu o processo de interdição nos seguintes termos:

Negando provimento e efeito suspensivo, mantendo a decisão regional que decretou a interdição.

Nº	PROCESSO	Termo de Interdição	EMPRESA	UF
1	46215.083518/2016-21 (47707.000415/2016-65)	30430-1/07/2016	Ancade Indústria e Comércio de Alimentos Ltda.	RJ

EVA PATRÍCIA GONÇALO PIRES

SECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO

DESPACHOS DO SECRETÁRIO
Em 16 de setembro de 2016

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fulcro nos termos da decisão exarada nos autos do Processo 0001190-69.2016.5.10.0022, procedente da 22ª Vara do Trabalho de Brasília/DF do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, considerando o preenchimento dos requisitos para a publicação do pedido de registro sindical, dá ciência do requerido pela entidade abaixo mencionada, ficando aberto o prazo de 30 (trinta) dias para que os interessados possam se manifestar, nos termos da Portaria 188/2007 e da Portaria 326/2013.

Processo	46242.002194/2015-21
Entidade	SINVUBER - Sindicato dos Empregados em Empresas de Vigilância e Segurança, Escolta Armada, Segurança Eletrônica, Cursos de Formação de Vigilantes, Segurança Pessoal e Empresas de Segurança Orgânica e Administrativa de Uberaba e Região do Estado de Minas Gerais
CNPJ	23.652.446/0001-04
Abrangência	Intermunicipal
Base Territorial	Minas Gerais: Água Comprida, Araporã, Campina Verde, Campo Florido, Carneirinho, Comendador Gomes, Conceição das Alagoas, Conquista, Delta, Fronteira, Frutal, Iraí de Minas, Itapagipe, Iturama, Limeira do Oeste, Nova Ponte, Pedrinópolis, Pirajuba, Planura, Sacramento, Santa Juliana, São Francisco de Sales, Uberaba, União de Minas e Veríssimo
Categoria	Profissional dos Trabalhadores das Empresas de Vigilância e Segurança, Escolta Armada, Segurança Eletrônica, Cursos de Formação, Segurança Pessoal, Orgânica e Administrativa

Com fundamento previsto no art. 53 da Lei 9.784 de 29 de janeiro de 1999, aprovo a Nota Técnica 236/2016/GAB/SRT/MTb, com a adoção da seguinte medida: Deferir o pedido de reconsideração 46000.005916/2016-22 e PUBLICAR o Pedido de Registro Sindical do Sindicato dos Vigilantes Condutores em Transportadora de Valores, Carro-Forte, Escolta Armada e Condutores de Transportadores de Valores e Transportadores de Malotes em Carro Leve, no Município do Rio de Janeiro, CNPJ 10.899.643/0001-72, Processo 46215.470697/2009-12, para representar a Categoria profissional dos vigilantes condutores em transportadora de valores, Carro-forte, escolta armada e condutores de transportadores de valores e transportadores de malotes em carro leve, com abrangência municipal e base territorial no município Rio de Janeiro, no estado do Rio de Janeiro, ficando aberto o prazo de 30 (trinta) dias para que os interessados possam se manifestar, nos termos da Portaria 188, de 05 de julho de 2007 e da Portaria 326, de 1º de março de 2013.

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326/2013 e na Nota Técnica 240/2016/GAB/SRT/MTb, resolve DEFERIR os recursos administrativos protocolados 46000.002314/2016-13 e 46218.006041/2016-31 e ANULAR a publicação constante no Diário Oficial da União em 05 de setembro abril de 2016, Seção 1, n.º 64, pág. 49, para o fim de publicar o Pedido de Registro Sindical da entidade abaixo mencionada, considerando o preenchimento dos requisitos, ficando aberto o prazo de 30 (trinta) dias para que os interessados possam se manifestar, nos termos da Portaria 188, de 05 de julho de 2007 e da Portaria 326, de 11 de março de 2013:

Processo	46218.007646/2012-15
Entidade	SINDIGEL/RS - Sindicato dos Trabalhadores Refrigeristas, Técnicos em Calefação, Lavadoras e Ar Condicionado e Consultores Técnicos em Vendas de Peças de Refrigeração e Calefação do Estado do Rio Grande do Sul
CNPJ	15.635.336/0001-06
Abrangência	Estadual
Base Territorial	Rio Grande do Sul
Categoria	Trabalhadores em Concessionários e Distribuidores de Veículos Automotores

Com fundamento na sentença concedida nos autos do Processo Judicial 10865-86.2014.5.15.0119, em trâmite perante a Vara do Trabalho de Caçapava do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região; na Nota Técnica 462/2016/AIP/SRT/MT; e na Portaria Ministerial 326/2013, o Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, resolve ANOTAR o SIPROEM - Sindicato dos Professores das Escolas das Redes Públicas de Ensino Municipal, CNPJ 08.847.134/0001-54, Processo 46257.002501/2007-02, excluindo-lhe a categoria dos professores no município de Caçapava; e CONCEDER o Registro Sindical ao SINDSERV CAÇAPAVA - Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Caçapava, CNPJ 96.488.051/0001-83, Processo 47999.000360/2015-74.

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento nos artigos 53 e 54 da Lei 9.784/99, resolve RETIFICAR o Despacho publicado no Diário Oficial da União de 09/09/2016, Seção 1, pág. 48, n.º 174, do Processo 47999.005986/2014-96 do Sindicato dos Transportadores de Veículos Automotores de Jacareí-SP, CNPJ 20.995.280/0001-22 para que onde se lê: "para representar a Categoria Profissional dos Transportadores rodoviários Autônomos de Veículos, Firmas Individuais, Pequenas e Micro-Empresas de Transporte Rodoviário de Veículos Automotores, com abrangência municipal e base territorial no município de Jacareí, no estado de São Paulo"; leia-se: "para representar a Categoria Econômica dos Transportadores rodoviários Autônomos de Veículos, Firmas Individuais de Transporte Rodoviário de Veículos Automotores, com abrangência municipal e base territorial no município de Jacareí, no estado de São Paulo", nos termos dos arts. 53 e 54 da Lei 9.784/99.

CARLOS CAVALCANTE DE LACERDA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

RESOLUÇÃO Nº 4.982, DE 16 DE SETEMBRO DE 2016

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do processo nº 50300.009206/2016-64, ad referendum da Diretoria Colegiada, resolve:

Art. 1º Deferir autorização, em caráter especial e de emergência, com base no art. 49 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, à empresa Enseada Indústria Naval S.A., inscrita no CNPJ/MF sob nº 12.243.301/0004-78, para operações de exportação de superestruturas (módulo de serviços, bocas de sino, guindastes e mangotes), as quais fazem parte da plataforma de petróleo P-77, de propriedade da empresa Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, cuja conversão dos cascos em unidades flutuantes de produção, armazenamento e transbordo (Floating Production, Storageand Offloading - FPSO) está sendo realizada na China, pelo prazo máximo e improrrogável de 42 (quarenta e dois) dias, contados da publicação desta Resolução, no Terminal de Uso Privado - TUP de sua propriedade, localizado no município do Rio de Janeiro, RJ, objeto do Anúncio Público nº 26/2013, ora no Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil - MTPAC para formalização do respectivo Contrato de Adesão.

Art. 2º Ressaltar que a autorização ora deferida não desonera a empresa Enseada Indústria Naval S.A. do atendimento às exigências junto à Receita Federal, assim como aos padrões de segurança exigidos pelos entes intervenientes na operação, mormente no tocante às competências afetas à Marinha do Brasil, Corpo de Bombeiros e Órgão de Meio Ambiente a que a instalação portuária está jurisdicionada.

Art. 3º Determinar que a Superintendência de Fiscalização e Coordenação das Unidades Regionais - SFC, desta Agência, acompanhe a realização das operações ora autorizadas.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ADALBERTO TOKARSKI

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DAS UNIDADES REGIONAIS UNIDADE REGIONAL DE SÃO PAULO-SP

DESPACHO DO CHEFE
Em 26 de julho de 2016

Nº 16 - Processo nº 50300.000527/2016-01. Empresa penalizada: Polo Operadores Portuários S/A. ME, CNPJ nº 08.030.539/0001-03. Objeto e Fundamento Legal: aplicar a penalidade de multa pecuniária no valor de R$ 7.875,00; pela prática da infração tipificada no inciso XV, do art. 32 da Norma aprovada pela Resolução nº 3.274-ANTAQ, de 06/02/2014.

GUILHERME DA COSTA SILVA

UNIDADE REGIONAL DO RIO DE JANEIRO-RJ

DESPACHO DO CHEFE
Em 14 de setembro de 2016

Nº 55 - Processo nº 50301.000817/2015-56. Empresa Penalizada: Sepetiba Tecon S.A., CNPJ nº 02.394.276/0002-08. Objeto e Fundamento Legal: aplicar a penalidade de multa pecuniária no valor de R$ 9.900,00; pelo cometimento das infrações tipificadas nos incisos V e VI, do art. 32 da Norma aprovada pela Resolução nº 3.274-ANTAQ, de 06/02/2014.

ALEXANDRE PALMIERI FLORAMBEL

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES
SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS DE TRANSPORTES DE PASSAGEIROS

PORTARIA Nº 103, DE 14 DE SETEMBRO DE 2016

O SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, nos termos do art. 63, inciso XXII da Resolução ANTT nº 3.000, de 2009 e com fundamento no que consta no Processo nº 50500.147182/2016-94, resolve:

Art. 1° Na transferência de serviço e do controle societário, a empresa pretendente deverá comprovar, por meio de balanço patrimonial e demonstração de resultado do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que possui patrimônio líquido positivo.

Art. 2º As regras previstas no artigo 1° desta Portaria somente se aplicarão aos processos de transferência de serviço e de controle societário protocolados nesta Agência a partir da data de sua publicação.

Parágrafo único. Concluídos todos os processos de transferência de serviço e de controle societário protocolados nesta Agência antes da data de publicação desta Portaria, fica automaticamente revogada a Ordem de Serviço nº 001/2012/SUREG/ANTT, de 9 de abril de 2012.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE MUÑOZ LOPES DE OLIVEIRA

VALEC - ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E FERROVIAS S.A.

PORTARIA Nº 567, DE 16 DE SETEMBRO DE 2016

O Diretor-Presidente da VALEC - ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E FERROVIAS S/A, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Artigo 33 do Estatuto Social vigente, considerando o resultado final do Concurso Público homologado por edital publicado no Diário Oficial da União, de 11 de outubro de 2012, resolve:

Convocar os candidatos aprovados no Concurso Público supramencionado para os cargos de ampla concorrência, conforme relacionado nos Anexos I e II desta Portaria.

MÁRIO MONDOLFO
Interino

ANEXO I - POLO BRASÍLIA

A VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. CONVOCA os candidatos aprovados no Concurso Público, realizado em 09 de setembro de 2012 no Polo de Brasília, para comparecerem à sua Sede, situada na cidade de Brasília, localizada na SEP/SUL, Quadra 713/913, Lote E, Asa Sul, CEP: 70.390-135, até o dia 22 de setembro de 2016 das 09h às 11h30 ou das 14h às 17h30, munidos da documentação necessária à admissão, conforme relação publicada no site www.valec.gov.br/concurso2012. Data de admissão, impreterivelmente, até o dia 28 de setembro de 2016, sob pena de desclassificação.

Em caso de dúvidas, solicitamos entrar em contato pelo telefone (61) 2029-6123.

Nível Superior - Brasília

Cargo/Polo	Inscrição	Nome	Class	CPF
Administrador / Brasília - DF	1424672	NELIO PEREIRA DA SILVA*	96	02765059640
Administrador / Brasília - DF	1701846	MILLENA MARIA WANDERLEY RAMOS*	97	06056448452
Administrador / Brasília - DF	1389701	LUCAS ALVES DA NOBREGA ALBERTO DANTAS*	98	05635254446
Administrador / Brasília - DF	1052068	PEDRO GOMES CAETANO**	100	02492236196
Administrador / Brasília - DF	1280010	CARLOS EDUARDO MENDES DA SILVA	101	12633940781
Administrador / Brasília - DF	1541167	RAFAEL DE SOUZA E SILVA	102	01852487135
Administrador / Brasília - DF	1283506	RENATO BERREDO DE TOLEDO LOBATO	103	00325061122

*Obs: Candidatos da 96ª, 97ª e 98ª colocações convocados em virtude da desclassificação dos candidatos da 91ª, 93ª e 95ª colocações, por não comparecimento à apresentação de documentos.
**Obs: Candidato da 100ª colocação convocado em virtude da apresentação de Termo de Desistência pelo candidato da 99ª colocação.

Advogado / Brasília - DF	1725240	LAIS BRITO SANTANA DE SOUZA*	96	80472931504
Advogado / Brasília - DF - PNE	1042202	RAPHAEL CARDOSO DOS REIS**	685	05688111780

*Obs: Candidato da 96ª colocação convocado em virtude da apresentação de Termo de Desistência pelo candidato da 95ª colocação.
**Obs: Candidato da 10ª colocação da lista de PNE - Portador de Necessidades Especiais e da 685ª colocação da lista de Ampla Concorrência convocado em virtude da desclassificação do candidato da 9ª colocação da lista de PNE - Portador de Necessidades Especiais e da 671ª colocação da lista de Ampla Concorrência, por não comparecimento à apresentação de documentos.

Analista de Sistemas / Brasília - DF	1614083	LEANDRO NOGUEIRA COUTO*	48	35038663885
Analista de Sistemas / Brasília - DF	1844046	IGOR DE FREITAS E FELIX DE SOUSA*	49	71648976115

*Obs: Candidatos da 48ª e 49ª colocações convocados em virtude da desclassificação dos candidatos da 46ª e 47ª colocações, por não comparecimento à apresentação de documentos.

Nível Médio - Brasília

Cargo/Polo	Inscrição	Nome	Class	CPF
Assistente Administrativo / Brasília - DF	1381262	PEDRO HENRIQUE DE OLIVEIRA LOPES DA CONCEICAO*	231	03704910171
Assistente Administrativo / Brasília - DF	1728886	JOSE ANTONIO ANDRADE DE OLIVEIRA*	232	96027860197
Assistente Administrativo / Brasília - DF	1257545	ADELSON SILVA COUTO*	233	05496797667
Assistente Administrativo / Brasília - DF	1503196	ALAN TIAGO FELIPE*	234	04078318940
Assistente Administrativo / Brasília - DF	1416423	RONALDO LAWSON SIQUEIRA DE CARVALHO	235	01895099102
Assistente Administrativo / Brasília - DF - PNE	1161499	PHILIPPE PAULINO DE SOUZA GOMES**	1975	01404902139

ANEXO II - POLO GOIÀS

A VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. CONVOCA o candidato aprovado no Concurso Público, realizado em 09 de setembro de 2012 no Polo Goiás, para comparecer ao seu escritório, situado na cidade de Anápolis - GO, localizado na Avenida Afonso Pena, Quadra 20, Bairro de São João, até o dia 22 de setembro de 2016 das 09h às 11h30 ou das 14h às 17h30, munido da documentação necessária à admissão, conforme relação publicada no site www.valec.gov.br/concurso2012. Data de admissão, impreterivelmente, até o dia 28 de setembro de 2016, sob pena de desclassificação. Lotação na cidade de Goianira/GO.

Em caso de dúvidas, solicitamos entrar em contato pelo telefone (61) 2029-6123.

Nível Superior - Goiás

Cargo/Polo	Inscrição	Nome	Class	CPF
Advogado / Goiás	1571132	BARBARA MOREIRA TORRES	20	07433049690

Ministério Público da União

ATOS DO PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

PORTARIA Nº 71, DE 16 DE SETEMBRO DE 2016

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 43, §1º, inciso III, da Lei n.º 13.242, de 30 de dezembro de 2015 (LDO 2016), e a autorização constante no art. 4º, inciso I, alínea "a", e §1º, da Lei n.º 13.255, de 14 de janeiro de 2016 (LOA 2016), resolve:

Art. 1.º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei n.º 13.255, de 14 de janeiro de 2016), em favor do Ministério Público da União, crédito suplementar no valor global de R$ 8.824.721,00 (oito milhões, oitocentos e vinte e quatro mil, setecentos e vinte e um reais) para atender à programação constante do Anexo I desta Portaria.

Art. 2.º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação parcial de dotações orçamentárias, conforme indicado no Anexo II desta Portaria.

Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ANEXO I

ÓRGÃO: 34000 - Ministério Público da União
UNIDADE: 34104 - Ministério Público do Trabalho
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0581		Defesa da Ordem Jurídica							8.824.721
		Atividades							
03 062	0581 4262	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário - Ministério Público do Trabalho							8.824.721
03 062	0581 4262 0001	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário - Ministério Público do Trabalho - Nacional							8.824.721
			F	3	2	90	0	100	3.824.721
			F	4	2	90	0	100	5.000.000
TOTAL - FISCAL									8.824.721
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									8.824.721

ANEXO II

ÓRGÃO: 34000 - Ministério Público da União
UNIDADE: 34104 - Ministério Público do Trabalho
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0581		Defesa da Ordem Jurídica							8.824.721
		Projetos							
03 122	0581 13CA	Construção do Edifício-Sede da Procuradoria Regional do Trabalho em Brasília - DF							5.000.000
03 122	0581 13CA 5664	Construção do Edifício-Sede da Procuradoria Regional do Trabalho em Brasília - DF - Em Brasília - DF							5.000.000
			F	4	2	90	0	100	5.000.000
03 122	0581 13CB	Construção do Edifício-Sede da Procuradoria Regional do Trabalho em Porto Alegre - RS							1.370.633
03 122	0581 13CB 5027	Construção do Edifício-Sede da Procuradoria Regional do Trabalho em Porto Alegre - RS - No Município de Porto Alegre - RS							1.370.633
			F	4	2	90	0	100	1.370.633
03 122	0581 7U73	Aquisição do Edifício-Sede da Procuradoria Regional do Trabalho em Vitória - ES							1.659.455
03 122	0581 7U73 3273	Aquisição do Edifício-Sede da Procuradoria Regional do Trabalho em Vitória - ES - No Município de Vitória - ES							1.659.455
			F	5	2	90	0	100	1.659.455
03 122	0581 7W45	Construção do Edifício-Sede da Procuradoria do Trabalho no Município de Montes Claros							794.633
03 122	0581 7W45 2842	Construção do Edifício-Sede da Procuradoria do Trabalho no Município de Montes Claros - No Município de Montes Claros - MG							794.633
			F	4	2	90	0	100	794.633
TOTAL - FISCAL									8.824.721
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									8.824.721

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR
CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

ATA DA 409ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 14 DE JULHO DE 2016

Aos quatorze dias do mês de julho de dois mil e dezesseis, na sala de reuniões da CCR/MPM, na Sede da Procuradoria-Geral da Justiça Militar, em Brasília, Setor de Embaixadas Norte, Lote 43, reuniu-se a Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Militar. Presentes os Membros, Subprocuradores-Gerais de Justiça Militar: Dr. José Garcia de Freitas Júnior (Coordenador), Dra. Anete Vasconcelos de Borborema (Membro), Dr. Marcelo Weitzel Rabello de Souza (Suplente) e o Procurador de Justiça Militar Dr. Clauro Roberto de Bortolli (Suplente). Aberta a Reunião às 10h30. O Coordenador agradeceu a presença de todos.

1. MANIFESTAÇÕES:

1.1. Processo: Procedimento Administrativo - PAVPM 0000021-17.2016.2201.
Origem: PJM Manaus - 3º Ofício Geral.
Relator: Dr. José Garcia de Freitas Júnior.
Ementa: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. INSPEÇÃO DE ESTABELECIMENTO PRISIONAL DE ORGANIZAÇÃO MILITAR DO EXÉRCITO BRASILEIRO. 4º BATALHÃO DE AVIAÇÃO DO EXÉRCITO - BAvEx, EM MANAUS/AM. Atividade extrajudicial da PJM Manaus - 1° Ofício Geral. Controle externo da Atividade de Polícia Judiciária Militar. Desativação de instalações carcerárias. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.2. Processo: Procedimento Administrativo - PAVPM 0000011-49.2016.1901.
Origem: PJM Campo Grande - 3º Ofício Geral.
Relator: Dr. Clauro Roberto de Bortolli.
Ementa: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE VERIFICAÇÃO DE PRISÃO MILITAR. VISITA TÉCNICA ANUAL AS DEPENDÊNCIAS CARCERÁRIAS DO GRUPAMENTO DE FUZILEIROS NAVAIS DO COMPLEXO DO 6° DISTRITO NAVAL (LADÁRIO/MS). Adequabilidade das instalações vistoriadas, bem como atendimento das disposições legais atinentes à matéria, certificadas pelo Membro Oficiante. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.3. Processo: Procedimento Administrativo - PAVPM 0000012-60.2015.1202.
Origem: 2ª PJM São Paulo - 2º Ofício Geral.
Relator: Dr. Clauro Roberto de Bortolli.
Ementa: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE VERIFICAÇÃO DE PRISÃO MILITAR. VISITA TÉCNICA ANUAL AS DEPENDÊNCIAS CARCERÁRIAS DA BASE DE AVIAÇÃO DE TAUBATÉ (TAUBATÉ/SP). Inexistência de preso, no dia da inspeção. Adequabilidade das instalações vistoriadas, bem como atendimento das disposições legais atinentes à matéria, certificadas pelo Membro Oficiante. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.4. Processo: Procedimento Administrativo - PAVPM 0000013-66.2016.1701.
Origem: PJM Recife - 2º Ofício Geral.
Relator: Dr. Clauro Roberto de Bortolli.
Ementa: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE VERIFICAÇÃO DE PRISÃO MILITAR. VISITA TÉCNICA ANUAL AS DEPENDÊNCIAS CARCERÁRIAS DO 71º BATALHÃO DE INFANTARIA MOTORIZADO (GARANHUNS/PE). Adequabilidade das instalações vistoriadas, bem como atendimento das disposições legais atinentes à matéria, certificadas pelo Membro Oficiante. A periodicidade de visitação a estabelecimento prisional militar está estipulada em regramento do CNMP, cabendo à Corregedoria-Geral do Ministério Público Militar dirimir eventuais dúvidas a respeito. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.5. Processo: Procedimento Administrativo - PAVPM 0000021-98.2016.1301.
Origem: PJM Porto Alegre - 3º Ofício Geral.
Relator: Dr. Clauro Roberto de Bortolli.
Ementa: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE VERIFICAÇÃO DE PRISÃO MILITAR. VISITA TÉCNICA ANUAL AS DEPENDÊNCIAS CARCERÁRIAS DA BASE AÉREA DE CANOAS/RS. Adequabilidade das instalações vistoriadas, bem como atendimento das disposições legais atinentes à matéria, certificadas pelo Membro Oficiante. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.6. Processo: Procedimento Administrativo - PAVPM 0000029-85.2016.1401.
Origem: PJM Juiz de Fora - 1º Ofício Geral.
Relator: Dr. Clauro Roberto de Bortolli.
Ementa: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE VERIFICAÇÃO DE PRISÃO MILITAR. VISITA TÉCNICA ANUAL AS DEPENDÊNCIAS CARCERÁRIAS DO 4º ESQUADRÃO DE CAVALARIA MECANIZADO (SANTOS DUMONT/MG). Adequabilidade das instalações vistoriadas, com pequeno ajuste, já determinado pelo membro responsável pela inspeção, bem como atendimento das disposições legais atinentes à matéria, certificadas pelo Membro Oficiante. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.7. Processo: Procedimento Administrativo - PAVPM 0000030-88.2016.1901.
Origem: PJM Campo Grande - 2º Ofício Geral.
Relator: Dr. Clauro Roberto de Bortolli.
Ementa: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE VERIFICAÇÃO DE PRISÃO MILITAR. VISITA TÉCNICA ANUAL AS DEPENDÊNCIAS CARCERÁRIAS DA 2ª COMPANHIA DE FRONTEIRA (PORTO MURTINHO/MS). Adequabilidade da instalação vistoriada, bem como atendimento das disposições legais atinentes à matéria, certificadas pelo Membro Oficiante. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.8. Processo: Procedimento Administrativo - PAVPM 0000035-82.2016.1401.
Origem: PJM Juiz de Fora - 1º Ofício Geral.
Relator: Dr. Clauro Roberto de Bortolli.
Ementa PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE VERIFICAÇÃO DE PRISÃO MILITAR. VISITA TÉCNICA ANUAL AS DEPENDÊNCIAS CARCERÁRIAS DO CENTRO DE INSTRUÇÃO E ADAPTAÇÃO DA AERONÁUTICA (BELO HORIZONTE/MG). Adequabilidade das instalações vistoriadas, bem como atendimento das disposições legais atinentes à matéria, certificadas pelo Membro Oficiante. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.9. Processo: Procedimento Administrativo - PAVPM 0000079-75.2016.1105
Origem: 5ª PJM Rio de Janeiro - 1º Ofício Especializado.
Relator: Dr. Clauro Roberto de Bortolli.
Ementa: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE VERIFICAÇÃO DE PRISÃO MILITAR. VISITA TÉCNICA ANUAL ÀS INSTALAÇÕES CARCERÁRIAS DO 8º GRUPO DE ARTILHARIA DE CAMPANHA PARAQUEDISTA (RIO DE JANEIRO/RJ). Instalações condizentes ao recolhimento de presos e constatação do cumprimento das disposições legais atinentes à matéria, certificadas pelo Membro Oficiante, com os devidos lançamentos no "Formulário de Visita Técnica Anual a Estabelecimento Prisional das Forças Armadas". Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.10. Processo: Procedimento Administrativo 0000130-95.2016.1106.
Origem: 6ª PJM Rio de Janeiro - 2º Ofício Especializado.
Relatora: Dra. Anete Vasconcelos de Borborema.
Ementa: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. AUTO DE PRISÃO EM FRAGRANTE DELITO. MILITAR. PRÁTICA DO CRIME DE TRÁFICO, POSSE OU USO DE ENTORPECENTE OU SUBSTÂNCIA DE

EFEITO SIMILAR. Ausência de irregularidade. Judicialização. Arquivamento na instância. Arquivamento homologado.

Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto da Relatora, decidiu homologar a arquivamento.

1.11. Processo: Procedimento Administrativo 0000046-37.2016.1301.
Origem: PJM Porto Alegre - 1º Ofício Geral.
Relator: Dr. José Garcia de Freitas Júnior.
Ementa: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. EXERCÍCIO DO CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE DE POLÍCIA JUDICIÁRIA MILITAR. APRESENTAÇÃO VOLUNTÁRIA. Prisão de desertor.
Comunicação efetuada pelo Comando do Colégio Militar de Porto Alegre/RS. Procedimento escorreito (IPD). Caso sob apreciação judicial. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por maioria, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, impedido o Dr. Clauro Roberto de Bortolli, decidiu homologar o arquivamento.

1.12. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000009-13.2016.1202.
Origem: 1ª PJM São Paulo - 3º Ofício Geral
Relatora: Dra. Anete Vasconcelos de Borborema.
Ementa: NOTÍCIA DE FATO. REPRESENTAÇÃO PROMOVIDA POR CIVIL. SUPOSTAS AMEAÇAS E LESÕES CORPORAIS PRATICADAS POR SOLDADO DO EXÉRCITO. DILIGÊNCIAS. AUTORIA
VAGA E IMPRECISA. Supostas ilegalidades relatadas não comprovadas por qualquer documento. Representante não respondeu à solicitação de documentos formulada pelo MPM. Ausência de elementos mínimos a se
validar atividade investigativa. Arquivamento na instância. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto da Relatora, decidiu homologar o arquivamento.

1.13. Processo: Procedimento Investigatório Criminal 0000003-35.216.2101.
Origem: 1ª PJM Brasília - 1º Ofício Geral.
Relator: Dr. Clauro Roberto de Bortolli.
Ementa: PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO CRIMINAL. DESENTENDIMENTO ENTRE CIVIL E MILITAR DA MARINHA, NO ÂMBITO DA VILA NAVAL ALMIRANTE VISCONDE DE INHAUMA
(BRASÍLIA/DF). Instauração de Inquérito Policial Militar para apuração dos fatos. Arquivamento homologado, uma vez que a continuidade da investigação direta procedida pelo Ministério Público se torna
supervacânea, diante da instauração de IPM.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.14. Processo: Procedimento Investigatório Criminal 0000002-41.2015.1801.
Origem: PJM Belém - 1º Ofício Geral.
Relator: Dr. José Garcia de Freitas Júnior.
Ementa: PIC. DENÚNCIA ANÔNIMA. SUPOSTA FRAUDE NA EXECUÇÃO DOS OBJETOS DE NOTAS DE EMPENHO EMITIDAS PELO COMANDO DA 8ª REGIÃO MILITAR. Fatos não comprovados.
Esclarecimentos prestados pela OM. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.15. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000084-21.2016.1106.
Origem: 6ª PJM Rio de Janeiro - 2º Ofício Especializado.
Relatora: Dra. Anete Vasconcelos de Borborema.
Ementa: NOTÍCIA DE FATO. EXÉRCITO BRASILEIRO. SFPC. REPRESENTAÇÃO PROMOVIDA POR CIVIL. PROVIDÊNCIAS QUANTO AO ANDAMENTO DE PROCESSO DE
RENOVAÇÃO DE CERTIFICADO DE REGISTRO. Regular trâmite do Procedimento Administrativo. Inexistência de repercussão penal. Arquivamento na instância. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto da Relatora, decidiu homologar o arquivamento.

1.16. Processo: Procedimento Investigatório Criminal 0000014-56.2016.1106
Origem: 6ª PJM Rio de Janeiro - 1º Ofício Especializado.
Relator: Dr. Clauro Roberto de Bortolli.
Ementa: PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO CRIMINAL. DEMORA EXCESSIVA, NO ÂMBITO DO SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS CONTROLADOS DA 1ª REGIÃO
MILITAR, NO EXAME DE REQUERIMENTO E, CONSEQUENTEMENTE, FORNECIMENTO DE DOCUMENTAÇÃO. Esclarecimentos prestados pela
Administração Militar. Demanda originadora do procedimento, atendida, embora com razoável atraso. Inexistência de indícios de prática de ilícito penal militar. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.17. Processo: Procedimento Investigatório Criminal 0000004-80.2016.2102.
Origem: 2ª PJM Brasília - 2º Ofício Geral.
Relator: Dr. José Garcia de Freitas Júnior.
Ementa: PIC. SUPOSTAS FRAUDES EM LICITAÇÕES OCORRIDAS EM ORGANIZAÇÕES MILITARES DO DISTRITO FEDERAL. ENRIQUECIMENTO ILÍCITO DE EX-
OFICIAIS. IPM instaurado no Comando Militar do Planalto para apurar os fatos. Perda do objeto. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.18. Processo: Procedimento Investigatório Criminal 0000016-58.2016.1105.
Origem: 5ª PJM Rio de Janeiro - 2º Ofício Especializado.
Relator: Dr. Clauro Roberto de Bortolli.
Ementa: PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO CRIMINAL. SUPOSTO ABUSO DE AUTORIDADE, NO ÂMBITO DA BASE NAVAL DO RIO DE JANEIRO (BNRJ), E IRREGULARIDADES NO
INDEFERIMENTO DE VALE TRANSPORTE DE CABO DA MARINHA, POR ADULTERAÇÃO DE DOCUMENTOS. Esclarecimentos prestados pela Administração Militar, com base na
legislação norteadora da questão, demonstram a inexistência de indícios de prática de ilícito penal militar. Eventual irresignação, quanto a decisões administrativas, pode ser buscada no foro
adequado, a depender de manifestação volitiva do interessado. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.19. Processo: Procedimento Investigatório Criminal 0000021-22.2015.1303.
Origem: PJM Salvador - 2º Ofício Geral.
Relator: Dr. José Garcia de Freitas Júnior.
Ementa: PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO CRIMINAL. SUPOSTAS IRREGULARIDADES NA APLICAÇÃO DE PROVA PARA O CONCURSO DE ADMISSÃO AO CURSO DE FORMAÇÃO
DE OFICIAIS DO QUADRO COMPLEMENTAR DO EXÉRCITO. O local da prova foi Santa Maria porém a equipe responsável pela aplicação das provas foi da Escola de Formação
Complementar do Exército - EsFCEx com sede em Salvador/BA. *Declínio de atribuições* da PJM/Santa Maria em favor da PJM/Salvador. Diligências constataram apenas erros materiais, na impressão das
provas. Matéria extrapenal. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.20. Processo: Procedimento Investigatório Criminal 0000032-04.2014.1106.
Origem: 6ª PJM Rio de Janeiro - 1º Ofício Especializado.
Relator: Dr. Clauro Roberto de Bortolli.
Ementa: PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO CRIMINAL. POSSÍVEL OCORRÊNCIA DE ILÍCITOS EM PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS REALIZADOS POR UNIDADES MILITARES DA
AERONÁUTICA. REALIZAÇÃO DE AUDITORIAS NOS CONTRATOS FIRMADOS COM AS EMPRESAS INVESTIGADAS. Incidência da prescrição da pretensão punitiva no tocante ao crime
previsto no art. 324 do CPM. Envio de cópias ao Ministério Público Federal e ao Tribunal de Contas da União, para fins de apuração quanto à possível existência de improbidade administrativa e dos crimes
previstos na Lei nº 8.666/93. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.21. Processo: Procedimento Investigatório Criminal 0000040-89.2015.2102.
Origem: 2ª PJM Brasília - 2º Ofício Geral.
Relator: Dr. José Garcia de Freitas Júnior.
Ementa: PIC. RECLAMAÇÃO. SUPOSTA AUSÊNCIA DE PUBLICAÇÃO DA REFORMA DO RECLAMANTE JULGADO INCAPAZ DEFINITIVAMENTE PARA O SERVIÇO DO EXÉRCITO BRASILEIRO.
Publicação efetuada conforme informação do comando militar do planalto. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.22. Processo: Procedimento Investigatório Criminal 0000233-52.2014.1105.
Origem: 5ª PJM Rio de Janeiro - 1º Ofício Especializado.
Relator: Dr. Clauro Roberto de Bortolli.
Ementa: PROCEDIMENTO DE INVESTIGAÇÃO CRIMINAL. POSSÍVEL IRREGULARIDADE NO PROCEDIMENTO DE RENOVAÇÃO DO CERTIFICADO DE REGISTRO E EXPEDIÇÃO DE GUIAS DE TRÁFEGO. AUSÊNCIA DE INDÍCIOS DE PRÁTICA DE DELITO MILITAR. Arquivamento homologado. Necessidade de atuação da CCRMPM, em sua atribuição de
coordenação, devido ao grande número de demandas originadas pela má prestação de serviço público, por parte do SFPC/1, com expedição de comunicação à DFPC, órgão diretivo do sistema de fiscalização de
produtos controlados, no âmbito do Exército, para que tal diretoria tome conhecimento das inúmeras demandas advindas dos estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo, a possibilitar a tomada de
providências administrativas, tendentes a solucionar, ou, ao menos, diminuir tais demandas.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento com expedição de comunicação à DFPC, para que tal diretoria tome conhecimento das inúmeras
demandas advindas dos estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo, a possibilitar a tomada de providências administrativas, tendentes a solucionar, ou, ao menos, diminuir tais demandas.

1.23 Processo: Procedimento Investigatório Criminal 0000199-39.2015.1106.
Origem: 6ª PJM Rio de Janeiro - 2º Ofício Especializado.
Relator: Dr. José Garcia de Freitas Júnior.
Ementa: SUPOSTAS ALEGAÇÕES DE PERSEGUIÇÕES E HUMILHAÇÕES OCORRIDAS NO INTERIOR DE OM. PROIBIÇÃO PARA QUE CESSIONÁRIOS NÃO ENTREM NA OM. SUPOSTO
DESVIO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO SPLIT. Uso indevido de viaturas militares. Possível direcionamento de licitação com favorecimento de empresas. Suspeição em relação a acréscimo
patrimonial de suboficial. Parcela de fatos reenviada à PGJM com possível envolvimento de Oficial-General. Arquivamento parcial.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento parcial e remeter os autos ao Procurador-Geral de Justiça Militar.

1.24. Processo: Procedimento Investigatório Criminal 0000245-19.2015.1105.
Origem: 5ª PJM Rio de Janeiro - 2º Ofício Especializado.
Relator: Dr. Clauro Roberto de Bortolli.
Ementa: PROCEDIMENTO DE INVESTIGAÇÃO CRIMINAL. DESCONTOS IMPLANTADOS EM CONTRACHEQUE DE MILITAR DA AERONÁUTICA, VISANDO RESSARCIMENTO À
ADMINISTRAÇÃO MILITAR, POR CONTA DE PRETERITO PAGAMENTO DE ADICIONAL EM VALORES SUPERIORES AO DEVIDO. Correção dos atos administrativos. Ausência de crime
militar. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.25. Processo: Procedimento Investigatório Criminal 0000210-82.2015.1106.
Origem: 6ª PJM Rio de Janeiro - 2º Ofício Especializado.
Relator: Dr. José Garcia de Freitas Júnior.
Ementa: PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO CRIMINAL. COMUNICAÇÃO DA AUTORIDADE MILITAR SOBRE OCORRÊNCIA DO CRIME DE ABANDONO DE POSTO. Instauração de
IPM. Conclusão do IPM com remessa por cópia do relatório e solução. Caso ajuizado. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.26. Processo: Procedimento Investigatório Criminal 0000251-16.2015.1105.
Origem: 5ª PJM Rio de Janeiro - 1º Ofício Especializado.
Relator: Dr. Clauro Roberto de Bortolli.
Ementa: PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO CRIMINAL. POSSÍVEIS DELITOS DE LESÃO CORPORAL E VIOLÊNCIA CONTRA INFERIOR, PRATICADOS POR OFICIAIS DO EXÉRCITO, CONTRA
PRESTADOR DE SERVIÇO MILITAR OBRIGATÓRIO, NOS ANOS DE 1989 E 1990. Representação junto ao "Disque Direitos Humanos", da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da
República, datada de 2015. Prescrição de eventuais delitos militares. Eventual reintegração ao serviço ativo das Forças Armadas é matéria administrativa, a ser demandada no foro adequado, a depender
de manifestação volitiva do interessado. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.27. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000057-44.2015.2001.
Origem: PJM Fortaleza - 1º Ofício Geral.
Relator: Dr. José Garcia de Freitas Júnior.
Ementa: NOTÍCIA DE FATO. NOTICIANTE ESCLARECE TER SEU DIREITO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ, COM ISENÇÃO DO IR, CONSAGRADO POR DECISÃO JUDICIAL. Militar da
reserva domiciliado na âmbito da 10ª RM Fortaleza/CE, reclama do não atendimento do seu pleito (isenção do IR) pela força terrestre. Inobservância do devido procedimento administrativo pelo
noticiante. Não configuração de ilícito penal militar. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1.28. Processo: Procedimento Investigatório Criminal 0000265-09.2015.1105.
Origem: 5ª PJM Rio de Janeiro - 2º Ofício Especializado.
Relator: Dr. Clauro Roberto de Bortolli.
Ementa: PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO CRIMINAL. POSSIVEL OCORRÊNCIA DE ILÍCITOS EM PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS REALIZADOS POR UNIDADE MILITAR DO EXÉRCITO. Requisitada instauração de Inquérito Policial Militar, para aprofundamento das investigações. Arquivamento homologado, vez que a continuidade da investigação direta procedida pelo Ministério Público se torna supervacânea, diante da instauração de IPM.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.29. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000099-65.2016.1105.
Origem: 5ª PJM Rio de Janeiro - 2º Ofício Especializado.
Relator: Dr. José Garcia de Freitas Júnior.
Ementa: NOTÍCIA DE FATO. SUPOSTA DENÚNCIA ANONIMA DANDO CONTA DA UTILIZAÇÃO DE SUBORDINADOS (TAIFEIROS) EM ATIVIDADES DOMÉSTICAS, POR OFICIAIS-GENERAIS DA 1ª RM, RIO/RJ, EM BENEFÍCIO PRÓPRIO E DE SEUS FAMILIARES, O QUE, SEGUNDO O DENUNCIANTE, SERIA DEFESO POR LEI. Matéria versando sobre condutas de Oficiais-Generais. *Declínio de atribuições* em prol do PGJM. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o *declínio de atribuição* em favor do Procurador-Geral de Justiça Militar, por tratar de condutas praticadas por Oficiais-Generais.

1.30. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000024-39.2016.1401.
Origem: PJM Juiz de Fora - 1º Ofício Geral.
Relator: Dr. Clauro Roberto de Bortolli.
Ementa: NOTÍCIA DE FATO. SUPOSTA OCORRÊNCIA DE ILÍCITOS EM PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS REALIZADOS POR UNIDADES MILITARES DA AERONÁUTICA NO ESTADO DE MINAS GERAIS. Arquivamento. Fatos idênticos aos apurados na NF nº 48-54.2015.1401, cujo arquivamento já restou homologado pela CCR-MPM. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.31. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000106-95.2015.1701.
Origem: PJM Recife - 3º Ofício Geral.
Relator: Dr. José Garcia de Freitas Júnior.
Ementa: NOTÍCIA DE FATO. EXTRAVIO DE 5.797 LITROS DE COMBUSTÍVEL (ÓLEO DIESEL), SOBRA DE COMBUSTÍVEL UTILIZADO NA OPERAÇÃO SÃO FRANCISCO (PERÍODO DE 05 FEV A 20 ABR 15) RETIRADO DE VIATURA-CISTERNA DO 14º BATALHÃO LOGÍSTICO, DE RECIFE/PE. Viatura empregada, assim como outras, no apoio à ocupação, pelo Exército (ELO), do Complexo da Maré. Sindicância aberta. Punidos disciplinarmente vários militares, dentre eles, os cabos Kleber e Pereira, aos quais foram imputados o montante, do prejuízo sofrido pelo EB, em espécie, relativo ao combustível extraviado. Arquivamento não homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu encaminhar os autos ao Procurador-Geral de Justiça Militar para designação de outro Membro do MPM para requisitar a instauração de Inquérito Policial Militar.

1.32. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000024-54.2016.1202.
Origem: 2ª PJM São Paulo - 2º Ofício Geral.
Relator: Dr. Clauro Roberto de Bortolli.
Ementa: NOTÍCIA DE FATO. SUPOSTOS ATOS IRREGULARES, PRATICADOS NO ÂMBITO DA 1ª E 2ª REGIÕES MILITARES, QUE ESTARIAM PREJUDICANDO O NORMAL FUNCIONAMENTO DE EMPRESA. Requisição de instauração de Inquérito Policial Militar, para apuração dos fatos, diante do entendimento de ocorrência de indícios de condutas capituláveis, em tese, como crimes militares. Arquivamento homologado, uma vez que a continuidade da investigação direta procedida pelo Ministério Público se torna supervacânea, diante da instauração de IPM.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.33. Processo: Notícia de Fato (PI) 21/08.
Origem: PJM Manaus/AM.
Relator: Dr. José Garcia de Freitas Júnior.
Ementa: NOTÍCIA DE FATO. INQUÉRITO POLICIAL MILITAR PARA APURAR A PRÁTICA DE USO DE DOCUMENTO FALSO ENTRE OUTROS CRIMES. Inquérito Policial Militar instaurado conforme requisição do MPM na origem. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.34. Processo: Procedimento Administra - PAVPM 0000038-05.2016.1701.
Origem: PJM Recife - 2º Ofício Geral.
Relator: Dr. Clauro Roberto de Bortolli.
Ementa: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE VERIFICAÇÃO DE PRISÃO MILITAR. VISITA TÉCNICA ANUAL ÀS DEPENDÊNCIAS CARCERÁRIAS DA CAPITANIA DOS PORTOS EM PERNAMBUCO (RECIFE/PE). Adequabilidade das instalações vistoriadas, bem como atendimento das disposições legais atinentes à matéria, certificadas pelo Membro Oficiante. A periodicidade de visitação a estabelecimento prisional militar está estipulada em regramento do CNMP, cabendo à Corregedoria-Geral do Ministério Público Militar dirimir eventuais dúvidas a respeito. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.35. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000041-16.2016.2101.
Origem: 1ª PJM Brasília - 1º Ofício Geral.
Relator: Dr. Clauro Roberto de Bortolli.
Ementa: NOTÍCIA DE FATO. SUPOSTOS ATOS IRREGULARES, EM SELEÇÃO AO SERVIÇO MILITAR TEMPORÁRIO DE FARMACÊUTICO, NO ÂMBITO DO VI COMAR. Requisição de instauração de Inquérito Policial Militar, para apuração dos fatos. Arquivamento homologado, uma vez que a continuidade da investigação direta procedida pelo Ministério Público se torna supervacânea, diante da instauração de IPM.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.36. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000055-97.2016.2201.
Origem: PJM Manaus - 1º Ofício Geral.
Relator: Dr. Clauro Roberto de Bortolli.
Ementa: NOTÍCIA DE FATO. IRREGULARIDADE NO EXERCÍCIO DE ATIVIDADE EMPRESARIAL, EM RAZÃO DE TAL ATIVIDADE SER EXERCIDA POR MILITAR REFORMADO DO EXÉRCITO BRASILEIRO. Ausência de irregularidade. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.37. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000069-77.2016.1106.
Origem: 6ª PJM Rio de Janeiro - 1º Ofício Especializado.
Relator: Dr. Clauro Roberto de Bortolli.
Ementa: NOTÍCIA DE FATO. SUPOSTAS IRREGULARIDADES ADMINISTRATIVAS, NO ÂMBITO DO SFPC/1, REFERENTES A DEMORA DE RESOLUÇÃO A PEDIDOS DE CERTIFICAÇÃO DE REGISTRO, DE TRANSFERÊNCIA DE ARMA DE FOGO, DE AUTORIZAÇÃO DE COMPRA DE ARMAMENTO E DE EXPEDIÇÃO DOS RESPECTIVO DOCUMENTOS. Demandas atendidas, embora com atraso. Inexistência de crime tipificado no Código Penal Militar. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.38. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000071-79.2016.1105.
Origem: 5ª PJM Rio de Janeiro - 2º Ofício Especializado.
Relator: Dr. Clauro Roberto de Bortolli.
Ementa: NOTÍCIA DE FATO. REPRESENTAÇÃO ENCAMINHADA AO SAC DO MPM, RELATANDO SUPOSTA FALTA DE MÉDICOS NO CENTRO DE AVALIAÇÕES DO EXÉRCITO (RIO DE JANEIRO/RJ), BEM COMO OUTRAS HIPOTÉTICAS IRREGULARIDADES ADMINISTRATIVAS. Ausência de indícios que pudessem embasar a representação apresentada. Inexistência de elementos que permitam concluir pela existência de irregularidade ou ilicitude por parte da administração militar. Situações administrativas de acordo com a exigência disciplinar comum e inerente ao regime a que estão submetidos os militares, não mostrando qualquer relevância para persecução no âmbito penal. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.39. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000072-30.2016.1105.
Origem: 5ª PJM Rio de Janeiro - 1º Ofício Especializado.
Relator: Dr. Clauro Roberto de Bortolli.
Ementa: NOTÍCIA DE FATO. POSSÍVEL IRREGULARIDADE NO PROCEDIMENTO DE RENOVAÇÃO DO CERTIFICADO DE REGISTRO DE ATIRADOR. AUSÊNCIA DE INDÍCIOS DE PRÁTICA DE DELITO MILITAR. Falta de esgotamento das vias administrativas. Eventual atraso na renovação do Certificado de Registro de Atirador é matéria cível/administrativa, a ser demandada no foro adequado, por manifestação volitiva do interessado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.40. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000092-17.2016.1106.
Origem: 6ª PJM Rio de Janeiro - 1º Ofício Especializado.
Relator: Dr. Clauro Roberto de Bortolli.
Ementa: NOTÍCIA DE FATO. SUPOSTA IRREGULARIDADE ADMINISTRATIVA, NO ÂMBITO DO SFPC/1, REFERENTE A DEMORA DE RESOLUÇÃO DE PEDIDO DE RENOVAÇÃO DE CERTIFICADO DE REGISTRO. Demanda atendida, embora com razoável atraso. Inexistência de crime tipificado no Código Penal Militar. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.41. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000095-64.2016.1106.
Origem: 6ª PJM Rio de Janeiro - 2º Ofício Especializado.
Relator: Dr. Clauro Roberto de Bortolli.
Ementa: NOTÍCIA DE FATO. IRRESIGNAÇÃO QUANTO A DECISÃO ADMINISTRATIVA TOMADA EM PROCEDIMENTO DE RENOVAÇÃO DO CERTIFICADO DE REGISTRO DE ATIRADOR. Demanda atendida, após saneamento de deficiência em documentação apresentada. Ausência de indícios de prática de delito militar. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.42. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000106-13.2016.1105.
Origem: 5ª PJM Rio de Janeiro - 2º Ofício Especializado.
Relator: Dr. Clauro Roberto de Bortolli.
Ementa: NOTÍCIA DE FATO. HIPOTÉTICO NÃO CUMPRIMENTO DE PENA POR MILITAR, DEVIDO A NÃO APRESENTAÇÃO DIÁRIA NA ORGANIZAÇÃO MILITAR, PARA CUMPRIMENTO DE PENA EM REGIME SEMI ABERTO. Condenação no regime aberto. Exclusão do apenado das Forças Armadas. Aguardo de transferência para o sistema prisional estadual. Inexistência de indícios de crime militar. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.43. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000111-59.2016.1105.
Origem: 5ª PJM Rio de Janeiro - 2º Ofício Especializado.
Relator: Dr. Clauro Roberto de Bortolli.
Ementa: NOTÍCIA DE FATO. HIPOTÉTICO USO INDEVIDO DE VEÍCULO DAS FORÇAS ARMADAS, POR OFICIAL SUPERIOR DO EXÉRCITO, PERTENCENTE AO INSTITUTO MILITAR DE ENGENHARIA. Necessidade de maiores diligências para o esclarecimento da questão. Arquivamento não homologado. Designação de outro Membro para realização de diligências e, ao final, requerer o que entender cabível.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu pelo encaminhamento dos autos ao Procurador-Geral de Justiça Militar para designação de outro Membro do MPM para realização de diligências que entender cabíveis para elucidação dos fatos.

1.44 Processo: Notícia de Fato (PI) 0000118-04.2016.1106.
Origem: 6ª PJM Rio de Janeiro - 2º Ofício Especializado.
Relator: Dr. Clauro Roberto de Bortolli.
Ementa: NOTÍCIA DE FATO. VERSANDO SOBRE POSSÍVEL CONDUTA IRREGULAR, POR PARTE DE OFICIAL-GENERAL. Atribuição originária do Procurador-Geral de Justiça Militar, para análise da ocorrência de eventual delito de natureza militar. Arquivamento não homologado. Encaminhamento dos autos ao Procurador-Geral de Justiça Militar, autoridade com atribuição para conhecer dos fatos.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, deixou de homologar o arquivamento e decidiu encaminhar os autos ao Procurador-Geral de Justiça Militar por se tratar de matéria afeta a Oficial-General.

1.45. Processo: Procedimento Administrativo 0000148-89.2016.1105.
Origem: 5ª PJM Rio de Janeiro - 2º Ofício Especializado.
Relatora: Dra. Anete Vasconcelos de Borborema.
Ementa: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. AUTO DE PRISÃO EM FRAGRANTE DELITO. CIVIS. SUPOSTA PRÁTICA DE CRIMES MILITARES. AUSÊNCIA DE IRREGULARIDADE. JUDICIALIZAÇÃO. Arquivamento homologado diante da constatação da regular atuação da Polícia Judiciária Militar e remessa da comunicação da prisão, em tempo hábil, ao juízo militar.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto da Relatora, decidiu homologar o arquivamento.

1.46. Processo: Procedimento Investigatório Criminal 0000007-14.2016.1105.
Origem: 5ª PJM Rio de Janeiro - 1º Ofício Especializado.
Relatora: Dra. Anete Vasconcelos de Borborema.
Ementa: PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO CRIMINAL. MARINHA DO BRASIL. SUPOSTO CRIME DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL PRATICADO POR VICE-DIRETOR DE

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

OM AO EXIGIR CONTRIBUIÇÃO PECUNIÁRIA PARA PARTICIPAÇÃO EM FESTA DE CONFRATERNIZAÇÃO. Pretensa punição aos não participantes do evento. Suposta improbidades
administrativa. Insatisfação injustificada. Prática adotada em diversos órgãos da administração pública geral. Servidores que não participam de confraternização cumprem expediente normal. Ausência de
repercussão penal. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto da Relatora, decidiu homologar o arquivamento.

1.47. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000034-86.2016.1901.
Origem: PJM Campo Grande - 2º Ofício Geral.
Relatora: Dra. Anete Vasconcelos de Borborema.
Ementa: NOTÍCIA DE FATO. REPRESENTAÇÃO PROMOVIDA POR ADVOGADO DE CLUBE DE TIRO DE TANGARÁ DA SERRA/MT. SUPOSTA DEMORA E/OU EXTRAVIOS NA CONCLUSÃO DE
PROCESSOS DE REGISTRO DE ARMAS DE FOGO. Possível prática dos crimes de prevaricação e/ou concussão. Diligências. Problemas de informatização do Sistema de Registro de Armas da Respectiva SFPC.
Impossibilidade de recuperação dos dados. Excessivo acúmulo de processos. Ausência de dolo no processamento dos feitos pela administração. Ausência de indícios de delito militar. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto da Relatora, decidiu homologar o arquivamento.

1.48. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000100-16.2016.1105.
Origem: 5ª PJM Rio de Janeiro - 2º Ofício Especializado.
Relator: Dr. Marcelo Weitzel Rabello de Souza.
Ementa: NOTÍCIA DE FATO (PI). REPRESENTAÇÃO CONTRA OFICIAL. RENOVAÇÃO DE CERTIFICADO DE REGISTRO. Matéria Administrativa. Inexistência de crime militar. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.49. Processo: Procedimento Administrativo 0000157-36.2016.1105.
Origem: 5ª PJM Rio de Janeiro - 2º Ofício Especializado.
Relator: Dr. Marcelo Weitzel Rabello de Souza.
Ementa: NOTÍCIA DE FATO (PI) REPRESENTAÇÃO. CRIME DE DESERÇÃO. Instauração de IPD. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Coordenador, Dr. José Garcia de Freitas Júnior, declarou finda a reunião às 13h. Para constar, eu, Renata Rabello Peixoto Cruz, lavrei esta Ata, a qual será assinada por ele e por mim.

JOSÉ GARCIA DE FREITAS JÚNIOR
Coordenador da Câmara

RENATA RABELLO PEIXOTO CRUZ
Secretária

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
CONSELHO SUPERIOR

RESOLUÇÃO Nº 220, DE 14 DE JULHO DE 2016

Altera o inciso I, do art. 6º, da Resolução n.º 64, de 27 de setembro de 2005, que dispõe sobre as atribuições e distribuições de processos nas Procuradorias de Justiça e dá outras providências.

O CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 166, inciso I, alíneas "c" e "d", da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, tendo em vista o processo Tabularium nº 08191.060969/2015-36, bem assim o disposto na Resolução nº 15/2014/TJDFT, que extinguiu as Varas de Delitos de Trânsito, e de acordo com a deliberação na 242ª Sessão Ordinária, realizada no dia 14 de julho de 2016, resolve:

Art. 1º Alterar o inciso I, do art. 6º, da Resolução nº 64, de 27 de setembro de 2009, para suprimir a expressão "Varas de Delitos de Trânsito" e incluir entre as atribuições do 2º Grupo de Procuradorias de Justiça Criminais Especializadas os processos referentes ao Código de Trânsito, que passará a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 6º (...)

I - oficiar nos processos em tramitação na Câmara e nas Turmas Criminais do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, oriundos do Tribunal do Júri, Auditoria Militar, e referentes às Leis nº 8.078/90, nº 6.766/79 e Código de Trânsito Brasileiro."

Art. 2º Revogam-se disposições em contrário.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ VINÍCIUS ESPÍRITO SANTO DE ALMEIDA
Procurador de Justiça
Presidente do Conselho Superior
Em exercício

ANA LUISA RIVERA
Procuradora de Justiça
Conselheira-Relatora
Conselheira-Secretária

Tribunal de Contas da União

PLENÁRIO

EXTRATO DE PAUTA (ORDINÁRIA)
Sessão prevista para 21/09/2016, às 14h30

PROCESSOS RELACIONADOS
Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES
011.398/2016-7
Natureza: Representação
Representante: Departamento de Polícia Federal - Superintendência Regional no Estado do Espírito Santo
Órgão/Entidade/Unidade: Companhia Docas do Espírito Santo
Representação legal: não há
018.250/2015-7
Natureza: Monitoramento
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional da Conab na Bahia e Sergipe
Representação legal: não há
Ministro BENJAMIN ZYMLER
005.534/2011-9
Natureza: Embargos de Declaração (Auditoria)
Embargantes: Agência Nacional de Transportes Terrestres e Autopista Litoral Sul S.A.
Órgão/Entidade/Unidade: Agência Nacional de Transportes Terrestres
Responsáveis: Agência Nacional de Transportes Terrestres; Ana Maria Leal Cantedelli; Autopista Litoral Sul S.A.; Bernardo José Figueiredo Gonçalves de Oliveira; Carlos Alberto São Tiago Hagstrom; Deuzedir Martins; Francisco de Oliveira Filho; Léia Cristina Borges de Assis; Manoel Lucivio de Loiola; Mario Rodrigues Junior; Mário Mondolfo; Rubens Narciso Peduti Dal Molin; Wagner de Carvalho Garcia
Representação legal: Paulo Sergio Bezerra dos Santos e outros, representando Agência Nacional de Transportes Terrestres; Rafael Câmara Barreto (OAB/DF 41.997) e outros, representando Autopista Litoral Sul S.A.
017.432/2016-2
Natureza: Auditoria
Órgãos/Entidades/Unidades: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes e Governo do Estado de Mato Grosso
Responsável: Marcelo Duarte Monteiro
Representação legal: não há
Ministro AUGUSTO NARDES
001.858/2013-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do INSS - Sorocaba/SP
Responsáveis: Amynthas Machado Azevedo Filho; Bruno Scaranni Filho; Silvany Borges Ribeiro; Vilson Roberto do Amaral
Representação legal: Antonio Jamil Cury Junior (OAB/SP 212.706), representando Bruno Scaranni Filho e Amynthas Machado Azevedo Filho; Alberto Alves Pacheco (OAB/SP 108.743), representando Silvany Borges Ribeiro
010.482/2016-4
1. Processo TC-010.482/2016-4 (SOLICITAÇÃO DO CONGRESSO NACIONAL)
1.1. Apensos: 016.541/2016-2 (SOLICITAÇÃO).
1.2. Interessado: Eco 101 Concessionária de Rodovias S.A (15.484.093/0001-44).
1.3. Órgão/Entidade: Agência Nacional de Transportes Terrestres.
1.4. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Rodoviária (SeinfraRod).
1.7. Representação legal: Leilane Morais Alcântara e outros, representando Agência Nacional de Transportes Terrestres; Fabiana Ricardo Molina (OAB/SP 194.002) e outros, representando Eco 101 Concessionária de Rodovias S.A.
1.8.
021.221/2016-2
Natureza: Representação
Representante: Paulista Serviços e Transportes Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Câmara dos Deputados
Representação legal: Nerylton Thiago Lopes Pereira (OAB/DF 24.749) e outros, representando Paulista Serviços e Transportes Ltda.
030.240/2015-8
Natureza: Monitoramento
Órgão/Entidade/Unidade: Secretaria Nacional de Assistência Social
Representação legal: não há
Ministro RAIMUNDO CARREIRO
006.957/2010-2
Natureza: Representação
Representante: Tribunal de Contas da União
Órgãos/Entidades/Unidades: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes e Superintendência Regional do Dnit no Estado de Minas Gerais
Responsáveis: Consórcio Empa - Enecon; Hideraldo Luiz Caron; Luis Munhoz Prosel Junior; Luiz Antonio Pagot
Representação legal: Pablo Alves Prado (OAB/DF 43.164) e outros; João Marcos Amaral (OAB/DF 25.113); Tathiane Vieira Viggiano Fernandes (OAB/DF 27.154); Cintia Batista Angelini Carvalho (OAB/DF 33.265)
014.497/2009-6
Natureza: Representação
Representante: Tribunal de Contas da União
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do DNIT em Goiás e no Distrito Federal
Responsáveis: Adão Roberto da Silva e Silva; Alfredo Soubihe Neto; Cátia Francisca Ferreira; Darci Mendonça; Flavia Cintra Evangelista; Flávio Murilo Gonçalves Prates de Oliveira; Fábio Borges de Oliveira; Jociene Pereira Ferreira; Marcus Vinícius Inocêncio Mota; Marcus Vinicius Oliveira Veiga; Octacílio Oliveira Cunha; Riumar dos Santos; Romerito Gonçalves Valadão; Sandra Tokarski Perijn;
Representação legal: não há
018.064/2016-7
Natureza: Representação
Representante: Microsens Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de Pernambuco
Representação legal: Tercilio Biz (RG/PR 4.383.926-8)
020.264/2016-0
Natureza: Representação
Representante: Audac Serviços Especializados de Cobrança e Atendimento ao Cliente S.A.
Órgão/Entidade/Unidade: Serviço Federal de Processamento de Dados
Representação legal: Amanda Almeida Caetano dos Santos (OAB/DF 15.581-E) e outros; Sarah Priscilla Guimarães (OAB/DF 37.394).
021.693/2016-1
Natureza: Representação
Representante: Centurion Serviços Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Sorocaba/SP
Representação legal: Vinicius Azevedo Coelho (OAB/MG 151.247) e outros
034.805/2015-0
Natureza: Pedido de Reexame (Representação)
Recorrente: New Solutions Comércio e Serviços Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Representação legal: Philippo Carvalho de Melo (OAB/DF 46.192) e outros
Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO
025.735/2016-0
Natureza: Representação
Representante: Tauchmann Advogados Associados
Órgão/Entidade/Unidade: Companhia de Eletricidade do Acre
Representação legal: não há
Ministra ANA ARRAES
007.501/2012-9
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Castro/PR
Responsáveis: Clarice Lourenço Theriba; Cláudia Aparecida Gali; Instituto Confiancce; Maria Lídia Kravutschke e Moacyr Elias Fadel Júnior
Representação legal: Juliano Campelo Prestes (OAB/PR 32.494) e outros, representando Clarice Lourenço Theriba, Cláudia Aparecida Gali e Instituto Confiancce; Manuela Toppel Portes (OAB/PR 68.943), representando Moacyr Elias Fadel Júnior
015.526/2012-7
Natureza: Representação
Representante: Tribunal de Contas da União
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Apucarana/PR
Representação legal:
019.534/2006-0
Natureza: Representação
Representante: Tribunal de Contas da União
Órgão/Entidade/Unidade: Banco da Amazônia S.A.
Responsável: Francisco Serafim de Barros
Representação legal: Marçal Marcellino da Silva Neto (OAB/PA 5.865), representando Banco da Amazônia S.A., Walter Raimundo Lima Franco, Milton Barbosa Cordeiro, Mancio Lima Cordeiro, João Batista de Melo Bastos, Jose Carlos Rodrigues Bezerra, Francisco Serafim de Barros, Álvaro Chaves Lemos, Evandro Bessa de Lima Filho e Abidias Jose de Sousa Junior
020.132/2015-8
Natureza: Monitoramento
Órgão/Entidade/Unidade: Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos
Representação legal: não há
026.733/2006-3
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento Nacional de Estradas de Rodagem
Responsáveis: Cesbe S/A. Engenharia e Empreendimentos; Engepasa S/A.; Esteio Engenharia e Aerolevantamento S.A. e Maurício Hasenclever Borges
Representação legal: Pedro Eloi Soares (OAB/DF 1.586-A), representando Maurício Hasenclever Borges; Marçal Justen Filho (OAB/PR 7.468) e outros, representando Cesbe S/A. Engenharia e Empreendimentos; Carlos Eduardo Manredini Hapner (OAB/PR 10.515) e outros, representando Esteio Engenharia e Aerolevantamento S.A.; Jean Guilherme Arnaud Deon e outros, representando Cesbe S/A. Engenharia e Empreendimentos, Cesbe S/A. Engenharia e Empreendimentos, Engepasa S/A. e Esteio Engenharia e Aerolevantamento S.A.
Ministro BRUNO DANTAS

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

001.683/2008-6
Natureza: Recurso de Revisão (Tomada de Contas Especial)
Responsável: Carlos Henrique Hott
Recorrente: Carlos Henrique Hott
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Reduto/MG
Representação legal: David Chin Mien Sun (OAB/MG 40.084) e outros, representando Carlos Henrique Hott
004.647/2012-2
Natureza: Recurso de Revisão (Tomada de Contas Especial)
Responsáveis: Geraldo Pinheiro Murano; Letizia Maria Gouvêa Pinheiro Maurano; Luiz Carlos Cunha Tebicherane
Recorrente: Luiz Carlos Cunha Tebicherane
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Bela Vista/MS
Representação legal: Jardel Remonatto (OAB/MS 12.812) e outros, representando Luiz Carlos Cunha Tebicherane
013.336/2010-0
Natureza: Recurso de Revisão (Tomada de Contas Especial)
Responsáveis: Darli Jose Ribeiro; Eliaquim Dias dos Anjos; Jones Marques Fideles de Souza; Juraci Braz de Souza; Maria Aparecida Ferreira Ribeiro; Ribeiro Ferreira Engenharia e Construções Ltda.; Sebastião da Silva Assis
Recorrentes: Juraci Braz de Souza; Jones Marques Fideles de Souza e Eliaquim Dias dos Anjos
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de São Félix de Minas/MG
Representação legal: Loyanna de Andrade Miranda (OAB/MG 111.202), representando Juraci Braz de Souza, Jones Marques Fideles de Souza e Eliaquim Dias dos Anjos
Ministro VITAL DO RÊGO
010.327/2010-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Meio Ambiente
Responsáveis: Centro Cultural Comunitário Peixinho Dourado; Deusiclea Barboza de Castro; Manoel Antonio da Silva; Missifany Silveira; Oscar Cabral de Melo; Raymundo José Santos Garrido; Rui Melo de Carvalho
Representação legal: não há
025.204/2016-5
Natureza: Representação
Representa nte : Câmara Municipal de Extremoz/RN
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Extremoz/RN
Representação legal: não há
034.342/2011-7
Natureza: Auditoria
Órgãos/Entidades/Unidades: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação; Prefeitura Municipal de Rio Pardo/RS
Responsáveis: Joni Lisbôa da Rocha e Telmo Nestor Berger
Representação legal: Fernando Pritsch Winck (OAB/RS 63.361) e outros.
275.622/1996-7
Natureza: Levantamento
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região/CE
Representação legal: Marisley Pereira Brito (OAB/CE 8.530); Guilherme Capriata Vaccaro Campleo Bezerra (OAB/DF 44.089) e outros
Ministro-Substituto MARCOS BEMQUERER COSTA
002.491/2014-1
Natureza: Monitoramento
Órgão/Entidade/Unidade: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
Representação legal: não há
PROCESSOS UNITÁRIOS
REABERTURA DE DISCUSSÃO
Ministro-Substituto MARCOS BEMQUERER COSTA
012.710/2011-3
Natureza: Auditoria
Órgão/Entidade/Unidade: Secretaria Nacional de Esporte Educacional
Responsáveis: Alcino Reis Rocha, Brunna Lucy de Souza Santos, Cláudia Rodrigues de Oliveira, Danielle Fermiano dos Santos Gruneich, Dênio Silva de Medeiros, Eidilamar Fátima da Silva, Elaine Cristina da Silva, Elzita Maria de Lima, Fabio Roberto Hansen, Francisco Cláudio Monteiro, Francisco Xavier da Silva Guimarães, Gianna Lepre Perim, Henrique Voigt Figueiredo, Hélio Alves da Silva, Ivone Teresinha Cogo, João Ghizoni, José Lincoln Daemon, Júlio César Monzú Filgueira, Júlio César Soares da Silva, Karina Valéria Rodrigues, Marília Fonseca Cerqueira, Marisa de Castro Mendes Correa Costa, Orlando Silva de Jesus Júnior, Rafael de Aguiar Barbosa, Ricardo Leyser Gonçalves, Rosa Malvina da Silva, Rui de Oliveira, Sergio Cruz, Wadson Nathaniel Ribeiro, Wilma Ribeiro Bastos Pereira, Wladimyr Vinycius de Moraes Camargos
Representação legal: Luene Gomes Santos (OAB/DF 16.727), representando Wladimyr Vinycius de Moraes Camargos; Erika Dutra Xavier da Silveira (OAB/DF 31.375), e outros, representando Rafael de Aguiar Barbosa; Adriane de Mattos Faria e outros, representando Ricardo Leyser Goncalves
Revisor: Ministro Raimundo Carreiro (39/2015)
DEMAIS PROCESSOS INCLUÍDOS EM PAUTA
Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES
007.325/2016-9
Natureza: Solicitação do Congresso Nacional
Interessado: Senado Federal
Órgão/Entidade/Unidade: Presidência da República
Representação legal: não há
Ministro BENJAMIN ZYMLER
004.038/2011-8
Natureza: Acompanhamento
Órgão/Entidade/Unidade: Petróleo Brasileiro S.A.
Responsáveis: José Sérgio Gabrielli de Azevedo, Renato de Souza Duque; Paulo Roberto Costa; Pedro José Barusco Filho; Venina Velosa da Fonseca; Idelfonso Colares Filho, Waldir Lima Carreiro e empresas Consórcio Ipojuca Interligações, Construtora Queiroz Galvão S.A. e Iesa Óleo e Gás S.A.
Representação legal: Carlos Roberto de Siqueira Castro (OAB/DF 20.015), Carolina Bastos Lima Brum (OAB/RJ 135.073); Esio Costa Junior (OAB/RJ 59.121); Paola Allak da Silva (OAB/RJ 142.389); Jean Guilherme Arnaud Deon (OAB/DF 44.764); Polyanna Ferreira Silva Vilanova (OAB/DF 19.273); Tathiane Vieira Viggiano Fernandes (OAB/DF 27.154)
004.820/2011-8
Natureza: Embargos de Declaração (Tomada de Contas Especial)
Embargante: Evandro Eurico Faustino Dias
Órgãos/Entidades/Unidades: Ministério da Integração Nacional, Estado do Mato Grosso do Sul e Secretaria de Estado de Obras Públicas, Habitação e Desenvolvimento Urbano do Mato Grosso do Sul
Representação legal: Gustavo Arthur Coelho Lobo de Carvalho (OAB/DF 15.641) e outros, representando Evandro Eurico Faustino Dias
010.829/2016-4
Natureza: Auditoria
Órgão/Entidade/Unidade: Valec - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.
Interessado: Congresso Nacional
Representação legal: Silvia Regina Schmitt (OAB/DF 38.717) e outros, representando Valec - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.
015.955/2009-8
Natureza: Recurso de Reconsideração (Prestação de Contas)
Recorrentes: João Martins Dias e Gad Engenharia e Construção Civil Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas
Representação legal: Marisa Santos Villagra (OAB/AM 2.276) e outros, representando Gad Engenharia e Construcao Civil Ltda.
025.990/2015-2
Natureza: Auditoria
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária
Responsáveis: Antônio Claret de Oliveira; Antônio Gustavo Matos do Vale
Representação legal: Clarissa Pacheco Ramos (OAB/DF 32.502) e outros, representando Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária.
029.160/2010-3
Natureza: Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial)
Recorrentes: Cooperativa de Trabalho Iguaçu de Prestação de Serviços; Cooperativa Central Base de Serviços com Interação Solidária do Sudoeste do Paraná; Alzimiro Thomé; Luiz Ademir Possamai
Órgão/Entidade/Unidade: Cooperativa Central Base de Serviços com Interação Solidária do Sudoeste do Paraná
Representação legal: Alberto Moreira Rodrigues (OAB/DF 12.652), Claudismar Zupiroli (OAB/DF 12.250) e outros, representando Alzimiro Thomé, Luiz Ademir Possamai, Cooperativa de Trabalho Iguaçu de Prestação de Serviços e Cooperativa Central Base de Serviços com Interação Solidária do Sudoeste do Paraná
Ministro AUGUSTO NARDES
007.526/2014-8
Natureza: Embargos de Declaração
Embargante: Águas e Esgotos do Piauí S.A.
Órgão/Entidade/Unidade: Águas e Esgoto do Piauí S/A
Representação legal: Denise Barros Bezerra Leal (OAB/PI 9.418), Nathalie Cancela Cronemberger Campelo (OAB/PI 2.953), Italo Franklin Galeno de Melo (OAB/PI 10.531) e outros
012.237/2014-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do INSS em Florianópolis/SC
Responsáveis: Edilamar Maria Pereira; João Roberto Porto; Marilei Juventina Wolff da Silva Arruda; Moacir Garcia; e Salésio Machado
Representação legal: não há
026.089/2015-7
Natureza: Pedido de Reexame (Representação)
Recorrente: Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária
Representação legal: Raquel Montenegro de Oliveira Lara Rocha (OAB/DF 21.578)
Ministro RAIMUNDO CARREIRO
005.910/2011-0
Natureza: Auditoria Operacional
Órgãos/Entidades/Unidades: Centro de Controle Interno da Aeronáutica; Ministério da Defesa
Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992)
Representação legal: Henrique Ferreira Costa e outros, representando Centro de Controle Interno da Aeronáutica
010.163/2015-8
Natureza: Agravo (Auditoria)
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Oswaldo Cruz
Representação legal: Gabriel Vasconcelos Portes (OAB/DF 32.608) e outros, representando C. G. Construções Ltda.
012.487/2016-3
Natureza: Auditoria
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária
Responsáveis: Adilson Teixeira Lima; André Luis Marques de Barros; Antonio Gustavo Matos do Vale; Francisco José de Siqueira; Geraldo Moreira Neves; Jaime Henrique Caldas Parreira; Jose Irenaldo Leite de Ataide; José Clovis Batista Dattoli; João Marcio Jordão; Marçal Rodrigues Goulart; Mauro Roberto Pacheco de Lima
Representação legal: Márcia Uchôa de Oliveira da Rocha e outros, representando Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária
013.560/2015-8
Natureza: Representação
Representante: Panaltís Construções Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Banco do Brasil S.A.
Representação legal: Leda Maria Hertt Grande Dequech, representando Banco do Brasil S.A.; Terezinha Maria Oliveira da Silva, representando Panatís Construções Ltda
018.313/2015-9
Natureza: Acompanhamento
Órgão/Entidade/Unidade: Casa da Moeda do Brasil
Responsável: Francisco de Assis Leme Franco
Representação legal: Luciana Pereira Diogo (OAB/RJ 122.433) e outros, representando Casa da Moeda do Brasil
018.948/2016-2
Natureza: Solicitação do Congresso Nacional
Interessado:
Órgão/Entidade/Unidade: Presidente da Câmara dos Deputados
Representação legal: não há
021.103/2016-0
Natureza: Acompanhamento
Órgãos/Entidades/Unidades: Governo do Estado do Rio Grande do Sul; Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária; Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Representação legal: não há
025.244/2015-9
Natureza: Administrativo
Interessado: Tribunal de Contas da União
Representação legal: não há
030.786/2015-0
Natureza: Auditoria
Órgão/Entidade/Unidade: Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Responsáveis: Carlos Alberto Freitas Barreto, Jorge Antonio Deher Rachid, Adriana Queiroz de Carvalho, Paulo Roberto Riscado Junior e Fabrício da Soller
Representação legal: não há
Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO
011.393/2016-5
Natureza: Representação
Representante: BKM Comércio e Locação de Equipamentos Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade : Tribunal Regional Eleitoral de Goiás
Representação legal : Ariosto Mila Peixoto (OAB/SP 125.311)
020.648/2016-2
Natureza: Representação
Representante: CTA Engenharia Ambiental Ltda. - EPP
Órgão/Entidade/Unidade : Petróleo Brasileiro S.A. - Refinaria de Manaus
Representação legal : Mauro Porto (OAB/DF 12.878), Náthaly Calixto de A. F. Barros (OAB/RJ 177.744), Patrícia Franco Bonfadini (OAB/RJ 152.991) e Wagner Bragança (OAB/RJ 109.734)
032.034/2015-6
Natureza: Auditoria Operacional
Interessado: Congresso Nacional
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM)
Representação legal: não há
035.498/2011-0
Natureza: Revisão de Ofício (Aposentadoria)
Interessados: Almir Azevedo Barbosa, Dirlei Soares do Nascimento, Horacio Quirino de Araujo, José Carlos de Oliveira Silva, José Joab Ventura, Luciete Maria da Silva e Ricardo Tadeu Moyses dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade : Diretoria do Pessoal Civil da Marinha
Representação legal : não há
Ministra ANA ARRAES
003.129/2001-6
Natureza: Recurso de Revisão
Recorrente: Wigberto Ferreira Tartuce
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento de Qualificação do Ministério do Trabalho e Emprego
Representação legal: Jorge Ulisses Jacoby Fernandes (OAB/DF 6.546) e outros, representando Wigberto Ferreira Tartuce
003.193/2001-7
Natureza: Recurso de Revisão
Recorrente: Wigberto Ferreira Tartuce
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento de Qualificação do Ministério do Trabalho e Emprego e Secretaria de Trabalho, Emprego e Renda do Distrito Federal
Representação legal: Jaques Fernando Reolon (OAB/DF 22.885), Jorge Ulisses Jacoby Fernandes (OAB/DF 6.546) e outros, representando o recorrente
005.038/2016-2
Natureza: - Administrativo
Interessado: Tribunal de Contas da União
Representação legal: não há
023.291/2015-0
Natureza: Administrativo
Interessado: Robens Silveira Nogueira
Representação legal: não há

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

023.312/2011-4
Natureza: Pedido de Reexame
Recorrente: Petróleo Brasileiro S.A.
Órgãos/Entidades/Unidades: Petróleo Brasileiro S.A., Transportadora Associada de Gás S.A. e Secretaria de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Amazonas
Representação legal: Taísa Oliveira Maciel (OAB/RJ 118.488) e outros, representando Petróleo Brasileiro S.A.
Ministro BRUNO DANTAS
009.865/2013-6
Natureza: Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial)
Recorrente: Antonio Rodrigues de Melo Amorim
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do INSS Centro/RJ
Responsáveis: Antonio Rodrigues de Melo Amorim; Lázara Maria da Silva Ferreira; Cláudia Sales Neto
Representação legal: não há
018.492/2013-4
Natureza: Representação
Representação:
Órgãos/Entidades/Unidades: Prefeitura Municipal de Laranjal do Jari - AP; Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Amapá
Responsáveis: André Luiz Mendonça Bastos; Edilma Reis Lisboa Gomes; Euricélia Melo Cardoso; Manoel José Alves Pereira; Mário Jorge Salomão Silva; Suzane Gomes Pereira; Valeria Oliveira Amorim; ABO Construções Ltda.; Construtora Trindade Ltda
Representação legal: Ana Margarida Marques Fascio (OAB/AP 1.017-A) e outros, representando Manoel José Alves Pereira; Antônio Pereira dos Santos e outros, representando ABO Construções Ltda.; Joice Elizabeth da Mota Barroso (OAB/GO 20.986) e outros, representando Prefeitura Municipal de Laranjal do Jari - AP; Karynne Pantoja Veras, representando Euricélia Melo Cardoso
021.450/2009-0
Natureza: Recurso de Revisão (Tomada de Contas Especial)
Recorrente: Fernando Gomes Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Itabuna /BA
Representação legal: Ademir Ismerim Medina (7829/OAB-BA) e outros, representando Fernando Gomes Oliveira; Ivo Marcelo Spinola da Rosa (13731/OAB-MT), representando Cléia Maria Trevisan Vedoin e Planam Indústria, Comércio e Representação Ltda; André de Vilhena Moraes Silva, representando Geraldo Simões de Oliveira
023.410/2016-7
Natureza: Solicitação do Congresso Nacional
Interessada: Comissão de Assuntos Sociais do Congresso Nacional
Representação legal: não há
030.129/2015-0
Natureza: Embargos de Declaração (Consulta)
Embargantes: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos; Advocacia-Geral da União
Representação legal: José Barreto de Arruda Neto (OAB-PB 9.426) e outros, representando a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos; Annalina Cavicchiolo Trigo, Camilla Araujo Soares, Rafael Ribeiro Rosa, Ana Flávia Lopes Braga e Valdemar Carvalho Junior, representando a Advocacia-Geral da União
030.283/2012-4
Natureza: Auditoria
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Seguros Privados
Representação legal: Leonardo Capistrano (OAB/CE 19.407, OAB/DF 29.510) e outros, representando a Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT
031.396/2011-9
Natureza: Pedido de Reexame (Auditoria)
Recorrentes: Andre Luiz Soares; Crislene do Nascimento Neves; Esterina Filipino Bastos; Jorge Kreimer; José Antonio Muniz Lopes; José da Costa Carvalho Neto; Liliane Façanha de Britto; Luiz José Bacha Rizzo; Tereza Cristina de Rozendo Pinto; Vera Maria Van Erven Formiga
Órgão/Entidade/Unidade: Centrais Elétricas Brasileiras S.A
Representação legal: Ana Carolina Mazoni (OAB/DF 31.606) e outros, representando Andre Luiz Soares, Crislene do Nascimento Neves, Esterina Filipino Bastos, Jorge Kreimer, José Antonio Muniz Lopes, José da Costa Carvalho Neto, Liliane Façanha de Britto, Luiz José Bacha Rizzo, Tereza Cristina de Rozendo Pinto e Vera Maria Van Erven Formiga
Ministro VITAL DO RÊGO
004.066/2015-4
Natureza: Pedido de Reexame
Recorrente: RD Tecnologia, Comércio e Serviços Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: Fábio Viana Fernandes da Silveira (OAB/DF 20.757), Tatiana Zamprogna (OAB/RS 42.126) e outros
008.692/2016-5
Natureza: Auditoria
Órgão/Entidade/Unidade: Companhia Hidro Elétrica do São Francisco
Responsável: José Carlos de Miranda Farias
Representação legal: não há
012.287/2013-0
Natureza: Pedido de Reexame (Auditoria)
Recorrente : Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
Representação legal: Rafaella Bahia Spach (OAB/DF 13.762-E) e outros
018.377/2012-2
Natureza: Revisão de Ofício (Pensão Civil)
Interessada: Maria do Perpetuo Socorro de Medeiros Carneiro
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado da Bahia
Representação legal: Leila Mara Miranda Azevedo (OAB/BA 19.718)
Ministro-Substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI
007.536/2014-3
Natureza: Embargos de Declaração (Representação)
Embargantes: Evander Luiz Ferreira e Conselho Regional de Química de Mato Grosso do Sul
Órgão/Entidade/Unidade: Conselho Regional de Química de Mato Grosso do Sul
Representação legal: Douglas de Oliveira Santos (OAB/MS 14.666), representando o Conselho Regional de Química de Mato Grosso do Sul e Evander Luiz Ferreira
010.804/2016-1
Natureza: Auditoria
Órgão/Entidade/Unidade: Valec - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.
Representação legal: Silvia Regina Schmitt (OAB/DF 38.717) e outros, representando Valec - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.
016.592/2010-7
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Secretaria de Estado da Saúde de Goiás
Responsáveis: Antônio Durval de Oliveira Borges, Cairo Alberto de Freitas, Hospfar Ind. e Com. de Produtos Hospitalares Ltda.
Representação Legal: Antônio Augusto Rosa Gilberti (OAB/GO 11.703); Georges Louis Hage Humbert (OAB/BA 21.872), e outros
016.801/2015-6
Natureza: Auditoria
Órgãos/Entidades/Unidades: Banco do Brasil S.A.; Caixa Econômica Federal; e Ministério das Cidades
Responsáveis: Alexandre Corrêa Abreu; Inês da Silva Magalhães; Miriam Aparecida Belchior
Representação legal: Rodrigo Numeriano Duboucq Dantas (OAB/PE 3.192-0)
Ministro-Substituto MARCOS BEMQUERER COSTA
018.231/2015-2
Natureza: Embargos de Declaração
Embargante: Visão Administração e Construção Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
Representação legal: Dalmo Rogério S. de Albuquerque (OAB/DF 10.010); Guilherme Campos Coelho (OAB/DF 27.810), e outros
Ministro-Substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO
002.099/2014-4
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Ararendá/CE
Responsáveis: Tânia Paiva Nibon Mourao; Construtora Gaivota Ltda. e MA Engenharia Ltda.
Representação legal: Vicente Martins Prata Braga (OAB/CE 19.309) e outros, representando Construtora Gaivota Ltda. e Eugênio Aguiar Camurça (OAB/CE 8.196), representando Tania Paiva Nibon Mourão
005.314/2011-9
Natureza: Monitoramento
Órgão/Entidade/Unidade: Petróleo Brasileiro S.A.
Responsáveis: Ademar Kiyoshi Itakussu e José Paulo Assis e Paulo Ruiz
Representação legal: Nilton Antonio de Almeida Maia (OAB/RJ 67.460), Nelson Sá Gomes Ramalho (OAB/RJ 37.506), Claudismar Zupiroli (OAB/DF 12.250), Ésio Costa Junior (OAB/RJ 59.121) e outros, representando a Petróleo Brasileiro S.A.; e Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB/DF 20.015), Fernando Villela de Andrade Vianna (OAB/RJ 134.601), Renato Otto Kloss (OAB/RJ 117.110) e outros, representando Ademar Kiyoshi Itakussu, José Paulo Assis e Paulo Ruiz
013.623/2016-8
Natureza: Auditoria
Órgão/Entidade/Unidade: Secretaria de Educação, Juventude e Esportes do Estado do Tocantins
Responsável: Adão Francisco de Oliveira
Representação legal: não há
020.080/2016-6
Natureza: Auditoria
Órgãos/Entidades/Unidades: Caixa Econômica Federal; Companhia Pernambucana de Saneamento e Ministério das Cidades
Responsáveis: Antônio Henrique de Carvalho Pires e Roberto Cavalcanti Tavares
Representação legal: não há
023.678/2015-1
Natureza: Levantamento
Órgãos/Entidades/Unidades: Ministério do Meio Ambiente e Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e outras
Representação legal: não há
030.677/2015-7
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Cachoeirinha/TO
Responsáveis: Francisco de Paula Vitor Moreira; Marco Antônio Oliveira Prado e Zélio Herculano de Castro
Representação legal: Márcio Oliveira Junior (OAB/TO 5.225)
031.081/2013-4
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Urucurituba/AM
Responsável: Sildovério Almeida Tundis
Representação legal: não há
035.118/2011-3
Natureza: Representação
Representante: Tribunal de Contas da União
Órgão/Entidade/Unidade: Municípios de Itabuna/BA e Prado/BA
Responsáveis: Ceema Construcoes e Meio Ambiente Ltda; Engenharia Brasileira Industria e Saneamento S.A. e Jotage Engenharia Comercio e Incorporacoes Ltda
Representação legal: José Dumiense da Silva Neto e outros, representando Jotage Engenharia Comercio e Incorporacoes Ltda; Milton Pinto Veloso da Silva (OAB/BA 10.443-D) e outros, representando Engenharia Brasileira Industria e Saneamento S.A.

Em 16 de setembro de 2016
MARCIA PAULA SARTORI
Subsecretária do Plenário

EXTRATO DE PAUTA (EXTRAORDINÁRIA RESERVADA)
Sessão prevista para 21/09/2016, às 14h30

PROCESSOS RELACIONADOS
Ministro AUGUSTO NARDES
018.428/2016-9
Natureza: Denúncia
Representação legal: não há
021.381/2016-0
Natureza: Denúncia
Representação legal: não há
Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO
022.184/2016-3
Natureza: Denúncia
Representação legal: não há
030.151/2010-4
Natureza: Auditoria
Representação legal: Edimilson Alves de Carvalho (OAB/DF nº 19.817)
Ministra ANA ARRAES
005.864/2015-1
Natureza: Denúncia
Representação legal: não há
010.439/2015-3
Natureza: Denúncia
Representação legal: não há
Ministro BRUNO DANTAS
010.499/2016-4
Natureza: Denúncia
Representação legal: não há
013.072/2016-1
Natureza: Denúncia
Representação legal: não há
Ministro-Substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI
023.404/2016-7
Natureza: Denúncia
Representação legal: não há
Ministro-Substituto WEDER DE OLIVEIRA
021.697/2016-7
Natureza: Denúncia
Representação legal: não há
033.599/2015-7
Natureza: Denúncia
Representação legal: não há
PROCESSOS UNITÁRIOS
Ministro AUGUSTO NARDES
015.896/2012-9
Natureza: Pedido de Reexame
Representação legal: Jeferson Nardi Nunes Dias (OAB/SP 186.177) e Fernanda C. Ribeiro (OAB/SP 289.530); Fernando José Gonçalves Acunha (OAB/DF 21.184), Tarley Max (OAB/DF 19.960), Marla Isabele Ponte (OAB/DF 13.105-E), Rafael Lima Kruger Martins (OAB/DF 14.249-E) e outros, André Rampazzo de Freitas (OAB/SP 292.912), Américo Fernando da Silva Coelho Pereira (OAB/SP89964) e outros
Interessado na sustentação oral: Fernando Acunha (OAB/DF 21.184)
Ministro-Substituto WEDER DE OLIVEIRA
023.716/2016-9
Natureza: Solicitação do Congresso Nacional
Representação legal: não há

Em 16 de setembro de 2016
LUIZ HENRIQUE POCHYLY DA COSTA
Secretário das Sessões

1ª CÂMARA

ATA Nº 33, DE 13 DE SETEMBRO DE 2016
(Sessão Ordinária da Primeira Câmara)

Presidente: Ministro Benjamin Zymler
Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
Subsecretário da Primeira Câmara: TEFC Paulo Morum Xavier

À hora regimental, o Presidente declarou aberta a sessão ordinária da Primeira Câmara, com a presença dos Ministros José Múcio Monteiro e Bruno Dantas; dos Ministros-Substitutos Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa, convocado para substituir o Ministro Walton Alencar Rodrigues, e Weder de Oliveira; e do Representante do Ministério Público, Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

Ausente o Ministro Walton Alencar Rodrigues, em missão oficial.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

HOMOLOGAÇÃO DE ATA

A Primeira Câmara homologou a Ata n.º 32, referente à Sessão realizada em 6 de setembro de 2016.

PUBLICAÇÃO DA ATA NA INTERNET

Os anexos das atas, de acordo com a Resolução nº 184/2005, estão publicados na página do Tribunal de Contas da União na Internet.

PROCESSOS EXCLUÍDOS DE PAUTA

Foram excluídos de Pauta, nos termos do artigo 142 do Regimento Interno, os seguintes processos:

- 023.941/2013-8, cujo Relator é o Ministro Walton Alencar Rodrigues; e

- 023.936/2015-0, de relatoria do Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

PROCESSOS APRECIADOS POR RELAÇÃO

A Primeira Câmara aprovou as relações de processos a seguir transcritas e proferiu os Acórdãos de nºs 5756 a 5869.

RELAÇÃO Nº 23/2016 - 1ª Câmara

Relator - Ministro BENJAMIN ZYMLER

ACÓRDÃO Nº 5756/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.998/2016-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Lucas Burke Gomes (142.843.127-66); Renata Pinheiro Freire Alves Vieira (052.134.197-39)

1.2. Órgão: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5757/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, bem como em fazer a determinação adiante especificada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.422/2016-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessada: Elisangela Dagostini Beux (656.426.860-20)

1.2. Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. Determinar à Sefip que, consoante disposto no art. 6º, § 1º, inciso II, da Resolução TCU 206/2007, providencie a correção, no sistema Sisac, do ato número de controle 10013393-01-2014-000170-3, referente à servidora Elisangela Dagostini Beux, de modo que, no campo "Data da Admissão/Nomeação", passe a constar a efetiva data de publicação da nomeação da interessada na imprensa oficial.

ACÓRDÃO Nº 5758/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.537/2016-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessadas: Ana Carolina Souza Azevedo de Araújo (683.259.752-53); Betânia Eugênia Souza Leandro (044.549.236-80); Maria Josiane da Silva Vilhena Castro (401.946.632-72); Raíssa Menezes de Freitas Fortes (601.248.593-05); Sarah Trinchão de Jesus Barouh Alves (010.176.105-84)

1.2. Órgão: Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 1ª Região

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5759/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão adiante relacionados se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar seu exame prejudicado por perda de objeto, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.130/2016-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Andreia Fabiana Burkhardt Dellabetha (934.857.001-34); Camila Princhak Coimbra (026.696.241-62); Glaydes da Cunha Melo de Oliveira (606.907.471-87); Thiago dos Santos Duailibi (865.890.672-87)

1.2. Órgão: Ministério Público Federal

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5760/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal emitido em favor de Thiago Lins Coelho Fonteles (931.069.203-00) se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado por perda de objeto o referido ato, sem prejuízo de considerar legais os demais atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.829/2015-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Francisco Antônio Mendonça Feitosa Filho (025.271.683-37); Islan Taymon Fonteles (601.578.053-36); Milenna Crisóstomo Chaves Pequeno Gomes (009.669.623-03)

1.2. Órgão/Entidade: Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 5ª Região/PE

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5761/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.955/2016-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Leonel Gustavo Lobo Guimarães (014.411.141-14); Luciana Pinho Pereira Moreira (078.775.076-07); Luiz Cesar da Silva Pereira (043.138.236-03); Marcella Barbosa de Castro (039.729.873-07); Marco Toishikawa Tanno (334.378.798-12); Maria das Candeias Nerys Costa (803.565.085-87); Mateus Dias dos Santos Andrade (801.440.475-00); Mateus Telesca (045.165.659-86); Maura Lelis Guimarães Goulart (024.151.531-92); Mauricio Segan-fredo Farias (015.344.490-86)

1.2. Órgão: Ministério Público do Trabalho

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5762/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.108/2016-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Juliana Pereira Bessa (040.169.196-90); Kellisangela Marcolino Santiago Gonçalves (023.238.164-03); Leonardo Divino Ribeiro (899.827.541-49); Leônidas Amaral Pinto (015.349.766-12); Marcela Natália de Sousa Soares (766.319.662-72); Maria Karolina de Alencar Araripe Pereira (011.278.744-46); Mariana Moreira Almeida (790.969.992-15); Pedro Henrique Lima Bezerra (011.730.582-06); Ricardo Flávio Costa da Silva (708.776.372-53); Rolando Valcir Spanholo (887.265.090-91)

1.2. Órgão/Entidade: Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 1ª Região/DF

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5763/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.111/2016-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Ana Paula Pessoa Sodré da Motta (050.653.844-36); Andrea Pessanha da Cunha (085.736.507-02); Bruno Nelson Adami Scardua (078.431.527-25); Caroline de Oliveira Pinto (118.385.387-47); Daniel Macedo Costa (103.283.767-52); Daniel de Souza Grutes da Silva (059.798.327-50); Erika Ribeiro da Silva (057.149.217-71); Everton Lima Gomes de Azevedo (136.215.157-20); Felipe Casado Linhares (065.923.936-10); Fábio Iozzi Novoa (104.795.517-23)

1.2. Órgão: Justiça Federal de Primeiro Grau - RJ

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5764/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.114/2016-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Mariana Magalhães da Cruz (119.880.357-67); Mariana Starling Pereira Barcellos (102.165.197-48); Paulo Barbosa Alves (096.387.207-94); Pâmala Sousa da Conceição (078.557.896-00); Rafael Bruno Pereira (070.978.316-77); Rafael Gomes Maia (100.438.117-44); Rayssa Gonçalves de Paula Silva (102.265.517-50); Rodrigo Curvelo da Silva (103.686.877-08); Talita Alves Machado (105.045.927-00)

1.2. Órgão/Entidade: Justiça Federal de Primeiro Grau - RJ

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5765/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.121/2016-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Nathalia Bretas Vieira (096.673.466-17); Pedro Corrêa Wey Marques (013.326.281-25); Renata Furlan Lutti (358.078.028-02); Ricardo Augusto Rodrigues da Silva (338.994.658-65); Rodrigo Jardim Mendes (229.103.718-83); Rogerio Luis Beneduzzi Aguilar (214.516.298-42); Ronaldo Augusto Arena (255.461.058-44); Ronaldo Eduardo Petrin de Castro (304.311.848-01); Samuel Vitor Mariano Guimaraes (373.919.748-03); Suhelen Nascimento Barros Pedroso (362.488.298-88)

1.2. Órgão: Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 3ª Região

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5766/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.122/2016-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Tatiana Fernanda Siqueira Balero (230.685.128-08); Thaira Batistone Tentor Faria (325.368.828-37); Thiago Rodrigues Barroca (333.227.898-37); Vanessa Richardelli Rodrigues (317.229.598-27); Victor Grossi Nakamoto (390.469.308-58)

1.2. Órgão/Entidade: Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 3ª Região/SP

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5767/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.124/2016-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Aline Regina Carlos (987.342.100-91); André Marczewski (965.474.050-87); Andréia Tonin (839.775.110-68); Camila Dal Lago (839.632.190-68); Fernanda Seganfredo Mainardi (017.571.540-86); Geverson Lippert da Silva (956.430.360-53); Guilherme Jantsch (026.650.310-19); Jackeline Bianca Begnis Cardoso (824.560.700-20); Jeanete Silvestreli Tufureti (972.934.900-20); Juliano Antonio Vieira (073.928.759-14)

1.2. Órgão: Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 4ª Região

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ACÓRDÃO Nº 5768/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.127/2016-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Allyson Henrique Rocha Bezerra (007.490.484-17)

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 5ª Região

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5769/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.128/2016-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Amanda Maria Almeida Pedrosa de Oliveira (043.065.964-43); Bruno Outeiro Pinto Moreira (293.524.078-22); Danilo Sandres Albuquerque de Lira (071.707.234-76); Danilo dos Santos Guimarães (076.367.384-65); Eliphas Neto Palitot Toscano (096.268.904-10); Luciana Lucena de Lima Cirne (008.047.854-90); Manuela Kirschner de Siqueira Campos (070.614.084-21); Reginaldo Barros de Almeida Junior (076.108.374-07)

1.2. Órgão/Entidade: Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 5ª Região/PE

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5770/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.214/2016-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Ana Teresa Guerra Barros (058.803.494-03); Anaelise Viana Castro Pires (898.686.251-49); Anderson Gurgel Santos (058.310.117-80); Anderson Vitor Lara de Assis (007.677.082-61); Andre Luiz de Oliveira Tarcio (705.202.671-68); Andre Matheus de Assis Morais (525.198.482-00); Andre Vinicios Pereira de Jesus (004.385.151-70); Andreia Manuella Aguiar de Oliveira (721.332.281-87); Anna Carolina Cordeiro Lacerda (130.593.737-60); Anna Cecilia da Costa Leal (000.329.602-47)

1.2. Órgão/Entidade: Ministério Público Federal

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5771/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.220/2016-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Jose Alexandre Pasqual (090.679.418-83); Josmar Maciel Gomes (001.668.921-65); Juliane Alves Rosa (029.758.621-13); Julimar Pereira da Silva Epifanio (723.350.926-34); Júlia Peixoto Roscoe (059.590.016-08); Kamilla Martins Rodrigues (011.590.471-97); Katia Leda de Oliveira (028.067.571-26); Katia Maria Menezes do Bonfim Maia (242.542.585-34); Kelvin Neiva Nascimento (931.819.146-49); Kylza Sampaio Teixeira (641.059.973-00)

1.2. Órgão/Entidade: Ministério Público Federal

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5772/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.223/2016-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Monica Nunes Andrade Prazeres (021.784.465-07); Monique Carvalho da Silva (057.096.027-44); Nadson Nonato Valle de Castro (789.965.205-78); Natalia Padilha Nisterac Lopes Rocha (056.721.679-93); Nathalia Alves Navarro (563.593.731-49); Natália Oliveira de Andrade (856.431.302-20); Nilson Pereira da Cunha (106.328.777-40); Orlando Pereira do Couto Junior (444.035.501-34); Paula Figueiredo Ervilha Rodrigues (012.339.931-94); Paulo Alan de Oliveira Vilela (077.250.934-43)

1.2. Órgão/Entidade: Ministério Público Federal

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5773/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.225/2016-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Rafaela Mie Maesima Cunha (074.224.349-45); Rafaella Gomes Corado (031.962.421-88); Raquel Vidal Costa (654.476.462-00); Raydner Facanha Silva Ramos (027.682.711-28); Raysla Milanes de Oliveira (026.482.541-10); Renata Machado Fonseca (931.316.311-04); Renata de Souza da Silva (820.005.900-63); Ricardo Carvalho de Andrade Lima (076.801.444-19); Rinaldo Jose de Santana Junior (045.859.904-29); Roberto Braga de Oliveira (873.275.891-04)

1.2. Órgão: Ministério Público Federal

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5774/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.229/2016-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Yohane Salasc Nobre de Alencar Almeida (006.347.141-80); Zenilde Jacobina de Araujo Rodrigues (784.358.891-49)

1.2. Órgão/Entidade: Ministério Público Federal

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5775/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, incisos I e II, 17, 18 e 23, incisos I e II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 143, inciso I, alínea "a", 207, 208 e 214, incisos I e II, do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, em julgar regulares com ressalva as contas de José Alberto Ferreira de Andrade Júnior (016.586.325-08), dando-lhe quitação, e regulares as contas dos demais responsáveis, dando-lhes quitação plena, de acordo com os pareceres uniformes emitidos nos autos, nos termos abaixo:

1. Processo TC-026.119/2015-3 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2014)

1.1. Responsáveis: Agripino Celso Guerreiro Barbosa Filho (053.161.354-23); Anderson Fontes Farias (878.535.075-34); Dinorá Melo Franco (085.714.495-20); Eribaldo Bernardino Souza (052.222.495-49); Erick Athayde (304.172.107-44); José Alberto Ferreira de Andrade Junior (016.586.325-08); José Fonseca (256.305.635-72); Nilson Barros Santos (679.104.835-20); Valquíria Gomes Andrade (256.109.885-00)

1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Sergipe

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Sergipe (Secex-SE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1 dar ciência ao Núcleo Estadual do Ministério da Saúde em Sergipe (NEMS/SE) das seguintes falhas observadas quando da apreciação das contas da entidade relativas ao exercício de 2014:

1.7.1.1 falta de informações referentes ao planejamento da unidade jurisdicionada e seus resultados assim como a insuficiência de indicadores de desempenho operacional que permitam a análise da eficiência e eficácia da sua atuação, em descumprimento ao item 5.1 da Portaria TCU 90/2014;

1.7.1.2. contratação de empresa de transporte incluindo veículo cuja necessidade não foi configurada em estudo de necessidade em desconformidade com a Lei 8.666/1993;

1.7.1.3. falhas de controle na contratação de empresa de manutenção predial em descumprimento à Lei 8.666/1993;

1.7.1.4. constatação de casos de acumulação ilegal de cargos; e identificação de riscos na área de pessoal que poderão impactar a força de trabalho, sem notícia de estudos para minimizá-los ou solucioná-los, infringindo o disposto no art. 133 da Lei 8.112/1990;

1.7.1.5. ausência das seguintes informações no Relatório de Gestão, contrariando a Decisão Normativa - TCU 140/2014:

1.7.1.5.1. relativas ao Serviço de Informações ao Cidadão (SIC), aos mecanismos para medir a satisfação dos produtos e serviços, à carta de serviços e à avaliação do desempenho da Unidade neste atendimento à sociedade;

1.7.1.5.2. referentes ao planejamento da UJ e aos resultados alcançados, como indicadores de desempenho operacional suficientes que viabilizem a análise da eficiência e eficácia da sua atuação;

1.7.1.5.3. acerca da gestão da tecnologia da informação;

1.7.2. dar ciência deste acórdão assim como dos pareceres que o fundamentam à unidade jurisdicionada;

1.7.3. arquivar os presentes autos, com fundamento no inciso V do art. 169 do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União.

ACÓRDÃO Nº 5776/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 27 da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 218 do Regimento Interno/TCU, em dar quitação à Sra. Graciene Conceição Pereira (777.817.167-87) exclusivamente em relação à multa que lhe foi imputada por meio do Acórdão 3713/2015-1ª Câmara, Sessão de 23/6/2015, Ata nº 20/2015 - 1ª Câmara, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.607/2014-6 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Associação Brasileira de Assistência e Desenvolvimento Social (60.805.975/0001-19); Graciene Conceição Pereira (777.817.167-87); Márcia Aparecida Antônia Rocha (561.000.949-91)

1.2. Órgão/Entidade: Entidades e Órgãos do Governo do Estado de São Paulo

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (Secex-SP).

1.6. Representação legal: Guilherme Carvalho e Sousa (30628/OAB-DF) e outros, representando Associação Brasileira de Assistência e Desenvolvimento Social e Graciene Conceição Pereira.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5777/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 143, inciso I, alínea "a", 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, em julgar regulares com ressalva as contas dos Srs. Walter Barelli (008.056.888-20), Luís Antônio Paulino (857.096.468-49), da Sra. Vera Lúcia de Lucena Bussinger (CPF 001.203.268-92) e do Instituto para o Desenvolvimento de Logística e Transportes - IDELT (CNPJ 01.086.250/0001-59), dando-lhe(s) quitação, e adotar as seguintes medidas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-004.994/2014-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Instituto de Desenvolvimento, Logística, Transportes e Meio Ambiente (01.086.250/0001-59); Luís Antônio Paulino (857.096.468-49); Nassim Gabriel Mehedff (007.243.786-34); Vera Lúcia de Lucena Bussinger (001.203.268-92); Walter Barelli (008.056.888-20)

1.2. Órgão/Entidade: Entidades e Órgãos do Governo do Estado de São Paulo

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (SECEX-SP).

1.6. Representação legal: Roberio Fortunato da Rocha (379.263/OAB-SP), representando Instituto de Desenvolvimento, Logística, Transportes e Meio Ambiente; Ronaldo de Almeida (236199/OAB-SP), representando Walter Barelli e Luís Antônio Paulino.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. excluir da relação processual o Sr. Nassim Gabriel Mehedff (CPF 007.243.786-34);

1.7.2. dar ciência desta deliberação à Secretaria de Políticas Públicas de Emprego do Ministério do Trabalho e Emprego (SPPE/MTE), à Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho do Estado de São Paulo (Sert/SP), e aos responsáveis.

ACÓRDÃO Nº 5778/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 143, inciso I, alínea "a", 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, em julgar regulares com ressalva as contas de Eduardo Belmiro da Silva (043.684.011-15), dando-lhe quitação, de acordo com os pareceres uniformes emitidos nos autos (peças 16 a 19), nos termos abaixo:

1. Processo TC-019.219/2015-6 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Eduardo Belmiro da Silva (043.684.011-15); Faustino Dias Neto (043.684.101-06)

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leverger - MT

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Mato Grosso (SECEX-MT).

1.6. Representação legal: Gustavo Emanuel Paim (OAM/MT 14.606), Sebastião Monteiro da Costa Júnior (OAB/MT 7.187) e outros

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. reconhecer a prescrição do exercício da pretensão punitiva, com fundamento no art. 205 do Código Civil de 2002, ante ao direcionamento do procedimento licitatório que culminou na contratação da empresa Saneng Saneamento e Construção Ltda. - ME (CNPJ 01.623.896/0001-28) para executar objeto do Contrato de Repasse 115.590-65/2000 (Siafi 421385);

1.7.2. dar ciência da presente deliberação ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e aos responsáveis, remetendo-lhes cópia da instrução inserta à peça 16; e

1.7.3. arquivar os autos com fulcro no art. 169, inciso III, do RITCU.

ACÓRDÃO Nº 5779/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, c/c o Enunciado nº 145 da Súmula de Jurisprudência predominante do Tribunal, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em corrigir, por erro material, os subitens 3.1, 9.2, 9.2.1, 9.2.2, 9.2.3 e 9.4.3 do Acórdão 7468/2014-1ª Câmara, de modo que onde se lê "Alpaan Comércio e Serviço Ltda. - ME" e "ALPAAN Comércio e Serviços Ltda. - ME", passe-se a ler "Alpaan Comércio e Serviços Ltda. - ME"; e onde se lê "SS Comércio e Reforma de Móveis ME", passe-se a ler "SS Comércio e Reforma de Móveis Ltda. - ME", mantendo-se inalterados os demais termos do acórdão, nos termos dos pareceres anteriores.

1. Processo TC-028.113/2007-5 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Achilles Liparelli Filho (008.159.108-00); Alpaan Comércio e Serviço Ltda. - ME (01.792.507/0001-98); Antônio Carlos Gregório (050.082.698-60); José Antônio Alves de Carvalho (695.429.108-00); Lucio Antônio Usai (197.520.758-00); Nilton Cezar de Menezes (332.085.307-49); SS Comércio e Reforma de Móveis Ltda. - ME (00.001.493/0001-84).

1.2. Entidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos e Ministério das Comunicações (extinto)

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (SECEX-SP).

1.6. Representação legal: Alexandre Alves de Carvalho (212098/OAB-SP) e outros, representando Alpaan Comércio e Serviço Ltda. - ME e José Antônio Alves de Carvalho.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. Remeter os autos ao Ministro Bruno Dantas, relator do Acórdão 4635/2016-1ª Câmara, para que aprecie a proposta de correção de erro material trazida pela unidade técnica, no que se refere à aludida deliberação.

ACÓRDÃO Nº 5780/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM por unanimidade, nos arts. 143, inciso V, alínea "a"; 169, inciso vi; e 212, do Regimento Interno/TCU, em determinar o arquivamento do seguinte processo, sem julgamento de mérito, em face da ausência de pressupostos de sua constituição e de seu desenvolvimento válido e regular, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-031.242/2015-4 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: Fundo Municipal de Saúde de Ponta Grossa (09.277.224/0001-10)

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Ponta Grossa - PR

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Goiás (SECEX-GO).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 26/2016 - 1ª Câmara

Relator - Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

ACÓRDÃO Nº 5781/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.935/2016-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: José Guilherme de Souza (008.906.009-10)

1.2. Unidade: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5782/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.197/2016-5 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Carla Patrícia Frade Nogueira Lopes (116.710.171-53)

1.2. Unidade: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5783/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, e nos termos do art. 7º, inciso II, da Resolução TCU nº 206/2007, com redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de admissão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento do admitido, seja pelo seu desligamento do cargo a que se refere o ato de admissão, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito dos atos de admissão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.091/2016-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Ramon Mouta Ribeiro Abílio (123.502.767-83); Raphael Sena Barbosa Leite (125.268.227-18); Raquel Alves de Melo (326.763.428-86); Raquel Bartholomeu Fanelli (080.554.817-33); Raquel Branquinho de Oliveira (112.940.497-80); Raquel Faria Rodrigues (123.203.817-24); Raquel Scheck Sarate Giacomini (990.095.360-68); Renan Molino de Santana Júnior (111.348.887-59); Renata Gontijo Dambrósio (087.148.656-37); Renato Andrade Kersten (023.664.129-83); Ricardo Cavalheiro Correa Porto (104.701.228-62); Ricardo Moreira Muniz (360.739.878-03); Robert Fred Gomes Azevedo (034.910.545-67); Roberto Luiz Pereira e Souza (726.238.537-20); Roberto Wagner Jubert (030.761.424-70); Robson Silva da Silva (817.136.060-20); Rodolfo Cardoso Ferreira (002.224.151-50); Rodolfo Motta da Silva Silveira (118.796.797-10); Rodrigo de Oliveira Marcon (293.201.038-79); Rodrigo de Salles Bravo (337.237.398-73)

1.2. Unidade: Petróleo Brasileiro S.A.

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5784/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, e nos termos do art. 7º, inciso II, da Resolução TCU nº 206/2007, com redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de admissão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento do admitido, seja pelo seu desligamento do cargo a que se refere o ato de admissão, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito dos atos de admissão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.094/2016-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Vivian Hetterich (007.949.549-44); Viviane da Silva Custódio (054.207.127-41); Wagner Miranda Machado (055.307.547-08); Warlen de Oliveira Gonçalves (107.491.336-19); Whalton Orlando Hippertt (120.315.967-64); Wilker Norberto dos Reis (100.256.816-13); William Izac Lima Júnior (027.235.523-22); Willian Carlos de Assis Alves (063.053.316-42); Yuri Servedio (118.335.777-01); Yuri Servedio (118.335.777-01)

1.2. Unidade: Petróleo Brasileiro S.A.

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5785/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, e nos termos do art. 7º, inciso II, da Resolução TCU nº 206/2007, com redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de admissão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento do admitido, seja pelo seu desligamento do cargo a que se refere o ato de admissão, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito dos atos de admissão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.102/2016-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Márcio Antônio Trentini (859.721.189-04); Thais Orlandini Pereira (066.294.189-64)

1.2. Unidade: Tribunal Regional Eleitoral do Paraná

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5786/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, e nos termos do art. 7º, inciso II, da Resolução TCU nº 206/2007, com redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de admissão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento do admitido, seja pelo seu desligamento do cargo a que se refere o ato de admissão, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito do(s) ato(s) de admissão a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.111/2016-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessada: Débora Rodrigues Gonçalves (690.309.951-49)

1.2. Unidade: Tribunal Superior Eleitoral

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5787/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.587/2016-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Fernando César Campos Andrade (045.666.576-55); Joabe Medeiros Gonçalves (057.264.164-81)

1.2. Unidade: Ministério da Justiça e Cidadania

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5788/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.701/2016-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Ismara de Lima Roza Gomes (122.959.527-94); Jair Inácio Henz (001.312.050-64); Jeferson Possamai (976.400.420-20); João Antônio Martins Costa (000.811.730-67); Jussiglê Bispo Rodrigues (868.212.532-34); Leandro Regis Portes Crizóstimo (723.024.101-49); Leone de Paula e Silva (055.615.474-61); Letícia Maria Auler de Araújo (849.494.492-49); Lucian Taffarel Leite Cristino (072.900.839-89); Luis Carlos de Oliveira (276.253.908-02)

1.2. Unidade: Departamento de Polícia Rodoviária Federal

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5789/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.703/2016-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Rodrigo Carvalhal de Carvalho (110.011.627-30); Rodrigo Cascão Costa (009.493.171-28); Saulo Rodrigues de Souza (094.967.917-86); Thiago Freire Santos (000.070.543-86); Thiago de Araújo Sousa (007.744.013-70); Tiago Cavalcante Oliveira (022.300.883-43); Wilfridyr Gomes Senhorinho (011.851.946-81); Zaqueu Veloso da Silva (957.527.811-91)

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1.2. Unidade: Departamento de Polícia Rodoviária Federal
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5790/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.960/2016-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Adonis Vieira de Andrade (035.221.505-46); Adriano Emílio Soares Silva (045.798.725-17); Adriano Rampinelli Fernandes (058.384.837-09); Adriano da Silva Seixas (111.147.567-92); Agustinho Cássio Silva Netto (086.466.396-06); Aílton Ferreira Costa (057.224.575-07); Aimee Pinto Salles Martins (089.082.414-26); Alan Charles do Nascimento Santos (086.154.064-64); Alan Ronchi Dutra (072.087.457-22); Alberto Márcio Teixeira Guimarães (058.946.967-39)
1.2. Unidade: Petróleo Brasileiro S.A.
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5791/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.966/2016-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Bruno Bodart Zipinotti (108.125.997-30); Bruno Cortes de Souza (065.388.736-18); Bruno de Paiva e Silva Castro (054.574.434-26); Cainan Magalhães Gois (055.777.835-26); Caio Fabrício dos Santos (034.246.385-36); Caio Nery dos Santos (040.984.615-52); Caio Reis Oliveira (891.314.105-10); Caíque da Silva Vilela (118.036.986-67); Camilla Rodrigues Cardoso Santório (115.913.927-05); Camilo Silva Leite (000.705.205-77)
1.2. Unidade: Petróleo Brasileiro S.A.
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5792/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.969/2016-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Carlos Pontes Mafra (106.650.247-11); Cássio Fonseca de Aragão (017.964.125-54); Celso Destefani Faitanin (091.333.977-67); Charles da Silva Pereira (645.193.765-72); Christiano Viana Menezes (035.956.725-85); Cláudio Cosme Hatum (142.517.187-71); Cláudio Márcio dos Santos Oliveira (002.518.617-59); Cláudio de Carvalho Baptista (767.610.967-15); Cleber de Lima e Oliveira (116.337.977-83); Clevelan do Nascimento Peçanha (091.245.017-78)
1.2. Unidade: Petróleo Brasileiro S.A.
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5793/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.977/2016-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Fernando Emílio Dantas Rios de Seixas (031.417.815-59); Fernando Luiz Maciel (021.877.197-58); Fernando Queiroz de Lira Alexandrino (139.743.847-90); Fernando Rosendo Fiúza (917.955.596-91); Fernando Souto França (116.867.687-88); Filipe José de Oliveira (150.555.797-65); Flávio Alvim Amoni (095.174.426-70); Flávio Cortes dos Santos (026.065.915-00); Francisco Leuton Rodrigues de Oliveira (050.192.033-19); Francisco Luan da Penha Lima (044.677.433-24)
1.2. Unidade: Petróleo Brasileiro S.A.
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5794/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.980/2016-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Sinério Ferreira de Carvalho (061.476.104-22); Sofia de Abreu e Lima Correia (129.136.487-03); Sofia de Mattos Menezes (030.210.875-07); Solange Aparecida Pissinati (024.484.469-03); Solange Barroso Grego (999.756.027-20); Solange Herrero de Morais (121.483.498-13); Soleandro Gonçalves dos Santos (146.647.687-70); Solival Santana de Jesus (024.975.265-40); Soraia Carlos Mendes (223.553.578-03); Soraia Vidal Romão de Souza (096.673.547-17)
1.2. Unidade: Petróleo Brasileiro S.A.
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5795/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.984/2016-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Taj Mahal Maia Leite Alves (823.190.575-87); Tales Lunelli (006.983.360-54); Tales Seabra Magalhães (120.684.907-06); Tales Wiriton de Souza Pereira (079.855.194-16); Tales de Moraes Melo (071.055.166-58); Talisson Norberto Xavier (084.537.784-18); Talita Gori Melchior Oliveira (348.746.538-80); Talita Medeiros Rodrigues (091.585.847-90); Talita Meyling Cheng Loureiro (054.609.707-33); Talita de Oliveira Muzzi (319.340.198-60)
1.2. Unidade: Petróleo Brasileiro S.A.
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5796/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.991/2016-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Thaíssa Fernandes Basile (124.321.157-16); Thales Augusto Aires da Silva (049.001.914-50); Thales Esteves Lima Sobral (013.841.355-02); Thales Lima da Silva (088.807.797-10); Thales Nogueira Viana (092.023.357-02); Thales Pereira D'Assunção Gontijo (026.179.326-80); Thales Regino Franco (080.075.746-70); Thales da Silva Gurgel (128.484.457-93); Thalia dos Santos Trindade (817.672.420-34); Thalis Igor Bezerra Ferreira (075.978.614-35)
1.2. Unidade: Petróleo Brasileiro S.A.
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5797/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.993/2016-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Thenisson Garcia Lorenzo de Souza Santos (765.818.375-04); Theo de Tarzo (055.656.974-17); Thiago Abreu de Miranda (371.214.588-88); Thiago Albuquerque do Nascimento (099.214.457-40); Thiago Alfano de Jesus (029.226.185-36); Thiago Amaro Mota (006.201.623-76); Thiago Andrade Bezerra (108.006.397-82); Thiago Andrade de Medeiros (317.449.778-79); Thiago Andreotti (323.992.988-02); Thiago Aquino da Rosa Damasceno (111.487.697-65)
1.2. Unidade: Petróleo Brasileiro S.A.
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5798/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.995/2016-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Thiago Bianchine Moura (057.843.057-60); Thiago Bonfim Gonçalves Pereira (115.785.477-09); Thiago Borges Boldo (219.010.138-71); Thiago Braga Campos (087.502.197-23); Thiago Bruno dos Santos Arnaud (057.969.354-61); Thiago Catulio Cunha (017.109.701-70); Thiago Cavalcante da Costa (007.957.562-59); Thiago Colombieri Antunes de Sousa (837.385.924-15); Thiago Coutinho da Cunha (135.512.637-10); Thiago Cremonez Castro (340.429.408-46)
1.2. Unidade: Petróleo Brasileiro S.A.
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5799/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.001/2016-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Thiago Melo Stuckert do Amaral (013.667.601-40); Thiago Menotti Batista dos Santos (058.789.164-52); Thiago Moreira Souza da Costa (101.445.297-00); Thiago Moura Sandoval (099.205.967-44); Thiago Nascimento (050.953.374-44); Thiago Novaes Ribeiro (981.815.051-15); Thiago Oliveira Arantes (218.761.648-75); Thiago Oliveira Lima (922.074.132-68); Thiago Oliveira Mateus (123.034.657-02); Thiago Oliveira da Silva (100.959.667-57)
1.2. Unidade: Petróleo Brasileiro S.A.
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5800/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.003/2016-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Thiago Roberto Zang (061.996.499-58); Thiago Rocha Moreira Pinto (131.291.367-38); Thiago Rodrigo Schone (052.098.219-35); Thiago Rodrigo de Souza (045.252.129-77); Thiago Rodrigues Silva (107.387.437-04); Thiago Rodrigues de Mattos (059.134.737-79); Thiago Sampaio da Silva (056.951.167-40); Thiago Santanna Herrera Ribeiro (100.784.467-16); Thiago Sebastian Carvalho de Souza (090.633.817-43); Thiago Siguenobu Vargas Arakaki (102.068.127-60)
1.2. Unidade: Petróleo Brasileiro S.A.
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5801/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.033/2016-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ueliton Santos Barboza Júnior (125.366.847-76); Uellington Nascimento dos Santos (822.633.375-04); Uert Francisco dos Reis (006.295.236-65); Ulisses Cesar Pereira Dias (379.438.555-15); Ulrich Figueiredo Bezerra (056.042.624-04); Uyra Barbosa de Neiva e Silva (132.155.313-72); Vagner João Gobbi (975.041.650-34); Vagner Pereira Custódio (003.071.037-57); Vagner Rosmann Carvalho (067.152.606-56); Vagner da Silva Lisboa (016.484.915-70)

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1.2. Unidade: Petróleo Brasileiro S.A.
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5802/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.040/2016-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Victor Clinquart Coimbra da Silva (110.157.767-36); Victor Coelho dos Santos (114.858.967-89); Victor Costa da Silva (120.978.387-82); Victor Dotta (369.240.188-40); Victor Duarte de Almeida (074.082.334-58); Victor Eduardo Santos de Souza (314.218.328-01); Victor da Silva Vidal (119.135.597-77); Victor de Albuquerque Silva (075.503.194-64); Victor de Caldas Oliveira (119.455.887-99); Victor de Figueiredo Rolemberg Mendonça (013.187.465-90)

1.2. Unidade: Petróleo Brasileiro S.A.
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5803/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.042/2016-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Victor Leonardo Cavalcante Melo da Silva (008.018.334-42); Victor Marcos Ribeiro Costa (839.932.315-20); Victor Mariano Lessa de Assis (124.299.517-03); Victor Miziara (321.018.868-80); Victor Moreira Araújo (056.038.054-20); Victor Oliveira Drummond (917.974.975-53); Victor Oliveira da Fonseca (130.513.587-38); Victor Otávio Tenani (403.536.738-97); Victor Rafael da Paixão Lopes (819.750.315-04); Victor Ruas Alvarez (124.496.507-33)

1.2. Unidade: Petróleo Brasileiro S.A.
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5804/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.048/2016-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Vinícius Mange Olivares (115.343.787-23); Vinícius Marcenes Gonçalves de Souza (097.914.126-50); Vinícius Ribeiro Cardoso (125.544.087-26); Vinícius Rodrigues Prado de Castro (133.933.197-79); Vinícius Rodrigues da Rosa (123.462.887-21); Vinícius Santos Falseth (053.621.587-16); Vinícius Silva Costa (033.205.195-14); Vinícius Silva Cota (079.638.786-93); Vinícius Silva Gonçalves Santos (136.160.847-17); Vinícius Tarouquella da Silva Rocha (117.010.667-69)

1.2. Unidade: Petróleo Brasileiro S.A.
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5805/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.054/2016-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Wagner Augusto da Silva (338.395.708-08); Wagner Borges Albuquerque (061.107.914-31); Wagner Costa Ferreira Filho (004.700.251-40); Wagner Mendes de Souza (054.760.067-45); Wagner da Silva Boeira (003.267.210-10); Wagner de Farias Soutelinho (038.642.897-26); Wagner de Oliveira Júnior (086.343.526-25); Wagner de Oliveira Pinto Soares (055.692.377-47); Wagner do Nascimento Santos (298.929.768-51); Wagner do Nascimento Silva (933.482.317-87)

1.2. Unidade: Petróleo Brasileiro S.A.
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5806/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.060/2016-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Wanderson José Reis (030.170.696-48); Wanderson Luiz Oliveira Erbas (146.596.067-83); Wanderson Mendonça Barreto (018.941.607-62); Wanderson Ribeiro Miranda (045.455.256-44); Wanessa Maria Damascena (076.381.694-92); Wanessa Patrícia Silva Ferreira Lins (063.977.834-80); Warley Pitanga (514.309.595-68); Washington Luiz Moreira Machado (000.609.277-20); Washington Luiz de Oliveira Menezes (354.111.555-68); Washington Rocha Sousa Júnior (020.595.105-89)

1.2. Unidade: Petróleo Brasileiro S.A.
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5807/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.067/2016-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Willian Aguiar dos Santos (126.347.857-39); Willian Andrighetto Trevizan (229.614.928-66); Willian Antônio de Souza (030.585.917-05); Willian Brito da Silva (013.737.785-12); Willian Magalhães Ribeiro (112.915.906-09); Willian Rafael Freitas de Souza (646.632.805-87); Willian Rodrigues Brito (298.800.978-31); Willian Simões Cavalhiere (073.749.636-37); Willian Thompson Silva Gomes (112.632.587-27); Williann Souza da Silva (097.562.716-39)

1.2. Unidade: Petróleo Brasileiro S.A.
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5808/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.092/2016-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Jessé Bastos de Souza (033.192.558-35); Jonas Rosa Silva (712.066.122-15); Rafael da Silva Pantoja (864.601.882-20); Samira dos Santos Calvo (695.577.801-34)

1.2. Unidade: Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5809/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.097/2016-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Camila Cisneiros de Carvalho (071.890.124-00); Débora Maria Cruz Mota (009.105.514-80); Jessé Oliveira de Souza Bezerra (050.516.084-69); João Gabriel Cordeiro D'Arce Prazeres (089.545.754-71)

1.2. Unidade: Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5810/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.100/2016-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Dayane Ellen Vidal Pimenta Weber Costa (221.758.768-45); Denise Santos Soares Moreira (312.115.298-00); Diogo Amazonas de Miranda Avelar de Freitas (010.143.604-12); Douglas José de Assunção (280.220.588-90); Edriana Benedeti (892.611.860-68); Fabiano Wanderley Santos (034.914.414-12); Flávio Cruz Vicente da Silva (327.454.658-56); Fábio Guedes de Lima Pinto (003.893.575-96); Geremias Oliveira Ferreira (308.501.948-06); Éser de Souza Santana (811.075.955-68)

1.2. Unidade: Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5811/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.242/2016-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Marcelo Bianchini (037.510.939-07); Marco Antonio Dominoni dos Santos (016.562.887-10); Marcondes Cordeiro Gadelha (797.260.624-20); Marcos Oliveira Santos (539.254.161-53); Marisandra Albiero Bolzan (996.123.300-00); Natalia Cavalcanti Além (046.160.044-71); Nathalia Laurentino Cordeiro Maciel (051.847.424-09); Patricia Cristina Américo de Oliveira (003.916.679-12); Patrício Antonio Barbosa da Silva (009.437.944-04); Paulo Sergio do Nascimento da Silva (044.647.677-37)

1.2. Unidade: Defensoria Pública da União
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5812/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso I e II; 17, 18 e 23, incisos I e II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I; 17, inciso I; 143, inciso I; 207 e 208 do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em julgar regulares com ressalva as contas de Luciano Portal Santanna, Roberto Westenberger e Helena Mulim Venceslau, dando-lhes quitação, e regulares as dos demais responsáveis, dando-lhes quitação plena, bem como mandar adotar as seguintes medidas sugeridas pela unidade técnica:

1. Processo TC-026.362/2015-5 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2014)

1.1. Responsáveis: Carlos Roberto Amorelli de Freitas (268.331.667-49); Danilo Cláudio da Silva (849.036.947-04); Dilma Costa Rebello (341.129.957-68); Helena Mulim Venceslau (657.979.301-53); Luciano Portal Santanna (764.393.130-53); Nelson Victor Le Cocq D'Oliveira (756.465.107-59); Roberto Westenberger (256.694.437-72)

1.2. Unidade: Superintendência de Seguros Privados
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Administração Indireta no Rio de Janeiro (SecexEstat).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Dar ciência à Superintendência de Seguros Privados desta deliberação, bem como sobre as seguintes impropriedades:

1.7.1. o plano estratégico da unidade apresenta as ações operacionais redigidas de forma vaga, sem previsão de metas quantitativas ou qualitativas que possam ser medidas e acompanhadas;

1.7.2. a permanência do registro no Siafi de Unidades Regionais da Susep já extintas, como se permanecessem ativas, contraria recomendação da Controladoria-Geral da União no sentido de sanar essas inconsistências.

ACÓRDÃO Nº 5813/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, quanto ao processo abaixo relacionado, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 143, inciso III; 243 e 250, inciso I, do Regimento Interno/TCU e art. 35 da Resolução-TCU 259/2014, ACORDAM em considerar atendida a determinação constante do item 1.7 do Acórdão 6263/2015 - 1ª Câmara, adotar a providência seguir e autorizar, em consequência, o encerramento dos autos mediante apensamento em definitivo ao processo originário, conforme pareceres emitidos:

1. Processo TC-028.808/2011-8 (MONITORAMENTO)

1.1. Interessado: Tribunal de Contas da União

1.2. Unidades: Secretaria Nacional de Juventude da Secretaria-Geral da Presidência da República (SNJ/SG/PR) e Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Maranhão (SECEX-MA).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Dar ciência ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação de que o não encaminhamento da tomada de contas especial ao Tribunal de Contas da União até cento e oitenta dias a contar do término do exercício financeiro em que foi instaurada significa inobservância do previsto no art. 11 da Instrução Normativa-TCU 71, de 28 de novembro de 2012.

ACÓRDÃO Nº 5814/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, quanto ao processo abaixo relacionado, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 143, inciso III; e 250 a 252 do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em fazer as seguintes determinações, dar ciência das impropriedades abaixo discriminadas, autorizar o encaminhamento de cópias de peças dos autos sugeridas e arquivar este processo, conforme pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.695/2016-2 (AUDITORIA)

1.1. Interessado: Tribunal de Contas da União (TCU)

1.2. Unidades: Secretaria de Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura do Estado de Alagoas (Seagri/AL) e Secretaria Nacional de Renda e de Cidadania do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Social (Sesan/MDSA)

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secex/AL

1.6. Representação legal: não há

1.7. Determinar à Secretaria de Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura do Estado de Alagoas (Seagri/AL) e à Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sesan/MDSA) que, no prazo de sessenta dias contados a partir da ciência da comunicação, informem a este Tribunal as providências adotadas para sanar as situações irregulares abaixo indicadas, constatadas no âmbito do Convênio Siconv 791605, se ainda porventura existentes:

1.7.1. dois produtores registrados como fornecedores do PAA/Leite, entre os meses de janeiro e março de 2016, constam como falecidos no Sisobi;

1.7.2. oito produtores forneceram leite ao PAA/Leite entre janeiro e março de 2016, mesmo estando com a DAP expirada;

1.7.3. cinquenta e quatro produtores forneceram leite em 2016 ao Programa PAA/Leite, embora possuam propriedades rurais cujas áreas ultrapassam quatro módulos fiscais;

1.8. Determinar à Secretaria de Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura do Estado de Alagoas (Seagri/AL) que, no prazo de sessenta dias a contar do recebimento da comunicação:

1.8.1. avalie os indícios de impropriedades adiante descritos, constatados no âmbito do Convênio Siconv 791605, relativos a beneficiários consumidores do PAA/Leite em Alagoas, em 2016, que não são integrantes do CadÚnico, e tome providências para sanar situações irregulares ainda porventura existentes, comunicando a este Tribunal as medidas tomadas:

1.8.1.1. vinte e três beneficiários figuram no cadastro da Receita Federal como sócios de pessoas jurídicas;

1.8.1.2. quatro beneficiários ocupam cargos públicos (com remuneração incompatível);

1.8.1.3. cento e cinco beneficiários constam como falecidos no sistema Sisobi;

1.8.1.4. quatro mil, quatrocentos e dezessete beneficiários consumidores em 2016, sem possuir CadÚnico válido;

1.8.2. elabore e envie a este Tribunal plano de ação visando instituir mecanismos:

1.8.2.1. capazes de assegurar, à coordenação do Programa do Leite, atualmente executado por meio do Convênio Siconv 791605, maior acompanhamento da fiscalização da qualidade do leite distribuído aos beneficiários do programa, inclusive mediante ajuste formal com os órgãos responsáveis pela verificação da qualidade do leite, quando for o caso, para que tenha conhecimento do planejamento das fiscalizações de qualidade (definição de locais, quantidades de amostras e periodicidade), da execução da fiscalização e dos seus resultados, de modo a poder adotar tempestivamente as medidas corretivas necessárias em caso de averiguação de má qualidade do leite;

1.8.2.2. capazes de assegurar, à coordenação do Programa do Leite, atualmente executado por meio do Convênio Siconv 791605, maior acompanhamento das ações relativas à inspeção sanitária de usinas de beneficiamento de leite que atuam no programa, inclusive mediante ajuste formal com os órgãos responsáveis pelas inspeções, quando for o caso, para que tenha conhecimento do planejamento dessas inspeções (definição de locais e periodicidade), da execução da fiscalização e dos seus resultados, de modo a poder adotar tempestivamente as medidas corretivas necessárias em caso de averiguação de problemas sanitários nas usinas mencionadas;

1.8.2.3. para garantir a efetiva e tempestiva análise das quantidades diárias de leite fornecidas por cada agricultor e dos valores financeiros por eles recebidos semestralmente, no âmbito do Convênio Siconv 791605, com vistas a verificar o cumprimento do disposto no art. 7º da Resolução MDS 61/2013 e no item 2.2.15 da cláusula segunda do termo do convênio;

1.9. Determinar à Secretaria Nacional de Rendaede Cidadania do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário que, no prazo de sessenta dias, avalie os indícios de impropriedades adiante descritos, constatados no âmbito do Convênio Siconv 791605, relativos a beneficiários consumidores do PAA/Leite em Alagoas em 2016 que são integrantes do CadÚnico, com indícios de não atenderem as exigências para figurarem no referido cadastro, e adote as providências cabíveis para sanar as situações irregulares ainda porventura existentes, comunicando a este Tribunal as medidas adotadas:

1.9.1. vinte e três pessoas figuram no cadastro da Receita Federal como sócios de pessoas jurídicas com capital social acima de R$50.000,00;

1.9.2. quatro pessoas que ocupam cargos públicos com salários acima de dois salários mínimos;

1.9.3. cento e cinco pessoas constam como falecidos no sistema Sisobi;

1.10. Determinar à Secex/AL que monitore o cumprimento das determinações especificadas nos itens 1.7, 1.8 e 1.9 acima.

1.11. Dar ciência à Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sesan/MDSA) e à Secretaria de Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura de Alagoas (Seagri/AL) sobre as seguintes impropriedades, constatados no âmbito do Convênio Siconv 791605:

1.11.1. o não atendimento do percentual mínimo de 30% de distribuição de leite a unidades recebedoras (entidades recebedoras) em relação ao total de leite distribuído, identificado nos anos de 2014 e 2015, o que afronta a regra estabelecida na subcláusula quarta da cláusula primeira do termo de convênio Siconv 791605;

1.11.2. não envio tempestivo à Sesan/MDSA, pela Seagri/AL, dos relatórios trimestrais relativos aos beneficiários fornecedores, beneficiários consumidores e unidades recebedoras do PAA/Leite, do ano de 2016, o que afronta o disposto na cláusula segunda, item 2.2.3.2, do termo de convênio Siconv 791605 (com as alterações do primeiro termo aditivo ao convênio).

1.12. Encaminhar à Seagri/AL cópias digitais das peças 47, p.1; 49; 57; 58; 73, p. 1; 74, pp. 1-7; e 75, pp. 1-233, para subsidiá-la no cumprimento das determinações contidas nos itens 1.7 e 1.8, alínea 1.8.1 supra;

1.13. Encaminhar à Sesan/MDSA cópias digitais das peças 47, p. 1; 49 e 73, p. 1, para subsidiá-la no cumprimento da determinação contida no item 1.7 acima.

1.14. Encaminhar ao MDSA cópias digitais das peças 57; 58 e 74, pp. 1-7, para subsidiá-la no cumprimento da determinação contida no item 1.9 supra.

1.15. Encaminhar cópia deste acórdão e do relatório de fiscalização de peça 76 à Secex Ambiental, à Seagri/AL, à Sesan e ao MDSA.

ACÓRDÃO Nº 5815/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei nº 8.443/1992 c/c os arts. 143, inciso III; e 237, parágrafo único, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em não conhecer da representação, por não atender aos requisitos de admissibilidade, arquivando-a e dando ciência ao representante, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.691/2016-0 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Tribunal Regional do Trabalho - Quarta Vara do Trabalho de Aracaju/SE

1.2. Unidade: Petróleo Brasileiro S.A.

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Administração Indireta no Rio de Janeiro (SecexEstat).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 24/2016 - 1ª Câmara

Relator - Ministro BRUNO DANTAS

ACÓRDÃO Nº 5816/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-008.106/2016-9 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: João Enéas Conforti (382.838.408-00)

1.2. Órgão/Entidade: Agência Nacional de Vigilância Sanitária

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5817/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-008.114/2016-1 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Dolci de Jesus Porto (205.450.536-68)

1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Minas Gerais

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5818/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do(s) ato(s)a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.439/2013-9 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Monica Antunes Barbosa (116.308.251-15)

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Educação e Cultura

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5819/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do(s) ato(s)a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.047/2016-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Madenuzia Santos Ferreira (973.009.937-53); Manoel Alves da Silva (325.183.407-00); Manoel Augusto Ferreira Pedro (376.319.267-00); Marcello Manhaes Silva (002.402.777-40); Marcelo Gomes Correa (004.482.617-66); Marcelo da Silva Cruz (015.990.607-52); Marcelo da Silva Souza (028.754.437-04); Marcelo de Souza Luiz (008.361.317-03); Marcia Thompson Pereira Lima (960.709.277-53); Marcio Brito Ferreira (966.923.597-91); Marcio Ferreira da Silva (625.149.037-34); Marcio Jose Correa (025.755.657-58); Marco Antonio Moreira (016.027.957-70); Marco Antonio Moreira (016.027.957-70); Marcos Andre Fontes Tavares (870.858.877-53); Marcos Antonio da Silva (892.429.207-20); Marcos Antonio da Silva (892.429.207-20); Marcos Antonio de Oliveira (481.645.697-04); Marcos Aurelio Moreira Rodrigues (442.920.581-72); Marcos Aurelio Moreira Rodrigues (442.920.581-72)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5820/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do(s) ato(s)a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.136/2016-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Ludmilla Estanislau Aguiar Carneiro (903.653.721-53)

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria Regional da ECT em Goiás - DR/GO

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5821/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar prejudicado, por inépcia, o exame do(s) ato(s)a seguir relacionado(s), fazendo-se a(s) determinação(ões) sugerida(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.159/2016-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Isabella Debs Goulart (787.595.871-72); Marilene Rossato Canabarro (001.710.974-40)

1.2. Órgão/Entidade: Agência Nacional de Telecomunicações

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1.7. Determinar ao órgão/entidade de origem que, no prazo de trinta dias, submeta ao TCU, pelo Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (Sisac), novos atos, livres das falhas apontadas, com fundamento nos arts. 45, *caput*, da Lei 8.443/1992, 260, § 6º, do Regimento Interno do TCU, 3º, §§ 6º e 7º, da Resolução - TCU 206/2007 e 15, *caput* e § 1º, da Instrução Normativa - TCU 55/2007.

ACÓRDÃO Nº 5822/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 1º, inciso I, 143, inciso I, alínea "a", 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno/TCU, em julgar regulares as contas dos responsáveis arrolados nos presentes autos, dando-lhes quitação plena; e em dar ciência deste acórdão, juntamente com a instrução (peça 30), à unidade jurisdicionada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.889/2014-3 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2013)

1.1. Responsáveis: Ademar Correa Bacelar (078.946.847-67); Amarílio Ferreira Neto (236.242.995-49); Antônio Carlos dos Santos Cruz (077.383.567-90); Armando Biondo Filho (376.717.407-30); Áureo Banhos dos Santos (072.391.007-31); Bruno Guimarães Carneiro (058.697.087-88); Carlos Nazareno Ferreira Borges (256.255.942-87); Cláudia Maria Mendes Gontijo (444.375.876-34); Edmílson Lírio Guterra (704.818.307-15); Emílio Mameri Neto (420.706.607-10); Fábio Gomes Goveia (071. 384.997-52); Gelson Silva Junquilho (418.276.357-20); Geraldo Régis Mauri (085.070.367-08); Geraldo Rossoni Sisquini (727.093.837-72); Gláucia Rodrigues de Abreu (776.847.457-00); Guilherme Loriato Potratz (126.026.927-27); Jacimar Bom Fim (703.556.902-25); João Luiz Calmon Nogueira da Gama (480.520.607-10); José Eduardo Macedo Pezzopane (082.651.588-66); Julião Soares de Souza Lima (336.892.296-34); Júlio César Bentivoglio (145.361.988-73); Karolina Dias da Cunha (105.753.357-26); Liliana Aparecida Pimenta de Barros (897.330.536-00); Marcello França Furtado (125.630.387-90); Marcelo Suzart de Almeida (508.334.216-20); Marcus Antonius da Costa Nunes (557.547.327-91); Margareth Vetis Zaganelli (980.258.727-34); Maria Aparecida Santos Correa Barreto (879.862.307-97); Milton Koiti Mirigaki (779.900.308-10); Patrick Trugilho Torres (138.687.337-36); Paulo Sérgio de Paula Vargas (526.372.397-00); Pedro Luiz de Andrade Domingos (026.709.631-37); Rafael Góes Furtado (024.609.447-80); Raphael Rodrigues de Oliveira (138.401.667-80); Reinaldo Centoducatte (616.006.107-06); Renato Rodrigues Neto (660.541.769-00); Roberto Drago (007.923.467-42); Rodrigo Alves de Albuquerque Tavares (127.098.047-51); Rodrigo Dias Pereira (078.103.737-90); Ronaldo Vagner Ceravolo (075.372.328-06); Samira Marialves Soares (137.786.987-37); Sophia Rosa Benedito (059.111.937-44); Valdemar Lacerda Junior (778.060.811-04); Vinícius Oliveira Machado (323.249.178-23); Vinícius Tomaz Fernandes (147.249.707-40); Viviane Vaz Castro (122.686.997-14); Wellington Pereira (743.013.817-91); Wilson Mario Zanotti (086.455.907-00); Zenolia Christina Campos (007.815.747-14)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Espírito Santo

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Espírito Santo (SECEX-ES).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5823/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 1º, inciso I, 143, inciso I, alínea "a", 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno/TCU, em julgar regulares as contas dos responsáveis arrolados nos presentes autos, dando-lhes quitação plena, recomendar e em dar ciência deste acórdão, juntamente com a instrução (peça 8), à unidade jurisdicionada e à Secretaria de Controle Interno do STF, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.596/2013-8 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2012)

1.1. Responsáveis: Antonio Cezar Peluso (017.189.328-04); Carlos Augusto Ayres de Freitas Britto (003.722.005-59); Enrique Ricardo Lewandowski (227.234.718-53); Joaquim Benedito Barbosa Gomes (084.269.531-15); Fernando Silveira Camargo (445.143.101-82); Armando Akio Santos Doi (605.951.911- 34); Amarildo Vieira de Oliveira (289.880.001-53); Alcides Diniz da Silva (067.745.471-68); Anderson Vidal Correa (400.732.891-91); Washington Luiz Ribeiro da Silva (097.828.001-63)

1.2. Órgão/Entidade: Supremo Tribunal Federal

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado (SecexAdmin).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. recomendar à unidade jurisdicionada, em conformidade com as disposições da Resolução CNJ 182/2013, que, nas próximas contas, preste informações acerca da elaboração e adequabilidade do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação da unidade.

ACÓRDÃO Nº 5824/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

a) com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 143, inciso I, alínea "a", 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em julgar regulares com ressalva as contas dos responsáveis a seguir, em razão das falhas verificadas, dando-lhe quitação:

a.1) Josué Modesto dos Passos Subrinho, CPF 072.925.035-00, Reitor: deficiências na gestão do almoxarifado; falta de normatização da gestão patrimonial; ocorrência de servidores com competência formal para o exercício da gerência privada; e inobservância do parágrafo único do art. 56 da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) na composição do Conselho Universitário;

a.2) Luiz Marcos de Oliveira Silva, CPF 002.845.965-23, Pró-Reitor de Administração: deficiências na gestão do almoxarifado; e falta de normatização da gestão patrimonial;

a.3) Jair Jeremias Junior, CPF 063.438.179-21, Pró-Reitor de Gestão de Pessoas: ocorrência de servidores com competência formal para o exercício da gerência privada; e inobservância do parágrafo único do art. 56 da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) na composição do Conselho Universitário;

b) com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 1º, inciso I, 143, inciso I, alínea "a", 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno/TCU, em julgar regulares as contas dos demais responsáveis, dando-lhes quitação plena;

c) dar ciência deste acórdão, juntamente com a instrução inicial (peça 9), à unidade jurisdicionada.

1. Processo TC-027.695/2015-8 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2014)

1.1. Responsáveis: Josué Modesto dos Passos Subrinho (072.925.035-00); Nielsen de Paula Pires (003.970.798-93); Caetano Carlos Bonchristiani (022.034.438-80); Diego Messias (056.981.009-42); Luiz Marcos de Oliveira Silva (002.845.965-23); Edson Carlos Thomas (931.076.509-78); Marcos Antonio de Morais Xavier (117.853.038-80); Elaine Aparecida Lima (176.997.448-29); Jayme Benvenuto Lima Junior (257.395.904-00); Ângela Maria de Souza (849.148.319-53); Fernando Cesar Mendes Barbosa (027.434.729-60); Elias de Sousa Oliveira (786.736.589-34); Edineia Aparecida Machado Dutra (025.331.089-01); Jair Jeremias Junior (063.438.179-21); Alan Luiz Gregório (054.287.739-28); Fernanda Sotello (064.849.449-70); Clezia de Souza Santos (000.705.935-31); Robinson Alexander Sturmer (003.556.879-84); Cleofas Berwanger (053.668.769-23); Anderson Antonio Andreata (008.066.867-40); Mayara Sabrina de Godoy (057.251.239-28); Gisele Ricobom (026.116.979-30); Gilcelia Aparecida Cordeiro (023.196.929-59

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Integração Latino-Americana

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Paraná (SECEX-PR).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5825/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 1º, inciso I, 143, inciso I, alínea "a", 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno/TCU, em julgar regulares as contas dos responsáveis arrolados nos presentes autos, dando-lhes quitação plena; dar ciência deste acórdão, juntamente com a instrução (peça 11), à Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação e ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação; e em adotar as medidas a seguir, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-032.010/2015-0 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2014)

1.1. Apenso: TC-023.027/2015-0 (SOLICITAÇÃO)

1.2. Responsáveis: Adriana Rigon Weska (346.917.231-53); Antonio Correa Neto (244.743.801-00); Dilvo Ilvo Ristoff (152.365.100-82); Flavio Carlos Pereira (020.030.788-60); Lilian Carvalho do Nascimento (000.767.611-50); Paulo Speller (244.242.691-91); Romeu Weliton Caputo (030.868.756-66); Rosana Itajahy Lopes (462.328.001-25); Gina Cláudia Loubach (343.302.911-34; Leonardo Milhomem Rezende (000.300.471-61); Priscila Ubriaco Cândido de Oliveira (325.858.018-96); Rafael Pereira Torino (732.074.460-00); Vinícius Ximenes Muricy da Rocha (998.681.051-53)

1.3. Órgão/Entidade: Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior

1.4. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.5. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto (SecexEduc).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Dar ciência à Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação, em prol da tomada de providências internas para a correção da inconsistência, que a ausência de preenchimento do subitem "informações acerca de custos dos produtos e/ou serviços" no relatório de gestão configura afronta à Decisão Normativa TCU 134/2013, tendo em vista que o Fies envolve, explicitamente, a prestação de serviços financeiros com custos legalmente definidos;

1.9. Dar ciência ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, em prol da tomada de providências internas para a correção da inconsistência, que o rol de responsáveis deve conter todos os períodos em que os dirigentes substitutos efetivamente desempenharam o papel dos dirigentes titulares, não bastando a indicação do período total de gestão, matéria esta regulada pela Instrução Normativa TCU 63/2010;

1.10. Recomendar ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, com fundamento no art. 250, III, do Regimento Interno do TCU, que avalie a conveniência e a oportunidade de efetuar, junto aos agentes financeiros atuantes no Fies, estudos relativos à expectativa de inadimplência dos beneficiários do Fies, estimando o seu impacto na remuneração devida às instituições financeiras e nos valores que serão efetivamente percebidos pelos cofres públicos no momento da amortização dos contratos de financiamento, com vistas à prevenir eventual inviabilidade orçamentária do programa.

ACÓRDÃO Nº 5826/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno/TCU, c/c a Súmula 145 do Tribunal de Contas da União, em retificar, por inexatidão material, o item 9.2 do Acórdão 5.378/2016-TCU-TCU-1ª Câmara, de forma que onde se lê "recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional", leia-se: "recolhimento da dívida aos cofres do Fundo Nacional de Cultura", de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-002.231/2015-8 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Amazon Books & Arts Ltda. (04.361.294/0001-38); Antonio Carlos Bellini Amorim (039.174.398-83); Felipe Vaz Amorim (692.735.101-91)

1.2. Órgão/Entidade: Entidades e Órgãos do Governo do Estado de São Paulo

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (SECEX-SP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5827/2016 - TCU - 1ª Câmara

Considerando que o recurso foi interposto fora do prazo legal e ainda em período superior a cento e oitenta dias, o que desautoriza inclusive a verificação de superveniência de fatos novos.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 32, inciso I e parágrafo único, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso IV, alínea "b", do Regimento Interno/TCU, em não conhecer do recurso de reconsideração interposto por Hitler Comapa Franco (peça 94), dando-se ciência desta deliberação ao recorrente, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.432/2014-9 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Associação dos Moradores Indígenas de Atalaia do Norte (05.230.577/0001-03); Hitler Comapa Franco (664.126.412-20)

1.2. Recorrente: Hitler Comapa Franco (664.126.412-20)

1.3. Órgão/Entidade: Fundação Nacional de Saúde

1.4. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.5. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler

1.6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo no Estado do Amazonas (SECEX-AM).

1.8. Representação legal: não há.

1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5828/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno/TCU, c/c a Súmula 145 do Tribunal de Contas da União, em retificar, por inexatidão material, o Acórdão 4.939/2016-TCU-1ª Câmara, de forma a vigorar com as seguintes alterações, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

a) No item 3, onde se lê "Amazon Books & Arts Ltda. (04.361.294/0001-38); Antonio Carlos Bellini Amorim (039.174.398-83)", leia-se "Amazon Books & Arts Ltda. - ME (04.361.294/0001-38); Antonio Carlos Belini Amorim (039.174.398-83)";

b) Nos subitens 9.2 e 9.3, onde se lê "Amazon Books & Arts Ltda., Antônio Carlos Bellini Amorim", leia-se "Amazon Books & Arts Ltda. - ME, Antônio Carlos Belini Amorim".

1. Processo TC-009.221/2015-8 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Amazon Books & Arts Ltda. - ME (04.361.294/0001-38); Antonio Carlos Belini Amorim (039.174.398-83); Felipe Vaz Amorim (692.735.101-91)

1.2. Órgão/Entidade: Entidades e Órgãos do Governo do Estado de São Paulo

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (SECEX-SP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à unidade instrutiva de origem que proceda à alteração nos sistemas deste Tribunal das retificações efetuadas nesta deliberação.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ACÓRDÃO Nº 5829/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno/TCU, c/c a Súmula 145 do Tribunal de Contas da União, em retificar, por inexatidão material, o Acórdão 2.159/2016 -TCU-1ª Câmara (peça 91), de forma a vigorar com as seguintes alterações, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

a) No subitem 3.2:

a.1) Onde se lê "Cobrate Cia Brasileira Deterraplenagem e Engenharia", leia-se "Cobrate Cia Brasileira de Terraplenagem e Engenharia";

a.2) Onde se lê "Oswaldo Pessoa de Aquino (108.733.334-20)", leia-se "Oswaldo Pessoa de Aquino (059.652.844-20)";

a.3) Onde se lê "Joao Medeiros e Silva", leia-se "Joao Medeiros e Silva (falecido)";

a.4) Onde se lê "Saulo Lins da Nóbrega", leia-se "Saulo Lins da Nóbrega (falecido)";

b) No item 8:

b.1) Excluir "José Vandalberto de Carvalho (OAB/PB 8.643) e outros, representando o Município de João Pessoa/PB.", porquanto o Município de João Pessoa revogou os mandatos anteriormente outorgados para atuação nos processos em nome daquela entidade (peça 86, p. 1 e 2);

b.2) Incluir "Luciana Maria Silveira Gomes Coutinho, OAB/PB 13.385, representando Conspavi - Construção e Pavimentação Ltda";

c) No subitem 9.1, onde se lê "José Joácio de Araújo (CPF n. 058.811.964-49)", leia-se "José Joácio de Araújo Morais (CPF 058.811.964-49)";

d) Nos subitens 9.5, 9.5.6 e 9.6, onde se lê "Oswaldo Pessoa de Aquino (CPF 108.733.334-20)", leia-se "Oswaldo Pessoa de Aquino (CPF 059.652.844-20)";

e) Nos subitens 9.5.1, 9.5.3 e 9.5.5, onde se lê "Potengi Holanda de Lucena (CPF 044.642.904-00)", leia-se "espólio de Potengi Holanda de Lucena (CPF 044.642.904-00) ou, caso já concluído o inventário, seus herdeiros, até o limite do patrimônio transferido";

f) No subitem 9.6, onde se lê "atualizadas monetariamente desde a data do acórdão que vier a ser proferido", leia-se "atualizadas monetariamente desde a data deste acórdão";

g) No subitem 9.7, onde se lê "dívidas imputadas nos itens 9.4 e 9.5 deste acórdão", leia-se "dívidas imputadas nos itens 9.4 a 9.6 deste acórdão".

1. Processo TC-028.903/2007-2 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Adalberto Fulgêncio dos Santos Júnior (395.002.684-34); Cobrate Cia Brasileira de Terraplenagem e Engenharia (14.737.522/0001-85); Conspavi - Construção e Pavimentação Ltda (76.977.099/0001-48); Cícero de Lucena Filho (142.488.324-53); Francisco Carlos Oliveira Cavalheiro (466.978.104-91); Germana Pires de Sá Nóbrega Coutinho (034.869.554-38); Geronildo Alves Fernandes (098.386.194-34); Joao Medeiros e Silva (falecido) (003.235.004-04); José Joácio de Araújo Morais (058.811.964-49); Leonardo Pires de Sá Nóbrega (024.560.534-78); Maria de Fátima Pires de Sá Nóbrega (395.903.804-68); Natália Pires de Sá Nóbrega (057.864.224-70); Oswaldo Pessoa de Aquino (059.652.844-20); Potengi Holanda de Lucena (falecido) (044.642.904-00); Saulo Lins Nóbrega (falecido) (076.441.834-34)

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de João Pessoa - PB

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Paraíba (SECEX-PB).

1.6. Representação legal: Carlos Frederico Nobrega Farias (7119/OAB-PB) e outros, representando Potengi Holanda de Lucena (falecido) e Vera Maria Nóbrega de Lucena; Luciana Maria Silveira Gomes Coutinho (13.385/OAB-PB), representando Conspavi - Construção e Pavimentação Ltda; Leopoldino Maia Paiva (14.039/OAB-PB) e outros, representando José Joácio de Araújo Morais; Germana Pires de Sá Nóbrega Coutinho (11.402/OAB-PB), representando Leonardo Pires de Sá Nóbrega, Natália Pires de Sá Nóbrega e Maria de Fátima Pires de Sá Nóbrega; Daniel Maciel de Menezes Silva (32.289/OAB-DF), representando Adalberto Fulgêncio dos Santos Júnior; Alvaro Figueiredo Maia de Mendonça Junior (14265/OAB-PE) e outros, representando Cícero de Lucena Filho.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 28/2016 - 1ª Câmara

Relator - Ministro-Substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

ACÓRDÃO Nº 5830/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal o ato de concessão a seguir relacionado, autorizando-se o registro, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-012.301/2016-7 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Adroaldo Angelo Bottan (173.464.870-87)

1.2. Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Incra no Estado de Santa Catarina

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 5831/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais os atos de concessão a seguir relacionados, autorizando-se os registros, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.681/2011-6 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Donis Perini (043.197.967-72); Erasmo Murbak (527.088.298-15); Filomena Lucia Rabelo (903.101.448-68); Heitor Biolchini Cauliraux (042.813.907-82); Jose Osmario Vieira Lima (101.218.704-72); Júlio Clemente de Souza (198.868.379-34); Leon Nudelman (112.748.838-49); Luiz Antonio de Castro Lima (010.434.558-68); Manoelina Rodrigues (011.792.558-60); Maria Jose Gomes da Silva Gelati (991.056.168-91); Maria Matilde de Souza Nogueira (467.037.487-72); Wilma Rodrigues (408.195.318-04)

1.2. Órgão/Entidade/Unidade: Comissão Nacional de Energia Nuclear

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 5832/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do ato de admissão, em face do desligamento ou falecimento do interessado e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.055/2016-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Veridiana Ullmann de Campos (007.297.760-42)

1.2. Órgão/Entidade/Unidade: Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 5833/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado e autorizar o registro, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.174/2016-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Paulo Cesar Guedes (080.328.096-35)

1.2. Órgão/Entidade/Unidade: Ministério das Cidades

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 5834/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão, em face do falecimento, maioridade ou exclusão do(s) beneficiário(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU nº 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-012.711/2007-2 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessado: Deborah Soraia França Fontes (513.427.402-97)

1.2. Órgão/Entidade/Unidade: Décima Segunda Região Militar

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 5835/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais os atos de concessão a seguir relacionados, autorizando-se os registros, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.242/2007-4 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Alice Lopes (249.566.271-49); Castorina Lopes (173.813.471-72); Eremita Gomes Rodem Binn (447.924.171-04); Eulalia Lopes (257.645.941-20); Ilda da Fonseca Duarte (653.551.641-53); Lucia Ganiko Seabra (563.006.971-34); Marcia Luiza Oshiro Seabra (905.417.401-30); Maria Eloa Brocuá (262.998.360-91); Maria das Graças Lemes Taques (771.810.931-34); Marlene da Silva Machado Brocuá (537.395.901-49)

1.2. Órgão/Entidade/Unidade: Nona Região Militar

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 5836/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, considerando as informações constantes da instrução à peça 9 e o parecer do Ministério Público junto ao TCU (peça 12), em:

a) julgar, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei 8.443/1992, regulares as contas dos responsáveis arrolados no subitem 1.1 deste Acórdão, dando-lhes quitação plena;

b) dar ciência deste Acórdão, fazendo-o acompanhar de cópia da instrução à peça 9, ao Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado de Santa Catarina (Sebrae/SC) e à Controladoria Regional da União no Estado de Santa Catarina.

1. Processo TC-026.402/2015-7 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2014)

1.1. Responsáveis: Alaor Francisco Tissot (002.658.969-91); Alcantaro Correa (003.791.239-91); Alexandre Marino Costa (796.510.389-34); Anacleto Ângelo Ortigara (384.480.689-04); Antônio José Carradore (484.001.069-20); Bruno Breithaupt (093.095.869-15); Carlos Alberto Schneider (179.190.619-20); Carlos Guilherme Zigelli (564.875.689-53); Christiano Lopes de Oliveira (023.339.759-03); Cleiston Oldoni (854.733.679-68); Daniel Rota (951.017.300-25); Diogo Henrique Otero (028.804.229-81); Eduardo Alexandre Correa de Machado (016.339.589-65); Egon Ewald (004.447.079-72); Enori Barbieri (114.341.041-68); Felipe Castro do Couto (070.863.377-30); Glauco José Côrte (003.467.999-53); Jacemar Bittencourt de Souza (442.357.129-34); Joao Paulo Karam Kleinubing (901.403.629-91); Jose Eduardo Azevedo Fiates (112.159.298-89); Jose Ricardo Mendes Guedes (398.876.779-49); Jose Zeferino Pedrozo (003.151.929-68); Jovelci Domingos Gomes (296.531.269-20); Lucia Gomes Vieira Dellagnelo (593.613.879-87); Luiz Antonio Ramos (223.240.629-68); Luiz Carlos Furtado Neves (196.229.029-87); Marcelo Luiz Moser (469.814.469-87); Marcio Manoel da Silveira (487.644.859-00); Marina Keiko Nakayama (463.205.129-20); Neirim Goulart Duarte (523.090.106-34); Nelson Ronnie dos Santos (953.787.239-49); Osmar Silveira (073.019.799-91); Paulo Roberto B. Bornhausen (488.755.899-68); Rogerio Gomes Penetra (141.179.568-76); Sandro Wojcikiewicz (625.401.739-34); Sergio Alexandre Medeiros (516.224.919-04); Sergio Fernandes Cardoso (298.599.309-10); Sérgio Roberto Arruda (001.798.419-04); Wellington Roberto Bielecki (003.959.569-27)

1.2. Órgão/Entidade/Unidade: Serviço de Apoio Às Micro e Pequenas Empresas de Santa Catarina

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Santa Catarina (SECEX-SC).

1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 5837/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, considerando as informações constantes da instrução à peça 9 e o parecer do Ministério Público junto ao TCU (peça 12), em:

a) julgar, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992, regulares com ressalvas as contas de Vitor Salgado Monastier em razão das constatações consignadas no item 12 da instrução à peça 9 destes autos, dando-lhe quitação;

b) julgar, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei 8.443/1992, regulares as contas dos demais responsáveis arrolados no subitem 1.1 deste Acórdão, dando-lhes quitação plena;

c) dar ciência deste Acórdão, fazendo-o acompanhar de cópia da instrução à peça 9, ao Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - Departamento Regional no Paraná (Senac/PR) e à Controladoria Regional da União no Estado do Paraná.

1. Processo TC-027.698/2015-7 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2014)

1.1. Responsáveis: Ari Faria Bittencourt (027.533.089-34); Darci Piana (008.608.089-04); Edmundo Knaut (072.030.129-72); Vitor Salgado Monastier (061.315.149-68)

1.2. Órgão/Entidade/Unidade: Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - Departamento Regional no Paraná (Senac/PR)

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Paraná (SECEX-PR).

1.6. Representação legal: não há.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ACÓRDÃO Nº 5838/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno, c/c o Enunciado 145 da Súmula de Jurisprudência predominante no Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, em retificar, por inexatidão material, o Acórdão 5169/2016 - TCU - 1ª Câmara, como a seguir:

Item 1.1. Responsáveis:

- onde se lê "Donizete Borges Campos",

- leia-se "Donizete Borges de Campos".

1. Processo TC-028.099/2015-0 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2014)

1.1. Responsáveis: Alberto de Almeida Costa (322.723.322-34); Donizete Borges de Campos (207.647.661-04); Luciana Surita da Motta Macedo (447.336.822-04); Maria Cristina de Andrade Souza (485.258.044-87).

1.2. Órgão/Entidade/Unidade: Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Roraima

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Roraima (SECEX-RR).

1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 5839/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de tagColegiado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso I, alínea "a", do Regimento Interno/TCU, e de acordo com os pareceres emitidos nos autos pela Secex/PB e pelo MP/TCU, em julgar regulares com ressalva as contas do Sr. Rodolfo Ramalho Catão (CPF 047.508.554-05), com fulcro nos arts. 1º, inciso I, 16, II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992, dando-lhe quitação, em face da impropriedade relatada no item II da seção "Exame Técnico" (atingimento parcial de metas estabelecidas para as fiscalizações).

1. Processo TC-028.424/2015-8 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2014)

1.1. Responsável: Rodolfo Ramalho Catão (CPF 047.508.554-05).

1.2. Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado da Paraíba.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Paraíba (SECEX-PB).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. dar ciência à Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado da Paraíba (SRTE/PB) de que:

1.7.1.1. foram constatadas inconsistências no relatório de gestão, objeto da avaliação procedida no item I do Exame Técnico, eis que não observadas as normas que disciplinam o processo de prestação de contas perante esta Corte, ressaltando que as peças eventualmente em desacordo com as formas e os conteúdos definidos poderão ser devolvidas para realização dos ajustes necessários, com fixação de novo prazo para reapresentação da peça corrigida, sob pena de, nos termos do art. 3º, incisos I e II, da DN-TCU 140/2014, aplicação de multa aos responsáveis em caso de não regularização;

1.7.1.2. detectada a qualquer tempo a acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas, a autoridade competente deve adotar procedimento sumário para a apuração e regularização imediata da situação, conforme disposto no art. 133 da Lei 8.112/90;

1.7.2. encaminhar cópia da presente deliberação, assim como da instrução de peça 9, à Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado da Paraíba;

1.7.3. dar ciência à Segecex acerca dos diversos itens de informação assumidos pela unidade como não lhe sendo aplicáveis ou cujas apresentações caberiam às unidades centrais do MTE (item I, 16-18), para que avalie a conveniência de adotar um relatório de gestão customizado para as SRTE; e

1.7.4. encerrar o presente processo, com fulcro no artigo 169, inciso III, do Regimento Interno/TCU.

ACÓRDÃO Nº 5840/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, considerando as informações constantes da instrução à peça 10 e o parecer concordante do Ministério Público junto ao TCU (peça 13), em:

a) com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992, julgar regulares com ressalva as contas dos responsáveis arrolados no subitem 1.1 deste Acórdão, dando-lhes quitação;

b) dar ciência ao Serviço Social do Comércio - Administração Regional no Estado do Rio Grande do Sul (Sesc/RS) acerca das seguintes impropriedades, com vistas à adoção de providências internas que previnam a ocorrência de outras falhas semelhantes:

b.1) não adoção das medidas para a revisão dos contratos que sofreram impactos com a desoneração da folha de pagamento, conforme o subitem 5.3 da Parte C do Anexo II da Decisão Normativa/TCU 134/2013, alterado pela Decisão Normativa/TCU 139/2014, referente à desoneração da folha de pagamento propiciada pelo art. 7º da Lei 12.546/2011 e pelo art. 2º do Decreto 7.828/2012, destacando-se que essa falha foi abordada nos subitens 1.1.1.1, número 8, e 3.2.2.1 do Relatório 201503962 da Controladoria Regional da União no Estado do Rio Grande do Sul;

b.2) ausência de justificativa adequada nos casos de restrição de mercado para a obtenção de três orçamentos válidos para os serviços prestados por terceiros em contratos de publicidade e propaganda, destacando-se que essa falha foi apontada pelo Relatório 201503962 da Controladoria Regional da União no Estado do Rio Grande do Sul, em seu subitem 3.1.1.1;

b.3) ausência de estudo para verificar a vantagem efetiva da utilização de prestadora de serviços de publicidade para a contratação de serviços de terceiros, em especial aqueles por meio de intermediação, conforme observado na formalização do Contrato CT 026/2010, celebrado com a Agência Matriz de Comunicação e Marketing Ltda., tendo em vista que as regras estabelecidas em seu instrumento obstam o exercício de controles administrativos adequados sobre o processo de orçamentação e de escolha da proposta mais vantajosa, ressaltando-se que essa ocorrência foi apontada pelo Relatório 201503962 da Controladoria Regional da União no Estado do Rio Grande do Sul, em seu subitem 3.2.2.3;

c) dar ciência deste Acórdão, fazendo-o acompanhar de cópia da instrução à peça 10, ao Sesc/RS e à Controladoria Regional da União no Estado do Rio Grande do Sul.

1. Processo TC-028.621/2015-8 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2014)

1.1. Responsáveis: Everton José Dalla Vecchia (554.352.380-72); Luiz Carlos Bohn (062.673.430-49); Luiz Tadeu Piva (435.306.480-00); Zildo de Marchi (001.712.470-00)

1.2. Órgão/Entidade/Unidade: Órgão/Entidade/Unidade: Serviço Social do Comércio - Administração Regional no Estado do Rio Grande do Sul (Sesc/RS)

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio Grande do Sul (SECEX-RS).

1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 5841/2016 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de Prestação de Contas do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado de Goiás - Sebrae/GO, referente ao exercício de 2014, organizada de forma individual,

Considerando o posicionamento, da unidade instrutiva deste Tribunal, no sentido de que, tendo em vista faltas e impropriedades verificadas na gestão em destaque (vide §§ 52 e 87, peça nº 10), as contas de alguns dos responsáveis constantes do rol devem ser julgadas regulares com ressalvas, podendo as contas do outro responsável ser julgadas regulares, dando-se-lhe quitação plena (fls. 15, peça nº 10);

Considerando a concordância do representante do MP/TCU em relação às conclusões e às propostas de encaminhamento da unidade instrutiva (peça nº 13);

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, por unanimidade, em:

a) com fundamento nos arts. 1º, inc. I, 16, inc. II, 18 e 23, inc. II, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 1º, inc. I, 208 e 214, inc. II, do Regimento Interno/TCU, julgar regulares com ressalvas as contas dos responsáveis Srs. Manoel Xavier Ferreira Filho, então Diretor Superintendente, Wanderson Portugal Lemos, então Diretor Técnico, e Luciana Jaime Albernaz, então Diretora Administrativo-Financeira, dando-lhes quitação;

b) com fundamento nos arts. 1º, inc. I, 16, inc. I, 17 e 23, inc. I, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 1º, inc. I, 207 e 214, inc. I, do Regimento Interno/TCU, julgar regulares as contas do responsável Sr. Marcelo Baiocchi Carneiro, então Presidente do Conselho Deliberativo Estadual, dando-lhe quitação plena;

c) dar ciência ao Sebrae/GO de que as entidades arrecadadoras ou gerenciadoras de contribuições parafiscais devem apresentar, no processo de contas anuais, parecer da unidade de auditoria interna, nos termos do DN/TCU 140/2014, Anexo III;

d) determinar o encaminhamento de cópia deste Acórdão, bem como da instrução constante da peça nº 10, ao Sebrae/GO;

e) autorizar o arquivamento destes autos, após a promoção das devidas comunicações.

1. Processo TC-029.359/2015-5 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2014)

1.1. Responsáveis: Luciana Jaime Albernaz, CPF 234.421.661-87; Manoel Xavier Ferreira Filho, CPF 326.564.591-68; Marcelo Baiocchi Carneiro, CPF 370.340.221-00; Wanderson Portugal Lemos, CPF 052.026.801-63.

1.2. Órgão/Entidade/Unidade: Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado de Goiás - Sebrae/GO.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

1.5. Unidade Técnica: Secex/GO.

1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 5842/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fulcro nos arts. 143, incisos III e V, alínea "a", 235 e 237, inciso IV, do Regimento Interno do TCU, e 103, § 1º, da Resolução - TCU 259/2014 em:

a) conhecer da presente representação, ante os motivos expostos pela Secex/AC, para, no mérito, considerá-la improcedente, sem prejuízo de o Tribunal vir a analisar a matéria novamente em processo distinto, caso presentes motivos que justifiquem a medida;

b) dar ciência à Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Portuária, Hídrica e Ferroviária (Seinfrahidroferrovia) de que a prestação de contas final do Termo de Compromisso 37/2012 (Processo 59050.000437/2012-42), embora devidamente apresentada pelo estado do Acre em jul/2013, até jan/2015 encontrava-se pendente de apreciação por parte da Coordenação-Geral de Prestação de Contas de Convênios do Ministério da Integração Nacional (CGCONV/MI) sob a justificativa de que o estabelecimento de metodologia para análise das prestações de contas de recursos repassados à título de assistência e socorro ter sido prejudicado pelas inovações legislativas trazidas pela Lei 12.983, de 2/6/2014;

c) dar ciência desta deliberação ao Tribunal de Contas do Estado do Acre (TCE/AC), bem como à Secretaria Nacional de Defesa Civil do Ministério da Integração Nacional (SNDC/MI), à Secretaria de Estado de Obras Públicas do Acre (Seop/AC) e à Coordenadoria Estadual de Defesa Civil do Estado do Acre (Cedec/AC); e

d) encerrar o presente processo, com fundamento no art. 169, inciso V, do RI/TCU.

1. Processo TC-003.849/2013-9 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Responsável: João de Jesus Oliveira da Silva (216.392.482-34)

1.2. Representante: Tribunal de Contas do Estado do Acre (04.035.135/0001-43)

1.3. Órgão/Entidade/Unidade: Entidades/órgãos do Governo do Estado do Acre

1.4. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Acre (SECEX-AC).

1.7. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 5843/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento no art. 1º, inciso II, da Lei 8.443/92 c/c arts. 17, inciso IV, 143, inciso V, alínea "a", 169, inciso II, 237, todos do Regimento Interno, ACORDAM, por unanimidade, em não conhecer da representação, arquivar os presentes autos, conforme sugerido nos pareceres da unidade técnica (peças 4 e 5), por tratar-se de matéria alheia à competência da Corte, visto referir-se à gestão de recursos exclusivamente estaduais, sem prejuízo de o Tribunal vir a analisar a matéria novamente em processo distinto caso presentes motivos que justifiquem a medida, e dar ciência desta deliberação ao representante.

1. Processo TC-022.561/2016-1 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de São Francisco do Conde - BA.

1.2. Representante: Pro Eficiência Comércio e Serviços de Equipamentos Médicos (CNPJ 07.443.166/0001-21).

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Bahia (SECEX-BA).

1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 5844/2016 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de Representação apresentada pelo Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia - TCM/BA (fl. 1, peça nº 1), a partir de denúncia a ele endereçada pelo Sr. Gilvando Inácio de Oliveira Brasileiro, supostamente em nome do APLB-Sindicato (fls. 2/7, peça nº 1), informando o uso irregular, no âmbito do município de Caém/BA, de veículos de transporte escolar adquiridos com recursos do Programa Caminho da Escola,

Considerando o fato de a documentação em tela haver sido encaminhada a este Tribunal pelo TCM/BA em função de a aquisição em destaque ser suportada, segundo se afirma, por recursos repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE;

Considerando o aspecto de o TCM/BA possuir legitimidade para representar a este Tribunal, à luz do disposto no inc. IV do art. 237 do Regimento Interno desta Casa;

Considerando, no entanto, a ponderação da Secex/BA (peça nº 2) de que a matéria objeto da representação em tela não se insere na esfera de competências desta Corte de Contas, tendo em vista a ausência de configuração de desvio de verbas federais ou de dano ao Erário relativo a verbas federais, já que o que resta caracterizado na denúncia é o uso inadequado de veículos de transporte escolar, os quais, ainda que hajam sido adquiridos com recursos federais, já se encontram incorporados ao patrimônio municipal;

Considerando que, por força do disposto na Súmula 209 do STJ, compete à Justiça Estadual processar e julgar o Prefeito por desvio de verba transferida e incorporada ao patrimônio municipal, como no caso de veículos adquiridos para o transporte escolar;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, por unanimidade, em:

a) com fundamento no parágrafo único do art. 237 c/c o art. 235 e parágrafo único do Regimento Interno do TCU, não conhecer da presente Representação, tendo em vista o não preenchimento de requisito de admissibilidade;

b) determinar o encaminhamento de cópia desta deliberação, bem como da instrução constante da peça nº 2, ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia - TCM/BA, ao Município de Caém/BA e ao Sr. Gilvando Inácio de Oliveira Brasileiro;

d) encaminhar cópia destes autos ao Ministério Público do Estado da Bahia, Promotoria junto ao Município de Caém/BA, para as providências que entender cabíveis;

d) arquivar estes autos, nos termos do parágrafo único do art. 237 c/c o parágrafo único do art. 235 do Regimento Interno do TCU.

1. Processo TC-024.750/2016-6 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia - TCM/BA.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1.2. Órgão/Entidade/Unidade: Município de Caém/BA.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secex/BA.
1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 5845/2016 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de representação formulada pelo presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia dando notícias de possíveis irregularidades nas obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) no Estado de Rondônia.

Considerando que foi noticiada a existência de indícios de que materiais utilizados nas obras do PAC em Rondônia não são certificados, e de que a tubulação de ferro utilizada nas obras de Ji-Paranã não foi aprovada em testes realizados pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT);

Considerando que o representante não forneceu documentos que lastreassem os possíveis indícios relatados, nem tampouco descreveu as obras que apresentariam irregularidades;

Considerando que em consulta ao site do PAC, especificamente sobre as obras no estado de Rondônia, foi verificada a existência de 402 empreendimentos, dentre os quais 372 referem-se ao eixo "infraestrutura social e urbana", que guarda relação com o objeto da representação;

Considerando que diligência realizada pela Secex/RO à Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia em busca dos elementos capazes de identificar as obras nas quais ocorreram as irregularidades apontadas, bem como a documentação comprobatória das alegações, a resposta à diligência deu conta de que:

a) a Assembleia Legislativa encontra-se impossibilitada de conseguir informações complementares a representação encaminhada à esta Corte de Contas;

b) a representação fora encaminhada na legislatura passada, na qual o atual presidente da Assembleia, destinatário da diligência, não era o Presidente do Poder Legislativo Estadual;

c) a Assembleia Legislativa recebe diariamente denúncias sobre irregularidades em obras e serviços públicos e, por tratar-se de assunto meramente técnico, o presidente à época solicitou apoio ao TCU;

Considerando que, ante esses fatos, a presente representação não preenche os requisitos de admissibilidade previstos no art. 235 do Regimento Interno do TCU, ante a ausência de elementos que corroborem os indícios de irregularidades ou ilegalidades apontadas nas obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) no Estado de Rondônia;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, em:

a) não conhecer da presente representação, por não preencher os requisitos de admissibilidade previstos no art. 235 do Regimento Interno do TCU;

b) dar ciência deste Acórdão ao presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia;

c) arquivar o presente processo, com fundamento no art. 235, parágrafo único, do Regimento Interno deste Tribunal.

1. Processo TC-028.403/2014-2 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Interessado: Assembleia Legislativa - RO
1.2. Órgão/Entidade/Unidade: Entidades/órgãos do Governo do Estado de Rondônia
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Rondônia (SECEX-RO).
1.6. Representação legal: não há.

RELAÇÃO Nº 5/2016 - 1ª Câmara

Relator - Ministro-Substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

ACÓRDÃO Nº 5846/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.051/2016-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alan Seyfarth (106.677.877-98); Anderson de Souza Leite (087.559.327-54); Bruno de Lima Felisberto (146.679.777-01); Bárbara da Silva e Silva Cunha (097.462.657-09); Carlos Eduardo Ignácio dos Santos (159.535.827-73); Caroline Araujo de Abreu (143.881.567-01); Daniel Coutinho Domingos (134.988.827-32); Daniel Nunes de Oliveira (075.313.523-03); Euclydes Marques Ribeiro Neto (038.353.465-80); Felipe Magalhães Souza Deccache (102.355.007-55); Gabriel Theodoro de Alvarenga Barbosa (106.562.627-45); Gustavo Cordeiro Vieira (016.474.726-52); Josué da Silva Santos (136.117.257-65); João Paulo da Silva Bispo (073.113.926-75); João Victor Barbosa Figueredo (136.747.727-10); Lucas Alencar dos Santos Alves (058.309.863-02); Lucas Mendes Gonçalves Dutra Messias (116.633.617-46); Lucas Stanis Souza e Alves (027.522.972-62); Luiz Henrique Souza de Brito (160.449.397-66); Marcos Antonio Torres Alves (160.379.047-07)
1.2. Órgão/Entidade: Diretoria do Pessoal Militar da Marinha
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues, segundo a Portaria-TCU nº 226, de 9/9/2016.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5847/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.600/2016-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Nelson Lourenço Garcez (768.232.108-34); Rodrigo de Miranda Barroso (292.419.178-57); Rogério Rodrigues Soares (366.715.798-30); Rosangela de Souza Matias (162.495.178-39); Rosilene Gonçalves Pavani Correa (036.059.687-83); Tais Aparecida Gomes da Silva (377.008.168-40); Tiago Turcarelli (326.871.518-40); Vanessa Firmino Silva (352.112.578-55); Victor Velloce Ferreira (215.867.688-40); Wellington Eugenio Duarte (345.814.918-00)
1.2. Órgão/Entidade: Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues, segundo a Portaria-TCU nº 226, de 9/9/2016.
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5848/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.603/2016-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Fernanda Borges Buarque de Hollanda (043.029.277-55); Gabriel Brum Graça (044.955.569-08); Juliana Ferreira de Souza (124.475.587-75)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasil de Comunicação S.A.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues, segundo a Portaria-TCU nº 226, de 9/9/2016.
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5849/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.082/2016-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Kalenus Pires da Nóbrega (065.135.204-52); Kelly Bezerra Rocha Malheiros da Cunha Frota (634.694.481-91); Lara Ferreira Rosa (007.029.521-25); Leandro Nogueira de Paula (986.462.061-49); Leandro dos Santos Ribeiro (012.551.441-73); Leo de Freitas Fontes (693.898.291-00); Leonardo Amato Loriato (099.935.567-85); Lucas Ribeiro de Santa Ana (012.445.631-61); Luciana Lauser Tim (786.224.500-82); Luiz Rodrigo Airosa Castro (100.581.047-80)
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal de Contas da União
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues, segundo a Portaria-TCU nº 226, de 9/9/2016.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5850/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.086/2016-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Thiago Menegardo Nunes (099.330.877-54); Tiago Marafante Lins de Souza (041.532.684-29); Vanessa Ropke Alves (005.713.730-70); Victor Guerra Machado (033.128.561-40); Victoria Lorena Oliveira Simplício (018.097.271-54); Vinicius Barreto de Alencar (024.344.451-60); Vinicius Coelho de Almeida (902.836.006-91); Vitor Hauck dos Santos (090.053.396-08); Vitor Hideki Fujimoto (996.127.121-15); Welder Pinheiro Luz (033.722.413-71)
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal de Contas da União
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues, segundo a Portaria-TCU nº 226, de 9/9/2016.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5851/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 3º, §§ 6º e 7º, da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicada por inépcia a apreciação de mérito dos atos de admissão de pessoal constantes deste processo, e fazer a determinação relacionada no item 1.7, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.155/2016-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Bruno Henriques Santos da Cruz (153.511.707-95); Daniel Munck dos Santos (143.008.957-16); Devair Conceição da Silva (146.843.757-73); Elias Tomé dos Santos (146.817.317-06); Felipe Garcia Castelo Varanis (126.701.337-03)
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Pessoal de Fuzileiros Navais
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues, segundo a Portaria-TCU nº 226, de 9/9/2016.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinar ao órgão de origem que, no prazo de trinta dias, submeta ao TCU, pelo Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (Sisac), novos atos, livres das falhas apontadas, com fundamento nos arts. 45, caput, da Lei 8.443/1992, 260, § 6º, do Regimento Interno do TCU, 3º, §§ 6º e 7º, da Resolução - TCU 206/2007 e 15, caput e § 1º, da Instrução Normativa - TCU 55/2007.

ACÓRDÃO Nº 5852/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 3º, §§ 6º e 7º, da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicada por inépcia a apreciação de mérito dos atos de admissão de pessoal constantes deste processo, e fazer a determinação relacionada no item 1.7, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.156/2016-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Felipe Mathias Reis (165.297.547-09); Felipe Rhamoon Ataide Soares (139.479.367-70); Fellipe Marques Profeta da Silva (059.009.381-90); Gian Lucas Rocha Santana (148.504.247-08); Gustavo Silva Lopes (160.336.187-18)
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Pessoal de Fuzileiros Navais
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues, segundo a Portaria-TCU nº 226, de 9/9/2016.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinar ao órgão de origem que, no prazo de trinta dias, submeta ao TCU, pelo Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (Sisac), novos atos, livres das falhas apontadas, com fundamento nos arts. 45, caput, da Lei 8.443/1992, 260, § 6º, do Regimento Interno do TCU, 3º, §§ 6º e 7º, da Resolução - TCU 206/2007 e 15, caput e § 1º, da Instrução Normativa - TCU 55/2007.

ACÓRDÃO Nº 5853/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 3º, §§ 6º e 7º, da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicada por inépcia a apreciação de mérito do ato de admissão de pessoal constante deste processo, e fazer a determinação relacionada no item 1.7, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.157/2016-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Iago Santos Amorim (162.760.847-86)
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Pessoal de Fuzileiros Navais
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues, segundo a Portaria-TCU nº 226, de 9/9/2016.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinar ao órgão de origem que, no prazo de trinta dias, submeta ao TCU, pelo Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (Sisac), novo ato, livre da falha apontada, com fundamento nos arts. 45, caput, da Lei 8.443/1992, 260, § 6º, do Regimento Interno do TCU, 3º, §§ 6º e 7º, da Resolução - TCU 206/2007 e 15, caput e § 1º, da Instrução Normativa - TCU 55/2007.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ACÓRDÃO Nº 5854/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 3º, §§ 6º e 7º, da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicada por inépcia a apreciação de mérito dos atos de admissão de pessoal constantes deste processo, e em fazer a determinação relacionada no item 1.7, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.167/2016-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: José Roberto da Costa Filho (147.432.017-13); Juan Carlos Almeida Antunes de Souza (131.129.087-75); Juan Felipe Ferreira Pereira da Silva (145.091.047-58); Juan Rodrigues da Silva (156.007.297-07); Leandro de Melo Pereira Junior (165.401.807-48)

1.2. Órgão/Entidade: Comando do Pessoal de Fuzileiros Navais

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues, segundo a Portaria-TCU nº 226, de 9/9/2016.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar ao Comando do Pessoal de Fuzileiros Navais que, no prazo de trinta dias, submeta ao TCU, pelo Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (SISAC), novos atos, livres das falhas apontadas, com fundamento nos arts. 45, caput, da Lei 8.443/1992, 260, § 6º, do Regimento Interno do TCU, 3º, §§ 6º e 7º, da Resolução - TCU 206/2007 e 15, caput e § 1º, da Instrução Normativa - TCU 55/2007.

ACÓRDÃO Nº 5855/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 3º, §§ 6º e 7º, da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicada por inépcia a apreciação de mérito dos atos de admissão de pessoal constantes deste processo, e em fazer a determinação relacionada no item 1.7, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.168/2016-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Leonardo Faria da Costa (154.817.737-75); Luiz Cláudio Fernandes Gonzaga Junior (167.908.967-67); Luís Filipe Delfino (166.343.637-14); Marcos das Chagas dos Santos (105.856.897-33); Mateus Cabral Fialho (150.215.937-65)

1.2. Órgão/Entidade: Comando do Pessoal de Fuzileiros Navais

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues, segundo a Portaria-TCU nº 226, de 9/9/2016.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar ao Comando do Pessoal de Fuzileiros Navais que, no prazo de trinta dias, submeta ao TCU, pelo Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (SISAC), novos atos, livres das falhas apontadas, com fundamento nos arts. 45, caput, da Lei 8.443/1992, 260, § 6º, do Regimento Interno do TCU, 3º, §§ 6º e 7º, da Resolução - TCU 206/2007 e 15, caput e § 1º, da Instrução Normativa - TCU 55/2007.

ACÓRDÃO Nº 5856/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 3º, §§ 6º e 7º, da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicada por inépcia a apreciação de mérito do ato de admissão de pessoal constante deste processo, e fazer a determinação relacionada no item 1.7, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.170/2016-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Maxwell Ferreira dos Santos (161.730.277-55); Michael Brendo Reges de Andrade Souza (146.932.697-35); Norton dos Santos Polla de Campos (166.207.617-71); Otávio Luiz Silva Gomes (151.302.097-88); Reinaldo Bastos Viana Junior (165.670.497-82)

1.2. Órgão/Entidade: Comando do Pessoal de Fuzileiros Navais

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues, segundo a Portaria-TCU nº 226, de 9/9/2016.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar ao órgão de origem que, no prazo de trinta dias, submeta ao TCU, pelo Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (Sisac), novos atos, livres das falhas apontadas, com fundamento nos arts. 45, caput, da Lei 8.443/1992, 260, § 6º, do Regimento Interno do TCU, 3º, §§ 6º e 7º, da Resolução - TCU 206/2007 e 15, caput e § 1º, da Instrução Normativa - TCU 55/2007.

ACÓRDÃO Nº 5857/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 3º, §§ 6º e 7º, da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicada por inépcia a apreciação de mérito dos atos de admissão de pessoal constantes deste processo, e em fazer a determinação relacionada no item 1.7, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.172/2016-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Thiago Lima de Assis (156.174.847-10); Vinícius Fernandes do Rosário (102.044.687-01); Vinícius Gomes Nogueira (160.425.387-80); Vítor Rafael da Silva (151.386.757-10); Wadson Gomes Freire (128.165.536-80)

1.2. Órgão/Entidade: Comando do Pessoal de Fuzileiros Navais

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues, segundo a Portaria-TCU nº 226, de 9/9/2016.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar ao Comando do Pessoal de Fuzileiros Navais que, no prazo de trinta dias, submeta ao TCU, pelo Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (SISAC), novos atos, livres das falhas apontadas, com fundamento nos arts. 45, caput, da Lei 8.443/1992, 260, § 6º, do Regimento Interno do TCU, 3º, §§ 6º e 7º, da Resolução - TCU 206/2007 e 15, caput e § 1º, da Instrução Normativa - TCU 55/2007.

ACÓRDÃO Nº 5858/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 3º, §§ 6º e 7º, da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicada por inépcia a apreciação de mérito do ato de admissão de pessoal constante deste processo, e fazer a determinação relacionada no item 1.7, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.517/2016-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Fabrício Branco Silva (105.654.097-43)

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria do Pessoal Civil da Marinha

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues, segundo a Portaria-TCU nº 226, de 9/9/2016.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar ao órgão de origem que, no prazo de trinta dias, submeta ao TCU, pelo Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (Sisac), novo ato, livre da falha apontada, com fundamento nos arts. 45, caput, da Lei 8.443/1992, 260, § 6º, do Regimento Interno do TCU, 3º, §§ 6º e 7º, da Resolução - TCU 206/2007 e 15, caput e § 1º, da Instrução Normativa - TCU 55/2007.

ACÓRDÃO Nº 5859/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.526/2011-6 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Francisca da Silva Furtado (288.992.615-04); Jean Jefferson da Silva Furtado (017.593.715-05); Maria de Jesus Caitana da Silva (009.704.945-05)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa na Bahia

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues, segundo a Portaria-TCU nº 226, de 9/9/2016.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5860/2016 - TCU - 1ª Câmara

Vistos, relatados e discutidos estes autos de pedido de reexame interposto pela Sra. Maria Pereira do Carmo, em face do Acórdão 3.090/2015-Primeira Câmara (peça 15), por meio do qual, o Tribunal considerou ilegais as concessões de pensão civil a Georgina Iara Meirelles Lopes; Maria Pereira do Carmo; Miguel Moreira de Sousa; Tereza Angela Viegas de Carvalho e Vanda Chaves de Resende, negando-lhes registro;

Considerando que a recorrente foi notificada da deliberação recorrida na data de 31/07/2015 (peça 25);

Considerando que o prazo para a interposição de pedido de reexame é de 15 (quinze), nos termos do art. 286, parágrafo único, c/c art. 285, do Regimento Interno do TCU;

Considerando que a interessada apresentou o recurso em 10/03/2016 (R002, peça 47);

Considerando que o expediente recursal foi interposto fora do prazo previsto no art. 33, in fine, c/c o art. 48, parágrafo único, da Lei 8.443/92, e não apresenta fato novo capaz de suplantar a intempestividade, para que possa ser admitido nos termos do art. 285, § 2º, e 286, parágrafo único, do Regimento Interno;

Considerando os pareceres uniformes da Secretaria de Recursos e do Ministério Público junto ao TCU no sentido do não-conhecimento do presente recurso;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 32, parágrafo único, e art.48 da Lei nº 8.443/1992, art. 285, § 2º, e 286, parágrafo único, do Regimento Interno em não conhecer do pedido de reexame, por intempestivo e não apresentar fatos novos; e dar ciência desta deliberação à recorrente.

1. Processo TC-022.993/2014-2 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Recorrente: Maria Pereira do Carmo (493.963.743-34)

1.2. Interessados: Arminda Maria de Faria (324.242.996-68); Elzi Nunes da Motta (781.192.947-34); Georgina Iara Meirelles Lopes (000.337.680-05); Maria Aparecida Ferreira (083.356.098-02); Maria Pereira do Carmo (493.963.743-34); Maura Lina de Moura (382.849.873-68); Miguel Moreira de Sousa (082.491.136-91); Tereza Angela Viegas de Carvalho (827.978.463-20); Vanda Chaves de Resende (530.265.006-15)

1.3. Órgão/Entidade: Ministério das Comunicações (extinto)

1.4. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues, segundo a Portaria-TCU nº 226, de 9/9/2016.

1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.6. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler

1.7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.8. Representação legal: não há.

1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5861/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-029.801/2015-0 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Lucia Maria de Oliveira Bruno (038.622.594-04); Lucinalva Ricardo de Oliveira Andrade (223.368.854-68); Nadia dos Santos Oliveira (076.608.551-15); Neusa dos Santos Oliveira Filha (103.755.544-91); Nilma dos Reis de Oliveira (116.898.461-00); Noêmia Chaves (042.331.311-87)

1.2. Órgão/Entidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues, segundo a Portaria-TCU nº 226, de 9/9/2016.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5862/2016 - TCU - 1ª Câmara

Vistos, relacionados e discutidos estes autos de recurso de reconsideração, interposto pelo Sr. Cícero Cavalcante de Araujo, ex-Prefeito Municipal de São Luís do Quitunde/AL, contra o Acórdão 6.709/2015 - 1ª Câmara, por meio do qual esta Corte julgou suas contas irregulares e o condenou ao pagamento de débito com aplicação de multa.

Considerando que na presente peça recursal, o recorrente limita-se a manifestar sua insatisfação com o conteúdo do acórdão recorrido e a rediscutir o mérito do processo fundamentado em alegações jurídicas, sem apresentar fatos novos;

Considerando que a notificação da decisão ocorreu em 16/12/2015 (peça 35) e o presente recurso foi interposto em 26/4/2016 (peça 46);

Considerando que os elementos trazidos aos autos pelo recorrente não demonstram a superveniência de fatos novos, razão pela qual a intempestividade não pode ser afastada, a teor do art. 285, § 2º, Regimento Interno/TCU;

Considerando os pareceres uniformes da Secretaria de Recursos e do Ministério Público junto ao Tribunal no sentido do não-conhecimento do presente recurso, por intempestivo e não apresentar fatos novos;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 32, parágrafo único e inciso I, da Lei 8.443/92, c/c o art. 285, caput, e § 2º, do Regimento Interno/TCU, em não conhecer do recurso de reconsideração, por intempestivo e não apresentar fatos novos; e dar ciência deste acórdão ao recorrente, bem como do exame de admissibilidade de peça 46.

1. Processo TC-010.099/2015-8 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Cicero Cavalcante de Araujo (846.808.908-78); Jean Fábio Braga Cordeiro (870.740.604-53)

1.2. Recorrente: Cicero Cavalcante de Araujo (846.808.908-78)

1.3. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de São Luís do Quitunde - AL

1.4. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues, segundo a Portaria-TCU nº 226, de 9/9/2016.

1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.6. Relator da deliberação recorrida: Ministro José Múcio Monteiro

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1.7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo no Estado de Alagoas (SECEX-AL).

1.8. Representação legal: Adeilson Teixeira Bezerra (OAB 4.719/AL)

1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5863/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso I, "a", 202, § 4º, 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em julgar as contas do Sr. Carlos Tadeu D'Aguiar Silva Palácio regulares com ressalva e dar-lhe quitação; reconhecer o crédito correspondente a R$ 135.515,11, em valores de 14/5/2013 em favor do município de São Luís (MA), em razão do pagamento a maior da restituição do saldo do Convênio839012/2005-FNDE, Siafi 5285981, em atenção ao disposto no parágrafo único do art. 2º da Portaria Conjunta Segecex-Segedam 1, de 28/5/2014, e nos termos dos arts. 8º e 11, inciso VIII, da IN/STN 2, de 22/5/2009; dar ciência desta deliberação ao responsável, ao FNDE, à prefeitura de São Luís (MA) e à Procuradoria da República no Estado do Maranhão, promovendo-se, em seguida, o arquivamento do processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.988/2015-9 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: Carlos Tadeu de Aguiar Silva Palácio (016.234.273-04)

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de São Luís - MA

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues, segundo a Portaria-TCU nº 226, de 9/9/2016.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Maranhão (SECEX-MA).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 28/2016 - 1ª Câmara

Relator - Ministro-Substituto WEDER DE OLIVEIRA

ACÓRDÃO Nº 5864/2016 - TCU - 1ª Câmara

Considerando que já foi concedido um prazo inicial de 30 (trinta) dias de prorrogação, conforme acórdão 3490/2016-TCU-1ª Câmara (peça 47);

Considerando que a situação não demonstra complexidade na adoção das medidas determinadas, ou que haja inviabilidade na implementação dentro do prazo total já concedido;

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, na forma do art. 143, V, 'e', do RI/TCU, e com fundamento no § 3º do mesmo artigo, e de acordo com a proposta emitida pela unidade técnica, ACORDAM, por unanimidade, em denegar o pedido de prorrogação de prazo formulado pela Diretoria de Administração do Pessoal - MD/CA (peça 51) para atendimento da determinação constante do subitem 1.7.1 do acórdão 2125/2016-TCU-1ª Câmara, Ata 9/2016.

1. Processo TC-007.746/2012-1 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Gabriel Aparecido Augusto Stavis (058.297.909-98); Maria Juça Queluz Stavis (016.883.119-80).

1.2. Órgão: Diretoria de Administração do Pessoal (MD/CA).

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: Rhafael Costa de Borba (OAB/SC 30.349) e outros, representando Gabriel Aparecido Augusto Stavis.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5865/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, considerando os pareceres emitidos nos autos pela unidade técnica e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de que seja feita a correção, mediante apostilamento, com fundamento no art. 143, V, 'd', do RI/TCU c/c a Súmula TCU 145, ante a constatação de inexatidão material, ACORDAM, por unanimidade, em retificar o acórdão 1121/2015-TCU-1ª Câmara, de modo que onde se lê, no item 1.6., "Advogado constituído nos autos: não há.", leia-se "Advogado constituído nos autos: Vagner Bispo da Cunha (OAB/BA 16.378) e outro, representando Ranulfo Sousa Ferreira (peça 39).", mantendo-se inalterados os demais termos do acórdão ora retificado.

1. Processo TC-006.133/2013-4 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: Ranulfo Sousa Ferreira (434.975.005-34).

1.2. Entidade: município de Entre Rios/BA.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo na Bahia (Secex-BA).

1.6. Representação legal: Vagner Bispo da Cunha (OAB/BA 16.378) e outro, representando Ranulfo Sousa Ferreira (peça 39).

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5866/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, considerando os pareceres emitidos nos autos pela unidade técnica e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de que seja feita a correção, mediante apostilamento, com fundamento no art. 143, V, 'd', do RI/TCU c/c a Súmula TCU 145, ante a constatação de inexatidão material, ACORDAM, por unanimidade, em retificar o acórdão 3926/2016-TCU-1ª Câmara, de modo que onde se lê, no subitem 3.2, o nome "Anderson Luiz Silva", e no subitem 9.3, o nome "Anderson Luz da Silva", leia-se "Anderson Luz Silva"; mantendo-se inalterados os demais termos do acórdão ora retificado.

1. Processo TC-018.869/2014-9 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: Anderson Luz Silva (911.610.455-20).

1.2. Entidade: município de Ponto Novo/BA.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo na Bahia (Secex-BA).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5867/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento no art. 1º, XXIV, na forma do art. 143, V, 'a', ambos do RI/TCU, e de acordo com o parecer emitido nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la procedente, encerrar o processo e arquivar os autos, dando-se ciência desta decisão, bem como da instrução da unidade técnica (peça 25), à representante, à Superintendência Regional do Dnit no Estado de Sergipe, à Controladoria Geral da União, à empresa Engesur Consultoria e Estudos Técnicos Ltda., ao Consórcio Queiroz Galvão/Delta e à SeinfraRodovias, fazendo-se as determinações sugeridas no parecer emitido nos autos.

1. Processo TC-019.140/2015-0 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Controladoria-Geral da União/PR.

1.2. Entidade: Superintendência Regional do Dnit no Estado de Sergipe (Dnit/MT).

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo em Sergipe (Secex-SE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Ciências:

1.7.1. determinar à Superintendência Regional do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes no Estado de Sergipe que:

1.7.1.1. conclua, no prazo de noventa dias, contados da ciência, o procedimento administrativo 50621.000421/2014-13, destinado a identificar os responsáveis pelos prejuízos decorrentes do desmoronamento do aterro ocorrido em 22/6/2014, no segmento compreendido entre a estaca 22 (km 93,84) e a estaca 26 (km 93,92) da BR-101/SE, no município de Nossa Senhora do Socorro/SE, quantificar o dano e obter o respectivo ressarcimento, considerando as constatações e conclusões expressas no Relatório de Fiscalização 201408577/CGU, que aponta para as responsabilidades da empresa Engesur Consultoria e Estudos Técnicos Ltda., do Consórcio Queiroz Galvão/Delta e dos técnicos do Dnit/SE responsáveis pela aprovação do projeto e pela fiscalização dos serviços de execução e de supervisão da obra;

1.7.1.2. na hipótese de insucesso do procedimento narrado no subitem anterior, consistente na obtenção do ressarcimento pretendido, no prazo fixado, instaure e remeta ao órgão de controle interno, no prazo de sessenta dias, contados do término do prazo fixado no subitem anterior, tomada de contas especial destinada a viabilizar o ressarcimento do prejuízo referido nestes autos, comprovando a este Tribunal as providências adotadas;

1.7.2. determinar à Secex-SE que autue processo de monitoramento do cumprimento das determinações contidas nos subitens anteriores.

ACÓRDÃO Nº 5868/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento no §1º, art. 103 da Resolução TCU 259/2014 e nos arts. 1º, XXIV, e 235, parágrafo único, e 237, parágrafo único, na forma do art. 143, V, 'a', todos do RI/TCU, e de acordo com o parecer da unidade técnica emitido nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em não conhecer da presente representação, encerrar o processo e arquivar os autos, dando-se ciência desta decisão, bem como da instrução da unidade técnica (peça 5), ao representante e à Administração Regional do Senac no Estado da Paraíba.

1. Processo TC-024.718/2016-5 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: J G Informática e Papelaria Ltda. - ME (07.148.726/0001-15).

1.2. Entidade: Administração Regional do Senac no Estado da Paraíba.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo em Pernambuco (Secex-PE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5869/2016 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento no §1º, art. 103 da Resolução TCU 259/2014 e nos arts. 1º, XXIV, 235, parágrafo único, e 237, parágrafo único, na forma do art. 143, V, 'a', todos do RI/TCU, e de acordo com o parecer da unidade técnica emitido nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em não conhecer da presente representação, encerrar o processo e arquivar os autos, dando-se ciência desta decisão, bem como da instrução da unidade técnica (peça 6), ao representante e ao Serviço Social do Comércio - Administração Regional no Estado do Paraná (Sesc/PR).

1. Processo TC-025.126/2016-4 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Maciel Auditores S/S (13.098.174/0001-80).

1.2. Entidade: Serviço Social do Comércio - Administração Regional no Estado do Paraná (Sesc/PR).

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo em Santa Catarina (Secex-SC).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

SUSTENTAÇÕES ORAIS

Na apreciação do processo nº 032.560/2013-3, cujo Relator é o Ministro José Múcio Monteiro, o Dr. Audrey Silveira Batista e o Dr. Walter Bernardes de Castro declinaram da sustentação oral que haviam solicitado em nome de Maria Lúcia Cardoso.

REABERTURA DE DISCUSSÃO

Nos termos do § 5º do art. 112 do Regimento Interno, foi reaberta a discussão do processo nº 008.418/2015-2 (Ata nº 21/2016) e o Tribunal aprovou o Acórdão nº 5871, sendo vencedora a proposta apresentada pelo Relator, Ministro Bruno Dantas, que contou com a anuência do Revisor, Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

PROCESSOS APRECIADOS DE FORMA UNITÁRIA

Por meio de apreciação unitária de processos, a Primeira Câmara proferiu os Acórdãos de nºs 5870 a 5906, a seguir transcritos, incluídos no Anexo I desta Ata, juntamente com os relatórios e os votos em que se fundamentaram.

ACÓRDÃO Nº 5870/2016 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 032.560/2013-3

2. Grupo II - Classe de Assunto - Tomada de Contas Especial

3. Responsáveis: Maria Lúcia Cardoso (ex-dirigente da Secretaria de Estado do Trabalho, da Assistência Social, da Criança e do Adolescente de Minas Gerais - Setascad/MG; CPF 245.380.356-53) e Departamento Regional do Serviço Social da Indústria no Estado de Minas Gerais - Sesi/MG (CNPJ 33.641.358/1568-37)

4. Unidade: Secretaria de Estado do Trabalho, da Assistência Social, da Criança e do Adolescente de Minas Gerais - Setascad/MG

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Minas Gerais (SECEX-MG).

8. Advogados constituídos nos autos: Rita de Cassia Correa Camargo Costa (74.878/OAB-MG) e outros

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Secretaria de Políticas Públicas de Emprego do Ministério do Trabalho e Emprego (SPPE/MTE), em desfavor de Maria Lúcia Cardoso, ex-dirigente da Secretaria de Estado do Trabalho, Assistência Social, da Criança e do Adolescente de Minas Gerais (Setascad/MG), em virtude de irregularidades na execução dos Contratos 37/1999, 134/1999 e 153/1999, que visavam a execução de atividades de qualificação profissional inseridas no Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador (Planfor).

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, com fundamento arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "b", 19, e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 1º, inciso I, 209, inciso II, e 214, inciso III, do Regimento Interno, em:

9.1. excluir o Departamento Regional do Serviço Social da Indústria no Estado de Minas Gerais (Sesi/MG) da relação processual;

9.2. julgar irregulares as contas de Maria Lúcia Cardoso.

10. Ata n° 33/2016 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/9/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5870-33/16-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), José Múcio Monteiro (Relator) e Bruno Dantas.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 5871/2016 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 008.418/2015-2.

2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Responsável: Roberto Carlos Di Bastiani (068.006.128-20).

4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de São Pedro do Turvo - SP.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Minas Gerais (SECEX/MG).

8. Representação legal: Plácidio dos Santos Cardoso (OAB-SP 262.445)

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada pelo Ministério do Turismo (MTur), em desfavor de Roberto Carlos Di Bastiani, ex-prefeito do município de São Pedro do Turvo/SP (gestão 2009/2012), em razão de irregularidades na execução financeira do Convênio 1.385/2009 (Siafi/Siconv. 717.251), cujo objeto era a realização do evento intitulado "Festa da Mandioca de São Pedro do Turvo".

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea 'b', da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19, parágrafo único e 23, inciso III, da mesma Lei, e com arts. 1º, inciso I, arts. 209, inciso II, 210, §2º, e 214, inciso III, do Regimento Interno, julgar irregulares as contas de Roberto Carlos Di Bastiani (CPF 068.006.128-20);

9.2. aplicar a Roberto Carlos Di Bastiani a multa prevista no art. 58, incisos I e II, da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art.214, inciso III, alínea a, do Regimento Interno/TCU), o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente Acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, desde logo, a cobrança judicial da dívida a que se refere o item 9.3 supra, caso não atendidas as notificações, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei n. 8.443/1992;

9.4. autorizar também, caso venha a ser requerido pelo responsável, o pagamento da dívida em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217 do Regimento Interno, fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovar perante o Tribunal o recolhimento da primeira parcela, e de trinta dias, a contar da parcela anterior, para comprovar os recolhimentos das demais parcelas, atualizadas monetariamente, incidindo ainda, sobre cada valor mensal correspondente ao débito, os juros de mora devidos, na forma prevista na legislação em vigor; e

9.5. encaminhar ao responsável cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam.

10. Ata n° 33/2016 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/9/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5871-33/16-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), José Múcio Monteiro e Bruno Dantas (Relator).

13.2. Ministro que não participou da votação: José Múcio Monteiro.

13.3. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira (Revisor).

13.4. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 5872/2016 - TCU - 1ª Câmara

1.Processo nº TC-002.979/2016-0

2.Grupo II - Classe II - Tomada de Contas Especial

3.Responsável: Fernando José de Araújo Lou (ex-prefeito, CPF 284.546.774-53)

4.Unidade: Prefeitura Municipal de Mata Grande/AL

5.Relator: Ministro José Múcio Monteiro

6.Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

7.Unidade Técnica: Secex/AL

8.Advogado constituído nos autos: não há

9.ACÓRDÃO:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Caixa Econômica Federal contra Fernando José de Araújo Lou, ex-Prefeito de Mata Grande/AL, relativa aos recursos transferidos ao município por força do Contrato de Repasse 177.765-74/2005 (Siafi 533395), celebrado com o Ministério das Cidades, intermediado pela Caixa, que teve por objeto a construção de quarenta casas, quadra poliesportiva, pavimentação em paralelepípedo e a construção de uma praça pública, visando à melhoria de habitação em assentamentos.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, e 23, incisoII, da Lei 8.443/1992, c/c arts. 1º, inciso I, 208 e 214, inciso II, em julgar regulares com ressalva as contas de Fernando José de Araújo Lou, dando-lhe quitação.

10. Ata n° 33/2016 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/9/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5872-33/16-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), José Múcio Monteiro (Relator) e Bruno Dantas.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 5873/2016 - TCU - 1ª Câmara

1.Processo nº TC004.346/2016-5

2.Grupo II - Classe V - Aposentadoria

3.Interessada: Maria de Lourdes Mota Ramos (CPF116.404.996-87)

4. Unidade: Ministério da Justiça

5.Relator: Ministro José Múcio Monteiro

6.Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

7.Unidade Técnica: Sefip

8.Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam da concessão de aposentadoria a servidora do Ministério da Justiça.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ªCâmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal, arts. 1º, incisoV, e 39, incisoII, da Lei nº 8.443/1992 e art.260, §6º, do Regimento Interno, em:

9.1. considerar prejudicada, por inépcia, a apreciação de mérito do segundo ato inicial de aposentadoria de Maria de Lourdes Mota Ramos, com data de vigência em 3/7/1997, haja vista o descompasso entre as informações lançadas no formulário do Sisac e os dados cadastrais e financeiros consultados no Siape;

9.2. determinar ao Ministério da Justiça que adote medidas para encaminhar, no prazo de 30(trinta) dias, via sistema Sisac:

9.2.1. novo ato de aposentadoria, com a correção das falhas e omissões nas informações prestadas e cadastradas no formulário de concessão de que trata o item 9.1;

9.2.2. ato de alteração que porventura tiver sido emitido com vistas à integralização de proventos, com fundamento no art.190 da Lei nº8.112/1990;

9.3. determinar à Sefip que:

9.3.1. monitore o cumprimento da determinação para encaminhamento dos novos atos a que se refere o item9.2;

9.3.2. faça permanecer no sistema Sisac todos os atos cuja análise de mérito vier a ser considerada prejudicada, mesmo após a disponibilização, no sistema, dos novos atos corrigidos.

10. Ata n° 33/2016 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/9/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5873-33/16-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), José Múcio Monteiro (Relator) e Bruno Dantas.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 5874/2016 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 009.178/2016-3

2. Grupo II - Classe V - Aposentadoria

3. Interessados: Maurilo Costa Souza Gurgel (CPF 051.298.693-20), Mauro Regis Costa dos Santos (CPF 421.149.263-20), Milton Francisco de Almeida (CPF 042.031.276-53), Nélio Gimenes Gomes Júnior (CPF 766.767.737-91), Nhircele Guimarães de Paula (CPF 183.960.203-10), Nilton José Machado Campbell (CPF 774.262.317-04), Odília Ana de Jesus Macedo (CPF 103.217.992-91), Odilon Benício Júnior (CPF 230.889.664-72), Olinda Portal Cardias (CPF 064.776.152-15) e Osvaldo da Cruz Ferreira (CPF 288.627.241-87).

4. Unidade: Departamento de Polícia Federal.

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro.

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Sefip.

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam das concessões de aposentadorias a servidores do Departamento de Polícia Federal.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ªCâmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal, arts. 1º, incisoV, e 39, incisoII, da Lei nº 8.443/1992 e art.260, §6º, do Regimento Interno, em:

9.1. considerar legais as concessões de aposentadorias a Maurilo Costa Souza Gurgel, Mauro Regis Costa dos Santos, Milton Francisco de Almeida, Nélio Gimenes Gomes Júnior, Nhircele Guimarães de Paula, Nilton José Machado Campbell, Odília Ana de Jesus Macedo e Odilon Benício Júnior, ordenando o registro;

9.2. considerar prejudicada a apreciação de mérito do ato de interesse do inativo Osvaldo da Cruz Ferreira, haja vista as incorreções verificadas no preenchimento, no formulário do Sisac, dos campos "*Data de admissão no cargo*" e "*Descrição dos fundamentos legais da aposentadoria/alteração*";

9.3. considerar ilegal a concessão de aposentadoria a Olinda Portal Cardias, recusando o registro;

9.4. dispensar a interessada do ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé;

9.5. determinar ao Departamento de Polícia Federal que adote medidas para:

9.5.1. fazer cessar, no prazo de quinze dias, os pagamentos decorrentes do ato considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.5.2. dar ciência, no prazo de quinze dias, do inteiro teor desta deliberação à interessada que teve a concessão considerada ilegal, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso esses não sejam providos;

9.5.3. encaminhar ao Tribunal, no prazo de trinta dias contados da ciência da decisão, documentos aptos a comprovar que a servidora relacionada no item 9.3 teve conhecimento do acórdão;

9.5.4. enviar, via sistema Sisac, no prazo de sessenta dias, os seguintes atos referentes a Osvaldo da Cruz Ferreira:

9.5.4.1. concessão inicial de aposentadoria voluntária, com proventos proporcionais ao tempo de serviço;

9.5.4.2. alteração para modificação da forma de cálculo dos proventos, de acordo com as regras trazidas pela Emenda Constitucional nº 70/2012;

9.5.4.3. integralização dos proventos de aposentadoria, com fundamento no art. 190 da Lei nº 8.112/1990, em substituição ao ato considerado inepto pelo item 9.2;

9.6. esclarecer à unidade jurisdicionada que a concessão considerada ilegal poderá prosperar, mediante emissão de novo ato livre da irregularidade apontada;

9.7. determinar à Sefip que adote as seguintes medidas:

9.7.1. monitore o cumprimento das determinações relativas à cessação dos pagamentos decorrentes da concessão considerada ilegal e ao encaminhamento de novos atos de aposentadoria, representando ao Tribunal em caso de não atendimento;

9.7.2. corrija, no formulário de interesse de Nhircele Guimarães de Paula, os campos referentes à data de vigência da alteração e ao código de fundamento legal para: onde se lê 24/9/2012 e 1-4-0647-7, leia-se, respectivamente, 29/3/2012 e 1-1-9336-8, em consonância com a ECnº70/2012 e Portaria DPF nº 1.612, publicada no DOU de 24/9/2012;

9.7.3. faça permanecer no sistema Sisac os atos cuja análise de mérito vier a ser considerada prejudicada, mesmo após a disponibilização de novos atos corrigidos.

10. Ata n° 33/2016 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/9/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5874-33/16-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), José Múcio Monteiro (Relator) e Bruno Dantas.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 5875/2016 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 025.023/2014-4

2. Grupo II - Classe II - Tomada de Contas Especial

3. Responsáveis: Ajácio Gomes Wanderley (001.214.504-14) e Antônio Fernandes Neto (251.645.974-20), ex-prefeitos

4. Unidade: Prefeitura Municipal de Malta/PB

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

7. Unidade Técnica: Secex/PB

8. Advogados constituídos nos autos: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome em desfavor de Ajácio Gomes Wanderley e Antônio Fernandes Neto, ex-prefeitos de Malta/PB, em razão de impugnação parcial das despesas do Convênio 430/2003, que tinha por objeto a assistência financeira para atender ao Centro de Referência da Assistência Social - Casa da Família.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator e com fundamento no art. 212 do Regimento Interno do TCU, em:

9.1. excluir a responsabilidade de Ajácio Gomes Wanderley;

9.2. arquivar a presente tomada de contas especial, sem julgamento do mérito, por ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo.

10. Ata n° 33/2016 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/9/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5875-33/16-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), José Múcio Monteiro (Relator) e Bruno Dantas.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 5876/2016 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 033.324/2013-1

1.1. Apensos: TC 031.697/2015-1; TC 016.258/2015-0

2. Grupo I, Classe I - Recurso de Reconsideração (em Tomada de Contas Especial)

3. Recorrente: Manoel Gomes de Freitas (ex-prefeito, CPF nº 216.579.805-10)

4. Unidade: Prefeitura Municipal de Porto da Folha/SE

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

7. Unidades Técnicas: Secex/SE e Serur

8. Advogada constituída nos autos: Layana Tyara Campos Dertônio (OAB/SE nº 4.990)

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em fase de recurso de reconsideração contra o Acórdão nº 4.076/2015-1ª Câmara.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei nº 8.443/92, em:

9.1.conhecer do presente recurso de reconsideração para, no mérito, dar-lhe provimento parcial;

9.2. abater, do valor do débito de que trata o item 9.4 do Acórdão nº 4.076/2015-1ª Câmara, a quantia de R$ 6.703,30 (seis mil, setecentos e três reais e trinta centavos), a contar de 15/4/2009;

9.3.em consequência, reduzir a multa de que trata o item 9.6 do referido acórdão para R$ 8.000,00 (oito mil reais);

9.4. dar ciência desta deliberação ao recorrente e à empresa HV Construções Ltda.

10. Ata n° 33/2016 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/9/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5876-33/16-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), José Múcio Monteiro (Relator) e Bruno Dantas.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ACÓRDÃO Nº 5877/2016 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 003.250/2012-1.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de declaração (Recurso de Reconsideração em Tomada de Contas Especial).

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Responsáveis: Construtora Lins Maciel Ltda (00.271.976/0001-07); Gevani Bento Vieira Ramos (102.827.425-49); Ilka Falcao Jasmin Ramos (189.252.435-04); Marcus Vinicius Oliveira Viana (591.126.705-53).

3.2. Recorrente: Gevani Bento Vieira Ramos (102.827.425-49).

4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Estância/SE.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Sergipe (Secex-SE).

8. Representação legal:

8.1. Dulciana Ferreira Porto (OAB 9207/SE) e outros, representando Ilka Falcao Jasmin Ramos e Gevani Bento Vieira Ramos.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se apreciam embargos de declaração opostos por Gevani Bento Vieira Ramos, ex-prefeito do município de Estância/SE, contra o Acórdão3.912/2016-TCU-Primeira Câmara, por meio do qual este Tribunal de Contas da União negou provimento ao recurso de reconsideração interposto em face do Acórdão3.431/2015-TCU-Primeira Câmara.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo relator, e com fundamento nos arts.32, inciso II, e 34, *caput*, da Lei8.443/1992, em:

9.1. conhecer e, no mérito, rejeitar os presentes embargos de declaração, mantendo o Acórdão3.912/2016-TCU-Primeira Câmara em seus exatos termos;

9.2. dar ciência deste acórdão, bem como do voto e relatório que o fundamentam, ao embargante.

10. Ata n° 33/2016 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/9/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5877-33/16-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), José Múcio Monteiro e Bruno Dantas (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 5878/2016 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 003.902/2015-3.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial

3. Responsáveis: ONG/Oscip Pra Frente Brasil (06.018.530/0001-43); Rosa Malvina da Silva (150.379.308-71).

4. Órgão: Ministério do Esporte.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (Secex-SP).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada pelo Ministério do Esporte (ME) em face da Oscip Pra Frente Brasil/SP e de sua presidente, Rosa Malvina da Silva, em razão de irregularidades na execução do Convênio 99/2007.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar revéis, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992, Rosa Malvina da Silva (150.379.308-71) e a Oscip Pra Frente Brasil (CNPJ 06.018.530/0001-43);

9.2. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea b, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, e com arts. 1º, inciso I, 209, inciso II, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno do TCU, julgar irregulares as contas de Rosa Malvina da Silva (150.379.308-71) e da Oscip Pra Frente Brasil (CNPJ 06.018.530/0001-43) e condená-las solidariamente ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea a, do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor.

Data	Valor original (R$)
3/9/2007	R$76.278,36
29/1/2008	R$407,05

9.3. com fundamento no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do Regimento Interno do TCU, aplicar a Rosa Malvina da Silva (150.379.308-71) e à Oscip Pra Frente Brasil (06.018.530/0001-43), individualmente, multa no valor de R$20.000,00 (vinte mil reais), fixando prazo de quinze dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea a, do Regimento Interno do TCU), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data deste acórdão até a dos efetivos recolhimentos, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas caso não atendidas as notificações;

9.5. autorizar, caso requerido, o pagamento das dívidas dos responsáveis em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217 do Regimento Interno do TCU, fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovarem perante o Tribunal o recolhimento da primeira parcela, e de trinta dias, a contar da parcela anterior, para comprovarem o recolhimento das demais parcelas, na forma prevista na legislação em vigor;

9.6. alertar os responsáveis de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 217, § 2º, do Regimento Interno do TCU;

9.7. dar ciência do inteiro teor desta deliberação ao Ministério do Esporte e aos responsáveis; e

9.8. arquivar os presentes autos.

10. Ata n° 33/2016 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/9/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5878-33/16-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), José Múcio Monteiro e Bruno Dantas (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 5879/2016 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 004.982/2014-2.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial)

3. Recorrentes: José Luiz Ribeiro (030.211.328-20); Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Piracicaba e Região (54.406.921/0001-88); Luís Antônio Paulino (857.096.468-49).

4. Órgão/Entidade: Entidades e Órgãos do Governo do Estado de São Paulo.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (SECEX-SP).

8. Representação legal:

8.1. Nelson Meyer (66.924/OAB-SP) e outros, representando José Luiz Ribeiro e Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Piracicaba e Região;

8.2. Ronaldo de Almeida (236199/OAB-SP), representando Luís Antônio Paulino.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recursos de reconsideração interpostos por José Luiz Ribeiro, Luís Antônio Paulino e pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Piracicaba e Região contra o Acórdão 3.959/2015-TCU-Primeira Câmara, que julgou-lhes irregulares as contas e imputou-lhes débito, em virtude de irregularidades no Convênio59/1999, celebrado entre a Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho do Estado de São Paulo (Sert/SP) e o mencionado sindicato, no âmbito do Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador (Planfor).

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer dos recursos e, no mérito, negar-lhes provimento; e

9.2. comunicar o inteiro teor desta deliberação aos recorrentes.

10. Ata n° 33/2016 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/9/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5879-33/16-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), José Múcio Monteiro e Bruno Dantas (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 5880/2016 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 005.194/2015-6.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II (Tomada de Contas Especial)

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Responsáveis: Acir Fillo dos Santos (125.302.698-07); Jorge Abissamra (027.491.428-06).

4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Ferraz de Vasconcelos - SP.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (SECEX-SP).

8. Representação legal:

8.1. Wilton Luis da Silva Gomes (220788/OAB-SP) e outros, representando Jorge Abissamra.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial, de responsabilidade de Acir Fillo dos Santos e Jorge Abissamra, ex-prefeitos de Ferraz de Vasconcelos/SP, instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), em razão da omissão no dever de prestar contas do Convênio 703537/2010 (Siafi 664849), que tinha por objeto a aquisição de mobiliário (mesas, carteiras e cadeiras) para equipar escolas de educação básica no município.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 1º, inciso I, 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno do TCU, julgar regulares as contas de Acir Fillo dos Santos, dando-lhe quitação plena;

9.2. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "a", "b" e "c", e § 2º da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, e com arts. 1º, inciso I, 209, incisos II e III, e § 5º, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno, julgar irregulares as contas de Jorge Abissamra, condenando-o ao pagamento da quantia a seguir especificada, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante este Tribunal (art. 214, inciso III, alínea 'a', do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação (FNDE), atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir da data discriminada, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
216.011,47 (D)	1/6/2011

9.3. com fundamento no art.57 da Lei8.443/1992 c/c o art.267 do Regimento Interno, aplicar a Jorge Abissamra multaindividual no valordeR$30.000,00 (trinta mil reais), com a fixação do prazodequinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante este Tribunal (art.214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, caso requerido, o parcelamento das dívidas constantes deste Acórdão em até 36 (trinta e seis) parcelas, nos termos do art.26 da Lei8.443/1992, c/c o art.217, §§1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, informando ao responsável que incidirão sobre cada parcela os correspondentes acréscimos legais e que a faltadepagamentodequalquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor;

9.5. autorizar a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações, nos termos do art.28, incisoII, da Lei8.443/1992;

9.6. enviar cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, à Procuradoria da República no Estado de São Paulo, nos termos do art.16, §3º, da Lei8.443/1992, e do art.209, §7º, do Regimento Interno/TCU; e

9.7. dar ciência desta deliberação aos responsáveis, ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e à Prefeitura Municipal de Ferraz de Vasconcelos/SP.

10. Ata n° 33/2016 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/9/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5880-33/16-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), José Múcio Monteiro e Bruno Dantas (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 5881/2016 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 007.603/2012-6.

1.1. Apensos: 024.276/2015-4; 021.733/2013-9

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de reexame (Relatório de Auditoria)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Angular Arquitetura e Construção Ltda. - Me (06.192.765/0001-57)

3.2. Responsáveis: Alessandro do Nascimento Chaves (528.798.011-68); Antonio Vicente de Lima (444.776.601-97); Claudio George Mendonça (639.690.841-72); Célia de Oliveira (390.324.691-34); Diogenes Augusto Ocampo Sanches (662.349.301-82); Gustavo Nantes Gualberto (939.743.021-15); Liane dos Santos Pereira (462.812.400-06); Maristela de Oliveira França (367.977.071-53); Tito Manuel Sarabando Bola Estanqueiro (172.009.112-91).

3.3. Recorrentes: Maristela de Oliveira França (367.977.071-53); Claudio George Mendonça (639.690.841-72); Tito Manuel Sarabando Bola Estanqueiro (172.009.112-91); Antonio Vicente de Lima (444.776.601-97).

4. Órgão/Entidade: Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Mato Grosso do Sul.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro José Múcio Monteiro.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo no Estado do Mato Grosso do Sul (Secex-MS).

8. Representação legal:

8.1. Luiz Aurélio Adler Ralho (11.639/OAB-MS), representando Claudio George Mendonça, Maristela de Oliveira França e Tito Manuel Sarabando Bola Estanqueiro;

8.2. José Paulo do Nascimento Costa (13.707/OAB-MS), representando Wsnet Soluções em Informática Ltda. - Me.

8.3. Danilo Gordin Freire (7191/OAB-MS), representando Angular Arquitetura e Construção Ltda. - Me.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes pedidos de reexame interpostos por Antônio Vicente de Lima, Claudio George Mendonça, Maristela de Oliveira França e Tito Manuel Sarabando Bola Estanqueiro contra o Acórdão 5157/2015-TCU-1ª Câmara.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator e com fundamento no art. 48 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 286 do Regimento Interno do TCU, em:

9.1. conhecer dos presentes pedidos de reexame e, no mérito, negar-lhes provimento;

9.2. dar ciência desta deliberação aos recorrentes.

10. Ata n° 33/2016 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/9/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5881-33/16-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), José Múcio Monteiro e Bruno Dantas (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 5882/2016 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 012.582/2013-1.

1.1. Apenso: 027.879/2015-1

2. Grupo I - Classe de Assunto: I- Recurso de reconsideração (Tomada de Contas Especial)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Ministério do Turismo.

3.2. Responsáveis: Conceição Deromar Castro Krusser (194.586.309-91); Prefeitura Municipal de Encruzilhada do Sul - RS (89.363.642/0001-69).

3.3. Recorrente: Conceição Deromar Castro Krusser (194.586.309-91).

4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Encruzilhada do Sul - RS.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro José Múcio Monteiro.

6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio Grande do Sul (Secex-RS).

8. Representação legal :

8.1. Nestor Langassner Rosa (84936/OAB-RS) e outros, representando Prefeitura Municipal de Encruzilhada do Sul - RS (peça 96).

8.2. Marcelo Xavier de Abreu (18811/OAB-DF), representando Conceição Deromar Castro Krusser (peça 23).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recurso de reconsideração interposto por Conceição Deromar Castro Krusser contra o Acórdão 1879/2015-1ª Câmara, que julgou suas contas irregulares e aplicou-lhe multa pela celebração do Convênio 300/2004 em data posterior à realização do seu objeto, com efeitos retroativos, em afronta ao art. 8º, incisos V e VI, da IN STN 1/1997.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. conhecer do presente recurso de reconsideração, com fundamento nos artigos 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992, c/c o artigo 285 do Regimento Interno do TCU, para, no mérito, dar-lhe provimento de modo a reformar o Acórdão 1879/2015-TCU-1ª Câmara, que passa conter a seguinte redação:

"ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso III, alíneas "b" e "c" e § 3º, 19 e 23, inciso III, 28, inciso II, e 58, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I; 209, incisos II e III e § 7º, 210 e 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno, em:

9.1.acatar as alegações de defesa de Conceição Deromar Castro Krusser em relação à irregularidade na aplicação dos recursos repassados mediante o Convênio 300/2004 e rejeitá-las quanto à celebração do ajuste em data posterior à realização do seu objeto, com efeitos retroativos, em afronta ao art. 8º, incisos V e VI, da IN STN 1/1997;

9.2.julgar regulares com ressalva as contas de Conceição Deromar Castro Krusser, dando-lhe quitação;

9.3. julgar irregulares as contas do Município de Encruzilhada do Sul/RS, condenando-o ao pagamento de R$ 64.820,03 (sessenta e quatro mil, oitocentos e vinte reais e três centavos), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir de 29/11/2007, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor;

9.4.autorizar, desde logo, a cobrança judicial da dívida, caso não atendidas as notificações;

9.5. encaminhar cópia deste acórdão, bem como do relatório e do voto que o fundamentam, à Procuradoria da República no Estado do Rio Grande do Sul, para adoção das medidas que entender cabíveis."

9.2. arquivar a presente tomada de contas especial;

9.3. dar ciência desta deliberação ao recorrente e à Prefeitura Municipal de Encruzilhada do Sul/RS.

10. Ata n° 33/2016 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/9/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5882-33/16-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), José Múcio Monteiro e Bruno Dantas (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 5883/2016 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 026.463/2011-3.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I Recurso de reconsideração (Prestação de Contas)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Responsáveis: Abadio dos Reis Silva Leite (405.968.426-00); Anivaldo Franco de Paula (951.832.056-04); Carla Alessandra de Oliveira Nascimento (731.855.666-53); Celia Aparecida Almeida Estevam (562.039.936-20); Deborah Freitas Assunção Chamahum (452.534.986-72); Eduardo Frederico Sotero da Costa (095.648.086-18); Elaine Donata Ciabotti (517.437.526-87); Euripedes Ronaldo Ananias Ferreira (255.419.436-04); Francisco Fransui Andrade Duarte (350.570.174-20); Heraldo Marcus Rosi Cruvinel (373.246.596-91); Humberto Ferreira Silva Mineu (325.801.423-04); Identidade Preservada (211.690.806-00); Inamara Gomes de Araujo Leal (743.674.126-87); Juvenal Caetano de Barcelos (528.534.036-53); Marco Antonio Maciel Pereira (416.250.991-34); Marlúcia da Silva (553.469.016-04); Mauro Ferreira Machado (755.228.706-30); Murilo de Deus Bernardes (429.916.926-34); Paulo Vitorio Biulchi (252.094.340-87); Pedro Margatto da Fonseca (661.042.386-53); Roberto Gil Rodrigues Almeida (485.107.186-87); Rodrigo Afonso Leitão (719.618.286-34)

3.2. Recorrentes: Marlúcia da Silva (553.469.016-04); Paulo Vitorio Biulchi (252.094.340-87); Francisco Fransui Andrade Duarte (350.570.174-20); Mauro Ferreira Machado (755.228.706-30).

4. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo no Estado de Minas Gerais (SECEX-MG).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recursos de reconsideração interpostos por Marlúcia da Silva, presidente da comissão de licitação, Paulo Vitório Biulchi, diretor geral do campus Uberaba do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro (IFTM), Francisco Fransui Andrade Duarte e Mauro Ferreira Machado, membros da comissão de licitação, contra o Acórdão 1.709/2015-TCU-Primeira Câmara.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, ante os motivos expostos pelo Relator, em:

9.1. conhecer dos recursos de reconsideração para, no mérito, negar-lhes provimento;

9.2. dar ciência do inteiro teor desta deliberação aos recorrentes.

10. Ata n° 33/2016 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/9/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5883-33/16-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), José Múcio Monteiro e Bruno Dantas (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 5884/2016 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC-001.000/2015-2

2. Grupo: II - Classe: II - Assunto: Tomada de contas especial.

3. Responsável: Cecília Petrina de Carvalho Neto (057.053.049-00).

4. Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Turismo (Mtur).

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade técnica: Secex/BA.

8. Representação Legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial, instaurada pelo Ministério do Turismo - MTur em desfavor da Srª Cecília Petrina de Carvalho, ex-Prefeita Municipal de Itiúba/BA, em razão de irregularidades na documentação apresentada a título de prestação de contas do Convênio 305/2006, celebrado com a Prefeitura Municipal de Itiúba/BA, tendo por objeto a implementação de ações visando a realização do evento "Festejos Juninos", com vigência estipulada para o período de 29/6 a 28/9/2006, e cujo valor montou a R$100 mil,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Primeira Câmara, com fundamento no art. 212 do Regimento Inerno do TCU, em:

9.1. arquivar o presente processo, pela ausência dos pressupostos para sua constituição e desenvolvimento válidos e regulares;

9.2. dar ciência do presente acórdão à responsável, ao Município de Itiúba/BA e ao Ministério do Turismo - MTur.

10. Ata n° 33/2016 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/9/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5884-33/16-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), José Múcio Monteiro e Bruno Dantas.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 5885/2016 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC-029.928/2013-3.

2. Grupo: I - Classe: II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Vanderley Viana de Lima, ex-Prefeito (CPF036.034.822-04); Simone Rodrigues de Oliveira, ex-Secretária Municipal de Saúde (CPF649.706.552-00); E.B.C. Empresa Brasileira de Construção Ltda. (CNPJ 84.310.689/0001-40).

4. Órgão/Entidade/Unidade: Município de Xapuri/AC.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Acre (Secex/AC).

8. Representação legal: Everaldo Pereira (OAB/AC 4.077), representando Simone Rodrigues de Oliveira

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial, instaurada pela Superintendência Estadual da Fundação Nacional de Saúde no Acre (Funasa/AC), em desfavor do Sr. Vanderley Viana de Lima, ex-Prefeito do Município de Xapuri/AC, em razão da não consecução dos objetivos pactuados no Convênio 318/2006 (Siafi 582166), que repassou R$400.000,00 (quatrocentos mil reais) em recursos federais com o objetivo de custear a execução de sistema de esgotamento sanitário,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, em:

9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "c" e "d", e § 2º, c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, julgar irregulares as contas do Sr. Vanderley Viana de Lima, da Srª Simone Rodrigues de Oliveira e da empresa E.B.C. Empresa Brasileira de Construção Ltda., condenando-os solidariamente ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para que comprovem, perante este Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres da Fundação Nacional de Saúde, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data dos recolhimentos, na forma prevista na legislação em vigor:

Data da ocorrência	Valor (R$)
26/5/2008	188.033,49
25/8/2008	3.806,51
TOTAL	191.840,00

9.2. aplicar individualmente ao Sr. Vanderley Viana de Lima, à Srª Simone Rodrigues de Oliveira e à empresa E.B.C. Empresa Brasileira de Construção Ltda. a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, no valor de R$25.000,00 (vinte e cinco mil reais) para o primeiro e terceiro responsável e R$5.000,00 (cinco mil reais) para o segundo responsável, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para que comprovem, perante este Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data deste acórdão até a dos efetivos recolhimentos, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas caso não atendidas as notificações;

9.4. encaminhar cópia deste acórdão e dos elementos pertinentes à Procuradoria da República no Estado do Acre, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, para adoção das medidas que entender cabíveis; e

9.5. encaminhar cópia deste acórdão e dos elementos pertinentes ao Tribunal de Contas do Estado do Acre (TCE/AC), para adoção das medidas que entender cabíveis acerca da existência, no bojo do Convênio 318/2006 (Siafi 582166), de dano ao erário na esfera municipal no montante histórico de R$8.160,00 (oito mil e cento e sessenta reais).

10. Ata n° 33/2016 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/9/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5885-33/16-1.

13. Especificação do quorum:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), José Múcio Monteiro e Bruno Dantas.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 5886/2016 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 031.553/2013-3.

2. Grupo II - Classe I - Assunto: Embargos de Declaração (Tomada de Contas Especial)

3. Recorrente: Varley Gonçalves Ferreira, Prefeito (277.040.922-00)

4. Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Oeste/RO.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Rondônia (SECEX-RO).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração opostos pelo Sr. Varley Gonçalves Ferreira, Prefeito do Município de Novo Horizonte do Oeste/RO, contra o Acórdão 906/2016-1ª Câmara, que julgou suas contas irregulares, condenou o responsável em débito e aplicou-lhe multa no valor de R$ 15.000,00, em face da ausência de comprovação de distribuição da merenda escolar declarada como adquirida com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) nos exercícios de 2005 e 2006.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, em:

9.1. com fundamento nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443/1992, conhecer dos embargos de declaração opostos pelo Sr. Varley Gonçalves Ferreira, para, no mérito, rejeitá-los;

9.2. com fundamento nos itens 9.1.6 e 9.1.7 do Acórdão 1441/2016-Plenário, rever, de ofício, o Acórdão 906/2016-1ª Câmara para alterar a redação de seu item 9.2 com vistas a reduzir o valor da multa então aplicada, nos seguintes termos:

"9.2. aplicar ao Sr. Varley Gonçalves Ferreira a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/92, no valor de R$13.800,00 (treze mil e oitocentos reais), fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante este Tribunal, nos termos do art. 214, inciso III, alínea "a", do RI/TCU, o recolhimento da referida quantia ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a data do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;"

9.3. dar ciência deste acórdão ao recorrente.

10. Ata n° 33/2016 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/9/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5886-33/16-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), José Múcio Monteiro e Bruno Dantas.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 5887/2016 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 011.569/2015-8.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (33.654.831/0033-13).

3.2. Responsável: Paulo Pinheiro da Silva (661.865.106-97).

4. Órgão/Entidade: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues, segundo a Portaria-TCU nº 226, de 9/9/2016.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Minas Gerais (SECEX-MG).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) contra o Senhor Paulo Pinheiro da Silva, em razão do descumprimento das obrigações assumidas mediante termo de compromisso, por ocasião da concessão de bolsa de estudos de doutorado no exterior;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "b", 19 e 23, inciso III, da Lei n° 8.443/1992, c/c os arts. 209, inciso II, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno, e ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. julgar irregulares as contas de Paulo Pinheiro da Silva, condenando-o ao pagamento da quantia abaixo discriminada, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir da data especificada até a efetiva quitação do débito, fixando-lhe o prazo de quinze dias, desde a ciência, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da referida quantia aos cofres do CNPq;

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
284.296,23	18/6/2014

9.2. autorizar, desde logo, a cobrança judicial da dívida, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, caso não atendida a notificação;

9.3. remeter cópia do acórdão, bem como do relatório e voto que o fundamentam, ao responsável e ao CNPq.

10. Ata n° 33/2016 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/9/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5887-33/16-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), José Múcio Monteiro e Bruno Dantas.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa (Relator).

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 5888/2016 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 019.629/2012-5.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I Recurso de reconsideração (em processo de Tomada de Contas Especial).

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Prefeitura Municipal de Peritoró - MA (01.612.537/0001-75).

3.2. Responsável: Jozias Lima Oliveira (202.018.263-72).

3.3. Recorrente: Jozias Lima Oliveira (202.018.263-72).

4. Entidade: Prefeitura de Peritoró/MA.

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues, segundo a Portaria-TCU nº 226, de 9/9/2016.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidades técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo no Estado do Maranhão (Secex-MA).

8. Representação legal:

8.1. Antonio Eber Braga (10.676/OAB-MA) e outros, representando Jozias Lima Oliveira.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos os autos de recurso de reconsideração interposto por Jozias Lima Oliveira, contra o Acórdão 3719/2015, da 1ª Câmara;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 32, inciso I, e 33, da Lei nº 8.443/92 c/c o art. 285 do Regimento Interno, em:

9.1. conhecer do recurso de reconsideração interposto por Jozias Lima Oliveira para, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2. dar ciência desta deliberação ao recorrente, ao município de Peritoró/MA e à Procuradoria da República no Estado do Maranhão.

10. Ata n° 33/2016 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/9/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5888-33/16-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), José Múcio Monteiro e Bruno Dantas.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa (Relator).

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 5889/2016 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 020.202/2016-4.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V Aposentadoria.

3. Interessado: Fernando Antonio Cadilhe (432.077.587-20).

4. Entidade: Diretoria do Pessoal Civil da Marinha.

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues, segundo a Portaria-TCU nº 226, de 9/9/2016.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, que tratam de aposentadoria deferida pela Diretoria do Pessoal Civil da Marinha,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no inciso II do art. 39 da Lei nº 8.443/92, em:

9.1. considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria de Fernando Antonio Cadilhe, em razão de pagamento de parcela judicial relativa a plano econômico, não absorvida na base de cálculo dos proventos;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa- fé, consoante o disposto no Enunciado nº 106 da Súmula de Jurisprudência do TCU;

9.3. determinar à Diretoria do Pessoal Civil da Marinha que:

9.3.1. no prazo de quinze dias, contados da ciência deste Acórdão, providencie a suspensão dos pagamentos decorrentes do ato de aposentadoria considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, com fundamento no art. 262 do Regimento Interno/TCU;

9.3.2. emita novo ato, livre da irregularidade apontada, submetendo-o ao TCU pelo Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (Sisac) no prazo de trinta dias, nos termos dos arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU;

9.3.3. dê ciência do inteiro teor deste acórdão ao interessado, alertando-o de que o efeito suspensivo decorrente de eventual interposição de recursos não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, em caso de não provimento;

9.3.4. no prazo de trinta dias, contados da ciência desta deliberação, encaminhe ao Tribunal, por cópia, comprovante da data em que o interessado tomou conhecimento desta decisão.

10. Ata n° 33/2016 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/9/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5889-33/16-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), José Múcio Monteiro e Bruno Dantas.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa (Relator).

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 5890/2016 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 020.973/2011-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I Recurso de reconsideração (em processo de Tomada de Contas Especial).

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Secretaria de Controle Externo do TCU/MA (00.414.607/0008-94).

3.2. Responsáveis: Lourival de Nasaré Vieira Gama (063.512.633-87); Prefeitura Municipal de Penalva - MA (06.179.402/0001-81).

3.3. Recorrente: Lourival de Nasaré Vieira Gama (063.512.633-87).

4. Entidade: Prefeitura Municipal de Penalva - MA.

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues, segundo a Portaria-TCU nº 226, de 9/9/2016.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidades técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo no Estado do Maranhão (Secex-MA).

8. Representação legal:

8.1. Hugo Leonardo Sousa Soares (12478/OAB-MA) e outros, representando Lourival de Nasaré Vieira Gama.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos os autos de recurso de reconsideração interposto por Lourival de Nasaré Vieira Gama, contra o Acórdão 4433/2014, da 1ª Câmara;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 32, inciso I, e 33, da Lei nº 8.443/92 c/c o art. 285 do Regimento Interno, em:

9.1. conhecer do recurso de reconsideração interposto por Lourival de Nasaré Vieira Gama para, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2. dar ciência desta deliberação ao recorrente (advogados Eriko José Domingues da Silva Ribeiro, OAB/MA 4835 e/ou Carlos Seabra de Carvalho Coelho, OAB/MA 4773), ao município de Penalva/MA e à Procuradoria da República no Estado do Maranhão.

10. Ata n° 33/2016 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/9/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5890-33/16-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), José Múcio Monteiro e Bruno Dantas.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa (Relator).

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 5891/2016 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 022.505/2016-4.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V Aposentadoria.

3. Interessado: João Paulino Costa Filho (017.900.398-43).

4. Entidade: Diretoria do Pessoal Civil da Marinha.

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues, segundo a Portaria-TCU nº 226, de 9/9/2016.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, que tratam de aposentadoria deferida pela Diretoria do Pessoal Civil da Marinha,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no inciso II do art. 39 da Lei nº 8.443/92, em:

9.1. considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria de João Paulino Costa Filho, em razão de pagamento de parcela judicial relativa a plano econômico, não absorvida na base de cálculo dos proventos;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa- fé, consoante o disposto no Enunciado nº 106 da Súmula de Jurisprudência do TCU;

9.3. determinar à Diretoria do Pessoal Civil da Marinha que:

9.3.1. no prazo de quinze dias, contados da ciência deste Acórdão, providencie a suspensão dos pagamentos decorrentes do ato de aposentadoria considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, com fundamento no art. 262 do Regimento Interno/TCU;

9.3.2. emita novo ato, livre da irregularidade apontada, submetendo-o ao TCU pelo Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (Sisac) no prazo de trinta dias, nos termos dos arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU;

9.3.3. dê ciência do inteiro teor deste acórdão ao interessado, alertando-o de que o efeito suspensivo decorrente de eventual interposição de recursos não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, em caso de não provimento;

9.3.4. no prazo de trinta dias, contados da ciência desta deliberação, encaminhe ao Tribunal, por cópia, comprovante da data em que o interessado tomou conhecimento desta decisão.

10. Ata n° 33/2016 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/9/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5891-33/16-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), José Múcio Monteiro e Bruno Dantas.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa (Relator).

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 5892/2016 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 044.986/2012-2.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessados: Caixa Econômica Federal (00.360.305/0003-63); Ministério das Cidades (vinculador).

3.2. Responsáveis: Geraldo Francisco de Morais (061.098.531-00); José Antônio Lima Ferreira (462.975.962-04).

4. Órgão/Entidade: Município de Brejo Grande do Araguaia - PA.

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues, segundo a Portaria-TCU nº 226, de 9/9/2016.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Pará (Secex-PA).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c", 19 e 23, inciso III, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 209, incisos I e III, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno, e ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar revéis os Srs. Geraldo Francisco de Morais e José Antônio Lima Ferreira, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei nº 8.443/92;

9.2. julgar irregulares as contas dos Srs. José Antonio Lima Ferreira CPF 462.975.962-04 (gestão 2005-2009) e Geraldo Francisco de Morais CPF 061.098.531-00 (gestão 2001-2004 e 2009-2012), prefeitos do município de Brejo Grande do Araguaia/PA, e condená-los, solidariamente, ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres da Caixa Econômica Federal - CAIXA, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
5.025,55	04/11/2002
35.224,50	11/2/2003
22.749,96	17/6/2003
24.130,00	11/9/2003
6.170,00	20/1/2004

9.3. aplicar aos responsáveis Geraldo Francisco de Morais e José Antônio Lima Ferreira a multa individual prevista no art. 57 da Lei nº 8.443/92, c/c o art. 267 do Regimento Interno do TCU, no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar das notificações, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das multas ao Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente, da data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar desde logo a cobrança judicial das dívidas, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443/92, caso não atendida a notificação;

9.5. remeter cópia do acórdão, bem como do relatório e voto que o fundamentam, à Procuradoria da República no Estado do Pará, para ajuizamento das ações civis e penais cabíveis, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 8.443/92, c/c o art. 209, § 7º, do Regimento Interno.

10. Ata n° 33/2016 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/9/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5892-33/16-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), José Múcio Monteiro e Bruno Dantas.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa (Relator).

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 5893/2016 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 008.845/2015-8.

2. Grupo II - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Fundação Nacional de Saúde (Funasa).

3.2. Responsável: Gerard Lothaire Jules Olivier - falecido em 3/6/2013 (022.218.375-68).

4. Entidade: município de Japaratuba/SE.

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo em Sergipe (Secex-SE).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Fundação Nacional de Saúde em razão da não aprovação da prestação de contas parcial, por inexecução de etapas previstas no plano de trabalho, referente ao convênio 975/2006, que tinha por objeto a implantação de parte do sistema de esgotamento sanitário municipal (coleta, afastamento e tratamento das bacias 'C' e 'D').

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. arquivar a presente tomada de contas especial, com fundamento no art. 212 do RI/TCU;

9.2. recomendar à Funasa que avalie a viabilidade, a conveniência e a oportunidade de celebrar novo convênio, ou ajuste equivalente, com o município de Japaratuba/SE visando concluir o objeto do convênio 975/2006 e dar utilidade social aos recursos federais já aportados, em consonância com os objetivos das ações programáticas da Funasa que justificaram a destinação de recursos para implantação do sistema de esgotamento sanitário do município, dando-se assim pleno atendimento ao interesse mútuo da União e do ente federado em levar os benefícios do saneamento básico à população local, pactuados no referido ajuste;

9.3 dar ciência desta deliberação à Funasa e ao município de Japaratuba/SE.

10. Ata n° 33/2016 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/9/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5893-33/16-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), José Múcio Monteiro e Bruno Dantas.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 5894/2016 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 030.747/2015-5.

2. Grupo I - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Caixa Econômica Federal (CEF).

3.2. Responsável: José Cardoso Matos (021.950.625-68).

4. Entidade: município de Gararu/SE.

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo em Sergipe (Secex-SE).

8. Representação legal: Felipe Montenegro Mattos (OAB/DF 23.409) e outros, representando Caixa Econômica Federal.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Caixa Econômica Federal (CEF) em desfavor do Sr. José Cardoso Matos, ex-prefeito de Gararu/SE, na gestão 2005 a 2008, em razão da omissão no dever de prestar contas da aplicação dos recursos públicos federais transferidos por força dos contratos de repasse 0194.190-74/2006 e 214.552-91/2006, celebrados entre o Ministério das Cidades e o referido município.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. considerar revel, para todos os efeitos, com fundamento no art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992, o Sr. José Cardoso Matos;

9.2. julgar irregulares, com fundamento nos arts. 1º, I, e 16, III, "a" e "c", da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, III, da mesma Lei, e com arts. 1º, I, e 209, II e III, do RI/TCU, as contas do Sr. José Cardoso Matos e condená-lo ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante este Tribunal (art. 214, III, "a", do RI/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

Valor original (R$)	Data da ocorrência
16.380,00	30/1/2008
3.390,00	19/5/2008
39.000,00	30/9/2008

9.3. aplicar ao Sr. José Cardoso Matos a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do RI/TCU, no valor de R$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais), fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar das notificações, para que comprove, perante este Tribunal (art. 214, III, "a", do RI/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.5. em cumprimento ao disposto no § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, encaminhar cópia desta deliberação à Procuradoria da República no Estado de Sergipe.

10. Ata n° 33/2016 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/9/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5894-33/16-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), José Múcio Monteiro e Bruno Dantas.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 5895/2016 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 002.036/2014-2.

2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Responsáveis: Instituto Paulista de Ensino e Pesquisa - Ipep (67.996.488/0001-20); Luís Antônio Paulino (857.096.468-49); Nassim Gabriel Mehedff (007.243.786-34); Walter Barelli (008.056.888-20); Érico Rodrigues Bacelar (048.491.163-53).

4. Órgão/Entidade: Entidades e Órgãos do Governo do Estado de São Paulo.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (SECEX-SP).

8. Representação legal :

8.1. Érico Barreto Bacelar (276889/OAB-SP) e outros, representando Érico Rodrigues Bacelar, Instituto Paulista de Ensino e Pesquisa - Ipep e Érico Rodrigues Bacelar;

8.2. Ronaldo de Almeida (236199/OAB-SP), representando Walter Barelli, Instituto Paulista de Ensino e Pesquisa - Ipep e Luís Antônio Paulino;

8.3. Alessandra Gonçalves Pinheiro Pimenta (14.017-E/OAB-DF), representando Gabriela Dellacasa Stuckert.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Trabalho e Emprego (SPPE/MTE), em razão de irregularidades na execução do Convênio 148/99, celebrado com recursos do Convênio MTE/Sefor/Codefat nº 4/1999,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. julgar, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas 'b' e 'c', da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, e art. 209, incisos II e III, do Regimento Interno do TCU, irregulares as contas do Instituto Paulista de Ensino e Pesquisa (CNPJ 67.996.488/0001-20), e do senhor Érico Rodrigues Bacelar (CPF 048.491.163-53), e condená-los, solidariamente, ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea 'a', do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, atualizadas monetariamente e acrescidas de juros de mora, calculados a partir das datas abaixo especificadas até a data do efetivo pagamento, na forma prevista na legislação em vigor:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

VALOR ORIGINAL (R$) DATA DA OCORRÊNCIA
399.200,80.....14/12/1999
224.550,45.....5/1/2000

9.2. autorizar, desde já, se requerido, o pagamento da dívida mencionada no item anterior, em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno, fixando aos responsáveis o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento das notificações, para comprovarem perante o Tribunal o recolhimento da primeira parcela, e de 30 (trinta) dias, a contar da parcela anterior, para comprovarem os recolhimentos das demais parcelas, devendo incidir sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros devidos, na forma prevista na legislação em vigor;

9.3. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial da dívida, caso não atendida as notificações;

9.4. alertar os responsáveis que a falta de comprovação dos recolhimentos de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do §2º do art. 217 do Regimento Interno deste Tribunal;

9.5. julgar, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno, regulares com ressalva as contas dos senhores Walter Barelli (CPF 008.056.888-20) e Luís Antônio Paulino (CPF 857.096.468-49), dando-lhes quitação;

9.6. encaminhar cópia desta deliberação, bem como do relatório e do voto que a fundamentam, ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado de São Paulo, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992 c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis;

9.7. dar ciência desta deliberação ao Ministério do Trabalho e Emprego e à Secretaria Estadual do Emprego e Relações do Trabalho do Estado de São Paulo-SERT/SP.

10. Ata n° 33/2016 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/9/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5895-33/16-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (na Presidência), Benjamin Zymler (Relator) e Bruno Dantas.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 5896/2016 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC nº 003.598/2011-0.

1.1. Apensos: TC nº 002.927/2015-2; nº 007.329/2016-4; nº 013.104/2016-0; nº 022.810/2015-3 e nº 014.505/2014-2.

2. Grupo I - Classe de Assunto: III - Monitoramento.

3. Responsáveis: Luiz Antonio Pagot, ex-Diretor-Geral do DNIT, e Bernardo José Figueiredo Gonçalves de Oliveira, ex-Diretor-Geral da ANTT.

4. Órgão/Entidade: Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT (CNPJ nº 04.898.488/0001-77) e Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT (CNPJ nº 03.983.939/0001-01).

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Portuária, Hídrica e Ferroviária (SeinfraHidro).

8. Representação legal:

8.1. Renata Amado Ferreira e outros, representando a Agência Nacional de Transportes Terrestres.

8.2. João Gabriel Perotto Pagot (12.055/OAB-MT), representando Luiz Antonio Pagot.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de monitoramento do cumprimento do disposto no item 9.7 do Acórdão nº 8.353/2010 - 1ª Câmara, exarado no âmbito do TC nº 015.390/2006-0, relativo às contas de 2005 da Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, em:

9.1. acatar as razões de justificativa apresentadas pelos Srs. Luiz Antônio Pagot, ex-Diretor-Geral do DNIT, e Bernardo José Figueiredo Gonçalves de Oliveira, ex-Diretor-Geral da ANTT;

9.2. determinar à ANTT que, no prazo de 240 dias, apresente a este Tribunal relatório técnico decorrente de inspeção a ser realizada nos 42 pátios citados na Carta RFFSA nº 14 - Cliq, de 5/3/2002, abaixo relacionados, pertencentes à malha Sudeste, atualmente concedidos à MRS Logística S.A, apontando aqueles que se encontrarem discrepantes quando confrontados com seus layouts originais da época da efetivação da concessão. Deverá ser apontada a quantidade de peças da superestrutura eventualmente faltante por tipo (metros de trilho, aparelhos de mudança de via, placas de apoio, acessórios metálicos etc.):

Joaquim Murtinho	Mário de Castilhos	Conselheiro Lafaiete	Buarque de Macedo
Posto do Km 458	Posto do Km 448	Herculano Pena	Carandaí
Campestre	Simão Tamm	Eng. Dumont e Morro Queimado	Barbacena
Sá Fortes	Antônio Carlos	João Aires	Recenvindo
Santos Dumont	Ewbanck da Câmara	Chapéu D'Uvas	Benfica
Francisco Bernardino	Mariano Procópio	Posto do Km 271	Retiro
Cedofeita	Matias Barbosa	Posto do Km 231	Paraibuna Novo
Souza Aguiar	Serraria	Fernandes Pinheiro	Trecho B. Angra de P. Sul
Paraíba do Sul	Pátio do Km 184	Vieira Cortês	Andrade Pinto
Carlos Niemeyer	Casal	Sebastião de Lacerda	Barão de Juparanã
Barão de vassouras	Aristides Lobo		

9.3. determinar à ANTT que encaminhe ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT a relação das peças apontadas como faltantes nas inspeções acima determinadas;

9.4. determinar ao DNIT que avalie as referidas peças e encaminhe a este Tribunal, no prazo máximo de 300 dias, o resultado dessa avaliação;

9.5. determinar à SeinfraHidro que monitore o cumprimento das determinações exaradas nos itens 9.2 a 9.4 deste Acórdão;

9.6. enviar cópia deste Acórdão ao Procurador da República Herbert Reis Mesquita, lotado na Procuradoria da República no Município de Viçosa; e

9.7. arquivar o presente processo.

10. Ata n° 33/2016 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/9/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5896-33/16-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (na Presidência), Benjamin Zymler (Relator) e Bruno Dantas.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 5897/2016 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 013.189/2012-3.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de declaração (Tomada de Contas Especial)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessados: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (00.375.972/0001-60); Procuradoria da República/PA - MPF/MPU (26.989.715/0019-31)

3.2. Responsável: Luís Alfredo Amin Fernandes (067.542.102-06)

3.3. Recorrente: Luís Alfredo Amin Fernandes (067.542.102-06).

4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Viseu - PA.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo no Estado do Pará (Secex-PA).

8. Representação legal:

8.1. Leandro Athayde Fernandes (20855/OAB-PA); Nicholas Alexandre Campolungo (OAB/PA 6.700), representando Luís Alfredo Amin Fernandes.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração opostos pelo Sr. Luís Alfredo Amin Fernandes contra o Acórdão 4.612/2016-1ª Câmara, que denegou provimento a recurso de reconsideração interposto contra o Acórdão 688/2015-1ª Câmara,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer dos embargos de declaração, uma vez preenchidos os requisitos de admissibilidade previstos nos artigos 32, inciso II, e 34, caput e § 1º, da Lei 8.443/1992, para, no mérito, rejeitá-los;

9.2. dar ciência desta deliberação ao embargante.

10. Ata n° 33/2016 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/9/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5897-33/16-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (na Presidência), Benjamin Zymler (Relator) e Bruno Dantas.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 5898/2016 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 013.979/2014-0.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração (Tomada de Contas Especial)

3. Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Responsáveis: Instituto do Trabalho Dante Pellacani (67.350.231/0001-04); Luís Antônio Paulino (857.096.468-49); Nassim Gabriel Mehedff (007.243.786-34); Nilson Araújo de Souza (020.177.503-44); Walter Barelli (008.056.888-20)

3.2. Recorrente: Instituto do Trabalho Dante Pellacani (67.350.231/0001-04).

4. Órgão/Entidade: Entidades e Órgãos do Governo do Estado de São Paulo.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (SECEX-SP).

8. Representação legal:

8.1. Tersio dos Santos Pedrazoli (109.940/OAB-SP), Audrey Silveira Batista (78.112/OAB-MG), Walter Bernardes de Castro (90.480/OAB-MG), Caio de Carvalho Pereira (73.143/OAB-MG) e outros, representando Instituto do Trabalho Dante Pellacani e Nilson Araújo de Souza;

8.2. Ronaldo de Almeida (236199/OAB-SP), representando Luís Antônio Paulino e Walter Barelli.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração opostos pelo Instituto do Trabalho Dante Pellacani em desfavor do Acórdão 4772/2016-1ª Câmara,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer os embargos de declaração opostos pelo Instituto do Trabalho Dante Pellacani para, no mérito, rejeitá-los;

9.2. dar ciência desta deliberação ao recorrente.

10. Ata n° 33/2016 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/9/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5898-33/16-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (na Presidência), Benjamin Zymler (Relator) e Bruno Dantas.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 5899/2016 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 016.772/2015-6

2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de contas especial

3. Órgão: Secretaria Nacional de Segurança Pública - Senasp/MJ

4. Responsáveis: Município de Araruama/RJ (28.531.762/0001-33), André Luiz Monica e Silva (894.702.147-49) e Miguel Alves Jeovani (514.300.377-68)

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

7. Unidade técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (Secex/RJ)

8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:

Vistos, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério da Justiça em desfavor do Sr. Miguel Alves Jeovani, ex-prefeito do Município de Araruama/RJ, em virtude da omissão no dever de prestar contas dos recursos repassados pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp) por força do Convênio 375/2011,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. excluir da relação processual o Sr. André Luiz Mônica e Silva (894.702.147-49) e o Município de Araruama/RJ (28.531.762/0001-33);

9.2. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "a" e "c", 19, caput, 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, julgar irregulares as contas do Sr. Miguel Alves Jeovani (514.300.377-68), condenando-o ao pagamento da importância abaixo descrita, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove perante este Tribunal (art. 214, inciso III, do RITCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, corrigida monetariamente e acrescida dos encargos legais pertinentes, calculados a partir da data indicada até a data do efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor, abatendo-se, na oportunidade, o valor eventualmente já ressarcido:

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
189.656,00 (D)	9/7/2012
26.075,20 (C)	2/1/2014

9.3. aplicar ao Sr. Miguel Alves Jeovani (514.300.377-68), a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do Regimento Interno, no valor de R$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais), com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, o pagamento da dívida decorrente em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, caso solicitado, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217 do RITCU, fixando o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada 30 (trinta) dias, devendo incidir sobre cada uma os encargos devidos, na forma prevista na legislação em vigor;

9.5. alertar o responsável de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 217, § 2º, do RITCU;

9.6. autorizar, desde logo, com fulcro no art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.7. remeter cópia do presente acórdão, bem como do relatório e voto que o fundamentaram, à Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro, em conformidade com o art. 209, § 6º, do RITCU, para a adoção das providências cabíveis; e

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

9.8. dar ciência e remeter cópia do presente acórdão, bem como do relatório e voto que o fundamentaram, aos responsáveis, à Secretaria Nacional de Segurança Pública - Senasp/MJ e à Prefeitura Municipal de Araruama/RJ.

10. Ata n° 33/2016 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/9/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5899-33/16-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (na Presidência), Benjamin Zymler (Relator) e Bruno Dantas.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 5900/2016 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 020.177/2016-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Fernando Ferreira de Souza (071.769.104-72).

4. Órgão/Entidade: Departamento de Órgãos Extintos - DEPEX/SE/MP.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de ato inicial de aposentadoria emitido pelo Departamento de Órgãos Extintos - DEPEX/SE/MP em favor de Fernando Ferreira de Souza, ex-ocupante do cargo de engenheiro,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal, arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei nº 8.443/92 e art. 262, § 2º, do Regimento Interno, em:

9.1. considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria a Fernando Ferreira de Souza (071.769.104-72), negando-lhe o correspondente registro;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, nos termos da Súmula TCU nº 106;

9.3. determinar à unidade jurisdicionada que adote medidas para:

9.3.1. dar ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, do inteiro teor desta deliberação ao interessado, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso esses não sejam providos;

9.3.2. fazer cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, o pagamento decorrente do ato considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.3.3. encaminhar ao Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência da decisão, documento apto a comprovar que o interessado teve conhecimento do acórdão;

9.4. determinar à Sefip que adote medidas para:

9.4.1. esclarecer a unidade jurisdicionada que poderá ser editado novo ato de aposentadoria em favor do interessado desde que escoimado da irregularidade verificada nos presentes autos, a ser submetido a novo julgamento pelo Tribunal;

9.4.2. monitorar o cumprimento do item 9.3 da presente deliberação, representando ao Tribunal em caso de não-atendimento.

10. Ata n° 33/2016 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/9/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5900-33/16-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (na Presidência), Benjamin Zymler (Relator) e Bruno Dantas.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 5901/2016 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 024.929/2010-7.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria (monitoramento)

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Ailson Adolfo das Chagas (341.920.509-00).

3.2. Responsável: Rita de Cássia Knabben (298.612.689-87).

4. Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Representação legal: Guilherme Belém Querne (OAB/SC 12.605) e outros, representando Ailson Adolfo das Chagas.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria deferida pela Universidade Federal de Santa Catarina, objeto, anteriormente, do Acórdão 216/2012-2ª Câmara,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fulcro nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 262 do Regimento Interno, e diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. aplicar à Sra. Rita de Cássia Knabben, em face do descumprimento das determinações insertas nos subitens 9.3.1 e 9.3.3 do Acórdão 216/2012-2ª Câmara, a multa prevista no art. 58, inciso IV, da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais);

9.2. fixar o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que a responsável comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente a partir do dia seguinte ao término do prazo ora estabelecido, até a data do efetivo recolhimento;

9.3. determinar à Universidade Federal de Santa Catarina que, em consonância com as disposições do Acórdão 216/2012-2ª Câmara e sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa:

9.3.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da ciência desta deliberação, o pagamento destacado da parcela alusiva à diferença de 3,17% (URV - Lei 8.880/1994) ao ex-servidor Ailson Adolfo das Chagas, haja vista já integrada aos proventos ordinários do interessado por força das subsequentes reestruturações de carreira, tratando-se, pois, de execução em excesso do respectivo provimento judicial;

9.3.2. quantifique, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da ciência desta deliberação, os valores pagos ao Sr. Ailson Adolfo das Chagas, a título de diferença de 3,17%, desde sua notificação do Acórdão 216/2012-2ª Câmara, ocorrida em março de 2012, e promova, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.112/1990, a correspondente reposição ao erário;

9.3.3. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da ciência desta deliberação, o pagamento destacado da parcela alusiva a "horas extras" ao inativo Ailson Adolfo das Chagas, haja vista já integrada aos proventos ordinários do interessado por força das subsequentes reestruturações de carreira, bem como a inexistência de decisão judicial que assegure seu pagamento contemporâneo;

9.3.4. emita e cadastre no sistema Sisac, no prazo de 30 (trinta) dias, na hipótese de o Sr. Ailson Adolfo das Chagas permanecer aposentado, novo ato de concessão, livre das falhas apontadas no Acórdão 216/2012-2ª Câmara;

9.3.5. promova, caso não comprovado o tempestivo recolhimento, o desconto integral ou parcelado da multa estipulada no subitem 9.1 deste Acórdão sobre os vencimentos da responsável, observados os limites previstos na legislação pertinente, nos termos do art. 28, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 219, inciso I, do Regimento Interno do TCU;

9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, a cobrança judicial da multa referida no subitem 9.1, caso não recolhida tempestivamente pela responsável e inviabilizado o desconto em folha da dívida;

9.5. determinar à Sefip que monitore o cumprimento das determinações acima.

10. Ata n° 33/2016 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/9/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5901-33/16-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (na Presidência), Benjamin Zymler (Relator) e Bruno Dantas.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 5902/2016 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 027.977/2011-0.

1.1. Apensos: 022.718/2015-0; 008.794/2011-1

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de Reconsideração (Prestação de Contas)

3. Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Responsáveis: Benedito José Ferreira de Paula (381.770.804-15); Fabio José Mendes Marinho (440.325.444-68); Fernando Henrique Maia Lundgren (055.527.084-07); Heth César Bismarck Athayde Barbosa de Oliveira (185.325.274-34); Welisson Silva de Miranda (347.051.554-91); De Paula Engenharia e Comércio Ltda. (05.484.528/0001-05)

3.2. Recorrentes: De Paula Engenharia e Comércio Ltda. (05.484.528/0001-05); Benedito José Ferreira de Paula (381.770.804-15); Heth César Bismarck Athayde Barbosa de Oliveira (185.325.274-34).

4. Órgão: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado de Alagoas.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo no Estado de Alagoas (SECEX-AL).

8. Representação legal:

8.1. Antônio Mendes Patriota, OAB/DF 10.309, e Marcelo Souza Mendes Patriota, OAB/DF 16.461, representando de Paula Engenharia e Comércio Ltda.;

8.2. Heth César Bismarck Athayde Barbosa de Oliveira, OAB/AL 2.673, representando Heth César Bismarck Athayde Barbosa de Oliveira;

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recursos de reconsideração interpostos por Heth César Bismarck Athayde Barbosa de Oliveira, por Benedito José Ferreira de Paula e pela empresa De Paula Engenharia e Comércio Ltda. em desfavor do Acórdão 3630/2015-1ª Câmara,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer os recursos interpostos por Heth César Bismarck Athayde Barbosa de Oliveira, por Benedito José Ferreira de Paula e pela empresa De Paula Engenharia e Comércio Ltda. para, no mérito, negar a eles provimento;

9.2. autorizar, caso solicitado, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno do TCU, o parcelamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, fixando-se o vencimento da primeira parcela em quinze dias, a contar do recebimento da notificação, e os demais a cada trinta dias, devendo incidir sobre cada parcela, atualizada monetariamente, os encargos legais devidos, na forma prevista na legislação em vigor;

9.3. alertar os responsáveis de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno deste Tribunal;

9.4. encaminhar cópia desta deliberação, acompanhada do relatório e do voto que a fundamentam, aos recorrentes e à Procuradoria da República no Estado de Alagoas.

10. Ata n° 33/2016 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/9/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5902-33/16-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (na Presidência), Benjamin Zymler (Relator) e Bruno Dantas.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 5903/2016 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 031.334/2011-3.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessados: Ilda do Carmo Martins (220.620.179-87); Ilda do Carmo Martins (220.620.179-87).

4. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - CHAPECÓ/SC - INSS/MPS.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de atos inicial e de alteração de aposentadoria emitidos no âmbito da Gerência Executiva do INSS - CHAPECÓ/SC - INSS/MPS em favor de Ilda do Carmo Martins,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal, arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei nº 8.443/92 e art. 262, § 2º, do Regimento Interno, em:

9.1. considerar ilegais os atos de concessão de aposentadoria e de alteração de fundamento legal relativos à servidora Ilda do Carmo Martins (220.620.179-87) e a eles negar registro;

9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos de boa-fé, nos termos do Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência desta Corte;

9.3. determinar à Gerência Executiva do INSS - CHAPECÓ/SC - INSS/MPS que adote as seguintes providências:

9.3.1. dê ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, do inteiro teor desta deliberação à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso esses não sejam providos;

9.3.2. encaminhe ao Tribunal, no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência da decisão, documento apto a comprovar que a interessada teve conhecimento do presente acórdão;

9.3.3. oriente a interessada que poderá optar entre retornar à atividade, recolher de forma indenizada a contribuição relativa ao tempo rural ou aposentar-se com proventos proporcionais ao tempo de serviço;

9.3.4. acompanhe o andamento da Ação Ordinária Coletiva nº 2006.72.00.010155-0 em trâmite no Tribunal Regional Federal da 4ª Região, procedendo-se à cessação do pagamento dos proventos considerados ilegais e à consequente reposição ao erário dos valores percebidos por força de decisão judicial, caso esta venha a ser posteriormente reformada, nos termos do § 3º do artigo 46 da Lei nº 8.112/1990;

9.4. determinar à SEFIP que, nos termos da Questão de Ordem aprovada pelo Plenário do TCU em 8/6/2011, encaminhe ao Departamento de Assuntos Extrajudiciais da AGU, bem como à Conjur/TCU, as informações necessárias ao acompanhamento da Ação Ordinária Coletiva nº 2006.72.00.010155-0, em trâmite no Tribunal Regional Federal da 4ª Região, a fim de que sejam adotadas as providências judiciais cabíveis no sentido da cassação da decisão que está inviabilizando o cumprimento do acórdão proferido por este Tribunal, notadamente em virtude do seu descompasso com a jurisprudência do STF e do STJ sobre a matéria;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

9.5. dar ciência desta deliberação à interessada e ao órgão jurisdicionado.

10. Ata n° 33/2016 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/9/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5903-33/16-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (na Presidência), Benjamin Zymler (Relator) e Bruno Dantas.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 5904/2016 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 031.809/2014-6.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I Embargos de declaração(Tomada de Contas Especial)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Responsáveis: Francisco Pereira de Sousa Filho (852.923.038-87); Luís Antônio Paulino (857.096.468-49); Nassim Gabriel Mehedff (007.243.786-34); Sindicato dos Trabalhadores Nas Indústrias de Panificação, Confeitaria e Afins/sp (62.875.687/0001-66); Walter Barelli (008.056.888-20)

3.2. Recorrentes: Francisco Pereira de Sousa Filho (852.923.038-87); Sindicato dos Trabalhadores Nas Indústrias de Panificação, Confeitaria e Afins/sp (62.875.687/0001-66).

4. Órgão/Entidade: Entidades e Órgãos do Governo do Estado de São Paulo.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler

5.1. Relator da deliberacao recorrida: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (SECEX-SP).

8. Representação legal :

8.1. Ronaldo de Almeida (236199/OAB-SP), representando Sindicato dos Trabalhadores Nas Indústrias de Panificação, Confeitaria e Afins/sp e Francisco Pereira de Sousa Filho.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração contra o Acórdão nº 3506/2016-Primeira Câmara,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer dos presentes Embargos de Declaração, uma vez que foram preenchidos os requisitos específicos de admissibilidade previstos pelos artigos 32 e 34 da Lei nº 8.443/1992, para, no mérito, rejeitá-los, mantendo em seus exatos termos o Acórdão embargado; e

9.2. dar ciência desta deliberação aos interessados, encaminhando-lhes cópias deste acórdão, bem como do relatório e VOTO que o fundamentam.

10. Ata n° 33/2016 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/9/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5904-33/16-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (na Presidência), Benjamin Zymler (Relator) e Bruno Dantas.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 5905/2016 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 032.112/2014-9.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria

3. Interessado: Enival Leite de Morais (121.679.911-34).

4. Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Goiás.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria deferida pelo Núcleo Estadual do Ministério da Saúde em Goiás,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, em:

9.1. considerar ilegal o ato de aposentadoria de Enival Leite de Morais, recusando seu registro;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas, em boa-fé, pelo interessado, consoante o Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;

9.3. determinar ao Núcleo Estadual do Ministério da Saúde em Goiás que:

9.3.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, os pagamentos decorrentes do ato impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, consoante disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte;

9.3.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação a Enival Leite de Morais, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não o exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;

9.3.3. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que Enival Leite de Morais teve ciência desta deliberação;

9.4. determinar à Sefip que monitore o cumprimento das medidas acima.

10. Ata n° 33/2016 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/9/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5905-33/16-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (na Presidência), Benjamin Zymler (Relator) e Bruno Dantas.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 5906/2016 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 046.002/2012-0.

2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado do Maranhão (06.994.560/0001-95)

3.2. Responsáveis: Adalva Alves Monteiro (023.009.664-68); Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado do Maranhão (06.994.560/0001-95).

4. Órgão/Entidade: não há.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Maranhão (SECEX-MA).

8. Representação legal : não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), em razão da não-comprovação da regular aplicação dos recursos públicos federais transferidos à Organização das Cooperativas do Estado do Maranhão - Ocema mediante o Convênio 051/2000,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c", e § 2º da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, e com arts. 1º, inciso I, 209, inciso III, e § 5º, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno/TCU, julgar irregulares as contas da Sra. Adalva Alves Monteiro (CPF 023.009.664-68), na condição de ex-presidente do Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado do Maranhão (Ocema), e do Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado do Maranhão (Ocema) (CNPJ 06.994.560/0001-95), e condená-los, solidariamente, ao pagamento da quantia a seguir especificada, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir da data discriminada, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

Valor original (R$) Data da ocorrência

196.382,00 17/11/2000

9.2. autorizar o parcelamento da dívida em até 36 (trinta e seis) parcelas, mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, caso venha a ser requerido pelos responsáveis antes do envio do processo para cobrança judicial, fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovarem perante o Tribunal o recolhimento da primeira parcela, e de 30 (trinta) dias, a contar da parcela anterior, para comprovarem o recolhimento das demais parcelas, devendo incidir sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros de mora devidos, na forma prevista na legislação em vigor, alertando-se os referidos responsáveis de que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor;

9.3. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.4. autorizar o desconto da dívida na remuneração da Sra. Adalva Alves Monteiro (CPF 023.009.664-68), servidora do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), observado o disposto no art. 46 da Lei 8.112, de 11/12/1990;

9.5. encaminhar cópia desta deliberação, bem como do relatório e do voto que a fundamentam, ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado do Maranhão, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 209, § 7º, do Regimento Interno/TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis.

10. Ata n° 33/2016 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/9/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5906-33/16-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (na Presidência), Benjamin Zymler (Relator) e Bruno Dantas.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ENCERRAMENTO

Às 15 horas e 34 minutos, a Presidência encerrou a sessão, da qual foi lavrada esta ata, a ser aprovada pelo Presidente e homologada pela Primeira Câmara.

PAULO MORUM XAVIER

Subsecretário da Primeira Câmara

Aprovada em 14 de setembro de 2016.

BENJAMIN ZYMLER

Presidente

2ª CÂMARA

ATA Nº 33, DE 13 DE SETEMBRO DE 2016

(Sessão Ordinária da Segunda Câmara)

Presidente: Ministro Raimundo Carreiro

Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

Secretária da Sessão: AUFC Elenir Teodoro Gonçalves dos Santos

Às 16 horas, o Presidente declarou aberta a sessão ordinária da Segunda Câmara, com a presença dos Ministros Augusto Nardes, Ana Arraes e Vital do Rêgo, dos Ministros-Substitutos Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho e da Representante do Ministério Público Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

HOMOLOGAÇÃO DE ATA

A Segunda Câmara homologou a Ata n.º 32 referente à Sessão Ordinária realizada em 06 de agosto de 2016.

PUBLICAÇÃO DA ATA NA INTERNET

Os anexos das atas, de acordo com a Resolução nº 184/2005, estão publicados na página do Tribunal de Contas da União na Internet.

PROCESSOS EXCLUÍDOS DE PAUTA

Foram excluídos de Pauta, nos termos do artigo 142 do Regimento Interno, os seguintes processos:

TC-003.293/2014-9, TC-006.880/2014-2, TC-022.926/2010-0 e TC-036.754/2011-0, cujo relator é o Ministro Augusto Nardes;

TC-025.044/2016-8, cuja relatora é a Ministra Ana Arraes; e

TC-007.630/2014-0 e TC-010.799/2016-8, cujo relator é o Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

SUSTENTAÇÕES ORAIS

Na apreciação do processo nº TC-012.696/2016-1, cujo relator é o Ministro Vital do Rêgo, o Dr. José Pedro de Camargo Rodrigues de Souza, apresentou sustentação oral em seu próprio nome.

Na apreciação do processo nº TC-017.375/2012-6, cujo relator é o Ministro Vital do Rêgo, a Dra. Cristiana Muraro de Lima, apresentou sustentação oral em nome de Iran Ataíde de Lima.

Na apreciação do processo nº TC-024.550/2010-8, cujo relator é o Ministro Vital do Rêgo, o Dr. José Tôrres das Neves, apresentou sustentação oral em nome de Simei Vieira Ricão.

PEDIDO DE VISTA

Com base no artigo 112 do Regimento Interno, foi adiada a discussão do processo nº TC-020.165/2010-2, cujo relator é o Ministro Vital do Rêgo, em função de pedido de vista formulado pelo Ministro Raimundo Carreiro.

I

PROCESSOS APRECIADOS POR RELAÇÃO

A Segunda Câmara aprovou as relações de processos a seguir transcritas e proferiu os Acórdãos de nºs 10015 a 10392.

RELAÇÃO Nº 23/2016 - 2ª Câmara

Relator - Ministro AUGUSTO NARDES

ACÓRDÃO Nº 10015/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso I; 17 e 23, inciso I; da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso I, alínea "a"; 207 e 214, inciso I; do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução n. 155/2002, em julgar regulares as contas dos Srs. Alex Mendes da Costa (CPF 850.042.861-91), Cláudio Roberto do Nascimento (CPF 215.919.542-15), Eden Carlos Barros de Miranda (CPF 599.011.282-34) e Mário José Costa da Silva (CPF 644.588.142-49), bem assim das Sras. Deise Verônica Damasceno Maciel (CPF 494.098.244-00) e Maria de Nazaré Frota Lopes (CPF 188.745.252-49), dando-lhes quitação plena, conforme proposta da unidade técnica, ratificada pelo representante do Ministério Público junto a este Tribunal.

1. Processo TC-029.902/2015-0 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2014)

1.1. Responsáveis: Alex Mendes da Costa (850.042.861-91); Cláudio Roberto do Nascimento (215.919.542-15); Deise Verônica Damasceno Maciel (494.098.244-00); Eden Carlos Barros de Miranda (599.011.282-34); Maria de Nazare Frota Lopes (188.745.252-49); Mário José Costa da Silva (644.588.142-49)

1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde No Estado do Acre

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Acre (SECEX-AC).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. Dar ciência desta deliberação e da instrução da unidade técnica (peça 8), à Secretaria de Controle Externo da Saúde (SecexSaúde), para que, tendo em conta as considerações expendidas no exame técnico, acerca da insuficiência (quantitativa e qualitativa) da força de trabalho lotada na Divisão de Convênios (Dicon) do Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Acre (NE/MS/AC), adote as providências que entender necessárias);

1.7.2. Dar ciência desta deliberação ao Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Acre (NE/MS/AC);

1.7.3. Encerrar o presente processo, com fundamento no art. 169, inciso V, do RI/TCU.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ACÓRDÃO Nº 10016/2016 - TCU - 2ª Câmara

Tratam os autos de recurso de reconsideração interposto pelo Sr. José Juscelino dos Santos Rezende contra o Acórdão 1.417/2014-2ª Câmara, que julgou irregulares suas contas, condenou-o em débito e aplicou-lhe multa em face de irregularidades na aplicação de recursos do Sistema Único de Saúde (SUS) transferidos nos exercícios de 2004 e 2005 ao Município de Vitorino Freire, Estado do Maranhão, para aplicação nos Programas Saúde da Família e Agentes Comunitários de Saúde.

Considerando que, ao apreciar o mérito do feito em epígrafe, este Tribunal, por intermédio do Acórdão 959/2015-TCU-2ª Câmara (peças 62, 63 e 64), deliberou por conhecer do recurso de reconsideração e, no mérito, negar-lhe provimento;

Considerando o posicionamento da Secretaria de Controle Externo no Estado do Maranhão, em uníssono (peças 76 e 77), no sentido de que, nos termos da Súmula TCU 145, se promova o apostilamento do acórdão retromencionado, com vistas à retificação do erro material identificado;

Considerando o aspecto de o Ministério Público junto a esta Casa, neste ato representado pelo Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé, haver-se manifestado favoravelmente ao encaminhamento alvitrado pela unidade técnica (peça 78);

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, em por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155/2002; 38 e Anexo VI da Resolução nº 164/2003, c/c o Enunciado n. 145 da Súmula de Jurisprudência predominante no Tribunal, em retificar por inexatidão material o Acórdão 959/2015-TCU-2ª Câmara, relativamente ao seu item 9, onde se lê: "Sr. Carlos Antônio Sampaio dos Reis", leia-se: "Sr. José Juscelino dos Santos Rezende", mantendo-se inalterados os demais termos do acórdão ora retificado.

1. Processo TC-010.060/2013-8 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Alcione Maria Dourado Ferreira (476.608.993-68); Jose Juscelino dos Santos Rezende (094.901.593-87); João Gomes dos Santos Filho (271.684.843-20)

1.2. Recorrente: Jose Juscelino dos Santos Rezende (094.901.593-87)

1.3. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Vitorino Freire - MA

1.4. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.6. Relatora da deliberacao recorrida: Ministra Ana Arraes

1.7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo no Estado do Maranhão (SECEX-MA).

1.8. Representação legal: Soliman Nascimento Pereira (7795/OAB-MA), representando João Gomes dos Santos Filho; Francisco de Assis Souza Coelho Filho (3810/OAB-MA) e outros, representando Jose Juscelino dos Santos Rezende; Antonio Augusto Sousa (4847/OAB-MA) e outros, representando Alcione Maria Dourado Ferreira.

1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 34/2016 - 2ª Câmara

Relator - Ministro RAIMUNDO CARREIRO

ACÓRDÃO Nº 10017/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal.

1. Processo TC-024.068/2016-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Carlos Augusto Ayres de Freitas Britto (003.722.005-59)

1.2. Órgão/Entidade: Supremo Tribunal Federal

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 10018/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III e 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão abaixo relacionados, fazendo-se a seguinte determinação sugerida nos pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal.

1. Processo TC-034.371/2015-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Alvaro Giron Limonta (056.222.478-53); Arnaldo Moço (759.689.678-20); Eliana de Melo (022.224.388-02); Enary Regina Cury Negrão Costa (056.503.628-90); Jose Dimas de Paulo (737.817.708-34); Lucimar Donizetti Gomes (024.591.828-05); Maria Teresinha Martinatti (016.103.328-81); Maria do Socorro Costa Gomes (125.989.682-04); Osvaldo Leo Ujikawa (286.601.048-54); Rita de Cassia Alves Barbosa (030.617.298-44)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda No Estado de São Paulo

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão que, no prazo de trinta dias, providencie as alterações necessárias para que o sistema Siape contemple proporcionalidade de proventos de aposentadoria inferiores a 1/3, tendo em vista a revogação do art. 191 da Lei 8.112/1990 pela Emenda Constitucional 20/1998, conforme entendimento deste Tribunal manifesto no Acórdão 7.323/2014-TCU-1ª Câmara;

1.8. Determinar à Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de São Paulo que, no prazo de quinze dias após as correções promovidas pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão no sistema Siape, providencie a reposição ao erário dos valores de proventos recebidos a maior pelo inativo Osvaldo Leo Ujikawa (CPF 286.601.048-54), nos termos do art. 46 da Lei 8.112/1990.

ACÓRDÃO Nº 10019/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II e 143, inciso II; e 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão abaixo relacionados, fazendo-se a seguinte determinação sugerida nos pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal.

1. Processo TC-022.223/2016-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Amilton Ferreira Fonseca Junior (716.900.771-15); Cristiano Marcilio da Silva (014.859.441-71); Herickson Carneiro Ribeiro (027.061.864-37); William Eustaquio de Souza (637.616.706-30)

1.2. Órgão/Entidade: Cobra Tecnologia S.a.

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à Sefip que proceda a alteração no SISAC do campo Data de Validade do Concurso em todos os Formulários de Admissão, passando a constar 19/05/2015.

ACÓRDÃO Nº 10020/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal.

1. Processo TC-022.661/2016-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Agatha Padovani (365.094.338-77); Amauri Nunes de Souza (033.364.705-01); Antenor da Silva Pinto (050.255.339-10); Bruna Louise Takaki (065.350.149-83); Bruno Romario Ferreira Bitu (054.026.683-37); Caique de Souza Furuno (344.367.328-78); Claudio Akira Matsubara (975.840.291-91); Diego da Silva Sousa (094.662.624-32); Edson Aparecido Gatto (086.850.738-55); Fernando Henrique Mulato (359.959.508-94)

1.2. Órgão/Entidade: Banco do Brasil S.a.

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 10021/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal.

1. Processo TC-022.663/2016-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Jose Filho da Silva (046.231.804-41); Kaique Rogers Aguilar Santos (095.769.826-77); Lazaro Nunes Sena (057.812.375-42); Leandro Janasco Rodrigues (396.102.068-08); Leonardo Luiz dos Santos Soares (052.717.396-78); Marcos de Souza Martins Filho (103.069.037-50); Maria Gilvanizia Alves Fernandes (010.289.724-74); Marillia de Macedo Porta (354.603.298-50); Natasha Bruna Kolb (046.645.169-59); Potagoras Millas Santos de Oliveira (361.583.148-97)

1.2. Órgão/Entidade: Banco do Brasil S.a.

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 10022/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal.

1. Processo TC-022.665/2016-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Adao Rodrigues dos Santos Junior (029.547.955-81); Adriano Pacheco Marins (131.962.747-13); Armando Carlos Weber (278.882.018-65); Carine de Alcantara Santos (025.186.361-10); Carolina Machado Brasil (004.143.883-30); Diego Jose Ferreira de Medeiros (098.796.977-31); Fernando Antonio de Paiva Junior (443.926.304-63); George Rodrigues Neves (018.283.385-24); Guilherme Lemos Sampaio Xavier (073.955.726-29); Jonatas Rodrigues da Costa (041.261.874-56)

1.2. Órgão/Entidade: Banco Central do Brasil

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 10023/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal.

1. Processo TC-022.667/2016-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Rodrigo Leitao Punaro Baratta (117.707.827-96); Virginia Martins Marques (013.022.526-66)

1.2. Órgão/Entidade: Banco Central do Brasil

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 10024/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal.

1. Processo TC-022.683/2016-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Danillo Martins Fernandes (073.465.389-19); Denise de Almeida Silva (383.708.778-69); Egberto Lima Siqueira (018.803.185-55); Elvis Cleber da Silva Santos (312.968.818-81); Emilly de Carvalho Gomes (900.787.563-91); Guilherme Mendonca Tesoni (336.076.258-40); Joao Carlos de Araujo Oliveira (122.625.967-78); Juliana Aparecida Pless (035.554.899-25); Juliana Linhares Dutra (012.627.143-70); Leonan da Silva Ribeiro (140.057.707-11)

1.2. Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 10025/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal.

1. Processo TC-022.684/2016-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Luciana Nunes de Souza (020.532.421-59); Luciano Alef dos Anjos Oliveira (045.375.531-38); Marcus Rafael Carvalho de Oliveira (017.631.963-80); Maria Rosely Ramos dos Santos (728.912.382-49); Maximiliano Bezerra (891.736.511-68); Patricia de Fatima de Melo Napar (007.733.230-07); Paula Teixeira Dias (042.732.384-38); Rafael Aparecido Orlandi (084.067.049-42); Roberio Felix Rodrigues (046.907.764-66); Tiago Gomes Albuquerque de Araujo (012.044.221-33)

1.2. Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 10026/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal.

1. Processo TC-022.685/2016-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Valdecir de Lima Carli (041.021.489-22); Wagner Moura dos Santos (093.305.154-95); Wagner Pereira da Silva (364.110.398-36)

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1.2. Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 10027/2016 - TCU - 2ª Câmara

VISTOS, relacionados e discutidos estes autos de Admissão, de servidores do Banco do Brasil S.A., encaminhados a este Tribunal sob o manto da IN TCU nº 55, de 2007.

Considerando que após análise eletrônica feita pela Sefip foram identificadas as inconsistências de informações detalhadas no relatório da unidade técnica;

Considerando que esse tipo de falha impossibilita a apreciação da legalidade desses atos por essa Corte, posto que não há esclarecimento do gestor de pessoal que venha justificar os erros apontados;

Considerando que o parecer do órgão de Controle Interno pela legalidade pressupõe que os documentos constantes do processo físico não corroboram os dados cadastrados no Sisac, indicando que as inconsistências detectadas nos atos em apreciação podem decorrer de falha no preenchimento das informações constantes do sistema Sisac;

Considerando o parecer do Ministério Público junto a este Tribunal;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, diante das razões expostas pelo Relator, com fulcro nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os 1º, inciso VIII; 17, II; 62, III; 137, IV; 143, II e 260, do RI/TCU, e no 3º, §§ 6º e 7º, da Resolução TCU nº 206/2007, alterada pela Resolução 237/2010, em:

a) considerar prejudicados por inépcia os atos constantes deste processo, pela impossibilidade de formulação de juizo sobre sua legalidade, seja pela existência de inconsistência entre informações prestadas;

b) determinar ao Órgão de Pessoal do BB que cadastre novos atos no sistema Sisac, no prazo máximo de 15 (quinze) dias a contar da notificação, e encaminhe-os via Controle Interno, corrigindo as falhas apontadas por esse Tribunal ou preenchendo o campo de "Esclarecimentos do Gestor de Pessoal", detalhando a situação concreta, caso as falhas aqui apontadas sejam confirmadas pelo gestor de pessoal;

c) orientar ao Órgão de Pessoal do Banco do Brasil S.A. no sentido de que o encaminhamento de atos Sisac a este Tribunal com omissões e inconsistências injustificadas pode ensejar a aplicação de multa ao responsável, nos termos do inciso II, art. 58, da Lei nº 8443, de 1992; e

d) encaminhar cópia do presente Acórdão e da instrução da unidade técnica ao Órgão de Pessoal do Banco do Brasil S.A.

1. Processo TC-024.886/2016-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Adilson de Assis Rocha (024.697.857-07); Alessandra Cristiane Schiefelbein (158.198.090-68)

1.2. Órgão/Entidade: Banco do Brasil S.A.

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 10028/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso I; 17 e 23, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso I; 17, inciso I; 143, inciso I; e 207 do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em julgar as contas a seguir relacionadas regulares e dar quitação plena aos responsáveis e mandar fazer a seguinte recomendação sugerida nos pareceres emitidos nos autos pela Secretaria e pelo Ministério Público junto a este Tribunal.

1. Processo TC-027.150/2015-1 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2014)

1.1. Responsáveis: Blal Yassine Dalloul (257.925.121-91); Ela Wiecko Volkmer de Castilho (257.507.209-34); Rodrigo Janot Monteiro de Barros (265.478.726-53); Wilson Rocha de Almeida Neto (922.052.165-20)

1.2. Órgão/Entidade: Conselho Nacional do Ministério Público

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado (SecexAdmin).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Julgar regulares, dando-lhes quitação plena; com fundamento nos arts. 1º, inc. I, 16, inc. I, 17 e 23, inc. I, da Lei 8.443/92, c/c os arts. 1º, inc. I, 207 e 214, inc. I, do Regimento Interno do TCU (RI/TCU), as contas de Rodrigo Janot Monteiro de Barros (CPF 265.478.726-53), Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público; Ela Wiecko Volkmer de Castilho (CPF 257.507.209-34), Presidente Substituta; Blal Yassine Dalloul (CPF 257.925.121-91), Secretário-Geral; e Wilson Rocha de Almeida Neto (CPF 922.052.165-20), Secretário-Geral Adjunto;

1.8. Recomendar ao Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), com fundamento no art. 250, inc. III, do Regimento Interno do TCU (RI/TCU), que:

1.8.1. adote as medidas necessárias visando alocar a Setorial Contábil em estrutura administrativa independente da atividade de auditoria, tendo em vista o princípio de segregação de função, apontado no item 11 do Relatório de Auditoria de Gestão, exercício de 2014;

1.8.2. implemente condições a fim de que o Comitê de Governança Corporativa e da Estratégia (CGCE) passe a gerenciar os riscos corporativos, tendo em vista os registros efetuados no item 11 do Relatório de Auditoria de Gestão, exercício de 2014;

1.8.3. adote as medidas pertinentes com vistas a realizar os registros de amortização no Sistema de Administração Financeira (Siafi), definido sistemática e método de cálculo, conforme apontado pelo Relatório de Auditoria de Gestão, exercício de 2014.

1.9. Arquivar os autos, após as comunicações e demais ações processuais, nos termos do art. 169, inc. V, do Regimento Interno do TCU.

ACÓRDÃO Nº 10029/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, incisos I e II; 17, 18 e 23, incisos I e II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso I; 17, inciso I; 143, inciso I; 207, 208 e 214, incisos I e II do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em julgar as contas abaixo relacionadas regulares e regulares com ressalva, dar quitação aos responsáveis e fazer as recomendações a seguir, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Secretaria e pelo Ministério Público junto a este Tribunal.

1. Processo TC-028.002/2013-0 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2012)

1.1. Responsáveis: Bruno de Lima e Silva (718.054.271-72); Fabiana Lima dos Santos (916.197.423-49); Francisco José Gonçalves Gomes Dinali (007.297.126-64); Guilherme Teixeira Neri (763.740.172-34); Joaquim Santana Braga (284.702.902-82); Josenias Bezerra de Souza (234.398.232-53); João Ruiz Dias (050.802.071-91); Meyrelles Mopimip Suruí (598.693.802-04); Michael Mesquita de Lamarca Lacerda Cardoso (937.895.642-49); Noel Carlos da Silva Sobrinho (389.282.132-15); Patanga Suruí (561.966.602-68); Paulo Mopira Kabur Suruí (221.456.212-53); Paulo Sergio Tobias do Espirito Santo (142.752.522-68); Plínio de Oliveira (300.212.789-20); Renildo Carneiro Santos (656.592.363-91); Ronivaldo Pinheiro da Silva (772.074.322-91); Urariwe Suruí (749.895.612-87); Vanderlei José Castellani (711.988.652-53); Wagner João Perez (034.452.488-42); Ângela Maria Silva Santos (069.664.148-83)

1.2. Órgão/Entidade: Coordenação Regional da Funai de Cacoal

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Rondônia (SECEX-RO).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. excluir do rol de responsáveis encaminhado pela Coordenação Regional da Funai de Cacoal os Srs. Plínio de Oliveira (CPF 300.212.789-20), Ângela Maria Silva Santos (CPF 069.664.148-83), Guilherme Teixeira Neri (CPF 763.740.172-34), Paulo Sérgio Tobias do Espírito Santo (CPF 142.752.522-68), Renildo Carneiro Santos (CPF 656.592.363-91), Joaquim Santana Braga (CPF 284.702.902-82), Noel Carlos da Silva Sobrinho (CPF 389.282.132-15), Vanderlei José Castellani (CPF 711.988.652-53), Michael Mesquita de Lacerda Lamarca Cardoso (CPF 937.895.642-49), Meyrelles Mopimip Suruí (CPF 598.693.802-04), Josenias Bezerra de Souza (CPF 234.398.232-53), Ronivaldo Pinheiro da Silva (CPF 772.074.322-91), Paulo Mopira Kabur Suruí (CPF 221.456.212-53), Wagner João Perez (CPF 034.452.488-42), Patanga Suruí (CPF 561.966.602-68) e João Ruiz Dias (CPF 050.802.071-91), com fundamento no artigo 10 da Instrução Normativa-TCU 63/2010;

1.8. julgar regulares as contas dos Srs. Bruno de Lima e Silva (CPF 718.054.271-72), Fabiana Lima dos Santos (CPF 916.197.423-49) e Francisco José Gonçalves Gomes Dinali (CPF 007.297.126-64), dando- lhes quitação plena, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 1º, inciso I, 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno;

1.9. julgar regulares com ressalva em face das falhas adiante apontadas as contas do responsável a seguir, dando- lhe quitação, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno:

1.9.1. Urariwe Suruí (CPF 749.895.612-87), Coordenador Regional da Funai de Cacoal/RO: Ausência de plano de trabalho anual que contemple metas físicas para a unidade (peça 9, item IV - Avaliação dos resultados quantitativos e qualitativos da gestão); Ausência de controles internos administrativos, com foco nos elementos Ambiente de Controle, Avaliação de Risco, Atividades de Controle, Informação e Comunicação e Monitoramento (peça 9, item VI - Avaliação da estrutura de governança e de controle internos); Descumprimento da legislação quanto ao número mínimo de convites de empresas para participarem de licitação e não repetição do certame licitatório devido à ausência de três propostas válidas (peça 9, item VIII - Avaliação da regularidade dos processos licitatórios e dos contratos e Peça 5, Item 1.1.1.1 do Relatório de Auditoria de Gestão); Ausência de planilhas que expressem a composição de custos unitários da obra e também composição e percentual de Benefícios e Despesas Indiretas - BDI (peça 9, item VIII - Avaliação da regularidade dos processos licitatórios e dos contratos e Peça 5, Item 1.1.1.2 do Relatório de Auditoria de Gestão); e Contratação direta de empresa prestadora de serviço de telefonia fixa, via dispensa de licitação, por valores que ultrapassaram o limite previsto no inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993 (peça 9, item VIII - Avaliação da regularidade dos processos licitatórios e dos contratos e peça 5, Item 5.2.1.2);

1.10. recomendar à Coordenação Regional da Funai de Cacoal, com fundamento no art. 250, inciso III, do Regimento Interno do TCU, que avalie a conveniência e a oportunidade de adotar os seguintes procedimentos:

1.10.1. implemente plano de trabalho anual que contemple metas físicas a serem executadas e monitore o cumprimento das metas estabelecidas, com vistas ao aperfeiçoamento do planejamento estratégico e operacional da unidade;

1.10.2. promova a adoção dos indicadores desenvolvidos ou a serem desenvolvidos pela unidade central da Fundação Nacional do Índio, com vistas à obtenção de índices que expressem o desempenho da unidade;

1.10.3. implemente controles internos administrativos, com foco nos elementos Ambiente de Controle, Avaliação de Risco, Atividades de Controle, Informação e Comunicação e Monitoramento, com vistas ao atingimento dos objetivos estratégicos da unidade;

1.10.4. diligencie junto ao órgão de controle interno com vistas à emissão de parecer do controle interno acerca dos servidores contratados no ano de 2012, com vistas à finalização do processo de registro no Sisac;

1.10.5. realize a divulgação e o monitoramento da política de segurança da informação porventura existente, com vistas ao aperfeiçoamento dos servidores acerca dos itens relacionados à segurança da informação;

1.11. dar ciência à Coordenação Regional da Funai de Cacoal sobre as seguintes impropriedades, para que sejam adotadas medidas internas com vistas à prevenção de ocorrência de outras semelhantes:

1.11.1. a inscrição e reinscrição da mesma despesa em restos a pagar não processados, por vários exercícios (desde o exercício de 2008), identificada na despesa para o pagamento de benfeitorias edificadas de boa-fé por ocupantes não indígenas no interior da terra indígena Kwaza do Rio São Pedro, contraria o disposto no § 2º do art. 68 do Decreto 93.872/1986;

1.11.2. a realização de licitação na modalidade Convite sem a comprovada existência de no mínimo três propostas válidas, identificada nos Convites 1/2012 e 2/2012, afronta o disposto no § 3º do art. 22 da Lei 8.666/1993 e na Súmula-TCU 248;

1.11.3. a ausência de planilhas que expressem a composição de custos unitários da obra e composição e percentual de Benefícios e Despesas Indiretas - BDI, identificada no Convite 1/2012, afronta o disposto no inciso II do § 2º do art. 7º da Lei 8.666/1993;

1.11.4. a contratação direta de empresa prestadora de serviço de telefonia fixa, via dispensa de licitação, por valores que ultrapassaram o limite máximo previsto para dispensa, identificada na contratação da empresa OI S.A. e na nota de empenho 2012NE800007, afronta o disposto no inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993;

1.12. encaminhar cópia do presente Acórdão, à Coordenação Regional da Funai de Cacoal.

ACÓRDÃO Nº 10030/2016 - TCU - 2ª Câmara

VISTOS e relacionados este Pedido de Reexame em Monitoramento, interposto pelo Ministério da Saúde, contra o Acórdão 6.6742015 - 2ª Câmara.

Considerando que, originalmente o presente processo trata de Monitoramento instaurado com o objetivo de verificar o cumprimento por parte da Secretaria-Executiva do Ministério da Saúde (SE/MS) dos subitens 9.1.4 e 9.1.5 do Acórdão 1.457/2009-Segunda Câmara, na forma do item 9.4 do Acórdão 3.491/2010-Segunda Câmara, com texto retificado por inexatidão material pelo Acórdão 4.893/2010-Segunda Câmara.

Considerando que, o processo foi apreciado por intermédio do Acórdão 6.674/2015-Segunda Câmara (peça 24), no qual se asseverou considerar descumpridas a determinações monitoradas (item 9.1) e fixar novo prazo para cumprimento do item 9.1 do Acórdão 3.491/2010-Segunda Câmara (item 9.4), in verbis:

9.1. considerar descumpridas as determinações constantes dos subitens 9.1.4 e 9.1.5 do Acórdão nº 1457/2009-TCU-2ª Câmara, e 9.1 do Acórdão nº 3491/2010-TCU-2ª Câmara;

(...)

9.4. fixar novo prazo de 60 (sessenta) dias ao Ministério da Saúde, com fulcro no art. 250, inciso II, do Regimento Interno do TCU, para que apresente o plano de ação requerido no subitem 9.1 do Acórdão nº 3491/2010-TCU-2ª Câmara;

Considerando que, neste momento, o Ministério da Saúde (MS) ingressa com o expediente em exame (peça 39), com o objetivo de impugnar o Acórdão 6.674/2015-Segunda Câmara.

Considerando que, não há que se falar em sucumbência do MS, já que o acórdão impugnado cuida apenas de monitoramento do Acórdão 1.457/2009-Segunda Câmara, no qual não houve rediscussão de questões de mérito nem imposição de novas sucumbências ao Ministério, nos termos do artigo 278, §5º, do Regimento Interno/TCU, a seguir transcrito:

Art. 278. O relator do recurso apreciará sua admissibilidade e fixará os itens do acórdão sobre os quais ele incide, na hipótese e para os fins do § 1º do art. 285, em prazo a ser definido em ato normativo, após exame preliminar da unidade técnica.

§ 5º Não se conhecerá de recurso contra deliberação proferida em sede de monitoramento de acórdão do Tribunal em que não tenham sido rediscutidas questões de mérito, nem imposto nenhum tipo de sanção

Considerando o parecer do Ministério Público junto a este Tribunal;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, por unanimidade, com fundamento no art. 48, da Lei 8.443/92 c/c os arts. 143, IV "b" e 277, II, do RI/TCU; em:

1) não conhecer do pedido de reexame, em face da impossibilidade de interposição de recurso em decisão de monitoramento que não rediscute o mérito do processo e não causa nova sucumbência, nos termos do artigo 278, §5º, do RITCU;

2) encaminhar os autos à unidade técnica de origem, para dar ciência ao peticionário e aos órgãos/entidades interessados do teor do presente Acórdão.

1. Processo TC-027.053/2010-5 PEDIDO DE REEXAME (MONITORAMENTO)

1.1. Responsáveis: Ministério da Saúde (00.530.493/0001-71); Márcia Aparecida do Amaral (007.980.138-26); Márcia Bassit Lameiro da Costa Mazzoli (059.857.811-00)

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL É PROIBIDA A COMERCIALIZAÇÃO

1.2. Requerente: Ministério da Saúde (00.530.493/0001-71)
1.3. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde (vinculador)
1.4. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Mato Grosso (SECEX-MT).
1.7. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 10031/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, que trata de Representação a respeito de possíveis irregularidades ocorridas na Prefeitura Municipal de Canoas, relacionadas a celebração de contratos, entre a P. M. Canoas e a Associação Educacional Primeira Infância Melhor - ASSOCEPIM e Instituto Anjos e Marmanjos - IAM para prestação de serviços continuados de gestão de escolas de educação infantil (peça 1, p. 2).

Considerando que a representação não preenche os requisitos de admissibilidade constantes no art. 235 do Regimento Interno do TCU, no art. 103, § 1º da Resolução - TCU 259/2014 e no art. 10 da Portaria Segecex 12/2016, haja vista que, apesar do autor da Representação ter legitimidade para representar ao TCU, nos termos do inciso I do artigo 237 do Regimento Interno/TCU, da matéria estar redigida em linguagem clara e objetiva, conter nome legível, qualificação e endereço do representante, bem como encontrar-se acompanhada de suficientes indícios concernentes à irregularidade denunciada, a matéria não é de competência deste Tribunal por envolver tão somente recursos de origem municipal.

Considerando a gravidade dos fatos apontados na Representação e os valores envolvidos é necessário dar ciência ao Tribunal de Contas do RS em razão de ser sua competência da fiscalização dos recursos municipais.

ACORDAM, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei nº 8.443/92 c/c os arts. 143, inciso III; e 237, parágrafo único do Regimento Interno/TCU, em:

a) não conhecer da presente representação, por não estarem satisfeitos todos os requisitos de admissibilidade previstos no art. 235 do Regimento Interno deste Tribunal, no art. 103, § 1º, da Resolução - TCU 259/2014 e no art. 10 da Portaria Segecex 12/2016;

b) dar ciência do presente Acórdão, bem como da instrução da UT, ao Tribunal de Contas do RS a fim de que adote as providências que julgar cabíveis;

c) encaminhar, para conhecimento, cópia dos autos e deste Acórdão ao Ministério Público Federal, na pessoa do Procurador da República Pedro Antônio Roso.

1. Processo TC-017.525/2016-0 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Representante: Ministério Público Federal - Procurador da República Pedro Antônio Roso
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Educação - MEC
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio Grande do Sul (SECEX-RS).
1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 10032/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo abaixo relacionado, que trata de Representação a respeito de possíveis irregularidades ocorridas na Prefeitura Municipal de Belém do Brejo do Cruz/PB, relacionadas à execução dos Convênios 663/2005 (Siafi 556480) e 1435/2005 (Siafi 556600), celebrados com a Fundação Nacional de Saúde, respectivamente, para construção Melhorias Sanitários Domiciliares e sistema de abastecimento de água (peças 1-3).

Considerando que, a representação preenche os requisitos de admissibilidade constantes no art. 235 do Regimento Interno do TCU, haja vista a matéria ser de competência do Tribunal, referir-se a responsável sujeito a sua jurisdição, estar redigida em linguagem clara e objetiva, conter nome legível, qualificação e endereço do representante, bem como encontrar-se acompanhada do indício concernente à irregularidade ou ilegalidade.

Considerando que, o Tribunal de Contas do Estado da Paraíba - TCE/PB possui legitimidade para representar ao Tribunal, consoante disposto no inciso IV do art. 237 do RI/TCU.

Considerando que, conforme dispõe o art. 103, § 1º, *in fine*, da Resolução - TCU 259/2014, verifica-se a existência de interesse público no trato das supostas irregularidades, haja vista que existem tomadas de conas especial em curso neste Tribunal envolvendo os citados convênios, de modo que o assunto aqui representado pode servir de subsídio para o exame das referidas contas especiais.

Considerando que, a representação poderia ser apurada, para fins de comprovar a sua procedência, nos termos do art. 234, § 2º, segunda parte, do Regimento Interno do TCU, aplicável às representações de acordo com o parágrafo único do art. 237 do mesmo RI/TCU.

Considerando que, perante a existência de tomadas de contas especiais envolvendo os dois aludidos convênios, com fulcro no art. 37 da Resolução TCU 259/2014, devem os presentes autos ser apensado à Tomada de Contas Especial TC 016.800/2015-0 (Convênio 1435/2005 - Siafi 556600) e juntar cópia deles à Tomada de Contas Especial TC 003.055/2016-7 (Convênio 663/2005 - Siafi 556480), para subsidiar o exame dessas contas especiais e tendo em vista a conexão entre este e aqueles processos.

ACORDAM, com fundamento nos arts. 143, III e 237, do RI/TCU, em:

a) conhecer da presente representação, satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 235 e 237, inciso IV, do Regimento Interno deste Tribunal, c/c o art. 103, § 1º, da Resolução - TCU 259/2014;

b) apensar, com fulcro no art. 37 da Resolução TCU 259/2014, os presentes autos à Tomada de Contas Especial TC 016.800/2015-0 (Convênio 1435/2005 - Siafi 556600) e juntar cópia deles à Tomada de Contas Especial TC 003.055/2016-7 (Convênio 663/2005 - Siafi 556480), para subsidiar o exame dessas contas especiais e tendo em vista a conexão entre este e aqueles processos, antes conhecendo da Representação; e

c) dar ciência deste Acórdão, ao representante.

1. Processo TC-025.184/2015-6 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Representante: Tribunal de Contas do Estado da Paraíba - TCE/PB
1.2. Interessado: Tribunal de Contas do Estado da Paraíba (09.283.110/0001-82)
1.3. Órgão/Entidade: Município de Belém do Brejo do Cruz - PB
1.4. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Paraíba (SECEX-PB).
1.7. Representação legal: não há.

RELAÇÃO Nº 22/2016 - 2ª Câmara
Relatora - Ministra ANA ARRAES

ACÓRDÃO Nº 10033/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e nos termos do artigo 169, inciso V, do Regimento Interno, em arquivar os autos e fazer a determinação constante no item 1.8 abaixo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-004.011/2009-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessados: Maria Ivanilda Paula Sarubbi (CPF 024.648.532-91); Maria Ivanilda Paula Sarubbi (CPF 024.648.532-91).
1.3. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: Eryka Farias de Negri (13372/OAB-DF) e outros, representando Maria Ivanilda Paula Sarubbi.
1.8. determinar ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas que envie ao controle interno, via Sisac, no prazo de 30 (trinta) dias, nos termos do art. 15, § 1º, da IN-TCU 55/2007, sob pena de responsabilidade da autoridade administrativa omissa, o ato 10454802-04-2014-000001-4, de 'alteração' da aposentadoria de Maria Ivanilda Paula Sarubbi (CPF 024.648.532-91), para oportuna apreciação pelo TCU.

ACÓRDÃO Nº 10034/2016 - TCU - 2ª Câmara

Visto o ato de concessão de aposentadoria a Maria Francisca Soares, ex-servidora do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, considerado ilegal pelo acórdão 951/2011-1ª Câmara, mantido pelo acórdão 2.695/2013-1ª Câmara.

Considerando que, no acórdão original, foi alertado à interessada que a interposição de eventuais recursos não a eximiria da devolução dos valores recebidos indevidamente após a notificação da deliberação, caso esses recursos não fossem providos;

considerando que, devidamente comunicado do acórdão 2.695/2013-1ª Câmara, o gestor da entidade informou que efetivou a exclusão da parcela a partir da folha de julho/2013 e comunicou à interessada o montante apurado para devolução ao erário de R$ 12.588,21;

considerando que, ao efetuar o monitoramento da deliberação deste Tribunal, a Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip comprovou a exclusão da parcela dos proventos da interessada, mas não conseguiu verificar a restituição ao erário dos valores percebidos irregularmente pela interessada no período em que tramitava no TCU o recurso por ela interposto;

considerando que, com base nas informações prestadas pelo gestor e naquelas extraídas dos sistemas Siape/A3P e Sisac, entendeu-se que as determinações constantes do acórdão 951/2011-1ª Câmara, mantido pelo acórdão 2.695/2013-1ª Câmara, foram parcialmente cumpridas pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e é necessário formular determinação ao jurisdicionado para promover a restituição já alertada;

ACORDAM, os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, por unanimidade, com fundamento no inciso II do art. 250 do Regimento Interno deste Tribunal, fazer a determinação constante do item 1.8 abaixo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-009.241/2010-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessada: Maria Francisca Soares (CPF 152.473.251-68).
1.3. Unidade: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador-geral Paulo Soares Bugarin.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.
1.7. Representação legal: não há.
1.8. determinar ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação que, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da ciência desta deliberação, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa e mediante prévia instauração de processo administrativo, apure o montante indevidamente recebido a título do percentual de 28,86% desde a data da ciência do acórdão 951/2011-1ª Câmara pela inativa Maria Francisca Soares (CPF 152.473.251-68), promova sua restituição ao erário, nos termos do art. 46 da Lei 8.112/1990, e comprove ao Tribunal de Contas da União as medidas adotadas.

ACÓRDÃO Nº 10035/2016 - TCU - 2ª Câmara

Visto este ato de concessão de aposentadoria a Delia Maria de Melo, ex-servidora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Considerando a concessão, na ficha financeira da interessada, de parcela considerada irregular pelo TCU, relativa a decisão judicial que concedeu o pagamento de horas suplementares (horas extras judicial), nos termos do art. 59 do Decreto-lei 5.452/1943, que aprovou a Consolidação das Leis do Trabalho;

considerando entendimento pacífico do TCU, balizado pela decisão 100/2002-2ª Câmara, de que a incorporação de horas extras à remuneração do servidor que passou de celetista a estatutário encontra óbice intransponível na ausência de previsão legal;

considerando que as exceções seriam os casos em que houve decisão judicial que garantiu a continuidade do pagamento com vistas a garantir a irredutibilidade da remuneração anteriormente recebida pelos novos servidores quando ainda se encontravam sob o regime celetista;

considerando que, nesses casos, a parcela deve ser paga na forma de vantagem pessoal nominalmente identificada (VPNI), a ser gradualmente compensada, até sua completa absorção, pelos reajustes subsequentes de remuneração;

considerando que esse entendimento é corroborado pelo Supremo Tribunal Federal, conforme se constata na ementa do acórdão prolatado no Mandado de Segurança 22.455-DF;

considerando que já não subsiste a situação fática e jurídica que motivou a decisão judicial que determinou o pagamento destacado de horas extras, uma vez que todas as carreiras de servidores públicos já foram reestruturadas por lei posteriormente à edição da Lei 8.112/1990, o que implica novas tabelas remuneratórias;

considerando que não há que se invocar coisa julgada, pois, "a coisa julgada é limitada pela situação jurídica sob cuja órbita se configurou" (voto condutor do acórdão 6.739/2010 - 1ª Câmara e acórdão 1.857/2003 - Plenário);

considerando que a matéria já foi pacificada na súmula TCU 241;

considerando que o art. 143, inciso II, do Regimento Interno autoriza o julgamento por relação de processo cujos pareceres foram pela ilegalidade, desde que tratem exclusivamente de questão jurídica de solução já compendiada na Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;

ACORDAM, os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, por unanimidade, com fundamento nos artigos 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988; 1º, inciso V, 39; inciso II; e 45 da Lei 8.443/1992; 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso II, e 262 do Regimento Interno; e nas súmulas TCU 106 e 241, em considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria a Delia Maria de Melo, recusar-lhe registro e adotar as providências a seguir, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.523/2016-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Delia Maria de Melo (CPF 140.822.504-25).
1.2. Unidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
1.3. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.4. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações:
1.7.1. dispensar a reposição das importâncias indevidamente recebidas de boa-fé até a data da notificação deste acórdão pelo ente concedente;
1.7.2. determinar à Universidade Federal do Rio Grande do Norte que:
1.7.2.1. cesse pagamentos decorrentes do ato impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, e comunique ao TCU, no prazo de 15 (quinze) dias, as providências adotadas;
1.7.2.2. cientifique a interessada do inteiro teor desta decisão e alerte-a que o efeito suspensivo proveniente de eventual interposição de recurso junto ao TCU não a eximirá da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação deste acórdão, em caso de não provimento do apelo;
1.7.2.3. encaminhe a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias a partir da ciência desta deliberação, por cópia, comprovante da data em que a interessada tomou conhecimento desta deliberação; e
1.7.2.4. emita novo ato de aposentadoria, livre da irregularidade apontada, e submeta-o à apreciação deste Tribunal no prazo de 30 (trinta) dias após a ciência desta decisão.

ACÓRDÃO Nº 10036/2016 - TCU - 2ª Câmara

Visto este ato de concessão de aposentadoria a Luis Irineu Lopes, ex-servidor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Considerando a concessão, na ficha financeira do interessado, de parcela considerada irregular pelo TCU, relativa a decisão judicial que concedeu o pagamento de horas suplementares (horas extras judicial), nos termos do art. 59 do Decreto-lei 5.452/1943, que aprovou a Consolidação das Leis do Trabalho;

considerando entendimento pacífico do TCU, balizado pela decisão 100/2002-2ª Câmara, de que a incorporação de horas extras à remuneração do servidor que passou de celetista a estatutário encontra óbice intransponível na ausência de previsão legal;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

considerando que as exceções seriam os casos em que houve decisão judicial que garantiu a continuidade do pagamento com vistas a garantir a irredutibilidade da remuneração anteriormente recebida pelos novos servidores quando ainda se encontravam sob o regime celetista;

considerando que, nesses casos, a parcela deve ser paga na forma de vantagem pessoal nominalmente identificada (VPNI), a ser gradualmente compensada, até sua completa absorção, pelos reajustes subsequentes de remuneração;

considerando que esse entendimento é corroborado pelo Supremo Tribunal Federal, conforme se constata na ementa do acórdão prolatado no Mandado de Segurança 22.455-DF;

considerando que já não subsiste a situação fática e jurídica que motivou a decisão judicial que determinou o pagamento destacado de horas extras, uma vez que todas as carreiras de servidores públicos já foram reestruturadas por lei posteriormente à edição da Lei 8.112/1990, o que implica novas tabelas remuneratórias;

considerando que não há que se invocar coisa julgada, pois, "a coisa julgada é limitada pela situação jurídica sob cuja órbita se configurou" (voto condutor do acórdão 6.739/2010 - 1ª Câmara e acórdão 1.857/2003 - Plenário);

considerando que a matéria já foi pacificada na súmula TCU 241;

considerando que o art. 143, inciso II, do Regimento Interno autoriza o julgamento por relação de processo cujos pareceres foram pela ilegalidade, desde que tratem exclusivamente de questão jurídica de solução já compendiada na Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;

ACORDAM, os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, por unanimidade, com fundamento nos artigos 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988; 1º, inciso V, 39; inciso II; e 45 da Lei 8.443/1992; 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso II, e 262 do Regimento Interno; e nas súmulas TCU 106 e 241, em considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria a Luis Irineu Lopes, recusar-lhe registro e adotar as providências a seguir, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.529/2016-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Luis Irineu Lopes (CPF 199.884.194-49).

1.2. Unidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

1.3. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.4. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações:

1.7.1. dispensar a reposição das importâncias indevidamente recebidas de boa-fé até a data da notificação deste acórdão pelo ente concedente;

1.7.2. determinar à Universidade Federal do Rio Grande do Norte que:

1.7.2.1. cesse pagamentos decorrentes do ato impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, e comunique ao TCU, no prazo de 15 (quinze) dias, as providências adotadas;

1.7.2.2. cientifique o interessado do inteiro teor desta decisão e alerte-o que o efeito suspensivo proveniente de eventual interposição de recurso junto ao TCU não o eximirá da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação deste acórdão, em caso de não provimento do apelo;

1.7.2.3. encaminhe a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias a partir da ciência desta deliberação, por cópia, comprovante da data em que o interessado tomou conhecimento desta deliberação; e

1.7.2.4. emita novo ato de aposentadoria, livre da irregularidade apontada, e submeta-o à apreciação deste Tribunal no prazo de 30 (trinta) dias após a ciência desta decisão.

ACÓRDÃO Nº 10037/2016 - TCU - 2ª Câmara

Visto este ato de concessão de aposentadoria a Sebastiana Galdino Pessoa Bezerra, ex-servidora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Considerando a concessão, na ficha financeira da interessada, de parcela considerada irregular pelo TCU, relativa a decisão judicial que concedeu o pagamento de horas suplementares (horas extras judicial), nos termos do art. 59 do Decreto-lei 5.452/1943, que aprovou a Consolidação das Leis do Trabalho;

considerando entendimento pacífico do TCU, balizado pela decisão 100/2002-2ª Câmara, de que a incorporação de horas extras à remuneração do servidor que passou de celetista a estatutário encontra óbice intransponível na ausência de previsão legal;

considerando que as exceções seriam os casos em que houve decisão judicial que garantiu a continuidade do pagamento com vistas a garantir a irredutibilidade da remuneração anteriormente recebida pelos novos servidores quando ainda se encontravam sob o regime celetista;

considerando que, nesses casos, a parcela deve ser paga na forma de vantagem pessoal nominalmente identificada (VPNI), a ser gradualmente compensada, até sua completa absorção, pelos reajustes subsequentes de remuneração;

considerando que esse entendimento é corroborado pelo Supremo Tribunal Federal, conforme se constata na ementa do acórdão prolatado no Mandado de Segurança 22.455-DF;

considerando que já não subsiste a situação fática e jurídica que motivou a decisão judicial que determinou o pagamento destacado de horas extras, uma vez que todas as carreiras de servidores públicos já foram reestruturadas por lei posteriormente à edição da Lei 8.112/1990, o que implica novas tabelas remuneratórias;

considerando que não há que se invocar coisa julgada, pois, "a coisa julgada é limitada pela situação jurídica sob cuja órbita se configurou" (voto condutor do acórdão 6.739/2010 - 1ª Câmara e acórdão 1.857/2003 - Plenário);

considerando que a matéria já foi pacificada na súmula TCU 241;

considerando que o art. 143, inciso II, do Regimento Interno autoriza o julgamento por relação de processo cujos pareceres foram pela ilegalidade, desde que tratem exclusivamente de questão jurídica de solução já compendiada na Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;

ACORDAM, os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, por unanimidade, com fundamento nos artigos 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988; 1º, inciso V, 39; inciso II; e 45 da Lei 8.443/1992; 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso II, e 262 do Regimento Interno; e nas súmulas TCU 106 e 241, em considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria a Sebastiana Galdino Pessoa Bezerra, recusar-lhe registro e adotar as providências a seguir, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.532/2016-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Sebastiana Galdino Pessoa Bezerra (CPF 312.280.464-68).

1.2. Unidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

1.3. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.4. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações:

1.7.1. dispensar a reposição das importâncias indevidamente recebidas de boa-fé até a data da notificação deste acórdão pelo ente concedente;

1.7.2. determinar à Universidade Federal do Rio Grande do Norte que:

1.7.2.1. cesse pagamentos decorrentes do ato impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, e comunique ao TCU, no prazo de 15 (quinze) dias, as providências adotadas;

1.7.2.2. cientifique a interessada do inteiro teor desta decisão e alerte-a que o efeito suspensivo proveniente de eventual interposição de recurso junto ao TCU não a eximirá da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação deste acórdão, em caso de não provimento do apelo;

1.7.2.3. encaminhe a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias a partir da ciência desta deliberação, por cópia, comprovante da data em que a interessada tomou conhecimento desta deliberação; e

1.7.2.4. emita novo ato de aposentadoria, livre da irregularidade apontada, e submeta-o à apreciação deste Tribunal no prazo de 30 (trinta) dias após a ciência desta decisão.

ACÓRDÃO Nº 10038/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, incisos I e II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º, 2º e 4º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria de Marilene Melão Martins, ressalvando que a rubrica "DEC ADM URV" já foi excluída dos proventos da interessada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.904/2011-7 (APOSENTADORIA)

1.1. Classe de Assunto: V.

1.2. Interessado: Marilene Melão Martins (CPF 695.242.208-06).

1.3. Unidade: Tribunal Regional Federal da 3ª Região.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10039/2016 - TCU - 2ª Câmara

Visto o ato de aposentadoria de José Raimundo de Farias, ex-servidor do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - Dnocs.

Considerando que o acórdão 5.201/2012-1ª Câmara considerou a aposentadoria ilegal, em razão da incorporação indevida da vantagem do art. 193 da Lei 8.112/1990, relativa ao cargo em comissão de chefe da auditoria, código DAS-101.2, atualizada, em 13/1/2003, para DAS-101.4, uma vez que não foram preenchidos os requisitos previstos no mencionado dispositivo legal, nos termos do acórdão 2.076/2005-Plenário, bem como pelo pagamento, de forma destacada, da parcela referente à concessão de 12 referências, com amparo em decisão judicial;

considerando que referido julgado foi mantido pelo acórdão 8.036/2013-1ª Câmara ao apreciar pedido de reexame interposto pelo interessado;

considerando que, dentre outros pontos, o acórdão original determinou ao Dnocs que cessasse pagamentos decorrentes do ato impugnado no prazo de 15 (quinze) dias (subitem 9.3.1) e esclareceu ao órgão que a concessão considerada ilegal poderia prosperar, mediante emissão de novo ato, em que fossem suprimidas as irregularidades verificadas, conforme previsto no art. 262, § 2º, do Regimento Interno (subitem 9.4);

considerando que a ação judicial mencionada pelo Dnocs não guarda correlação com a manutenção da vantagem 'opção', que continua sendo paga indevidamente ao inativo sob a designação 'Opção Função - Aposentado', no valor de R$ 1.616,82;

considerando que continua sendo paga a parcela impugnada referente à concessão de 12 referências, sob a designação 'Decisão Judicial Trans Jug Apo' no valor de R$ 274,64;

considerando, dessa forma, que as determinações do acórdão 5.201/2012-2ª Câmara não foram cumpridas;

considerando, finalmente, os pareceres uniformes da Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip e do Ministério Público junto ao TCU - MPTCU.

ACORDAM, os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, por unanimidade, com fundamento nos artigos 12, inciso III e 43, inciso II da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 202, inciso III e 250, inciso II, do Regimento Interno do TCU, determinar a audiência de

Emerson Fernandes Daniel Junior, então diretor-geral do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (CPF 074.212.814-87), para que, no prazo de 15 (quinze) dias, apresente suas justificativas pelo não cumprimento das determinações do acórdão 5.201/2012-1ª Câmara, por meio do qual foram impugnadas as parcelas referentes a incorporação indevida da vantagem do art. 193 da Lei 8.112/1990 (opção) e a incorporação de 12 referências pelo servidor inativo José Raimundo de Farias, e adotar as providências constantes dos subitens 1.7 e 1.8 abaixo.

1. Processo TC-030.902/2010-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: José Raimundo de Farias (CPF 015.638.233-49).

1.2. Unidade: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - Dnocs.

1.3. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.4. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar ao Departamento Nacional de Obras Contra as Secas que, no prazo de 15 (quinze) dias, exclua dos proventos do inativo José Raimundo de Farias, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, as parcelas referentes à incorporação indevida da vantagem do art. 193 da Lei 8.112/1990 (opção) e à incorporação de 12 referências, conforme determinado pelo acórdão 5.201/2012-1ª Câmara.

1.8. Esclarecer ao Departamento Nacional de Obras Contra as Secas que poderá ser editado novo ato de aposentadoria em favor do interessado, desde que escoimado das irregularidades verificadas nos presentes autos, a ser submetido a novo julgamento pelo Tribunal, nos termos do art. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU.

ACÓRDÃO Nº 10040/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal de Danielle Capelasso Soares de Souza, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.768/2016-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Classe de Assunto: IV.

1.2. Interessado: Danielle Capelasso Soares de Souza (CPF 777.312.712-34).

1.3. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10041/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-018.536/2016-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Esdriane Cabral Viana (775.826.405-00); Gustavo da Silva Costa (944.710.615-34); Luiz Cezar dos Santos Miranda (441.848.165-68)

1.2. Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia - Mec

1.3. Relatora: Ministra Ana Arraes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10042/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-019.222/2016-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Classe de Assunto: IV.

1.2. Interessados: Andre Paniago Lessa (CPF 039.243.714-74); André Mascioli Cravo (CPF 294.811.078-50); Angelo Marcos Queiroz Prates (CPF 158.749.338-16); Antonio Alvaro Ranha Neves (CPF 805.489.891-68); Antonio Garrido Gallego (CPF 102.438.778-03).

1.3. Unidade: Fundação Universidade Federal do ABC.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10043/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-019.228/2016-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Gilberto Marcos Antonio Rodrigues (CPF 082.060.898-02); Gilberto Maringoni de Oliveira (CPF 033.045.508-79); Giselle Ramirez Canedo (CPF 233.009.078-10); Giselle Watanabe Caramello (CPF 257.716.698-22); Guadalupe Maria Jungers Abib de Almeida (CPF 145.249.648-00).
1.3. Unidade: Fundação Universidade Federal do ABC.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10044/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-019.231/2016-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Juan Carlos Cutipa Luque (231.215.788-80); Julia Bertino Moreira (CPF 216.667.348-10); Juliana Casares Araujo Chaves (CPF 269.269.888-62); Kátia Canil (CPF 129.307.148-08); Leandro Alexandre da Silva (CPF 104.958.747-28).
1.3. Unidade: Fundação Universidade Federal do ABC.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10045/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-019.239/2016-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Salomão Barros Ximenes (CPF 860.526.243-53); Samira Murad (CPF 147.031.648-09); Sandra Maria Zapata Yepes (CPF 214.417.868-21); Sergio Henrique Bezerra de Sousa Leal (CPF 770.339.573-00); Silvio Ricardo Gomes Carneiro (CPF 252.223.808-66).
1.3. Unidade: Fundação Universidade Federal do ABC.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10046/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-019.241/2016-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Thiago Branquinho de Queiroz (CPF 002.949.321-86); Valter Ventura da Rocha Pomar (CPF 087.484.518-19); Vania Trombini Hernandes (CPF 193.033.648-99); Victor Ximenes Marques (CPF 016.925.913-71); Vivilí Maria Silva Gomes (CPF 074.895.628-05).
1.3. Unidade: Fundação Universidade Federal do ABC.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10047/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-019.243/2016-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Deborah Gois Amorim (CPF 067.308.954-11); Emilly Auxiliadora Almeida de Oliveira (CPF 061.085.094-65); Luanna Marques de Arruda (CPF 287.405.518-22); Patricia Silva Pires (CPF 058.277.476-45); Paulo Sergio Coelho (CPF 568.102.704-00).
1.3. Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10048/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-019.247/2016-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Moacir Henrique Júnior (CPF 013.458.026-50); Rita de Cassia Cunha Gomes Macedo (CPF 862.743.506-59).
1.3. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10049/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal de Aline Mendes Gomes, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-019.250/2016-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessada: Aline Mendes Gomes (CPF 053.248.854-79).
1.3. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10050/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-019.253/2016-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Daniela Silvestrin (CPF 070.462.379-05); Danielle Hiromi Nakagawa (CPF 053.003.089-60); Danilo Giacobo (CPF 006.263.129-22); Diego Jonathan Hoss (CPF 056.951.549-10); Eduardo Silveira Bischof (CPF 078.391.489-05).
1.3. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10051/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-019.255/2016-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Felipe Augusto Moreira Bonifácio (CPF 387.474.078-16); Fernando de Sa Moreira (CPF 057.864.469-05); Flavio Endrigo Cechim (CPF 033.184.299-88); Frank Willian Cardoso de Oliveira (CPF 044.296.159-69); Gabriel Augusto Cação Quinato (CPF 341.680.308-65).
1.3. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10052/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-019.260/2016-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Lucas de Melo Andrade (CPF 342.217.668-32); Luciana Yoshie Tsuchiya (CPF 043.869.936-06); Magda Luiza Mascarello (CPF 037.353.109-58); Maria Cristina de Castro Pereira (CPF 071.646.099-85); Maria Fernanda Bianco Gução (CPF 343.169.028-90).
1.3. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10053/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-019.261/2016-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Mariana da Silva Azevedo (CPF 364.953.898-92); Patricia Akemi Tuzimoto (CPF 046.010.209-56); Paulo Henrique Rossato (CPF 065.439.429-67); Romany Martins (CPF 064.765.489-05); Rosemeire Carvalho da Silva (CPF 039.721.759-57).
1.3. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10054/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-019.262/2016-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Rosilene Ines Lehmen (CPF 008.001.620-05); Silvio Adriano Weber (CPF 024.277.829-12); Taynara Alcantara Cangussu (CPF 039.580.641-08); Vasco de Matos Ferreira Mendes Neves (CPF 751.045.041-15); Vladson Paterneze Cunha (CPF 126.055.238-10).
1.3. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10055/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-019.265/2016-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Aline Gonçalves Louzada (CPF 082.768.397-97); Alini Altoe (CPF 112.299.757-48); Clariana Martinelli Silva (CPF 112.325.657-84); Diego Barcelos Rodrigues (CPF 101.765.407-76); Diego Stanger (CPF 114.123.977-90).
1.3. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ACÓRDÃO Nº 10056/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-019.269/2016-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Classe de Assunto: IV.

1.2. Interessados: Alanna Oliveira Pereira Carvalho (CPF 028.541.253-12); Daniel Cordeiro Gurgel (CPF 010.464.293-96); José Hermano Leite de Alencar (CPF 466.038.593-00); Kelvia Jacome de Castro (CPF 667.510.203-68); Marcia Morais Sousa (CPF 027.218.493-44).

1.3. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10057/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-019.271/2016-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Classe de Assunto: IV.

1.2. Interessados: Daniel dos Santos Amaral (CPF 061.751.246-93); Djalma Araújo Rangel (CPF 065.470.724-36).

1.3. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10058/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-019.287/2016-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Classe de Assunto: IV.

1.2. Interessados: Erika Hofling Epiphanio (CPF 115.417.058-66); Fernanda Melo Pereira Taran (CPF 321.297.618-79); Guilherme Jose Mota Silva (CPF 039.283.485-58); Gustavo Hees de Negreiros (CPF 952.591.477-15); Ingrid Barbosa Mendes (CPF 008.137.854-80).

1.3. Unidade: Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10059/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-019.291/2016-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Classe de Assunto: IV.

1.2. Interessados: William Novaes de Gois (CPF 487.455.705-82); Yanna Carolina Abdala Braga Lacerda (CPF 085.118.016-77).

1.3. Unidade: Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10060/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-019.302/2016-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Classe de Assunto: IV.

1.2. Interessados: Bruno Pilastre de Souza Silva Dias (CPF 015.393.981-88); Camila de Vasconcelos (CPF 018.275.670-07); Carlos Eder Santos (CPF 354.195.801-44); Cibele de Guadalupe Sousa Araujo (CPF 003.827.191-58); Clóvis Henrique Leite de Souza (CPF 707.723.041-49).

1.3. Unidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10061/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-019.308/2016-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Classe de Assunto: IV.

1.2. Interessados: Francisco Jônatas de Moura Martins (CPF 037.930.143-12); Kelly Reis Lopes (CPF 600.404.103-31); Keyla Christianne Santos e Silva (CPF 011.346.723-06); Renan Santos de Sá Carvalho (CPF 043.217.773-64); Suely Matos Andrade Ferreira (CPF 474.243.463-34).

1.3. Unidade: Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10062/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-019.309/2016-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Classe de Assunto: IV.

1.2. Interessados: Yuri José Luz Moura (CPF 042.343.853-01); Yuri de Oliveira Cronemberger (CPF 044.407.233-06).

1.3. Unidade: Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10063/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-019.316/2016-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Classe de Assunto: IV.

1.2. Interessados: Monica Almeida Gavilan Santoro (CPF 671.963.734-72); Pedro Henrique Xavier de Mesquita (CPF 079.928.204-95); Pedro Jeronimo Simoes de Oliveira Junior (CPF 982.052.344-34); Rafaela Medeiros de Souza (CPF 080.904.234-77); Raoni Thales de Medeiros Teixeira (CPF 069.087.354-94).

1.3. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10064/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-019.324/2016-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Classe de Assunto: IV.

1.2. Interessados: Andre Minuzzo de Barros (CPF 101.934.038-03); Andrea Barros Carvalho de Oliveira (CPF 245.840.678-56); Andreia Aparecida Cecilio (CPF 283.068.238-69); Antonio Luis Mometti (CPF 212.503.568-57); Aristides Faria Lopes dos Santos (CPF 224.741.448-62).

1.3. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10065/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-019.327/2016-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Classe de Assunto: IV.

1.2. Interessados: Carlos Alberto Febres Tapia (CPF 010.922.369-10); Carlos Eduardo Beluzo (CPF 276.206.768-56); Carlos Eduardo Oliveira da Silva (CPF 213.587.078-12); Carlos Eduardo Pagani (CPF 031.485.397-96); Carlos Eduardo de Oliveira (CPF 920.973.591-91).

1.3. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10066/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-019.331/2016-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Classe de Assunto: IV.

1.2. Interessados: Danilo Camargo Bueno (CPF 373.869.158-88); Dariel Mazzoni Maranhão (CPF 104.709.458-42); Dawson Tadeu Izola (CPF 575.441.076-04); Denise Jane Alves Frederic (CPF 060.912.678-41); Diego Augusto Lopes da Silva (CPF 352.064.958-67).

1.3. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10067/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-019.332/2016-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Classe de Assunto: IV.

1.2. Interessados: Diego de Morais Salim (CPF 109.269.877-98); Donizete Aparecido Buscatti Junior (CPF 384.241.368-88); Dóris Kohatsu (CPF 055.520.268-29); Eduardo Cesar Catanozi (CPF 070.423.578-17); Elaine Cristina Ruiz Santos (CPF 073.650.248-36).

1.3. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10068/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-019.337/2016-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Classe de Assunto: IV.

1.2. Interessados: Flavio Henrique Ferraresi (CPF 330.857.898-04); Flavio Rodolfo Rosseto (CPF 337.326.378-67); Francisco de Assis Cardoso (CPF 149.982.893-49); Gabriel Terra Pereira (CPF 061.335.656-08); Glauber Renato Colnago (CPF 310.980.488-30).

1.3. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10069/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-019.342/2016-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Joelson Alves do Nascimento (CPF 149.146.888-24); Jose Antonio Otoboni (CPF 114.686.718-20); Jose Ferraz Neto (CPF 074.275.678-54); Jose Nilson Gasparini (CPF 073.056.548-33); José Osvaldo Xavier de Souza Filho (CPF 226.530.018-70).
1.3. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10070/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-019.349/2016-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Luiz Antonio Reis (CPF 847.152.276-49); Luiz Fernando Frezzatti Santiago (CPF 328.430.068-64); Luiz Henrique Nunes (CPF 320.405.838-74); Marcel de Assis Roque (CPF 065.050.646-48); Maíra Kahl Ferraz (CPF 352.380.228-83)
1.3. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10071/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-019.351/2016-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Mariana Traldi (CPF 324.133.918-19); Mariana de Oliveira Campos (CPF 368.701.038-44); Mario Jorge Teixeira Sampaio (CPF 045.742.812-00); Maristela Sanches Rodrigues (CPF 513.353.870-72); Mary Grace Pereira Andrioli (CPF 205.336.938-88).
1.3. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10072/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-019.363/2016-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Alane Azevedo Pinto (CPF 986.468.345-49); Geanderson dos Santos (CPF 025.387.295-21); Irlan Marques Cunha Portela (CPF 016.152.135-54); Márcia Maria Santos Santiago (CPF 024.570.465-56); Wellington Alves de Araujo (CPF 027.606.194-27).
1.3. Unidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Sergipe.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10073/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal de Hellen Lilliane da Cruz, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-019.365/2016-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessado: Hellen Lilliane da Cruz (CPF 094.836.206-51).
1.3. Unidade: Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10074/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-019.372/2016-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Andre Silva Pereira de Oliveira Ribeiro (CPF 159.063.168-41); Angela Celia Sacchi (CPF 110.073.358-23); Antonia Maria Pratas Fernandes (CPF 620.184.653-09); Antonio Carlos Bramante (CPF 588.265.998-15); Augusto Cristiano Prata Esteca (CPF 658.555.311-04).
1.3. Unidade: Fundação Universidade de Brasília.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10075/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-019.375/2016-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Carolina Amancio Louly Sasaki (CPF 840.173.921-72); Cecilia Gomes de Sa (CPF 968.908.351-15); Cesar Augusto Flores Becker (CPF 027.116.911-79); Cintia da Silva Pacheco (CPF 014.208.371-25); Claudia Mara Pedrosa (CPF 189.273.528-82).
1.3. Unidade: Fundação Universidade de Brasília.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10076/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-019.384/2016-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Gabriel de Oliveira Fernandes (CPF 024.944.281-73); George Fernandes Azevedo (CPF 938.476.613-53); Geraldo Magela Fernandes (CPF 048.050.736-83); Gilberto Gonçalves Leite (CPF 062.553.374-72); Gislaine Cardoso Claudio (CPF 031.231.651-83).
1.3. Unidade: Fundação Universidade de Brasília.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10077/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-019.387/2016-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Igor Soares Campos (CPF 573.612.311-87); Iltaria Gaggero (CPF 708.256.791-09); Iracema Marinho (CPF 440.606.026-04); Iracema Veiga Madeira Mauriz (CPF 014.145.561-60); Israel de Freitas Madureira (CPF 722.403.851-20).
1.3. Unidade: Fundação Universidade de Brasília.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10078/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-019.392/2016-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Kelly Cristina Leite Mulder (CPF 993.755.751-87); Keni Carla da Silva Machado (CPF 903.333.301-53); Koji Kawashita (CPF 002.587.178-15); Lais de Oliveira Borges (CPF 021.099.191-75); Larissa Campos Aquino (CPF 996.022.701-44).
1.3. Unidade: Fundação Universidade de Brasília.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10079/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-019.399/2016-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Mariana Bassetto Gabos Goulart (CPF 313.592.938-84); Marina Leite Melo (CPF 026.170.841-40); Marisa Rangel (CPF 245.656.358-10); Marla Solara Pontes Mota (CPF 628.661.093-68); Maryella Goncalves Sobrinho (CPF 014.479.841-70).
1.3. Unidade: Fundação Universidade de Brasília.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10080/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-019.403/2016-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Nayane Cristina Nogueira Guardiano (CPF 020.568.121-26); Nurit Rachel Bensusan (CPF 385.943.071-87); Pablo Reja Sanchez (CPF 704.699.874-48); Paixao Marilete Alves Pinheiro (CPF 146.895.103-34); Patricia Pereira Gomes (CPF 034.461.206-61).
1.3. Unidade: Fundação Universidade de Brasília.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10081/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1. Processo TC-019.411/2016-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Santiago Ravassi (CPF 704.989.151-74); Sara Divina Melo da Silva (CPF 712.763.781-49); Sara Lelis de Oliveira (CPF 031.039.121-02); Sarah de Athayde Couto Falcao (CPF 792.325.315-34); Sergio Pecanha da Silva Coletto (CPF 017.239.181-48).
1.3. Unidade: Fundação Universidade de Brasília.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10082/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-019.414/2016-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Taisa Resende Sousa (CPF 066.640.956-02); Taislene Butarello Rodrigues de Morais (CPF 269.394.408-28); Tania Cristina Alves de Siqueira (CPF 417.552.001-53); Tatiana Mamede Salum Chaer (CPF 690.462.801-44); Thais Branquinho Oliveira Fragelli (CPF 842.209.611-00).
1.3. Unidade: Fundação Universidade de Brasília.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10083/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-019.420/2016-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Alessandra Karla Oliveira Amorim (CPF 038.845.263-32); Cesar Roberto Castro Chaves Everton (CPF 644.800.113-15); Sonia Malik (CPF 234.252.788-86); Tatyna Viana Barbosa (CPF 656.796.793-53).
1.3. Unidade: Fundação Universidade Federal do Maranhão.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10084/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-019.426/2016-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Bruno Pinheiro Falcão (CPF 022.952.343-95); Camila Maria Simplicio Revoredo (CPF 031.456.593-08); Carolina Veloso Lima (CPF 018.888.353-38); Claudilene de Sousa Alves (CPF 869.636.943-20); Cleane Maria Araujo Santiago (CPF 863.513.033-20).
1.3. Unidade: Fundação Universidade Federal do Piauí.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10085/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-019.427/2016-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Clecio Francisco Vieira de Sousa (CPF 011.639.783-70); Clevisvaldo Pinheiro Lima (CPF 015.765.163-00); Conceição de Maria dos Santos (CPF 011.012.943-10); Daniel Amorim Leite (CPF 956.227.303-25); Daniela Reis Joaquim de Freitas (CPF 805.869.610-20).
1.3. Unidade: Fundação Universidade Federal do Piauí.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10086/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-019.432/2016-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Francisco Jander de Sousa Nogueira (CPF 780.201.073-04); Francisco Olimpio Moura Carneiro (CPF 932.771.053-34); Gabriel Barbosa da Silva Junior (CPF 026.618.823-08); Gardner de Andrade Arrais (CPF 794.324.843-00); Girlene Soares de Figueiredo (CPF 823.115.953-34).
1.3. Unidade: Fundação Universidade Federal do Piauí.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10087/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-019.440/2016-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Karla Costa Bezerra Fontenele Oliveira (CPF 956.389.033-72); Karla Ingrid Pinheiro de Oliveira (CPF 022.740.953-10); Kelson Luiz da Silva Sales (CPF 038.654.703-35); Kleber Lima Cezar (CPF 052.874.734-78); Klendson Medeiros da Silva (CPF 015.528.193-37).
1.3. Unidade: Fundação Universidade Federal do Piauí.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10088/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-019.448/2016-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Mauricio Fernandes Perovano (CPF 076.273.957-63); Maycon Silva Santos (CPF 026.761.343-10); Milene Martins (CPF 376.294.090-87); Nabor Bezerra de Moura Junior (CPF 840.170.663-72); Natalia Sousa Freitas Queiroz (CPF 005.955.453-35).
1.3. Unidade: Fundação Universidade Federal do Piauí.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10089/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-019.454/2016-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Thiago Manchini de Campos (CPF 296.282.678-41); Thiago Pereira Chaves (CPF 049.380.294-05); Valdeci Bosco dos Santos (CPF 609.391.255-87); Valdeny Costa de Aragão Campelo (CPF 016.658.823-79); Vanessa Martins (CPF 061.409.706-10).
1.3. Unidade: Fundação Universidade Federal do Piauí.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10090/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-019.458/2016-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Aracely Gadelha da Mota (CPF 028.882.254-41); Fabiola Silva de Teive e Argolo (CPF 043.681.215-03); Tatiane Ramos Neves (CPF 021.640.225-56).
1.3. Unidade: Fundação Universidade Federal de Sergipe.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10091/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal de Victor Aguiar Evangelista de Farias, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-019.466/2016-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessado: Victor Aguiar Evangelista de Farias (CPF 048.242.983-69).
1.3. Unidade: Universidade Federal do Ceará.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10092/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-019.467/2016-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Adriana Isidorio da Silva Zamite (CPF 104.100.007-36); Ana Carolina Spindola Rangel Dias (CPF 132.859.247-21); Andressa Garcia Nicole (CPF 092.618.957-35); Arildo Castelluber (CPF 698.314.597-68); Bruno Machado de Carvalho (CPF 082.654.497-55).
1.3. Unidade: Universidade Federal do Espírito Santo.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10093/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-019.474/2016-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Valdir Ribeiro Campos (CPF 488.895.716-91); Vitor Estevão Silva Souza (CPF 089.902.567-63); Wellington Gonçalves (CPF 013.709.547-35).
1.3. Unidade: Universidade Federal do Espírito Santo.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10094/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-019.475/2016-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Alessandra Barbosa Ferreira Machado (CPF 013.580.256-30); Ana Paula Barbosa do Nascimento (CPF 223.162.708-67); Camila Goncalves Oliveira Chagas (CPF 088.124.296-96); Felipe Vieira Freitas (CPF 089.685.876-63); Hamilton de Paulo Ferreira (CPF 055.281.136-01).

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1.3. Unidade: Universidade Federal de Juiz de Fora.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10095/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-019.477/2016-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Marcia Cristina de Souza (CPF 087.855.256-18); Pedro Henrique Ferreira Marcal (CPF 074.638.086-02); Priscila de Souza Machado (CPF 068.813.366-59); Rodolfo Duarte Nascimento (CPF 055.914.916-69); Rosemary Elaine Ferreira Reis (CPF 012.198.836-89).
1.3. Unidade: Universidade Federal de Juiz de Fora.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10096/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-019.480/2016-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Delma Aurelia da Silva Simao (CPF 038.047.646-06); Edrise Morici Lobo Mueller (CPF 690.519.336-49); Elen de Medeiros (CPF 004.413.759-10); Elisa Monteze Bicalho (CPF 066.362.496-76); Erica Dumont Pena (CPF 076.748.366-90).
1.3. Unidade: Universidade Federal de Minas Gerais.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10097/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-019.482/2016-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Gustavo Ximenes Cunha (CPF 059.531.236-55); Heveline Silva (CPF 044.837.216-90); Lucas Henrique Calixto (CPF 094.261.576-03); Lucia de Almeida Ferrari (CPF 890.637.756-87); Luiz Carlos Pereira (CPF 910.644.576-49).
1.3. Unidade: Universidade Federal de Minas Gerais.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10098/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-019.485/2016-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Roberto Carlos Rodrigues Muguerza (CPF 845.021.690-72); Ronaldo Correa Gomes Junior (CPF 115.332.467-93); Sonia Caldas Pessoa (CPF 765.208.036-34); Veber Afonso Figueiredo Costa (CPF 013.603.426-80); Vinicius Fernandes dos Santos (CPF 103.611.277-23).
1.3. Unidade: Universidade Federal de Minas Gerais.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10099/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-019.487/2016-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessadas: Barbara Lopes Paiva (CPF 952.750.962-91); Barbara do Nascimento Borges (CPF 606.119.872-87).
1.3. Unidade: Universidade Federal do Pará.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10100/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-019.491/2016-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Marília Neves Marinho (CPF 775.792.404-91); Rebeka Karolli de Oliveira Souza (CPF 049.164.734-42); Rosineide Santos de Melo (CPF 037.496.314-25); Tarcisio Rocha dos Santos (CPF 082.370.024-07).
1.3. Unidade: Universidade Federal de Pernambuco.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10101/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-019.494/2016-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Camila Cristina Rodrigues Salgado (CPF 080.632.334-50); Clara Ovidio de Medeiros Rodrigues (CPF 056.592.524-51); Emerson Moura de Alencar (CPF 852.840.334-34); Erika Janaina Santiago Moreira Freire (CPF 012.396.324-95); Fabricio Germano Alves (CPF 007.987.074-02).
1.3. Unidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10102/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-019.496/2016-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Henrique Adler Medeiros Silva (CPF 101.377.194-00); Herick Cidarta Gomes de Oliveira (CPF 080.522.684-27); Katiane Gelly Dantas Assis de Souza (CPF 009.910.084-30); Keila Cristiane Digigow (CPF 005.249.619-80); Kelienny de Meneses Sousa (CPF 068.345.364-50).
1.3. Unidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10103/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-019.499/2016-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Victor Rafael Limeira da Silva (CPF 083.101.244-73); Victor Vitoriano Dantas (CPF 089.281.144-70); Yuri Marques Macedo (CPF 072.836.274-05).
1.3. Unidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10104/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-019.502/2016-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Luciene Santos Pereira da Silva (CPF 048.486.344-40); Marcela Zamboni Lucena Ratton (CPF 896.153.874-87); Michele France Paula da Cruz (CPF 036.272.654-08); Plínio Pereira Gomes Junior (CPF 975.616.734-34); Rafael Antonio do Nascimento Ramos (CPF 055.149.904-43).
1.3. Unidade: Universidade Federal Rural de Pernambuco.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10105/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-019.504/2016-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Albanisa Felipe dos Santos (CPF 012.737.024-25); Maria Leonice da Silva Berezowski (CPF 749.524.719-34); Zian Karla Vasconcelos Barros (CPF 951.697.923-87).
1.3. Unidade: Fundação Universidade do Tocantins.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10106/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-019.534/2016-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Denise Gutierrez Castro (CPF 349.582.098-16); Douglas Roberto Paranhos Cenzi (CPF 286.282.998-66); Edcarlos Rodrigues de Souza (CPF 327.935.648-26); Edilson Jose Rodrigues (CPF 306.921.908-05); Eduardo Toshio Nagase (CPF 140.613.728-66); Elaine Aparecida Barbosa (CPF 313.246.078-82); Fabiana Cristina dos Santos Castro (CPF 034.841.526-56); Fernando D´agostini Y Pablos (CPF 230.070.388-20); Fábio Akira Monteiro Toyama (CPF 252.783.328-40); Fábio dos Santos Tavares (CPF 124.686.778-89).
1.3. Unidade: Fundação Universidade Federal do Abc.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10107/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1. Processo TC-019.538/2016-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Pricila Caroline do Nascimento (CPF 039.067.869-43); Priscila Cristina Rosa Alba (CPF 293.615.038-80); Rachel Macedo Oliveira (CPF 407.348.168-12); Rafael Rondina (CPF 284.927.208-67); Regina Lúcia Martins Batista (CPF 287.062.828-57); Reinaldo Marcelo Lima Braga (CPF 170.469.998-30); Renan Albino da Cunha (CPF 406.961.188-66); Renata Silva (CPF 345.059.238-60); Ricardo de Andrade (CPF 357.437.968-40); Roberta Santos da Silva dos Santos (CPF 093.110.597-81).
1.3. Unidade: Fundação Universidade Federal do ABC.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10108/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-019.540/2016-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Vanessa Cervelin Segura (CPF 303.336.748-80); Vanessa Elena Bomfim (CPF 259.864.458-13); Vanessa dos Santos Ferreira (CPF 321.750.418-67); Vinicius Ikezu Saito (CPF 356.722.648-75); Vinícius Godoi Fernandes (CPF 369.552.638-62); William Schimidt Giusti (CPF 401.726.528-63).
1.3. Unidade: Fundação Universidade Federal do Abc.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10109/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal de Lilian da Silva Manhaes, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-019.554/2016-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessado: Lilian da Silva Manhaes (CPF 906.902.651-15).
1.3. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10110/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal de Rodrigo Nunes Peixoto, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-019.555/2016-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessado: Rodrigo Nunes Peixoto (CPF 780.288.410-15).
1.3. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10111/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-019.557/2016-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Ionara Cristina Albani (CPF 811.796.500-34); Marcio Santin (CPF 003.661.240-56); Milena Alves Bratti (CPF 939.166.559-49).
1.3. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10112/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-019.561/2016-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Airlis Beserra dos Santos (CPF 035.269.223-57); Alex Lima Almeida (CPF 036.265.923-08); Antonio Alexandre Barboza de Paula (CPF 025.490.963-98); Bruno Nogueira Rios (CPF 015.609.273-56); Cassia Joene Sobreira de Oliveira (CPF 037.074.683-05); Cintia de Araujo Matias (CPF 013.972.433-84); Cristiane Alencar Lima (CPF 821.690.553-04); Daniele Luciano Marques (CPF 991.621.213-91); Deysianne Sales Saraiva dos Santos (CPF 600.073.993-16); Eurivan Alves Meneses (CPF 864.058.963-15).
1.3. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10113/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-019.562/2016-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Francisco Gilmaci Ramos Nobrega (CPF 658.712.193-49); Francisco Helcio Vidal (CPF 388.841.273-00); Francisco Marcio Mesquita da Silva (CPF 267.834.283-20); Geraldo Eufrazio Martins Junior (CPF 044.632.493-09); Gerilson Ferreira Carlos (CPF 060.858.013-94); Igor Roberto Carneiro (CPF 461.719.593-91); Jose Arnaldo Batista da Silva (CPF 047.117.073-95); José de Moura Barros Júnior (CPF 014.915.323-60); Katia Roberta Lopes Nogueira (CPF 855.533.793-34); Lineusa Maria Carneiro de Oliveira Cruz (CPF 882.951.763-15).
1.3. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10114/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-019.564/2016-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Tarnyelly Samara Moreira Silva (CPF 026.780.293-52); Thaise Nunes Vieira (CPF 951.990.043-87); Tobias Sousa Caetano (CPF 648.500.303-78); Viviane Barbosa dos Santos (CPF 672.158.663-00); Vladia de Sousa Ferreira (CPF 026.807.843-24).
1.3. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador-geral Paulo Soares Bugarin.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10115/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-019.575/2016-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Angelica Raquel de Souza Oliveira (CPF 006.218.061-45); Arcanjo Gabriel Rodrigues Arcanjo (CPF 037.637.871-94); Cassia Portugal Barroso Abdo (CPF 179.070.801-00); Claudio Alberto de Andrade Florentino (CPF 352.123.651-04); Cristiano Nunes de Castro (CPF 634.778.401-78); Daniela Ferreira de Paiva (CPF 332.488.158-76); Danielle Goncalves Lago (CPF 937.537.561-72); Fabiano Moreira de Aguilar (CPF 069.292.476-00); Harrysson Gilgamesh de Medeiros Nóbrega (CPF 029.765.914-66); Herbert Lopes da Silva Filho (CPF 433.867.097-53).
1.3. Unidade: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10116/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-019.576/2016-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Irineu Delson Vieira Vaz (CPF 214.368.508-43); Karolina Santos Lopes (CPF 032.280.891-00); Leonardo Costa Lima Silva (CPF 004.821.811-17); Maria Alice da Silva Lima (CPF 619.458.971-04); Maria Crolina Ribeiro Martins da Cunha (CPF 044.245.556-90); Meiriane de Fatima Gomes de Sousa (CPF 711.275.501-87); Miguel Araujo da Cunha (CPF 045.309.894-02); Patrícia Rosana Rover (CPF 813.389.539-15); Viviane Januario Pereira Silva dos Santos (CPF 877.179.481-68).
1.3. Unidade: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador-geral Paulo Soares Bugarin.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10117/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-019.762/2016-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Cristiane Cavalcante Souto (CPF 005.258.911-02); Daniel Souza Santos Ribeiro (CPF 018.485.845-39); Douglas Nicolini Bezerra (CPF 079.449.914-71); Edeuzane de Fatima Pereira da Silva Steinmetz (CPF 008.987.376-99); Ednaldo Gonçalves (CPF 285.227.428-04); Eliane Scheidt (CPF 613.367.269-20); Emanuel Oliveira Cunha Freitas e Silva (CPF 997.985.731-53); Emerson Leal Luz (CPF 610.686.241-91); Evelyn Cristine Cesar Lima (CPF 340.016.528-03); Fabiana de Cassia Soares da Silva (CPF 008.583.810-10).
1.3. Unidade: Ministério da Educação e Cultura.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10118/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-019.772/2016-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Marcia Apolinario da Costa (CPF 045.751.048-09); Pablo Ferraz (CPF 146.312.508-95); Pedra de Cassia Merli (CPF 111.184.358-93).
1.3. Unidade: Universidade Federal de São Paulo.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ACÓRDÃO Nº 10119/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-019.778/2016-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Classe de Assunto: IV.

1.2. Interessados: Anderson Luis Kroeff Pires (CPF 046.886.714-74); David da Silveira Mousinho (CPF 630.741.413-87); Efraim Joás de Oliveira Valcácio (CPF 072.348.384-14); Ely Gabriela Martins Rossiter (CPF 059.964.404-40); Fagner Robson Alves de Castro (CPF 056.783.614-22); Francisco Erivan de Almeida Júnior (CPF 108.393.184-99); Francisco José dos Anjos (CPF 111.233.674-50); Gleydson Teixeira dos Santos (CPF 062.789.944-70); Ismara do Carmo Medeiros (CPF 075.386.924-10); Josanilda Mafra Rocha (CPF 074.478.754-81).

1.3. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10120/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-019.781/2016-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Classe de Assunto: IV.

1.2. Interessados: Ana Paula Rosa (CPF 360.186.378-20); Bruna Maia Rocha Aflalo (CPF 076.835.416-13); Denis Crispim dos Santos (CPF 326.527.748-83); Edison Waquil da Silva Junior (CPF 230.197.728-50); Eduardo Petillo (CPF 293.675.318-00); Elisangela Maria de Souza (CPF 304.374.368-70); Fabiana Botani Silveira (CPF 392.693.658-40); Francirei Vieira de Souza (CPF 300.345.358-02); Guilherme Caldas de Souza Campos (CPF 529.466.652-91); Guilherme Fontes de Carvalho (CPF 356.854.278-16).

1.3. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10121/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-019.783/2016-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Classe de Assunto: IV.

1.2. Interessados: Miriam Cristina Peruzzi Soares Belote (CPF 043.889.938-59); Miriam Vidal de Negreiros (CPF 287.222.198-03); Poliana Ferreira dos Santos (CPF 369.588.868-79); Rebeca Paixão Pedroso (CPF 419.213.198-60); Regiani Aparecida da Silva (CPF 030.590.058-77); Rejane da Silva Correia (CPF 301.062.978-80); Saliete Domingos Souza (CPF 222.260.458-30); Samir Omar (CPF 036.546.029-08); Tamy Gedinia Teraoka Gonçalves Silva (CPF 369.635.308-66); Tiago Marinho de Souza (CPF 350.995.908-61).

1.3. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10122/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal de Gabrielle Fernandes Marinho, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-019.791/2016-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Classe de Assunto: IV.

1.2. Interessado: Gabrielle Fernandes Marinho (CPF 930.996.732-34).

1.3. Unidade: Fundação Universidade Federal do Amazonas.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10123/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-019.799/2016-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Classe de Assunto: IV.

1.2. Interessados: Livia Daniele dos Santos Costa (CPF 977.462.743-15); Lourisa Pereira Santos (CPF 053.574.863-95); Luane Pereira Carvalho (CPF 044.023.823-43); Luciano Neves Sousa (CPF 778.938.833-91); Lucio Padua Reis (CPF 956.634.363-91); Manoel da Guia Nunes da Cruz (CPF 042.411.153-57); Marcel Wilson Rocha Pacheco (CPF 018.043.473-02); Marcelo Goncalves de Sousa (CPF 039.798.873-75); Marco Aurelio Medeiros do Nascimento (CPF 966.872.403-82); Marcus Vinicyos da Silva Oliveira (CPF 054.005.253-18).

1.3. Unidade: Fundação Universidade Federal do Piauí.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10124/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-019.803/2016-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Classe de Assunto: IV.

1.2. Interessados: Taina Rodrigues Soares (CPF 035.122.913-25); Tairo da Costa Sobral Caland (CPF 045.816.533-63); Thais Portela Fontenele (CPF 017.687.073-32); Thalyta Cristine Arrais Furtado Araújo Gonçalves (CPF 036.882.313-09); Thatyane Tataia Lins de Melo (CPF 647.867.733-87); Thiago Abel Teixeira Rocha (CPF 017.054.113-47); Tito Livio da Cunha Lopes (CPF 039.519.743-03); Vanessa Castelo Branco Macambira (CPF 982.520.463-04); Walkiria Gomes Cavalcante (CPF 012.141.543-01); Wilson Santiago de Araújo (CPF 412.087.813-91).

1.3. Unidade: Fundação Universidade Federal do Piauí.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10125/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-019.807/2016-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Classe de Assunto: IV.

1.2. Interessados: Andressa Zucchi (CPF 008.572.569-20); Angela Backk Noronha (CPF 130.179.918-14); Eneas Antonio de Figueiredo Junior (CPF 810.291.871-34); Jose Carlos Ferraz Alves dos Santos (CPF 057.169.691-00); Renato Alves Felix (CPF 701.174.031-72).

1.3. Unidade: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10126/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal de Lilian Maria Santos Neves, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-019.946/2016-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Classe de Assunto: IV.

1.2. Interessado: Lilian Maria Santos Neves (CPF 139.696.277-88).

1.3. Unidade: Superior Tribunal Militar.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10127/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-019.980/2016-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Classe de Assunto: IV.

1.2. Interessados: Anderson Silva Pereira (CPF 040.187.313-70); Gabrielle de Paula Freire (CPF 036.612.043-35); George de Freitas Barros (CPF 027.816.323-84); Ingrid de Santana Silverio (CPF 048.634.873-39); Jose Cleiton Gonçalves Lima Filho (CPF 062.594.253-17); Juliana Tabosa Nascimento (CPF 673.192.543-87); Karoline Lima do Nascimento (CPF 966.117.743-00); Livia Bessa Cabral de Morais (CPF 998.245.903-15); Lucas de Oliveira Machado (CPF 008.657.713-16); Patricia Araujo Silva (CPF 044.365.903-64).

1.3. Unidade: Universidade Federal do Ceará.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10128/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-019.985/2016-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Classe de Assunto: IV.

1.2. Interessados: Andre Alvares Valente de Oliveira (CPF 107.523.846-35); Antonio Humberto da Rocha (CPF 511.330.166-34); Caio Augusto Ribeiro Moreira (CPF 110.553.806-04); Debora Maria Nazareth Sanches (CPF 114.409.056-30); Eduardo Augusto dos Santos (CPF 015.474.596-03); Flavio Martins da Silva (CPF 073.128.486-05); Gober Borges Vedovatto (CPF 060.245.676-26); Guilherme Leal Fernandes (CPF 079.343.636-21); Gustavo Carvalho Lemes (CPF 117.626.646-23); Harley Oliveira Mendes (CPF 036.351.506-22).

1.3. Unidade: Universidade Federal de Minas Gerais.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10129/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-019.990/2016-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Classe de Assunto: IV.

1.2. Interessados: Everton Carlos Pinto (CPF 034.544.164-85); Felipe Barbosa Cupertino (CPF 092.913.714-08); Guilherme de Aquino Cabral Verela (CPF 083.999.744-20); Gustavo Rogério da Silva Barbosa (CPF 013.788.084-79); Ivys Antônio Juvino da Silva (CPF 086.707.054-43); Lucas Lopes Barreto de Sousa (CPF 069.130.484-08); Maria Luiza Barbalho da Purificação (CPF 013.642.044-36); Mariana Fontes Xavier Correia (CPF 065.651.674-78); Marília de Melo Vasconcelos (CPF 014.312.374-26); Paula Francineide Pinto da Silva (CPF 021.953.424-12).

1.3. Unidade: Universidade Federal de Pernambuco.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10130/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal de Guillermo Cesar Obando melo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-019.993/2016-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessado: Guillermo Cesar Obando Melo (CPF 804.814.500-68).
1.3. Unidade: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10131/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal de Claudio Roberto Leite, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-020.312/2016-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessado: Claudio Roberto Leite (CPF 069.336.947-71).
1.3. Unidade: Universidade Federal do Pará.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10132/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-020.316/2016-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Joana Baptista Rocha (CPF 001.400.950-12); Marcia Monks Jantzen (CPF 906.201.000-87).
1.3. Unidade: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10133/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal de Celio Adrega de Moura Junior e fazer a determinação constante do item 1.8 abaixo.

1. Processo TC-020.411/2016-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessado: Celio Adrega de Moura Junior (CPF 272.298.708-28).
1.3. Unidade: Fundação Universidade Federal do ABC.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. determinar à Sefip que proceda a alteração no SISAC do campo Data de Admissão/Nomeação, no Formulário do servidor que consta na instrução, passando a constar de acordo com as justificativas transcritas no parágrafo 10 (dez).

ACÓRDÃO Nº 10134/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal de Ana Kalina Moura de Paula, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-020.761/2016-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessado: Ana Kalina Moura de Paula (CPF 541.311.384-68).
1.3. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10135/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-020.781/2016-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Larissa Castro Diogenes (CPF 666.536.813-00); Nivea Gomes Nascimento (CPF 840.558.203-72).
1.3. Unidade: Fundação Universidade Federal do Piauí.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10136/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal de Ueila Conceição Santos de Jesus e fazer a determinação constante do item 1.8 abaixo.

1. Processo TC-020.815/2016-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessado: Ueila Conceição Santos de Jesus (CPF 003.177.155-69).
1.3. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador-geral Paulo Soares Bugarin.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. determinar à Sefip que proceda o preenchimento no SISAC do campo Data de Validade do Concurso, passando a constar 2/06/2011.

ACÓRDÃO Nº 10137/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal de Odair Dal Agnol, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-020.839/2016-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessado: Odair Dal Agnol (CPF 707.838.450-49).
1.3. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador-geral Paulo Soares Bugarin.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10138/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal de Bruno Gomes da Costa, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-020.849/2016-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessado: Bruno Gomes da Costa (CPF 047.714.614-73).
1.3. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10139/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal de Paulo Daniel Curti de Almeida, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-020.863/2016-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessado: Paulo Daniel Curti de Almeida (CPF 648.738.032-68).
1.3. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador-geral Paulo Soares Bugarin.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10140/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-020.921/2016-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Celeste Silva Ferreira (CPF 747.665.383-15); Eliane de Sousa Almeida (CPF 508.417.853-68); Itamar Castelo Branco (CPF 240.813.963-53); Walter Araújo Rocha Júnior (CPF 838.307.403-44).
1.3. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10141/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-020.942/2016-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Ricardo Furtado Rodrigues (CPF 642.780.421-91); Rita de Cássia Dias (CPF 743.101.787-15); Wander Luiz Pereira dos Santos (CPF 034.664.467-40); Werley Gomes Facco (CPF 019.792.777-70).
1.3. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10142/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal de Harlley Sander Silva Torres, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-021.127/2016-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessado: Harlley Sander Silva Torres (CPF 746.223.236-72).
1.3. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador-geral Paulo Soares Bugarin.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10143/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-021.143/2016-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Diego Marinho de Gois (CPF 052.057.674-80); Leandro Pansonato Cazula (CPF 301.429.768-22).

EXEMPLAR DE ASSINANTE
EXEMPLAR DA IMPRENSA NACIONAL

1.3. Unidade: Universidade Federal do Oeste do Pará.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10144/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-021.159/2016-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Marcelo Souza Motta (CPF 027.844.977-80); Patricia Sanez Pacheco (CPF 053.704.957-69).
1.3. Unidade: Universidade Tecnológica Federal do Paraná.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10145/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal de Wilson Fabio de Oliveira Bispo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-021.256/2016-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessado: Wilson Fabio de Oliveira Bispo (CPF 921.588.035-68).
1.3. Unidade: Escola Agrotécnica Federal de Santa Inês.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10146/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal de Fabio André Porto Alves, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-021.273/2016-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessado: Fabio André Porto Alves (CPF 043.418.534-57).
1.3. Unidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Petrolina.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10147/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-021.298/2016-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Deuzilene Marques Salazar (CPF 441.449.382-04); Diego Câmara Sales (CPF 880.620.822-53); Elival Martins dos Reis Júnior (CPF 743.627.392-20); Emmina Lima da Cruz de Souza (CPF 727.012.182-68).
1.3. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador-geral Paulo Soares Bugarin.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10148/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal de Geraldo da Mota Dantas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-021.307/2016-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessado: Geraldo da Mota Dantas (CPF 568.985.924-91).
1.3. Unidade: Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10149/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-021.336/2016-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Glaucia dos Passos Mota (CPF 876.761.255-53); Rodolfo Santos da Conceição (CPF 844.060.625-72).
1.3. Unidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Sergipe.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10150/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal de Aristeia Nunes Sampaio, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-021.352/2016-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessada: Aristeia Nunes Sampaio (CPF 665.614.002-59).
1.3. Unidade: Fundação Universidade Federal do Acre.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinação:
1.8.1. determinar à Sefip que proceda a alteração no SISAC do campo Data de Validade do Concurso, passando a constar 12/12/2007.

ACÓRDÃO Nº 10151/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal de Julio Cesar de Paulo Cravinhos, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-021.402/2016-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessado: Julio Cesar de Paulo Cravinhos (CPF 713.594.513-15).
1.3. Unidade: Fundação Universidade Federal do Piauí.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador-geral Paulo Soares Bugarin.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10152/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal de Aline Vieira Bezerra Higino de Oliveira, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-021.409/2016-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessado: Aline Vieira Bezerra Higino de Oliveira (CPF 893.044.465-20).
1.3. Unidade: Universidade Federal de Alagoas.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador-geral Paulo Soares Bugarin.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10153/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal de Rafael de Lacerda Moreira, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-021.411/2016-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessado: Rafael de Lacerda Moreira (CPF 066.398.026-78).
1.3. Unidade: Universidade Federal do Espírito Santo.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10154/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal de Carla Pereira dos Santos, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-021.439/2016-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessada: Carla Pereira dos Santos (CPF 885.960.444-34).
1.3. Unidade: Universidade Federal da Paraíba.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10155/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal de Gabriela Maria Barbosa Brabo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-021.556/2016-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessado: Gabriela Maria Barbosa Brabo (CPF 127.465.252-91).
1.3. Unidade: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador-geral Paulo Soares Bugarin.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10156/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos de admissão de pessoal dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-021.834/2016-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: André Freire Mastrorocco (CPF 074.955.767-23); Bruna Pinheiro de Araujo (CPF 029.854.411-37); Gabriel dos Santos Machado (CPF 036.282.865-22); Ivan do Carmo Machado (CPF 013.726.005-90); Leandro Cezário de Brito (CPF 015.856.295-02); Reynaldo de Oliveira Santos (CPF 584.337.086-00).
1.3. Unidade: Universidade Federal do Sul da Bahia.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10157/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato de admissão de pessoal de Nelson Jorge da Silva, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.001/2016-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessado: Nelson Jorge da Silva (CPF 486.847.329-87).
1.3. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10158/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos de admissão de pessoal dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.004/2016-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Classe de Assunto: IV.

1.2. Interessados: Andreia Scheeren (CPF 899.885.150-49); Andrenizia Aquino Eluan (CPF 471.447.182-15); Andressa da Costa Farias (CPF 807.269.330-15); Andréia Casagrande Begnini (CPF 041.292.319-01); Angélica da Silva e Silva (CPF 629.151.852-04); Antônio Zipf (CPF 517.955.079-34); Arisangela Denti (CPF 973.660.489-68); Bruno Sens Chang (CPF 041.109.269-39); Caio Murilo dos Santos (CPF 066.340.669-22); Carla Denise Grudtner (CPF 609.761.529-91); Carla Morschbacher (CPF 048.317.189-12); Carlos Filipe Gonçalves dos Santos (CPF 027.381.499-01); Carolina Habib Ribeiro (CPF 085.547.076-30); Carolina Soares Bueno (CPF 081.665.459-00); Cintia Alves Vicente (CPF 035.980.599-06); Claudinice Carla Bertotti (CPF 784.394.269-68); Claúdio Barcelos Ogando (CPF 036.855.726-01); Cleber Schaefer Barbaresco (CPF 043.838.759-71); Clecy Viganico Alves (CPF 092.709.220-49); Cleidir Salvato da Silva (CPF 035.394.179-40).

1.3. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: procurador-geral Paulo Soares Bugarin.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10159/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos de admissão de pessoal dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.008/2016-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Classe de Assunto: IV.

1.2. Interessados: Julianna da Silva Vieira (CPF 080.882.949-16); Juscelino Shindsi Sakai (CPF 545.388.316-20); Júlio Fabio Scherer (CPF 890.798.339-91); Júlio Monteiro Teixeira (CPF 006.946.789-70); Kamila Kazmierczak (CPF 064.966.719-07); Karen Cristine Santos Galvao (CPF 344.164.568-59); Karine Pereira Goss (CPF 803.138.419-34); Keity Kristiny Vieira Isoppo (CPF 046.571.969-44); Leandro Schmitz (CPF 050.149.169-45); Leila Cavalheiro Violin (CPF 266.640.878-71); Leila Cottet (CPF 035.463.489-58); Leomar Besen (CPF 713.237.919-49); Leonardo Ribeiro Moço Pessanha (CPF 127.102.147-17); Leonardo Vilani de Vargas (CPF 672.700.420-04); Liane Silva Ramos (CPF 458.746.032-04); Liane da Silva Bueno (CPF 612.390.540-68); Lidiane Dias Andrade (CPF 002.727.680-57); Lucas Silveira (CPF 075.654.739-36); Lucia Kinak Silva (CPF 923.604.759-91); Luciana Vargas Ronsani (CPF 014.906.670-83).

1.3. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10160/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos de admissão de pessoal dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.011/2016-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Classe de Assunto: IV.

1.2. Interessados: Ranuzy Borges Neves (CPF 051.116.469-65); Renata Ferreira da Silva (CPF 025.661.039-84); Renato Bergamo (CPF 808.717.120-91); Ricardo Teixeira Canarin (CPF 032.889.859-77); Robero Schwars Junior (CPF 033.734.889-82); Roberta Costa Ribeiro da Silva (CPF 635.064.162-00); Rodrigo Battisti (CPF 061.419.559-40); Rose Duarte da Silva Gonçalves (CPF 481.810.729-87); Roseana Eda Stolte (CPF 771.730.749-91); Sandriane Pizato (CPF 059.004.749-33); Sergio Luis dos Passos Junior (CPF 003.412.699-64); Silvia Renate Ziller (CPF 566.992.809-10); Soraia Soares da Silva (CPF 947.787.019-68); Suzane Cardoso Gonçalves Madruga (CPF 044.163.659-42); Thais Muller Hameister (CPF 664.417.140-00); Thais Rodrigues de Almeida (CPF 977.218.080-49); Thaís dos Santos de Souza (CPF 076.768.289-02); Thereza Cristina Bertazo Silveira Viana (CPF 019.528.299-09); Thiago Medeiros Rocha (CPF 005.396.259-14); Thiago Rafael Ferreira Marques (CPF 066.590.599-89).

1.3. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10161/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos de admissão de pessoal dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.017/2016-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Classe de Assunto: IV.

1.2. Interessados: Rodrigo Borges Bertoni (CPF 316.395.850-87); Rúbia Emmel (CPF 007.422.220-12).

1.3. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10162/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato de admissão de pessoal de Jacqueline Bailao da Silva Lopes, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.019/2016-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Classe de Assunto: IV.

1.2. Interessada: Jacqueline Bailao da Silva Lopes (CPF 956.858.391-20).

1.3. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10163/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato de admissão de pessoal de Alexandra de Araújo Pereira, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.022/2016-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Classe de Assunto: IV.

1.2. Interessado: Alexandra de Araújo Pereira (CPF 836.949.513-34).

1.3. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: procurador-geral Paulo Soares Bugarin.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10164/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato de admissão de pessoal de Gabriel Luiz Santos Kachel, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.024/2016-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Classe de Assunto: IV.

1.2. Interessado: Gabriel Luiz Santos Kachel (CPF 051.654.059-90).

1.3. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10165/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos de admissão de pessoal dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.028/2016-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Anderson Antonio Horta (CPF 014.626.166-66); Bruna Araújo Cunha (CPF 079.902.856-81); Bruno Augusto Paiva (CPF 107.957.066-77); Celio Medina Gonçalo (CPF 049.119.016-67); Daniel Vieira de Sousa (CPF 067.442.406-92); Estela Pereira Batista (CPF 171.906.888-70); Ezequiel Gasparin (CPF 812.268.880-20); Fabiano Roldao Anastacio (CPF 022.811.589-26); Helen Cristina Pinto Santos (CPF 089.207.816-21); Karen Cristina Guedes Silva (CPF 097.522.356-97); Katia Geralda Pascoal Fonseca (CPF 073.425.096-71); Leonardo Debossan de Oliveira (CPF 089.340.156-08); Marcia Miranda Amorim (CPF 093.283.156-70); Paulo Henrique de Carvalho (CPF 078.162.456-88); Pedro César Rohlfs Pereira (CPF 061.729.396-10); Rafael Batista Rodrigues (CPF 067.824.096-58); Renata Teles Moreira (CPF 056.475.946-54); Ronaldo Fernandes Roque (CPF 013.103.896-67); Rudney Carlos da Mata (CPF 058.029.216-92); Taciana Maria da Silveira (CPF 075.419.746-84).

1.3. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: procurador-geral Paulo Soares Bugarin.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10166/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos de admissão de pessoal dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.035/2016-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Classe de Assunto: IV.

1.2. Interessados: Alencar de Miranda Amaral (CPF 064.222.306-80); Alexandre Gavira Marques (CPF 113.044.778-27); Anderson Pereira Almeida (CPF 032.006.495-69); Antonio Jose Gomes Pedrosa (CPF 048.859.244-56); Caliane Borges Ferreira (CPF 002.842.375-58); Cicero Taumaturgo Leonidas Dum (CPF 089.233.774-57); Cristian Arao Silva de Jesus (CPF 030.428.775-07); Diego Firmino de Carvalho Diniz Ferraz (CPF 060.468.664-13); Edilane Ferreira Silva (CPF 044.296.045-09); Edson Lopes Vieira Filho (CPF 034.006.575-30); Fernando de Aguiar Lemos (CPF 741.169.080-53); Flavio Costa Ferreira (CPF 024.146.894-98); Frederik Moreira dos Santos (CPF 794.531.125-34); Gabriela Mafra Dantas Lopes (CPF 014.042.694-95); Ivonaldo Faustino Silva Junior (CPF 089.410.274-54); Izabela Pinheiro de Santana Lacerda (CPF 017.573.365-16); Joana Xenia Rabelo Ferreira (CPF 104.810.787-62); Laio Magno Santos de Sousa (CPF 021.958.265-33); Loumaira Carvalho da Cruz (CPF 035.035.895-89); Marco Tulio Caria Guimaraes Pereira (CPF 064.297.996-03).

1.3. Unidade: Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: procurador-geral Paulo Soares Bugarin.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10167/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos de admissão de pessoal dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.036/2016-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Classe de Assunto: IV.

1.2. Interessados: Maria Juçara Batista (CPF 573.763.103-63); Noelly Bastos Cavalcante (CPF 058.428.154-43); Pedro Macario de Moura (CPF 047.103.454-14); Renato Alves dos Santos (CPF 097.229.254-31); Roberto Tenorio Figueiredo (CPF 030.392.014-92); Rodrigo de Freitas Amorim (CPF 054.358.944-76); Samuel Carvalho de Azevedo Marques (CPF 959.408.555-04); Sueli Menelau de Novais (CPF 677.396.525-04); Tarcisio Fagner Aleixo Farias (CPF 009.066.295-43).

1.3. Unidade: Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10168/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos de admissão de pessoal dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.040/2016-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Classe de Assunto: IV.

1.2. Interessados: Tatiana Maciel Gontijo de Carvalho (CPF 801.549.216-53); Wagner Cardoso Soares (CPF 107.534.456-54).

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1.3. Unidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10169/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos de admissão de pessoal dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.042/2016-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Luciana Kuhn Viegas Medeiros (CPF 824.136.737-68); Paulo Moreira Bartholo Junior (CPF 235.963.097-00); Rosangela da Silva Freitas (CPF 011.149.157-69); Sandra Duarte de Oliveira Simoes (CPF 817.284.257-00); Solange Garrido da Costa (CPF 404.588.147-68).
1.3. Unidade: Colégio Pedro II.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador-geral Paulo Soares Bugarin.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10170/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos de admissão de pessoal dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.057/2016-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Antonio Coelho Filho (CPF 035.418.584-51); Jean Lucio Santos Evangelista (CPF 839.045.905-10).
1.3. Unidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Petrolina.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10171/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos de admissão de pessoal dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.060/2016-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Arthur Nascimento de Melo (CPF 009.900.744-47); Artur Virgilio Simpson Martins (CPF 949.076.412-49); Decio Keher Marques (CPF 634.401.212-91); Joao Batista de Souza Filho (CPF 741.515.687-00); Rafael Menezes de Castro (CPF 684.465.272-00); Samuel Antao Ferreira do Nascimento (CPF 935.534.712-04).
1.3. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador-geral Paulo Soares Bugarin.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10172/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos de admissão de pessoal dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.061/2016-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Abraham Thomas Moreira da Silva (CPF 703.019.801-87); Claudineia Feitosa (CPF 003.243.541-00); Cristina de Arruda Ribeiro e Silva (CPF 861.382.001-87); Darleni Catarina Barbosa Lima (CPF 348.999.618-63); Dayana Gomes Pereira (CPF 901.947.051-53); Emily Fernanda de Almeida Sierra (CPF 002.316.831-54); Fabiana Francisca Macena (CPF 079.452.556-39); Gabriel Eliseu Silva (CPF 012.118.711-00); Jackelyne de Souza Medrado (CPF 026.978.431-40); Joaquim Pedro Ribeiro Vasconcelos (CPF 036.960.321-40); Julio Cezar Pedrosa da Silva (CPF 040.225.871-13); Leandro Oliveira de Lima (CPF 999.886.741-04); Leonardo Ramos da Silveira (CPF 009.254.601-33); Luciana Caprice Silva Santos da Rocha (CPF 697.667.461-68); Maria Luiza Batista Bretas (CPF 396.930.821-68); Patrícia Viana Mastélla (CPF 779.239.101-97); Regis Cardoso (CPF 862.743.416-68); Victor Hugo de Paiva Arantes (CPF 035.829.281-60).
1.3. Unidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10173/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos de admissão de pessoal dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.064/2016-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Arianne Soares de Souza (CPF 018.895.943-26); Carmecilia Ferreira dos Santos (CPF 004.158.101-67); Giovani Gomes de Oliveira (CPF 857.864.113-20); Iara Conceição Guerra de Miranda Moura (CPF 009.687.243-88); Luzia Maria Rodrigues (CPF 071.806.614-65); Maria da Glória Rodrigues de Souza (CPF 982.934.513-00); Maristela Lopes de Oliveira (CPF 322.430.063-91); Nathanael de Sousa Barreto (CPF 039.812.193-17); Neydiane Pereira Lopes (CPF 005.088.013-62); Paulo Alex dos Santos Maranhão (CPF 008.119.063-88); Ricardo José Ferreira de Brito (CPF 029.734.173-17); Thayson Rodrigues Lopes (CPF 993.859.373-91).
1.3. Unidade: Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador-geral Paulo Soares Bugarin.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10174/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato de admissão de pessoal de Edvan Aragao Santos, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.067/2016-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessado: Edvan Aragao Santos (CPF 014.720.145-45).
1.3. Unidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Sergipe.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10175/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos de admissão de pessoal dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.072/2016-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Adriana Cardoso Furtado Jaco de Oliveira (CPF 879.256.059-87); Adriana Monte Cassiano Canavaci (CPF 218.340.458-27); Adriana de Almeida (CPF 032.297.399-65); Andre Luis Oliveira de Mello (CPF 753.941.705-68); Aélica da Silva (CPF 019.745.321-00); Camila Gomes Santanna (CPF 307.064.638-70); Daniel Ordine Vieira Lopes (CPF 025.257.411-70); Danielle Mattos de Menezes Abreu (CPF 827.594.641-72); Debora Santos Lula Barros (CPF 024.920.451-70); Igor Ximenes Graciano (CPF 719.710.331-20); Kelly Ranyelle Alves Araujo (CPF 037.063.841-75); Marcio Amaral Ferreira (CPF 035.972.716-69); Rodrigo Figueiredo Suassuna (CPF 477.751.061-15).
1.3. Unidade: Fundação Universidade de Brasília.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador-geral Paulo Soares Bugarin.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10176/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato de admissão de pessoal de Aires Manuel dos Santos Fernandes, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.073/2016-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessado: Aires Manuel dos Santos Fernandes (CPF 742.733.531-72).
1.3. Unidade: Fundação Universidade Federal do Amapá.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10177/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato de admissão de pessoal de Katia Solange Fonseca do Rosario Vilela, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.076/2016-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessado: Katia Solange Fonseca do Rosario Vilela (CPF 860.638.046-68).
1.3. Unidade: Fundação Universidade Federal de Ouro Preto.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10178/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos de admissão de pessoal dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.077/2016-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Ana Celia Carvalho Ferreira (CPF 674.193.643-20); Daniel Barroso de Carvalho Ribeiro (CPF 018.891.423-44); Edenia Raquel Barros Bezerra de Moura (CPF 935.038.733-68); Edilson Gomes de Oliveira (CPF 845.576.483-04); Francisca Lidiane de Sousa Lima (CPF 628.737.173-00); Geilson Silva Pereira (CPF 777.964.113-91); Lorena Mendes de Carvalho Lucio (CPF 936.436.403-15); Maria Walkercia Rodrigues Sousa Almondes (CPF 351.144.363-68); Moema Kelma Ferreira Alencar (CPF 741.994.473-34); Ronald de Carvalho Mendes Junior (CPF 474.548.733-91); Victor Marcelo Pires Goncalves da Silva (CPF 661.815.693-91).
1.3. Unidade: Fundação Universidade Federal do Piauí.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador-geral Paulo Soares Bugarin.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10179/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos de admissão de pessoal dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.079/2016-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Aline Oliveira Belem (CPF 831.759.705-91); Alyne Dantas Lima (CPF 014.789.955-99); Camilo Antonio Santa Barbara Junior (CPF 804.605.505-00); Cipriano Ferreira da Silva Junior (CPF 478.992.473-49); Diana Viturino Santos (CPF 040.160.645-70); Edna da Silva Machado Rodrigues (CPF 037.944.045-80).
1.3. Unidade: Fundação Universidade Federal de Sergipe.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10180/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos de admissão de pessoal dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.113/2016-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Ana Claudia Mendes Malhado (CPF 268.836.308-56); Ana Claudia Mendes Malhado (CPF 268.836.308-56); Anabelle Santos Lages (CPF 044.441.066-03); Beatriz Santana de Souza Lima (CPF 023.262.205-10); Clelio dos Santos (CPF 576.827.395-68); Daniel Lopes de Oliveira (CPF 012.156.024-48); Danielle Gomes de Barros Souza (CPF 012.898.244-60); Elaine Cristina de Medeiros Moura (CPF 043.521.664-30); Heloisa Fernanda da Silva Santos (CPF 063.491.314-01); Karlos Antonio Lisboa Ribeiro Junior (CPF 007.909.714-61); Marcela Fernandes Peixoto (CPF 013.482.974-33); Marcela Fernandes Peixoto (CPF 013.482.974-33); Marcus Vinicius Santana Lima (CPF 034.274.145-40); Maria Elizabete Rodrigues Viana (CPF 084.017.604-02); Rafael Nobrega de Oliveira Lucena (CPF 058.444.854-67); Raphaela Sant'ana Batista Toledo (CPF 053.883.894-99).

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1.3. Unidade: Universidade Federal de Alagoas.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10181/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos de admissão de pessoal dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.114/2016-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Anderson Fontes Passos Guimaraes (CPF 028.660.595-30); Caio Vinicius Freire da Cunha (CPF 075.373.154-18); Cristiane Sobrinho Costa (CPF 649.176.575-04); Debora Moura dos Santos (CPF 029.680.125-92); Diane Costa Moreira (CPF 008.179.865-29); Gleise Cristiane Ferreira de Oliveira (CPF 838.426.835-53); Jayce Layana Lopes Callou (CPF 051.538.034-22); Joel Santana (CPF 953.096.595-87); Lais Chagas de Carvalho (CPF 041.019.735-12); Marcelo Timbo Nilo (CPF 865.290.995-49); Melaine Santos Oliveira (CPF 805.160.765-15); Monique Araujo de Medeiros Brito (CPF 058.476.184-84).
1.3. Unidade: Universidade Federal da Bahia.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10182/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos de admissão de pessoal dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.116/2016-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Andressa Rodrigues Pavão (CPF 099.355.147-57); Breno Dalcolmo de Almeida Leão (CPF 117.282.107-04); Camila Bruno Fialho (CPF 066.857.076-82); Camila Fernandes Mari (CPF 130.374.337-01); Eduardo Vinícius Vieira Varejão (CPF 003.334.146-08); Eduardo Zambon (CPF 052.157.347-55); Elaine de Almeida Wantil Teixeira (CPF 098.156.177-29); Everton Faria Meira (CPF 034.706.147-84); Felipe da Silva Pinheiro (CPF 067.717.836-00); Fernanda Perozini Damm (CPF 097.660.777-89); Gabriel Almeida Albuquerque (CPF 081.762.107-57); Geyza Rosa Oliveira Novais Vidon (CPF 026.793.896-97); Halisson Golffetto da Veiga (CPF 131.258.727-07); Janaína Mariano César (CPF 083.711.867-03); Joana de Paula Boeno (CPF 104.633.027-61); João Antônio Salvador de Souza (CPF 124.630.537-20); Juarez Jandre Azevedo (CPF 122.697.257-86); Julia Peixoto de Oliveira (CPF 114.304.547-50); Juliana Pereira Simões (CPF 061.655.306-48); Júnio Damasceno de Souza (CPF 003.576.026-50).
1.3. Unidade: Universidade Federal do Espírito Santo.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador-geral Paulo Soares Bugarin.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10183/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato de admissão de pessoal de Zimdahl Winfried Ernst Wilhelm, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.120/2016-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessado: Zimdahl Winfried Ernst Wilhelm (CPF 060.201.287-25).
1.3. Unidade: Universidade Federal do Espírito Santo.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10184/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos de admissão de pessoal dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.128/2016-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Elaine Cristina Alves da Silva (CPF 073.966.654-18); Klebia de Araújo Sampaio (CPF 048.830.154-83); Lilian Braga do Nascimento (CPF 031.492.294-64); Mariel Jose Pimentel de Andrade (CPF 053.976.454-00); Mauricio Nogueira da Cruz Pessoa (CPF 666.369.734-04); Pedro Ricardo da Cunha Nobrega (CPF 048.806.784-73); Renata Cristina da Penha França (CPF 029.882.774-35); Tatiana Barros Ferreira (CPF 047.833.764-76).
1.3. Unidade: Universidade Federal Rural de Pernambuco.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10185/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos de admissão de pessoal dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.143/2016-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Gleys Ially Ramos dos Santos (CPF 008.913.131-25); Jonas Eraldo de Lima Junior (CPF 035.836.999-12).
1.3. Unidade: Fundação Universidade do Tocantins.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10186/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos de admissão de pessoal dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.145/2016-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Rogerio Castro Ferreira (CPF 013.447.081-88); Vanessa Carolina de Sena Correia (CPF 001.250.641-95).
1.3. Unidade: Fundação Universidade do Tocantins.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10187/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal de Michelle Marinho Brasil, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.218/2016-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessada: Michelle Marinho Brasil (CPF 048.159.334-99).
1.3. Unidade: Universidade Federal de Campina Grande.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10188/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-022.592/2016-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Bruna Menegassi (CPF 290.553.768-09); George Camargo (CPF 190.369.958-41).
1.3. Unidade: Fundação Universidade Federal da Grande Dourados.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10189/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal de Rafael Bastos Damascena, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.594/2016-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessado: Rafael Bastos Damascena (CPF 021.632.075-52).
1.3. Unidade: Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador-geral Paulo Soares Bugarin.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10190/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-022.605/2016-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Ana Claudia Chaves da Silveira (CPF 485.382.990-34); Ana Paula Guex Falcão (CPF 993.530.830-87); Daniel Brum da Silva (CPF 000.432.990-24); Liliane Carvalho Bica (CPF 012.871.240-62); Maritza Costa Moraes (CPF 310.753.120-00); Simara Alexandra da Silva (CPF 972.289.820-53).
1.3. Unidade: Fundação Universidade Federal do Pampa.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10191/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-022.606/2016-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Andre Benicio Silveira (CPF 071.456.704-37); Bruno Henrique Felix de Souza (CPF 070.872.644-51); Carmem Maia dos Santos Câmera (CPF 042.315.324-27); Fernando Antonio Guimaraes Tenório (CPF 076.577.024-51); Ledevande Martins da Silva (CPF 825.745.534-20); Luis Fernando Gomes Fernandes (CPF 001.071.133-33); Marcos Antonio da Silva (CPF 585.678.283-68); Marta Simone Vital Barreto (CPF 045.261.324-89); Marta da Silva Aguiar (CPF 053.402.064-08); Meiryjane Lopes da Cruz (CPF 060.099.074-54).
1.3. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10192/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-022.608/2016-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Ana Claudia Cagnin (CPF 048.136.379-30); Claiton Kolm (CPF 008.130.899-05); Felipe de Oliveira Lamberg Henrique dos Santos (CPF 082.133.227-97); Itamare Regina Raldi Dresseno (CPF 698.561.929-00).
1.3. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ACÓRDÃO Nº 10193/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-022.609/2016-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Classe de Assunto: IV.

1.2. Interessados: Adelisa Wachholz Otto (CPF 750.611.809-25); Adilson Pakuszewski (CPF 007.655.569-01); Adriana Braga Gomes (CPF 710.411.840-34); Alessandra Maria de Espindola (CPF 984.023.589-34); Alexandre Ribeiro da Silva (CPF 888.653.399-34); Ana Claudia Vieira (CPF 062.415.279-08); Ana Cristina de Faria (CPF 054.844.619-95); Anderson Amorim Baldoino (CPF 054.545.429-89); Anderson de Assunção Medeiros (CPF 440.963.050-49); Andressa Cassias Pereira (CPF 008.317.019-78).

1.3. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10194/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-022.614/2016-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Classe de Assunto: IV.

1.2. Interessados: Flavia Candido Nogueira Merini (CPF 058.374.719-10); Franciele Pozzebon Pivetta (CPF 004.678.010-61); Francieli Maria Libero (CPF 048.054.569-30); Gabriela Perdoná (CPF 079.539.229-08); George Januário da Silva (CPF 004.229.079-10); Gilmar Ribeiro (CPF 062.870.899-89); Giovani Câmara (CPF 050.052.659-10); Giovani Furini (CPF 012.787.900-55); Giselda Tatiana de Souza Rocha (CPF 887.520.389-04); Graziele Vefago Boaventura (CPF 063.069.869-44).

1.3. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10195/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-022.616/2016-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Classe de Assunto: IV.

1.2. Interessados: Jean Marlon Hulse Merigo (CPF 074.466.069-67); Joana Nunes Costa (CPF 066.669.589-00); Jorge Augusto Sandoval Ferreira (CPF 054.101.489-75); Josivan Couras Bezerra Silva (CPF 060.640.114-83); João Paulo Lopes Fernandes (CPF 042.859.519-75); Juan Carlos Nascimento (CPF 042.758.839-18); Juarez Olegario Junior (CPF 037.829.679-50); Juliana Karem Fonseca Coutinho (CPF 093.258.059-95); Juliana Pansera Espindola (CPF 032.970.429-07); Juliano Reginaldo Corrêa da Silva (CPF 003.720.639-77).

1.3. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10196/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-022.617/2016-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Classe de Assunto: IV.

1.2. Interessados: Julio Cesar da Silva (CPF 072.155.599-39); Karin Beck (CPF 822.062.109-59); Leandro Sebastião Silva (CPF 058.307.449-96); Leilyane Kuiaski Malikoski (CPF 053.458.969-33); Leonardo Antonio Radaik (CPF 295.949.228-50); Liriane Guimarães Morais (CPF 002.489.180-01); Lucas Fernandes da Silva (CPF 067.655.669-88); Lucas Maltempi Monfardine (CPF 318.331.788-58); Lucas Neto (CPF 059.269.659-69); Lucas de Souza Ranakovski (CPF 085.155.899-23).

1.3. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: procurador-geral Paulo Soares Bugarin.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10197/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-022.621/2016-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Classe de Assunto: IV.

1.2. Interessados: Pablo Tobias Medeiros Tribug (CPF 003.565.210-10); Paula Remos de Mello (CPF 346.173.611-20); Paula da Rosa Wernke (CPF 059.797.759-35); Priscila Paris Duarte (CPF 960.426.210-68); Priscila de Matos (CPF 017.284.540-85); Priscilla Infancio Antunes (CPF 056.304.829-80); Priscilla de Oliveira (CPF 028.243.730-40); Péricles Lombardi (CPF 309.930.418-25); Queti Di Domenico (CPF 060.035.889-50); Rafaela Cristina Pretti (CPF 036.248.879-71).

1.3. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10198/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-022.622/2016-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Classe de Assunto: IV.

1.2. Interessados: Rafaela Taisa Menin (CPF 047.991.589-02); Raquel Ludwichk Orben (CPF 070.747.389-64); Renan Batista dos Santos Ribeiro (CPF 045.024.259-58); Roberta Elpídio Cardoso (CPF 040.802.859-90); Roberto Torquato Rocha (CPF 003.441.629-31); Robson Oliveira Gonçalves (CPF 021.205.640-94); Rodenei de Souza (CPF 798.795.869-72); Rodrigo Luis Ferreira Santos (CPF 024.474.004-62); Rodrigo Scheffer Stoffel (CPF 062.786.869-02); Romário da Silva Araújo (CPF 091.167.189-76).

1.3. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10199/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-022.625/2016-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Classe de Assunto: IV.

1.2. Interessados: Vanildo Santos (CPF 042.740.109-70); Vinicius Tadeu de Oliveira (CPF 015.457.666-22); Vinicius de Gouveia (CPF 050.355.929-60); Vitor Gabriel Ramos (CPF 049.867.309-08); Wagner Cabral Mehl (CPF 008.240.447-03); William Sadao Hasegawa (CPF 048.076.579-09); Wilson Moreschi (CPF 751.372.249-87); Yhur Brulinger Pavei (CPF 064.376.889-04).

1.3. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10200/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-022.626/2016-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Classe de Assunto: IV.

1.2. Interessados: Anna Kelly Souza Santos Cardosos (CPF 027.834.411-95); Berto Rodrigo Marinho da Luz (CPF 007.606.721-13); Caroline Guimaraes Silva (CPF 034.603.591-02); Cassia da Silva Castro Arantes (CPF 016.190.091-70); Daniel de Sousa Santos (CPF 029.197.731-60); Dorgival Fidellis de Souza (CPF 004.852.951-64); Estelina Barros Jardim (CPF 877.705.041-04); Fernando da Rocha Rodrigues (CPF 903.745.091-15); Gilmara Aparecida Correa Fortes (CPF 024.919.491-05); Glaucielle Celestina de Sá (CPF 027.411.981-10).

1.3. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10201/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-022.628/2016-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Classe de Assunto: IV.

1.2. Interessados: Alex da Luz Pereira (CPF 682.983.580-15); Aline Haab Lutte (CPF 021.291.850-88); Aline Maria Reichert de Oliveira (CPF 001.194.600-84); Carla Zimmermann Tuzin Santos (CPF 008.641.170-51); Cintia Beatriz Diehl Guntzel dos Santos (CPF 007.890.090-56); Claudia Mendes de Oliveira (CPF 946.981.980-20); Edinara Moraes Morais (CPF 020.393.350-80); Fabricio Doring Martins (CPF 900.803.780-72); Kelly de Fatima Castilho (CPF 040.497.209-81); Leandro Jacques Martins (CPF 802.133.910-15).

1.3. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10202/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-022.631/2016-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Classe de Assunto: IV.

1.2. Interessados: Pedro Henrique Tomás (CPF 056.726.746-66); Rhayssa Batista Lisboa Magalhães (CPF 087.953.876-76).

1.3. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: procurador-geral Paulo Soares Bugarin.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10203/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-022.632/2016-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Classe de Assunto: IV.

1.2. Interessados: Alexandra de Souza (CPF 125.968.708-27); Aline Ribeiro Paes Gonçalves (CPF 068.668.456-70); Ana Paula Villela (CPF 062.635.466-89); Ariane Helena Marciano Fernandes (CPF 091.467.186-30); Deborah Sepini Batista (CPF 048.501.016-07); Denís Jesus da Silva (CPF 565.143.016-49); Fernando Araújo de Andrade Sobrinho (CPF 271.163.568-60); Gustavo Cássio de Moraes (CPF 085.013.446-30); Juliana do Carmo Jesus Pio (CPF 091.733.596-10); Márcia Aparecida de Paiva Silva (CPF 312.113.548-14).

1.3. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ACÓRDÃO Nº 10204/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-022.634/2016-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Classe de Assunto: IV.

1.2. Interessados: Ester Roberta Cardoso Moreira (CPF 028.702.427-00); Janaina de Assis Rufino (CPF 026.066.126-04); Kissila Neves Soares (CPF 118.803.937-78).

1.3. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10205/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-022.636/2016-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Classe de Assunto: IV.

1.2. Interessados: Adriana Silva Martins (CPF 571.293.630-53); André Luiz da Rosa (CPF 009.870.620-93); Andréia Regina Mallmann Carneiro (CPF 004.760.680-02); Gabriel Silveira Pereira (CPF 020.355.590-22); Geovana Prante Gasparotto (CPF 006.127.320-10); Heloísa Santini (CPF 376.999.380-20); Jason Scalco Piloti (CPF 011.683.170-70); Juliana dos Santos (CPF 003.811.450-00); Lucas Sironi (CPF 013.074.580-41); Lucilene Bender de Sousa (CPF 816.053.400-06).

1.3. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10206/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal de Yuri Lemos de Avila, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.638/2016-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Classe de Assunto: IV.

1.2. Interessado: Yuri Lemos de Avila (CPF 003.388.150-23).

1.3. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10207/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-022.639/2016-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Classe de Assunto: IV.

1.2. Interessados: Antonio Marcos Rodrigues dos Santos (CPF 694.582.946-49); Carolina Machado e Andrade (CPF 064.044.346-01); Ivone Nilma dos Santos (CPF 054.583.956-46).

1.3. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10208/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-022.645/2016-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Classe de Assunto: IV.

1.2. Interessados: Joana Rodrigues Moreira Leite (CPF 912.765.191-68); Joseanne Marques Ferreira (CPF 022.217.581-88); Juliana Michaela Leite (CPF 885.131.301-68); Leomir Batista Neres (CPF 097.557.456-61); Luara de Souza Lima Viana Pegoraro (CPF 016.450.081-26); Lucio Mario Costa (CPF 629.434.721-15); Manuela do Nascimento Silva (CPF 017.334.365-10); Marcio Jose da Costa Araujo (CPF 601.189.701-00); Marcus Henrique Martins e Silva (CPF 002.633.822-06); Marley Nunes Vituri Toloi (CPF 216.521.248-02).

1.3. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10209/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-022.647/2016-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Classe de Assunto: IV.

1.2. Interessados: Rodrigo Pacheco Guedes (CPF 020.705.751-60); Sabrina Silva Lacerda de Araujo (CPF 902.932.071-00); Sarah da Silva Soares (CPF 016.149.861-26); Sergio Arantes Danna (CPF 017.072.599-50); Soraide Isabel Ferreira (CPF 667.165.781-53); Sérgio Gomes da Silva (CPF 681.538.132-34); Tatiane Eloize Furyama Mota (CPF 037.312.651-41); Terezinha Hota da Silva (CPF 884.032.971-49); Thiago Mendes dos Santos Yashiki (CPF 010.231.191-96); Thiago Santana Cotrim (CPF 928.001.652-00).

1.3. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10210/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-022.651/2016-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Classe de Assunto: IV.

1.2. Interessados: Adriano Macedo Duarte (CPF 049.318.723-52); Agnaldo Ferreira da Rocha Filho (CPF 049.623.873-67); Carlos Sergio dos Reis Santos (CPF 018.304.723-05); Cicero Fabio Alves da Silva (CPF 004.900.883-84); Cinthya Suely Miranda Saraiva de Carvalho (CPF 010.681.543-14); Claudenira Cavalcante Melo (CPF 797.410.103-20); Cledinardo Bernardo Laurentino (CPF 842.939.423-00); Djane Alves Victor (CPF 032.748.483-79); Emilio Tarlis Mendes Pontes (CPF 510.766.323-00); Eranilce Tavares Meneses (CPF 025.002.573-63).

1.3. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10211/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-022.653/2016-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Classe de Assunto: IV.

1.2. Interessados: Maria Djany de Carvalho Araujo (CPF 779.014.793-53); Reginaldo de Araujo Marques (CPF 796.873.423-15); Renata Farias Fernandes (CPF 037.050.343-08).

1.3. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10212/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-022.654/2016-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Classe de Assunto: IV.

1.2. Interessados: Antonia dos Santos Silva (CPF 774.098.922-34); Bartolomeu Lima da Costa (CPF 465.701.952-04); Carlos Roberto Ribeiro da Silva Junior (CPF 144.188.148-41); Cássio Ferreira da Rocha (CPF 686.757.042-91); Divarcy de Moura Silva (CPF 864.092.982-34); Edeclan Damasceno Silva (CPF 763.692.342-49); Edmara Alves de Andrade (CPF 825.148.102-30); Irlandia Costa da Silva (CPF 830.889.032-68); José Rodney de Souza Figueiredo (CPF 359.294.482-72); João Felipe Silva (CPF 137.506.807-52).

1.3. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10213/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-022.657/2016-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Classe de Assunto: IV.

1.2. Interessados: Gustavo Reis de Moraes (CPF 087.754.116-79); Jaqueline Cássia da Rocha Pereira (CPF 016.206.406-35); Marcos Alan Marcelino (CPF 070.322.656-85); Mateus do Nascimento (CPF 014.846.576-59); Thiago Rodrigues Costa (CPF 039.929.876-20); Thomas Bertozzi de Oliveira e Souza Leao (CPF 046.397.976-13); Tiago de Oliveira Dias (CPF 049.772.196-19); Veríssimo Amaral Matias (CPF 095.134.456-07); Virgilio Chagas Resende (CPF 040.063.606-90); Wedley Gonçalves Veloso (CPF 092.607.636-14).

1.3. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10214/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal de Michelle Vieira Andrade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.659/2016-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Classe de Assunto: IV.

1.2. Interessado: Michelle Vieira Andrade (CPF 038.010.754-60).

1.3. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: procurador-geral Paulo Soares Bugarin.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10215/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-022.678/2016-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Classe de Assunto: IV.

1.2. Interessados: Alline Ribeiro Melo (CPF 077.671.079-65); Fernanda Sobral Rocha (CPF 027.712.199-05); Gabriel de Castro Oliveira (CPF 090.990.029-98); Guilherme Vasconcelos da Silva Mauro (CPF 118.750.267-70); Ivanir dos Santos (CPF 890.764.009-20); Larissa Fostinone Locoselli (CPF 340.141.548-40); Leandro Bispo Veras (CPF 045.452.959-75); Stephani Caroline Souza da Silva (CPF 086.985.509-32); Tiago Costa Sanches (CPF 299.983.228-12).

1.3. Unidade: Universidade Federal da Integração Latino-americana.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10216/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal de Jacqueline Bailao da Silva Lopes, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.680/2016-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessado: Jacqueline Bailao da Silva Lopes (CPF 956.858.391-20).
1.3. Unidade: Universidade Federal do Oeste do Pará.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10217/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-022.688/2016-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Agmar Bento Teodoro (CPF 001.866.206-40); Ana Paula de Oliveira Alves (CPF 664.087.096-72); Anderson Ribeiro de Oliveira Santos Silva (CPF 032.496.416-18); Andreza Campos Ferreira de Figueiredo (CPF 070.020.296-06); Cláudia Pereira Resende Santos (CPF 833.266.346-68); Francilene Ramos Lourenço Soares (CPF 013.607.726-93); Luciano dos Reis Fabi (CPF 027.897.786-39); Marciana Liberata da Silva (CPF 042.036.296-75); Pablo Forlam Ribeiro Batista (CPF 056.060.656-73); Silvia Kelly de Brito (CPF 037.538.106-65).
1.3. Unidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10218/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-022.689/2016-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Talia Santana Machado de Assis (CPF 047.791.906-57); Vinícius Lúcio Ferreira (CPF 071.866.446-94); Wallas Pereira da Silva (CPF 032.934.126-02); Webert Júnio Araújo (CPF 094.729.806-19).
1.3. Unidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10219/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal de Marcelo Costa da Silva, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.693/2016-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessado: Marcelo Costa da Silva (CPF 000.735.887-33).
1.3. Unidade: Colégio Pedro II.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador-geral Paulo Soares Bugarin.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10220/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal de Regina Aparecida Correa, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.709/2016-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessado: Regina Aparecida Correa (CPF 083.683.366-00).
1.3. Unidade: Universidade Federal de Alfenas.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10221/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-022.716/2016-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Adriano Ferreira Costa dos Santos (CPF 000.042.583-47); Carlos Alberto Barbosa de Souza Junior (CPF 013.830.105-01); Michelande Cardoso Madeira (CPF 020.775.703-85); Tiago Lisboa Lustosa (CPF 056.991.103-64).
1.3. Unidade: Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10222/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-022.717/2016-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Adriana Morais da Silva (CPF 165.520.058-57); Alexandre Camargo Maia (CPF 222.600.038-00); Aliana Lopes Câmara (CPF 223.025.018-37); Altamirando da Paz Ferreira (CPF 055.264.418-81); Ana Carolina Steffen Figueiredo (CPF 224.492.408-45); Ana Paula de Oliveira (CPF 232.330.188-86); Anderson Alves Esteves (CPF 257.686.678-65); Anderson Bernardo de Almeida (CPF 331.127.418-03); Antonio Frank dos Santos (CPF 282.181.468-22); Bruna Gomes Delanhese Mello (CPF 064.661.029-55).
1.3. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10223/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-022.719/2016-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Elaine Silva Maia (CPF 293.441.728-03); Erica Maio Taveira Grande (CPF 252.112.908-95); Fabiana Leite Rabello Mariano (CPF 004.080.057-18); Fabiana Zilocchi Marcondes (CPF 153.420.918-29); Fabiane Marilda Mazer Corteze (CPF 183.204.668-06); Fabio Crivelli de Avila (CPF 265.940.658-82); Fernanda Raquel Oliveira Lima (CPF 011.667.936-05); Flavio Mania (CPF 258.202.218-77); Fábio Cardoso Junior (CPF 318.694.728-61); Fábio Souza Romanello (CPF 257.434.918-01).
1.3. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10224/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-022.721/2016-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Johny Ferreira Barbosa (CPF 109.319.358-14); Juliano Ricciardi Floriano Silva (CPF 024.713.649-26); Luana Yuri de Araujo (CPF 405.024.568-09); Lucas Labigalini Fuini (CPF 307.920.798-09); Marcela Loureiro Alves (CPF 317.789.158-33); Mariana Bizari Machado de Campos (CPF 369.325.968-22); Maurici Cunha Batista (CPF 063.036.348-00); Mauro Sala (CPF 298.825.508-35); Maíra Carvalho Bachiega (CPF 306.584.678-08); Moacir Degasperi Junior (CPF 027.888.688-47).
1.3. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10225/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-022.723/2016-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Sabrina Espino Prata (CPF 286.976.298-45); Sandra Possebon Gatti (CPF 178.686.678-18); Smilhyn Lara de Oliveira (CPF 381.421.588-50); Talita Dina (CPF 358.674.528-16); Tatiane Cristina Fernandes Basconi (CPF 327.215.898-73); Ubirajara Coleto Junior (CPF 289.392.968-00); Valdir Marques de Souza (CPF 270.081.298-07); Vania Batista Flose Jardim (CPF 347.491.418-95); Yuri Ribeiro Moleiro (CPF 340.503.358-67).
1.3. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10226/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-022.724/2016-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Bruno Araújo de Souza (CPF 058.689.176-50); Elton de Jesus Silveira (CPF 065.198.436-01); Erica Maria Ferreira (CPF 051.212.716-62); Jorge Luis Batista (CPF 052.893.098-29); Layde Dyana Sierau (CPF 054.885.706-75); Moises Gonçalves de Melo (CPF 105.639.566-40); Reinaldo Livio Tameirao Duarte (CPF 034.729.636-03); Suzana Esteves Quadros (CPF 300.149.418-21); Thiago Antunes Lages (CPF 069.765.406-01); Thyago Jose Silva (CPF 066.888.916-03).
1.3. Unidade: Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10227/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal de Thiago Ferreira de Sousa, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.728/2016-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessado: Thiago Ferreira de Sousa (CPF 015.379.055-54).
1.3. Unidade: Universidade Federal do Triângulo Mineiro.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador-geral Paulo Soares Bugarin.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ACÓRDÃO Nº 10228/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal de Alexandre Nunes Pessoa, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.729/2016-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Classe de Assunto: IV.

1.2. Interessado: Alexandre Nunes Pessoa (CPF 623.341.236-68).

1.3. Unidade: Fundação Universidade Federal de São João Del Rei.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10229/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-022.730/2016-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Classe de Assunto: IV.

1.2. Interessados: Rafael Fabiano Machado Rosa (CPF 882.218.490-49); Vinícius Lazzari (CPF 024.651.380-22).

1.3. Unidade: Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10230/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-022.735/2016-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Classe de Assunto: IV.

1.2. Interessados: Antonio Coppi Navarro (CPF 475.316.739-91); Bruna Pereira Carvalho Sirqueira (CPF 035.275.503-21); Claudicéia Silva Mendes (CPF 959.872.153-15); Diana Rocha da Silva (CPF 804.718.703-15); Izandro Everton Serra (CPF 036.447.533-18); Jeyson Marcus Silva Soares (CPF 022.089.283-00); Jordania Maria de Ribamar Froes da Rocha (CPF 000.821.323-21); Laize Vanessa Froes Marques (CPF 600.190.533-98); Nilson Carlos Costa de Souza Filho (CPF 054.376.723-06); Wesley de Oliveira Carneiro (CPF 003.228.463-23).

1.3. Unidade: Fundação Universidade Federal do Maranhão.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10231/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-022.737/2016-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Classe de Assunto: IV.

1.2. Interessados: Alexandre Alvarez Mendes (CPF 040.723.961-84); Anderson Viçoso de Araujo (CPF 950.661.871-20); Bianca Cristina Ciccone Giacon (CPF 310.442.198-66); Claudia Elizabete da Costa Moraes Mondini (CPF 619.113.720-68); Jorge Luis D'avila (CPF 501.353.251-53); João Batista Sarmento dos Santos Neto (CPF 066.443.829-67); Marina Brasiliano Salerno (CPF 224.784.688-24); Paulo Roberto Nunes Viana (CPF 016.276.141-41).

1.3. Unidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10232/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-022.739/2016-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Classe de Assunto: IV.

1.2. Interessados: Caroline Terra de Oliveira (CPF 88.340.960-53); Rogéria Aparecida Garcia (CPF 720.589.510-34).

1.3. Unidade: Fundação Universidade Federal de Pelotas.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10233/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal de Rosana Rodrigues de Sousa, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.740/2016-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Classe de Assunto: IV.

1.2. Interessado: Rosana Rodrigues de Sousa (CPF 012.679.003-50).

1.3. Unidade: Fundação Universidade Federal do Piauí.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10234/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-022.744/2016-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Classe de Assunto: IV.

1.2. Interessados: Alexandra Rodrigues de Oliveira (CPF 873.207.546-49); Giselle Helena Tavares (CPF 080.050.906-41); Luciene Carmo Nonato Oliveira (CPF 880.426.696-15); Maltos Henrique Cardoso e Silva (CPF 044.980.416-07); Marcela Otávio Guedes (CPF 075.924.636-01); Mariana Angelica Ferreira (CPF 085.973.376-99); Mario Zann Assunção Braz (CPF 753.611.676-49); Nielsen Borges Alves (CPF 001.056.906-51); Paloma Mansini Basso (CPF 227.958.258-99); Sarentaty Ines Karoline Santana dos Reis (CPF 019.765.421-54).

1.3. Unidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10235/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-022.745/2016-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Classe de Assunto: IV.

1.2. Interessados: Taciana Cecilia Ramos (CPF 085.998.776-07); Viviane de Fatima da Fonseca Ferreira Lima (CPF 057.892.109-02).

1.3. Unidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: procurador-geral Paulo Soares Bugarin.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10236/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal de Viviane Cabral Bengezen, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.748/2016-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Classe de Assunto: IV.

1.2. Interessado: Viviane Cabral Bengezen (CPF 260.503.548-47).

1.3. Unidade: Fundação Universidade Federal de Viçosa.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10237/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-022.749/2016-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Classe de Assunto: IV.

1.2. Interessados: Anderson Coelho Silva (CPF 010.924.430-37); Andrea Carla Bauer (CPF 605.811.660-00); Rafael Garcia Marques (CPF 821.246.630-20); Tanise Henke Correa (CPF 002.858.230-60).

1.3. Unidade: Hospital de Clínicas de Porto Alegre.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10238/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-022.751/2016-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Classe de Assunto: IV.

1.2. Interessados: Alessandro Luiz Xavier Borges Pereira (CPF 069.148.607-77); Karine Vieira Pereira (CPF 116.945.457-76); Mariana dos Reis Santos (CPF 102.559.097-05).

1.3. Unidade: Instituto Benjamim Constant.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10239/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-023.163/2016-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Classe de Assunto: IV.

1.2. Interessados: Alberto Torreão Herrera (CPF 024.234.335-06); Alex Viana de Araujo (CPF 824.064.305-10); Fabiana Prudente Correia (CPF 030.751.995-32); Fabio Oliveira Passos (CPF 018.650.175-74); Filipe Pereira Paes (CPF 047.568.675-61); Geyse Clea Silva de Miranda (CPF 791.552.195-00); Gilvanice Barbosa da Silva Musial (CPF 480.391.365-04); Isabel Carvalho de Souza Bichara (CPF 032.618.656-52); Jorgana Fernanda de Souza Soares (CPF 999.720.690-87); José Roberto Bispo de Souza (CPF 826.866.105-49).

1.3. Unidade: Universidade Federal da Bahia.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10240/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-023.167/2016-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Classe de Assunto: IV.

1.2. Interessados: Carla Roberta Macedo de Sousa (CPF 830.446.393-87); Carlene Matias Miranda (CPF 007.700.213-01); Carlos Henrique de Sousa Vasconcelos (CPF 053.498.603-05); Carlos Lenz Cesar (CPF 090.585.593-00); Carlos Roberto Rodrigues Filho (CPF 929.954.543-04); Caroline de Fátima Aquino Moreira Nunes (CPF 751.498.772-04); Catarina de Almeida Apolonio (CPF 037.888.854-40); Cristina dos Santos Uchôa (CPF 632.901.973-87); Dacles Vágner da Silva (CPF 074.949.384-43); Debora Bruna Alves Almeida (CPF 054.263.053-23).

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1.3. Unidade: Universidade Federal do Ceará.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10241/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-023.171/2016-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1.Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Leidyanne Viana Nogueira (CPF 027.031.643-43); Lenita Pessoa de Souza (CPF 073.875.104-90); Lina Costa Joca (CPF 011.221.723-03); Luana Lemos Amaral (CPF 044.666.003-50); Lucas Lima Campos (CPF 049.937.533-57); Luciana Gurgel Farias Gondim (CPF 011.070.553-00); Lutzenfannia Martins Marinho (CPF 044.355.293-27); Marcelo Albuquerque Martins (CPF 023.838.303-21); Marcio Pinheiro Albuquerque (CPF 631.923.653-15); Maria Aparecida Dantas Lopes (CPF 426.955.383-91).
1.3. Unidade: Universidade Federal do Ceará.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10242/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-023.172/2016-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Maria Regilania da Silva (CPF 616.964.123-15); Mariana Banhos de Menezes Forte (CPF 046.175.523-83); Marney Eduardo Ferreira Cruz (CPF 630.650.103-72); Mauricio Amorim Gurgel do Amaral (CPF 600.192.003-66); Milena Rodrigues Nobre (CPF 035.975.863-09); Mirella Leite Pereira (CPF 628.771.433-68); Mirian Narjara Pires Rocha (CPF 027.587.913-58); Nayara Alves de Sousa (CPF 026.917.663-22); Niedila Nascimento Alves (CPF 003.028.473-24); Paula Rafaela Soares Cavalcante (CPF 019.797.293-44).
1.3. Unidade: Universidade Federal do Ceará.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10243/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-023.177/2016-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Eliandra Claudino de Jesus (CPF 027.744.087-41); Felipe Furtado Guimarães (CPF 100.338.627-02); Fernando Luiz do Nascimento (CPF 084.664.987-02); Flavio Tapajós de Bartolomeo (CPF 132.563.807-27); Francisco Caniçali Primo (CPF 082.664.237-33); Gabriela Carvalho Nunes (CPF 138.334.847-21); Gabriela Senra Amaral (CPF 098.205.247-25); Geciane Soares do Nascimento (CPF 077.794.137-64); Glenderson Blaser Petarli (CPF 128.097.627-67); Iramara Luiza Lopes (CPF 071.455.407-38).
1.3. Unidade: Universidade Federal do Espírito Santo.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10244/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-023.179/2016-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Lorrana Neves Nobre (CPF 124.230.477-03); Marcilana de Jesus (CPF 125.878.047-01); Mateus Faitanin Yin (CPF 137.011.327-71); Maxsander Luiz de Almeida (CPF 117.122.887-25); Mayra Peres Moulin (CPF 118.811.367-44); Patricia Gomes Rufino Andrade (CPF 993.329.657-49); Pâmella Teixeira Cardoso Jeveaux (CPF 124.155.087-56); Ricardo Nacari Maioli (CPF 077.749.177-05); Roberta Dalfior Cola (CPF 113.294.857-69); Rodrigo Botan Costa (CPF 057.941.257-13).
1.3. Unidade: Universidade Federal do Espírito Santo.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10245/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-023.180/2016-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Rosirene Alves da Silva (CPF 081.063.217-97); Rúbia Soares da Silva (CPF 103.016.367-70); Samira Bolonha Gomes (CPF 059.356.317-41); Samuel de Assis Silva (CPF 105.275.537-27); Shanna Pavan (CPF 123.471.667-43); Simone Lima Azevedo (CPF 113.160.507-18); Steveen Rios Ribeiro (CPF 108.091.747-07); Suellen Carvalho Eleotério (CPF 101.862.057-59); Tania Mara Zanotti Guerra Frizzera Delboni (CPF 873.181.727-00); Tatiana Passos de Oliveira (CPF 092.681.327-70).
1.3. Unidade: Universidade Federal do Espírito Santo.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10246/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal de Allan Hahnemann Ferreira, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.182/2016-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de assunto: IV.
1.2. Interessado: Allan Hahnemann Ferreira (CPF 935.291.391-49).
1.3. Unidade: Universidade Federal de Goiás.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador-geral Paulo Soares Bugarin.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10247/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-023.183/2016-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Alexandre Santos Gama (CPF 111.371.596-00); Aline da Silva Branquinho (CPF 073.600.806-30); Braulio de Magalhães Santos (CPF 855.408.466-72); Bruna Oliveira Silva (CPF 081.871.206-65); Carliane Delgado Lacerda (CPF 043.026.126-81); Elita Betania de Andrade Martins (CPF 927.556.666-68); Emerson Affonso da Costa Moura (CPF 054.284.517-26); Kassandro Cardoso Burmann (CPF 033.341.826-30); Laura Alves Cabral (CPF 056.825.986-60); Leandro Vieira Fernandes (CPF 059.432.336-36).
1.3. Unidade: Universidade Federal de Juiz de Fora.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10248/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-023.185/2016-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Suelany Cordeiro Felix (CPF 054.569.516-30); Suzane Carvalho Domingos (CPF 003.907.670-93).
1.3. Unidade: Universidade Federal de Juiz de Fora.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador-geral Paulo Soares Bugarin.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10249/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-023.186/2016-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Alamo Chaves de Oliveira Pinheiro (CPF 048.673.916-38); Andreia Almeida de Alcantara (CPF 096.455.776-24); Andressa Cristiane Buranhaem Viana (CPF 117.700.397-08); Carlos Henrique Ribeiro Schuch (CPF 039.646.346-03); Cintia Campos Silva (CPF 108.725.816-24); Cristina Aparecida Pimenta dos Santos (CPF 014.042.256-09); Cynthia Medeiros de Oliveira (CPF 090.592.976-44); Debora Bellard Gomes Campos (CPF 858.686.556-72); Denis Luiz Lopes (CPF 074.756.566-08); Denize Cristina Favaro (CPF 064.103.739-29).
1.3. Unidade: Universidade Federal de Minas Gerais.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10250/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-023.189/2016-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Marina Araujo (CPF 063.885.266-83); Matheus Miranda (CPF 119.082.046-30); Naim Rodrigues de Araujo (CPF 107.286.976-45); Oseias Martins Gonçalves (CPF 120.978.956-62); Patricia Nasser de Carvalho (CPF 295.021.078-37); Raquel de Fatima Braga (CPF 080.362.816-19); Rosimar Cristovam Matias (CPF 067.543.906-03); Sara Azevedo Guimaraes Santos (CPF 096.945.266-71); Sergio Antonio Canedo (CPF 455.199.356-53); Thales Cristiano Pereira dos Santos (CPF 103.163.366-96).
1.3. Unidade: Universidade Federal de Minas Gerais.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10251/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-023.192/2016-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Everaldo Lira da Cunha (CPF 003.745.012-38); Everson Raylan Silva dos Santos (CPF 008.871.862-03); Fabiana Nogueira da Silva (CPF 008.983.982-07); Fabio Andre Brasiliense de Abreu (CPF 658.810.522-34); Fabio Pereira (CPF 802.034.772-00); Felipe Leite da Silva (CPF 987.357.562-68); Fernanda Gabrielle Cavalcante dos Santos (CPF 005.810.012-14); Fernanda Lucho da Silva Noronha (CPF 944.009.460-53); Geiciane Talita Oeiras da Silva (CPF 889.737.512-04); Hudson Carlos Melo dos Santos (CPF 893.033.692-20).
1.3. Unidade: Universidade Federal do Pará.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ACÓRDÃO Nº 10252/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-023.194/2016-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Classe de Assunto: IV.

1.2. Interessados: Karla Rubia Fonseca Cunha (CPF 001.381.382-06); Lilian Costa da Silva (CPF 970.084.272-04); Luana Pinon de Carvalho (CPF 863.878.632-87); Luis Matheus Queiroz Reis (CPF 005.320.852-80); Madson Bruno Silva Coelho (CPF 939.951.642-34); Marcos Dias Leao (CPF 024.266.072-03); Miguel Cardoso de Lima (CPF 709.299.122-68); Nayrama Cristine Almeida Simoes (CPF 000.324.392-37); Osvaldina Ferreira Gomes (CPF 426.389.682-34); Pabllo Henrique Costa dos Santos (CPF 001.485.962-90).

1.3. Unidade: Universidade Federal do Pará.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10253/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-023.196/2016-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Classe de Assunto: IV.

1.2. Interessados: Simone Macedo Xavier da Rocha (CPF 777.117.262-87); Suelene Santana Assuncao (CPF 671.222.302-44); Tairone Araujo Melo (CPF 708.087.832-20); Tiago Sousa Nascimento (CPF 959.225.632-20); Valda Helena da Cunha Andrade (CPF 517.648.222-34); Wangler da Silva Carvalho (CPF 986.400.622-34); Yossef Gabriel Oliveira Castelo (CPF 713.716.482-04).

1.3. Unidade: Universidade Federal do Pará.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10254/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-023.199/2016-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Classe de Assunto: IV.

1.2. Interessados: Alessandra Belezia Araujo (CPF 368.961.938-67); Ana Carolina Brandt de Macedo (CPF 027.842.699-90); Andreza Aparecida Cavalheiro (CPF 073.112.759-54); Brayaw Rodrigo de Lima (CPF 010.286.889-11); Bruno Barth Pinto Tucunduva (CPF 042.790.129-46); Carlos Alexandre Torres Garcia (CPF 222.530.248-05); Celso Saque (CPF 464.947.409-44); Cesar Luiz Hernandes Martarello (CPF 023.713.239-77); Claudia Garcia Cavalcante (CPF 106.982.978-14); Denis Rogerio Sanches Alves (CPF 020.109.389-84).

1.3. Unidade: Universidade Federal do Paraná.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10255/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-023.203/2016-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Classe de Assunto: IV.

1.2. Interessados: Patricia das Gracas Guimaraes (CPF 068.402.939-12); Reginaldo Witiuk (CPF 418.705.579-72); Ricardo de Oliveira Silveira (CPF 028.740.319-09); Rodrigo Czajka (CPF 019.853.759-07); Sandra Mara Arruda (CPF 864.095.499-20); Simao Nicolau Stelmastchuk (CPF 021.290.079-02); Tamara Fernanda Carneiro Evangelista (CPF 138.584.577-52); Thais de Oliveira Queiroz (CPF 074.938.719-06); Thiago Antonio Bisetto (CPF 034.440.029-80); Victor Paulo Fernandes de Oliveira (CPF 125.547.427-07).

1.3. Unidade: Universidade Federal do Paraná.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10256/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-023.205/2016-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Classe de Assunto: IV.

1.2. Interessados: Adriano de Morais Leal (CPF 073.702.514-03); Adriel Felipe Cesario Pergentino da Silva (CPF 067.672.694-17); Alice Kelly Barreira (CPF 942.150.305-87); Anatielly Rodrigues Balbino de Lima (CPF 099.820.324-61); Anna Maria Litwak Neves (CPF 076.647.654-55); Anthony Henrique Bernardo Dias (CPF 087.707.454-20); Daniela Rios Batista (CPF 034.128.194-84); Diane Glayce dos Santos Carvalho (CPF 072.292.604-93); Jacyra Jayanna Cordeiro de Araujo (CPF 074.491.054-46); José Alexandre Cavalcante Júnior (CPF 075.842.544-97).

1.3. Unidade: Universidade Federal de Pernambuco.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10257/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-023.208/2016-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Classe de Assunto: IV.

1.2. Interessados: Adlareg Aurea da Costa Dutra (CPF 031.631.774-84); Arnaud Anderson Holanda de Abreu (CPF 033.789.164-86); Francisco Helio da Cunha Junior (CPF 092.881.884-52); Gracy Kelly Vieira de Vasconcelos Medeiros (CPF 007.747.564-03); Klayton Galante Sousa (CPF 970.163.066-15); Patricia Karla de Souza e Silva (CPF 048.849.864-31); Rodrigo Serafim de Araujo (CPF 090.334.424-69).

1.3. Unidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10258/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-023.209/2016-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Classe de Assunto: IV.

1.2. Interessados: Catiele Alves de Souza (CPF 019.307.980-16); Cesar Henrique Rocha Silveira (CPF 818.268.690-34); Kelly Goulart Pazetto (CPF 019.423.230-18); Lisiane Reis Vicente (CPF 008.025.800-09); Marcia Maria Mattei Lanziotti (CPF 922.388.230-34); Stefani Almeida Schneider (CPF 018.400.940-52).

1.3. Unidade: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10259/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-023.212/2016-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Classe de Assunto: IV.

1.2. Interessados: Gabriela da Ros de Araujo (CPF 013.761.930-86); Jucemara Antunes (CPF 821.170.630-04); Marcos Antônio de Oliveira Lobato (CPF 632.820.380-20); Monique Prestes (CPF 014.084.730-89).

1.3. Unidade: Universidade Federal de Santa Maria.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10260/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 1º, I, 16, I, 17 e 23, I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, I, 207 e 214, I, do Regimento Interno, em julgar regulares as contas de Álvaro Figueiredo Bisneto e Celso Ricardo de Souza Rocha e dar-lhes quitação plena; em julgar regulares com ressalva as contas de Túlio Fonseca Chebli e dar-lhe quitação, com fundamento nos arts. 1º, I, 16, II, 18 e 23, II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, I, 208 e 214, II, do Regimento Interno, em razão de falhas na estruturação de controles internos do Hospital das Forças Armadas, que prejudicam a asseguração de que os recursos da entidade estão sendo empregados de forma eficiente (princípio da eficiência, Constituição Federal, art. 37, *caput*), em conformidade com a lei (princípio da legalidade, Constituição Federal, art. 37, *caput*), para garantir o atingimento de seus objetivos (princípio do interesse público, Lei 9.784/1999, art. 2º); em dar ciência desta deliberação, bem como da instrução da unidade técnica ao Hospital das Forças Armadas; e em fazer as recomendações e orientações constantes dos itens 1.8 e 1.9 abaixo.

1. Processo TC-020.720/2014-9 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2013)

1.1. Classe de Assunto: II.

1.2. Responsáveis: Alvaro Figueiredo Bisneto (CPF 801.436.797-91); Celso Ricardo de Souza Rocha (CPF 954.024.467-68); Túlio Fonseca Chebli (CPF 329.222.216-87).

1.3. Unidade: Fundo de Administração do Hospital das Forças Armadas.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Defesa Nacional e da Segurança Pública (SecexDefes).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. recomendar ao Hospital das Forças Armadas que aprimore seu sistema de controles internos para lhes suprimir deficiências, de forma a assegurar o alcance de objetivos organizacionais, incluindo os relacionados à sobrevivência, à continuidade e à sustentabilidade da organização (princípios da eficiência e legalidade, Constituição Federal, art. 37, *caput*, e do interesse público, Lei 9.784/1999, art. 2º);

1.9. cientificar o Hospital das Forças Armadas das falhas abaixo, que resultam na inobservância dos requisitos legais indicados: (i) ausência de justificativas técnicas quanto à necessidade das aquisições mediante adesões e intenções de registros de preços - arts. 6º, IX, 40, I e 55, I, da Lei 8.666/1993; (ii) expedição dos comprovantes das consultas acerca das regularidades fiscais e trabalhistas das empresas fornecedoras após a emissão dos empenhos - arts. 1º, caput e parágrafo único, e 27 c/c os arts. 29, inciso IV, da Lei 8.666/1993; (iii) divergências das especificações dos objetos, verificadas entre os materiais e serviços contratados mediante adesão a atas de registro de preços e intenção de registro de preços, comparativamente aos pedidos de aquisição/contratação, bem assim em relação aqueles objetos das pesquisas de mercado levantadas pela administração - arts. 2º e 3º da Lei 8.666/1993; (iv) ausência, nos processos de adesão a atas e de intenção de registro de preços, dos expedientes relativos as solicitações de cotações de preços - art. 43, IV, da Lei 8.666/1993; (v) falta de fundamentação embasada em estudo capaz de definir as bases quantitativas da aquisição de produtos alimentícios de uso médico (dietas enterais) - art. 7º, §§ 2º e 4º, da Lei 8.666/1993; (vi) contratação de serviços sem o devido projeto básico - art. 7º, §§ 2º e 4º, da Lei 8.666/1993; (vii) falta de formulação de contratos com fornecedores e prestadores de serviço em adesões a atas de pregão e intenção de registro de preços - art. 60 da Lei 8.666/1993; (viii) ausência de fundamentação, embasada em estudos técnicos, capaz de definir a estimativa do custo anual dos serviços, bem como de justificativa para embasamento de preços - arts. 6º, IX, 40, I e 55, I, da Lei 8.666/1993; (ix) concessão de reajuste de preço de serviços relativos a exames médicos prestados por clínicas credenciadas sem a devida pesquisa de mercado - art. 57, inciso II, da Lei 8.666/1993; (x) realização de pagamento a clínica credenciada sem a adequada comprovação, mediante documentação de suporte, dos serviços realizados - art. 62 e 63 da Lei 4.320/1964; (xi) deficiências nas pesquisas realizadas com a finalidade de levantar o preço de referência de objeto de licitação - art. 43, IV, da Lei 8.666/1993;

(xii) realização de serviço sem cobertura contratual - art. 60 da Lei 8.666/1993.

ACÓRDÃO Nº 10261/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fulcro no art. 10, § 1º, da Lei 8.443/1992, c/c art. 201, § 1º, do Regimento Interno, em sobrestar este processo de prestação de contas até manifestação do Tribunal no TC 008.948/2016-0.

1. Processo TC-026.379/2015-5 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2014)

1.1. Classe de Assunto: II.

1.2. Responsáveis: Guilherme Walder Mora Ramalho (CPF 294.914.348-29); Rogério Teixeira Coimbra (CPF 705.125.311-53); Wellington Moreira Franco (CPF 103.568.787-91).

1.3. Unidade: Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República (extinta).

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura de Aviação Civil e Comunicações (SeinfraTel).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10262/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar o documento protocolado à peça 30 dos autos como mera petição, indeferir o pedido para que o TCU vistorie as obras objeto do convênio 879/2008; encaminhar cópia desta decisão ao responsável e retornar os autos à Secex/MA, para prosseguimento e autuação dos processos de cobrança executiva referente ao débito e à multa.

1. Processo TC-000.732/2014-1 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Classe de Assunto: II.

1.2. Responsável: Enésio Lima Milhomem (CPF 406.257.883-20).

1.3. Unidade: município de Formosa da Serra Negra - MA.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: subprocuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Maranhão (Secex-MA).

1.7. Representação legal:

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10263/2016 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que o recorrente abaixo indicado ingressou com recurso de reconsideração contra o acórdão 5476/2011-2ª Câmara, prolatado nesta tomada de contas especial;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, por unanimidade, nos termos do artigo 32, parágrafo único e inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c o artigo 285, *caput* e §2º, do Regimento Interno; em não conhecer deste recurso de reconsideração, por ser intempestivo; e em dar ciência às partes e à unidade interessada do teor desta deliberação, acompanhada da instrução da unidade técnica.

1. Processo TC-002.786/2008-8 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Apensos: 042.217/2012-1 (MONITORAMENTO); 000.637/2012-2 (COBRANÇA EXECUTIVA).

1.2. Classe de Assunto: I.

1.3. Recorrente: Eduardo Florentino Ribeiro (CPF 054.414.983-15).

1.4. Unidade: município de Cascavel - CE.

1.5. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.6. Representante do Ministério Público: subprocuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.7. Relator da deliberação recorrida: ministro Raimundo Carreiro.

1.8. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará (Secex-CE).

1.9. Representação legal: não há.

1.10. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10264/2016 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que o recorrente abaixo indicado ingressou com pedido de reexame contra o acórdão 4.590/2010-2ª Câmara, prolatado nesta tomada de contas especial;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, por unanimidade, nos termos do artigo 32, parágrafo único, da Lei 8.443/1992, c/c o artigo 285, *caput* e §2º, do Regimento Interno; em não conhecer deste recurso de reconsideração, por ser intempestivo, e em dar ciência às partes e à unidade interessada do teor desta deliberação, acompanhada da instrução da unidade técnica.

1. Processo TC-013.352/2007-8 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Classe de Assunto: I.

1.2. Recorrente: Gualter Pereira Monteiro (CPF 044.162.446-49).

1.3. Unidade: município de Congonhas - MG.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: subprocurador-geral Lucas Rocha Furtado.

1.6. Relator da deliberação recorrida: ministro José Jorge.

1.7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo no Estado de Minas Gerais (Secex-MG).

1.8. Representação legal: não há.

1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10265/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento no art. 169, inciso V, do Regimento Interno, em considerar cumprida a determinação constante do subitem 1.8.1 do acórdão 1305/2016-2ª Câmara e em encerrar este processo.

1. Processo TC-004.973/2016-0 (MONITORAMENTO)

1.1. Classe de Assunto: III.

1.2. Interessado: Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle.

1.3. Unidade: Fundo Nacional de Saúde.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Mato Grosso do Sul (Secex-MS).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10266/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento no art. 235 do Regimento Interno, e no art. 103, § 1º, da Resolução TCU 259/2014, em não conhecer desta representação, em dar ciência desta deliberação e da instrução da unidade técnica à Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Amapá, para conhecimento e providências necessárias ao ressarcimento do Erário estadual, em arquivar os autos, com fundamento no parágrafo único do art. 237, c/c o parágrafo único do art. 235 do Regimento Interno; e em fazer os esclarecimentos constantes do item 1.8 abaixo.

1. Processo TC-021.210/2016-0 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Classe de Assunto: VI.

1.2. Representante: Tribunal de Contas do Estado do Amapá.

1.3. Unidade: Secretaria de Estado da Educação, Governo do Estado do Amapá.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Amapá (Secex-AP).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. esclarecer ao representante que: (i) o Fundeb, assim como o Fundef, não é um fundo federal, estadual ou municipal, mas sim uma "soma de recursos originários da União, dos Estados e dos Municípios", e, conforme voto do ministro Valmir Campelo no TC 001.341/2009-8, "há espaço para a ação fiscalizatória dos tribunais estaduais, assim como do TCU, devendo a lei ser interpretada em conformidade com os dispositivos constitucionais" (acórdão 2.556/2009-Plenário, relator ministro Valmir Campelo); (ii) o TCU não possui competência para fiscalizar a aplicação dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) quando não há complementação pela União do percentual mínimo por estudante (acórdão 4.640/2012-1ª Câmara, relatora ministra Ana Arraes); (iii) a jurisprudência desta Corte de Contas remete a fiscalização da aplicação e o exame das respectivas contas desses recursos para os Tribunais de Contas dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, conforme o ente governamental beneficiado, de acordo com os arts. 70 e 71 da Constituição Federal e o inciso II do art. 26 da Lei 11.494/2007 (acórdão 2.876/2011-Plenário, relator ministro José Jorge; acórdão 3.327/2010-1ª Câmara, relator ministro Augusto Nardes); (iv) há evidências de dano ao Erário estadual, pois as fontes de recursos orçamentários que financiaram a alimentação escolar no período 2001 a 2005 são do orçamento próprio do Governo do Estado do Amapá, com exceção do Convênio 840.042/2003-PDE/PME (Siafi 484691), que foi financiado com recursos federais, mas se encontra em situação de adimplência perante o FNDE, o que afasta a competência da Corte de Contas Federal; (v) os recursos foram transferidos mediante ajuste consubstanciado por atos de gestão de gestores do Estado do Amapá, o que atrai a competência do TCE/AP; (vi) os instrumentos das avenças, com exceção do Convênio 840.042/2003-PDE/PME (Siafi 484691), estipulam em sua Cláusula Nona que os atos foram celebrados sob os auspícios do Decreto Estadual 2006/99-GEA e de acordo com as normas do Tribunal de Contas do Estado estabelecidas pela Resolução Normativa 92/1996, o que ratifica a competência da Corte de Contas Estadual.

RELAÇÃO Nº 28/2016 - 2ª Câmara

Relator - Ministro VITAL DO RÊGO

ACÓRDÃO Nº 10267/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 169, inciso V, 259, inciso II, e 260, do Regimento Interno do TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em arquivar o presente processo, sem prejuízo de se fazer a determinação constante do item 1.7.

1. Processo TC-001.051/2006-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Janete Durant Moraes (720.818.999-49); Jose Cantelle (071.954.789-04); João Lopes de Jesus (072.206.349-00); Lidia Bohum (185.629.069-72); Maria Luiza Cortes (253.711.189-34); Maria da Conceição Soares (201.849.649-20); Maria da Gloria Mafra Belo (085.129.819-20); Maria de Lourdes de Souza (157.603.089-04); Maria de Lourdes de Souza (157.603.089-04); Marilu Borges da Silva (320.846.509-25); Marion Dorothy Bohne Pinto (321.928.519-87); Marion Dorothy Bohne Pinto (321.928.519-87); Mateus Prestes de Lima (094.591.469-53); Milton Nascimento de Paula (058.585.699-00); Milton Nascimento de Paula (058.585.699-00); Miriam Traple (155.913.369-49); Nair Danunski de Castro (147.419.469-91); Nilso Luiz Dalagassa (068.337.219-04); Nilva Ferreira Drimel (358.974.069-87); Rolf Eugenio Fischer (002.296.109-78); Rozi Cordeiro (155.976.959-91).

1.2. Entidade: Universidade Federal do Paraná.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à SEFIP para que, nos termos da Questão de Ordem aprovada pelo Plenário do TCU em 8/6/2011, encaminhe ao Departamento de Assuntos Extrajudiciais da AGU, bem como à Conjur/TCU, as informações necessárias ao acompanhamento do MS 5015919- 53.2014.404.7000/PR, que tramita junto ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

ACÓRDÃO Nº 10268/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "e", e 183, parágrafo único, do Regimento Interno/TCU, em prorrogar, por mais 15 (quinze) dias, o prazo para atendimento à determinação indicada no Acórdão 7.844/2016-TCU-2ª Câmara.

1. Processo TC-005.115/2015-9 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Eunice Fortes Pereira (092.793.930-49).

1.2. Órgão: Gerência Executiva do INSS - Porto Alegre/RS.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10269/2016 - TCU - 2ª Câmara

Trata-se de monitoramento do Acórdão 2.795/2004-TCU-1ª Câmara, proferido na sessão de 9/11/2004, por meio do qual esta Corte de Contas considerou ilegal o ato de concessão de aposentadoria à Sra. Magali de Fatima Silva Moraes, em razão do pagamento de horas extras incorporadas durante o regime celetista, por força de sentença judicial, bem como em razão da averbação de tempo de serviço como aluno aprendiz.

Considerando que a interessada encaminhou petição a este Tribunal (peça 66), demonstrando sua discordância em relação ao montante apurado pela Universidade Federal de Goiás e solicitando análise por parte desta Corte de Contas;

Considerando que a atribuição para a devida apuração dos valores indevidos é do órgão de vinculação, cabendo a esta corte apontar o critério de cálculo, o que, in casu, se fez nas razões de decidir constantes dos Acórdãos 2.795/2004-TCU-1ª Câmara e 2.665/2015-TCU-2ª Câmara;

Considerando que, nos termos do art. 263 do RITCU, "o relator ou o Tribunal não conhecerá de requerimento que lhe seja diretamente dirigido por interessado na obtenção de quaisquer benefícios ou vantagens de caráter pessoal, devendo a solicitação ser arquivada após comunicação ao requerente";

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo abaixo relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 243, 259, inciso II, e 263 do Regimento Interno, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a) não conhecer do requerimento formulado pela Sra. Magali de Fátima Silva Moraes (CPF 196.404.981-49);

b) encaminhar cópia desta decisão, acompanhada da instrução da unidade técnica, à solicitante;

c) arquivar os autos, nos termos do artigo 169, inciso V, do Regimento Interno/TCU.

1. Processo TC-012.412/2003-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Responsável: Winston Garcia (170.901.991-34).

1.2. Interessada: Magali de Fatima Silva Moraes (196.404.981-49).

1.3. Entidade: Universidade Federal de Goiás.

1.4. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10270/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria à interessada a seguir relacionada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-012.673/2016-1 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Maria Francisca dos Santos Lacerda (290.498.496-87).

1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região/ES.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10271/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria ao interessado a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-016.734/2016-5 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: José Simpliciano Fontes de Faria Fernandes (004.923.105-72).

1.2. Órgão: Tribunal Superior do Trabalho.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10272/2016 - TCU - 2ª Câmara

Trata-se de ato de alteração da concessão de aposentadoria ao Sr. Horácio Arantes Silva, ex-juiz classista de 1º grau, com o objetivo de incluir no fundamento legal da concessão a vantagem do art. 184, inciso III, da Lei 1.711/1952, a partir de 5/10/1988.

Considerando que os efeitos financeiros da aposentadoria cessaram em 18/7/1986, data de falecimento do aposentado;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito do ato de alteração de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, de acordo com o parecer do Ministério Público junto ao TCU.

1. Processo TC-017.144/2016-7 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Horacio Arantes Silva (015.348.158-72).

1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10273/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria à interessada a seguir relacionada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.203/2016-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Maria de Lourdes Sales Calvelhe (432.567.836-00).

1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/MG.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10274/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria ao interessado a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.213/2016-9 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: José Fábio Galvão (138.399.504-49).

1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região/PB.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10275/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria ao interessado a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.216/2016-8 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Péricles Ferreira Cortes (442.420.429-49).

1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10276/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria à interessada a seguir relacionada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.218/2016-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Yolanda Polimeni de Araújo Pinheiro (172.972.904-59).

1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região/PE.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10277/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria à interessada a seguir relacionada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.222/2016-8 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Rosâne Marly Silveira Assmann (320.380.700-91).

1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região/RS.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10278/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria à interessada a seguir relacionada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.226/2016-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Ana Celina Laks Weissbluth (548.359.847-49).

1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10279/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria à interessada a seguir relacionada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.229/2016-2 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Claudia Maia Teixeira (615.827.607-30).

1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10280/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria à interessada a seguir relacionada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.233/2016-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Roseana Mendes Marques (399.629.707-68).

1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10281/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria ao interessado a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.237/2016-5 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Francisco Tarcisio Almeida de Araujo (058.854.263-68).

1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região/MA.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10282/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria à interessada a seguir relacionada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.238/2016-1 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Noelia Mota da Silva (112.724.653-49).

1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região/MA.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10283/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria à interessada a seguir relacionada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.242/2016-9 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Maria Aparecida Vieira Lavorini (495.957.338-49).

1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10284/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria à interessada a seguir relacionada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.244/2016-1 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Silvana Louzada Lamattina (991.799.898-53).

1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10285/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria à interessada a seguir relacionada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.246/2016-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Carla Reita Faria Leal (352.450.691-72).

1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região/MT.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10286/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria à interessada a seguir relacionada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.266/2016-5 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Jussara Othony (404.519.766-49).

1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região/BA.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10287/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria à interessada a seguir relacionada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.277/2016-7 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Tereza Olga Menescal de Carvalho (135.596.303-63).

1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região/RN.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10288/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria à interessada a seguir relacionada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.199/2016-8 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Ana Lúcia Pereira (011.289.358-99).

1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10289/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria ao interessado a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.208/2016-7 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: José Paulo dos Santos (847.386.698-34).

1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10290/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria ao interessado a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.216/2016-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Nelson Hamilton Leiria (199.316.620-34).

1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região/SC.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10291/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria à interessada a seguir relacionada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.218/2016-2 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Loisima Barbosa Bacelar Miranda Schiess (217.736.293-87).

1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região/PI.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10292/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria ao interessado a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.222/2016-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Luiz Celso Napp (011.349.739-34).

1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10293/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria ao interessado a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.237/2016-7 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Carlos Alberto Araujo Drummond (033.236.097-00).

1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10294/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §1º e §5º, do Regimento Interno do TCU, em:

a) considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria aos inativos Aldo Gomes Frazao (341.969.007-04); Cesar Franco Bernardo (408.784.067-00); Denise Carvalho Pontes (624.998.237-04); Emilson de Almeida Cordeiro (466.039.057-87); Ilma do Vale da Costa Fagundes (462.391.977-34); Jorge Nunes Pimenta (355.552.977-34); Jose Gilberto dos Santos (069.947.764-68); Jose Maria Garcia (399.018.237-49); José Domingos Carlos (389.519.327-53); Ley Lopes da Silva (539.614.207-34); Manoel Enedino Tavares (341.938.127-15); Manoel dos Anjos Lopes (342.007.627-49); Maria Aparecida Nascimento de Oliveira (447.883.127-00); Maria Jose Costa Silva (591.521.507-63); Marlene Rodrigues Domingos (019.713.717-26); Martha Moreira da Fonseca (466.539.617-53); Neli Quintino Carneiro (624.713.337-53); Neuza Maria Figueira Batista (644.563.827-91); Onecimo Gomes de Souza (341.985.047-68); Rosimar Ferreira Baptista (396.338.297-04); Rui de Souza Duarte (341.938.477-72); Severino Goncalves da Silva (356.545.547-00); Ubiraci de Gouvea Gomes (338.495.367-34);

b) considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito do ato de concessão de aposentadoria à Jader de Oliveira (440.334.947-15) em razão de seu falecimento, ocorrido na data de 7/1/2011;

c) fazer a determinação especificada no subitem 1.7.

1. Processo TC-025.986/2011-2 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Aldo Gomes Frazao (341.969.007-04); Cesar Franco Bernardo (408.784.067-00); Denise Carvalho Pontes (624.998.237-04); Edvar Teixeira (368.905.027-87); Emilson de Almeida Cordeiro (466.039.057-87); Everaldo Ferreira da Silva (644.802.757-20); Ilma do Vale da Costa Fagundes (462.391.977-34); Jader de Oliveira (440.334.947-15); Jonas de Freitas Aguiar (396.418.057-20); Jorge Nunes Pimenta (355.552.977-34); Jose Gilberto dos Santos (069.947.764-68); Jose Maria Garcia (399.018.237-49); Josue Marcal da Silva (397.039.407-49); José Domingos Carlos (389.519.327-53); Ley Lopes da Silva (539.614.207-34); Manoel Enedino Tavares (341.938.127-15); Manoel dos Anjos Lopes (342.007.627-49); Maria Aparecida Nascimento de Oliveira (447.883.127-00); Maria Jose Costa Silva (591.521.507-63); Marlene Rodrigues Domingos (019.713.717-26); Martha Moreira da Fonseca (466.539.617-53); Neli Quintino Carneiro (624.713.337-53); Neuza Maria Figueira Batista (644.563.827-91); Onecimo Gomes de Souza (341.985.047-68); Rosimar Ferreira Baptista (396.338.297-04); Rui de Souza Duarte (341.938.477-72); Severino Goncalves da Silva (356.545.547-00); Severino Pedro Batista (356.409.367-20); Ubiraci de Gouvea Gomes (338.495.367-34).

1.2. Entidade: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal que:

1.7.1. promova o destaque dos atos de aposentadoria de interesse dos inativos Edvar Teixeira (368.905.027-87); Everaldo Ferreira da Silva (644.802.757-20); Jonas de Freitas Aguiar (396.418.057-20); Josue Marcal da Silva (397.039.407-49) e Severino Pedro Batista (356.409.367-20), autuando-os em processos apartados a fim de oportunizar aos referidos interessados as garantias do contraditório e da ampla defesa, em decorrência das irregularidades mencionadas pelo Parquet no parecer de peça 41 e considerando que já transcorreu mais de 5 anos da disponibilização dos atos ao TCU;

1.7.2. autue e priorize a análise do ato de concessão de pensão civil instituído pelo ex-servidor Jader de Oliveira (número Sisac 10794700-05-2011-000003-4) uma vez que o referido ato já se encontra disponibilizado ao TCU desde 7/3/2013.

ACÓRDÃO Nº 10295/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.186/2016-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Edison Nunes da Cruz (260.045.548-55); Elaine Freitas Mendes (884.693.522-53) e Ricardo José Gonçalves (880.821.133-91).

1.2. Órgão: Ministério do Trabalho e Emprego.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10296/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão do interessado a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-020.433/2016-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Andre Wagner (004.088.899-18).

1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região/SC.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10297/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1. Processo TC-022.087/2016-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Adriano Temp Finger (792.824.400-44); Alessandro Grisi Pessoa (947.049.375-34); Alexandre Nakamura (179.478.738-01); Angela Leticia Cervo (958.641.720-49); Cesar Augusto Patta (222.794.820-53); Clarissa de Vasconcellos Goes (695.748.395-91); Daniel Victor Silva de Oliveira (052.432.304-64); Deisyanne Santana Teixeira (025.367.175-26); Diego Borges Lemes (005.068.811-13); Edenilson Carvalho Cogo (700.801.940-87); Edson Verissimo (366.216.256-34); Erik Schunk Vasconcelos (889.067.107-63); Felipe Coelho Leite (030.872.024-52); Heltron Israel Saraiva Xavier da Silva (025.445.414-31); Hugo Lustosa Pereira (039.373.384-03); Jose Marcos Araujo dos Santos (007.708.105-60); Josiane Silveira (895.614.650-00); Leandro Alves dos Santos (010.416.441-75); Leandro Bastos da Silveira (958.271.960-53); Leonardo Alves D'almeida (689.272.901-00).

1.2. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10298/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito do ato de admissão da interessada a seguir relacionada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.108/2016-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessada: Daniela Lacerda Costa Louzeiro (012.620.864-69).

1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região/PB.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10299/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito do ato de admissão do interessado a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.112/2016-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Gerardo Alves de Oliveira Neto (880.522.903-25).

1.2. Órgão: Tribunal Superior do Trabalho.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10300/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.164/2016-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Douglas de Sa Martins (041.390.823-21); Lorena Sarmanho de Carvalho (028.693.991-62) e Pedro Henrique Zampier (090.618.836-95).

1.2. Órgão: Ministério do Trabalho.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10301/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão das interessadas a seguir relacionadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.755/2016-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessadas: Adriana Almeida Calado (038.399.444-65); Adriana Aparecida Fagundes (127.331.928-17); Adriana Arias Toyansk (309.651.808-40); Adriana Carneiro Lima (998.665.605-20); Adriana Damasceno de Melo (023.755.793-21); Adriana Dantas Ribeiro (010.217.515-29); Adriana de Farias Silva (429.089.572-72); Adriana de Oliveira Conceicao (940.379.141-15); Adriana de Paula Denipotti (295.720.348-04); Adriana de Souza Reis Perez (202.768.458-11).

1.2. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10302/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.757/2016-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Adriano Fernandes Pereira (044.670.406-76); Adriano Flávio Vanjura (317.294.458-10); Adriano Francisco de Melo (035.682.015-77); Adriano Jose Sousa Campos (707.380.681-87); Adriano Mario Rodrigues Guedes (650.080.735-91); Adriano dos Santos (478.729.342-72); Adyr Any de Souza Lima Marialva (141.424.748-63); Agildo Joca Feitosa Rocha (032.054.084-70); Agnaldo Tomsic (084.466.988-11); Agostinho Oliveira Chaves (014.990.805-90).

1.2. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10303/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.764/2016-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Aline Vargas da Cunda (969.997.210-68); Aline Vieira de Oliveira (319.823.518-96); Aliniane Naiara de Souza Pereira (033.432.113-11); Aliomar Prado da Silva (567.047.989-00); Alisson da Silva (008.031.425-28); Allam Deyvid Resende Stoffes (768.517.702-10); Almir José Alves (312.395.408-09); Alvaro José Dantas Lima (793.638.815-04); Alvaro Regis Rodrigues dos Santos (022.860.423-06); Alvaro Timoteo Silva Neto (594.070.932-04).

1.2. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10304/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.766/2016-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Amauri Ribeiro dos Santos (558.884.616-87); Ana Barbara Aparecida Copati (071.256.866-21); Ana Beatriz Nunes (277.126.238-05); Ana Beatriz Santos Beleza (053.273.384-36); Ana Carolina Cunha Almeida (020.354.205-39); Ana Carolina Fuscaldo Barbieri (259.922.988-00); Ana Carolina Lemos de Melo dos Anjos (026.202.725-99); Ana Carolina Rocha Peixoto (888.790.543-68); Ana Carolina Sabatine da Silva (098.087.537-44); Ana Claudia da Silva (184.365.978-69).

1.2. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10305/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.771/2016-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Anderson Willian Gonçalves Borges (338.281.918-00); Andre Carrasco Merisse (271.637.638-75); Andre Dias (927.113.830-91); Andre Ivansi Ramos Schmitt (784.699.290-20); Andre Lopes Ferreira (006.464.651-39); Andre Luis Pegoretti (763.153.559-00); Andre Luiz de Oliveira Monteiro (005.828.013-89); Andre de Oliveira Silva (924.813.532-34); Andre de Sousa (142.831.698-11); André Johns da Silva Jesus (034.294.995-00).

1.2. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10306/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.782/2016-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Barbara Lavarda Drews (018.470.170-88); Barbara Lorena Silva de Souza (026.279.281-80); Barbara Muriel Ribeiro (046.357.179-76); Beatriz Cristina Moreira (499.506.819-87); Beatriz Maria de Almeida Silva (270.419.768-74); Benjamim Eurico Cruz Filho (504.425.207-78); Benjamin Celso Coelho de Oliveira (369.045.542-15); Bernadete de Melo Caldas Moura (054.729.074-89); Bernardino Silva Pereira (028.470.464-45); Bernardo Castro Nunes de Avelar (073.345.226-48).

1.2. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10307/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.785/2016-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Bruno Cesar Fade (033.684.899-41); Bruno Dornelas (957.779.381-91); Bruno Emmanuel Sanches (322.586.018-27); Bruno Guida de Siqueira (300.737.018-31); Bruno Gustavo Barbosa de Araujo (007.615.694-05); Bruno Henrique Ribeiro de Araujo Costa (992.847.153-34); Bruno Ricardo da Silva (023.333.285-50); Bruno Silva Costa (949.130.992-72); Bruno de Oliveira Moura Cunha (021.344.333-37); Caio Cavalcante Correia Costa (061.318.554-47).

1.2. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10308/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.793/2016-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Celia Regina Antunes Maciel (136.330.198-55); Celia Regina Zacchello Leal (949.045.298-04); Celia Ribeiro Mariano (753.420.578-68); Celia de Moraes Garcia (027.080.808-65); Celiane Gomes Guedes (784.084.662-91); Cellayne Patricia Brito de Souza (947.048.722-20); Celma Aguiar da Silva (736.993.651-15); Celso Ricardo da Cruz Valverde (024.229.775-70); Ceres Almeida Rabelo (073.674.964-09); Cerio Romulo da Silva Benarros (769.926.592-00).

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1.2. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10309/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.794/2016-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Cesar Antonio dos Santos Camargo (217.874.288-26); Cesar Augusto Bartholdy (004.825.290-59); Cesar Augusto Beskow Junior (029.555.300-69); Cesar Eduardo Tarcinalli Barros (078.654.928-98); Cesar Ricardo Soares (014.066.533-14); Charlene Ayala Fernandes de Medeiros (718.980.421-87); Chirley Santos (004.147.441-44); Chirley da Silva Freitas (003.110.885-70); Christiane Lucato (195.054.138-07); Christie Correia Santos Marinho de Andrade (001.679.005-79).

1.2. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10310/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.801/2016-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Daise Maria Almeida Seabra (625.310.422-53); Dalcinara Guimarães da Silva (680.545.482-49); Dalila de Albuquerque Barbosa (054.685.254-88); Dalva Benjamin Alves Cordeiro (009.445.537-61); Damares Niedja Bento da Silva (053.451.004-38); Damiana Moro de Mattos (005.272.690-85); Dandara do Lago Guimarães Santos (034.511.565-12); Daniel Almeida Silva Barros (045.696.354-58); Daniel Aloizio Ribas (018.475.729-01); Daniel Andrison Reis Teixeira (883.908.292-15).

1.2. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10311/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.804/2016-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Daniella Mendes de Sousa Vieira (779.302.823-68); Danielle Barreto Silva Carvalho (983.589.525-20); Danielle Lage Nina (080.690.657-02); Danielle da Silva Bitar Cunha (575.372.402-72); Danilo Lopes Galvao (010.510.451-50); Danilo Luiz Alves Grando (030.983.925-41); Danilo Marcos de Lima (767.690.111-15); Danilo Nicolaidis Pinto (277.891.858-29); Danilo Paes Landim (311.756.958-82); Danilo de Menezes Ferreira (016.882.143-56).

1.2. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10312/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.809/2016-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Diana Rosa Cavaglieri Liutheviciene Cordeiro (320.796.588-16); Diana Venancio de Moura Belo (695.502.983-53); Diego Akito Nihei (053.921.159-18); Diego Chiarelli da Silveira (992.161.320-00); Diego Elison do Nascimento Silva (050.925.344-00); Diego Fernando Klein (075.628.059-11); Diego Gomes Nery (000.903.713-64); Diego Joel Schuh (942.904.070-72); Diego da Silva Feijo (035.158.289-40); Diego de Morais Caetano (639.446.773-15).

1.2. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10313/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.815/2016-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Felipe Carlos Becker (074.943.749-90); Felipe Fonseca Calepso Gama (005.417.841-02); Felipe Montagner (015.651.940-20); Felippe Constantino da Silva (362.298.378-70); Fernanda Bueno Ravena (222.023.488-67); Fernanda Correa (394.875.908-11); Fernanda Cristina de Oliveira Prado (054.015.029-07); Fernanda de Macedo Cadena (027.873.384-02); Fernanda de Oliveira Neto (965.280.871-72); Fernanda de Paoli Araújo (082.797.506-65).

1.2. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10314/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.823/2016-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Francisco Wolney Souza da Costa (740.835.463-87); Frank Eugenio Zakalhuk (007.525.151-52); Frederico Gabas (214.532.868-88); Frederico Hermano de Menezes Neves (066.337.234-82); Frederico Silva Jackson Costa (594.284.652-91); Gabriel Borges Tonon (326.652.118-82); Gabriel Priebe de Oliveira (620.704.100-30); Gabriel Rodrigo Bochini (371.163.528-80); Gabriel dos Reis Ribeiro Marcello (074.536.106-48); Gabriela Albarello Friedrich (020.992.020-36).

1.2. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10315/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.824/2016-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Gabriela Andrade de Sa Coelho (838.719.185-04); Gabriela Cristina de Almeida Gialaim Francisco (030.577.325-93); Gabriela Scheit (024.989.120-45); Gabriela Silva Pereira (005.641.971-65); Gabriela da Silva Filadelfo (806.264.915-68); Gedeao Gomes de Souza (891.695.732-04); Geisa da Silva Penachio (292.545.808-48); Gelson Pimentel Filho (050.731.979-68); Geny Francisco do Nascimento (631.802.272-49); George Gomes Bezerra (844.408.802-15).

1.2. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10316/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.833/2016-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Heloisa Maria de Andrade Henchel (269.254.888-40); Henrique Costa (329.789.548-92); Henrique Costa Wetler (019.732.255-73); Henrique Fernando de Oliveira Araujo (727.266.101-10); Herlon Flavio Aleixo de Lima (020.086.184-04); Hermann Amorim Viegas (789.103.234-34); Hildo Barbosa da Silva (051.506.364-95); Hugo Cesar de Souza (123.453.936-53); Hugo Glauber de Barros Souza (587.404.574-00); Hugo Salomao da Silva Marciano (027.536.041-50).

1.2. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10317/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.838/2016-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Israel Soares Oliveira (473.944.713-49); Italo Ricardo Guedes Pereira (089.524.414-43); Italo Yule Mesquita Quadros (660.923.453-15); Ivair Pereira da Silva (415.282.391-72); Ivana Almeida dos Santos Cardoso (003.321.245-76); Ivana Cristina Simões Melo (861.717.123-53); Ivani das Graças Dal Pra Lazarotto (326.397.320-72); Ivanilda Capuzi Freire (054.844.338-60); Ivete Maria Pupo Machado (637.720.008-00); Ivone de Matos Silva (904.084.541-72).

1.2. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10318/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.839/2016-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Ivone Porto Medeiros Sombra (607.901.052-68); Izabella Gracyanny Souza Santana (695.987.891-87); Jacqueline Afonso Alonso (012.529.381-01); Jacqueline Costa da Silva (051.552.654-10); Jacqueline Janaina Oliva Itacarambi (884.639.661-87); Jacqueline Ramalho da Silva (286.513.808-95); Jadilza Maria de Andrade Araujo (321.111.001-10); Jadson Sirqueira Silva (994.911.505-10); Jadylson Felix dos Santos (646.467.853-15); Jahelle Rodrigues Santana Nascimento (083.014.496-08).

1.2. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10319/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1. Processo TC-022.848/2016-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Jorge Luiz Ferriol de Andrade Benites (023.546.491-00); Jorge Mariano Souza Aranha Oliveira (167.355.098-38); Jorge Sampaio Silveira (344.031.833-87); Josane Barboza Vilela (267.250.348-61); Jose Arlindo Nogueira de Moura Junior (009.970.903-16); José Caciraghi (555.649.098-87); José Carlos Sé Júnior (271.718.578-08); José Carlos de Assis (601.476.526-34); José Celio de Oliveira Bayer (027.608.821-28); José Cleiton Gabriel da Silva (414.099.303-00).

1.2. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10320/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão das interessadas a seguir relacionadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.853/2016-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessadas: Julia Helena da Silva Brok (275.029.548-30); Juliana Carolina Bortolaz (048.273.329-24); Juliana Clara Curti Parra (326.141.998-93); Juliana Costa Cavalcante (003.695.175-71); Juliana Fiaschi Dotto (213.797.548-36); Juliana Harumi da Costa Nunes (353.598.888-81); Juliana Lima Alves (668.043.293-68); Juliana Mesquita Tavares (665.326.713-04); Juliana da Silva Alves (004.054.075-80); Júlia Nogueira da Silva (359.671.868-67).

1.2. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10321/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.854/2016-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Juliana Renata Tondo (053.989.739-67); Juliana Santos da Cruz (955.736.906-04); Juliana Torino de Godoy (820.145.150-34); Juliane Raposo da Luz (035.012.659-30); Julianna Sobral e Silva de Albuquerque (045.833.714-54); Juliano Alves Castro (021.661.705-79); Juliano Lário Ramalho (158.769.828-57); Julieta Torres Medeiros (387.836.142-49); Julio Cesar Alves Xavier (021.869.413-09); Julio Cesar da Silva (640.285.349-68).

1.2. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10322/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.863/2016-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Leonardo Gomes de Freitas (061.385.074-28); Leonardo Teixeira Rodrigues (009.962.403-65); Leonel Vieira da Motta (349.535.156-68); Leoni Pinheiro Sousa (013.636.743-74); Leonir de Avila (019.033.269-74); Leticia Ferrari dos Santos (049.889.539-47); Leticia de Sousa Damalia Tamada (837.030.201-72); Letícia Ledur Schneider (007.455.900-12); Letícia de Jesus Freitas (099.995.997-29); Leyla Soares de Lima Freire (805.834.311-00).

1.2. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10323/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.866/2016-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Liliane Oliveira Lopes (797.641.005-97); Liliane Ribeiro da Rocha (289.723.718-07); Lindalva Pereira Santos (206.877.292-20); Lindemberg Holanda Nascimento (564.730.603-91); Lindenir Teixeira Bonfim Ferrari (018.683.118-80); Lindolfo Lima de Albuquerque (047.153.943-08); Lisandro Guerra Simões Pires (628.391.600-72); Liselle Fernandes de Lima Lemes (047.364.819-94); Lisete Yamashita (172.358.078-30); Lisiane Navarro Vieira (900.552.680-72).

1.2. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10324/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.868/2016-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Lourival Sobrinho Vieira Junior (007.742.262-77); Loyane Caixeta Calazans (083.162.866-96); Luana Albuquerque Leite (764.889.342-87); Luana Aquino Santos (011.681.845-09); Luana Di Buono Souza das Neves (316.808.238-41); Lucas Benevenuto de Oliveira (034.939.299-43); Lucas Bogaz Silva (335.769.188-41); Lucas Garcia Batista (599.448.380-04); Lucas Mendes Azevedo (017.141.310-50); Lucas de Azevedo Teixeira (029.677.871-08).

1.2. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10325/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.875/2016-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Luiz Fernando Ribeiro Gonçalves Filho (028.557.485-00); Luiz Gustavo Hideo Hara (106.388.018-18); Luiz Gustavo Peixoto dos Reis (095.195.847-06); Luiz Gustavo de Azambuja (053.267.179-13); Luiz Hely Maia Azevedo (995.369.432-04); Luiz Henrique Villar Guimarães (046.386.028-43); Luiz Ira Azevedo da Silva (599.080.172-68); Luiz Miguel Chociai Waidzik (045.414.869-03); Luiz Otavio Soares da Silva (778.316.918-04); Luiz Peter Ribeiro Goulart (358.778.800-63).

1.2. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10326/2016 - TCU - 2ª Câmara

Trata-se de atos de admissão emitidos pelo Instituto Nacional do Seguro Social em favor dos interessados Luna Oliveira de Sousa; Luterio da Silva Martins; Luziane Aparecida Monteiro; Henrique dos Santos; Lysna Menezes Santos Pereira; Lyzandra Oliveira Magalhaes; Mabel Cardoso Fogaça; Magali Isabel Daudt Franck; Magali Neves; Magno Nogueira Ramos; Maharishe de Souza Lima.

Considerando que o ato de interesse de Magali Isabel Daudt Franck (10607200-01-2007-003390-0) foi emitido em 2/4/1987, anteriormente à promulgação da Constituição Federal de 1988, quando esta Corte de Contas passou a ter competência para analisar, para fins de registro, os atos de admissão no âmbito da administração pública federal, direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a) considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, à exceção do ato de interesse de Magali Isabel Daudt Franck (10607200-01-2007-003390-0), por refugir da competência desta Corte;

b) fazer a determinação constante do item 1.7;

c) encerrar os presentes autos, nos termos do art. 169, inciso IV, do Regimento Interno/TCU.

1. Processo TC-022.876/2016-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Luna Oliveira de Sousa (026.915.803-00); Luterio da Silva Martins (308.112.348-86); Luziane Aparecida Monteiro Henrique dos Santos (020.571.798-50); Lysna Menezes Santos Pereira (841.425.454-34); Lyzandra Oliveira Magalhaes (050.682.773-98); Mabel Cardoso Fogaça (066.214.749-97); Magali Isabel Daudt Franck (318.449.100-59); Magali Neves (535.855.691-53); Magno Nogueira Ramos (541.623.607-82); Maharishe de Souza Lima (037.118.341-32).

1.2. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à Sefip que promova a exclusão do ato de interesse de Magali Isabel Daudt Franck (10607200-01-2007-003390-0) da base de dados do Sisac, por se tratar de contratação anterior à Constituição de 1988, quando os atos de admissão de pessoal não estavam sujeitos a exame do TCU.

ACÓRDÃO Nº 10327/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.879/2016-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Marcelo Barreto de Lima Cristino (952.247.503-34); Marcelo Beck de Sa (036.616.709-05); Marcelo Bozicovich (268.601.518-70); Marcelo Capannacci (317.686.748-41); Marcelo Danilo de Alcantara (001.214.772-90); Marcelo Machado Pinto (053.550.237-03); Marcelo Moreira Decio (001.411.690-10); Marcelo Pires de Morais (320.918.691-04); Marcelo de Medeiros Pereira (967.068.050-68); Marcelo de Sousa Lima (312.672.008-04).

1.2. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10328/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão das interessadas a seguir relacionadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.888/2016-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessadas: Maria Elisa Castellano Marti (215.036.118-33); Maria Enoi de Sousa Ferreira (304.903.403-34); Maria das Graças Figueiredo de Araújo Feitosa (624.209.844-04); Maria de Fátima Silva Oliveira (420.512.075-34); Maria do Amparo Alves Santos (828.387.473-04); Maria do Carmo Facio Bottino Cançado (049.648.798-10); Maria do Perpetuo Socorro Francine Saraiva (343.347.262-91); Maria do Socorro Alves Massaranduba Lacerda (008.089.983-82); Maria do Socorro Nunes Ferreira Oliveira (646.679.524-15); Maria do Socorro Osterne de Lima Ferreira (396.117.523-34).

1.2. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10329/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão das interessadas a seguir relacionadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.889/2016-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessadas: Maria Fernanda Pereira Benatti Santos (157.703.188-13); Maria Fernanda de Lima Halmenschlager (021.406.051-95); Maria Gleyciane Amorim de Souza (902.340.653-20); Maria Hedviges Martins de Barros Silva (777.935.441-53); Maria Helena Andrade (055.822.686-85); Maria Isabel Freires Paiva (041.791.643-45); Maria José de Jesus Santana (417.517.365-04); Maria Juliana Nunes Melo (040.660.365-03); Maria Leticia Garcia (383.912.868-43); Maria Liduina Lima Pacheco (321.985.823-68).

1.2. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ACÓRDÃO Nº 10330/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.894/2016-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Neilton Jose Carvalho Oliveira da Silva (167.990.464-72); Nelson de Almeida (066.362.968-36); Nelson dos Santos Pedroso (790.812.825-49); Nivea Correa Mendonca Goulart (848.115.601-91); Nivea de Paula Paesante (035.486.327-42); Norman Percival Joseph Davis Junior (424.486.702-34); Noêmia Barbosa Matos (530.752.425-00); Nubia Cristiana de Castro (990.936.771-87); Nádia Márcia Correia Campos (391.660.155-53); Ocelio de Sousa Carvalho (010.700.391-01).

1.2. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10331/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.900/2016-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Pedro Henrique Dureck (053.625.959-38); Pedro Leandro Oliveira Neto (076.873.054-69); Pedro Mauro Isacc Birer (115.407.978-30); Pedro Paulo da Silva (223.485.798-80); Petronyo Frazao Lira (013.737.363-56); Plinio Souza Silveira (773.829.601-10); Pollyanne Sousa Oliveira (033.377.845-69); Priscila Calixto (315.192.288-05); Priscila Graciela de Sousa Pellegrini (224.549.658-28); Priscila Milbradt Dutra Fillus (004.390.730-06).

1.2. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10332/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.907/2016-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Renata Pestilho Senna (275.425.188-01); Renata Souto de Oliveira Gazeta (019.381.741-19); Renato Hancocsi (176.599.538-85); Renato Luis de Góes (277.371.558-64); Renato Tikashi Yamasaki (265.472.058-60); Renato da Silva Ferres Júnior (074.824.757-29); Rene Wolfran Patzlaff (005.495.049-07); Renilton Meneses de Melo (527.114.205-15); Ricardo Alexandre de Siqueira (200.858.838-67); Ricardo Alves de Oliveira Silva (000.945.391-11).

1.2. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10333/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.909/2016-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Roberta Gabriela Sampaio Mota Trapp (004.344.999-94); Roberta Stopa (007.359.029-09); Roberto Dal Col Filho (051.319.509-29); Robertson Farias Aragão (644.789.043-91); Roberval Prado Melo (442.933.993-72); Robervania Matos Lima (000.889.825-13); Robinson Luiz de Oliveira Saldanha (658.962.543-34); Robson Alves de Castro (087.671.276-65); Robson Guedes Grazziotin (830.689.610-68); Robson Pereira Dantas (412.639.128-26).

1.2. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10334/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.917/2016-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Salomão Souza Gama (018.611.125-80); Samanta Moraes Vieira (297.210.708-07); Samantha Dantas Lima Igarashi (206.359.268-30); Samantha Gomes Macedo (004.000.103-21); Samara Lima da Cunha (600.039.843-38); Samara Livia Alves Vasconcelos (989.211.853-72); Samea Vanessa Araujo Sampaio (744.879.902-97); Samila Raiane Alves Ramos (048.157.553-70); Samirian Viviani Grimberg (162.097.178-02); Samuel da Silva Araujo (005.405.583-03).

1.2. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10335/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.918/2016-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Samuel Fagundes Cavalcanti (018.133.493-39); Samuel Kruger (063.572.488-00); Sandra Cristi Bernardo (967.704.900-30); Sandra Cristina Cardoso de Souza Luna (796.224.104-72); Sandra Guimarães Santos de Oliviera (068.934.798-75); Sandra Gumz (045.521.599-50); Sandra Mara Malzoni Silvério (203.424.568-73); Sandra Mara Paulino de Assis (141.714.144-15); Sandra Menezes Diniz (011.367.674-36); Sandra de Cassia Mendonça (074.828.708-65).

1.2. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10336/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.921/2016-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Sergio Guimaraes Junior (429.935.710-87); Sergio Mastellini (069.536.498-79); Sergio Pinho Neves (763.457.692-15); Sergio Scherer (739.398.549-72); Sheila Araújo Presa Rios Santana (016.319.815-28); Sheila Naila Carneiro de Jesus (023.510.285-70); Sérgio Maciel Leão Pereira (025.908.895-18); Sérgio Miguel da Silva (015.898.789-65); Sérgio Murillo Rocha Sampaio (341.481.835-34); Sérgio Vieira dos Santos (608.121.331-53).

1.2. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10337/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.925/2016-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Simone Sanae Sato Katanosaka (275.104.568-51); Simone Santos Rocha (021.242.925-60); Sinara de Fatima Rocha de Queiroz (013.818.514-01); Sinthia de Bona Oliveira Mroczek (773.638.769-91); Sirlene Mayumi Horita (040.547.489-02); Sizenando de Oliveira Sales Neto (304.631.638-00); Solange Andrade de Holanda (023.309.427-02); Solange Aparecida Montanha (052.310.938-58); Solange Oliveira Borges (453.934.510-91); Sonia Brizola Pinheiro Sacchetto (566.469.339-87).

1.2. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10338/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.928/2016-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Tamara Correia da Silva (049.228.463-60); Tamiris de Almeida (329.112.168-65); Tania Regina Ribeiro de Lima (078.905.008-07); Tania Santos Carvalho Finn (848.505.742-20); Tarik Assis Abraão Fernandes (013.344.101-60); Tasso Henrique Brandao Pinto (027.160.263-51); Tatiana Alves da Silva (034.419.589-93); Tatiana Carvalho Cavati (106.040.177-07); Tatiana Moreira de Souza (163.025.018-06); Tatiana Niura Salomao Palermo (791.818.481-53).

1.2. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10339/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.930/2016-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Terence Fernandez Xavier (838.924.519-15); Tereza Cristina Dias de Carvalho (435.178.116-53); Tereza Lilian Gomes de Lima Santos (024.629.554-61); Terezinha Pereira da Costa (257.747.863-15); Thaina Cirineu Martins (001.923.231-48); Thais Castilho Gonçalves Alvarenga (723.904.252-91); Thais Regina Conchon (048.054.149-36); Thaisa Albino Santos (001.144.403-79); Thaise Nascimento Melo (008.536.895-47); Thales Caldoncelli Nogueira (085.859.436-61).

1.2. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10340/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.932/2016-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Thiago Farias Viscardi (019.869.971-97); Thiago Lima Araujo Costa (600.144.423-45); Thiago Lima de Souza (023.946.081-29); Thiago Luis Mini de Souza (333.361.768-40); Thiago Pereira de Andrade (037.199.683-08); Thiago Santos Maia (026.590.101-45); Thiago Setina Bachiega (311.848.658-92); Thiessa Esteves Leite (014.538.301-62); Thompsom Queiroz de Campos (967.897.781-87); Thyago de Oliveira Cordeiro (054.709.704-26).

1.2. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10341/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1. Processo TC-022.934/2016-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Valdenira Evangelista da Silva (005.558.405-57); Valdinete Maciel Nascimento (371.712.674-15); Valdir Aparecido Verzegnhassi (824.819.388-87); Valdirene Prado Moreira (109.760.408-08); Valdoanio Guimarães de Almeida (757.923.032-15); Valentim da Silva Rezende Junior (032.786.013-86); Valeria Divina Elias (434.896.301-06); Valeria Magalhaes Oliveira (976.660.505-00); Valeria Maria Alves Nunes (527.382.723-04); Valeria Menezes de Almeida (023.833.685-98).

1.2. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10342/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.938/2016-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Veronica Monteiro Martines Senger (594.444.871-72); Victor Barros Jatoba Barreto (018.992.505-14); Victor Hugo Ramires (343.639.468-81); Victor José Scker Rosemberg (106.162.497-80); Victor José Uchôa de Carvalho (943.784.445-34); Victor Nunes Weber (019.199.240-27); Vilma Akemi Watanabe (135.569.148-67); Vilma Francisca de Assis Farias Guerra (122.892.428-70); Vilmar João de Miranda Junior (072.707.099-12); Vilmar Nunes Nobre (001.505.373-36).

1.2. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10343/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.942/2016-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Wesley Cristiano Santiago dos Santos (045.809.189-83); Wesley Eduardo de Sousa (002.968.003-41); Wesley Ferreira de França (073.947.664-54); Whagner Paulo da Silva Limeira (034.572.924-26); Wilber Henrique Sakakura (333.590.218-19); Wilfredo Bispo dos Santos (438.087.435-49); William Ferreira Souza (021.796.643-89); William Kledy Oliveira Silva (008.148.214-05); William Veronesi Rocha (048.192.676-39); William do Amaral Machado (001.022.903-50).

1.2. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10344/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.944/2016-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Wladya Maria Dias Magalhães (890.020.163-87); Yuri Vasconcelos de Mendonca (007.768.923-20); Zildete Haline Maciel Avelar Souza (004.984.681-78); Zildete Santos Sousa (166.853.775-34); Zoara Cristina Oliveira Barcelos (926.952.480-91).

1.2. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10345/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.132/2016-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Edis Dias Ledesma (281.513.018-13); Elias Vieira Carneiro Filho (052.874.944-75); Evandro Rios Gonzaga (252.300.648-03); Fernando Goncalves Reinoso (289.132.788-80); Flavia Andre Carbonieri (334.685.578-33); Francisco Antonio Milans Carrau (558.201.311-34); Gabriel Geraldo Gandra Ortolani (015.712.136-43); Guilherme Monteiro Topan (378.091.438-75); Helber da Cunha Lousada (308.510.978-12) e Lais Helena de Paula Gomes Miziara (346.545.328-03).

1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10346/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.156/2016-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Diogo Koki Koga (389.446.988-99); Eduardo Leite Vanin (319.304.208-03); Emmanuel de Oliveira D'abruzzo (220.949.058-88); Eraldo Pereira Camargo Junior (329.761.668-70); Everton Martins do Prado (335.123.628-00); Fernando Paiva (146.344.618-70); Flavio Romero Acacio Barbosa (085.456.456-00); Francisco Anderson de Oliveira Freire (224.393.778-64); Frederico de Sant'anna Melo (300.265.678-06) e Jean Carlo Souza Pereira (295.519.308-94).

1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10347/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.158/2016-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Mariana Cristina de Alvarenga Xavier (731.015.591-20); Maycon Muniz Silva (101.226.407-64); Michele Kanashiro (340.101.648-24); Michelle Barrionuevo Macchi (966.656.020-87); Odair Fernando Costa Terra (036.305.641-60); Patrícia Ribeiro Lamounier Moura (014.754.316-94); Renan Bascheroto de Almeida (321.957.948-52); Ricardo dos Santos Pereira (027.659.566-18); Roberta Maciel Ambrósio Rodrigues (054.930.476-24) e Roseane Simões Ferreira (292.423.878-19).

1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10348/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão da interessada a seguir relacionada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.790/2016-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessada: Maria Conceição Lucas (430.139.027-87).

1.2. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10349/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 1º, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, e 143, inciso I, alínea "a", do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a) julgar regulares as contas dos responsáveis Altino Ventura Filho (CPF: 002.089.224-15), Antonio Varejão de Godoy (CPF: 353.308.644-53), Armando Casado de Araújo (CPF: 671.085.208-34), Helder Rocha Falcão (CPF: 334.533.494/15), Iranilton Leal dos Santos (CPF: 100.163.175-72), José Ailton de Lima (CPF: 070.673.994-91), José Hollanda Cavalcanti Júnior (CPF: 352.836.294-49), José Pedro de Alcântara Júnior (CPF: 085.398.554-53), Marcelo Bruto da Costa Correia (CPF: 039.706.014-95), Marcos Aurélio Madureira da Silva (CPF: 154.695.816-91), Mozart Bandeira Arnaud (CPF: 137.474.444-15) e Virginia Parente de Barros (CPF: 289.703.221-91), dando-lhes quitação plena, com fundamento nos arts. 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno;

b) dar ciência à Chesf sobre falhas na elaboração dos itens 5.5, 7.1.3 e 7.1.6.3, identificadas no relatório de gestão relativo ao exercício de 2014, o que afronta o disposto na Instrução Normativa TCU 63/2010, nas Decisões Normativas TCU 134/2013 e 139/2014 e na Portaria TCU 90/2014, para que sejam adotadas medidas internas com vistas à prevenção de ocorrência de outras semelhantes;

c) encaminhar cópia da presente deliberação, acompanhada da instrução da unidade técnica, à Chesf;

d) arquivar os presentes autos após as comunicações pertinentes, com fundamento no art. 169, inciso III, do Regimento Interno/TCU.

1. Processo TC-026.644/2015-0 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2014)

1.1. Responsáveis: Altino Ventura Filho (002.089.224-15); Antônio Varejão de Godoy (353.308.644-53); Armando Casado de Araujo (671.085.208-34); Helder Rocha Falcão (334.533.494-15); Iranilton Leal dos Santos (100.163.175-72); Jose Ailton de Lima (070.673.994-91); José Hollanda Cavalcanti Junior (352.836.294-49); José Pedro de Alcântara Júnior (085.398.554-53); Marcelo Bruto da Costa Correia (039.706.014-95); Marcos Aurélio Madureira da Silva (154.695.816-91); Mozart Bandeira Arnaud (137.474.444-15) e Virginia Parente de Barros (289.703.221-91).

1.2. Entidade: Companhia Hidro Elétrica do São Francisco.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Pernambuco (Secex/PE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10350/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 1º, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, e 143, inciso I, alínea "a", do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

e) julgar regulares as contas dos responsáveis Edson Luiz Vidal Pinto (CPF 008.617.909-87); Jucimar Novochadlo (CPF 359.814.589-68); Rogerio Coelho (CPF 056.599.499-91); Ana Flora Franca e Silva (CPF 434.226.919- 87); Irene Ito Kanda (CPF 324.140.649-00); Tônia Daysi Mückenberger (CPF: 544.650.959-53); Valcir Mombach (CPF 411.406.219-04), dando-lhes quitação plena, com fundamento nos arts. 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno;

f) fazer a recomendação constante do item 1.7;

g) dar ciência da presente deliberação, acompanhada da instrução da unidade técnica, ao Tribunal Regional Eleitoral do Paraná; e

h) arquivar os presentes autos após as comunicações pertinentes, com fundamento no art. 169, inciso III, do Regimento Interno/TCU.

1. Processo TC-027.692/2015-9 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2014)

1.1. Responsáveis: Edson Luiz Vidal Pinto (CPF 008.617.909-87); Jucimar Novochadlo (CPF 359.814.589-68); Rogerio Coelho (CPF 056.599.499-91); Ana Flora Franca e Silva (CPF 434.226.919- 87); Irene Ito Kanda (CPF 324.140.649-00); Tônia Daysi Mückenberger (CPF: 544.650.959-53) e Valcir Mombach (CPF 411.406.219-04).

1.2. Órgão: Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Paraná (Secex/PR).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Recomendar ao Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, com fundamento nos arts. 208, § 2º, e 214, inciso I, do RI/TCU, que realize autoavaliação do sistema de controle interno do órgão, de forma a fornecer uma visão realista e criteriosa acerca dos riscos ao alcance dos objetivos e dos controles implementados para reduzi-los ou eliminá-los.

ACÓRDÃO Nº 10351/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 1º, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, e 143, inciso I, alínea "a", do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

i) julgar regulares as contas dos responsáveis Haman Tabosa de Moraes e Córdova (CPF 762.813.611-72), Fabiano Caetano Prestes (CPF 022.031.259-18), Holden Macedo da Silva (CPF 072.824.037-83), Tatiana Siqueira Lemos (CPF 034.701.966-80), Gustavo Zortéa da Silva (CPF 971.203.590-53), José Rômolo Plácido Sales (CPF 340.138.493-72), Fabrício da Silva Pires (CPF 900.803.510-34), Eraldo Silva Júnior (CPF 102.162.367-97), Daniel Chiaretti (CPF 305.934.288-11), Lúcio Ferreira Guedes (CPF 000.720.126-50), Eduardo Valadares Brito (CPF 027.351.534-95), Ricardo Russull B.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Cavalcanti (CPF 041.018.244-36), Daniele de Souza Osório (CPF 810.212.911- 53), Thomas de Oliveira Gonçalves (CPF 013.853.186-27), Carolina Botelho Moreira de Deus (CPF 617.876.393-04) e Valéria Grilanda Rodrigues Paiva (CPF 480.221.791-91), dando-lhes quitação plena, com fundamento nos arts. 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno do TCU;

j) fazer as recomendações constantes dos itens 1.7 e 1.8;

k) dar ciência da presente deliberação, acompanhada da instrução da unidade técnica, à Defensoria Pública da União; e

l) arquivar os presentes autos após as comunicações pertinentes, com fundamento no art. 169, inciso III, do Regimento Interno/TCU.

1. Processo TC-027.710/2015-7 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2014)

1.1. Responsáveis: Carolina Botelho Moreira de Deus (617.876.393-04); Daniel Chiaretti (305.934.288-11); Daniele de Souza Osório (810.212.911-53); Eduardo Valadares de Brito (027.351.534-95); Eraldo Silva Júnior (102.162.367-97); Fabiano Caetano Prestes (022.031.259-18); Fabrício da Silva Pires (900.803.510-34); Gustavo Zórtea da Silva (971.203.590-53); Haman Tabosa de Moraes e Córdova (762.813.611-72); Holden Macedo da Silva (072.824.037-83); José Rômulo Plácido Sales (340.138.493-72); Lúcio Ferreira Guedes (000.720.126-50); Ricardo Russull Brandão Cavalcanti (041.018.244-36); Tatiana Siqueira Lemos (034.701.966-80); Thomas de Oliveira Gonçalves (013.853.186-27); Valéria Grilanda Rodrigues Paiva Dantas (480.221.791-91).

1.2. Órgão: Defensoria Pública da União.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado (SecexAdministração).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Recomendar à Defensoria Pública da União que:

1.7.1. aprimore os procedimentos para o registro de depreciação e amortização dos bens móveis, imóveis ou ativos tangíveis, intangíveis ou na aquisição de direitos de propriedade, devendo ser observado, além da tempestividade, os seguintes aspectos: a obrigatoriedade do seu reconhecimento, valor da parcela que deve ser reconhecida no resultado como decréscimo patrimonial, e, no balanço patrimonial, representada em conta redutora do respectivo ativo, e, por fim, as circunstâncias que podem influenciar seu registro;

1.7.2. considere a viabilidade e oportunidade de buscar, sempre que possível, internalizar sistemas e demais soluções tecnológicas já desenvolvidas por outros órgãos da Administração Pública.

1.8. Recomendar ao Controle Interno da Defensoria Pública da União que avalie a conveniência e a oportunidade de incluir em seu plano de auditoria, trabalho de avaliação do programa de estágio da UJ, sob os aspectos da legalidade, legitimidade e eficiência.

ACÓRDÃO Nº 10352/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 1º, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, e 143, inciso I, alínea "a", do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a) julgar regulares as contas dos responsáveis Eliano de Barros Santos Lira (CPF 731.544.822-53), Wagner de Jesus Gallo (CPF 800.837.065-34), Luana Machado de Almeida (CPF 007.766.629-10) e Maria Evanízia do Nascimento dos Santos (CPF 632.251.822-49), dando-lhes quitação plena, nos termos dos arts. 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c o artigo 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno/ TCU;

b) encaminhar cópia desta decisão, acompanhada da instrução da unidade técnica, à Fundação Nacional do Índio - Coordenação Regional Alto Purus/AC;

c) encerrar o presente processo, com fundamento no art. 169, inciso III, do Regimento Interno/TCU.

1. Processo TC-029.899/2015-0 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2014)

1.1. Responsáveis: Eliano de Barros Santos Lira (731.544.822-53); Luana Machado de Almeida (007.766.629-10); Maria Evanízia do Nascimento dos Santos (632.251.822-49); Wagner de Jesus Gallo (800.837.065-34).

1.2. Órgão: Coordenação Regional da Funai de Alto Purus.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Acre (Secex-AC).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10353/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 93 da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso V, alínea "a", 169, inciso VI, e 213 do Regimento Interno/TCU, arts. 6º, inciso I, e 7º, inciso III, da Instrução Normativa TCU 71/2012, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a) determinar o arquivamento do presente processo, sem cancelamento do débito remanescente, a cujo pagamento continuarão obrigados os Srs. Antônio Carvelli Filho e Gilgleider Altino Ribeiro, ex-prefeitos de Santana do Araguaia/PA;

b) encaminhar cópia desta decisão, acompanhada da instrução da unidade técnica, aos responsáveis e ao Ministério das Comunicações, informando, inclusive, que há saldo remanescente na conta específica do convênio e aplicações financeiras para restituição à conta do Tesouro Nacional.

1. Processo TC-003.549/2014-3 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Antonio Carvelli Filho (047.646.502-82); Gilcleider Altino Ribeiro (966.669.516-20).

1.2. Órgão: Prefeitura Municipal de Santana do Araguaia - PA.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Pará (Secex-PA).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10354/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno/TCU, c/c o Enunciado 145 da Súmula da Jurisprudência predominante do Tribunal de Contas da União, em retificar, por inexatidão material, o item 9.2 do Acórdão 3.492/2016-TCU-2ª Câmara, prolatado na Sessão de 15/3/2016- Ordinária, Ata 7/2016-2ª Câmara, mantendo-se inalterados os demais termos do Acórdão ora retificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

Onde se lê:

"9.2. (...) atualizado monetariamente desde a data do acórdão que vier a ser proferido (...)"

Leia-se:

"9.2. (...) atualizado monetariamente desde a data deste acórdão (...)"

1. Processo TC-007.506/2013-9 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Associação Trabalhadores Rurais Boa Esperança (10.248.474/0001-00) e José Milson de Freitas (517.703.422-49).

1.2. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.3. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Pará (Secex/PA).

1.5. Representação legal: Carlos Henrique Bernardes Castello Chiossi (OAB/DF 40.915)

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10355/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno/TCU, c/c o Enunciado 145 da Súmula da Jurisprudência predominante do Tribunal de Contas da União, em retificar, por inexatidão material, o item 9.2 do Acórdão 9.417/2016-TCU-2ª Câmara, prolatado na Sessão de 16/8/2016- Ordinária, Ata 29/2016-2ª Câmara, mantendo-se inalterados os demais termos do Acórdão ora retificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

Onde se lê:

"9.2. condenar os responsáveis identificados no subitem anterior, ao pagamento da quantia a seguir especificada, (...) "

Leia-se:

"9.2. condenar solidariamente os responsáveis identificados no subitem anterior, ao pagamento da quantia a seguir especificada, (...) "

1. Processo TC-015.038/2015-7 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Darcir Paulo de Lima (602.546.101-53) e Instituto Solid'art Gestão Profissional Cultural Turismo e Ambiental (07.326.941/0001-69).

1.2. Órgão: Ministério do Turismo.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará (Secex/CE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10356/2016 - TCU - 2ª Câmara

Trata-se de pedidos de reexame interpostos por Afrânio Aragão Craveiro e outros (peças 85 a 91), Andre Haguette (peça 93) e pelo Sindicato dos Trabalhadores das Universidades Federais do Estado do Ceará (peças 78 e 79), em face do Acórdão 4.810/2016-TCU-2ª Câmara, por meio do qual esta Corte de Contas determinou à Universidade Federal do Ceará que ofereça contraditório e ampla defesa aos interessados, com possibilidade de ouvir inclusive as associações que os representam, com vistas à suspensão dos pagamentos em desconformidade com o Acórdão 2.161/2005-TCU-Plenário, bem como ao recálculo das parcelas de FC incorporadas em conformidade com as regras definidas na tabela constante do item 46 do Acórdão 7.297/2014-TCU-2ª Câmara.

Considerando que, nos termos do art. 282 do Regimento Interno do TCU, cabe ao interessado demonstrar, na peça recursal, em preliminar, o seu interesse em intervir no processo, nos termos do § 1º do art. 146, devendo a questão ser avaliada no juízo de admissibilidade;

Considerando que a relação processual se estabeleceu apenas entre a Universidade Federal do Ceará e esta Corte de Contas, o qual, no exercício de sua missão constitucional, limitou-se a expedir àquela, objetivamente, comando de natureza mandamental;

Considerando que as determinações de natureza mandamental, expedidas por esta Corte, não possuem efeitos desconstitutivos, cite-se o precedente do Supremo Tribunal Federal (STF), nos autos do Mandado de Segurança 23.560/DF;

Considerando que, em face dos itens ora questionados, não se exige a aplicação do contraditório e da ampla defesa no âmbito deste Tribunal, posto que o exercício de tais prerrogativas, pilares indeléveis do devido processo legal, deverá ser amplamente observado pelo órgão jurisdicionado a quem se dirigiram as determinações do acórdão recorrido;

Considerando que não houve aplicação de sanção por esta Corte que atingisse os recorrentes e, por conseguinte, sucumbência;

Considerando que eventual defesa dos sindicalizados deverá ser exercida no âmbito do órgão jurisdicionado, onde efetivamente devem ser travadas as discussões relacionadas ao cumprimento da determinação, porquanto as deliberações emanadas deste TCU, no exercício da jurisdição objetiva, somente adquirem concretude com a produção de nova decisão no âmbito administrativo do próprio órgão que, analisando as situações individuais encontradas, poderá deliberar pelo enquadramento ou não do referido caso nos parâmetros legais, cuja interpretação foi dada por esta Corte de Contas;

Considerando que este Tribunal decidiu apenas objetivamente, expedindo determinação genérica e abstrata acerca de situação não individualizada, a qual o órgão ficou encarregado de apurar concretamente a causa submetida ao juízo *a quo, não poderá ser objeto de análise em via recursal*;

Considerando que a natureza da decisão deste Tribunal não é, em si mesma, desconstitutiva, não há que se reconhecer a sucumbência dos recorrentes, não havendo interesse em intervir e, por conseguinte, legitimidade recursal;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 48 da Lei 8.443/1992 e nos arts. 143, inciso IV, alínea "b" e § 3º, 146, 277, inciso II, 282 e 286, parágrafo único, do Regimento Interno do TCU, em:

a) indeferir o pedido dos recorrentes para ingresso como parte interessada nos autos;

b) não conhecer do pedido de reexame interposto por Afrânio Aragão Craveiro e outros, Andre Haguette e pelo Sindicato dos Trabalhadores das Universidades Federais do Estado do Ceará, em razão da ausência de legitimidade e interesse recursal;

c) dar ciência desta decisão aos recorrentes e à Universidade Federal do Ceará;

d) arquivar os presentes autos, nos termos do art. 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU.

1. Processo TC-009.037/2015-2 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)

1.1. Responsáveis: Antonio Salvador da Rocha (072.950.143-49); Ciro Nogueira Filho (071.682.503-10); Denise Maria Moreira Chagas Correa (230.157.803-87); Ernesto da Silva Pitombeira (013.456.993-87); Francisco Jonatan Soares (229.492.083-04); Frederico de Andrade Pontes (701.426.613-68); Gil de Aquino Farias (040.786.833-04); Henry de Holanda Campos (081.333.873-53); Jesualdo Pereira Farias (112.745.143-04); Joaquim Bento Cavalcante Neto (410.391.813-68); Joaquim Melo de Albuquerque (419.222.633-20); Jose Antonio Fernandes de Macedo (000.280.177-90); Pedro Eymar Barbosa Costa (037.177.473-04); Serafim Firmo de Souza Ferraz (168.812.064-53).

1.2. Recorrentes: Afranio Aragao Craveiro (052.850.977-20); Agamenon Tavares de Almeida (001.223.603-97); Maria Vital da Rocha (000.451.873-04); Aila Montenegro Moreira (073.258.513-91); Aldo Frota Nogueira (000.466.633-04); Alexandre Dulio Vieira Diogenes (001.011.093-34); Alvaro Melo Filho (002.539.103-82); Amintas Eugenio de Sousa (000.977.723-72); Ana Maria Pereira do Rego Monteiro (078.173.393-68); Ana Maria Valente Martins (435.020.913-15); Anchises Nogueira Queiroz (000.933.863-20); Anselmo Albuquerque Frazão (002.380.663-04); Antonio Aroldo Lins Soares (001.782.923-20); Maria Julia Holanda Lima (024.314.833-04); Antonio de Albuquerque Sousa Filho (001.096.903-97); Antonio Eurico Belo Torres (245.702.657-15); Antonio Nunes Miranda (008.427.533-20); Antonio Vicente de Alencar (042.488.303-10); Solange de Farias Mendes (430.452.193-49); Arnobiio Pereira Machado (002.090.583-15); Ary Marques da Silva (001.660.573-04); Carlos Couto de Castelo Branco (046.862.923-87); Carlos Neves D Alge (000.134.803-59); Carlos Tassito Correa Ivo (032.759.653-87); Carmem Gomes de Matos Maia (322.858.923-49); Celia Maria Pereira de Almeida Braga (163.658.873-53); Cesar Aziz Ary (000.115.843-00); Cesar Barreira (034.134.543-15); Teresa Ester Farias Furtado (141.581.163-68); Cleide Buhamra (023.333.253-72); Danisio Dalton da Rocha Correa (000.945.363-68); Dione Sales de Albuquerque (261.184.243-49); Eliana Maria Romero Teixeira (045.454.943-15); Eliza Maria Maia Gomes (046.726.073-72); Fabiano Jose de Sidou e Costa (002.565.443-87); Faustino de Albuquerque Sobrinho (001.091.263-00); Fernando Antonio Frota Bezerra (073.444.063-49); Fernando Henrique Monteiro Carvalho (143.038.763-72); Francisco Alberto Botelho (010.205.443-68); Francisco Antonio Guimaraes (033.835.203-15); Lucia Viana Bessa Nogueira (090.609.873-49); Francisco de Assis Mendes Goes (000.935.213-91); Francisco de Assis Silva Furtado (000.162.683-34); Francisco de Sousa Nascimento (002.141.673-72); Francisco Edson Pinheiro Pessoa (048.937.863-34); Francisco Fernando Alcantara Mota (010.132.383-20); Francisco Ferreira Marques (060.547.143-68); Francisco Flavio Torres de Araujo (002.218.481-34); Francisco Jose Alves Fernandes Tavora (001.045.313-04); Francisco Jose Amaral Vieira (000.485.343-15); Francisco Leandro de Castro Filho (016.563.683-15); Francisco Lioneto Borges (002.421.793-04); Francisco Roberto Souza de Oliveira (073.367.993-53); Francisco Sérgio de Vasconcelos Bezerra (183.296.087-00); Francisco Souto Paulino (002.131.603-15); Francisco Valdeci de Almeida Ferreira (001.060.623-87); Gabrielita Carrha Machado (021.738.833-72); Gelma Marinho de Carvalho (218.298.963-34); George Satander Sá Freire (072.966.493-72); Geraldo Jesuino da Costa (018.269.723-15); Geraldo Wilson da Silveira Gonçalves (000.140.953-00); Glauce Socorro de Barros Viana (001.017.613-68); Gregorio Maranguape da Cunha (016.116.313-00); Regine Helena Silva dos Fernandes Vieira (090.610.293-68); Maria Nenzinha de Morais Guilherme (212.682.153-68); Lucia Juca Teixeira (000.518.613-72); Heliomar Abrãao Maia (023.677.348-87); Hugo Alcantara Mota (000.122.383-68); João Aldésio Pinheiro Holanda (002.140.433-04); Joao Vianney Campos de Mesquita (010.176.913-04); Joaquim Aristides de Oliveira (081.780.463-34);

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Joaquim Fernando Pimentel Fernandes (023.150.923-53); Joaquim Haroldo Ponte (000.989.143-91); Jocelia Maria Cavalcante Paiva (091.745.163-53); Jose Afonso Bruno (042.853.443-00); Jose Agamenon Bezerra da Silva (010.224.153-87); Jose Albersio de Araujo Lima (001.088.713-04); José Braga Paiva (001.160.413-15); Jose de Ribamar Pinto Soares (000.955.753-91); Jose Gerson Ferreira Gomes (037.198.123-91); Jose Herculano Soares Junior (168.805.523-15); Jose Maia (001.160.333-04); Jose Monteiro Alves (000.001.673-04); José Murilo de Carvalho Martins (000.059.403-20); Jose Nelson Espíndola Frota (001.314.743-91); Jose Neudson Bendeira Braga (000.076.923-15); Jose Tarquinio Prisco (001.097.463-68); Jose Wilson de Farias Couto (041.225.263-53); Laura Maria Souza Vieira (162.559.253-15); Lucia Vanda Pinheiro Arruda (037.329.243-00); Luciano Meira Arruda (236.037.713-20); Luiz Carlos dos Santos Gaya (041.251.933-04); Luiz Carlos Fontenele (000.428.463-15); Manoel Bosco de Almeida (001.223.513-04); Manoel Perboyre Gomes Castelo (013.807.373-20); Marcos Vinicius Assunção (001.136.543-91); Marcus Vinicius Veras Machado (229.384.193-68); Maria Alice Meneleu Gonçalves (034.757.433-53); Maria Bruhilda Telles de Souza (003.872.583-53); Maria Celina de Borba Veloso (112.765.173-00); Maria Cleide Pagels Barbosa (013.971.333-68); Maria da Gloria Arrais Peter (073.227.803-10); Maria de Lourdes de Andrade Furtado (135.136.723-49); Maria de Lourdes de Sousa Campelo (229.481.473-87); Maria de Lourdes Negreiros Nunes (323.419.203-06); Maria Dionizia Guimaraes Brito (433.633.503-68); Maria Elias Soares (021.787.613-72); Maria Elzenir Baltazar Fernanes (020.400.003-30); Maria Estrela Araujo Fernandes (013.583.833-91); Maria Goretti Costa Nunes (060.962.123-87); Maria Ivoni Pereira de Sá (002.085.903-15); Maria Liara de Andrade Furtado (034.269.983-00); Maria Madalena Brasileiro Mota (141.016.613-91); Maria Rosalba de Souza Lima (034.570.013-91); Maria Rosemey do Vale Meira (142.648.973-00); Marilia Negreiros Nunes (619.144.283-15); Mateus Mosca Viana (024.311.573-34); Mauro Barros Gondim (001.119.533-91); Mirtes Barbosa Botelho Barroso (026.541.563-20); Moema Rosa Verçosa (378.734.823-91); Norma Maria Nogueira Pessoa Rangel (358.823.953-72); Paulo Roberto Coelho Pinto (000.037.783-04); Pedro Paulo de Souza Montenegro (000.982.993-87); Pedro Sisnando Leite (000.414.083-49); Margarida Maria Rangel Aragao (427.480.113-68); Maria Celia Gadelha Holanda Farias (414.189.803-15); Raymundo Mauro de Araripe Pereira (001.141.543-68); Regina Lucia Lopes de Sousa da Cunha (155.613.303-06); Rene Teixeira Barreira (018.207.963-53); Ricardo Régis Saunders Duarte (000.956.303-25); Ricardo Silva The Pontes (091.895.993-49); Romeu Cisne Prado (016.408.603-04); Sergio Vicente de Soiuza Falcão (000.265.573-04); Silviio Roberto Teixeira Barreira (018.765.203-10); Suely Holanda Gadelha Araujo (086.160.604-30); Vera Lucia Mota Klein (090.612.153-15); Vicente de Paulo Pereira Barbosa Vieira (002.938.143-68); Viliberto Cavalcante Porto (000.408.513-20); Vladir Pontes Menezes (002.941.013-49); Waleska Maciel Pombo Martins (090.613.983-04); Wellington Assunção Matos (013.778.253-53); Zelia Maria de Araujo Bastos (015.760.623-68); Zoya Dias Ribeiro (140.998.613-68); Sindicato dos Trabalhadores das Universidades Federais do Estado do Ceará (05.676.242/0001-13); Andre Haguette (001.825.593-00).

1.3. Entidade: Universidade Federal do Ceará.

1.4. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.6. Relatora da deliberacao recorrida: Ministra Ana Arraes.

1.7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.8. Representação legal: Rodrigo Antonio Maia Barreto (OAB/CE 12.176); Rodrigo do Nascimento Santos (OAB/CE 23.416).

1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10357/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, arts. 17, § 1º, 143, inciso III, 235 e 237, inciso VII e parágrafo único, todos do Regimento Interno/TCU, de acordo com o parecer emitido nos autos, em:

a) conhecer da presente representação, satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos no RITCU, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;

b) fazer as determinações constantes dos itens 1.7 e 1.8;

c) encaminhar cópia desta decisão, acompanhada da instrução da unidade técnica, ao Ministério da Cultura.

1. Processo TC-007.965/2016-8 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Interessado: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio Grande do Norte.

1.2. Órgão/Entidade: Entidades/órgãos do Governo do Estado do Rio Grande do Norte.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio Grande do Norte (Secex/RN).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar ao Ministério da Cultura, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992 e no art. 250, inciso II, do Regimento Interno/TCU, c/c o art. 2º da Resolução TCU 265/2014, que exija da Fundação José Augusto/RN a prestação de contas da primeira parcela relativa ao Convênio 365/2007 (Siafi 622406), bem como o saneamento das irregularidades apuradas no Relatório de Acompanhamento 22/2015, da SCDC/Minc, e, sendo o caso, providenciar a imediata abertura de tomada de contas especial, em consonância com o disposto no art. 8º da Lei 8.443/1992, enviando ao TCU, no prazo de noventa dias, as conclusões das ações implementadas.

.8. Determinar à Secex/RN que monitore o presente acórdão.

ACÓRDÃO Nº 10358/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 47 da Lei 8.443/1992, arts. 143, inciso III e inciso V, alínea "g", 235, 237, inciso VI e parágrafo único e 252, todos do Regimento Interno/TCU, de acordo com o parecer emitido nos autos, em:

a) conhecer da presente representação, satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos no RITCU, para, no mérito, considerá-la procedente;

b) converter o presente processo em tomada de contas especial, a fim de realizar a citação dos valores indevidamente pagos pelo Ministério da Justiça e Cidadania à empresa Front Propaganda Ltda. pela realização do evento "2ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa", no âmbito do qual poderão ser realizadas as audiências devidas;

c) fazer a determinação e recomendação constantes dos itens 1.6 e 1.7;

d) encaminhar cópia desta decisão, acompanhada da instrução da unidade técnica, à Secretaria Executiva do Ministério da Justiça e Cidadania e à secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República;

e) apensar os presentes autos à TCE a ser constituída.

1. Processo TC-018.442/2013-7 (Representação)

1.1. Órgão: Secretaria Executiva do Ministério da Justiça e Cidadania.

1.2. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Defesa Nacional e da Segurança Pública (SecexDefesa).

1.5. Representação legal: não há.

1.6. Determinar à Secretaria Executiva do Ministério da Justiça e Cidadania que:

1.6.1. revise os pagamentos realizados à empresa Front Propaganda Ltda. em face de possível recorrência das irregularidades identificadas no curso do evento "2ª Conferência Nacional dos Direitos Humanos da Pessoa Idosa" em outros eventos contratados junto à mesma empresa;

1.6.2. informe ao TCU, no prazo de 180 dias, o resultado das apurações a que se refere o subitem anterior, bem como as providências adotadas no caso de identificação de pagamentos indevidos.

1.7. Recomendar a Secretaria Executiva do Ministério da Justiça e Cidadania que, ao dar cumprimento ao disposto no art. 2º da IN SLTI/MP 5/2014, que estabelece procedimentos administrativos básicos para realização de pesquisas de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, faça com que a consulta ao mercado diretamente junto aos fornecedores (inciso IV) constitua a última opção e, caso adotada, seja devidamente justificada, documentada e validada pela autoridade competente.

ACÓRDÃO Nº 10359/2016 - TCU - 2ª Câmara

Trata-se de representação, formulada por Nataly da Cunha Felipe de Souza, vereadora da Câmara Municipal de Angicos/RN, a respeito de possíveis irregularidades na distribuição gratuita de medicamentos a pessoas carentes daquela municipalidade.

Considerando que, após a realização de diligências, perdura a ausência de documentos suficientes para sustentar os argumentos de irregularidade na distribuição gratuita de medicamentos à população carente do município;

Considerando que a apuração dos fatos trazidos na representação demandaria a realização de auditoria para que fossem confirmadas as supostas irregularidades;

Considerando que o Tribunal exerce controle externo da aplicação de recursos federais;

Considerando, ainda, que os recursos transferidos pelo Fundo Nacional de Saúde são movimentados e fiscalizados diretamente, em cada esfera de governo, pelo respectivo Conselho Municipal de Saúde, bem como pelos órgãos do sistema de Controle Interno do Poder Executivo, nos termos do art. 3º do Decreto 1.232/1994;

Considerando a competência concorrente da Câmara Municipal de Angicos para apurar os fatos e levantar informações mais consistentes e capazes de fundamentar os indícios de irregularidades apontados;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso III, 235 e 237, inciso IV e parágrafo único, todos do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a) não conhecer da presente representação, por não atender aos requisitos de admissibilidade previstos no art. 235 do Regimento Interno do TCU;

b) enviar cópia desta decisão, bem como da instrução da unidade técnica, à Vereadora Nataly da Cunha Felipe de Souza, sem prejuízo de esclarecer que o TCU poderá instaurar procedimentos de fiscalização específicos, caso sejam apresentadas informações adicionais que possam fundamentar as supostas irregularidades tratadas nesse processo;

c) encaminhar cópia dos autos ao Fundo Nacional de Saúde-FNS para conhecimento e adoção das medidas que entender cabíveis, solicitando ao órgão que preste informações ao TCU, no prazo de 30 dias, acerca da existência de procedimentos internos de fiscalização referentes ao objeto da presente representação; e

d) autorizar o arquivamento dos presentes autos, após o recebimento das informações a que se refere o subitem anterior e caso não se confirmem as irregularidades ora tratadas no âmbito do FNS, com fundamento no art. 169, incisos II e V, do Regimento Interno do TCU.

1. Processo TC-028.973/2015-1 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Interessada: Câmara Municipal de Angicos - RN (24.531.196/0001-09).

1.2. Órgão: Prefeitura Municipal de Angicos - RN.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio Grande do Norte (Secex-RN).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 27/2016 - 2ª Câmara

Relator - Ministro-Substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

ACÓRDÃO Nº 10360/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-012.677/2006-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Francisco Sampaio Sales (010.367.693-72); José Dias Barbosa (031.648.963-87); José Dias Barbosa (031.648.963-87).

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região - TRT/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10361/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.817/2016-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Luci Dânielli Avelino de Sousa (643.596.383-53); Luci Francisca de Arruda (610.635.416-20); Lucia Reisewitz (043.043.337-98); Luis Claudio Vargas Silva (596.726.335-72); Luis Henrique Albernaz Sirico (001.109.871-60); Luiz Augusto Viva do Nascimento (159.160.708-61); Luiz Carlos Medeiros da Rocha (061.316.964-62); Luiz Coimbra Nunes (296.464.212-53); Luzia Leal de Oliveira (014.078.163-30); Manoel Gustavo Souto Maior de Lima (021.658.504-01).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10362/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.822/2016-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Virgilio Jose Silveira Dantas Junior (022.147.905-86); Virginia Gomes de Luca (026.655.049-52); Wanessa Correa (002.841.111-04); Zafenathy Carvalho de Paiva (044.249.743-16).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10363/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão civil a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.470/2013-2 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Benedita Casemiro dos Passos Gomes (073.512.447-74); Gabriel dos Passos Gomes (133.332.427-88); Manoelita Durao Abrahao (074.579.017-87).

1.2. Órgão/Entidade: Primeira Região Militar - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10364/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea a, 169, inciso VI, e 212 do Regimento Interno/TCU, em determinar o arquivamento dos presentes autos, sem julgamento de mérito, por ausência dos pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo, sem prejuízo de encaminhar cópia desta deliberação ao responsável, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-007.715/2016-1 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: Auri Costa Araripe (141.408.613-04).

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Pacajus/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará (Secex/CE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10365/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso I, alínea a, 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em julgar as contas do responsável a seguir indicado regulares com ressalva e dar-lhe quitação, promovendo-se, em seguida, o arquivamento do processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-008.361/2015-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: Raimundo Cordeiro de Freitas (103.000.403-00).

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Russas/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará (Secex/CE).

1.6. Representação legal: Antonio Braga Neto (17713/OAB-CE) e outros, representando Raimundo Cordeiro de Freitas.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10366/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, considerando que, por meio do Acórdão n. 10.672/2015 - 2ª Câmara, proferido na Sessão de 17/11/2015, entre outras medidas, foram julgadas irregulares as contas da Sra. Elizabeth Lucena da Silva, tendo-lhe sido aplicada, na mesma oportunidade, multa prevista no art. 57 da Lei n. 8.443/1992; considerando que a aludida responsável, considerada revel no presente feito, apresenta expediente por meio do qual suscita a nulidade de sua citação; considerando que o ofício citatório impugnado foi remetido ao endereço constante da base de dados da Secretaria da Receita Federal do Brasil; considerando que, no bojo da procuração mediante a qual a responsável constituiu seu procurador, consta declaração de que a Sra. Elizabeth Lucena da Silva se declara residente e domiciliada no endereço acima referenciado; considerando que não é possível a interposição de Recurso de Reconsideração ou Embargos de Declaração em detrimento da deliberação atacada, em decorrência do seu trânsito em julgado, ACORDAM, por unanimidade, em receber a peça apresentada pela Sra. Elizabeth Lucena da Silva como mera petição, negando-se a ela seguimento, sem prejuízo de encaminhar à responsável cópia da instrução produzida pela unidade técnica, do Parecer do MP/TCU e desta deliberação, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.252/2014-2 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Elizabeth Lucena da Silva (048.328.922-15); Josemar do Carmo (040.841.102-30); Maria Auxiliadora Silva Costa (149.999.862-72); Rosa Mercedes Paino Macha Zorrilla (526.123.762-91); Zacarias Assunção Ribeiro Araujo (144.711.162-15).

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Cantá/RR.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Roraima (Secex/RR).

1.6. Representação legal: Bernardino Dias de Souza Cruz Neto (178/OAB-RR) e outros, representando Elizabeth Lucena da Silva; Domingos Sávio Moura Rebelo (184-A/OAB-RR), representando Maria Auxiliadora Silva Costa.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10367/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea a , do Regimento Interno/TCU, c/c os arts. 36, 37 e 40 da Resolução TCU n. 259/2014, em apensar o presente processo ao TC-010.251/2016-2 (Tomada de Contas Especial), e em juntar cópia das Peças ns. 8, 11 e 14 a 19 dos presentes autos ao mencionado TC-010.251/2016-2, para análise das alegações de defesa tempestivamente apresentadas pelos advogados legalmente constituídos do Sr. José Lauro Beserra Braga, sem prejuízo de dar ciência desta deliberação à Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão - Caema, ao Ministério da Integração Nacional, ao responsável e à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, de acordo com os pareceres constantes dos autos:

1. Processo TC-017.196/2012-4 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Apensos: 017.404/2011-8 (Representação); 004.920/2001-9 (Relatório de Auditoria); 032.836/2014-7 (Monitoramento).

1.2. Responsável: José Lauro Beserra Braga (054.844.993-72).

1.3. Órgão/Entidade: Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão - Caema/MA.

1.4. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Maranhão (Secex/MA).

1.7. Representação legal: Pedro Leonel Pinto de Carvalho (OAB/MA 417), e outros.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10368/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea d, do Regimento Interno/TCU, c/c o Enunciado n. 145 da Súmula de Jurisprudência predominante no Tribunal, ACORDAM, por unanimidade, em retificar, por inexatidão material, o Acórdão n. 8.609/2016 - 2ª Câmara, prolatado na Sessão de 19/7/2016, Ata n. 25/2016, relativamente ao seu item 3, onde se lê: "Pedro Fonteles dos Santos (003.078.393-75) (...)", leia-se: "Pedro Fonteles dos Santos (003.078.293-75) (...)", mantendo-se inalterados os demais termos do acórdão ora retificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.413/2015-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Pedro Fonteles dos Santos (003.078.293-75); Pró-Município Serviço - Eireli - EPP (11.650.636/0001-03).

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Acaraú/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará (Secex/CE).

1.6. Representação legal: Wilson de Noroes Milfont Neto (15248/OAB-CE) e outros, representando Pró-Município Serviços - Eireli - EPP.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10369/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea d, do Regimento Interno/TCU, c/c o Enunciado n. 145 da Súmula de Jurisprudência predominante no Tribunal, em retificar, por inexatidão material, o Acórdão n. 7.783/2016 - 2ª Câmara, prolatado na Sessão de 28/6/2016, Ata n. 22/2016, relativamente ao seu subitem 1.2, onde se lê: "Responsáveis: Construtora Neves Engenharia Ltda. (06.765.392/0001-82); Dantas & Cia Ltda. (34.791.988/0001-76); (...)", leia-se: "Dantas & Cia Ltda. (34.791.988/0001-76); (...)", mantendo-se inalterados os demais termos do acórdão ora retificado:

1. Processo TC-031.251/2010-2 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Apensos: 019.110/2012-0 (Solicitação).

1.2. Responsáveis: Dantas & Cia Ltda (34.791.988/0001-76); Engecenter Construtora de Obras Ltda (68.851.351/0001-40); Engecenter Engenharia Ltda. (14.435.382/0001-90); Francisco Flamarion Portela (081.646.303-49); Governo do Estado de Roraima (84.012.012/0001-26); Ipojucan Carneiro da Costa (077.457.962-53); Jander Gener Cesar Guerreiro (287.415.442-34); Jorci Mendes de Almeida (126.011.101-63); José Maciel Ferreira (119.146.453-91); Neudo Ribeiro Campos (021.097.782-53); R Neves Engenharia Ltda (04.029.815/0001-54); Sanderson Abrahim de Araújo Xaud (241.722.862-91); Sanderson José da Paixão Santos (614.812.115-87).

1.3. Órgão/Entidade: Governo do Estado de Roraima/RR.

1.4. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Roraima (Secex-RR).

1.7. Representação legal: Murilo Queiroz Melo Jacoby Fernandes (41.796/OAB-DF) e outros, representando Neudo Ribeiro Campos; Joaquim Estevam de Araújo Neto (517/OAB-RR), representando Engecenter Engenharia Ltda. e Sanderson Abrahim de Araújo Xaud; Krishlene Braz Avila (305-B/OAB-RR), representando Governo do Estado de Roraima; Jorci Mendes de Almeida Junior (749/OAB-RR), representando Jander Gener Cesar Guerreiro e Jorci Mendes de Almeida; Wagner Fernandes Pires Pereira (613/OAB-RR), representando José Maciel Ferreira; Sergio Cordeiro Santiago (725/OAB-RR) e outros, representando Dantas & Cia Ltda; Henrique Keisuke Sadamatsu (208-A/OAB-RR), representando Francisco Flamarion Portela.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10370/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, alínea a, 235, parágrafo único, 237, parágrafo único, e 250, inciso I, do Regimento Interno/TCU, em não conhecer da presente representação, por não preencher os requisitos de admissibilidade previstos no caput do art. 235 do RI/TCU, e encaminhar cópia da instrução produzida pela unidade técnica e desta deliberação ao representante, promovendo-se, em seguida, o arquivamento dos autos, de acordo com o parecer da Secex/CE:

1. Processo TC-016.605/2016-0 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Tribunal de Contas dos Municípios no Estado do Ceará - TCM/CE.

1.2 Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Madalena/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará (Secex/CE).

1.6.. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 31/2016 - 2ª Câmara

Relator - Ministro-Substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

ACÓRDÃO Nº 10371/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, e art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, em considerar prejudicadas, por perda de objeto, as apreciações para fins de registro dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, já que houve a cessação dos efeitos financeiros dos respectivos atos, motivada pelo desligamento dos servidores, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.972/2016-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Rodnei Cebalho Baroncielo (CPF 045.335.511-06); Rodolfo Faria Vicente (CPF 321.871.408-73); Rodolpho Putinati Martins (CPF 093.613.729-04); Rodrigo Barbosa da Silva (CPF 004.246.242-81); Rodrigo Cardoso Lima (CPF 008.525.710-97); Rodrigo Costa de Souza (CPF 016.813.682-18); Rodrigo Lima do Nascimento (CPF 106.888.284-00); Rodrigo Palmares Pereira (CPF 153.262.837-43); Rodrigo Pereira Lemos (CPF 922.510.051-53); Rodrigo Ramos Raimundo (CPF 432.268.358-40); Rodrigo Sume Oliveira Olaran (CPF 070.267.615-28); Rodrigo Tavares (CPF 068.218.756-93); Rodrigo da Silva Miller (CPF 087.152.617-43); Rodrigo de Assis Angelo (CPF 317.557.908-64); Rogeer Barbosa Santos (CPF 058.491.435-05); Roger Felipe Batista Cruz (CPF 014.950.752-65); Rogerio Alfredo da Silva (CPF 878.569.051-15); Rogerio Alves Pereira (CPF 860.429.121-00); Rogerio Alves de Oliveira (CPF 047.637.765-09) e Rogerio Barata Miranda (CPF 025.489.962-55).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10372/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, e art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, em considerar prejudicadas, por perda de objeto, as apreciações para fins de registro dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, já que houve a cessação dos efeitos financeiros dos respectivos atos, motivada pelo desligamento dos servidores, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.979/2016-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Salvador Francisco de Alcantara Junior (CPF 391.917.168-37); Salvador Mateus dos Santos (CPF 061.111.408-92); Salvador Sabino Pereira (CPF 602.840.833-64); Salvio Ferreira Drumond (CPF 107.113.897-99); Samaria Pereira da Silva (CPF 047.097.101-04); Samuel Damasceno Silva (CPF 041.687.733-88); Samuel Gualter de Oliveira (CPF 603.491.443-46); Samuel Mendonça Bueno (CPF 011.831.075-52); Samuel de Castro Souza (CPF 012.355.601-55); Sanderlei de Jesus Vaz Rabelo (CPF 680.846.762-53); Sandreilson Flores dos Santos (CPF 078.201.474-74); Sandro Reis Medeiros (CPF 983.024.345-15); Sandro Rodrigues Costa (CPF 027.531.961-09); Sandro Santos Ribeiro (CPF 022.751.515-32); Sandro da Silva (CPF 050.527.941-00); Sandro de Jesus Ribeiro (CPF 056.658.425-59); Santelino Barbosa dos Santos (CPF 002.450.256-18); Santiago Fernandes Carvalho (CPF 958.673.501-00); Santino Pacheco da Silva (CPF 000.076.549-01) e Saulo Aparecido Anazario Leite (CPF 122.234.996-51).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10373/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, e art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, em considerar prejudicadas, por perda de objeto, as apreciações para fins de registro dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, já que houve a cessação dos efeitos financeiros dos respectivos atos, motivada pelo desligamento dos servidores, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.982/2016-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Sidmar Aparecido Bento (CPF 109.155.396-32); Sidnei Arruda Melo (CPF 882.430.011-15); Sidnei Cebalho Baroncielo (CPF 022.907.261-50); Sidnei Vieira da Silva (CPF 034.775.991-28); Sidney Fernandes da Silva (CPF 975.807.752-04); Sidney Ferreira dos Santos (CPF 033.584.796-09); Sidney Pereira (CPF 291.262.178-05); Sidney Valcacio Breves (CPF 648.787.242-34); Sidney Valentino de Assis (CPF 033.540.317-43); Sigale da Costa Silva Machado (CPF 713.809.900-25); Silas Maruaja Karaja (CPF 703.930.341-86); Silas Souza Cabral (CPF 003.915.282-03); Silvan Almeida Bernardes (CPF 659.978.161-68); Silvana Gonçalves de Oliveira (CPF 220.278.648-14); Silvana Maria da Con-

CERTIFICAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ceição (CPF 769.062.211-91); Silvana de Melo (CPF 071.368.027-09); Silvano Alves dos Santos (CPF 035.756.046-90); Silvestre Cassiano Prata (CPF 100.348.836-65); Silvio Carlos Germano (CPF 008.811.521-61) e Silvio de Oliveira Lima (CPF 852.601.772-15).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10374/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, e art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, em considerar prejudicadas, por perda de objeto, as apreciações para fins de registro dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, já que houve a cessação dos efeitos financeiros dos respectivos atos, motivada pelo desligamento dos servidores, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.988/2016-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Valdemar Pereira da Silva (CPF 006.235.216-44); Valdemar Rodrigues (CPF 728.736.391-72); Valdemir Albuquerque da Silva (CPF 611.459.554-87); Valdemir de Paula Viana (CPF 092.833.486-48); Valdenei Alves Macedo (CPF 966.190.821-49); Valdeni Rodrigues dos Santos (CPF 008.755.811-45); Valdeni da Silva Rabelo (CPF 827.411.582-15); Valdenilson Alves dos Santos (CPF 049.075.031-13); Valdenio Alves Lira (CPF 021.442.523-19); Valdenison Alves Rodrigues (CPF 043.802.261-07); Valder Barbosa dos Santos (CPF 034.806.396-23); Valdercley Nascimento da Silva (CPF 538.316.082-53); Valderi Barbosa Souza (CPF 014.181.532-90); Valdi Leandro (CPF 037.824.663-14); Valdici Alves (CPF 250.141.448-96); Valdinar Felix Amorim (CPF 655.074.103-30); Valdinei Pedro da Silva (CPF 778.572.752-04); Valdineia da Costa Nunes (CPF 014.056.512-45); Valdir Bezerra da Silva (CPF 054.091.394-45) e Valdir Gomes do Nascimento (CPF 637.926.213-04).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10375/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, e art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, em considerar prejudicadas, por perda de objeto, as apreciações para fins de registro dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, já que houve a cessação dos efeitos financeiros dos respectivos atos, motivada pelo desligamento dos servidores, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.990/2016-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Valtenir Silva (CPF 024.276.431-22); Valter Florencio Martins (CPF 231.139.442-87); Valter Oliveira Santana (CPF 071.602.875-17); Valter da Conceição Vieira (CPF 055.658.666-26); Valterlan Lima de Jesus (CPF 054.542.995-10); Valterlicio Soares Mello (CPF 031.976.295-58); Vambert Robby Silva Medeiros (CPF 049.729.511-33); Vamir Rodrigues dos Santos (CPF 177.195.426-49); Vandergol Ferreira Guivara (CPF 382.749.652-72); Vanderlan Santos Lopes (CPF 024.474.470-00); Vanderlea Xavier de Araujo (CPF 061.578.985-42); Vanderlei Fonseca (CPF 066.120.206-28); Vanderlei Lessa (CPF 961.995.200-68); Vanderlei Luiz Pereira (CPF 047.243.746-16); Vanderli Aguiar Lima (CPF 049.041.113-46); Vanderliu Oliveira Pontes (CPF 048.042.251-61); Vandernilson Antonio de Freitas (CPF 093.537.336-50); Vanderson Pereira da Silva (CPF 008.209.751-84); Vanderson Ribeiro dos Santos (CPF 044.857.013-01) e Vanderson Santos Carvalho (CPF 122.844.156-10).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10376/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, e art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, em considerar prejudicadas, por perda de objeto, as apreciações para fins de registro dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, já que houve a cessação dos efeitos financeiros dos respectivos atos, motivada pelo desligamento dos servidores, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.994/2016-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Wandesson Miranda da Silva (CPF 608.963.673-80); Wandson da Silva Barbosa (CPF 115.951.254-00); Warley Pereira dos Santos (CPF 104.456.226-95); Washington Lima Borges (CPF 050.600.115-69); Washington Luiz Antunes Moreira (CPF 079.388.036-00); Washington Naves Alves (CPF 603.544.531-49); Washington Rocha da Silva (CPF 010.248.482-13); Watson Fernandes do Nascimento (CPF 728.483.671-72); Waydson Santos de Queiroz (CPF 735.472.711-34); Weber Monteiro dos Santos (CPF 005.183.041-83); Weber Rodrigues de Sousa (CPF 016.450.981-09); Weberth Gomes Pereira (CPF 057.672.006-29); Weideson Gonçalves Martins (CPF 095.944.386-06); Welbe Amorim dos Santos (CPF 014.034.745-32); Welguer Nunes Pereira (CPF 016.430.351-00); Welinton Ramos Monza (CPF 062.980.129-07); Weliton de Jesus Batista (CPF 046.449.071-54); Welligton Alvarenga de Brito (CPF 015.270.402-75); Wellington Angelo Custodio (CPF 076.272.886-81) e Wellington Garcia Karitiana (CPF 012.202.752-39).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10377/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.259/2016-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Diego de Carvalho Pinto (CPF 100.249.697-70); Jairo dos Santos da Costa (CPF 015.743.755-80); Marcelo Dias Rodrigues (CPF 698.229.214-20); Thiago Dias Lopes (CPF 127.468.097-29) e Willian Lima Pacífico (CPF 089.904.167-10).

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria de Inativos e Pensionistas (CE/MD).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10378/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.266/2016-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Helder Sousa Pimenta (CPF 050.938.116-29); Hugo Cunha Lins (CPF 059.140.317-02); Joice Pinto Henck (CPF 124.391.947-78); Leonardo Lessa de Vasconcelos (CPF 053.114.787-80) e Lilian Mello Hodgson (CPF 607.675.101-00).

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria de Inativos e Pensionistas (CE/MD).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10379/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.674/2016-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Ramon Ribeiro da Silva (CPF 138.565.177-66).

1.2. Órgão/Entidade: 10º Batalhão de Infantaria (CE/MD).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10380/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.675/2016-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Jean Carlos Rosa (CPF 112.630.456-50) e Luan Gabriel Simões Barbosa (CPF 148.095.417-97).

1.2. Órgão/Entidade: 23º Batalhão de Infantaria (CE/MD).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10381/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.750/2016-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessada: Lucilene da Silva Paixão (CPF 093.229.716-14).

1.2. Órgão/Entidade: Indústria de Material Bélico do Brasil (CE/MD).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10382/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de pensão especial de ex-combatente a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.124/2016-1 (PENSÃO ESPECIAL DE EX-COMBATENTE)

1.1. Interessada: Evangeneide Ferreira da Silva de Oliveira (CPF 405.552.834-53).

1.2. Órgão/Entidade: Sétima Região Militar (CE/MD).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10383/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de pensão militar a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.472/2016-6 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessada: Elisabete Ferreira (CPF 082.388.248-93).

1.2. Órgão/Entidade: Segunda Região Militar (CE/MD).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10384/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.069/2015-2 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessadas: Cleia de Miranda Osorio dos Reis da Silva (CPF 402.766.358-68); Conceição Porto Duro (CPF 660.538.979-49); Damaris Ferreira da Silva (CPF 296.851.171-87); Lucy Pires Kosop (CPF 029.029.389-85) e Maria Helena Pires Heller (CPF 017.215.609-20).

1.2. Órgão/Entidade: Quinta Região Militar (CE/MD).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10385/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.075/2015-2 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessadas: Dalva Maria Costa Gurgel do Amaral (CPF 072.618.293-15); Edilene Freire de Queiroz (CPF 097.630.824-04); Greicy Kelly do Nascimento Costa (CPF 014.544.334-50); Ivone Maria dos Reis Costa (CPF 091.155.283-91); Maria de Fatima dos Reis Costa (CPF 090.689.103-53); Micaela do Nascimento Costa (CPF 079.050.784-69); Rejane de Queiroz Thum (CPF 143.433.714-68) e Rosangela de Souza (CPF 054.213.994-43)

1.2. Órgão/Entidade: Sétima Região Militar (CE/MD).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10386/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.124/2015-3 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessadas: Dayse de Azevedo Rezende (CPF 119.944.087-66) e Nazaré Quintino Caldas (CPF 272.549.988-75).

1.2. Órgão/Entidade: Subdiretoria de Inativos e Pensionistas - Área Militar (Comando da Aeronáutica).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10387/2016 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que os presentes autos tratam de tomada de contas especial instaurada pela então Agência de Desenvolvimento do Nordeste (Adene) em desfavor dos Srs. Francisco de Assis de Moraes Souza, Ednei Modesto Amorim e Raimundo José de Souza Nogueira, diante da não apresentação da prestação de contas final do Convênio CDC nº 1/1998 (Siafi nº 348350) firmado pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) com o Estado do Piauí, com vistas à implementação de Programa Emergencial de Frentes Produtivas no período de junho a agosto de 1998 em municípios piauienses;

Considerando que, de acordo com a análise da unidade técnica (Peças nºs 18 e 19), existem nos autos documentos suficientes para afastar os débitos relativos a não devolução do saldo do convênio e à ausência de extratos, salientando que, em relação ao débito atinente às divergências entre a relação de pagamentos e os avisos de débito, o longo lapso temporal de mais de 10 anos entre os fatos e a notificação dos responsáveis quanto a essa irregularidade prejudicaria a defesa, não tendo sido, por isso, realizada a citação dos responsáveis;

Considerando que o art. 212 do RITCU estabelece que o Tribunal determinará o arquivamento da tomada de contas especial, quando verificar a ausência dos pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo;

Considerando que, nos termos dos arts. 6º, inciso II, e 19 da IN nº 71/2012 do TCU, fica dispensada a instauração da tomada de contas especial, quando houver transcorrido longo tempo desde a data provável de ocorrência do dano até a primeira notificação dos responsáveis pela autoridade administrativa competente, aplicando-se tal disposição às tomadas de contas especiais, ainda pendentes de citação válida, que se encontram em tramitação no Tribunal de Contas da União;

Considerando, dessa forma, que, pelos motivos expostos, mostra-se indicado, no presente caso, o arquivamento dos autos;

Considerando, por fim, que estão nessa linha os pareceres uniformes do Ministério Público junto ao TCU (Peça nº 20) e da unidade técnica (Peças nºs 18 e 19);

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso I, alínea "b", 169, inciso VI, e 212 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em arquivar os presentes autos, sem o julgamento do mérito, ante a ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo, sem prejuízo de fazer a determinação abaixo indicada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-006.971/2014-8 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Ednei Modesto Amorim (CPF 130.617.473-20); Francisco de Assis de Moraes Souza (CPF 010.900.463-91) e Raimundo José de Souza Nogueira (CPF 062.114.703-63).

1.2. Órgão/Entidade: Estado do Piauí.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Piauí (Secex/PI).

1.6. Representação legal: Márcia Maria Macedo Franco (2802/OAB-PI) e outros, representando Entidades/órgãos do Governo do Estado do Piauí.

1.7. Determinar à Secex/PI que envie cópia do presente Acórdão, acompanhado do parecer da unidade técnica, à Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e aos responsáveis.

ACÓRDÃO Nº 10388/2016 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que os presentes autos tratam de tomada de contas especial instaurada pelo então Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) em desfavor do Sr. Edmar Câmara, como presidente do Grupo de Apoio à Natureza e Desenvolvimento do Homem Integral (Gandhi), qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip), diante da inexecução total do Termo de Parceria nº 13.0014.00/2006 (Siafi nº 589274) firmado, em 29/12/2006, com recursos federais transferidos no valor total de R$ 217.000,00;

Considerando que o TCU, por meio do Acórdão 627/2014-2ª Câmara, prolatado em 25 de fevereiro de 2014, julgou irregulares as contas do Sr. Edmar Câmara e do Grupo de Apoio à Natureza e Desenvolvimento do Homem Integral - Gandhi, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c", e 19, caput, da Lei nº 8.443, de 1992, para condená-los em débito e em multa, sem prejuízo de enviar determinações à Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social (Secis/MCTI);

Considerando que, após a devida ciência do acórdão condenatório e o transcurso dos prazos recursais sem que os responsáveis questionassem o citado aresto, ocorreu, em 1º/4/2014, para o Grupo de Apoio à Natureza e Desenvolvimento do Homem Integral (Gandhi) e, em 7/5/2014, para o Sr. Edmar Câmara, o trânsito em julgado da referida decisão, tendo sido emitido, em 18/06/2014, pela SecexDesenvolvimento, o correspondente atestado de trânsito em julgado (Peça nº 50);

Considerando que, à Peça nº 58, constata-se a documentação apresentada em 17 de junho de 2016 pelo Sr. Raimundo Costa Coelho Filho, como Defensor Público Federal, por meio da qual o Sr. Edmar Câmara requer a nulidade do feito pela ausência de pressupostos de constituição e desenvolvimento válido e regular do processo, justificando o seu pedido pela alegação de suposto vício na citação;

Considerando que, no âmbito da percuciente análise consignada à Peça nº 59, a Serur constatou que a intenção do requerente à Peça nº 58 consiste em suscitar tão somente a ocorrência de suposto vício na citação promovida pela unidade técnica de origem;

Considerando que a admissão, como recurso, da Peça nº 58, em flagrante inobservância ao princípio da voluntariedade, poderia acarretar prejuízo à parte, até prejudicando a sua possível interposição do recurso cabível, diante da eventual incidência de preclusão consumativa, nos termos dos arts. 278, § 3º, 285, § 2º, e 286, do RITCU;

Considerando, por fim, que o exame das nulidades arguidas em simples petição, tal como faculta o art. 174 do Regimento Interno do TCU, compete à unidade técnica de origem (art. 48, parágrafo único, da Resolução TCU nº 259/2014), que submeterá o feito ao Relator da decisão impugnada;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso IV e § 3º do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em conhecer da documentação apresentada pelo Exmo. Sr. Raimundo Costa Coelho Filho, como Defensor Público Federal, em nome do Sr. Edmar Câmara (Peça nº 58), como mera petição, devendo o processo ser encaminhado à SecexDesenvolvimento para a apreciação da suscitada nulidade, de acordo com o parecer emitido pela Serur:

1. Processo TC-018.396/2013-5 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Apensos: TC-015.774/2014-7 (SOLICITAÇÃO); TC-015.975/2014-2 (COBRANÇA EXECUTIVA); TC-015.976/2014-9 (COBRANÇA EXECUTIVA); TC-015.974/2014-6 (COBRANÇA EXECUTIVA) e TC-018.753/2014-0 (SOLICITAÇÃO).

1.2. Responsáveis: Edmar Câmara (CPF 323.432.996-68) e Grupo de Apoio à Natureza e Desenvolvimento do Homem Integral - Gandhi (CNPJ 04.440.944/0001-30).

1.3. Órgão/Entidade: Grupo de Apoio à Natureza e Desenvolvimento do Homem Integral - Gandhi.

1.4. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo do Desenvolvimento Econômico (SecexDesenvolvimento).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinar que a SecexDesenvolvimento promova a análise da nulidade suscitada à Peça nº 58 e emita o seu parecer conclusivo, enviando o processo, após a devida manifestação do MPTCU, ao Relator do feito.

ACÓRDÃO Nº 10389/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, e na Súmula nº 145 do TCU, em retificar, por inexatidão material, o Acórdão 9.714/2016-TCU-2ª Câmara, prolatado na Sessão Ordinária de 23/8/2016 (Ata nº 30/2016), relativamente ao seu item 9.5, mantendo-se inalterados os demais termos do Acórdão ora retificado, restituindo-se os autos à Secex/CE, para que dê prosseguimento às providências cabíveis, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

onde se lê:

"9.5. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.443, de 1992, o parcelamento das dívidas constantes deste Acórdão em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, atualizadas monetariamente até a data do pagamento, esclarecendo aos responsáveis que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor (art. 217, § 2º, do RITCU), sem prejuízo das demais medidas legais;";

leia-se:

"9.5. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.443, de 1992, o parcelamento das dívidas constantes deste Acórdão em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, sobre as quais incidirão a atualização monetária e os correspondentes acréscimos legais, esclarecendo aos responsáveis que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor (art. 217, § 2º, do RITCU), sem prejuízo das demais medidas legais;":

1. Processo TC-020.815/2013-1 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Carlos Virgílio Pereira de Brito (CPF 144.674.533-34); Construtora Aurorense Ltda. - ME (CNPJ 00.139.895/0001-40) e Francisco Luiz Rodrigues Mendes de Souza (CPF 222.535,723-49).

1.2. Órgão/Entidade: Município de Potengi/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará (Secex/CE).

1.6. Representação legal: Jose Maria Gomes Pereira (13874/OAB-CE), representando Construtora Aurorense Ltda. - ME; Marcos Ronny Moura Saldanha (9837/OAB-CE), representando Carlos Virgílio Pereira de Brito e Francisco Luiz Rodrigues Mendes de Souza.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10390/2016 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que os presentes autos tratam de tomada de contas especial instaurada pelo então Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) em desfavor dos Srs. Fernando Bezerra de Souza Coelho, ex-prefeito de Petrolina/PE (gestão: 2005-2006), e Odacy Amorim de Souza, ex-prefeito de Petrolina/PE (gestão: 2007-2008), diante da aprovação apenas parcial da prestação de contas do Convênio nº 01.0249.00/2005 (Siafi nº 537203), cujo objeto consistia no apoio ao projeto "Reciclagem de resíduos sólidos da Construção Civil no Município de Petrolina/PE";

Considerando que, nestas contas especiais, foi apurado o débito no montante de R$ 2.985,90 (em valores atuais);

Considerando que o Acórdão 7.823/2016-TCU-2ª Câmara (Peça nº 12), prolatado em 28/6/2016, determinou, com fundamento nos arts. 6º, inciso I, e 19, caput, da IN TCU nº 71/2012, o arquivamento do presente processo sem cancelar o débito e sem julgar o mérito;

Considerando que o Sr. Rodrigo de Figueiredo Tavares de Araújo (OAB/PE nº 25.921), apresentou, em nome do Sr. Fernando Bezerra de Souza Coelho, a documentação nominada como recurso de reconsideração (Peça nº 23), por meio da qual alegou não ser cabível a responsabilização do Sr. Fernando Bezerra pela suposta aplicação inadequada dos recursos federais, devendo essa responsabilidade recair sobre o município de Petrolina/PE, que teria se beneficiado do convênio, requerendo o arquivamento da tomada de contas especial, sem qualquer imputação de débito, em relação ao referido responsável, além de sugerir condenação do município de Petrolina/PE ao pagamento do débito verificado nos autos;

Considerando que o citado Acórdão 7.823/2016-TCU-2ª Câmara constitui-se em decisão terminativa, nos termos do art. 201, § 3º, do Regimento Interno do TCU;

Considerando que, por esse motivo, ao proceder o exame de admissibilidade previsto no art. 49, inciso I, da Resolução TCU nº 259/2014, a Serur manifestou-se no sentido de que o presente expediente não pode ser recebido como espécie recursal, visto que, em sintonia com o art. 285 do RITCU, somente é cabível recurso de reconsideração contra decisão definitiva, ou seja, contra decisão com a devida apreciação de mérito, nos termos do art. 201, § 2º, do RITCU;

Considerando que, na vigência da antiga IN TCU nº 13/1996 (art. 10, § 2º, inciso V), o procedimento, nesses casos, consistia em receber a eventual manifestação como alegações de defesa, o que possibilitaria o julgamento de mérito do processo;

Considerando que, embora a IN TCU nº 71/2012, que dispõe, atualmente, sobre a instauração, a organização e o encaminhamento ao Tribunal de Contas da União dos processos de tomada de contas especial, mantenha silêncio sobre a aludida questão, não se vislumbra óbice à utilização do procedimento indicado no então art. 10, § 2º, inciso V, da IN TCU nº 13/1996, a despeito de ele não se encontrar mais vigente;

Considerando, por fim, que, no presente caso concreto, mostra-se aplicável, ainda, a inteligência do § 3º do art. 199 do RITCU, quando prevê a possibilidade de o responsável solicitar ao Tribunal o desarquivamento do processo para o julgamento de mérito;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "c", do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, e no art. 50, § 3º, da Resolução TCU nº 259/2014, em conhecer, como mera petição, da documentação nominada de recurso de reconsideração (Peça nº 23) pelo Sr. Rodrigo de Figueiredo Tavares de Araújo (OAB/PE nº 25.921), em nome de Fernando Bezerra de Souza Coelho, determinando o desarquivamento dos presente autos, com fundamento no § 3º do art. 199 do RITCU, além de fazer a determinação a seguir indicada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.047/2015-8 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Fernando Bezerra de Souza Coelho (CPF 010.778.878-09) e Odacy Amorim de Souza (CPF 774.793.514-53).

1.2. Órgão/Entidade: Município de Petrolina/PE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Pernambuco (Secex/PE).

1.6. Representação legal: Rodrigo de Figueiredo Tavares de Araujo (25921/OAB-PE) e outros, representando Fernando Bezerra de Souza Coelho.

1.7. Determinar que a Secex/PE reassuma a instrução do presente feito e, assim, promova a devida citação dos responsáveis, além de analisar o conteúdo da petição à Peça nº 23, como elementos adicionais de defesa, ficando, desde já, autorizada a realização das necessárias medidas saneadoras.

ACÓRDÃO Nº 10391/2016 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que se trata de tomada de contas especial por meio da qual o Acórdão 3.543/2015-TCU-2ª Câmara condenou solidariamente em débito o Sr. Aridelson Sebastião de Almeida e o Instituto 26 de Outubro de Desenvolvimento Social, diante da omissão no dever de prestar contas dos recursos federais repassados por meio do Convênio nº 743399/2010/MINC/AD celebrado entre o Ministério da Cultura (MinC) e a aludida entidade para a realização do projeto Vitrine Cultural;

Considerando que foi identificado o erro na citação do Instituto 26 de Outubro de Desenvolvimento Social, na pessoa do Sr. Aridelson Sebastião de Almeida, já que ele não era presidente da entidade, apesar de essa informação ter sido obtida a partir de pesquisa realizada na base de dados do Sistema CNPJ da Receita Federal;

Considerando que, em virtude desse erro, a entidade não compareceu aos autos, resultando em prejuízo para a parte e para a apuração dos fatos pelo Tribunal;

Considerando que, nos termos do art. 175 do Regimento Interno do TCU, o aludido erro deve acarretar a nulidade absoluta das comunicações e dos atos subsequentes;

Considerando que, por intermédio da instrução lançada à Peça nº 37, ratificada pelo pronunciamento do titular da unidade técnica à Peça nº 38, a SecexEducação propôs que seja declarada, de ofício, a nulidade do Acórdão 3.543/2015-TCU-2ª Câmara, para ser renovada a citação do Instituto 26 de Outubro de Desenvolvimento Social;

Considerando, enfim, que o Ministério Público junto ao Tribunal, representado no feito pelo Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico, conforme o parecer à Peça nº 43, manifestou a sua concordância em relação à proposta da unidade instrutiva, sugerindo, em acréscimo, o reenvio do ofício de notificação ao Sr. Aridelson Sebastião de Almeida, em virtude de alteração no seu endereço, além do encaminhamento das deliberações proferidas nestes autos ao Ministério Público Federal, diante da solicitação contida no TC 006.862/2016-0, em apenso;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso I, alínea "b", do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 30 de novembro de 2011, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a) declarar, de ofício, a nulidade da citação endereçada ao Instituto 26 de Outubro de Desenvolvimento Social e de todos os dos atos processuais subsequentes, com fulcro no art. 174 do Regimento Interno do TCU;

b) tornar insubsistente o Acórdão 3.543/2015-TCU-2ª Câmara;

c) restituir os autos à SecexEducação para que promova a citação solidária do Sr. Aridelson Sebastião de Almeida e do Instituto 26 de Outubro de Desenvolvimento Social para que se manifestem sobre as irregularidades observadas nesta TCE, esclarecendo aos responsáveis que o Acórdão 3.543/2015-TCU-2ª Câmara foi tornado insubsistente; e

d) fazer a seguinte determinação:

1. Processo TC-033.887/2013-6 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Apensos: TC-006.862/2016-0 e TC-023.126/2015-9.

1.2. Responsáveis: Aridelson Sebastião de Almeida (CPF 611.395.721-72) e Instituto 26 de Outubro de Desenvolvimento Social (CNPJ 02.560.332/0001-56).

1.3. Órgão/Entidade: Instituto 26 de Outubro de Desenvolvimento Social.

1.4. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto (SecexEducação).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinar à SecexEducação que:

1.8.1. atente para o cumprimento das medidas apontadas no parecer do MPTCU à Peça nº 43; e

1.8.2. encaminhe cópia do presente Acórdão, acompanhada de cópia dos pareceres da unidade técnica e do MPTCU (Peças nºs 37 e 43), à Procuradoria da República no Distrito Federal, para o devido conhecimento com referência ao Inquérito Civil nº 1.16.000.002205/2015-07.

ACÓRDÃO Nº 10392/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "a", do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar cumprida a determinação expedida à Caixa Econômica Federal por meio do item 9.2 do Acórdão 6.872/2016-TCU-2ª Câmara, prolatado na apreciação do TC 030.727/2015-4, e fazer as determinações abaixo indicadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.487/2016-0 (MONITORAMENTO)

1.1. Interessado: Tribunal de Contas da União.

1.2. Órgão/Entidade: Município de Vertentes/PE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Pernambuco (Secex/PE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à Secex/PE que:

1.7.1. encaminhe cópia do presente Acórdão, acompanhada de cópia do parecer da unidade técnica, à Caixa Econômica Federal; e

1.7.2. apense os presentes autos ao TC 030.727/2015-4, em obediência aos arts. 36 e 37 da Resolução TCU nº 259/2014.

II

PROCESSOS APRECIADOS DE FORMA UNITÁRIA

Por meio de apreciação unitária de processos, a Segunda Câmara proferiu os Acórdãos de nºs a , a seguir transcritos, incluídos no Anexo desta Ata, juntamente com os relatórios, votos ou propostas de deliberação em que se fundamentaram.

ACÓRDÃO Nº 10393/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 009.888-2011-0

2. Grupo II - Classe I - Embargos de Declaração (Recurso de Reconsideração em Tomada de Contas Especial).

3. Embargantes: Associação Sergipana de Blocos de Trio (CNPJ 32.884.108/0001-80) e Lourival Mendes de Oliveira Neto (CPF 310.702.215-20).

4. Unidades: Ministério do Turismo e Associação Sergipana de Blocos de Trio (ASBT).

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

5.1. Relatora da deliberação recorrida: ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: não atuou.

8. Representação legal: Alexandre Matsuda Nagel (OAB/DF 18.917) e outros.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes embargos de declaração interpostos por Associação Sergipana de Blocos de Trio e Lourival Mendes de Oliveira Neto contra o acórdão 9.254/2015 - 2ª Câmara.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora, com fulcro nos arts. 32 e 34 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer dos embargos de declaração e rejeitá-los;

9.2. declarar, de ofício, a nulidade do acórdão 9.254/2015 - 2ª Câmara;

9.3. determinar à Secex/SE que dê ciência desta deliberação a todos os interessados cujos recursos de reconsideração foram apreciados por meio do acórdão 9.254/2015 - 2ª Câmara e restitua o processo ao gabinete da relatora para nova apreciação desses recursos; e

9.4. dar ciência desta deliberação ao procurador-chefe da Procuradoria da República no Estado de Sergipe.

10. Ata n° 33/2016 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/9/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10393-33/16-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes, Ana Arraes (Relatora) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 10394/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 012.696/2016-1.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.

3. Interessado: José Pedro de Camargo Rodrigues de Souza (896.159.308-06).

4. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de ato de concessão de aposentadoria, emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP em favor de José Pedro de Camargo Rodrigues de Souza;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegal e recusar registro ao ato de concessão de aposentadoria a José Pedro de Camargo Rodrigues de Souza (896.159.308-06), com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1 o , inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, § 1 o , do RI/TCU;

9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência pelo Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.3. determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP, com base no art. 45 da Lei 8.443/1992, que:

9.3.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado, comunicando ao TCU, no prazo de 15 (quinze) dias, as providências adotadas, nos termos dos art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU, 8º, caput, da Resolução - TCU 206/2007 e 15, caput, da Instrução Normativa - TCU 55/2007;

9.3.2. oriente o Senhor José Pedro de Camargo Rodrigues de Souza que ele poderá adotar uma das seguintes opções:

9.3.2.1. comprovar o recolhimento previdenciário de pelo menos 1 ano e 28 dias do tempo de serviço prestado no exercício da advocacia, com o objetivo de manter-se aposentado com fundamento no art. 3º da Emenda Constitucional 47/2005;

9.3.2.2. retornar à atividade, para completar pelo menos 1 ano e 28 dias, fato que viabilizará uma aposentadoria com proventos integrais, com fundamento no art. 3º da Emenda Constitucional 47/2005;

9.4. informar ao Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região que:

9.4.1. o interessado foi notificado da presente decisão durante a sessão deste julgamento, realizada em 13/09/2016;

9.4.2. foi concedido o prazo de 90 (noventa) dias, para fins de cumprimento do subitem 9.3.2.2, caso o beneficiário opte por tal alternativa.

10. Ata n° 33/2016 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/9/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10394-33/16-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes, Ana Arraes e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 10395/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 017.375/2012-6.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial).

3. Interessados/Recorrentes:

3.1. Interessados: Fundo Nacional de Saúde - MS (CNPJ 00.530.493/0001-71) e Município de Moju - PA (CNPJ 05.105.135/0001-35).

3.2. Recorrente: Iran Ataíde de Lima (CPF 154.210.312-68).

4. Entidade: Município de Moju - PA.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (SERUR).

8. Representação legal: André Ramy Pereira Bassalo (OAB/PA 7.930), Jorge Ulisses Jacoby Fernandes (OAB/DF 6.546), Ielton Carvalho Piancó (OAB/DF 47.965) e outros, representando Iran Ataíde de Lima.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos referentes a recurso de reconsideração interposto pelo Sr. Iran Ataíde de Lima contra o Acórdão 1.440/2014-TCU-2ª Câmara, por intermédio do qual o responsável teve suas contas julgadas irregulares, com condenação em débito e imputação de multa, em razão de irregularidades na execução do Convênio 5.063/2004 (Siafi 520647), firmado entre o Fundo Nacional de Saúde (FNS) e a Prefeitura Municipal de Moju, tendo como objeto a aquisição de unidades móveis de saúde.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer do presente recurso de reconsideração com base nos arts. 32, inciso I, e 33, da Lei 8.443/1992, para no mérito negar-lhe provimento, mantendo o Acórdão 1.440/2014-TCU-2ª Câmara em seus exatos termos;

9.2. dar ciência deste Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam, ao recorrente.

10. Ata n° 33/2016 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/9/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10395-33/16-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes, Ana Arraes e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 10396/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 024.550/2010-8.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.

3. Interessado: Simei Vieira Ricão (512.395.407-44).

4. Órgão: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Espírito Santo.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Representação legal: José Torres das Neves (OAB/DF 943).

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam ato de concessão de aposentadoria, emitido pela Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Espírito Santo em favor da ex-servidora Simei Vieira Ricão;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegal e recusar registro ao ato referente à concessão de aposentadoria à Simei Vieira Ricão (512.395.407-44), nos termos dos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, § 1º, do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União (TCU);

9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência pela Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Espírito Santo, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.3. determinar à Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Espírito Santo, com base no art. 45 da Lei 8.443/1992, que:

9.3.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado, em especial os referentes às parcelas judiciais provenientes de planos econômicos, nos percentuais de 26,05%, 26,06% e 84,32%, haja vista já integradas aos proventos ordinários da interessada por força das subsequentes reestruturações de carreira e em razão da inexistência de decisão judicial que resguarde sua manutenção;

9.3.2 comunique ao TCU, no prazo de quinze dias, as providências adotadas, nos termos dos art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU, 8º, caput, da Resolução-TCU 206/2007 e 15, caput, da Instrução Normativa-TCU 55/2007;

9.3.3. emita novo ato, livre das irregularidades apontadas, submetendo-o ao TCU pelo Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (Sisac) no prazo de trinta dias, nos termos dos arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e 15, § 1º, da Instrução Normativa - TCU 55/2007;

9.3.4. comunique à interessada, do teor desta decisão, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso o recurso não seja provido;

9.3.5. no prazo de trinta dias, contados da ciência desta decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que a interessada cujo ato foi impugnado está ciente do julgamento deste Tribunal.

9.4. Determinar à Sefip que monitore o cumprimento das determinações especificadas no item 9.3 e subitens da presente deliberação.

10. Ata n° 33/2016 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/9/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10396-33/16-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes, Ana Arraes e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 10397/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 009.523/2016-2.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsável: Laércio José de Oliveira (056.482.464-04).

4. Entidade: Município de São José do Campestre/RN.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio Grande do Norte (Secex/RN).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério da Integração Nacional, em desfavor de Laércio José de Oliveira, ex-prefeito de São José do Campestre/RN, em virtude da impugnação parcial de despesas incorridas com os recursos federais recebidos por conta dos Convênios 139/1999 e 121/2000;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. julgar irregulares as contas de Laércio José de Oliveira (056.482.464-04), ex-prefeito de São Jose do Campestre/RN, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", e 19, caput, da Lei 8.443/1992;

9.2. condenar o responsável indicado no subitem anterior ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

Data de origem	Valor (R$)
14/2/2000	13.820,00
22/11/2001	21.084,00

9.3. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial da dívida, caso não atendida a notificação;

9.5. autorizar, desde logo, caso solicitado e o processo não tenha sido remetido para cobrança judicial, o pagamento da dívida em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno/TCU, fixando-se o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada 30 (trinta) dias, devendo incidir sobre cada valor mensal os correspondentes acréscimos legais, na forma prevista na legislação em vigor, sem prejuízo de alertar o responsável de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela implicará o vencimento antecipado do saldo devedor;

9.6. encaminhar cópia deste acórdão, bem como do relatório e do voto que o fundamentam, ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado do Rio Grande do Norte, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis.

10. Ata n° 33/2016 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/9/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10397-33/16-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes, Ana Arraes e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 10398/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 010.452/2013-3.

2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Tribunal Regional Eleitoral do Pará (CNPJ 00.509.018/0001-12).

3.2 Responsáveis: Duciomar Gomes da Costa (CPF 248.654.272-87) e Raimundo José Souza de Castro (CPF 049.048.002-06).

4. Órgão: Tribunal Regional Eleitoral do Pará (CNPJ 00.509.018/0001-12).

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Pará (SECEX-PA).

8. Representação legal: Álvaro Figueiredo Maia de Mendonça Junior (OAB/PE 14.265), André Luiz Trindade Nunes (OAB/PA 17.317), Cecília Rodrigues Brasil (OAB/PA 15.168-B), Maurício Blanco de Almeida (OAB/PA 10.375), Milla Trindade Rossetti Brasil Monteiro (OAB/PA 13.709), Sábato Giovani Megale Rossetti (OAB/PA 2.774), Sávio Leonardo de Melo Rodrigues (OAB/PA 12.985), Túlio Trindade Acatauassú de Oliva (OAB/PA 21.421) e Victor Rossetti Segtowich (CPF 769.891.002-49), representando Duciomar Gomes da Costa.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Tribunal Regional Eleitoral do Pará em desfavor dos Srs. Duciomar Gomes da Costa, Presidente da Comissão Provisória Estadual do PTB/PA, e Raimundo José Souza de Castro, Tesoureiro da Comissão Provisória Estadual do PTB/PA, em razão de irregularidades na aplicação de recursos recebidos do Fundo Partidário do exercício de 2004.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento no art. 71, inciso II, da Constituição Federal, e no art. 1º, inciso I, do Regimento Interno, em:

9.1. arquivar o processo, sem julgamento de mérito, com base no art. 213 do Regimento Interno do TCU, c/c o art. 6º, inciso I, e art. 19, da Instrução Normativa-TCU 71/2012;

9.2. dar ciência ao Tribunal Regional Eleitoral do Pará (TRE/PA) de que esta decisão não apreciou a integralidade do mérito da presente tomada de contas especial, ficando a critério da Egrégia Corte Eleitoral a adoção de medidas a seu cargo em relação à não comprovação de despesas realizadas com recursos do Fundo Partidário, no valor de R$ 4.455,40 (data-base: 10/12/2004), nos termos da legislação específica, a exemplo da Lei 9.096/1995;

9.3. encaminhar cópia desta decisão aos responsáveis e ao Tribunal Regional Eleitoral do Pará (TRE/PA).

10. Ata n° 33/2016 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/9/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10398-33/16-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes, Ana Arraes e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 10399/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 014.978/2014-8.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial)

3. Recorrente: Wilmar Soares de Oliveira (304.038.126-15).

4. Entidade: Município de Nova Porteirinha - MG.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

5.1. Relatora da deliberação recorrida: Ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR).

8. Representação legal: Renato Vagner Rodrigues (OAB/MG 149.999).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de recurso de reconsideração interposto pelo Sr. Wilmar Soares de Oliveira, ex-prefeito de Nova Porteirinha/MG (peça 33), contra os termos do Acórdão 2.412/2015-TCU-2ªCâmara, por meio do qual o Tribunal julgou irregulares suas contas especiais, condenou-o em débito e aplicou-lhe a multa do art. 57 da Lei 8.443/1992, em virtude da omissão no dever de prestar contas da aplicação dos recursos recebidos por força do Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos (Peja), no exercício de 2006, e do Programa para Alfabetização de Jovens e Adultos (Bralf), nos exercícios de 2006, 2007, 2008 e 2009;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer, com fulcro nos arts. 32, I, e 33, da Lei 8.443/92, do recurso de reconsideração interposto pelo Sr. Wilmar Soares de Oliveira, para, no mérito, dar-lhe provimento parcial, e dar nova redação aos subitens 9.3 e 9.4 do Acórdão 2.412/2015-TCU-2ªCâmara, que passam a ter o seguinte teor:

"9.3. condená-lo ao recolhimento ao Tesouro Nacional da quantia de R$ 5.454,92 (cinco mil, quatrocentos e cinquenta e quatro reais e novena e dois centavos), atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora a partir de 29/6/2006 até a data do pagamento;

9.4 aplicar-lhe multa de R$ 2.000,00 (dois mil reais), a ser recolhida ao Tesouro Nacional, com atualização monetária, calculada da data deste acórdão até a data do pagamento, se este for efetuado após o vencimento do prazo abaixo estipulado;"

9.2 dar ciência desta deliberação ao recorrente.

10. Ata n° 33/2016 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/9/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10399-33/16-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes, Ana Arraes e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 10400/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 015.332/2011-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.

3. Interessada: Maria Auxiliadora Veras Saldanha (043.779.664-72).

4. Entidade: Universidade Federal Rural do Semiárido.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Representação legal: Vinicius Victor Lima de Carvalho (OAB/RN 3.074) e outros.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam ato de concessão de aposentadoria, emitido pela Universidade Federal Rural do Semiárido em favor da ex-servidora Maria Auxiliadora Veras Saldanha;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegal e recusar registro ao ato referente à concessão de aposentadoria à Maria Auxiliadora Veras Saldanha (043.779.664-72), nos termos dos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, § 1º, do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União (TCU);

9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência pela Universidade Federal Rural do Semiárido, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.3. determinar à Universidade Federal Rural do Semiárido, com base no art. 45 da Lei 8.443/1992, que:

9.3.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado, em especial os referentes às parcelas judiciais provenientes de planos econômicos, nos percentuais de 16,19%, 26,05% e 84,32%, haja vista já integradas aos proventos ordinários da interessada por força das subsequentes reestruturações de carreira e em razão da inexistência de decisão judicial que resguarde sua manutenção;

9.3.2 comunique ao TCU, no prazo de quinze dias, as providências adotadas, nos termos dos art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU, 8º, caput, da Resolução-TCU 206/2007 e 15, caput, da Instrução Normativa-TCU 55/2007;

9.3.3. emita novo ato, livre das irregularidades apontadas, submetendo-o ao TCU pelo Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (Sisac) no prazo de trinta dias, nos termos dos arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e 15, § 1º, da Instrução Normativa - TCU 55/2007;

9.3.4. comunique à interessada, do teor desta decisão, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso o recurso não seja provido;

9.3.5. no prazo de trinta dias, contados da ciência desta decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que a interessada cujos atos foram impugnados está ciente do julgamento deste Tribunal.

9.4. Determinar à Sefip que monitore o cumprimento das determinações especificadas no item 9.3 e subitens da presente deliberação.

10. Ata n° 33/2016 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/9/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10400-33/16-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes, Ana Arraes e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ACÓRDÃO Nº 10401/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 016.849/2015-9.

2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsável: Iberê Paiva Ferreira de Sousa (010.873.394-72).

4. Órgão/Entidade: Secretaria do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Rio Grande do Norte.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio Grande do Norte (SECEX-RN).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério da Integração Nacional (MI), em desfavor do Sr. Iberê Paiva Ferreira de Souza, então Secretário do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Rio Grande do Norte, em decorrência da não aprovação da prestação de contas final do Convênio 53/2005-MI.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. considerar iliquidáveis as contas do Sr. Iberê Paiva Ferreira de Souza, ordenar seu trancamento e o consequente arquivamento do processo, nos termos dos arts. 1º, inciso I, 20 e 21 da Lei 8.443/1992 c/c com os arts. 169, inciso III, e 211, caput e §1º, do Regimento Interno/TCU; e

9.2. determinar ao Estado do Rio Grande do Norte, por meio de sua Secretária do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos, que:

9.2.1. avalie as condições atuais da obra objeto do Convênio 53/2005-MI, apresentando a este Tribunal no prazo de em 60 dias, as providências a serem adotadas para dotar a referida obra da funcionalidade inicialmente prevista, caso essa solução se mostre viável;

9.2.2. caso a recuperação da obra seja técnica ou economicamente inviável, apresente a esta Corte de Contas, no mesmo prazo indicado no subitem anterior, relatório circunstanciado com as justificativas técnicas pertinentes;

9.3. dar ciência desta deliberação, bem assim do relatório e voto que a fundamentam, aos herdeiros do responsável Iberê Paiva Ferreira de Souza e ao Ministério da Integração Nacional.

10. Ata n° 33/2016 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/9/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10401-33/16-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes, Ana Arraes e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 10402/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 017.199/2016-6.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.

3. Interessado: Gigli Cattabriga Júnior (549.464.336-00).

4. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/MG.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos referentes a ato de concessão de aposentadoria, emitidos pelo Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/MG em favor de Gigli Cattabriga Júnior;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegal, nos termos do art. 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c art. 260, § 1º do RI/TCU, o ato de concessão de aposentadoria a Gigli Cattabriga Júnior (549.464.336-00), recusando seu registro;

9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência do presente acórdão pelo Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/MG, com fundamento no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.3. determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/MG, com base no art. 45 da Lei 8.443/1992, que:

9.3.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado, comunicando ao TCU, no prazo de 15 (quinze) dias, as providências adotadas, nos termos dos arts. 45 da Lei 8.443/1992, 262, caput, do Regimento Interno do TCU, 8º, caput, da Resolução - TCU 206/2007 e 15, caput, da Instrução Normativa - TCU 55/2007;

9.3.2. emita novo ato, livre da irregularidade apontada, submetendo-o ao TCU pelo Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (Sisac) no prazo de trinta dias, nos termos dos arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e 15, § 1º, da Instrução Normativa - TCU 55/2007;

9.3.3. comunique ao interessado, do teor desta decisão, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso o recurso não seja provido;

9.3.4. no prazo de trinta dias, contados da ciência desta decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que o interessado cujo ato foi impugnado está ciente do julgamento deste Tribunal.

9.4. Determinar à Sefip que monitore o cumprimento das determinações especificadas no item 9.3 e subitens da presente deliberação.

10. Ata n° 33/2016 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/9/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10402-33/16-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes, Ana Arraes e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 10403/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 019.220/2011-1.

2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Aposentadoria (Monitoramento de Acórdão).

3. Interessado: Carlos Roberto de Souza (342.686.009-06).

4. Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Representação legal: Guilherme Belém Querne (OAB/SC 12.605).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de monitoramento do Acórdão 236/2013-TCU-2ª Câmara por meio do qual esta Corte de Contas apreciou pela ilegalidade o ato de concessão de aposentadoria cadastrado pela Universidade Federal de Santa Catarina em favor de Carlos Roberto de Souza, em razão do pagamento irregular da parcela decorrente da URV (3,17%);

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator em:

9.1. determinar à Universidade Federal de Santa Catarina, com fundamento no artigo 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988; artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992; e artigo 1º, inciso VIII, c/c artigo 262 do Regimento Interno/TCU que, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da ciência da presente deliberação:

9.1.1. faça cessar, imediatamente, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa e aplicação da sanção prevista no artigo 58, inciso IV, da Lei 8.443/1992, o pagamento destacado da parcela alusiva ao percentual de 3,17% (URV) ao inativo Carlos Roberto de Souza (342.686.009-06), por inexistir decisão judicial que resguarde seu pagamento atual e tendo em vista que a referida parcela já está integrada aos proventos ordinários do interessado por força das subsequentes reestruturações de carreira;

9.1.2. cadastre no Sistema Sisac, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da ciência da deliberação, nos termos IN/TCU 55/2007, novo ato de aposentadoria de interesse de Carlos Roberto de Souza (342.686.009-06), escoimado da irregularidade apontada no Acórdão 236/2013-TCU-2ª Câmara;

9.2. determinar à Sefip que monitore o cumprimento deste Acórdão, adotando as medidas cabíveis em caso de descumprimento.

10. Ata n° 33/2016 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/9/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10403-33/16-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes, Ana Arraes e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 10404/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 020.288/2016-6.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Pensão Civil.

3. Interessada: Ursula Maria Fraga Silva (060.498.345-04).

4. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região/BA.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam ato de concessão de pensão civil instituída pela ex-servidora Lindaura Fraga Silva em favor da Sra. Ursula Maria Fraga Silva, emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região/BA;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegal e recusar registro ao ato referente à concessão de pensão civil instituída por Lindaura Fraga Silva em favor de Ursula Maria Fraga Silva (060.498.345-04), nos termos dos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, § 1º, do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União (TCU);

9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência pelo Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região/BA, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.3. determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região/BA, com base no art. 45 da Lei 8.443/1992, que:

9.3.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado, comunicando ao TCU, no prazo de 15 (quinze) dias, as providências adotadas, nos termos dos art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU, 8º, caput, da Resolução - TCU 206/2007 e 15, caput, da Instrução Normativa - TCU 55/2007;

9.3.2. comunique à interessada do teor desta decisão, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso o recurso não seja provido;

9.3.5. no prazo de trinta dias, contados da ciência desta decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que a interessada cujo ato foi impugnado está ciente do julgamento deste Tribunal.

9.4. determinar à Sefip que monitore o cumprimento das determinações especificadas no item 9.3 e subitens da presente deliberação.

10. Ata n° 33/2016 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/9/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10404-33/16-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes, Ana Arraes e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 10405/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 021.199/2010-8.

2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Prestação de Contas (Exercício de 2009).

3. Responsáveis: Acaia Lhair Goes (841.211.149-49); Elisângela Mirian da Rosa (006.722.099-18); Evanice Camargo Cardoso (184.435.321-49); Geraldo Castro Corrêa Junior (019.792.619-38); Helvio Francer de Moraes (277.095.317-68); Iosmar Braga (308.695.799-91); Karin Maria Megias Milani (541.888.229-53); Maira Salete Gemelli e Silva (139.146.932-15); Maria das Graças Rodrigues Silva (402.324.419-87); Miguel Luciano Bittencourt Pacheco (873.870.779-91); Paulo Afonso Neves Silveira (257.926.011-00); Raul Henrique Ribas Macedo (456.462.109-25); Ricardo Kreutzer de Jesus (359.930.229-49); Rute Mara Kosak Trayde (302.200.099-53); Rômulo Henrique da Cruz (313.676.901-53); Thiago Andrey Pastori Barbosa (006.016.829-39); Vilma Marli Depetris (252.819.419-68); Vinicius Reali Paraná (022.799.029-31).

4. Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Paraná.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Paraná (SECEX-PR).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de processo de contas anuais da Superintendência Estadual da Funasa no Paraná, relativo ao exercício de 2009;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:

'julgar regulares as contas dos Srs. Miguel Luciano Bittencourt Pacheco (873.870.779-91) e Rômulo Henrique da Cruz (313.676.901-53), Coordenadores Regionais substitutos, e do Sr. Geraldo Castro Côrrea Júnior (019.792.619-38), interino no mesmo cargo, dando-lhes quitação plena, nos termos dos art. 1º, inciso I, 16, inciso I, e 17 da Lei 8.443/92;

9.1. julgar regulares com ressalva as contas dos Sr. Vinicius Reali Paraná (022.799.029-31), nos termos dos art. 1º, inciso I, 16, inciso II, e 17 da Lei 8.443/92;

9.2. acolher as razões de justificativas do Sr. Antonio Alves de Souza (CPF 114.302.901-10);

9.3. rejeitar as razões de justificativa do Sr. Thiago Andrey Pastori Barbosa (CPF 006.016.829-39) e do Sr. Flávio Marcos Passos Gomes Júnior (CPF 767.752.166-53);

9.4. julgar irregulares as contas do Sr. Thiago Andrey Pastori Barbosa (006.016.829-39), Chefe de Divisão de Administração na Superintendência Estadual da Funasa no Paraná, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c", da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19, parágrafo único, e 23, inciso III, da mesma Lei, com base nos fatos irregulares ocorridos em 2009, relativos ao Contrato 60/2007, do qual era fiscal;

9.5. aplicar ao Sr. Thiago Andrey Pastori Barbosa (006.016.829-39) a multa prevista no art. 58, inciso II, da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 15.000,00 (quinze mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data de publicação deste acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.6. aplicar ao Sr. Flávio Marcos Passos Gomes Júnior (CPF 767.752.166-53), Diretor-Executivo da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), a multa prevista no art. 58, § 1º, da Lei 8443/1992, no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), ante o descumprimento sem motivo justificado das determinações expedidas por este Tribunal mediante o Acórdão 3.977/2014-TCU-2ª Câmara, subitem 1.7, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data de publicação deste acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

9.7. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas caso não atendidas as notificações;

9.8. autorizar, desde logo, caso solicitado e o processo não tenha sido remetido para cobrança judicial, o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno/TCU, fixando-se o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada 30 (trinta) dias, devendo incidir sobre cada valor mensal os correspondentes acréscimos legais, na forma prevista na legislação em vigor, sem prejuízo de alertar o responsável de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela implicará o vencimento antecipado do saldo devedor;

9.9. determinar à Funasa que, no prazo improrrogável de 90 (noventa) dias:

9.9.1. comprove, perante este Tribunal, o cumprimento integral da determinações expedidas pelos subitens 1.7.2 e 1.7.3 do Acórdão 3.977/2014-TCU-2ª Câmara;

9.9.2. finalize a análise da prestação de contas do Convênio n. 2.892/2006 (Siafi 582947) e comprove a este Tribunal o efetivo cumprimento da determinação expedida, sob pena de responsabilidade solidária;

9.10. determinar à Secretaria de Controle Externo no Paraná que ajuste o rol de responsáveis do processo, em conformidade com o art. 10 da Instrução Normativa 57, de 27/8/2008;

9.11. encaminhar cópia do presente acórdão, assim como do relatório e do voto que o fundamentam, ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado do Paraná, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis.

10. Ata n° 33/2016 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/9/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10405-33/16-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes, Ana Arraes e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 10406/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 022.619/2014-3.

2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Federação de Órgãos Para Assistência Social e Educacional - Fase (33.700.956/0004-06) e Matheus Henricus Antonius Otterloo (010.711.222-15).

4. Entidade: Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - Sudam (04.931.713/0006-34).

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Pará (Secex-PA).

8. Representação legal: Fernando Arruda de Moraes (209398-E/OAB-SP) e Juliana Brandão de Andrade (329037A/OAB-SP).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada em decorrência de inconsistências na prestação de contas do Convênio 39/2005 (Siafi 550797), firmado entre a Agência de Desenvolvimento da Amazônia (ADA), atual Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), e a Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional (Fase).

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. rejeitar parcialmente as alegações de defesa apresentadas pelo Sr. Matheus Henricus Antonius Otterloo (010.711.222-15) e pela Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional - Fase (33.700.956/0004-06);

9.2. com fundamento no art. 12, inciso II, da Lei 8.443/1992, promover a citação da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional - Fase (CNPJ 33.700.956/0004-06), na pessoa de seu representante legal, para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar alegações de defesa quanto à ausência de integral contrapartida conforme os termos do Convênio 39/2005 (Siafi 550797), firmado junto à Agência de Desenvolvimento da Amazônia (ADA), atual Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), e/ou recolher o valor de R$ 17.075,08 aos cofres da entidade credora, atualizado monetariamente desde a data de ocorrência até o efetivo recolhimento, abatendo-se, na oportunidade, a quantia eventualmente ressarcida, na forma da legislação em vigor;

9.3. restituir os autos à unidade de origem, para prosseguimento do feito.

10. Ata n° 33/2016 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/9/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10406-33/16-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes, Ana Arraes e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 10407/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 025.419/2014-5.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de declaração (Tomada de Contas Especial).

3. Recorrente: Elias Mendes Leal Filho (354.096.061-91).

4. Entidade: Município de Curvelândia - MT.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: não atuou.

8. Representação legal:

8.1. Leandro Dias Porto Batista (36082/OAB-DF) e outros, representando Elias Mendes Leal Filho.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração opostos por Elias Mendes Leal Filho contra o Acórdão 8.525/2016-TCU-2 ª Câmara;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. conhecer dos embargos, com fulcro nos arts. 32 e 34 da Lei 8443/1992, para, no mérito, acolhê-los, a fim de afastar a omissão detectada, nos termos explicitados no voto que integra a presente decisão, sem necessidade de promover reparos no teor do Acórdão recorrido;

9.2. dar ciência desta deliberação ao embargante.

10. Ata n° 33/2016 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/9/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10407-33/16-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes, Ana Arraes e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 10408/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 027.919/2014-5.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial).

3. Recorrentes: Documentária Filmes Ltda (04.301.346/0001-80); Roberto de Albuquerque Faustino (491.389.017-49).

4. Entidade: Agência Nacional do Cinema.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Raimundo Carreiro.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (SERUR).

8. Representação legal Thaís Ornellas G. Candido (OAB/RJ 170.314) e Rodrigo Kopke Salinas (OAB/SP 146.814).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de recurso de reconsideração interposto pelo Sr. Roberto de Albuquerque Faustino e pela empresa You Brasil Conteúdo e Marketing Ltda-ME contra o Acórdão 5.088/2015-TCU-2ªCâmara, por meio este Tribunal julgou irregulares suas contas especiais, condenou-os solidariamente em débito e aplicou-lhes a multa do art. 57 da Lei 8.443/1992, em virtude da não execução integral do projeto "Brasil Feito à Mão", Pronac 01-2055, com recursos da Lei Rouanet (Lei 8.313/1991);

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer, com fulcro nos arts. 32, I, e 33, da Lei 8.443/1992, do recurso de reconsideração interposto pelo Sr. Roberto de Albuquerque Faustino e pela empresa You Brasil Conteúdo e Marketing Ltda-ME para, no mérito, dar-lhe provimento, tornando insubsistentes os subitens 9.2 a 9.7 do Acórdão 5.088/2015-TCU-2ªCâmara;

9.2 julgar, com fulcro no art. 16, inciso II, da Lei 8.443/1992, regulares com ressalva as contas do Sr. Roberto de Albuquerque Faustino e da empresa You Brasil Conteúdo e Marketing Ltda-ME, dando-se-lhes quitação; e

9.3 dar ciência desta deliberação aos recorrentes e à Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro.

10. Ata n° 33/2016 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/9/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10408-33/16-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes, Ana Arraes e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 10409/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 031.091/2013-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: João Chamon Neto (026.161.492-49) e Osmar Ribeiro da Silva (589.975.048-00).

4. Entidade: Município de Curionópolis/PA.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Pará (SECEX-PA).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) em desfavor dos Srs. João Chamon Neto e Osmar Ribeiro da Silva, ex-prefeitos de Curionópolis/PA, gestões 1993/1996 e 1997/2000, respectivamente, em virtude da omissão no dever de prestar contas dos recursos recebidos por meio do Convênio 415/1995, celebrado entre a extinta Fundação de Assistência ao Estudante/FAE e o referido município, para execução do Programa de Alimentação Escolar/PNAE, nos exercícios de 1996, 1997 e 1998;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1 julgar irregulares as contas do Sr. João Chamon Neto, CPF 026.161.492-49, ex-prefeito de Curionópolis/PA (1993-1996), com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso III, alínea "c"; 19, caput, e 23, inciso III, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 209, incisos I e III; 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno do TCU;

9.2 condenar o responsável identificado no subitem anterior ao pagamento de R$ 41.879,00 (quarenta e um mil, oitocentos e setenta e nove reais), com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora devidos, calculados a partir de 12/11/1996, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor, abatendo-se, na oportunidade, os valores já ressarcidos;

9.3 julgar irregulares as contas do Sr. Osmar Ribeiro da Silva, CPF 589.975.048-00, ex-prefeito de Curionópolis/PA (1997-2000), com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso III, alíneas "a" e "c"; 19, caput, e 23, inciso III, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 209, incisos I e III; 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno do TCU;

9.4 condenar o responsável identificado no subitem anterior ao pagamento das quantias a seguir identificadas, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora devidos, calculados a partir das datas indicadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor, abatendo-se, na oportunidade, os valores já ressarcidos;

251658240

9.5 autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, caso não atendida a notificação;

9.6 autorizar, desde logo, caso solicitado e o processo não tenha sido remetido para cobrança judicial, o pagamento da dívida em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno/TCU, fixando-se o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada 30 (trinta) dias, devendo incidir sobre cada valor mensal os correspondentes acréscimos legais, na forma prevista na legislação em vigor, sem prejuízo de alertar ao responsável que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela implicará o vencimento antecipado do saldo devedor; e

9.7 encaminhar cópia do presente acórdão, bem como do relatório e do voto que o fundamentam, ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Pará, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, c/c o § 7º do art. 209 do RI/TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis.

10. Ata n° 33/2016 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/9/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10409-33/16-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes, Ana Arraes e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 10410/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº 033.047/2014-6.

2. Grupo I; Classe de Assunto: I - Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial).

3. Recorrente: Francisco José Moreira (068.385.966-87).

4. Entidade: Município de Porto Firme/MG.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos - Serur.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recurso de reconsideração em processo de tomada de contas especial, interposto por Francisco José Moreira, ex-prefeito do Município de Porto Firme/MG, contra o Acórdão 5.670/2015-TCU-2ª Câmara, por meio do qual o Tribunal julgou irregulares as contas do recorrente, condenando-o em débito e aplicando-lhe, ainda, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer do recurso de reconsideração interposto por Francisco José Moreira (068.385.966-87), ex-prefeito do Município de Porto Firme/MG, com fundamento nos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992, para, dando-lhe provimento parcial, tornar insubsistente o subitem 9.3 do Acórdão 5.670/2015-TCU-2ª Câmara;

9.2. dar ciência deste acórdão, bem como do relatório e voto que o fundamentam, ao recorrente.

10. Ata n° 33/2016 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/9/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10410-33/16-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes, Ana Arraes e Vital do Rêgo (Relator).

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 10411/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 002.448/2014-9.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de reconsideração (Tomada de Contas Especial).

3. Interessados/Recorrentes:

3.1. Interessado: Fundo Nacional de Saúde - MS (00.530.493/0001-71)

3.2. Recorrente: Adécimo Gomes dos Santos (248.042.582-72).

4. Órgão/Entidade: Município de Itupiranga/PA.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (SERUR).

8. Representação legal: Antonio Marruaz da Silva (8016/OAB-PA), representando o Município de Itupiranga/PA; e Walmir Hugo Pontes dos Santos Junior (15.317/OAB-PA) e outros, representando Adécimo Gomes dos Santos.

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido este processo de tomada de contas especial em que se aprecia o recurso de reconsideração interposto pelo Sr. Adécimo Gomes dos Santos, ex-prefeito do município de Itupiranga/PA, contra o Acórdão 2.394/2015-TCU-2ª Câmara,

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento nos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer do recurso de reconsideração e, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2. dar ciência desta deliberação ao recorrente e ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado do Pará.

10. Ata n° 33/2016 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/9/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10411-33/16-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Ana Arraes e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 10412/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 010.671/2014-5.

2. Grupo: I; Classe de Assunto: I - Recurso de Reconsideração.

3. Entidade: Município de Ipaumirim/CE.

4. Recorrente: Luiz Alves de Freitas (CPF 033.557.993-00).

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos - Serur.

8. Representação legal: Luiz Alves de Freitas Júnior (OAB/CE 22.287).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia, nesta fase processual, Recurso de Reconsideração interposto contra o Acórdão nº 8.682/2015-TCU-2ª Câmara,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento no art. 32, parágrafo único, da Lei nº 8.443/1992 c/c o art. 285, § 2º, do Regimento Interno do TCU, conhecer do presente recurso e, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo-se inalterada a deliberação recorrida;

9.2. dar ciência desta deliberação ao recorrente e à Procuradoria-Geral da República no Estado do Ceará.

10. Ata n° 33/2016 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/9/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10412-33/16-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Ana Arraes e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 10413/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 028.265/2011-4.

1.1. Apenso: 002.010/2012-7

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Prestação de Contas;

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (00.043.711/0001-43)

3.2. Responsáveis: Albert Brasil Gradvhol (081.750.123-15); Cristina Gaião Peleteiro (188.604.515-15); Douglas Augusto Pinto Junior (061.614.303-63); Elias Fernandes Neto (019.792.054-34); Francisco Evaldo Braz Azevedo (090.456.783-49); Francisco Rennys Aguiar Frota (800.105.633-34); José Berlan Silva Cabral (120.631.343-91); João Fernandes Fontenelle (110.001.557-49).

4. Órgão/Entidade: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará (SECEX-CE).

8. Representação legal: Eurípedes Brito Cunha (OAB/BA 1.710), Pedro Marcos Cardos Ferreira (OAB/BA 7.606) e outros (peça 46, fl. 57).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Prestação de Contas ordinária, relativa ao exercício 2010, do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - Dnocs,

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo relator em:

9.1. considerar revel o Sr. Elias Fernandes Neto, para todos os efeitos, dando-se prosseguimento ao processo, de acordo com o art. 12, § 3º, da Lei 8.443, de 1992;

9.2. julgar irregulares as contas do Sr. Elias Fernandes Neto, na qualidade de Diretor Geral do Dnocs, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "b", da Lei 8.443/1992, e nos arts. 1º, inciso I, 209, inciso II, do Regimento Interno, que sejam;

9.3. aplicar ao Sr. Elias Fernandes Neto, com fundamento nos arts. 19, parágrafo único, e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, e nos arts. 209, § 1º, 210, § 2º, e 214, inciso III, do Regimento Interno, a multa prevista no art. 58, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 268, inciso I, do Regimento Interno, no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão, até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial da dívida caso não atendida a notificação;

9.5. autorizar desde já, caso requerido pelo responsável, o parcelamento da multa em até 36 parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217 do Regimento Interno, fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovar perante o Tribunal o recolhimento da primeira parcela, e de trinta dias, a contar da parcela anterior, para comprovar o recolhimento das demais parcelas, devendo incidir sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros de mora devidos, na forma prevista na legislação em vigor;

9.6. julgar regulares com ressalva as contas dos Srs. Albert Brasil Gradvhol, na qualidade de Diretor Administrativo, Cristina Gaião Peleteiro, na qualidade de Diretora de Infraestrutura Hídrica, e do Sr. Francisco Rennys Aguiar Frota, na qualidade de Diretor de Desenvolvimento Técnico e Produção, à época dos fatos, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno, dando-lhes quitação;

9.7. julgar regulares as contas dos Srs. João Fernandes Fontenelle , José Berlan Silva Cabral, Francisco Evaldo Braz Azevedo e Douglas Augusto Pinto Junior ,com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 1º, inciso I, 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno, dando- lhes quitação plena;

9.8. determinar ao Dnocs, com fundamento no art. 208, § 2º, do RI/TCU, que informe, no prazo de 60 (sessenta) dias, sobre a efetiva realização das retenções cautelares procedidas nos pagamentos das medições relativas ao Contrato 22/2008, celebrado entre o Dnocs e o Consórcio KL Engenharia Ltda./Engesoft Engenharia e Consultoria Ltda. , bem como sobre o deslinde da questão, conforme estabelecido na Resolução/Dnocs 06, de 18/11/2011;

9.9. dar ciência ao Dnocs de que deve:

9.9.1. inserir no Relatório de Gestão, quanto à execução dos programas e ações sob a responsabilidade da Entidade, as razões para o não alcance das metas estabelecidas no exercício, bem como indicar as metas a realizar no exercício seguinte, para que sejam cumpridas as disposições previstas no item 2 da Parte A do Anexo II à Decisão Normativa TCU 107, de 27/10/2010 c/c o item 1 da Parte A do Anexo III à Decisão Normativa 110, de 1º/12/2010;

9.9.2. adotar indicadores de gestão para o Dnocs que permitam adequada auditabilidade e tenham amplitude suficiente, atribuindo a todos os setores importantes da Autarquia indicadores para medir seu desempenho, de forma que possam abranger, de forma satisfatória, suas principais atribuições, passando a representar um conjunto de indicadores de desempenho suficientes e úteis à tomada de decisões, para que sejam cumpridas as disposições contidas no item 5 da Parte A do Anexo II à Decisão Normativa TCU 107, de 27/10/2010 c/c o item 2 da Parte A do Anexo III à Decisão Normativa TCU 110, de 1º/12/2010;

9.9.3. realizar consulta ao Cadastro Único de Convênios - CAUC, antes da celebração de convênios, em observância ao art. 37, § 1º da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO para 2012, Lei 12.465/2011, c/c o art. 38 da Portaria Interministerial CGU/MF/MP 507/2011, de 24/11/2011;

9.9.4. observar o conteúdo dos pareceres jurídicos nos processos de celebração de convênios, nos termos do art. 5º, inciso II, alínea "b" e 44 da Portaria Interministerial CGU/MF/MP 507/2011, de 24/11/2011;

9.9.5. buscar garantir a fidedignidade dos registros no Siconv e no Siafi, evitando a ocorrência de inconsistência entre os dois sistemas, observando as disposições a respeito contidas na Portaria Interministerial CGU/MF/MP 507/2011;

9.9.6. observar, ao celebrar convênios, que a data da assinatura do Termo de Convênio corresponda à efetiva data de celebração da avença, vez que a assinatura do Convênio é requisito prévio à eficácia dos atos a ele relacionados, nos termos do art. 46 da Portaria Interministerial CGU/MF/MP 507/2011;

9.9.7. celebrar convênios dentro de sua competência específica, definindo os critérios de elegibilidade e de prioridade de forma objetiva, com base nas diretrizes e fins dos respectivos programas, visando atingir melhores resultados na execução do objeto, nos termos do art. 4º, § 2º, da Portaria Interministerial CGU/MF/MP 507/2011."

9.10. encaminhar cópia desta deliberação, acompanhada do relatório e do voto que a fundamentam, ao Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, ao Ministério da Integração Nacional, à Controladoria-Geral da União no Estado do Ceará e aos responsáveis;

10. Ata n° 33/2016 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/9/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10413-33/16-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Ana Arraes e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 10414/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 016.325/2016-8.

2. Grupo I - Classe - V - Aposentadoria.

3. Interessada: Judith Guimarães Cardoso (CPF 022.292.181-15).

4. Unidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: procurador-geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido o ato de aposentadoria de Judith Guimarães Cardoso, ex-servidora da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos artigos 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988; 1º, inciso V; 39, inciso II; e 45 da Lei 8.443/1992; 1º, inciso VIII; 259, inciso II; 261; e 262 do Regimento Interno; 8º e 10 da Resolução TCU 206/2007; e 15 da Instrução Normativa TCU 55/2007, bem como na Súmula TCU 106, em:

9.1. considerar ilegal o ato de aposentadoria de Judith Guimarães Cardoso e negar-lhe registro;

9.2. dispensar a reposição das importâncias indevidamente recebidas de boa-fé pela beneficiária até a data da notificação desta deliberação à unidade jurisdicionada;

9.3. determinar à Fundação Universidade Federal de Mato Grosso que:

9.3.1. cesse os pagamentos decorrentes do ato impugnado, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da ciência desta deliberação, sob pena de ressarcimento das quantias pagas indevidamente e responsabilização solidária da autoridade competente;

9.3.2. comunique à interessada a deliberação deste Tribunal e a alerte de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recursos, junto ao TCU, não a eximirá da devolução dos valores indevidamente recebidos após a notificação, em caso de não provimento dos apelos;

9.3.3. encaminhe a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias a partir da ciência deste acórdão, por cópia, comprovante da data em que a interessada tomou conhecimento desta deliberação; e

9.3.4. emita novo ato, em que seja suprimida a irregularidade verificada, e submeta-o ao TCU para nova apreciação, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da ciência desta deliberação.

10. Ata n° 33/2016 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/9/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10414-33/16-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes, Ana Arraes (Relatora) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 10415/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 018.268/2016-1.

2. Grupo II - Classe V - Aposentadoria.

3. Interessado: José Antônio Frazão (CPF 023.435.093-87).

4. Unidade: Fundação Universidade Federal do Maranhão.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: subprocuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido o ato de aposentadoria de José Antônio Frazão, ex-servidor da Fundação Universidade Federal do Maranhão.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos artigos 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988; 1º, inciso V; 39, inciso II; e 45 da Lei 8.443/1992; 1º, inciso VIII; 259, inciso II; e 260, § 1º, do Regimento Interno; e 6º, § 2º, da Resolução TCU 206/2007; bem como na Súmula TCU 106, em:

9.1. considerar legal o ato de aposentadoria de José Antônio Frazão e determinar seu registro;

9.2. determinar à Fundação Universidade Federal do Maranhão que:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

9.2.1. exclua dos proventos do interessado a parcela relativa ao percentual de 3,17% (URV - rubrica 16171 - "decisao judicial trans jug apo"), no prazo de 15 (quinze) dias a contar da ciência desta deliberação;

9.2.2. comunique ao interessado a deliberação deste Tribunal e o alerte de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso, junto ao TCU, não o eximirá da devolução dos valores indevidamente recebidos após a notificação, em caso de não provimento do apelo;

9.2.3. encaminhe a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias a partir da ciência deste acórdão, por cópia, comprovante da data em que o interessado tomou conhecimento desta deliberação;

9.3. dispensar a reposição das importâncias indevidamente recebidas de boa-fé pelo beneficiário até a data da notificação desta deliberação à unidade jurisdicionada; e

9.4. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip que monitore o cumprimento das medidas contidas no subitem 9.2.

10. Ata n° 33/2016 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/9/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10415-33/16-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes, Ana Arraes (Relatora) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 10416/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 018.270/2016-6.

2. Grupo II - Classe - V - Aposentadoria.

3. Interessado: Joseph Alphonse Gilles Lacroix (CPF 044.414.273-87).

4. Unidade: Fundação Universidade Federal do Maranhão.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: procurador-geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido o ato de aposentadoria de Joseph Alphonse Gilles Lacroix, ex-servidor da Fundação Universidade Federal do Maranhão.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos artigos 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988; 1º, inciso V; 39, inciso II; e 45 da Lei 8.443/1992; 1º, inciso VIII; 259, inciso II; e 260, § 1º, do Regimento Interno; e 6º, § 2º, da Resolução TCU 206/2007; bem como na Súmula TCU 106, em:

9.1. considerar legal o ato de aposentadoria de Joseph Alphonse Gilles Lacroix e determinar seu registro;

9.2. determinar à Fundação Universidade Federal do Maranhão que:

9.2.1. exclua dos proventos do interessado a parcela relativa ao percentual de 3,17% (URV - rubrica 16171 - "decisao judicial trans jug apo"), no prazo de 15 (quinze) dias a contar da ciência desta deliberação;

9.2.2. comunique ao interessado a deliberação deste Tribunal e o alerte de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso, junto ao TCU, não o eximirá da devolução dos valores indevidamente recebidos após a notificação, em caso de não provimento do apelo;

9.2.3. encaminhe a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias a partir da ciência deste acórdão, por cópia, comprovante da data em que o interessado tomou conhecimento desta deliberação;

9.3. dispensar a reposição das importâncias indevidamente recebidas de boa-fé pelo beneficiário até a data da notificação desta deliberação à unidade jurisdicionada; e

9.4. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip que monitore o cumprimento das medidas contidas no subitem 9.2.

10. Ata n° 33/2016 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/9/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10416-33/16-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes, Ana Arraes (Relatora) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 10417/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 018.272/2016-9.

2. Grupo II - Classe V - Aposentadoria.

3. Interessada: Lindalva Maria José dos Reis Câmara (CPF 003.123.473-91).

4. Unidade: Fundação Universidade Federal do Maranhão.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: subprocuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido o ato de aposentadoria de Lindalva Maria José dos Reis Câmara, ex-servidora da Fundação Universidade Federal do Maranhão.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos artigos 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988; 1º, inciso V; 39, inciso II; e 45 da Lei 8.443/1992; 1º, inciso VIII; 259, inciso II; e 260, § 1º, do Regimento Interno; e 6º, § 2º, da Resolução TCU 206/2007; bem como na Súmula TCU 106, em:

9.1. considerar legal o ato de aposentadoria de Lindalva Maria José dos Reis Câmara e determinar seu registro;

9.2. determinar à Fundação Universidade Federal do Maranhão que:

9.2.1. exclua dos proventos da interessada a parcela relativa ao percentual de 3,17% (URV - rubrica 16171 - "decisao judicial trans jug apo"), no prazo de 15 (quinze) dias a contar da ciência desta deliberação;

9.2.2. comunique a interessada a deliberação deste Tribunal e a alerte de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso, junto ao TCU, não a eximirá da devolução dos valores indevidamente recebidos após a notificação, em caso de não provimento do apelo;

9.2.3. encaminhe a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias a partir da ciência deste acórdão, por cópia, comprovante da data em que a interessada tomou conhecimento desta deliberação;

9.3. dispensar a reposição das importâncias indevidamente recebidas de boa-fé pela beneficiária até a data da notificação desta deliberação à unidade jurisdicionada; e

9.4. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip que monitore o cumprimento das medidas contidas no subitem 9.2.

10. Ata n° 33/2016 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/9/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10417-33/16-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes, Ana Arraes (Relatora) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 10418/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 018.276/2016-4.

2. Grupo II - Classe V - Aposentadoria.

3. Interessada: Maria Alderina Oliveira Maranhão (CPF 176.249.673-91).

4. Unidade: Fundação Universidade Federal do Maranhão.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: subprocuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido o ato de aposentadoria de Maria Alderina Oliveira Maranhão, ex-servidora da Fundação Universidade Federal do Maranhão.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos artigos 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988; 1º, inciso V; 39, inciso II; e 45 da Lei 8.443/1992; 1º, inciso VIII; 259, inciso II; e 260, § 1º, do Regimento Interno; e 6º, § 2º, da Resolução TCU 206/2007; bem como na Súmula TCU 106, em:

9.1. considerar legal o ato de aposentadoria de Maria Alderina Oliveira Maranhão e determinar seu registro;

9.2. determinar à Fundação Universidade Federal do Maranhão que:

9.2.1. exclua dos proventos da interessada a parcela relativa ao percentual de 3,17% (URV - rubrica 16171 - "decisao judicial trans jug apo"), no prazo de 15 (quinze) dias a contar da ciência desta deliberação;

9.2.2. comunique à interessada a deliberação deste Tribunal e a alerte de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso, junto ao TCU, não a eximirá da devolução dos valores indevidamente recebidos após a notificação, em caso de não provimento do apelo; e

9.2.3. encaminhe a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias a partir da ciência deste acórdão, por cópia, comprovante da data em que a interessada tomou conhecimento desta deliberação;

9.3. dispensar a reposição das importâncias indevidamente recebidas de boa-fé pela beneficiária até a data da notificação desta deliberação à unidade jurisdicionada; e

9.4. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip que monitore o cumprimento das medidas contidas no subitem 9.2.

10. Ata n° 33/2016 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/9/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10418-33/16-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes, Ana Arraes (Relatora) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 10419/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 018.285/2016-3.

2. Grupo II - Classe V - Aposentadoria.

3. Interessado: Pedro Amaral Franca (CPF 022.291.453-04).

4. Unidade: Fundação Universidade Federal do Maranhão.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido o ato de aposentadoria de Pedro Amaral Franca, ex-servidor da Fundação Universidade Federal do Maranhão.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos artigos 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988; 1º, inciso V; 39, inciso II; e 45 da Lei 8.443/1992; 1º, inciso VIII; 259, inciso II; e 260, § 1º, do Regimento Interno; e 6º, § 2º, da Resolução TCU 206/2007; bem como na Súmula TCU 106, em:

9.1. considerar legal o ato de aposentadoria de Pedro Amaral Franca e determinar seu registro;

9.2. determinar à Fundação Universidade Federal do Maranhão que:

9.2.1. exclua dos proventos do interessado a parcela relativa ao percentual de 3,17% (URV - rubrica 16171 - "decisao judicial trans jug apo"), no prazo de 15 (quinze) dias a contar da ciência desta deliberação;

9.2.2. comunique ao interessado a deliberação deste Tribunal e o alerte de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso, junto ao TCU, não o eximirá da devolução dos valores indevidamente recebidos após a notificação, em caso de não provimento do apelo;

9.2.3. encaminhe a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias a partir da ciência deste acórdão, por cópia, comprovante da data em que o interessado tomou conhecimento desta deliberação;

9.3. dispensar a reposição das importâncias indevidamente recebidas de boa-fé pelo beneficiário até a data da notificação desta deliberação à unidade jurisdicionada; e

9.4. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip que monitore o cumprimento das medidas contidas no subitem 9.2.

10. Ata n° 33/2016 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/9/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10419-33/16-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes, Ana Arraes (Relatora) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 10420/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 018.294/2016-2.

2. Grupo II - Classe V - Aposentadoria.

3. Interessado: Armando Ferreira de Barros (CPF 002.455.345-04).

4. Unidade: Fundação Universidade Federal de Sergipe.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: procurador-geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido o ato de aposentadoria de Armando Ferreira de Barros, ex-servidor da Fundação Universidade Federal de Sergipe.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos artigos 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988; 1º, inciso V; 39, inciso II; e 45 da Lei 8.443/1992; 1º, inciso VIII; 259, inciso II; e 260, § 1º, do Regimento Interno; e 6º, § 2º, da Resolução TCU 206/2007; bem como na Súmula TCU 106, em:

9.1. considerar legal o ato de aposentadoria de Armando Ferreira de Barros e determinar seu registro;

9.2. determinar à Fundação Universidade Federal de Sergipe que:

9.2.1. exclua dos proventos do interessado a parcela relativa ao percentual de 3,17% (URV - rubrica 10289), no prazo de 15 (quinze) dias a contar da ciência desta deliberação;

9.2.2. comunique ao interessado a deliberação deste Tribunal e o alerte de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso, junto ao TCU, não o eximirá da devolução dos valores indevidamente recebidos após a notificação, em caso de não provimento do apelo;

9.2.3. encaminhe a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias a partir da ciência deste acórdão, por cópia, comprovante da data em que o interessado tomou conhecimento desta deliberação;

9.3. dispensar a reposição das importâncias indevidamente recebidas de boa-fé pelo beneficiário até a data da notificação desta deliberação à unidade jurisdicionada; e

9.4. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip que monitore o cumprimento das medidas contidas no subitem 9.2.

10. Ata n° 33/2016 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/9/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10420-33/16-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes, Ana Arraes (Relatora) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ACÓRDÃO Nº 10421/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 018.298/2016-8.

2. Grupo II - Classe V - Aposentadoria.

3. Interessado: Denis Cruz Meneses (CPF 036.958.325-68).

4. Unidade: Fundação Universidade Federal de Sergipe.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: subprocuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido o ato de aposentadoria de Denis Cruz Meneses, ex-servidor da Fundação Universidade Federal de Sergipe.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos artigos 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988; 1º, inciso V; 39, inciso II; e 45 da Lei 8.443/1992; 1º, inciso VIII; 259, inciso II; e 260; § 1º, do Regimento Interno; e 6º, § 2º, da Resolução TCU 206/2007; bem como na Súmula TCU 106, em:

9.1. considerar legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria de Denis Cruz Meneses;

9.2. determinar à Fundação Universidade Federal de Sergipe que:

9.2.1. exclua dos proventos do interessado a parcela relativa ao percentual de 3,17% (URV - rubrica 10289 - "decisao judicial n tran jug ap"), no prazo de 15 (quinze) dias a contar da ciência desta deliberação;

9.2.2. comunique ao interessado a deliberação deste Tribunal e o alerte de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso, junto ao TCU, não o eximirá da devolução dos valores indevidamente recebidos após a notificação, em caso de não provimento do apelo;

9.2.3. encaminhe a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias a partir da ciência deste acórdão, por cópia, comprovante da data em que o interessado tomou conhecimento desta deliberação;

9.3. dispensar a reposição das importâncias indevidamente recebidas de boa-fé pelo beneficiário até a data da notificação desta deliberação à unidade jurisdicionada; e

9.4. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip que monitore o cumprimento das medidas contidas no subitem 9.2.

10. Ata n° 33/2016 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/9/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10421-33/16-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes, Ana Arraes (Relatora) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 10422/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 018.299/2016-4.

2. Grupo I - Classe V - Aposentadoria.

3. Interessada: Erlete de Paula Botelho (CPF 080.067.332-87).

4. Unidade: Fundação Universidade Federal de Sergipe.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido o ato de aposentadoria de Erlete de Paula Botelho, ex-servidora da Fundação Universidade Federal de Sergipe.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos artigos 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988; 1º, inciso V; 39, inciso II; e 45 da Lei 8.443/1992; 1º, inciso VIII; 259, inciso II; 261; e 262 do Regimento Interno; 8º e 10 da Resolução TCU 206/2007; e 15 da Instrução Normativa TCU 55/2007, bem como na Súmula TCU 106, em:

9.1. considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria de Erlete de Paula Botelho e negar-lhe registro;

9.2. dispensar a reposição das importâncias indevidamente recebidas de boa-fé pela beneficiária até a data da notificação desta deliberação à unidade jurisdicionada;

9.3. determinar à Fundação Universidade Federal de Sergipe que:

9.3.1. cesse os pagamentos decorrentes do ato impugnado, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da ciência desta deliberação, sob pena de ressarcimento das quantias pagas indevidamente e responsabilização solidária da autoridade competente;

9.3.2. comunique à interessada a deliberação deste Tribunal e a alerte de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recursos, junto ao TCU, não a eximirá da devolução dos valores indevidamente recebidos após a notificação, em caso de não provimento dos apelos;

9.3.3. encaminhe a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias a partir da ciência deste acórdão, por cópia, comprovante da data em que a interessada tomou conhecimento desta deliberação; e

9.3.4. emita novo ato, em que seja suprimida a irregularidade verificada, e submeta-o ao TCU para nova apreciação, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da ciência desta deliberação.

10. Ata n° 33/2016 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/9/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10422-33/16-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes, Ana Arraes (Relatora) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 10423/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 018.300/2016-2.

2. Grupo I - Classe V - Aposentadoria.

3. Interessado: João Berchans de Oliveira (CPF 187.725.369-34).

4. Unidade: Fundação Universidade Federal de Sergipe.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: procurador-geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido o ato de aposentadoria de João Berchans de Oliveira, ex-servidor da Fundação Universidade Federal de Sergipe.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos artigos 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988; 1º, inciso V; 39, inciso II; e 45 da Lei 8.443/1992; 1º, inciso VIII; 259, inciso II; 261; e 262 do Regimento Interno; 8º e 10 da Resolução TCU 206/2007; e 15 da Instrução Normativa TCU 55/2007, bem como na Súmula TCU 106, em:

9.1. considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria de João Berchans de Oliveira e negar-lhe registro;

9.2. dispensar a reposição das importâncias indevidamente recebidas de boa-fé pelo beneficiário até a data da notificação desta deliberação à unidade jurisdicionada;

9.3. determinar à Fundação Universidade Federal de Sergipe que:

9.3.1. cesse os pagamentos decorrentes do ato impugnado, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da ciência desta deliberação, sob pena de ressarcimento das quantias pagas indevidamente e responsabilização solidária da autoridade competente;

9.3.2. comunique ao interessado a deliberação deste Tribunal e o alerte de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recursos, junto ao TCU, não o eximirá da devolução dos valores indevidamente recebidos após a notificação, em caso de não provimento dos apelos;

9.3.3. encaminhe a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias a partir da ciência deste acórdão, por cópia, comprovante da data em que o interessado tomou conhecimento desta deliberação; e

9.3.4. emita novo ato, em que seja suprimida a irregularidade verificada, e submeta-o ao TCU para nova apreciação, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da ciência desta deliberação.

10. Ata n° 33/2016 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/9/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10423-33/16-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes, Ana Arraes (Relatora) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 10424/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 018.304/2016-8.

2. Grupo II - Classe V - Aposentadoria.

3. Interessada: Magdalena Plech (CPF 155.252.795-68).

4. Unidade: Fundação Universidade Federal de Sergipe.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: procurador-geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido o ato de aposentadoria de Magdalena Plech, ex-servidora da Fundação Universidade Federal de Sergipe.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos artigos 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988; 1º, inciso V; 39, inciso II; e 45 da Lei 8.443/1992; 1º, inciso VIII; 259, inciso II; e 260, § 1º, do Regimento Interno; e 6º, § 2º, da Resolução TCU 206/2007; bem como na Súmula TCU 106, em:

9.1. considerar legal o ato de aposentadoria de Magdalena Plech e determinar seu registro;

9.2. determinar à Fundação Universidade Federal de Sergipe que:

9.2.1. exclua dos proventos da interessada a parcela relativa ao percentual de 3,17% (URV - rubrica 10289), no prazo de 15 (quinze) dias a contar da ciência desta deliberação;

9.2.2. comunique à interessada a deliberação deste Tribunal e a alerte de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso, junto ao TCU, não a eximirá da devolução dos valores indevidamente recebidos após a notificação, em caso de não provimento do apelo;

9.2.3. encaminhe a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias a partir da ciência deste acórdão, por cópia, comprovante da data em que a interessada tomou conhecimento desta deliberação;

9.3. dispensar a reposição das importâncias indevidamente recebidas de boa-fé pela beneficiária até a data da notificação desta deliberação à unidade jurisdicionada; e

9.4. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip que monitore o cumprimento das medidas contidas no subitem 9.2.

10. Ata n° 33/2016 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/9/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10424-33/16-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes, Ana Arraes (Relatora) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 10425/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 018.308/2016-3.

2. Grupo II - Classe V - Aposentadoria.

3. Interessada: Maria Ilza Duarte Costa (CPF 103.137.455-87).

4. Unidade: Fundação Universidade Federal de Sergipe.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: procurador-geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido o ato de aposentadoria de Maria Ilza Duarte Costa, ex-servidora da Fundação Universidade Federal de Sergipe.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos artigos 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988; 1º, inciso V; 39, inciso II; e 45 da Lei 8.443/1992; 1º, inciso VIII; 259, inciso II; e 260, § 1º, do Regimento Interno; e 6º, § 2º, da Resolução TCU 206/2007; bem como na Súmula TCU 106, em:

9.1. considerar legal o ato de aposentadoria de Maria Ilza Duarte Costa e determinar seu registro;

9.2. determinar à Fundação Universidade Federal de Sergipe que:

9.2.1. exclua dos proventos da interessada a parcela relativa ao percentual de 3,17% (URV - rubrica 10289), no prazo de 15 (quinze) dias a contar da ciência desta deliberação;

9.2.2. comunique à interessada a deliberação deste Tribunal e a alerte de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso, junto ao TCU, não a eximirá da devolução dos valores indevidamente recebidos após a notificação, em caso de não provimento do apelo;

9.2.3. encaminhe a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias a partir da ciência deste acórdão, por cópia, comprovante da data em que a interessada tomou conhecimento desta deliberação;

9.3. dispensar a reposição das importâncias indevidamente recebidas de boa-fé pela beneficiária até a data da notificação desta deliberação à unidade jurisdicionada; e

9.4. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip que monitore o cumprimento das medidas contidas no subitem 9.2.

10. Ata n° 33/2016 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/9/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10425-33/16-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes, Ana Arraes (Relatora) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 10426/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 018.310/2016-8.

2. Grupo II - Classe V - Aposentadoria.

3. Interessada: Sonia Maria Lima Santana Marcena (CPF 033.728.805-44).

4.Unidade: Fundação Universidade Federal de Sergipe.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: subprocuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido o ato de aposentadoria de Sonia Maria Lima Santana Marcena, ex-servidora da Fundação Universidade Federal de Sergipe.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos artigos 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988; 1º, inciso V; 39, inciso II; e 45 da Lei 8.443/1992; 1º, inciso VIII; 259, inciso II; e 260; § 1º, do Regimento Interno; e 6º, § 2º, da Resolução TCU 206/2007; bem como na Súmula TCU 106, em:

9.1. considerar legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria de Sonia Maria Lima Santana Marcena;

9.2. determinar à Fundação Universidade Federal de Sergipe que:

9.2.1. exclua dos proventos da interessada a parcela relativa ao percentual de 3,17% (URV - rubrica 10289 - "decisao judicial n tran jug ap"), no prazo de 15 (quinze) dias a contar da ciência desta deliberação;

9.2.2. comunique à interessada a deliberação deste Tribunal e a alerte de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso, junto ao TCU, não a eximirá da devolução dos valores indevidamente recebidos após a notificação, em caso de não provimento do apelo;

9.2.3. encaminhe a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias a partir da ciência deste acórdão, por cópia, comprovante da data em que a interessada tomou conhecimento desta deliberação;

9.3. dispensar a reposição das importâncias indevidamente recebidas de boa-fé pela beneficiária até a data da notificação desta deliberação à unidade jurisdicionada; e

9.4. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip que monitore o cumprimento das medidas contidas no subitem 9.2.

10. Ata n° 33/2016 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/9/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10426-33/16-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes, Ana Arraes (Relatora) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 10427/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 018.316/2016-6.

2. Grupo II - Classe V - Aposentadoria.

3. Interessada: Antonia Agripina Alves de Medeiros (CPF 056.858.934-34).

4. Unidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: subprocuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido o ato de aposentadoria de Antonia Agripina Alves de Medeiros, ex-servidora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos artigos 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988; 1º, inciso V; 39, inciso II; e 45 da Lei 8.443/1992; 1º, inciso VIII; 259, inciso II; e 260; § 1º, do Regimento Interno; e 6º, § 2º, da Resolução TCU 206/2007; bem como na Súmula TCU 106, em:

9.1. considerar legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria de Antonia Agripina Alves de Medeiros;

9.2. determinar à Universidade Federal do Rio Grande do Norte que:

9.2.1. exclua dos proventos da interessada a parcela relativa ao percentual de 3,17% (URV - rubrica 16171 - "decisao judicial trans jug apo"), no prazo de 15 (quinze) dias a contar da ciência desta deliberação;

9.2.2. comunique à interessada a deliberação deste Tribunal e a alerte de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso, junto ao TCU, não a eximirá da devolução dos valores indevidamente recebidos após a notificação, em caso de não provimento do apelo;

9.2.3. encaminhe a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias a partir da ciência deste acórdão, por cópia, comprovante da data em que a interessada tomou conhecimento desta deliberação;

9.3. dispensar a reposição das importâncias indevidamente recebidas de boa-fé pela beneficiária até a data da notificação desta deliberação à unidade jurisdicionada; e

9.4. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip que monitore o cumprimento das medidas contidas no subitem 9.2.

10. Ata n° 33/2016 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/9/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10427-33/16-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes, Ana Arraes (Relatora) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 10428/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 018.318/2016-9.

2. Grupo I - Classe V - Aposentadoria.

3. Interessado: Arnaldo Menezes Felix (CPF 123.494.294-15).

4. Unidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: procurador-geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido o ato de aposentadoria de Arnaldo Menezes Felix, ex-servidor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos artigos 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988; 1º, inciso V; 39, inciso II; e 45 da Lei 8.443/1992; 1º, inciso VIII; 259, inciso II; 261; e 262 do Regimento Interno; 8º e 10 da Resolução TCU 206/2007; e 15 da Instrução Normativa TCU 55/2007, bem como na Súmula TCU 106, em:

9.1. considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria de Arnaldo Menezes Felix e negar-lhe registro;

9.2. dispensar a reposição das importâncias indevidamente recebidas de boa-fé pelo beneficiário até a data da notificação desta deliberação à unidade jurisdicionada;

9.3. determinar à Universidade Federal do Rio Grande do Norte que:

9.3.1. cesse os pagamentos decorrentes do ato impugnado, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da ciência desta deliberação, sob pena de ressarcimento das quantias pagas indevidamente e responsabilização solidária da autoridade competente;

9.3.2. comunique ao interessado a deliberação deste Tribunal e o alerte de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recursos, junto ao TCU, não o eximirá da devolução dos valores indevidamente recebidos após a notificação, em caso de não provimento dos apelos;

9.3.3. encaminhe a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias a partir da ciência deste acórdão, por cópia, comprovante da data em que o interessado tomou conhecimento desta deliberação;

9.3.4. emita novo ato, em que seja suprimida a irregularidade verificada, e submeta-o ao TCU para nova apreciação, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da ciência desta deliberação.

10. Ata n° 33/2016 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/9/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10428-33/16-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes, Ana Arraes (Relatora) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 10429/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 018.324/2016-9.

2. Grupo I - Classe V - Aposentadoria.

3. Interessada: Dina Maria de Araujo (CPF 124.113.704-82).

4. Unidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido o ato de aposentadoria de Dina Maria de Araujo, ex-servidora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos artigos 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988; 1º, inciso V; 39, inciso II; e 45 da Lei 8.443/1992; 1º, inciso VIII; 259, inciso II; 261; e 262 do Regimento Interno; 8º e 10 da Resolução TCU 206/2007; e 15 da Instrução Normativa TCU 55/2007, bem como na Súmula TCU 106, em:

9.1. considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria de Dina Maria de Araujo e negar-lhe registro;

9.2. dispensar a reposição das importâncias indevidamente recebidas de boa-fé pela beneficiária até a data da notificação desta deliberação à unidade jurisdicionada;

9.3. determinar à Universidade Federal do Rio Grande do Norte que:

9.3.1. cesse os pagamentos decorrentes do ato impugnado, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da ciência desta deliberação, sob pena de ressarcimento das quantias pagas indevidamente e responsabilização solidária da autoridade competente;

9.3.2. comunique à interessada a deliberação deste Tribunal e a alerte de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recursos, junto ao TCU, não a eximirá da devolução dos valores indevidamente recebidos após a notificação, em caso de não provimento dos apelos;

9.3.3. encaminhe a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias a partir da ciência deste acórdão, por cópia, comprovante da data em que a interessada tomou conhecimento desta deliberação; e

9.3.4. emita novo ato, em que seja suprimida a irregularidade verificada, e submeta-o ao TCU para nova apreciação, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da ciência desta deliberação.

10. Ata n° 33/2016 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/9/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10429-33/16-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes, Ana Arraes (Relatora) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 10430/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 018.332/2016-1.

2. Grupo I - Classe V - Aposentadoria.

3. Interessado: Humberto Hermenegildo de Araújo (CPF 155.661.454-34).

4. Unidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: procurador-geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido o ato de aposentadoria de Humberto Hermenegildo de Araújo, ex-servidor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos artigos 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988; 1º, inciso V; 39, inciso II; e 45 da Lei 8.443/1992; 1º, inciso VIII; 259, inciso II; 261; e 262 do Regimento Interno; 8º e 10 da Resolução TCU 206/2007; e 15 da Instrução Normativa TCU 55/2007, bem como na Súmula TCU 106, em:

9.1. considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria de Humberto Hermenegildo de Araújo e negar-lhe registro;

9.2. dispensar a reposição das importâncias indevidamente recebidas de boa-fé pelo beneficiário até a data da notificação desta deliberação à unidade jurisdicionada;

9.3. determinar à Universidade Federal do Rio Grande do Norte que:

9.3.1. cesse os pagamentos decorrentes do ato impugnado, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da ciência desta deliberação, sob pena de ressarcimento das quantias pagas indevidamente e responsabilização solidária da autoridade competente;

9.3.2. comunique ao interessado a deliberação deste Tribunal e o alerte de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recursos, junto ao TCU, não o eximirá da devolução dos valores indevidamente recebidos após a notificação, em caso de não provimento dos apelos;

9.3.3. encaminhe a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias a partir da ciência deste acórdão, por cópia, comprovante da data em que o interessado tomou conhecimento desta deliberação; e

9.3.4. emita novo ato, em que seja suprimida a irregularidade verificada, e submeta-o ao TCU para nova apreciação, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da ciência desta deliberação.

10. Ata n° 33/2016 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/9/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10430-33/16-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes, Ana Arraes (Relatora) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 10431/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 018.338/2016-0.

2. Grupo I - Classe V - Aposentadoria.

3. Interessado: José Eduardo Vilar Cunha (CPF 042.755.191-91).

4. Unidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido o ato de aposentadoria de José Eduardo Vilar Cunha, ex-servidor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos artigos 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988; 1º, inciso V; 39, inciso II; e 45 da Lei 8.443/1992; 1º, inciso VIII; 259, inciso II; 261; e 262 do Regimento Interno; 8º e 10 da Resolução TCU 206/2007; e 15 da Instrução Normativa TCU 55/2007, bem como na Súmula TCU 106, em:

9.1. considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria de José Eduardo Vilar Cunha e negar-lhe registro;

9.2. dispensar a reposição das importâncias indevidamente recebidas de boa-fé pelo beneficiário até a data da notificação desta deliberação à unidade jurisdicionada;

9.3. determinar à Universidade Federal do Rio Grande do Norte que:

9.3.1. cesse os pagamentos decorrentes do ato impugnado, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da ciência desta deliberação, sob pena de ressarcimento das quantias pagas indevidamente e responsabilização solidária da autoridade competente;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

9.3.2. comunique ao interessado a deliberação deste Tribunal e o alerte de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recursos, junto ao TCU, não o eximirá da devolução dos valores indevidamente recebidos após a notificação, em caso de não provimento dos apelos;

9.3.3. encaminhe a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias a partir da ciência deste acórdão, por cópia, comprovante da data em que o interessado tomou conhecimento desta deliberação; e

9.3.4. emita novo ato, em que seja suprimida a irregularidade verificada, e submeta-o ao TCU para nova apreciação, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da ciência desta deliberação.

10. Ata n° 33/2016 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/9/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10431-33/16-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes, Ana Arraes (Relatora) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 10432/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 018.358/2016-0.

2. Grupo II - Classe V - Aposentadoria.

3. Interessado: Paulo Lopo Saraiva (CPF 011.825.284-49).

4. Unidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: procurador-geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido este ato de concessão de aposentadoria a Paulo Lopo Saraiva, ex-docente da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos artigos 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988; 1º, inciso V; 39, inciso II; e 45 da Lei 8.443/1992; 1º, inciso VIII; 259, inciso II; e 260; § 1º, do Regimento Interno; e 6º, § 2º, da Resolução TCU 206/2007; bem como na Súmula TCU 106, em:

9.1. considerar legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria de Paulo Lopo Saraiva (Sisac 10793208-04-2014-000208-3);

9.2. determinar à Universidade Federal do Rio Grande do Norte que:

9.2.1. exclua dos proventos do interessado a parcela relativa ao percentual de 3,17% (rubrica 16171 - "decisao judicial trans jug apo"), no prazo de 15 (quinze) dias a contar da ciência desta deliberação;

9.2.2. comunique ao interessado a deliberação deste Tribunal e o alerte de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso, junto ao TCU, não o eximirá da devolução dos valores indevidamente recebidos após a notificação, em caso de não provimento do apelo;

9.2.3. encaminhe a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias a partir da ciência deste acórdão, por cópia, comprovante da data em que o interessado tomou conhecimento desta deliberação;

9.3. dispensar a reposição das importâncias indevidamente recebidas de boa-fé pelo beneficiário até a data da notificação desta deliberação à unidade jurisdicionada; e

9.4. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip que monitore o cumprimento das medidas contidas no subitem 9.2.

10. Ata n° 33/2016 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/9/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10432-33/16-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes, Ana Arraes (Relatora) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 10433/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 018.367/2016-0.

2. Grupo II - Classe V - Aposentadoria.

3. Interessado: Sebastião Veras Saldanha (CPF 003.312.524-49).

4. Unidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: procurador-geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido este ato de concessão de aposentadoria a Sebastião Veras Saldanha, ex-docente da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos artigos 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988; 1º, inciso V; 39, inciso II; e 45 da Lei 8.443/1992; 1º, inciso VIII; 259, inciso II; e 260; § 1º, do Regimento Interno; e 6º, § 2º, da Resolução TCU 206/2007; bem como na Súmula TCU 106, em:

9.1. considerar legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria de Sebastião Veras Saldanha (Sisac 10793208-04-2014-000195-8);

9.2. determinar à Universidade Federal do Rio Grande do Norte que:

9.2.1. exclua dos proventos do interessado a parcela relativa ao percentual de 3,17% (rubrica 16171 - "decisao judicial trans jug apo"), no prazo de 15 (quinze) dias a contar da ciência desta deliberação;

9.2.2. comunique ao interessado a deliberação deste Tribunal e o alerte de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso, junto ao TCU, não o eximirá da devolução dos valores indevidamente recebidos após a notificação, em caso de não provimento do apelo;

9.2.3. encaminhe a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias a partir da ciência deste acórdão, por cópia, comprovante da data em que o interessado tomou conhecimento desta deliberação;

9.3. dispensar a reposição das importâncias indevidamente recebidas de boa-fé pelo beneficiário até a data da notificação desta deliberação à unidade jurisdicionada; e

9.4. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip que monitore o cumprimento das medidas contidas no subitem 9.2.

10. Ata n° 33/2016 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/9/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10433-33/16-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes, Ana Arraes (Relatora) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 10434/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 018.374/2016-6.

2. Grupo II - Classe V - Aposentadoria.

3. Interessada: Vera Lourdes Pestana da Rocha (CPF 336.348.744-49).

4. Unidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: procurador-geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido o ato de aposentadoria de Vera Lourdes Pestana da Rocha, ex-servidora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos artigos 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988; 1º, inciso V; 39, inciso II; e 45 da Lei 8.443/1992; 1º, inciso VIII; 259, inciso II; e 260, § 1º, do Regimento Interno; e 6º, § 2º, da Resolução TCU 206/2007; bem como na Súmula TCU 106, em:

9.1. considerar legal o ato de aposentadoria de Vera Lourdes Pestana da Rocha e determinar seu registro;

9.2. determinar à Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN que:

9.2.1. exclua dos proventos da interessada a parcela de 3,17% (URV - rubrica 16171), no prazo de 15 (quinze) dias a contar da ciência desta deliberação;

9.2.2. comunique à interessada a deliberação deste Tribunal e a alerte de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso, junto ao TCU, não a eximirá da devolução dos valores indevidamente recebidos após a notificação, em caso de não provimento do apelo;

9.2.3. encaminhe a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias a partir da ciência deste acórdão, por cópia, comprovante da data em que a interessada tomou conhecimento desta deliberação;

9.3. dispensar a reposição das importâncias indevidamente recebidas de boa-fé pela beneficiária até a data da notificação desta deliberação à unidade jurisdicionada; e

9.4. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip que monitore o cumprimento das medidas contidas no subitem 9.2.

10. Ata n° 33/2016 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/9/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10434-33/16-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes, Ana Arraes (Relatora) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 10435/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 018.377/2016-5.

2. Grupo I - Classe V - Aposentadoria.

3. Interessado: Almir Santana de Alcântara (CPF 456.334.107-00).

4. Unidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: subprocuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido o ato de aposentadoria de Almir Santana de Alcântara, ex-servidor da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos artigos 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988; 1º, inciso V; 39, inciso II; e 45 da Lei 8.443/1992; 1º, inciso VIII; 259, inciso II; e 261; e 262 do Regimento Interno; 8º e 10 da Resolução TCU 206/2007; e 15 da Instrução Normativa TCU 55/2007, bem como na Súmula TCU 106, em:

9.1. considerar ilegal o ato de Almir Santana de Alcântara e negar-lhe registro;

9.2. dispensar a reposição das importâncias indevidamente recebidas de boa-fé pelo beneficiário até a data da notificação desta deliberação à unidade jurisdicionada;

9.3. determinar à Universidade Federal do Rio de Janeiro que:

9.3.1. cesse os pagamentos decorrentes das parcelas de 3,17% e 26,05%, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da ciência desta deliberação, sob pena de ressarcimento das quantias pagas indevidamente e responsabilização solidária da autoridade competente;

9.3.2. comunique ao interessado a deliberação deste Tribunal e o alerte de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recursos, junto ao TCU, não o eximirá da devolução dos valores indevidamente recebidos após a notificação, em caso de não provimento dos apelos;

9.3.3. encaminhe a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias a partir da ciência deste acórdão, por cópia, comprovante da data em que o interessado tomou conhecimento desta deliberação; e

9.3.4. emita novo ato, em que sejam suprimidas as irregularidades verificadas, e submeta-o ao TCU para nova apreciação, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da ciência desta deliberação.

10. Ata n° 33/2016 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/9/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10435-33/16-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes, Ana Arraes (Relatora) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 10436/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 018.382/2016-9.

2. Grupo I - Classe V - Aposentadoria.

3. Interessada: Denise Leipziger (CPF 492.133.427-72).

4. Unidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: subprocuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido o ato de aposentadoria de Denise Leipziger, ex-docente da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos artigos 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988; 1º, inciso V; 39, inciso II; e 45 da Lei 8.443/1992; 1º, inciso VIII; 259, inciso II; 261; e 262 do Regimento Interno; 8º e 10 da Resolução TCU 206/2007; e 15 da Instrução Normativa TCU 55/2007, bem como na Súmula TCU 106, em:

9.1. considerar ilegal o ato de Denise Leipziger e negar-lhe registro;

9.2. dispensar a reposição das importâncias indevidamente recebidas de boa-fé pela beneficiária até a data da notificação desta deliberação à unidade jurisdicionada;

9.3. determinar à Universidade Federal do Rio de Janeiro que:

9.3.1. cesse os pagamentos decorrentes das parcelas de 3,17% e 26,05%, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da ciência desta deliberação, sob pena de ressarcimento das quantias pagas indevidamente e responsabilização solidária da autoridade competente;

9.3.2. comunique à interessada a deliberação deste Tribunal e a alerte de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recursos, junto ao TCU, não a eximirá da devolução dos valores indevidamente recebidos após a notificação, em caso de não provimento dos apelos;

9.3.3. encaminhe a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias a partir da ciência deste acórdão, por cópia, comprovante da data em que a interessada tomou conhecimento desta deliberação; e

9.3.4. emita novo ato em que sejam suprimidas as irregularidades verificadas, e submeta-o ao TCU para nova apreciação, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da ciência desta deliberação.

10. Ata n° 33/2016 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/9/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10436-33/16-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes, Ana Arraes (Relatora) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ACÓRDÃO Nº 10437/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 018.384/2016-1.

2. Grupo I - Classe V - Aposentadoria.

3. Interessado: Dirceu José de Souza Martins (CPF 434.656.417-87).

4. Unidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: subprocuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido o ato de aposentadoria de Dirceu José de Souza Martins, ex-servidor da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos artigos 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988; 1º, inciso V; 39, inciso II; e 45 da Lei 8.443/1992; 1º, inciso VIII; 259, inciso II; 261; e 262 do Regimento Interno; 8º e 10 da Resolução TCU 206/2007; e 15 da Instrução Normativa TCU 55/2007, bem como na Súmula TCU 106, em:

9.1. considerar ilegal o ato de aposentadoria de Dirceu José de Souza Martins e negar-lhe registro;

9.2. dispensar a reposição das importâncias indevidamente recebidas de boa-fé pelo beneficiário até a data da notificação desta deliberação à unidade jurisdicionada;

9.3. determinar à Universidade Federal do Rio de Janeiro que:

9.3.1. cesse os pagamentos decorrentes das parcelas de 3,17% e 26,05%, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da ciência desta deliberação, sob pena de ressarcimento das quantias pagas indevidamente e responsabilização solidária da autoridade competente;

9.3.2. comunique ao interessado a deliberação deste Tribunal e o alerte de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recursos, junto ao TCU, não o eximirá da devolução dos valores indevidamente recebidos após a notificação, em caso de não provimento dos apelos;

9.3.3. encaminhe a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias a partir da ciência deste acórdão, por cópia, comprovante da data em que o interessado tomou conhecimento desta deliberação; e

9.3.4. emita novo ato em que seja suprimida a irregularidade verificada, e submeta-o ao TCU para nova apreciação, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da ciência desta deliberação.

10. Ata n° 33/2016 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/9/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10437-33/16-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes, Ana Arraes (Relatora) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 10438/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 018.390/2016-1.

2. Grupo I - Classe V - Aposentadoria.

3. Interessada: Elmira de Souza (CPF 816.605.377-20).

4. Unidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: procurador-geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido o ato de aposentadoria de Elmira de Souza, ex-servidora da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos artigos 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988; 1º, inciso V; 39, inciso II; e 45 da Lei 8.443/1992; 1º, inciso VIII; 259, inciso II; 261; e 262 do Regimento Interno; 8º e 10 da Resolução TCU 206/2007; e 15 da Instrução Normativa TCU 55/2007, bem como na Súmula TCU 106, em:

9.1. considerar ilegal o ato de aposentadoria de Elmira de Souza e negar-lhe registro;

9.2. dispensar a reposição das importâncias indevidamente recebidas de boa-fé pela beneficiária até a data da notificação desta deliberação à unidade jurisdicionada;

9.3. determinar à Universidade Federal do Rio de Janeiro que:

9.3.1. cesse os pagamentos decorrentes das parcelas de 3,17% e 26,05%, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da ciência desta deliberação, sob pena de ressarcimento das quantias pagas indevidamente e responsabilização solidária da autoridade competente;

9.3.2. comunique à interessada a deliberação deste Tribunal e a alerte de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recursos, junto ao TCU, não a eximirá da devolução dos valores indevidamente recebidos após a notificação, em caso de não provimento dos apelos;

9.3.3. encaminhe a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias a partir da ciência deste acórdão, por cópia, comprovante da data em que a interessada tomou conhecimento desta deliberação; e

9.3.4. emita novo ato em que seja suprimida a irregularidade verificada, e submeta-o ao TCU para nova apreciação, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da ciência desta deliberação.

10. Ata n° 33/2016 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/9/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10438-33/16-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes, Ana Arraes (Relatora) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 10439/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 018.392/2016-4.

2. Grupo I - Classe V - Aposentadoria.

3. Interessada: Flávia Rezende Valle dos Santos (CPF 864.980.707-06).

4. Unidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido o ato de aposentadoria de Flávia Rezende Valle dos Santos, ex-servidora da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos artigos 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988; 1º, inciso V; 39, inciso II; e 45 da Lei 8.443/1992; 1º, inciso VIII; 259, inciso II; 261; e 262 do Regimento Interno; 8º e 10 da Resolução TCU 206/2007; e 15 da Instrução Normativa TCU 55/2007, bem como na Súmula TCU 106, em:

9.1. considerar ilegal o ato de aposentadoria de Flávia Rezende Valle dos Santos e negar-lhe registro;

9.2. dispensar a reposição das importâncias indevidamente recebidas de boa-fé pela beneficiária até a data da notificação desta deliberação à unidade jurisdicionada;

9.3. determinar à Universidade Federal do Rio de Janeiro que:

9.3.1. cesse os pagamentos decorrentes das parcelas de 3,17% e 26,05%, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da ciência desta deliberação, sob pena de ressarcimento das quantias pagas indevidamente e responsabilização solidária da autoridade competente;

9.3.2. comunique à interessada a deliberação deste Tribunal e a alerte de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recursos, junto ao TCU, não a eximirá da devolução dos valores indevidamente recebidos após a notificação, em caso de não provimento dos apelos;

9.3.3. encaminhe a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias a partir da ciência deste acórdão, por cópia, comprovante da data em que a interessada tomou conhecimento desta deliberação; e

9.3.4. emita novo ato em que seja suprimida a irregularidade verificada, e submeta-o ao TCU para nova apreciação, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da ciência desta deliberação.

10. Ata n° 33/2016 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/9/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10439-33/16-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes, Ana Arraes (Relatora) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 10440/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 018.395/2016-3.

2. Grupo I - Classe V - Aposentadoria.

3. Interessada: Gelcira Ribeiro Lima (CPF 695.394.217-72).

4. Unidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido o ato de aposentadoria de Gelcira Ribeiro Lima, ex-servidora da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos artigos 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988; 1º, inciso V; 39, inciso II; e 45 da Lei 8.443/1992; 1º, inciso VIII; 259, inciso II; 261; e 262 do Regimento Interno; 8º e 10 da Resolução TCU 206/2007; e 15 da Instrução Normativa TCU 55/2007, bem como na Súmula TCU 106, em:

9.1. considerar ilegal o ato de aposentadoria de Gelcira Ribeiro Lima e negar-lhe registro;

9.2. dispensar a reposição das importâncias indevidamente recebidas de boa-fé pela beneficiária até a data da notificação desta deliberação à unidade jurisdicionada;

9.3. determinar à Universidade Federal do Rio de Janeiro que:

9.3.1. cesse os pagamentos decorrentes das parcelas de 3,17% e 26,05%, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da ciência desta deliberação, sob pena de ressarcimento das quantias pagas indevidamente e responsabilização solidária da autoridade competente;

9.3.2. comunique à interessada a deliberação deste Tribunal e a alerte de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recursos, junto ao TCU, não a eximirá da devolução dos valores indevidamente recebidos após a notificação, em caso de não provimento dos apelos;

9.3.3. encaminhe a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias a partir da ciência deste acórdão, por cópia, comprovante da data em que a interessada tomou conhecimento desta deliberação; e

9.3.4. emita novo ato em que seja suprimida a irregularidade verificada, e submeta-o ao TCU para nova apreciação, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da ciência desta deliberação.

10. Ata n° 33/2016 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/9/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10440-33/16-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes, Ana Arraes (Relatora) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 10441/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 018.397/2016-6.

2. Grupo I - Classe V - Aposentadoria.

3. Interessada: Janete Gonçalves Correa (CPF 585.905.957-49).

4. Unidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: procurador-geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido o ato de aposentadoria de Janete Gonçalves Correa, ex-servidora da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos artigos 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988; 1º, inciso V; 39, inciso II; e 45 da Lei 8.443/1992; 1º, inciso VIII; 259, inciso II; 261; e 262 do Regimento Interno; 8º e 10 da Resolução TCU 206/2007; e 15 da Instrução Normativa TCU 55/2007, bem como na Súmula TCU 106, em:

9.1. considerar ilegal o ato de aposentadoria de Janete Gonçalves Correa e negar-lhe registro;

9.2. dispensar a reposição das importâncias indevidamente recebidas de boa-fé pela beneficiária até a data da notificação desta deliberação à unidade jurisdicionada;

9.3. determinar à Universidade Federal do Rio de Janeiro que:

9.3.1. cesse os pagamentos decorrentes das parcelas de 3,17% e 26,05%, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da ciência desta deliberação, sob pena de ressarcimento das quantias pagas indevidamente e responsabilização solidária da autoridade competente;

9.3.2. comunique à interessada a deliberação deste Tribunal e a alerte de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recursos, junto ao TCU, não a eximirá da devolução dos valores indevidamente recebidos após a notificação, em caso de não provimento dos apelos;

9.3.3. encaminhe a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias a partir da ciência deste acórdão, por cópia, comprovante da data em que a interessada tomou conhecimento desta deliberação; e

9.3.4. emita novo ato em que seja suprimida a irregularidade verificada, e submeta-o ao TCU para nova apreciação, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da ciência desta deliberação.

10. Ata n° 33/2016 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/9/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10441-33/16-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes, Ana Arraes (Relatora) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 10442/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 018.402/2016-0.

2. Grupo I - Classe V - Aposentadoria.

3. Interessada: Sheily Lara de Oliveira (CPF 553.299.007-78).

4. Unidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: procurador-geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido o ato de aposentadoria de Sheily Lara de Oliveira, ex-servidora da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos artigos 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988; 1º, inciso V; 39, inciso II; e 45 da Lei 8.443/1992; 1º, inciso VIII; 259, inciso II; 261; e 262 do Regimento Interno; 8º e 10 da Resolução TCU 206/2007; e 15 da Instrução Normativa TCU 55/2007, bem como na Súmula TCU 106, em:

9.1. considerar ilegal o ato de aposentadoria de Sheily Lara de Oliveira e negar-lhe registro;

9.2. dispensar a reposição das importâncias indevidamente recebidas de boa-fé pela beneficiária até a data da notificação desta deliberação à unidade jurisdicionada;

9.3. determinar à Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ que:

9.3.1. cesse os pagamentos decorrentes do ato impugnado, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da ciência desta deliberação, sob pena de ressarcimento das quantias pagas indevidamente e responsabilização solidária da autoridade competente;

9.3.2. comunique à interessada a deliberação deste Tribunal e a alerte de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso, junto ao TCU, não a eximirá da devolução dos valores indevidamente recebidos após a notificação, em caso de não provimento do apelo;

9.3.3. encaminhe a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias a partir da ciência deste acórdão, por cópia, comprovante da data em que a interessada tomou conhecimento desta deliberação; e

9.3.4. emita novo ato, em que sejam suprimidas as irregularidades verificadas, e submeta-o ao TCU para nova apreciação, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da ciência desta deliberação.

10. Ata n° 33/2016 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/9/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10442-33/16-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes, Ana Arraes (Relatora) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 10443/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 019.357/2013-3.

2. Grupo II - Classe III - Monitoramento.

3. Responsável: Neneu José Artigas (CPF 016.746.049-80).

4. Unidade: Município de Itaperuçu/PR.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Paraná - Secex/PR.

8. Representação legal: Jean Elthon Martins (OAB/PR 69.358), representando o município de Itaperuçu/PR.

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido o monitoramento das medidas adotadas pelo município de Itaperuçu/PR para cumprir o acórdão 3.298/2013 - 2ª Câmara.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento no art. 169, inciso V, do Regimento Interno, em:

9.1. enviar cópia do inteiro teor desta deliberação:

9.1.1. ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, para subsidiar sua atuação quanto à fiscalização da aplicação dos recursos destinados ao transporte escolar pelo município de Itaperuçu/PR; e

9.1.2. ao Conselho do Fundo de Educação Básica de Itaperuçu/PR, ao Conselho de Alimentação Escolar de Itaperuçu/PR, ao município de Itaperuçu/PR e à Promotoria de Justiça do Ministério Público do Estado do Paraná - Comarca de Rio Branco do Sul/PR, para ciência; e

9.2. arquivar os autos.

10. Ata n° 33/2016 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/9/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10443-33/16-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes, Ana Arraes (Relatora) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 10444/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 020.227/2016-7.

2. Grupo I - Classe V - Aposentadoria.

3. Interessado: Mario da Silva Couto (CPF 117.347.871-04).

4. Unidade: Fundação Universidade Federal de Sergipe.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: procurador-geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido o ato de aposentadoria de Mario da Silva Couto, ex-servidor da Fundação Universidade Federal de Sergipe.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos artigos 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988; 1º, inciso V; 39, inciso II; e 45 da Lei 8.443/1992; 1º, inciso VIII; 259, inciso II; 261; e 262 do Regimento Interno; 8º e 10 da Resolução TCU 206/2007; e 15 da Instrução Normativa TCU 55/2007, bem como na Súmula TCU 106, em:

9.1. considerar ilegal o ato de aposentadoria de Mario da Silva Couto e negar-lhe registro;

9.2. dispensar a reposição das importâncias indevidamente recebidas de boa-fé pelo beneficiário até a data da notificação desta deliberação à unidade jurisdicionada;

9.3. determinar à Fundação Universidade Federal de Sergipe que:

9.3.1. cesse os pagamentos decorrentes do ato impugnado, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da ciência desta deliberação, sob pena de ressarcimento das quantias pagas indevidamente e responsabilização solidária da autoridade competente;

9.3.2. comunique ao interessado a deliberação deste Tribunal e o alerte de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso, junto ao TCU, não o eximirá da devolução dos valores indevidamente recebidos após a notificação, em caso de não provimento do apelo;

9.3.3. encaminhe a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias a partir da ciência deste acórdão, por cópia, comprovante da data em que o interessado tomou conhecimento desta deliberação; e

9.3.4. emita novo ato, em que seja suprimida a irregularidade verificada, e submeta-o ao TCU para nova apreciação, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da ciência desta deliberação.

10. Ata n° 33/2016 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/9/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10444-33/16-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes, Ana Arraes (Relatora) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 10445/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 020.236/2016-6.

2. Grupo I - Classe V - Aposentadoria.

3. Interessada: Maria Sylvia Porto Alegre (CPF 201.430.018-68).

4. Unidade: Universidade Federal do Ceará.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: procurador-geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido o ato de aposentadoria de Maria Sylvia Porto Alegre, servidora inativa da Universidade Federal do Ceará.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos artigos 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988; 1º, inciso V; 39, inciso II; e 45 da Lei 8.443/1992; 1º, inciso VIII; 259, inciso II; 261; e 262 do Regimento Interno; 8º e 10 da Resolução TCU 206/2007; e 15 da Instrução Normativa TCU 55/2007, bem como na Súmula TCU 106, em:

9.1. considerar ilegal o ato de aposentadoria de Maria Sylvia Porto Alegre e negar-lhe registro;

9.2. dispensar a reposição das importâncias indevidamente recebidas de boa-fé pela beneficiária até a data da notificação desta deliberação à unidade jurisdicionada;

9.3. determinar à Universidade Federal do Ceará que:

9.3.1. cesse os pagamentos decorrentes do ato impugnado, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da ciência desta deliberação, sob pena de ressarcimento das quantias pagas indevidamente e responsabilização solidária da autoridade competente;

9.3.2. comunique à interessada a deliberação deste Tribunal e a alerte de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso, junto ao TCU, não a eximirá da devolução dos valores indevidamente recebidos após a notificação, em caso de não provimento do apelo;

9.3.3. encaminhe a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias a partir da ciência deste acórdão, por cópia, comprovante da data em que a interessada tomou conhecimento desta deliberação; e

9.3.4. emita novo ato, em que seja suprimida a irregularidade verificada, e submeta-o ao TCU para nova apreciação, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da ciência desta deliberação.

10. Ata n° 33/2016 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/9/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10445-33/16-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes, Ana Arraes (Relatora) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 10446/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 032.144/2013-0

2. Grupo I - Classe II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Maria Selma de Araujo Pontes (CPF 460.792.383-49) e Eliseu Barroso de Carvalho Moura (CPF 054.829.413-53).

4. Unidades: Município de Pirapemas/MA e Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: procurador-geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Maranhão - Secex/MA.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTA, relatada e discutida esta tomada de contas especial instaurada em desfavor de Maria Selma de Araujo Pontes e Eliseu Barroso de Carvalho Moura, ex-prefeitos de Pirapemas/MA, em razão da omissão no dever legal de prestar contas dos recursos repassados ao município, por meio do convênio 830.030/2007 (Siafi 598.201), para construção de escola no âmbito do Programa Nacional de Reestruturação e Aparelhagem da Rede Escolar Pública de Educação Infantil - Proinfância.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 12, § 3º; 16, inciso III, alíneas "a" e "b"; 19; 23, inciso III; 26; 28, inciso II; e 57 da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 202, § 8º; 214, inciso III, alínea "a"; e 217 do Regimento Interno, em:

9.1. considerar revéis os responsáveis Maria Selma de Araujo Pontes e Eliseu Barroso de Carvalho Moura;

9.2. julgar irregulares as contas de Maria Selma de Araujo Pontes e Eliseu Barroso de Carvalho Moura;

9.3. condenar Maria Selma de Araujo Pontes ao recolhimento ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação de R$ 101.794,56 (cento e um mil, setecentos e noventa e quatro reais e cinquenta e seis centavos), atualizados monetariamente e acrescidos dos juros de mora desde 3/12/2008 até a data do pagamento;

9.4. condenar Eliseu Barroso de Carvalho Moura ao recolhimento ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação dos valores abaixo, atualizados monetariamente e acrescidos dos juros de mora das respectivas datas até a data do pagamento:

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
179.371,67	02/01/2009
15,95	08/01/2009
116.267,78	20/05/2009
1,45	13/10/2009
1,45	12/11/2009
30.078,17	27/11/2009
5.379,93	27/11/2009
30,45	04/05/2010
11,60	18/05/2010
267.046,99	02/06/2010

9.5. aplicar a Maria Selma de Araujo Pontes e a Eliseu Barroso de Carvalho Moura, respectivamente, multas de R$ 20.000,00 (vinte mil reais) e de R$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), a serem recolhidas ao Tesouro Nacional, com atualização monetária calculada da data deste acórdão até a data do pagamento, se este for efetuado após o vencimento do prazo abaixo estipulado;

9.6. fixar prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovação, perante o Tribunal, do recolhimento das dívidas acima imputadas;

9.7. autorizar a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.8. autorizar o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais consecutivas, caso venha a ser solicitado pelos responsáveis antes do envio do processo para cobrança judicial;

9.9. fixar o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias a contar do recebimento das correspondentes notificações e o das demais a cada 30 (trinta) dias, com incidência dos respectivos encargos legais sobre o valor de cada parcela;

9.10. alertar os responsáveis de que a inadimplência de qualquer parcela acarretará vencimento antecipado do saldo devedor; e

9.11. encaminhar cópia deste acórdão, bem como do relatório e do voto que o fundamentaram, ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e ao procurador-chefe da Procuradoria da República no Estado do Maranhão, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992.

10. Ata n° 33/2016 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/9/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10446-33/16-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes, Ana Arraes (Relatora) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 10447/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 037.753/2012-6.

2. Grupo II - Classe VI - Representação.

3. Responsáveis: Ana Isabel Mesquita de Oliveira (CPF 962.989.608-72), Dorvalino Santana Alvarez (CPF 467.461.960-20), Francisco Moreira da Silva (CPF 279.276.011-72), Frederico Silva da Costa (CPF 776.889.701-30), Hasani Bilal Damazio (CPF 287.113.288-78), Janaína Cristina Machado Pinto Amazonas (CPF 725.652.921-04), Junia Cristina Franca Santos Egidio (CPF 385.305.701-20), Rubens Portugal Bacellar (CPF 186.710.639-68) e Vinicius Rene Lummertz Silva (CPF 584.656.699-53).

4. Unidades: Município de Inácio Martins/PR e Ministério do Turismo.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Paraná (Secex-PR).

8. Representação legal: Wellington Alves Valente (OAB/PA 9.617-b) e outros, Francisca Regina Magalhães Cavalcante (CPF 142.838.833-87), Rosiane Moreira de Souza (CPF 005.296.781-60), Nadja Maria Nehmeri Lordêlo (CPF 068.225.091-00) e outra.

9. Acórdão:

VISTA, relatada e discutida esta representação da Procuradoria da República no Município de Guarapuava/PR acerca de irregularidades na aplicação de recursos financeiros repassados pelo Ministério do Turismo mediante os convênios 736.657/2010 e 755.468/2011.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora e com base nos artigos 58, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 237, inciso III e parágrafo único, do Regimento Interno, em:

9.1. considerar cumprida a determinação do item 9.2 do acórdão 5.062/2015-2ª Câmara;

9.2. acolher as justificativas de Júnia Cristina França Santos Egídio, Frederico Silva da Costa, Vinícius Rene Lummertz Silva, Francisco Moreira da Silva e Rubens Portugal Bacellar;

9.3. rejeitar as razões de justificativa e aplicar a Janaína Cristina Machado Pinto Amazonas, Dorvalino Santana Alvarez, Ana Isabel Mesquita de Oliveira e Hasani Bilal Damázio multas individuais de R$ 3.000,00 (três mil reais), a serem recolhidas ao Tesouro Nacional, com atualização monetária, calculada da data deste acórdão até a data do pagamento, se este for efetuado após o vencimento do prazo abaixo estipulado;

9.4. fixar prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovação, perante o Tribunal, do recolhimento das dívidas acima imputadas;

9.5. determinar ao Ministério do Turismo que efetue o desconto integral ou parcelado da dívida na remuneração dos responsáveis que ainda sejam servidores da Administração Pública, observado o percentual mínimo estabelecido no art. 46 da Lei 8.112/1990;

9.6. autorizar a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações ou não seja possível o desconto em folha;

9.7. autorizar o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais consecutivas, caso venha a ser solicitado pelos responsáveis antes do envio do processo para cobrança judicial;

9.8. fixar o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias a contar do recebimento das notificações e o das demais a cada 30 (trinta) dias, com incidência dos encargos legais sobre o valor de cada parcela;

9.9. alertar aos responsáveis que a inadimplência de qualquer parcela acarretará vencimento antecipado do saldo devedor;

9.10. determinar à Segecex que avalie a possibilidade de realizar ação de controle que permita exame amplo da atuação do Ministério do Turismo na celebração de convênios que não cumpram os prazos internos de análise e comprometam a efetiva aplicação dos recursos federais nos objetos pactuados, tal como constatado nos convênios 736.657/2010 e 755.468/2011 e aventado nos ajustes listados à peça 111, p. 3-4;

9.11. encaminhar cópia deste acórdão, bem como do relatório e do voto que o fundamentaram, ao Ministério do Turismo e à Procuradoria da República no Município de Guarapuava/PR.

10. Ata n° 33/2016 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/9/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10447-33/16-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes, Ana Arraes (Relatora) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 10448/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 003.985/2015-6.

2. Grupo: II; Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração.

3. Embargante: Francisco Ernane Peres Lima (CPF 461.952.203-10).

4. Entidade: Município de Catunda/CE.

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

5.1.Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: não atuou.

8. Representação legal: Fernandes Neto (OAB/CE 6.615); e Esio Rios Lousada (OAB/CE 18.190).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes Embargos de Declaração opostos pelo Sr. Francisco Ernane Peres Lima, em face do Acórdão 6.409/2015 - 2ª Câmara, proferido em Tomada de Contas Especial, instaurada em decorrência da omissão na prestação de contas do Convênio 737464/2010, que teve como objeto a implementação do projeto intitulado "Festival Catunda Cidade Junina".

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento no art. 34 da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 277, inciso III, e 287, § 1º, do Regimento Interno do TCU, não conhecer dos Embargos de Declaração opostos pelo Sr. Francisco Ernane Peres Lima, contra o Acórdão 6.409/2015 - 2ª Câmara, em face de sua intempestividade;

9.2. enviar cópia do presente Acórdão, bem como do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamentam, ao embargante.

10. Ata n° 33/2016 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/9/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10448-33/16-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes, Ana Arraes e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa (Relator) e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 10449/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 008.641/2016-1.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Lafayette de Mello Mac Culloch (330.869.827-72); e Mario Tomas Litaiff (274.139.692-20).

4. Entidade: Município de Alvarães/AM.

5. Relator: Ministro Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Amazonas - Secex/AM.

8. Representação Legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos da Tomada de Contas Especial instaurada pelo Ministério da Integração Nacional, em desfavor do Sr. Mario Tomas Litaiff, Prefeito de Alvarães/AM nas gestões de 2009/2012 e 2013/2016, em razão da não aprovação da prestação de contas dos recursos repassados àquele ente federado por força do Termo de Compromisso 169/2012, que teve por objeto a execução de ações de socorro, assistência às vítimas e restabelecimento de serviços essenciais.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. nos termos dos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea c, 19, caput, da Lei 8.443/1992, julgar irregulares as contas dos Srs. Mario Tomas Litaiff e Lafayette de Mello Mac Culloch, condenando-os, em solidariedade, ao pagamento da quantia de R$ 347.840,00 (trezentos e quarenta e sete mil, oitocentos e quarenta reais), com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovarem, perante o Tribunal (artigo 214, inciso III, alínea a do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir de 29/8/2012, até a data do efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor;

9.2. aplicar aos Srs. Mario Tomas Litaiff e Lafayette de Mello Mac Culloch, de forma individual, a multa prevista nos arts. 19, caput, e 57 da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante este Tribunal, com fundamento no art. 214, inciso III, alínea a, do RI/TCU, o recolhimento da referida importância aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente Acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, o parcelamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, esclarecendo aos responsáveis que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor (art. 217, § 2º, do Regimento Interno do TCU), sem prejuízo das demais medidas legais;

9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.5. enviar cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamentam, à Procuradoria da República no Estado do Amazonas, nos termos do § 7° do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para a adoção das medidas que entender cabíveis.

10. Ata n° 33/2016 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/9/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10449-33/16-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes, Ana Arraes e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa (Relator) e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 10450/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC-010.657/2013-4.

1.1. Apenso: TC-002.631/2014-8.

2. Grupo: I; Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: José Santana Neto (303.199.861-87), ex-Presidente Regional do Partido dos Trabalhadores em Tocantins; Bráulio Alves (280.726.935-49), ex-Tesoureiro do Partido dos Trabalhadores/TO.

4. Entidade: Diretório do Partido dos Trabalhadores no Estado do Tocantins - PT/TO.

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secex/TO.

8. Representação legal: Denise Martins Sucena Pires, OAB/TO 1.609; Wylkyson Gomes de Sousa, OAB/TO 2.838; Elisângela Mesquita Sousa, OAB/TO 2.250; Alessandro de Paula Canedo, OAB/TO n. 1.334-4.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos referentes à Tomada de Contas Especial instaurada pelo Tribunal Regional Eleitoral em Tocantins - TRE/TO contra os Srs. José Santana Neto, ex-Presidente Regional do Partido dos Trabalhadores em Tocantins, e Bráulio Alves, ex-Tesoureiro do Partido dos Trabalhadores/TO, falecido em 29/09/2008, em vista da rejeição das contas do Partido dos Trabalhadores pelo TRE/TO, referente ao exercício de 2004.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas b e c, 19, caput, e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, julgar irregulares as contas do Srs. José Santana Neto e Bráulio Alves (este falecido), condenando o Sr. José Santana Neto solidariamente com o espólio do Sr. Bráulio Alves, ou, caso tenha havido a partilha, seus herdeiros, até o limite do valor do patrimônio transferido, ao pagamento dos valores abaixo especificados, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea a do Regimento Interno), o recolhimento da dívida ao Fundo Partidário, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das correspondentes datas, até a data do efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor, abatendo-se, na execução, as quantias já recolhidas na forma do verbete de Súmula 128 do TCU:

Data	Valor (R$)	Natureza do Valor
29/1/2004	7.919,20	Débito
1º/3/2004	7.919,86	Débito
1º/4/2004	7.920,59	Débito
3/5/2004	7.897,22	Débito
31/5/2004	7.921,43	Débito
6/7/2004	7.922,34	Débito
28/7/2004	7.923,33	Débito
30/8/2004	7.897,22	Débito
29/9/2004	7.931,65	Débito
1º/11/2004	7.858,47	Débito
8/11/2004	37,39	Débito
1º/12/2004	7.897,25	Débito
29/12/2004	7.898,07	Débito
19/2/2014	(4.357,53)	Crédito
13/3/2014	(4.382,40)	Crédito
11/4/2014	(4.413,53)	Crédito
2/6/2014	(4.455,36)	Crédito
2/7/2014	(4.507,28)	Crédito
1º/8/2014	(4.676,75)	Crédito
1º/9/2014	(4.520,86)	Crédito
30/9/2014	(4.521,35)	Crédito

9.2. aplicar ao Sr. José Santana Neto a multa prevista nos arts. 19, caput, e 57 da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 15.000,00 (quinze mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea a, do Regimento Interno), o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente Acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, caso não atendidas as notificações;

9.4. enviar cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamentam, à Procuradoria da República no Estado do Tocantins, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992 c/c art. 209, § 7º, do Regimento Interno do TCU, e ao Tribunal Regional Eleitoral em Tocantins, para ciência, e ainda à Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Estado do Tocantins, com vistas a subsidiar a instrução do IPL 0019/2014-4 - SR/DPF/TO.

10. Ata n° 33/2016 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/9/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10450-33/16-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes, Ana Arraes e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa (Relator) e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 10451/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC-013.108/2016-6.

2. Grupo: I; Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsável: Sr. Agnaldo da Paz Dantas (309.993.162-49).

4. Entidade: Município de Codajás/AM

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidade Técnica: Secex/AM.

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos referentes à Tomada de Contas Especial deflagrada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome contra o Sr. Agnaldo da Paz Dantas, ex-prefeito de Codajás/AM (Gestão 2009-2012), ante a omissão no dever de prestar contas dos recursos repassados à municipalidade nos exercícios de 2010/2011, por força dos Programas de Proteção Social Básica e Proteção Social Especial.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea a, 19, caput, e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, julgar irregulares as contas do Sr. Agnaldo da Paz Dantas, condenando-o ao pagamento dos valores abaixo especificados, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea a do Regimento Interno), o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das correspondentes datas, até a data do efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

DATA DA OCORRÊNCIA	VALOR ORIGINAL (R$)
19/1/2010	10.293,80
22/1/2010	4.500,00
1º/3/2010	1.500,00
9/3/2010	13.293,80
19/3/2010	4.500,00
30/3/2010	1.500,00
2/4/2010	8.793,80
19/4/2010	1.500,00
26/4/2010	4.500,00

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

29/4/2010	8.793,80
18/5/2010	1.500,00
24/5/2010	4.500,00
27/5/2010	8.793,80
16/6/2010	1.500,00
22/6/2010	4.500,00
5/7/2010	8.793,80
12/7/2010	1.500,00
19/7/2010	8.793,80
20/7/2010	4.500,00
26/7/2010	8.793,80
17/8/2010	1.500,00
1º/9/2010	4.500,00
22/9/2010	4.500,00
23/9/2010	8.793,80
28/9/2010	3.000,00
19/10/2010	3.000,00
28/10/2010	13.293,80
18/11/2010	4.500,00
22/11/2010	3.000,00
7/12/2010	8.793,80
4/1/2011	16.293,80
19/1/2011	8.793,80
20/1/2011	7.500,00
17/2/2011	3.000,00
1º/3/2011	4.500,00
15/3/2011	8.793,80
18/3/2011	4.500,00
22/3/2011	3.000,00
11/4/2011	8.793,80
13/4/2011	3.000,00
2/5/2011	4.500,00
16/5/2011	3.000,00
3/6/2011	4.500,00
9/6/2011	3.000,00
14/6/2011	4.500,00
14/7/2011	3.000,00
19/7/2011	4.500,00
20/7/2011	10.677,80
8/8/2011	7.223,20
15/8/2011	3.000,00
18/8/2011	4.500,00
13/9/2011	3.000,00
16/9/2011	4.500,00
23/9/2011	6.594,80
12/10/2011	3.000,00
13/10/2011	13.189,60
24/10/2011	10.780,50
16/11/2011	4.500,00
24/11/2011	3.000,00
19/12/2011	3.000,00
27/12/2011	4.500,00

9.2. aplicar ao Sr. Agnaldo da Paz Dantas a multa prevista nos arts. 19, caput, e 57 da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea a, do Regimento Interno), o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente Acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, o parcelamento das dívidas constantes deste Acórdão em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, informando ao responsável que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor (art. 217, § 2º, do Regimento Interno do TCU), sem prejuízo das demais medidas legais;

9.4. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, caso não atendidas as notificações;

9.5. enviar cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamentam, à Procuradoria da República no Estado do Amazonas, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992 c/c art. 209, § 7º, do Regimento Interno do TCU, e ao Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário.

10. Ata n° 33/2016 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/9/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10451-33/16-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes, Ana Arraes e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa (Relator) e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 10452/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 026.627/2013-2.

2. Grupo: I; Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Associação de Assistência Social João Lindoso (05.945.340/0001-09) e Maria Robéria Araújo de Lima (112.330.442-49).

4. Entidade: Associação de Assistência Social João Lindoso.

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade: Secretaria de Controle Externo no Estado do Roraima - Secex/RR.

8. Representação legal: Márcio Leandro Deodato de Aquino, OAB/RR 748.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos da Tomada de Contas Especial instaurada pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - Sudam, contra a Associação de Assistência Social João Lindoso, em razão da impugnação total das despesas relativas aos Convênios 119/2000 e 120/2000.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator em:

9.1. julgar irregulares as contas da Associação de Assistência Social João Lindoso e da Sra. Maria Robéria Araújo de Lima, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea c, 19, caput, e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, condenando-as, solidariamente, ao pagamento das importâncias a seguir especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das respectivas datas de ocorrência até a efetiva quitação do débito, fixando-lhes o prazo de quinze dias desde a ciência para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea a, do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - Sudam, na forma da legislação em vigor, abatendo-se, na execução, o valor já satisfeito, a teor do enunciado 128 da Súmula de jurisprudência TCU:

Convênio 119/2000 (Siafi 406.906)

Valor Original (R$)	Data da Ocorrência	Débito/Crédito
60.422,00	16/03/2001	Débito
27.578,00	15/03/2002	Débito
12.972,03	1º/08/2002	Crédito

Convênio 120/2000 (Siafi 406.914)

Valor Original (R$)	Data da Ocorrência	Débito/Crédito
23.716,00	16/03/2001	Débito

9.2. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, o parcelamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, esclarecendo às responsáveis que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor (art. 217, § 2º, do RI/TCU), sem prejuízo das demais medidas legais;

9.3. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas a que se refere o subitem 9.1 acima, caso não atendida as notificações, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.4. determinar a remessa de cópia deste Acórdão, assim como do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamentam, à Procuradoria da República no Estado do Roraima, consoante previsto no art. 209, § 7º, do RI/TCU.

10. Ata n° 33/2016 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/9/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10452-33/16-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes, Ana Arraes e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa (Relator) e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 10453/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 002.236/2014-1.

2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: A P C - Assessoria de Projetos Econstrucoes Ltda. (CNPJ 4.565.667/0001-92); Joaquim Ximenes de Carvalho (CPF 051.865.793-00).

4. Entidade: Município de Alcântaras/CE.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará (Secex/CE).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Superintendência Estadual da Fundação Nacional de Saúde no Ceará (Funasa) em desfavor do Joaquim Ximenes de Carvalho (falecido), ex-prefeito de Alcântaras/CE (gestão: 2001-2004), diante da impugnação parcial das despesas relativas ao Convênio nº 618/2001, com vigência de 31/12/2001 a 23/12/2003, cujo objeto consistia na execução de "melhorias sanitárias domiciliares tipo I nas localidades de Sítio São Roberto, Tope, Ventura e Carmolândia", com a previsão do aporte de recursos federais na ordem de R$ 100.000,00 da parte do concedente, além de R$ 2.517,35 da parte do convenente, perfazendo o total de R$ 102.517,35;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em determinar o arquivamento do presente feito, nos termos do art. 212 do Regimento Interno do TCU, por falta de pressupostos para o desenvolvimento válido e regular do processo, diante do prejuízo para o pleno exercício da ampla defesa pelos possíveis responsáveis.

10. Ata n° 33/2016 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/9/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10453-33/16-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes, Ana Arraes e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 10454/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 003.198/2014-6.

2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de contas especial.

3.Responsáveis: Avelar de Castro Ferreira (CPF 217.095.303-59); José Herculano de Negreiros (CPF 164.238.443-72).

4. Entidade: Município de São Raimundo Nonato/PI.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Piauí (Secex-PI).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos de tomada de contas especial instaurada pela Caixa Econômica Federal em desfavor dos Srs. José Herculano de Negreiros e Avelar de Castro Ferreira, ex-prefeitos de São Raimundo Nonato/PI (gestões: 1997-2000 e 2001-2008, respectivamente), diante da impugnação total das despesas realizadas com os recursos federais repassados por meio do Contrato de Repasse nº 94-863-09/1999 celebrado entre a União, por intermédio da Caixa Econômica Federal, e a referida municipalidade para a implantação de sistema de coleta do lixo urbano;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar revel o Sr. José Herculano de Negreiros, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992;

9.2. julgar regulares com ressalva as contas dos Srs. José Herculano de Negreiros e Avelar de Castro Ferreira, com fulcro nos arts. 1º, I, 16, II, 18 e 23, II, da Lei nº 8.443, de 1992, dando-lhes quitação;

9.3. determinar à Caixa Econômica Federal que:

9.3.1. efetive, no prazo de 15 (quinze) dias, se ainda não o fez, a devolução ao Tesouro Nacional do saldo remanescente dos recursos não utilizados do Contrato de Repasse 094.863-09/1999, apresentando o respectivo documento comprobatório à Secex/PI ao final do aludido prazo;

9.3.2. observe os pertinentes normativos na formalização das prorrogações dos contratos de repasse, e promova a referida prorrogação, de forma unilateral, apenas segundo o autorizado, observando, nesse caso, os procedimentos necessários para se assegurar da ciência do outro partícipe; e

9.4. arquivar o presente processo, sem prejuízo de determinar à unidade técnica que encaminhe cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamenta, à Caixa Econômica Federal.

10. Ata n° 33/2016 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/9/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10454-33/16-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes, Ana Arraes e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 10455/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 005.044/2015-4.

2. Grupo II - Classe I - Assunto: Embargos de Declaração.

3. Interessado: Marcone de Lima Borba (CPF: 220.669.774-20).

4. Entidade: Município de Bezerros/PE.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: não atuou.

8. Representação legal: Felipe Augusto de Vasconcelos Caraciolo (OAB/PE 29.702).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração opostos pelo Sr. Marcone de Lima Borba, ex-prefeito de Bezerros/PE, em face do Acórdão 5.397/2016-2ª Câmara por meio do qual o TCU julgou irregulares as contas do responsável para condená-lo em débito e em multa;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer dos presentes embargos de declaração para, no mérito, negar-lhes provimento, com fulcro no art. 34 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992; e

9.2. dar ciência da presente deliberação ao interessado.

10. Ata n° 33/2016 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/9/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10455-33/16-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes, Ana Arraes e Vital do Rêgo.

13.2. Ministra que alegou impedimento na Sessão: Ana Arraes.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 10456/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 005.419/2015-8.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

3. Interessados: Francisco de Assis Cavalcanti de Mélo Neto (CPF 144.499.431-04); Geny Rodrigues Barbosa Duarte (CPF 511.799.897-91); Glória Baptista da Silva (CPF 437.132.467-34); Hélio Marcio Randi da Fonseca (CPF 347.065.937-00); Ítalo Nicodemo Vestali (CPF 005.327.018-52); Jehovah Maximiano (CPF 790.310.308-30); Jose Jorge Santos (CPF 572.746.307-68); Josimara Barbosa da Cruz de Jesus (CPF 756.373.327-20); José Edvar Rodrigues (CPF 121.562.483-20); José Ribamar Ribeiro (CPF 253.424.283-00); João Carlos da Silva (CPF 052.991.014-49); Julieta Christina Malouf (CPF 344.725.507-25); Lindalva Fonsêca Véras (CPF 254.624.312-87); Maria Aparecida Nunes (CPF 630.790.897-15); Maria das Graças David Soares (CPF 152.407.462-49); Maria Dilma Maciel Vasconcelos Fonseca (CPF 092.603.152-04); Maria Lêda Silva Calado (CPF 437.649.326-00); Marilene Ramos da Silva (CPF 271.848.387-34); Wanda Gomes de Oliveira (CPF 202.877.047-34).

4. Órgão: Diretoria de Inativos e Pensionistas do Comando da Aeronáutica.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadorias deferidas pela Diretoria de Inativos e Pensionistas do Comando da Aeronáutica;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator e com fundamento nos incisos III e IX do art. 71 da Constituição Federal, nos arts. 1º, V, 39, II, e 45 da Lei nº 8.443, de 1992, em:

9.1. considerar legais os atos de concessão de aposentadoria em favor de Geny Rodrigues Barbosa Duarte, Glória Baptista da Silva, Josimara Barbosa da Cruz de Jesus, José Edvar Rodrigues, Marilene Ramos da Silva, José Ribamar Ribeiro, Julieta Christina Malouf, Lindalva Fonsêca Véras, Maria Aparecida Nunes, Maria das Graças David Soares, Maria Dilma Maciel Vasconcelos Fonseca, Maria Lêda Silva Calado e Wanda Gomes de Oliveira, concedendo-lhes o correspondente registro;

9.2. considerar ilegais os atos de concessão de aposentadoria em favor de Francisco de Assis Cavalcanti de Mélo Neto, Hélio Marcio Randi da Fonseca, Ítalo Nicodemo Vestali, Jehovah Maximiano, Jose Jorge Santos e João Carlos da Silva, negando-lhes o respectivo registro;

9.3. dispensar o ressarcimento das quantias percebidas indevidamente, mas de boa-fé, pelos interessados indicados no item 9.2 deste Acórdão, nos termos da Súmula n.º 106 do TCU;

9.4. determinar à Diretoria de Inativos e Pensionistas do Comando da Aeronáutica que, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da ciência desta deliberação:

9.4.1. faça cessar os pagamentos relativos aos atos ora considerados ilegais, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, nos termos do art. 262, caput, do RITCU;

9.4.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação aos interessados, alertando-os de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso junto ao TCU não os exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, no caso de não provimento do recurso, devendo encaminhar os comprovantes dessa notificação ao TCU no prazo de até 30 (trinta) dias;

9.4.3. verifique se os interessados indicados no item 9.2 deste Acórdão preenchem os requisitos para se aposentarem com base em outro fundamento legal vigente e, em caso afirmativo e em comum acordo com os respectivos servidores, emita novos atos e submeta-os à apreciação deste Tribunal, nos termos do art. 262, § 2º, do RITCU, ou, em caso negativo, adote as providências cabíveis para o retorno à ativa dos servidores; e

9.5. arquivar o presente processo, sem prejuízo de determinar que a Sefip promova o monitoramento das determinações contidas no item 9.4 deste Acórdão, representando ao TCU, se necessário.

10. Ata n° 33/2016 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/9/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10456-33/16-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes, Ana Arraes e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 10457/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 010.337/2013-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsável: Edézio Ferreira da Silva (CPF 439.325.502-00).

4. Entidade: Município de Juruá/AM.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Amazonas (Secex/AM).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) em desfavor do Sr. Edézio Ferreira da Silva, prefeito de Juruá/AM no período de 2005 a 2008, diante da omissão no dever de prestar contas dos recursos repassados por força do Convênio nº 812011/2006 (Siafi 580092), destinado à melhoria da infraestrutura da rede física escolar, com a construção de escola e a aquisição de equipamentos para os alunos da educação indígena;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar revel o Sr. Edézio Ferreira da Silva, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992;

9.2. julgar irregulares as contas do Sr. Edézio Ferreira da Silva, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "a", e 19 da Lei nº 8.443, de 1992, para condená-lo ao pagamento da quantia de R$ 101.072,40 (cento e um mil, setenta e dois reais e quarenta centavos), com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados desde 2/4/2007 até a data do recolhimento, abatendo-se, na oportunidade, as quantias eventualmente ressarcidas, na forma da legislação em vigor;

9.3. aplicar ao Sr. Edézio Ferreira da Silva a multa prevista no art. 57 da Lei nº 8.443, de 1992, no valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do RITCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde já, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.443, de 1992, o parcelamento das dívidas constantes deste Acórdão em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, sobre as quais incidirão a atualização monetária e os correspondentes acréscimos legais, esclarecendo ao responsável que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor (art. 217, § 2º, do RITCU), sem prejuízo das demais medidas legais;

9.5. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443, de 1992, a cobrança judicial das dívidas constantes deste Acórdão, caso não atendidas as notificações; e

9.6. encaminhar cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamenta, à Procuradoria da República no Estado do Amazonas, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 8.443, de 1992, e do art. 209, § 7º, do RITCU, para o ajuizamento das ações penais e civis cabíveis.

10. Ata n° 33/2016 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/9/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10457-33/16-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes, Ana Arraes e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 10458/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 010.558/2016-0.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração.

3. Interessada: Gebramed Comércio e Representações Ltda. (CNPJ 05.084.690/0002-09).

4. Órgão: Departamento Geral de Pessoal do Exército (DGP).

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: não atuou.

8. Representação legal: Laiana Lacerda da Cunha Alves (41.709/OAB-DF), representando a Gebramed Comércio e Representações Ltda.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração opostos pela Gebramed Comércio e Representações Ltda. em face do Acórdão 6.549/2016-2ª Câmara que foi proferido pelo TCU em processo de representação sobre possíveis irregularidades no Pregão Eletrônico DGP nº 8/2015, conduzido pelo Departamento-Geral do Pessoal junto ao Exército Brasileiro, para o registro de preços com vistas à contratação de empresa especializada em locação de equipamento de diagnóstico por imagem mediante ressonância magnética, para a atender o Hospital Militar de Área de Brasília, pelo valor anual estimado de R$ 2.538.000,00;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante às razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer dos presentes embargos de declaração para, no mérito, negar-lhes provimento, nos termos do art. 34 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992; e

9.2. dar ciência da presente deliberação à interessada.

10. Ata n° 33/2016 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/9/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10458-33/16-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes, Ana Arraes e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 10459/2016 - TCU - SEGUNDA CÂMARA

1. Processo nº TC 028.059/2015-8.

2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Carlos José Esteves Gondim (CPF 028.512.882-53) e Grupo de Ação Ecológica Novos Curupiras (CNPJ 83.367.680/0001-03).

4. Entidade: Grupo de Ação Ecológica Novos Curupiras/PA.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Pará (Secex/PA).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) em desfavor do Grupo de Ação Ecológica Novos Curupiras/PA (GAENC) e do Sr. Carlos José Esteves Gondim, como então presidente da entidade, diante de irregularidades na prestação de contas do Convênio MMA/FNMA nº 26/2001 celebrado com o GAENC para a implantação de sistema agroflorestal comunitário;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. julgar irregulares as contas do Sr. Carlos José Esteves Gondim e do Grupo de Ação Ecológica Novos Curupiras, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", 19, caput e 23, inciso III, da Lei nº 8.443, de 1992, para condená-los, solidariamente, ao pagamento das importâncias a seguir discriminadas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados desde as datas especificadas até a data da efetiva quitação, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal, nos termos do art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU, o recolhimento das referidas quantias aos cofres do Tesouro Nacional:

Valor Original (R$)	Data da Ocorrência
5.793,37	17/8/2001
6.541,50	17/8/2001
7.000,00	30/1/2002
3.000,00	30/1/2002
12.107,31	2/6/2003
2.903,69	5/6/2003

9.2. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.443, de 1992, o parcelamento das dívidas constantes deste Acórdão em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, atualizadas monetariamente até a data do pagamento, esclarecendo aos responsáveis que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor (art. 217, § 2º, do RITCU), sem prejuízo das demais medidas legais;

9.3. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443, de 1992, a cobrança judicial das dívidas constantes deste Acórdão, caso não atendidas as notificações; e

9.4. encaminhar cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamenta, à Procuradoria da República no Estado do Pará, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 8.443, de 1992, para a adoção das medidas judiciais cabíveis.

10. Ata n° 33/2016 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/9/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10459-33/16-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes, Ana Arraes e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 10460/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 029.031/2013-3.

2. Grupo I - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Anete Peres Castro Pinto (CPF 598.791.732-87); Rosário Conte Galate Neto (CPF 007.569.972-91).

4. Entidade: Município de Atalaia do Norte/AM.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Amazonas (Secex/AM).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Superintendência Regional do Incra no Estado do Amazonas em desfavor do Sr. Rosário Conte Galate Neto e da Sra. Anete Peres Castro Pinto, ex-prefeitos de Atalaia do Norte/AM (gestões: 2005-2008 e 2009-2012, respectivamente), diante de irregularidades na execução do Convênio CRT/AM-3000/2007 (Siafi 596953) destinado à abertura de 22 km de estradas vicinais em área de projeto de assentamento;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar revel a Sra. Anete Peres Castro Pinto, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992;

9.2. julgar irregulares as contas da Sra. Anete Peres Castro Pinto, com fulcro nos arts. 1º, I, 16, III, alíneas "a", "b" e "c, 19 e 23, III, da Lei nº 8.443, de 1992, e dos arts. 1º, I, 209, I, II e III, 210 e

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

214, III, do Regimento Interno do TCU (RITCU), para condená-la ao pagamento da quantia de R$ 300.000,00 (trezentos mil reais), atualizada monetariamente e acrescida de juros de mora calculados desde 18/12/2007 até o efetivo recolhimento, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da referida importância aos cofres do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da citada lei e do art. 214, inciso III, alínea "a", do RITCU;

9.3. aplicar à Sr. Anete Peres Castro Pinto a multa prevista no art. 57 da Lei nº 8.443, de 1992, no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da referida quantia aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente na forma da legislação em vigor;

9.4. julgar irregulares as contas do Sr. Rosário Conte Galate Neto, com fulcro nos arts. 1º, I, 16, III, alínea "b", 19, parágrafo único, e 23, III, da Lei nº 8.443, de 1992, e dos arts. 1º, I, 209, II, 210 e 214, III, do RITCU, para lhe aplicar a multa prevista no art. 58, I e II, da Lei n.º 8.443, de 1992, no valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante este Tribunal, o recolhimento da referida quantia aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente na forma da legislação em vigor;

9.5. autorizar, desde já, com amparo no art. 26 da Lei nº 8.443, de 1992, e no art. 217 do RITCU, o parcelamento das dívidas constantes deste Acórdão em até 36 (trinta e seis) prestações mensais e sucessivas, caso requerido, esclarecendo aos responsáveis que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor (art. 217, § 2º, do RITCU);

9.6. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas constantes deste Acórdão, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443, de 1992, caso não atendidas as notificações; e

9.7. enviar cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamenta, à Procuradoria da República no Estado do Amazonas, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 8.443, de 1992, para o ajuizamento das ações civis e penais cabíveis.

10. Ata n° 33/2016 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/9/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10460-33/16-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes, Ana Arraes e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 10461/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 029.805/2014-7.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsável: Sebastião Rodrigues Maciel (CPF 091.236.953-15).

4. Entidade: Município de Nova Olinda do Norte/AM.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Amazonas (Secex/AM).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) em desfavor do Sr. Sebastião Rodrigues Maciel, ex-prefeito de Nova Olinda do Norte/AM (gestão: 2001-2004), diante da impugnação total das despesas realizadas à conta do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) no exercício de 2001;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar revel o Sr. Sebastião Rodrigues Maciel, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992;

9.2. julgar irregulares as contas do Sr. Sebastião Rodrigues Maciel, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", e 19 da Lei nº 8.443, de 1992, para condená-lo ao pagamento das quantias identificadas na tabela a seguir, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados desde as datas indicadas até a data do recolhimento, na forma da legislação em vigor:

Valor original (R$)	Data
13.980,40	28/2/2001
13.980,40	27/3/2001
13.980,40	27/4/2001
13.980,40	25/5/2001
13.980,40	26/6/2001
13.980,40	27/7/2001
13.980,40	28/8/2001

9.3. autorizar, desde já, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.443, de 1992, o parcelamento das dívidas constantes deste Acórdão em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, sobre as quais incidirão a atualização monetária e os correspondentes acréscimos legais, esclarecendo ao responsável que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor (art. 217, § 2º, do RITCU), sem prejuízo das demais medidas legais;

9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443, de 1992, a cobrança judicial das dívidas constantes deste Acórdão, caso não atendida a notificação; e

9.5. encaminhar cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamenta, à Procuradoria da República no Estado do Amazonas, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 8.443, de 1992, e do art. 209, § 7º, do RITCU, para o ajuizamento das ações penais e civis cabíveis.

10. Ata n° 33/2016 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/9/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10461-33/16-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes, Ana Arraes e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 10462/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 030.690/2015-3.

2. Grupo II - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3.2. Responsáveis: Eurípedes Lourenço de Melo (CPF 533.858.961-34); Fransergio Alves Rocha (CPF 831.362.581-34).

4. Entidade: Município de Riachinho/TO.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Tocantins (Secex/TO).

8. Representação legal:

8.1. Moises Marques Ribeiro (4777/OAB-TO), representando Eurípedes Lourenço de Melo.

8.2. Diogo Karlo Souza Prados (5328/OAB-TO), representando a Prefeitura Municipal de Riachinho - TO.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Caixa Econômica Federal (Caixa) em desfavor do Sr. Fransergio Alves Rocha, atual prefeito de Riachinho/TO (gestão: 2013-2016), diante de irregularidades na prestação de contas referente ao Contrato de Repasse nº 0307.90977/2009 destinado à "*transferência de recursos financeiros da União para a execução de Estabelecer as bases de compreensão e gestão das unidades das Escolas Família Agrícola a serem implantadas no Território da Cidadania do Bico do Papagaio ";*

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar revel o Sr. Fransergio Alves Rocha, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992;

9.2. julgar regulares as contas do Sr. Eurípedes Lourenço de Melo, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, e 17 da Lei nº 8.443, de 1992, dando-lhe quitação plena*;*

9.3. julgar irregulares as contas do Sr. Fransérgio Alves Rocha, com fulcro nos arts. 1º, I, 16, III, alíneas "a" e "c", 19 e 23, III, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, I, 209, I, 210 e 214, III, do Regimento Interno do TCU (RITCU), para condená-lo ao pagamento da quantia de R$ 63.440,00 (sessenta e três mil, quatrocentos e quarenta reais), atualizada monetariamente e acrescida de juros de mora calculados desde 17/1/2013 até o efetivo recolhimento, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da referida importância aos cofres do Tesouro Nacional, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da citada lei e do art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU (RITCU);

9.4. aplicar ao Sr. Fransergio Alves Rocha a multa prevista no art. 57 da Lei nº 8.443, de 1992, no valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da referida quantia aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente na forma da legislação em vigor;

9.5. autorizar, desde já, com amparo no art. 26 da Lei nº 8.443, de 1992, e no art. 217 do RITCU, o parcelamento das dívidas constantes deste Acórdão em até 36 (trinta e seis) prestações mensais e sucessivas, caso requerido, esclarecendo ao responsável que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor (art. 217, § 2º, do RITCU);

9.6. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas constantes deste Acórdão, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443, de 1992, caso não atendidas as notificações*;* e

9.7. enviar cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamenta, à Procuradoria da República no Estado do Tocantins, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 8.443, de 1992, para o ajuizamento das ações civis e penais cabíveis.

10. Ata n° 33/2016 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/9/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10462-33/16-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes, Ana Arraes e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 10463/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 033.929/2014-9.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Pedro José Philomeno Gomes Figueiredo (CPF: 010.209.863-87); Ana Maria Maia de Meneses (CPF: 112.651.403-91); A. R. Construções e Instalações Hidro-sanitárias Ltda. (CNPJ: 07.149.996/0001-40).

4. Entidade: Município de Pacajus/CE.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará (Secex/CE).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

Vistos, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada contra o Sr. Pedro José Philomeno Gomes Figueiredo, ex-prefeito de Pacajus/CE (gestão: 2009-2012), diante da inexecução do Convênio 3053/2006 celebrado com a Fundação Nacional de Saúde - Funasa para a construção de 178 módulos sanitários domiciliares do Tipo 9;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. acolher as alegações de defesa apresentadas pelo Sr. Leonardo Silveira Lima, excluindo-o da presente relação processual;

9.2. julgar irregulares as contas do Sr. Pedro José Philomeno Gomes Figueiredo e da Sra. Ana Maria Maia de Meneses, com fundamento nos art. 1º, inciso I; 16, inciso III, alínea "c", 19, e 23, inciso III, alínea 'a', da Lei 8.443, de 1992, para condená-los, solidariamente com a empresa A. R. Construções e Instalações Hidro-Sanitárias Ltda. - ME, ao pagamento da quantia abaixo discriminada, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea 'a', do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres da Fundação Nacional de Saúde - Funasa, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados desde as datas especificadas até a data do recolhimento, na forma da legislação em vigor, abatendo-se o valor de R$ 11.084,72 já recolhido à Funasa em 14/2/2011:

Data	Valor (R$)
26/5/2009	68.845,00

9.3. aplicar, individualmente, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443, de 1992, no valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), ao Sr. Pedro José Philomeno Gomes Figueiredo, à Sra. Ana Maria Maia de Meneses e à empresa A. R. Construções e Instalações Hidro-Sanitárias Ltda. - ME, , fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea 'a', do RITCU), o recolhimento das quantias aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde já, com amparo no art. 26 da Lei nº 8.443, de 1992, e no art. 217 do RITCU, o parcelamento das dívidas constantes deste Acórdão em até 36 (trinta e seis) prestações mensais e sucessivas, caso requerido, esclarecendo ao responsável que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor (art. 217, § 2º, do RITCU);

9.5. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas constantes deste Acórdão, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443, de 1992, caso não atendidas as notificações; e

9.6. enviar cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamenta, à Procuradoria da República no Estado do Ceará, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 8.443, de 1992, para o ajuizamento das ações civis e penais cabíveis.

10. Ata n° 33/2016 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/9/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10463-33/16-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes, Ana Arraes e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 10464/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 001.278/2014-2.

2. Grupo I - Classe de Assunto (I): Recurso de Reconsideração em Tomada de Contas Especial

3. Interessado/Recorrente:

3.1. Interessado: Fundo Nacional de Saúde/MS (CNPJ: 00.530.493/0001-71)

3.2. Recorrente: Marcos Robert Silva Costa (CPF: 797.125.843-72).

4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Matinha/MA.

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

5.1. Relatora da Deliberação Recorrida: Ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo no Estado do Maranhão (SECEX-MA).

8. Representação legal: Enéas Garcia Fernandes Neto (OAB/MA 6.756), procuração à peça 11.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Recurso de Reconsideração, em Tomada de Contas Especial, interposto pelo Sr. Marcos Robert Silva Costa, contra o Acórdão 1.441/2015-TCU-Segunda Câmara, por meio do qual este Tribunal julgou irregulares as suas contas, com imputação de débito e aplicação de multa, em virtude da impugnação parcial da prestação de contas do Convênio 1.251/2005 (Siafi 551491), decorrente da não localização de parte dos equipamentos adquiridos,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

9.1. conhecer do Recurso de Reconsideração interposto pelo Sr. Marcos Robert Silva Costa, com fundamento nos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/92, para, no mérito, negar-lhe provimento, de forma a manter em seus exatos termos Acórdão 1.441/2015-TCU-Segunda Câmara;

9.2. dar ciência do inteiro teor deste Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam, ao Recorrente, ao Fundo Nacional de Saúde, ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado do Maranhão.

10. Ata n° 33/2016 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/9/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10464-33/16-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Raimundo Carreiro (Relator), Ana Arraes e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 10465/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 003.966/2013-5.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame em Pensão Civil.

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessados: Aline Rebouças Jorge (053.635.593-23); Ligia Maria Paixão (137.346.437-24)

3.2. Recorrente: Aline Rebouças Jorge (053.635.593-23).

4. Entidade: Departamento de Polícia Rodoviária Federal.

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro José Jorge.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Representação legal: Sra. Erodina Sales Jorge.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de pedido de reexame interposto pela Sra. Aline Rebouças Jorge, menor nascida em 29/5/2004, representada por sua avó, Sra. Erodina Sales Jorge, contra o Acórdão nº 4.229/2013-TCU-2ª Câmara.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer, com fulcro no art. 48 da Lei nº 8.443/92 c/c o art. 286 do RI/TCU, do pedido de reexame interposto pela Sra. Aline Rebouças Jorge, menor nascida em 29/5/2004, representada por sua avó, Sra. Erodina Sales Jorge, contra o Acórdão nº 4.229/2013-TCU-2ª Câmara, para, no mérito, dar-lhe provimento parcial a fim de tornar insubsistente o Acórdão recorrido;

9.2. com fulcro no art. 281 do RI/TCU, aproveitar o presente recurso, tornando insubsistente o Acórdão nº 4.229/2013-TCU-2ª Câmara, também em relação à Sra. Lígia Maria Paixão, designada como menor sob guarda do Sr. Sebastião Manoel Paixão;

9.3. encaminhar os autos ao relator a quo, Ministro Vital do Rêgo, para a adoção das medidas que entender pertinentes, em conformidade com o entendimento firmado no Acórdão nº 2.376/2015-Plenário (Relator: Ministro Aroldo Cedraz);

9.4. encaminhar cópia do presente Acórdão, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, para a recorrente e para o Departamento de Polícia Rodoviária Federal.

10. Ata n° 33/2016 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/9/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10465-33/16-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Raimundo Carreiro (Relator), Ana Arraes e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 10466/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 006.772/2014-5.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Responsáveis: Instituto de Arte Baixo Santa do Alto Glória (07.179.413/0001-24); Leila Maria Alvarenga Barbosa (343.657.027-34).

4. Órgão/Entidade: Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural.

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (SECEX-RJ).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada pela Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural/Ministério da Cultura, em face do Instituto de Arte Baixo Santa do Alto da Glória e da sua Presidente à época dos fatos ora em análise, Sra. Leila Maria Alvarenga Barbosa, em razão da omissão no dever de prestar contas dos recursos repassados à conta do Convênio 749/2005, que tinha por objeto implementar o projeto Baixo Santa do Alto da Glória,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "a", da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, e com arts. 1º, inciso I, 209, inciso I, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno do TCU, em:

9.1. julgar irregulares as contas da Sra. Leila Maria Alvarenga Barbosa (CPF: 343.657.027-34), então Presidente do Instituto de Arte Baixo Santa do Alto Glória, e condená-la, solidariamente com o referido Instituto de Arte Baixo Santa do Alto Glória (CNPJ: 07.179.413/000124), ao pagamento das quantias de R$ 30.000,00 (trinta mil reais), R$ 20.000,00 (vinte mil reais) e R$ 30.000,00 (trinta mil reais), com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do Fundo Nacional da Cultura, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados, respectivamente, a partir de 29/5/2006, 29/5/2006 e 12/7/2006, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor;

9.2. aplicar à Sra. Leila Maria Alvarenga Barbosa (CPF: 343.657.027-34) e ao Instituto de Arte Baixo Santa do Alto Glória (CNPJ: 07.179.413/000124), individualmente, a multa prevista no art. 57 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 267 do Regimento Interno, no valor de R$ 8.000,00 (oito mil reais), com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), os recolhimentos das dívidas ao Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data do presente Acórdão até a do efetivo recolhimento, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, desde já, se requerido, o pagamento das dívidas mencionadas nos itens 9.1 e 9.2 acima, em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei n.º 8.443, de 16 de junho de 1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno, fixando aos Responsáveis o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento das notificações, para comprovarem perante o Tribunal o recolhimento da primeira parcela, e de trinta dias, a contar da parcela anterior, para comprovarem os recolhimentos das demais parcelas, atualizadas monetariamente, devendo incidir sobre cada valor mensal da dívida mencionada no item 9.1, os juros devidos, na forma prevista na legislação em vigor;

9.4. alertar os Responsáveis que a falta de comprovação dos recolhimentos de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno deste Tribunal;

9.5. determinar à Secex/RJ que inclua nas notificações para o pagamento dos valores mencionados nos itens 9.1 e 9.2 o disposto nos itens 9.3 e 9.4, com fundamento no art. 15 e no art. 18, inciso II, alínea "a", da Resolução n.º 170, de 30 de junho de 2004;

9.6. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443, de 1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações.

10. Ata n° 33/2016 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/9/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10466-33/16-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Raimundo Carreiro (Relator), Ana Arraes e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 10467/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 006.839/2011-8.

1.1. Apenso: 022.380/2008-0

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de Reconsideração em Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Responsável: Casimiro Vale da Silva (175.411.407-59)

3.2. Recorrente: Casimiro Vale da Silva (175.411.407-59).

4. Entidade: Conselho Regional de Corretores de Imóveis 1ª Região (RJ).

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (SECEX-RJ).

8. Representação legal:

8.1. Walter Ramos da Costa Porto (6098/OAB-DF) e outros, representando Casimiro Vale da Silva.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de recurso de reconsideração interposto pelo Sr. Casimiro Vale da Silva contra o Acórdão 6.562/2012-TCU-Segunda Câmara.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer do recurso de reconsideração interposto pelo Sr. Casimiro Vale da Silva contra o Acórdão 6.562/2012-TCU-Segunda Câmara, com fundamento nos arts. 32, I, e 33 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 285 do RI/TCU, para, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2. encaminhar cópia do presente Acórdão, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, ao recorrente.

10. Ata n° 33/2016 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/9/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10467-33/16-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Raimundo Carreiro (Relator), Ana Arraes e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 10468/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 021.523/2013-4.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessados: Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário; Procuradoria da República/PE - MPF/MPU (26.989.715/0021-56)

3.2. Responsáveis: Centro de Geração de Empregos (04.488.741/0001-14); Erivaldo Saraiva Feitosa (244.664.504-63); Paulo Geraldo Xavier (042.850.934-72)

3.3. Recorrente: Paulo Geraldo Xavier (042.850.934-72).

4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Itamaracá - PE.

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo no Estado de Pernambuco (SECEX-PE).

8. Representação legal:

8.1. Carlos Henrique Vieira de Andrada (12135/OAB-PE) e outros, representando Paulo Geraldo Xavier.

9. Acórdão:

Vistos, relatados e discutidos estes autos que tratam de recurso de reconsideração interposto pelo Sr. Paulo Geraldo Xavier em face do Acórdão 3.432/2015 - 2ª Câmara.

Acordam os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer do recurso, com fundamento no art. 32, I e art. 33 da Lei 8.443/1992, e, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2. dar ciência desta deliberação ao responsável e interessados bem como aos Órgãos cientificados do Acórdão recorrido.

10. Ata n° 33/2016 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/9/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10468-33/16-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Raimundo Carreiro (Relator), Ana Arraes e Vital do Rêgo.

13.2. Ministra que alegou impedimento na Sessão: Ana Arraes.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 10469/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 022.037/2013-6.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial)

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Hélio Fontenele Magalhães (CPF n.º 307.158.223-49)

3.2. Responsável: Hélio Fontenele Magalhães (CPF n.º 307.158.223-49).

4. Entidade: Município de Granja (CE).

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur).

8. Advogado constituído nos autos: Eugenio Duarte Vasques (OAB/CE n.º 16.040); Seledon Dantas de O. Júnior (OAB/CE n.º 25.614).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam, nesta fase processual, de Recurso de Reconsideração em face do Acórdão n.º 1.598/2015-2ª Câmara,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1 conhecer do recurso de reconsideração interposto pelo Sr. Hélio Fontenele Magalhães, com fundamento no art. 285 do Regimento Interno, para, no mérito, dar-lhe provimento parcial;

9.2 alterar o item 9.2 do Acórdão n.º 1.598/2015-2ª Câmara, para que passe a apresentar a seguinte redação:

9.2. julgar irregulares as contas do Sr. Hélio Fontenele Magalhães, com fundamento no art. 16, inciso III, alínea "b", e no art. 19, parágrafo único, e 23, inciso III, alínea "a", da Lei nº 8.443, de 1992, e aplicar-lhe a multa prevista no art. 58, incisos I e II, da mesma lei, no valor de R$ 2.741,04 (dois mil, setecentos e quarenta e um reais e quatro centavos), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da referida quantia aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente, na forma da legislação em vigor;

9.3 dar ciência desta deliberação ao responsável.

10. Ata n° 33/2016 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/9/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10469-33/16-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Raimundo Carreiro (Relator), Ana Arraes e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

Foram proferidas, sob a Presidência do Ministro Augusto Nardes, as Deliberações quanto aos processos relatados pelo Ministro Raimundo Carreiro.

ENCERRAMENTO

Às 17 horas e 33 minutos, a Presidência encerrou a sessão, da qual foi lavrada esta ata, a ser aprovada pelo Presidente e homologada pela Segunda Câmara.

ELENIR TEODORO GONÇALVES DOS SANTOS
Subsecretária

Aprovada em 16 de setembro de 2016.

RAIMUNDO CARREIRO
Presidente

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Poder Judiciário

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
DIRETORIA-GERAL

PORTARIA Nº 320, DE 14 DE SETEMBRO DE 2016

Dispõe sobre a aplicação de penalidade de multa à empresa 3R Construções e Serviços Eireli.

A DIRETORA-GERAL DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, usando das atribuições conferidas no art. 1º, inciso XI, da Portaria n. CJF-POR-2015/00297, de 23 de julho de 2015, e tendo em vista o que consta no Processo CJF-ADM-2013/00073.05, resolve:

Art. 1º Aplicar penalidade de multa, no valor de R$ 6.205,04 (seis mil, duzentos e cinco reais e quatro centavos), à empresa 3R Construções e Serviços Eireli, inscrita no CNPJ n. 10.660.342/0001-91, com fundamento na alínea "b.3.1" do item 12.1 da Cláusula Décima Segunda do Contrato n. 25/2013 - CJF c/c o art. 86 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, em razão do atraso no pagamento dos salários dos empregados do mês de junho de 2016, descumprindo a alínea "aa" do item 3.1 da Cláusula Terceira do referido contrato.

EVA MARIA FERREIRA BARROS

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

ATO Nº 455, DE 13 DE SETEMBRO DE 2016

A DESEMBARGADORA DO TRABALHO VICE-PRESIDENTE, NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, Senhora SULAMIR PALMEIRA MONASSA DE ALMEIDA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, OUTORGA à CAIXA ECONÔMICA FEDERAL cessão de uso, a título oneroso e precário, de área específica do imóvel entregue para funcionamento do Fórum Trabalhista de Macapá, localizado à Rua Tocantins, s/n, Loteamento INFRAERO II - Rodovia Norte-Sul, Macapá- AP - CEP: 68908-058, observadas as condições presentes neste Ato e no Termo de Cessão respectivo:

DO FUNDAMENTO

1.1. A presente CESSÃO fundamenta-se no artigo 20, da Lei nº 9.636/1998, combinado com os artigos 12 e 13 do Decreto nº 3.725/2001.

DO OBJETO E FINALIDADE DA CESSÃO

2.1. O CEDENTE entrega à CESSIONÁRIA fração de área do imóvel onde se localiza o Fórum Trabalhista de Macapá, sito à Rua Tocantins, s/n, Loteamento INFRAERO II - Rodovia Norte-Sul, Macapá- AP - CEP: 68908-058 medindo aproximadamente 46,45 m2, para o fim específico de instalação de Posto de Atendimento da CESSIONÁRIA, nos moldes delimitados no termo de cessão competente.

2.2. Será nula de pleno direito a utilização para fim diverso do permitido no presente Ato.

3. DAS CONDIÇÕES GERAIS

3.1. O CEDENTE não se responsabilizará por qualquer reforma ou preparação que seja necessária à expansão das instalações do Posto de Atendimento.

3.2. A CESSIONÁRIA se responsabilizará por todos os ônus decorrentes dos serviços que vier a contratar por força da execução de obras ou serviços de adaptação de suas instalações, inclusive os relativos aos seus empregados.

3.3. Os serviços ali prestados, respeitadas as normas específicas do setor, deverão funcionar em compatibilidade com o horário de funcionamento do CEDENTE.

3.4. A CESSIONÁRIA não poderá realizar quaisquer serviços de adequação do espaço físico sem aprovação prévia do CEDENTE, a ser formalizada mediante a expedição de ato específico.

3.5. A CESSIONÁRIA será responsável pelas despesas com manutenção, conservação e vigilância do prédio de forma proporcional ao espaço cedido.

3.6. Inclui-se para efeito do disposto no item anterior, as despesas com manutenção das linhas internas de telefonia, energia elétrica e água, cujos valores deverão ser apresentados, por rateio, pelo CEDENTE, ou direcionados para cobrança pelas próprias concessionárias do serviço público, nominalmente à CESSIONÁRIA.

4. DO VALOR

4.1. A CESSIONÁRIA se obriga a pagar, mensalmente, à CEDENTE, pelo uso da área, valor previamente fixado, na forma prevista no Termo de Cessão.

5. DOS PRAZOS

5.1. A presente cessão tem prazo de 12 (doze) meses, contados da data da assinatura, tendo eficácia legal após a publicação do seu extrato no Diário oficial da União, tendo início e vencimento em dia de expediente, devendo-se excluir o primeiro e incluir o último, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos até o limite de 60 (sessenta) meses, com fundamento no artigo 57, inciso II, da lei nº 8.666/1993.

5.2. A presente Cessão pode ser revogada a qualquer tempo, por interesse público e sem direito a indenização, em face da precariedade do ajuste.

5.3. Na hipótese de revogação do ato de cessão, a CESSIONÁRIA terá o prazo de 30 (trinta) dias para entrega do local.

6. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1. O presente ato dará ensejo ao termo de cessão, que compreenderá as delimitações de uso da área e demais normas relativas a sua utilização.

6.2. A presente cessão não poderá prejudicar as atividades desenvolvidas pelo Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, sob pena de revogação do presente ato.

SULAMIR PALMEIRA MONASSA DE ALMEIDA

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

DESPACHO DO PRESIDENTE
Em 14 de setembro de 2016

Ratificação de Despesas-Processo TRT Nº 2133/2014

OBJETO: Ratifico a inexigibilidade da licitação com fulcro no art. 25, caput, da Lei nº 8.666/93 para a prorrogação do contrato TRT nº 03/2015, firmado com SOPHO BUSINESS COMMUNICATIONS - SOLUÇÕES EMPRESARIAIS LTDA., CNPJ Nº 04.078.456/0001-25, para a prestação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva em centrais telefônicas, tipo PABX, modelo SOPHO IS3030, por 20 meses, a contar de 19 de setembro de 2016, no valor total de R$ 56.327,00.

NERY SÁ E SILVA DE AZAMBUJA

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

ACÓRDÃO Nº 2, DE 20 DE MAIO DE 2016

PL. PA CFMV nº 6.038/2015. Origem: CRMV-GO. Decisão: POR MAIORIA - Conhecer do recurso e dar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Revisor, Zoot. Adeilton Ricardo da Silva.

AMILSON PEREIRA SAID
Presidente do Conselho
Em exercício

ACÓRDÃO Nº 34, DE 10 DE JUNHO DE 2015

1T. PA CFMV nº 0297/2015. Origem: CRMV-PR. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e dar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Méd. Vet. Gilmar Nogueira Rocha.

BENEDITO FORTES DE ARRUDA
Presidente do Conselho

ACÓRDÃO Nº 45, DE 7 DE AGOSTO DE 2015

2T. PA CFMV nº 8.246/2014. Origem: CRMV-SC. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Méd. Vet. Gerson Harrop Filho.

BENEDITO FORTES DE ARRUDA
Presidente do Conselho

ACÓRDÃOS

Acórdão nº 35 de 18 de março de 2016 - 2T. PA CFMV nº 5.250/2015. Origem: CRMV-BA. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Zoot. Adeilton Ricardo da Silva.

Acórdão nº 46 de 20 de maio de 2016 - 2T. PA CFMV nº 7.293/2015. Origem: CRMV-MT. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Zoot. Adeilton Ricardo da Silva.

Acórdão nº 47 de 20 de maio de 2016 - 2T. PA CFMV nº 7.289/2015. Origem: CRMV-MT. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Zoot. Adeilton Ricardo da Silva.

Acórdão nº 48 de 20 de maio de 2016 - 2T. PA CFMV nº 6.946/2015. Origem: CRMV-SC. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Zoot. Adeilton Ricardo da Silva.

Acórdão nº 49 de 20 de maio de 2016 - 2T. PA CFMV nº 6.945/2015. Origem: CRMV-SC. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Zoot. Adeilton Ricardo da Silva.

Acórdão nº 50 de 20 de maio de 2016 - 2T. PA CFMV nº 4.606/2015. Origem: CRMV-SC. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Zoot. Adeilton Ricardo da Silva.

Acórdão nº 51 de 20 de maio de 2016 - 2T. PA CFMV nº 6.000/2015. Origem: CRMV-SC. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Méd. Vet. Claudio Regis Depes.

Acórdão nº 52 de 20 de maio de 2016 - 2T. PA CFMV nº 6.041/2015. Origem: CRMV-SC. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Méd. Vet. Claudio Regis Depes.

Acórdão nº 61 de 20 de maio de 2016 - 2T. PA CFMV nº 5.062/2015. Origem: CRMV-GO. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Zoot. Adeilton Ricardo da Silva.

Acórdão nº 65 de 20 de maio de 2016 - 2T. PA CFMV nº 6.230/2015. Origem: CRMV-RS. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e dar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Méd. Vet. Claudio Regis Depes.

Acórdão nº 66 de 17 de junho de 2016 - 2T. PA CFMV nº 7.301/2015. Origem: CRMV-MS. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Zoot. Adeilton Ricardo da Silva.

Acórdão nº 67 de 17 de junho de 2016 - 2T. PA CFMV nº 7.287/2015. Origem: CRMV-RS. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Zoot. Adeilton Ricardo da Silva.

Acórdão nº 68 de 17 de junho de 2016 - 2T. PA CFMV nº 2.101/2016. Origem: CRMV-MS. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Zoot. Adeilton Ricardo da Silva.

Acórdão nº 69 de 17 de junho de 2016 - 2T. PA CFMV nº 2.086/2016. Origem: CRMV-SC. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Zoot. Adeilton Ricardo da Silva.

Acórdão nº 70 de 17 de junho de 2016 - 2T. PA CFMV nº 2.113/2016. Origem: CRMV-GO. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Zoot. Adeilton Ricardo da Silva.

Acórdão nº 71 de 17 de junho de 2016 - 2T. PA CFMV nº 2.088/2016. Origem: CRMV-SC. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Zoot. Adeilton Ricardo da Silva.

Acórdão nº 74 de 17 de junho de 2016 - 2T. PA CFMV nº 1.508/2016. Origem: CRMV-SC. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Méd. Vet. Claudio Regis Depes.

Acórdão nº 75 de 17 de junho de 2016 - 2T. PA CFMV nº 0316/2016. Origem: CRMV-AM. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e dar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Méd. Vet. Claudio Regis Depes.

Acórdão nº 77 de 17 de junho de 2016 - 2T. PA CFMV nº 1.906/2016. Origem: CRMV-GO. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Zoot. Adeilton Ricardo da Silva.

Acórdão nº 78 de 17 de junho de 2016 - 2T. PA CFMV nº 1.972/2016. Origem: CRMV-SC. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Zoot. Adeilton Ricardo da Silva.

AMILSON PEREIRA SAID
Presidente da 2ª Turma

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012016091900128

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.